



1ª EDIÇÃO

ANAIIS

COMABI

I CONGRESSO MÉDICO ACADÊMICO
BRASILEIRO INTERDISCIPLINAR

Organizadores: Juan Berthier Lima Pitombeira, Lígia Linhares Moraes da Cunha, Anna Carollinna Garcia Machado, Vitória de Oliveira Sousa, Leonardo de Medeiros Pereira, Guilherme Soares de Sousa, Mônica Oliveira Silva Barbosa, Vanessa Carvalho Soares, Taides Tavares dos Santos, Silvio Carneiro da Cunha Filho, Clarissa Amorim Silva de Cordava, Márcio Miranda Brito, Elder Narciso Feltrim.



Anais do I Congresso Médico Acadêmico Brasileiro Interdisciplinar

I EDIÇÃO

Organizadores

Juan Berthier Lima Pitombeira
Lígia Linhares Moraes da Cunha
Anna Carolinna Garcia Machado
Vitória de Oliveira Sousa
Leonardo de Medeiros Pereira
Guilherme Soares de Sousa
Mônica Oliveira Silva Barbosa
Vanessa Carvalho Soares
Taides Tavares dos Santos
Silvio Carneiro da Cunha Filho
Clarissa Amorim Silva de Cordava
Márcio Miranda Brito
Elder Narciso Feltrim

ANAIS DO I CONGRESSO MÉDICO ACADÊMICO BRASILEIRO
INTERDISCIPLINAR



Copyright © Editora Humanize
Todos os direitos reservados

Organizadores

Juan Berthier Lima Pitombeira
Lígia Linhares Moraes da Cunha
Anna Carolinna Garcia Machado
Vitória de Oliveira Sousa
Leonardo de Medeiros Pereira
Guilherme Soares de Sousa
Mônica Oliveira Silva Barbosa
Vanessa Carvalho Soares
Taidés Tavares dos Santos
Silvio Carneiro da Cunha Filho
Clarissa Amorim Silva de Cordava
Márcio Miranda Brito
Elder Narciso Feltrim

Diagramação e Editoração

Caroline Taiane Santos da Silva
Luis Filipe Oliveira Duran
Naiara Paula Ferreira Oliveira

Publicação

Editora Humanize

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (Editora Humanize, BA, Salvador)

J91a I Congresso Médico Acadêmico Brasileiro Interdisciplinar(05 : 2025 : online)
Anais do I Congresso Médico Acadêmico Brasileiro Interdisciplinar[livro eletrônico] /
(organizadores) Juan Berthier Lima Pitombeira, Lígia Linhares Moraes da Cunha, Anna
Carollinna Garcia Machado, Vitória de Oliveira Sousa, Leonardo de Medeiros Pereira, Guilherme
Soares de Sousa, Mônica Oliveira Silva Barbosa, Vanessa Carvalho Soares, Taidés Tavares dos
Santos, Silvio Carneiro da Cunha Filho, Clarissa Amorim Silva de Cordava, Márcio Miranda
Brito, Elder Narciso Feltrim.

-- 1. ed. -- Salvador, BA : Editora Humanize, 2025

PDF

Vários autores

Modo de acesso: Internet

ISBN: 978-65-5255-103-0

1. Congresso 2. Médico 3. Acadêmico 4. Interdisciplinar

CDU 610

I. Título



COMISSÃO ORGANIZADORA

DISCENTES

Alexandra Do Nascimento	Leonardo De Medeiros Pereira
Ana Beatriz Guimarães Santos	Ligia Linhares Moraes Da Cunha
Ana Clara Ramos Barros	Lívia Maria Sousa Barbosa
Ana Jasmin Nunes Alencar	Marcos Vinicius Soares Silva
Ana Karolliny Matias Nascimento	Maria Clara Mota Chaves
Andreina Martins Araujo Costa	Maria Eduarda Soares Barbosa
Anna Carollinna Garcia Machado	Maria Lina Brito Dias
Bruna Beatriz Borba Mundim	Mariah Ribeiro Martins
Bruna Cesário Barbosa	Melyssa Maria Barros Santos Carvalho
Dulce Maria Bezerra De Freitas	Mônica Oliveira Silva Barbosa
Eduardo Carlos Almeida Silva Sousa	Natália Campos Trindade
Emilly De Sousa Ferreira Silva	Pablo Emanuel Damasceno Alves Da Silva
Eslainy Xavier Matos	Paula Aires Wolney
Gardênia Crhistine Moreira Matos	Pedro Victor Almeida Nascimento
Giselly Santos Silva	Raphael Mariano Gomes Calzada
Glenda Emanuelle Rocha Duarte Ferraz	Renata De Sousa Vinhal
Guilherme Fernandes Da Silva Silveira	Vanessa Carvalho Soares
Guilherme Soares De Sousa	Vitoria Carolliny Tavares Da Silva Brito
Henrique Martins Dos Santos Costa	Vitória De Oliveira Sousa
Iago De Sousa Dias Dos Angeles	Wellinton Resplande Da Silva
Isabela Barros Taveira	Weverton Barroso De Jesus
Isadora Mendes Da Costa	
João Batista Gomes Mariano Júnior	
João Gabriel Jacinto	
José Antonio De Sousa Neto	
Juan Berthier Lima Pitombeira	
Júlia Vitória De Sousa Herênio	

DOCENTES

Clarissa Amorim Silva de Cordava
Elder Narciso Feltrim
Taides Tavares dos Santos
Silvio Carneiro da Cunha Filho
Márcio Miranda Brito

CORPO EDITORIAL

ADOLFO DA SILVA MELO
AGRINAZIO GERALDO NASCIMENTO NETO
AMANDA GONÇALVES RODRIGUES
ANA KELEN FELIPE LIMA
ANA LUIZA FARIAS SERPA
ANDRIELLY GOMES DE JESUS
ANNA CAROLLINNA
ANTÔNIO FELIPE SILVA CARVALHO
ARAMYS SILVA DOS REIS
BENITO ROLANDO GUTIERREZ MARTINEZ
BRENDA CAVALCANTI DE OLIVEIRA MELO
BRENDA NAYRANNE GOMES DOS SANTOS
BRUNA ALEXANDRINO
BRUNA PEREIRA CARVALHO SIRQUEIRA
CAROLINA SCHMALTZ PAIXÃO BREDER
CLARISSA AMORIM SILVA DE CORDOVA
DIEGO ALVES DE MEDEIROS
DOUGLAS MORAES CAMPOS
DUCILENE DO CARMO DA SILVA
EDILSON GALENO DE SOUSA JÚNIOR
EDNA REGINA SILVA PEREIRA
ELDER NARCISO FELTRIM
ELIZABETE BORGES DA SILVA
EMMELINE DE SÁ ROCHA
EUZAMAR DE ARAUJO SILVA SANTANA
FABIANA CORDEIRO ROSA
FERNANDO HOLANDA VASCONCELOS
FRANCISCO DIMITRE RODRIGO PEREIRA SANTOS
GETÚLIO BERNARDO MORATO FILHO
GISELLE COSTA MAGALHÃES BARRIONUEVO
HELCILEIA DIAS SANTOS

HUGO SANTIAGO CARRIJO CABRAL SOUSA
JAYANNE SILVA DE ALCANTARA
JOÃO PAULO DE SOUSA COELHO
JOÃO VICTOR CAMPOS SILVA
JOSÉ ANTÔNIO COSTA LEITE
KARINA E SILVA PEREIRA
LAIZA PEREIRA LACERDA VIEIRA
LARISSA MACIEL DE ALMEIDA
LATOYA DE SOUSA BEZERRA
LETÍCIA FERNANDES DORO
LUDMILLA SANTOS SILVA DE MESQUITA
LUECYA ALVES DE CARVALHO SILVA
MARCELO ATHAYDE VIEIRA
MARCELO GUSTAVO PAULINO
MARCOS SUPERBO DA SILVA CARDOSO JUNIOR
MARIA CAROLINA BARRETO DE OLIVEIRA SOUSA
MARIA CAROLINA BEZERRA DI MEDEIROS LEAL
MATHEUS BRANDÃO CAMPOS
MAYARA DA CRUZ RIBEIRO
NÁDIA REGINA STEFANINE MILHOMEM
PEDRO ANTÔNIO JACINTO FILHO
RAFAEL MONTEIRO BOTELHO
REJANNE LIMA ARRUDA
RENATA PEREIRA ALMEIDA
RODOLFO LIMA ARAÚJO
ROZANA CRISTINA ARANTES
SAMARA TÁVORA MILHOMEM DE SOUSA
SHAMMARA NOLETO SANTOS
TAIDES TAVARES DOS SANTOS
TÁLISON TAYLON DINIZ FERREIRA
TÁSSIO RÔMULO SILVA ARAÚJO LUZ
WILLY CRISTIANO LUZ ALVES

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 3 a 5 de abril de 2025, foi realizado o I Congresso Médico Acadêmico Brasileiro Interdisciplinar (COMABI), em Araguaína-TO. O evento reuniu acadêmicos de graduação e pós-graduação, além de profissionais da área da saúde, para um encontro interdisciplinar voltado à troca de conhecimento e experiências.

O I COMABI aconteceu durante a Semana Nacional da Saúde, reforçando seu compromisso com a disseminação de informações sobre cuidados e práticas saudáveis, incentivando o diálogo entre comunidade, ensino e pesquisa.

Com o tema "O desafio da assistência em saúde integral e humanística no contexto da Amazônia Legal", o congresso abordou os desafios e avanços na assistência médica, destacando a importância da interdisciplinaridade e do cuidado humanizado na região.

Durante três dias, os participantes tiveram a oportunidade de acompanhar palestras, oficinas, mesas-redondas e apresentações de trabalhos científicos, promovendo discussões sobre inovação, avanços tecnológicos e novas abordagens no cenário da saúde.

É com grande entusiasmo que a Comissão Organizadora do I COMABI agradece a todos a participação neste evento singular, uma oportunidade única para expandir conhecimentos, fortalecer conexões e contribuir para o avanço da saúde no Brasil.

SUMÁRIO

EIXO 01: Atenção primária e saúde da família em áreas remotas 18

1. ABORDAGENS INOVADORAS PARA ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA EM COMUNIDADES AMAZÔNICAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 19
2. ANÁLISE DOS CASOS DE ACIDENTE POR ANIMAIS PEÇONHENTOS NA REGIÃO NORTE EM MUNICÍPIOS DE EXTREMA POBREZA NO PERÍODO DE 2019 A 2023 21
3. ATENÇÃO PRIMÁRIA EM ÁREAS REMOTAS DA AMAZÔNIA: DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE E ATUAÇÃO DO MÉDICO NA SAÚDE DA FAMÍLIA 23
4. ATENDIMENTO PRIMÁRIO EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO: ENTRE A NECESSIDADE E A REALIDADE - UMA ANÁLISE DE REVISÃO NARRATIVA 25
5. DESAFIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA FAMÍLIA EM COMUNIDADES REMOTAS NA AMAZÔNIA 27
6. DESAFIOS DE ACESSO À ATENÇÃO PRIMÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL: ESTRATÉGIAS PARA UMA SAÚDE HUMANIZADA E ACESSÍVEL 29
7. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM ÁREAS REMOTAS DA AMAZÔNIA 30
8. EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA ZONA RURAL DE ARAGUAÍNA-TO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 32
9. HANTAVÍRUS: DESAFIOS NO CONTROLE DA SÍNDROME CARDIOPULMONAR NA REGIÃO AMAZÔNICA 34
10. O IMPACTO DAS COMPLICAÇÕES GESTACIONAIS E A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL EM ÁREAS REMOTAS PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA: UMA REVISÃO DE LITERATURA 36
11. OS DESAFIOS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA DETECÇÃO PRECOCE E MANEJO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL EM POPULAÇÕES RURAIS E RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA 38

EIXO 02: Especialidades cirúrgicas: técnicas, tecnologia e abordagens interdisciplinares 40

12. ALTERNATIVAS DIAGNÓSTICAS DO PNEUMOTÓRAX ESPONTÂNEO PRIMÁRIO NA POPULAÇÃO PEDIÁTRICA: REVISÃO DE LITERATURA 41
13. ALTERNATIVAS NO MANEJO DO PNEUMOTÓRAX ESPONTÂNEO PRIMÁRIO NA POPULAÇÃO PEDIÁTRICA: REVISÃO DE LITERATURA 43
14. ANÁLISE COMPARATIVA DA PREVALÊNCIA DE ANGIOPLASTIA CORONARIANA COM IMPLANTE DE STENT PELO SUS ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E A REGIÃO NORTE 45
15. ANESTESIA OBSTÉTRICA: ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E COMPLICAÇÕES ASSOCIADAS AO USO DE ANALGESIA NO PARTO 47
16. AS DIFICULDADES DE ACESSO A SERVIÇOS CIRÚRGICOS PARA POPULAÇÕES RIBEIRINHAS E INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL 49
17. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA CIRURGIA ROBÓTICA NO TRATAMENTO DE HÉRNIAS INGUINAIS COMPLEXAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA 50
18. AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA CIRURGIA ROBÓTICA PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA 51

19.	AVANÇOS NA ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS: APLICAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE UV-C E OZÔNIO- UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	53
20.	BARREIRAS E ESTRATÉGIAS DA CAPACIDADE CIRÚRGICA NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	55
21.	BIOMODELAGEM VIRTUAL NO PLANEJAMENTO CIRÚRGICO: EXPLORANDO OS BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA DE SEGMENTAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS	57
22.	COMPARAÇÃO DOS DESFECHOS PÓS-OPERATÓRIOS DA COLECISTECTOMIA: CIRURGIA ROBÓTICA VERSUS CIRURGIA LAPAROSCÓPICA CONVENCIONAL	59
23.	COMPARAÇÃO ENTRE COLECISTECTOMIA ROBÓTICA E VIDEOLAPAROSCÓPICA CONVENCIONAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	61
24.	FATORES QUE INFLUENCIAM A CICATRIZAÇÃO E O SUCESSO CIRÚRGICO	63
25.	FRATURAS CERVICAIS EM CRIANÇAS: O IMPACTO DO AUMENTO DOS ACIDENTES AUTOMOBILÍSTICOS	64
26.	IMPACTO DA CIRURGIA DE CORREÇÃO DE HIPOSPÁDIA NA FUNÇÃO URINÁRIA E SEXUAL NA VIDA ADULTA.....	65
27.	IMPACTOS DA FIMOSE NA QUALIDADE DE VIDA INFANTIL E CRITÉRIOS PARA INTERVENÇÃO ..	66
28.	IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA CIRURGIA PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	68
29.	IMPRESSÃO 3D NO PLANEJAMENTO PRÉ-OPERATÓRIO DE CIRURGIAS COMPLEXAS: AVANÇOS E MELHORIAS NOS RESULTADOS PÓS-OPERATÓRIOS	70
30.	INDICAÇÕES E MOMENTO IDEAL PARA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA NA ENTEROCOLITE NECROSANTE.....	71
31.	INDICAÇÕES E TEMPO IDEAL PARA CORREÇÃO CIRÚRGICA DA CRIPTORQUIDIA (BENEFÍCIOS DA ORQUIDOPEXIA PRECOCE)	72
32.	INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS COMO FERRAMENTAS DE EDUCAÇÃO EM CIRURGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA	73
33.	O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS SIMULAÇÕES CIRÚRGICAS COM TEOR EDUCATIVO	75
34.	OBSTRUÇÃO INTESTINAL POR HÉRNIA INTERNA SECUNDÁRIA A DIVERTÍCULO DE MECKEL EM PACIENTE PEDIÁTRICO: UM RELATO DE CASO	77
35.	PREVALÊNCIA DE APENDICECTOMIA NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE COM BASE NOS DADOS DO DATASUS	79
36.	PRINCIPAIS COMPLICAÇÕES PÓS-CIRÚRGICAS DA HIPOSPÁDIA: FÍSTULA, ESTENOSE E DEISCÊNCIA.....	81
37.	PROCEDIMENTO DE ROSS: INDICAÇÕES E RESULTADOS A LONGO E MÉDIO PRAZO NA CIRURGIA CARDÍACA.	83
38.	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS GERAIS EM ÁREAS REMOTAS: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DE SOLUÇÕES.....	85
39.	RETALHO TRANSVERSO DO MÚSCULO RETO ABDOMINAL VERSUS RETALHO PERFURANTE EPIGÁSTRICO INFERIOR PROFUNDO NA RECONSTRUÇÃO MAMÁRIA AUTÓLOGA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	87
40.	REVISÃO DE LITERATURA: O USO DA FLUORESCÊNCIA COM VERDE DE INDOCIANINA NA IDENTIFICAÇÃO DE PERFUSÃO TECIDUAL EM ANASTOMOSES INTESTINAIS.....	89
41.	USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PLANEJAMENTO DAS CIRURGIAS PLÁSTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	91

EIXO 03: Especialidades clínicas: avanços, pesquisa e assistência médica 92

42.	A CARDIOTOXICIDADE DE MEDICAMENTOS NOS TRATAMENTOS QUIMIOTERÁPICOS CONVENCIONAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	93
43.	A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA MÉDICA	95
44.	ALDOSTERONA E RESISTÊNCIA À INSULINA: MECANISMOS METABÓLICOS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS – UMA REVISÃO	97
45.	ANÁLISE CLÍNICA E EPIDEMIOLÓGICA DAS VÍTIMAS DE ACIDENTE OFÍDICO ATENDIDAS NO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS ENTRE OS ANOS DE 2020-2023	99
46.	ANÁLISE DAS TAXAS DE PREMATURIDADE EM RELAÇÃO À IDADE MATERNA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL (2000-2023)	101
47.	ANÁLISE QUANTITATIVA DOS CASOS DE DENGUE NAS 5 MACRORREGIÕES BRASILEIRAS NOS ANOS DE 2021-2023.	102
48.	ASPECTOS CLÍNICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS DA ENDOMETRIOSE EXTRAPÉLVICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	104
49.	ASPECTOS CLÍNICOS E TERAPÊUTICOS DA DIABETES EM PACIENTES COM FIBROSE CÍSTICA	105
50.	AVANÇOS TECNOLÓGICOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO DA MALÁRIA EM ÁREAS ENDÊMICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	107
51.	COLONOSCOPIA VIRTUAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AVANÇOS E PERSPECTIVAS NA DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER COLORRETAL	109
52.	DESAFIOS NO MANEJO DA DOR EM PACIENTES ONCOLÓGICOS NO TOCANTINS	111
53.	DESCRIÇÃO DO MICROBIOMA INTESTINAL PROTETIVO PARA CRIANÇAS DESORDENS E HIPERSENSIBILIDADE RESPIRATÓRIAS: REVISÃO INTEGRATIVA	112
54.	DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE ÓRTESES 3D PARA REABILITAÇÃO DE PACIENTES COM SEQUELAS MOTORAS DA HANSENÍASE EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NA AMAZÔNIA LEGAL	113
55.	DETECÇÃO PRECOCE DA RETINOPATIA DIABÉTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ESTRATÉGIAS DE TELEMEDICINA E TRIAGEM AUTOMATIZADA EM POPULAÇÕES DE RISCO.	115
56.	DIAGNÓSTICO MOLECULAR DAS PREFERÊNCIAS ALIMENTARES DE FLEBOTOMÍNEOS NA AMAZÔNIA LEGAL: IMPLICAÇÕES PARA CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO – REVISÃO SISTEMÁTICA	117
57.	DIAGNÓSTICO RÁPIDO DA MALÁRIA: AVANÇOS TECNOLÓGICOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM ÁREAS ENDÊMICAS	119
58.	DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC): ESPIROMETRIA E CLASSIFICAÇÃO.	121
59.	ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO ACERCA DA NEOPLASIA MALIGNA DE COLO DE ÚTERO NA REGIÃO NORTE ENTRE 2020 E 2023	122
60.	FATORES ASSOCIADOS À FALHA TERAPÊUTICA DO TRATAMENTO ANTIRRETROVIRAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.	124
61.	IMPACTO DA TERAPIA HORMONAL NA SAÚDE CARDIOVASCULAR DE PESSOAS TRANSGÊNERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	126
62.	IMPACTO DO SUPORTE NUTRICIONAL NO MANEJO DA ENTEROCOLITE NECROSANTE	128
63.	IMPACTOS DO USO DE DISPOSITIVOS INTRAUTERINOS NA MICROBIOTA VAGINAL RELACIONADOS AO RISCO DE INFECÇÕES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	130
64.	MICROBIOTA INTESTINAL E ENDOMETRIOSE: POTENCIAL TERAPÊUTICO DOS PROBIÓTICOS NA MODULAÇÃO IMUNOLÓGICA	131

65.	NOVAS FRONTEIRAS DA TERAPIA GÊNICA NA DEGENERAÇÃO MACULAR RELACIONADA À IDADE (DMRI): UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	132
66.	NOVOS TRATAMENTOS NO MANEJO DA INFERTILIDADE FEMININA: ABORDAGENS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS	134
67.	O PAPEL DA ATENÇÃO BÁSICA NO CUIDADO AO PACIENTE COM DOENÇA DE PARKINSON: UMA REVISÃO DE LITERATURA	136
68.	O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA DETECÇÃO PRECOCE DE NEUROPATIAS ÓPTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.	137
69.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA BRONQUIOLITE EM LACTENTES NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO	139
70.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SEPSE EM INSTITUIÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA AMAZÔNIA LEGAL	141
71.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS NEOPLASIAS MALIGNAS DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL EM ARAGUAÍNA-TO (2010-2024)	143
72.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE BRONQUIOLITE AGUDA NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 2018-2025	144
73.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE EMBOLIA PULMONAR E TROMBOSE VENOSA PROFUNDA NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 2018-2025.....	145
74.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES INTERNADOS POR INSUFICIÊNCIA CARDÍACA ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2023 NO ESTADO DO TOCANTINS	146
75.	PREVALÊNCIA DO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DESSES ESTUDANTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	148
76.	RELAÇÃO ENTRE O USO DE MEDICAMENTOS E DISFUNÇÕES TIREOIDIANAS EM PACIENTES NO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS (HDT-UFT): ANÁLISE DE ESTUDO OBSERVACIONAL TRANSVERSAL	150
77.	SÍNDROME DO LINFÓCITO NU: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE OS ASPECTOS DIAGNÓSTICOS, DESAFIOS NA PESQUISA E MANEJO CLÍNICO	152
78.	SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS: PRINCIPAIS INTERVENÇÕES FARMACOLÓGICAS ATUAIS NOS DISTÚRBIOS METABÓLICOS E NO HIPERANDROGENISMO	154
79.	TERAPIA COM FAGOS NO COMBATE À PSEUDOMONAS AERUGINOSA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	156
80.	TRANSTORNOS DO HUMOR EM INDIVÍDUOS COM HIV: UMA RELAÇÃO ENTRE O SEXO E ADESAO AO TRATAMENTO NO CURSO DAS DOENÇAS PSIQUIÁTRICAS.	158
81.	UMA ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA DO CRESCIMENTO E TENDÊNCIAS NA PESQUISA SOBRE VACINAS DE mRNA	160
82.	USO DE PROBIÓTICOS PARA O TRATAMENTO DE VULVOVAGINITES E VAGINOSES: UMA REVISÃO GUARDA-CHUVA	161
83.	UTILIZAÇÃO TERAPÊUTICA DA CANNABIS E SEUS DERIVADOS NO TRATAMENTO DA EPILEPSIA: UMA OVERVIEW OF REVIEWS.....	163
84.	UVEÍTES POR DOENÇAS AUTOIMUNES E IMUNOSSUPRESSORES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	165

EIXO 04: Medicina e as populações negra, indígena e quilombola 166

85.	A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO E MANEJO DO CÂNCER DE MAMA TRIPLO-NEGATIVO EM MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	167

86.	A INFLUÊNCIA DO GARIMPO NA PERSISTÊNCIA DA MALÁRIA ENTRE POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	169
87.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA EM POPULAÇÕES INDÍGENAS NO NORTE DO BRASIL.....	171
88.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR EM POPULAÇÕES NATIVAS DA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2024.....	175
89.	ANÁLISE SOBRE AS DISPARIDADES RACIAIS NAS TAXAS DE INCIDÊNCIA DE HEPATITES VIRAIS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL.....	177
90.	ANEMIA FALCIFORME EM PESSOAS NEGRAS E A MARGINALIZAÇÃO RACIAL DO ACESSO À SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	178
91.	ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NA AMAZÔNIA LEGAL: BARREIRAS E DESAFIOS PARA MULHERES INDÍGENAS.....	179
92.	CÂNCER DE COLO DO ÚTERO EM INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE: INTERNAÇÕES E TAXA DE MORTALIDADE ENTRE 2018 E 2022.....	180
93.	CÂNCER DE MAMA NA POPULAÇÃO INDÍGENA DA REGIÃO NORTE: ANÁLISE DAS TAXAS DE MORTALIDADE E INTERNAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2022.....	182
94.	CASOS DE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA NA POPULAÇÃO INDÍGENA DA AMAZÔNIA LEGAL DURANTE 2020 A 2024.....	184
95.	CONTAMINAÇÕES POR MERCÚRIO E SEUS IMPACTOS PARA A SAÚDE DOS POVOS DE SUBSISTÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	185
96.	COVID-19 EM POPULAÇÕES INDÍGENAS: DESAFIOS DA VACINAÇÃO PARA A SAÚDE NA AMAZÔNIA.....	186
97.	DESAFIOS DO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM MULHERES INDÍGENAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	187
98.	DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PLANEJAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	189
99.	DESAFIOS NO RASTREAMENTO E DIAGNÓSTICO DO COMPROMETIMENTO COGNITIVO EM IDOSOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA.....	191
100.	EPIDEMIOLOGIA DA SÍFILIS CONGÊNITA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL.....	193
101.	EPILEPSIA EM POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: DESAFIOS DIAGNÓSTICOS, ESTIGMA E BARREIRAS DE ACESSO AO TRATAMENTO.....	194
102.	FATORES ASSOCIADOS À HIPERTENSÃO ARTERIAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	196
103.	HANSENÍASE NA POPULAÇÃO INDÍGENA VERSUS GERAL NO TOCANTINS NOS ANOS DE 2018 A 2024.....	198
104.	HEPATITES VIRAIS NA POPULAÇÃO INDÍGENA: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE (2013-2023).....	200
105.	IMPACTO DA ANEMIA FALCIFORME NA MORTALIDADE DE POVOS QUILOMBOLAS.....	201
106.	IMPACTO DA PNEUMONIA EM CRIANÇAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.....	203
107.	LEISHMANIOSE EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: NOVAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE.....	204
108.	LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA: ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS DE POPULAÇÃO INDÍGENA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2024.....	205
109.	MALÁRIA ENTRE POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA TRANSMISSÃO.....	207

110.	MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	209
111.	NEUROPATIAS PERIFÉRICAS RELACIONADAS À DESNUTRIÇÃO E DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS NA SAÚDE INDÍGENA	210
112.	O RACISMO INSTITUCIONAL E DIREITOS REPRODUTIVOS: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE OS DESAFIOS NA SAÚDE MATERNA DE MULHERES NEGRAS	211
113.	O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA.....	213
114.	O SUICÍDIO EM POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	215
115.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE NO TOCANTINS DE 2021 A 2025.....	216
116.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE TUBERCULOSE PULMONAR EM POPULAÇÃO INDÍGENA NA REGIÃO DO AMAZONAS NOS ANOS DE 2020 A 2024: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO.....	218
117.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE TUBERCULOSE ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO AMAZONAS ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2023	220
118.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS NOTIFICADOS DE MALÁRIA NOS ANOS DE 2020 A 2024 EM INDÍGENAS NO ESTADO DO AMAZONAS.....	221
119.	POPULAÇÃO INDÍGENA COM TUBERCULOSE PULMONAR E EXTRAPULMONAR NOS ANOS DE 2016-2025: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO	223
120.	RACISMO ESTRUTURAL NA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE OS IMPACTOS NAS POPULAÇÕES NEGRA, INDÍGENA E QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA LEGAL	224
121.	REPERCUSSÃO DA EXPOSIÇÃO AO MERCÚRIO NA SAÚDE DOS INDÍGENAS MUNDURUKUS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	226
122.	RESSIGNIFICAÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS: O USO TERAPÊUTICO DA AYAHUASCA – UMA REVISÃO DE SISTEMÁTICA	228
123.	SAÚDE DA CRIANÇA INDÍGENA E PNEUMONIA: UM PANORAMA DAS INTERNAÇÕES EM ARAGUAÍNA-TO DE 2014 A 2024	230
124.	SUBASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA PORTADORA DE DOENÇA RENAL CRÔNICA	232
125.	TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: DESAFIOS PARA O DIAGNÓSTICO E ADESÃO AO TRATAMENTO	233

EIXO 05: Saúde integral e desafios assistenciais em contextos diversos 234

126.	A ELABORAÇÃO DE UMA FICHA DE ATENDIMENTO AO PACIENTE COM DOR CRÔNICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	235
127.	AMAZÔNIA E LEISHMANIOSE VISCERAL: O CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO NA REGIÃO NORTE (2019-2024).....	236
128.	ANÁLISE DA MORTALIDADE POR FEBRE REUMÁTICA NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2022	238
129.	ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS EM POPULAÇÕES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA	240
130.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA - CLÍNICA DA HANSENÍASE NO TOCANTINS E NO BRASIL.....	241
131.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA FEBRE DO OROPOUCHE NA REGIÃO AMAZÔNICA: UMA ARBOVIROSE EMERGENTE.....	242
132.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA INCIDÊNCIA DE SÍFILIS ADQUIRIDA ENTRE POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE DA AMAZÔNIA LEGAL	244

133.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO TOCANTINS: UM ESTUDO RETROSPECTIVO	245
134.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS ADQUIRIDA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2014-2023	246
135.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA SÍNDROME DE APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO E SUAS COMPLICAÇÕES PULMONARES NO ESTADO DO TOCANTINS	247
136.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS INTERNAÇÕES POR NEOPLASIA MALIGNA DE PÂNCREAS NO AMAZONAS DE 2015 A 2023	249
137.	APLICAÇÃO DE DINÂMICA CONTRA O SEDENTARISMO IDOSO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA NO TOCANTINS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	250
138.	CASOS PROVÁVEIS VERSUS CONFIRMAÇÕES LABORATORIAIS: O DESAFIO DA VIGILÂNCIA DO ZIKA VÍRUS NO TOCANTINS	251
139.	CICLO MENSTRUAL E DESEMPENHO ACADÊMICO E PROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA COM ENFOQUE NOS DESAFIOS PARA A SAÚDE INTEGRAL	253
140.	COMPARAÇÃO ENTRE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO EM IDOSOS COM SUSPEITA DE COMPROMETIMENTO COGNITIVO NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	255
141.	CONSTRUÇÃO DE PEÇAS DIDÁTICAS PARA PROJETO DE EXTENSÃO EM SAÚDE VOLTADO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	257
142.	CONSTRUINDO UM FUTURO INCLUSIVO: OS AVANÇOS DA LEGISLAÇÃO PARA O AUTISMO ...	259
143.	DENGUE NA AMAZÔNIA LEGAL: DISPARIDADES EPIDEMIOLÓGICAS ENTRE TRÊS MUNICÍPIOS DE CLIMA E GEOGRAFIA SEMELHANTES	260
144.	DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO MANEJO E INTERVENÇÃO DE LITÍASE URINÁRIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS	262
145.	DESAFIOS NA PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: BARREIRAS CULTURAIS, ACESSO À SAÚDE E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO	263
146.	DESAFIOS NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DE TUMORES CEREBRAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)	265
147.	DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	267
148.	DISTRIBUIÇÃO DA SÍFILIS EM GESTANTES NA AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE 2020 A 2023	269
149.	EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NA AMAZÔNIA LEGAL	271
150.	EFEITOS DA INTERAÇÃO DA RADIAÇÃO IONIZANTE COM OS TECIDOS OCULAR E TEGUMENTAR HUMANOS	273
151.	EPIDEMIOLOGIA, MORTALIDADE E MODO PROVÁVEL DE INFECÇÃO POR DOENÇA DE CHAGAS NA AMAZÔNIA LEGAL, NA ÚLTIMA DÉCADA.	275
152.	FERRAMENTAS E ESCORES PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO CARDIOVASCULAR NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	276
153.	HANSENÍASE EM ARAGUAÍNA-TO: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E DESAFIOS NO CONTROLE DA ENDEMIA (2015-2022)	278
154.	HIV NO TOCANTINS: ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS E IMPACTOS NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR ENTRE 2022 E 2024	280
155.	IMPACTO DA ATIVIDADE GARIMPEIRA ILEGAL NA PREVALÊNCIA DA MALÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA	282

156.	IMPACTO DA ENTEROCOLITE NECROSANTE NO DESENVOLVIMENTO NEUROLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA	284
157.	IMPACTO DA OBESIDADE NAS DOENÇAS ORTÔPÉDICAS DO JOELHO E QUADRIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	286
158.	IMPACTO DAS QUEIMADAS E DO DESMATAMENTO NA SAÚDE RESPIRATÓRIA DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL	287
159.	JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA INTEGRAL: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL	288
160.	MALÁRIANA REGIÃO NORTE: ANÁLISE DA MORBIMORTALIDADE E DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA DA DOENÇA (2015-2024).....	289
161.	NOTIFICAÇÕES DE LEISHMANIOSE VISCERAL NA REGIÃO NORTE ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2024: CASOS CONFIRMADOS E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA	291
162.	O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA DISSEMINAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO MÉDICA: IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	293
163.	O IMPACTO DOS SINAIS E SINTOMAS DO HTLV NO PACIENTE INFECTADO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	295
164.	O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENGAJAMENTO NO CONTEXTO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM ARAGUAÍNA-TO	297
165.	PADRÃO TEMPORAL E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INCIDÊNCIA DE HIV/AIDS ENTRE JOVENS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL	299
166.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DIABETES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO SUDOESTE DO MARANHÃO	301
167.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DOENÇA DE CHAGAS AGUDA NA REGIÃO DO PARÁ NO PERÍODO DE 2018 A 2023.....	303
168.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 2020 E 2023.....	304
169.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORBIDADE HOSPITALAR POR TRANSTORNO MENTAL DOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO.....	306
170.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ESQUISTOSSOMOSE EM CRIANÇAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA	308
171.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO HIV/AIDS NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 2013 e 2022.....	309
172.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS NOTIFICADOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR MEDICAMENTOS NO ESTADO DO TOCANTINS NOS ANOS DE 2020 A 2024	310
173.	RELAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO COM O GRAU DE ESTIGMATIZAÇÃO EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS	312
174.	REVISÃO DE LITERATURA: IMPACTO DA REABILITAÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM PACIENTES COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO	313
175.	SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA E PROFISSIONAIS DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA	315
176.	TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA; RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	317

Eixo 06: Saúde Integral e modelos assistenciais na Amazônia 319

177.	UMA DÉCADA DE DENGUE NO NORTE: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE CASOS E MORTES DE 2015 A 2024.....	320
178.	A INFLUÊNCIA DA SUSCETIBILIDADE GENÉTICA DA POPULAÇÃO AMAZÔNICA À TUBERCULOSE: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.....	321

179.	ANÁLISE DO PERFIL DE MALÁRIA NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE DE 2015 A 2024	323
180.	DESAFIOS DO ACESSO À SAÚDE NA AMAZÔNIA LEGAL E SEUS REFLEXOS NA MORBIMORTALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	324
181.	EPIDEMIOLOGIA DA HANSENÍASE NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO RETROSPECTIVO COM DADOS DO SINAN (2018-2024).	326
182.	EVOLUÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA DETECÇÃO DE SÍFILIS ADQUIRIDA DENTRO E FORA DA AMAZÔNIA LEGAL	328
183.	IMPACTO DA COVID-19 NA TENDÊNCIA DA LEISHMANIOSE EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO	330
184.	IMPACTO DA FEBRE TIFOIDE NA AMAZÔNIA LEGAL NA ÚLTIMA DÉCADA: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO	331
185.	MALÁRIA EM ÁREAS DE MINERAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA, FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIA DE CONTROLE: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA.....	333
186.	O IMPACTO DA DENGUE NA SAÚDE PÚBLICA DO AMAZONAS: ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA ÚLTIMA DÉCADA.....	335
187.	OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO DESENVOLVIMENTO DE VACINAS ESPECÍFICAS PARA PLASMODIUM VIVAX: UMA REVISÃO DA LITERATURA EM ABORDAGENS IMUNOLÓGICAS	337
188.	PANORAMA DA MALÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA: REVISÃO INTEGRATIVA	339
189.	PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DOS ACIDENTES ESCORPIÔNICOS NOS ESTADOS PERTENCENTES À AMAZÔNIA LEGAL NO PERÍODO DE 2019 A 2023.....	341
190.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA FEBRE DE OROPOUCHE NO ESTADO AMAZONAS NO PERÍODO DE 2023 A 2024.....	343
191.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA PARALISIA FLÁCIDA AGUDA NA AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE DE 2012 a 2021.....	345
192.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS CONGÊNITA NO AMAZONAS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	347
193.	RESISTÊNCIA DO PLASMODIUM FALCIPARUM À CLOROQUINA NA AMAZÔNIA: IMPACTOS NO TRATAMENTO DA MALÁRIA.....	348

Eixo 07: Saúde materno-infantil e mortalidade precoce..... 350

194.	A INTER-RELAÇÃO ENTRE DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO PRÉEXISTENTE NA GESTAÇÃO: IMPACTOS MATERNOS-FETAIS E ESTRATEGIA DE MANEJO	351
195.	ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA MORTALIDADE MATERNA EM COMUNIDADE INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO RETROSPECTIVO	353
196.	ANÁLISE TEMPORAL DA PREVALÊNCIA DE SÍFILIS EM GESTANTES E RELAÇÃO COM NÍVEL DE ESCOLARIDADE, EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS	355
197.	AVALIAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES DA SAÚDE MATERNA EM INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE INTEGRATIVA	357
198.	AVANÇOS E PERSPECTIVAS NA PREVENÇÃO DE ENTEROCOLITE NECROSANTE EM RECÉM-NASCIDOS: TECNOLOGIAS E INTERVENÇÕES INOVADORAS	359
199.	CARACTERIZAÇÃO DOS ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS EM MENORES DE 5 ANOS NA REGIÃO NORTE DE 2019 A 2023	361
200.	COMPARATIVO DAS COBERTURAS VACINAIS DA POLIOMIELITE NA REGIÃO NORTE E BRASIL NOS ANOS DE 2018-2024	362
201.	DESAFIOS NO ACESSO A CUIDADOS PRÉ-NATAIS E PÓS-NATAIS PARA MULHERES INDÍGENAS: UMA ABORDAGEM SOBRE A SAÚDE	363

202.	DESNUTRICÃO INFANTIL NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO CRÍTICA DAS CAUSAS, IMPACTOS E INTERVENÇÕES NA ÚLTIMA DÉCADA.....	365
203.	ECLÂMPsia E SÍNDROME HELLP: DESAFIOS DIAGNÓSTICOS NA OBSTETRÍCIA.....	367
204.	EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA SALA DE ESPERA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ABORDAGEM PARA O FORTALECIMENTO DO ALEITAMENTO MATERNO	369
205.	EFEITOS DA PREMATURIDADE NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL	371
206.	EFEITOS DAS DOENÇAS CRÔNICAS MATERNAS NA SAÚDE DO FETO E NA MORTALIDADE PRECOCE: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E PREVENÇÃO.	373
207.	EFICÁCIA E SEGURANÇA DA VACINA ABRYSSO NA GESTAÇÃO PARA PREVENÇÃO DA BRONQUIOLITE NEONATAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	375
208.	FATORES GENÉTICOS ASSOCIADOS À CARDIOPATIAS CONGÊNITAS EM PACIENTES COM SÍNDROME DE DOWN.....	377
209.	FATORES MATERNS E SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS AO BAIXO PESO AO NASCER NA REGIÃO NORTE	379
210.	IMPACTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À GESTANTE NA MORTALIDADE INFANTIL EVITÁVEL NA AMAZÔNIA LEGAL: UM ESTUDO ECOLÓGICO.....	380
211.	IMPACTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA MATERNIDADE E NO VÍNCULO MÃE-BEBÊ.....	382
212.	IMPACTOS E ALTERNATIVAS DO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE EM GESTANTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	384
213.	IMPLICAÇÕES DA MALÁRIA NA SAÚDE MATERNO-INFANTIL NA AMAZÔNIA.....	385
214.	INCIDÊNCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE 1 ANO DE IDADE NAS REGIÕES BRASILEIRAS DE 2012 A 2021: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO	387
215.	INCIDÊNCIA E DESAFIOS PARA O DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	388
216.	MORTALIDADE INFANTIL NA REGIÃO NORTE: UM ESTUDO DE TENDÊNCIAS E DETERMINANTES (2013 - 2023).....	390
217.	MORTALIDADE MATERNA INDÍGENA: EVIDÊNCIAS, BARREIRAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	391
218.	ÓBITOS EVITÁVEIS EM MENORES DE 5 ANOS POR CAUSAS REDUZÍVEIS COM ATENÇÃO À GESTANTE NA AMAZÔNIA LEGAL: PRINCIPAIS CAUSAS E PERFIL EPIDEMIOLÓGICO	393
219.	PADRÕES DE INCIDÊNCIA DA HANSENÍASE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO BRASILEIRA DA AMAZÔNIA LEGAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	394
220.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS GESTACIONAL NO TOCANTINS ENTRE 2009 E 2023	396
221.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TOXOPLASMOSE GESTACIONAL NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL	397
222.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE DOENÇAS EXANTEMÁTICAS EM CRIANÇAS E PRÉ-ADOLESCENTES NA REGIÃO NORDESTE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	398
223.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ÓBITOS FETAIS NO TOCANTINS DE 2012 A 2023	400
224.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ROTAVÍRUS EM CRIANÇAS NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	401
225.	RASTREAMENTO DO DIABETES GESTACIONAL E IMPACTOS NA SAÚDE MATERNO-FETAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	403
226.	PRÉ-NATAL E VACINAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONTRA A TRANSMISSÃO VERTICAL DA HEPATITE B NO BRASIL	405
227.	REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA SOBRE MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS MAIS DESCRITAS NA LITERATURA PARA O TRATAMENTO DA SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO (SOP).....	407

228. ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER NO RASTREIO DE PRÉECLÂMPSIA DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE..... 409

EIXO 08: Saúde mental e bem-estar na população amazônica 410

229. BOTULISMO NO NORTE, CASOS ZERADOS OU UMA SUBNOTIFICAÇÃO..... 411
230. DA FORMAÇÃO À PRÁTICA: A PALHAÇOTERAPIA COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO MÉDICO - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 412
231. EFEITOS NEUROQUÍMICOS E PROPRIEDADES MEDICINAIS DE AGENTES ALUCINÓGENOS UTILIZADOS PELA COMUNIDADE INDÍGENA 414
232. ENTRE RISOS E CUIDADOS, A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO PALHAÇOPACIENTE PEDIÁTRICO E O PAPEL DO RESPONSÁVEL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 415
233. MORTALIDADE POR SUICÍDIO NA POPULAÇÃO AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA 417
234. OS DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL EM POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA DURANTE O PERÍODO DA COVID-19 418
235. OS DESAFIOS DA SAÚDE PÚBLICA NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA 420
236. PALHAÇOTERAPIA E SEUS EFEITOS FISIOLÓGICOS: IMPACTOS NAS RESPOSTAS DO ORGANISMO E NO BEM-ESTAR. 422
237. SAÚDE MENTAL EM POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA 424
238. SUICÍDIO ENTRE POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE FATORES DE RISCO E IMPACTOS SOCIOCULTURAIS 426
239. TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: DETERMINANTES E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PRECOCE 428

ELXO 1

ATENÇÃO PRIMÁRIA E SAÚDE DA FAMÍLIA EM ÁREAS REMOTAS

ABORDAGENS INOVADORAS PARA ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA EM COMUNIDADES AMAZÔNICAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Hellen Regina Araujo Machado - UFNT - hellen.machado@ufnt.edu.br
Ana Karolliny Matias Nascimento - UFNT - matias.ana@mail.uft.edu.br
Pablo Matias Nascimento - UFNT - pablo.nascimento@ufnt.edu.br
Rejanne Lima Arruda - UFNT - rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil é a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo ações preventivas e assistenciais. No contexto amazônico, desafios geográficos, socioeconômicos e estruturais dificultam o acesso equitativo aos serviços. A dispersão populacional e a precariedade da infraestrutura sanitária ampliam vulnerabilidades epidemiológicas, exigindo estratégias inovadoras para otimizar a APS na região. **OBJETIVOS:** O estudo analisa as limitações da APS em comunidades amazônicas e propõe estratégias para aprimorar sua efetividade. Busca identificar iniciativas bem-sucedidas que ampliem o acesso aos serviços de saúde e incorporem soluções tecnológicas para superar barreiras estruturais. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza exploratória e qualitativa. Foram analisados artigos das bases PubMed, SciELO, Lilacs e Medline, publicados entre 2019 e 2024. A seleção utilizou descritores do DeCS e MeSH, combinados por operadores booleanos. Estudos sobre inovações na APS amazônica foram incluídos, enquanto revisões narrativas e editoriais foram excluídos. A análise categorizou os achados por inovação, impacto assistencial e desafios operacionais. **RESULTADOS:** Foram identificadas diversas iniciativas inovadoras na APS amazônica. A telessaúde no território Yanomami ampliou o acesso a especialistas, reduzindo deslocamentos e aumentando a resolutividade clínica. A parceria com a Universidade Federal de Roraima possibilitou a criação de um núcleo de saúde digital, beneficiando comunidades indígenas. O uso de tecnologias para monitoramento epidemiológico otimizou o controle de doenças endêmicas como a malária. As Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) mostraram-se eficazes na oferta itinerante de serviços médicos e odontológicos às populações ribeirinhas. O Projeto Saúde & Alegria destacou-se pelo uso de metodologias participativas e artísticas na promoção da saúde, fortalecendo a coesão social e disseminando boas práticas sanitárias. **CONCLUSÃO:** As inovações na APS amazônica têm sido fundamentais para superar barreiras geográficas e estruturais, qualificando os serviços prestados. A telessaúde, a integração de práticas tradicionais e a expansão das UBSF demonstram impactos positivos na redução das desigualdades regionais. Recomenda-se a continuidade dessas ações, acompanhada de avaliações sistemáticas para garantir sua efetividade e sustentabilidade. A colaboração entre governos, universidades e comunidades é essencial para a formulação de políticas adaptadas à realidade amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Assistência Fluvial, Atenção Primária, Inovação em Saúde, Telessaúde.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, S. A. D.; MOURA, G. F. Os desafios da atenção primária à saúde no Amazonas e propostas para melhoria do atendimento: uma revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, [S.l.], v. 11, n. 11, p. e17441117441, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17441/16877>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- FARIA, S. L. et al. Atenção primária à saúde em áreas rurais: acesso, organização e força de trabalho em saúde em revisão integrativa de literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.l.], v. 37, n. 7, p. e00310520, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00310520. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00310520>. Acesso em: 6 mar. 2025
- MACHADO, Felipe Salles Neves et al. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia: experiência de trabalho interdisciplinar, integrando as diretrizes do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 127-134, 2010. DOI: 10.1590/S1413-

81232010000100030. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100030>. Acesso em: 6 mar. 2025

RABELO, A. L. et al. Coordenação do cuidado e longitudinalidade na atenção primária à saúde na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília*, v. 73, n. 3, e20180841, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0841>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SILVA, L. M.; MELO, R. L.; SANTOS, A. L. Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 26, n. 6, p. 2673-2685, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021266.02672021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.02672021>. Acesso em: 6 mar. 2025.

ANÁLISE DOS CASOS DE ACIDENTE POR ANIMAIS PEÇONHENTOS NA REGIÃO NORTE EM MUNICÍPIOS DE EXTREMA POBREZA NO PERÍODO DE 2019 A 2023

Dulce Maria Bezerra Freitas - Universidade Federal do Maranhão - dulce.mbf@discente.ufma.br

Cindy Taylor Souza Lopes - Universidade Federal do Maranhão - cindy.taylor@discente.ufma.br

Gabriel do Vale Matos - Universidade Federal do Maranhão - gv.matos@discente.ufma.br

Luiza Medeiros Alvarez - Universidade Federal do Maranhão - luiza.alvarez@discente.ufma.br

Matheus Gabriel Montes da Silva - Universidade Federal do Maranhão -

monteles.matheus@discente.ufma.br

Lorrany Fontenele Nascimento - Universidade Federal do Maranhão - lorrany.fontenele@ufma.br

INTRODUÇÃO: Animais peçonhentos injetam toxinas ativamente, em presas ou predadores, por meio da inoculação através de estruturas especializadas, causando reações locais e sistemas graves que exigem tratamento rápido e eficaz. Acidentes causados por animais peçonhentos são um entrave para a saúde pública, sobretudo em regiões remotas e precárias, como áreas de ampla pobreza nos municípios do Norte brasileiro, pela ampla biodiversidade de animais presentes associada à infraestrutura hospitalar. **OBJETIVOS:** Analisar a distribuição de ocorrências com animais peçonhentos no Norte brasileiro (2019-2023) e seus aspectos epidemiológicos e operacional, com o fito de descrever o perfil do tempo de atendimento e evolução dos casos.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa descritiva-analítica utilizando dados do SINAC/DataSUS sobre acidentes por animais peçonhentos na região Norte entre 2019 a 2023, considerando as variáveis: municípios de extrema pobreza, de animais envolvidos, o tempo de atendimento, a faixa etária dos pacientes e a evolução dos casos. Os dados foram organizados no Excel e analisados no software JAMOVI, por meio do teste qui-quadrado ($p < 0,05$), além do teste exato de Fisher ($p < 0,05$) em casos com menos de cinco contagens.

RESULTADOS: A taxa das notificações de acidentes por animais peçonhentos no Norte é uma das menores no Brasil (7,7%). A ocorrência dos casos em municípios de extrema pobreza representa 29,08% do total da região e a prevalência foi maior no primeiro trimestre do ano (28,07%). O tipo de acidente teve forte associação com o tempo de atendimento ($p < 0,001$), sendo os casos que envolvem serpentes, foram demoraram 24 horas ou mais para a procura de centros de saúde (58,73%). Episódios envolvendo escorpiões apresentaram maior percentual entre os atendimentos na primeira hora após o acontecimento (41,7%). A faixa etária também influenciou na evolução do caso ($p < 0,001$), em que a maior proporção de óbitos foram nos indivíduos entre 20 e 59 anos (44,04%). Essa relação foi menor em crianças menores de um ano (0,11%). **CONCLUSÃO:** Destaca-se a relação entre o tempo de atendimento e o tipo de acidente, enfatizando os casos por picadas de serpente, além do aumento proporcional no tempo de atendimento e a evolução à óbito, predominante nos indivíduos adultos. Estes achados destacam a necessidade de políticas públicas que estabeleçam a eficácia na prevenção e controle desses acidentes em áreas de déficit educacional e acesso limitado aos grandes centros de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Acidentes, Animais peçonhentos, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Andressa; MENDES, Ellen Jaqueline; BOLLIS, Eliane; KONFLANZ, Alexandre Lazxzari; BORDIN, Sandra Mara Sabedot; LUTINSKI, Junir Antonio. Acidentes e plantas hospedeiras associadas a lagartas urticantes. Revista Ciências Plurais, v. 8, n. 2, e23767, mar. 2022.

HAMMER, Fernanda Martins; FEIO, Renato Neves; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. Acidentes crotálicos no Brasil: atualidades e perspectivas. Revista Médica de Minas Gerais, v. 32, p. 32202, 2022.

SANTOS, Guidyan Anne Silva; COUTO, Rodrigo de Macedo; BOING, Alexandra Crispim; BOING, Antônio Fernando. Trends in occurrences of accidents by venomous animals in Brazil: analysis of notifications from 2007 to 2021. Revista Ciências Plurais, v. 9, n. 2, p. 32205, 31 ago. 2023.

SCHELIGA, Daniel José; HINO, Adriano Akira Ferreira; OLANDOSKI, Marcia; MOURA-LEITE, Julio Cesar de; SILVA, Emanuel Marques da; ELIFIO-ESPOSITO, Selene. Exploring snakebite epidemiology between 2010

and 2021 in Paraná, Brazil: introducing distribution patterns, clinical profiles, and sociodemographic factors. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, v. 45, n. 2, p. 197-210, jul./dez. 2024.

SILVA, Herberth Rick dos Santos; CASTRO, Thiago Marcírio Gonçalves de; BATISTA NETO, José Benedito dos Santos; VALE, Joyce Karen Lima; BORBA-PINHEIRO, Cláudio Joaquim. Caracterização epidemiológica de acidentes com animais peçonhentos entre 2012-2021: revisão sistemática. *Revista Ciências Plurais*, v. 9, n. 2, p. 29905, 31 ago. 2023.

ATENÇÃO PRIMÁRIA EM ÁREAS REMOTAS DA AMAZÔNIA: DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE E ATUAÇÃO DO MÉDICO NA SAÚDE DA FAMÍLIA

Thaina Borges Leal – UNITPAC/AFYA – thainabl123@gmail.com

Giulia Alvino Modesto de Oliveira – UNITPAC/AFYA – giulialvino@hotmail.com

Guilherme Sousa Martins – UNITPAC/AFYA – guilhermemartins40@gmail.com

Ezequiel Gonçalves Rodrigues – UNITPAC/AFYA – Ezequielgr3@gmail.com

Felipe Frutuoso Souza – FESAR/AFYA – frutuossilipe@gmail.com

Francisco Leonardo Da Costa Lima – UNITPAC/AFYA – francisco.leonardo@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças, especialmente em áreas remotas como a Amazônia brasileira. Nessas regiões, a dispersão geográfica, a baixa densidade populacional, a escassez de infraestrutura, o déficit de profissionais médicos e as vastas distâncias, representam desafios significativos para a acessibilidade aos serviços de saúde e para a atuação eficaz dos profissionais médicos, comprometendo a equidade e a qualidade da assistência. Compreender esses desafios e discutir estratégias para superar essas barreiras é essencial para o aprimoramento de políticas públicas, no intuito de garantir o direito à saúde das populações vulneráveis.

OBJETIVOS: Identificar os principais desafios de acessibilidade enfrentados pela população em áreas remotas da Amazônia no acesso à APS bem como analisar a atuação dos médicos na ESF nessas regiões, propondo estratégias de melhoria para a acessibilidade e incentivo à permanência de profissionais nessa região.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, abrangendo publicações dos últimos cinco anos (2020-2025) sobre acessibilidade e atuação médica na Atenção Primária na Região Amazônica. Foram consultadas as bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Após a seleção e análise qualitativa, identificaram-se os principais desafios e estratégias para aprimorar a fixação de médicos e a estrutura da APS na região.

RESULTADOS: A análise revelou que a acessibilidade aos serviços de APS em áreas remotas da Amazônia é comprometida por grandes distâncias e difícil acesso às unidades de saúde, deficiência nas vias de transporte e comunicação, além de escassez e alta rotatividade de profissionais de saúde. Destacou-se a necessidade de maiores investimentos, planejamento, adaptações e capacitação dos profissionais, para fortalecer os vínculos com a comunidade e promover a qualidade da assistência em saúde, especialmente em populações vulneráveis.

CONCLUSÃO: Para superar os desafios encontrados é necessário: Investimentos em infraestrutura de transporte e comunicação, políticas de incentivo para a fixação de profissionais de saúde, capacitação contínua das equipes de saúde, implementação de tecnologias como a telemedicina. Abordagens integradas e adaptadas às especificidades locais são essenciais para garantir o acesso e a qualidade da APS nessas regiões aprimorar qualidade do atendimento, reduzir desigualdades e fortalecer o SUS como um sistema de saúde acessível e eficiente para toda a população.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde, Acessibilidade, Médicos, Saúde da Família e Amazônia.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Waldemir de Albuquerque; CARVALHO, Natalia de Campos; MACEDO, Harineide Madeira. Lacunas e retrocessos em programas de provimento médico na Amazônia: desafios para os gestores federais. Trabalho, Educação e Saúde, v. 21, p. e01976216, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7jmdKQDvzXvTdJ4CPKxX6PN/?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2025.

CURY, Geraldo Cunha; FONSECA, Angélica Ferreira. A retomada do Programa Mais Médicos em 2023. Trabalho, Educação e Saúde, v. 21, p. e02415229, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/69sPMYsYKKnFgzB6nWSVjhb/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues et al. Sustentabilidade da Atenção Primária à Saúde em territórios rurais remotos na Amazônia fluvial: organização, estratégias e desafios. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, p. 1605-1618, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zZdBTl6QPw35vSPYz75XRPv/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

FRANCO, Cassiano Mendes; GIOVANELLA, Lígia; BOUSQUAT, Aylene. Atuação dos médicos na Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos: onde está o território?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 03, p. 821-836, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/x7NR8bChCmSydSSjQXqK34c/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa et al. Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2053-2064, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PvFjywqqXgsPy5Phds5XyRq/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

ATENDIMENTO PRIMÁRIO EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO: ENTRE A NECESSIDADE E A REALIDADE - UMA ANÁLISE DE REVISÃO NARRATIVA

Maria Cecília Costa Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - mariaceciliacostasilva89@gmail.com

Ingrid Alves de Moraes - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – ingrid.morais@ufnt.edu.br

Ranne Borges de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – ranne.sousa@ufnt.edu.br

Richardson Chaves de Abreu - Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - richardsonchda@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Amazônia, com sua vasta rede hidrográfica, abriga municípios rurais remotos (MRR), onde rios são a principal via de acesso. A rarefação populacional, distâncias e isolamento dificultam a Atenção Primária em Saúde (APS). A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) trouxe avanços, como a Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) e as Equipes de Saúde Ribeirinha (eSFR), mas desafios persistem. Comparar a realidade da saúde no Amazonas com suas necessidades é essencial para mitigar impactos e melhorar o atendimento. **OBJETIVOS:** Investigar ações estratégicas que podem ser instituídas em regiões amazônicas remotas para garantir a integralidade do cuidado em saúde, a nível da APS. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa fundamentou-se em publicações de periódicos e bibliotecas virtuais, abordando os desafios enfrentados por MRR da Amazônia no acesso à saúde e as iniciativas das equipes locais. A pesquisa utilizou descritores específicos e priorizou fontes publicadas entre 2021 e 2024. Ademais, foi empregada inteligência artificial (por meio do chatGPT) como ferramenta auxiliar na síntese textual, garantindo maior precisão e coesão na abordagem dos temas relacionados à APS e à atuação das eSFR em áreas de difícil acesso. **RESULTADOS:** Entre 2021 e 2023, a cobertura da APS em MRR amazônicos aumentou, impulsionada pelas eSFR e UBSF, criadas pela PNAB. Essas iniciativas garantiram acesso aos cuidados básicos em áreas isoladas. No entanto, desafios persistem, como subfinanciamento, dificuldade na fixação de profissionais, barreiras geográficas e infraestrutura precária. Além disso, políticas inadequadas não consideram as especificidades locais, como variações sazonais dos rios, que afetam a atuação das UBSF. Embora a ampliação da cobertura da APS reduza internações evitáveis, obstáculos como falta de medicamentos e exames, dificuldades no retorno de pacientes referidos e fragilidades na rede de atenção dificultam sua efetivação. Esses desafios comprometem a resolutividade e a integralidade do cuidado prestado, prejudicando a qualidade da assistência em regiões remotas da Amazônia. **CONCLUSÃO:** Apesar dos avanços, esses fatores ainda limitam a efetividade dos serviços. Para melhorar a cobertura sanitária, é essencial investir em melhores condições, adaptar políticas públicas às necessidades regionais e fortalecer estratégias que garantam assistência contínua à população ribeirinha e em áreas de difícil acesso, além de oferecer condições que facilitem a fixação de profissionais da saúde. Com a modificação desses fatores, a população poderá ter acesso efetivo à atenção primária à saúde, conforme preconizado pelo SUS, garantindo um cuidado integral, humanizado e em consonância com a Lei.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde, Populações Rurais, Regiões Remotas.

REFERÊNCIAS:

CARLOS, K. B. Ferrari. “Problemas de saúde pública sob a ótica dos cidadãos: um estudo em três municípios da Amazônia Legal Brasileira.” Revista Interfaces Saúde Humanas E Tecnologia, vol. 11, no. 2, 3 Sept. 2023, interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/1177, <https://doi.org/10.16891/2317-434x.v11.e2.a2023.pp2082-2089>. Accessed 19 Mar. 2025.

FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues, et al. “Sustentabilidade da Atenção Primária à Saúde em territórios rurais remotos na Amazônia Fluvial: organização, estratégias e desafios.” Ciência & Saúde Coletiva, vol. 27, no. 4, Apr. 2022, pp. 1605–1618, <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.01112021>.

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa, et al. “Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas.” Ciência & Saúde Coletiva, vol. 26, no. 6, June 2021, pp. 2053–2064, <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.02672021>.

MALVEZZI, Cecilia, et al. "Panorama dos recursos humanos da saúde em terras indígenas da Amazônia Legal." *O Mundo Da Saúde*, vol. 48, 1 Jan. 2024, <https://doi.org/10.15343/0104-7809.202448e15902024p>. Accessed 24 Sept. 2024.

SOUSA, Amandia, et al. "Invisibilidade das singularidades amazônicas na organização e oferta de serviços de Atenção Primária à Saúde (APS): Estudo de caso na área rural ribeirinha de Manaus (AM)." *Saúde E Sociedade*, vol. 32, no. 2, 2023, www.scielo.br/j/sausoc/a/ykWTcdZBbwrwHdkWCfVMghJ/?format=pdf&lang=pt, <https://doi.org/10.1590/s0104-12902023220612pt>. Accessed 2 Mar. 2024.

DESAFIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA FAMÍLIA EM COMUNIDADES REMOTAS NA AMAZÔNIA

Anthony Felipe Lemos Damascena – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
alemosdamascena@gmail.com

Ana Clara Mazzini Ribeiro – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
anaclaramazzini@gmail.com

Ana Júlia Dermon Rezende Assunção – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
anajuliadermon@gmail.com

Stefane de Sousa Martins – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
stefanesousamartins@gmail.com

Victor Costa Medrado Bruneliz – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
victormedrbruneliz@gmail.com

Rodolfo Lima Araújo – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
rodolfo.araujo@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A Amazônia, que abriga regiões classificadas como de difícil acesso, é onde se encontra a maior quantidade de municípios rurais isolados do Brasil. Esse isolamento não é causado apenas pela distância física, mas também pela limitada disponibilidade de serviços, o que priva a população do atendimento à saúde.

OBJETIVOS: Apontar os principais desafios assinalados na literatura científica, acerca dos desafios relacionados ao desenvolvimento de ações no âmbito da atenção primária à saúde da família em comunidades remotas na Amazônia. **METODOLOGIA:** Revisão de literatura do tipo narrativa acerca da temática: Atenção primária e saúde da família em áreas remotas. A amostra foi obtida a partir da consulta das bases de dados Lilacs e SciELO Brasil, a partir dos descritores: Atenção Primária à Saúde, Acesso à Atenção Primária, Áreas remotas, Amazônia. Foram revisadas obras publicadas entre os anos de 2020 e 2024 que se relacionavam com a temática, sendo observadas as fases do delineamento adotado. **RESULTADOS:** A busca inicial resultou numa amostra composta por 191 estudos, procedeu-se então à leitura de títulos e resumos, onde foram excluídas 173 obras pelos revisores, os 18 estudos restantes foram lidos na íntegra e correspondem a amostra deste estudo. A maioria das pesquisas aponta fatores de mobilidade, questões sociais, carência de recursos humanos e insumos como os aspectos mais críticos e limitadores. A acessibilidade aos serviços é atrelada, em grande parte dos casos, à mobilidade fluvial, disponibilidade de transporte, situação econômica dos usuários para custear o deslocamento e disponibilidade dos serviços nas comunidades ribeirinhas. Esta por sua vez é determinada por fatores como a existência de profissionais de saúde, medicação, equipamentos e de fluxograma que garanta a continuidade da assistência por meio da articulação entre Atenção Primária à Saúde com a Rede de Atenção à Saúde. **CONCLUSÃO:** Embora o direito à saúde esteja garantido nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), através dos princípios da universalidade, integralidade e equidade, são grandes os desafios e obstáculos encontrados por profissionais atuantes em zonas remotas da Amazônia. Há necessidade de atuação contínua no que tange a criação e fortalecimento de políticas de saúde específicas às populações do campo, das águas e da floresta, que traduzir-se-ão na melhora dos indicadores de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde, Acesso à Atenção Primária, Áreas remotas, Amazônia.

REFERÊNCIAS:

DOLZANE, Rozenila da Silva; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. Atenção básica no Amazonas: provimento, fixação e perfil profissional em contextos de difícil acesso. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, p. e00288120, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/hhHHV9zz8WKyQPVK3LtYfvF/?lang=pt>. Acesso em 19 Mar. 2025.

ANJOS, Larissa Cristina Cardoso dos et al. A avaliação da Atenção Primária à Saúde no Amazonas a partir da Agenda 2030 (ONU). Revista de APS, v. 26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e262341027>. Acesso em 19 de Mar. 2025.

LIMA, Angelina de Oliveira; SOUSA, Amanda Thyanne Sales de. Os desafios da estratégia da atenção primária no Amazonas e propostas para melhoria da assistência em saúde: uma revisão integrativa da

literatura. Research, Society and Development, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17441/16877>. Acesso em 19 de Mar. 2025.

SILVA, Amanda Marinho da; FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Acessibilidade e disponibilidade de oferta para o cuidado ao hipertenso na atenção primária à saúde em município rural remoto, Amazonas, Brasil, 2019. Cadernos de saúde pública, v. 39, p. e00163722, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Mgd8DtWbFg3sFrXwkxcjSCp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 19 de Mar. 2025.

SILVA, Amanda Marinho da; FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Acessibilidade e disponibilidade de oferta para o cuidado ao hipertenso na atenção primária à saúde em município rural remoto, Amazonas, Brasil, 2019. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 1, 2023. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8293>. Acesso em 19 de Mar. 2025.

DESAFIOS DE ACESSO À ATENÇÃO PRIMÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL: ESTRATÉGIAS PARA UMA SAÚDE HUMANIZADA E ACESSÍVEL

Clara Neiva Souza do Carmo – Universidade Federal do Norte do Tocantins – clara.neiva97@gmail.com

Gabriela Porfíria Gomes – Universidade de Cuiabá – gporfíria@hotmail.com

Roberta Ribeiro Borges Frattari – Médica pela Universidade de Várzea Grande – robsfrattari@icloud.com

INTRODUÇÃO: O Brasil é um país de extensão continental, abrigando diversas regiões longínquas com conexão dificultosa, destacando, nesse contexto, a Amazônia Legal, área extensa que, além dos desafios citados, sofre ainda com os obstáculos do acesso populacional aos serviços do Sistema Único de Saúde.

OBJETIVOS: evidencia-se a necessidade de compreensão das barreiras enfrentadas por habitantes de populações ribeirinhas amazônicas à Atenção Primária à Saúde (APS), de forma que estratégias possam ser traçadas visando promover integralidade no cuidado desses indivíduos. **METODOLOGIA:** foram utilizados artigos publicados de 2020 a 2023 encontrados em plataformas de pesquisa e divulgação científica, PUBMED e SCIELO, que contemplavam o assunto do estudo, dos quais cinco foram selecionados, analisados e incluídos nessa revisão bibliográfica.

RESULTADOS: a barreira geográfica característica do território amazônico, com comunidades dispersas entre áreas de mata e rios, é tida como o principal desafio na promoção de saúde, visto que tal fato requer estratégias complexas de locomoção da equipe profissional até os pontos de interesse. Associado a isso, existe ainda a carência de recursos e de infraestrutura, pois, quando possível o acesso à população alvo, os especialistas não dispõem de equipamentos, medicamentos e exames complementares, por exemplo. A escassez de médicos, enfermeiros, dentistas e demais profissionais em comunidades isoladas, assim como a desconfiança e resistência de alguns conjuntos populacionais em relação ao modelo biomédico moderno são fatores que também corroboram com o problema. **CONCLUSÃO:** como consequência, a população amazônica sofre com a dificuldade de acesso em estâncias básicas, como consultas médicas ou odontológicas de rotina, pré-natal, consultas de puericultura, vacinação, tratamento de doenças crônicas e todos os demais serviços prestados na APS. Dessa forma, tais indivíduos se tornam mais vulneráveis às moléstias, pois não usufruem dos seus direitos de prevenção e tratamento. Para minimizar o quadro, é essencial a presença frequente da equipe de saúde nessas comunidades, seja através das Unidades Móveis Fluviais ou seja por visitas nas habitações para manutenção do cuidado, com atuação dos agentes comunitários de saúde de forma essencial na intermediação do processo, visando minimizar a necessidade de deslocamento dos pacientes. Sem as estratégias propostas, os ribeirinhos ficam à mercê dos agentes de cura locais, como os curandeiros e xamãs, ou dos remédios com uso de plantas e ervas medicinais.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde; Barreiras ao Acesso aos Cuidados de Saúde; Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS:

FAUSTO, M. C. R. et al. Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos brasileiros: contexto, organização e acesso à atenção integral no Sistema Único de Saúde. Saúde e Sociedade, v. 32, n. 1, p. e220382pt, 2023.

FRANCO, C. M.; LIMA, J. G.; GIOVANELLA, L. Primary healthcare in rural areas: access, organization, and health workforce in an integrative literature review. Cadernos de saúde pública, v. 37, n. 7, p. e00310520, 2021.

GARNELO, L. et al. Barriers to access and organization of primary health care services for rural riverside populations in the Amazon. International journal for equity in health, v. 19, n. 1, p. 54, 2020.

UGHTON, N. et al. Identifying access barriers faced by rural and dispersed communities to better address their needs: implications and lessons learned for rural proofing for health in the Americas and beyond. Rural and remote health, v. 23, n. 1, p. 7822, 2023.

RODRIGUES, K. V.; ALMEIDA, P. F. DE; FAUSTO, M. C. Informal and popular healthcare subsystems in a remote rural municipality in the Brazilian Amazon region. Rural and remote health, v. 21, n. 3, p. 6568, 2021.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM ÁREAS REMOTAS DA AMAZÔNIA

Antonio Gabriel Prazeres Araújo - UNITPAC - antoniogabrielpraze@gmail.com

Mariana Matos Melo - UNITPAC - marianamatasmelodra@gmail.com

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com

Axhilles Lopes Montenegro Andreatta Lemos – EMESCAM - axhilles@icloud.com

INTRODUÇÃO: A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e enfrenta diversos desafios na Amazônia remota. A vastidão territorial, o isolamento geográfico e as dificuldades logísticas dificultam o acesso equitativo aos serviços de saúde. Modelos como as Equipes de Saúde Ribeirinha e Fluvial (eSFR e eSFF) foram implementados para atender comunidades distantes, mas ainda há lacunas em infraestrutura, recursos humanos e financiamento. **OBJETIVO:** Analisar desafios da APS na Amazônia remota, levantando questões sobre acesso, qualidade e efetividade dos serviços, visando a melhoria da saúde. **METODOLOGIA:** Este resumo trata-se de uma revisão de literatura baseada na busca de artigos dos últimos 4 anos, na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), guiada pelos termos: “Amazônia” AND “Atenção primária” AND “Desafios”, contendo 5 artigos selecionados sobre o tema. **RESULTADOS:** Os desafios da APS na Amazônia incluem grandes distâncias, escassez de profissionais, falta de infraestrutura adequada e dificuldades no transporte de pacientes e insumos. Apesar da criação das eSFR e eSFF, a cobertura ainda é desigual, especialmente para gestantes, hipertensos e diabéticos. A logística das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) exige profissionais treinados para atuar em condições adversas, acumulando funções médicas e operacionais. Além disso, a rotatividade de profissionais e a falta de exames laboratoriais dificultam a continuidade do cuidado. Estratégias como incentivos para fixação de profissionais, telemedicina e participação comunitária são essenciais. O financiamento insuficiente e a burocracia no credenciamento de novas equipes comprometem a expansão e sustentabilidade desse modelo de atenção à saúde. **CONCLUSÃO:** A APS na Amazônia remota enfrenta desafios estruturais, financeiros e operacionais, limitando seu impacto na equidade do acesso à saúde. Para garantir um atendimento eficaz, é essencial fortalecer políticas públicas, ampliar incentivos aos profissionais e integrar tecnologias como a telemedicina, assegurando assistência contínua e qualificada às populações ribeirinhas e rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia remota, saúde, desafios na cobertura de saúde, saúde ribeirinha.

REFERÊNCIAS:

DE OLIVEIRA LIMA, Angelina; DE SOUSA, Amanda Thyanne Sales. Os desafios da estratégia da atenção primária no Amazonas e propostas para melhoria da assistência em saúde: uma revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, p. e333101017441-e333101017441, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/367866307_Os_desafios_da_estrategia_da_atencao_primaria_no_Amazonas_e_propostas_para_melhoria_da_assistencia_em_saude_uma_revisao_integrativa_da_literatura>. Acesso em: 07 mar. 2025.

FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues et al. Sustentabilidade da Atenção Primária à Saúde em territórios rurais remotos na Amazônia fluvial: organização, estratégias e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 1605-1618, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/zZdBtL6QPw35vSPYz75XRPv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 mar. 2025.

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa et al. Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2053-2064, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/PvFjyqqXgsPy5Phds5XyRq/>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

SILVA, Amanda Marinho da; FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Acessibilidade e disponibilidade de oferta para o cuidado ao hipertenso na atenção primária à saúde em

município rural remoto, Amazonas, Brasil, 2019. Cadernos de saúde pública, v. 39, p. e00163722, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/Mgd8DtWbFg3sFrXwkxcjSCp/>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

ANJOS, Larissa Cristina Cardoso dos et al. A avaliação da Atenção Primária à Saúde no Amazonas a partir da Agenda 2030 (ONU). Rev. APS (Online), p. e262341027-e262341027, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e262341027>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL NA ZONA RURAL DE ARAGUAÍNA-TO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Luísa Gonçalves Felipe - Universidade Federal do Norte do Tocantins – ana.felipe@ufnt.edu.br
Carolina Galgane Lage Miranda - Universidade Federal do Norte do Tocantins -
carolina.miranda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Os casos graves de COVID-19 reduziram devido às medidas de prevenção e vacinas, mas o vírus ainda circula, exigindo manutenção dos cuidados e ações efetivas de prevenção e contágio. Ensinar sobre higienização das mãos é essencial no combate à doença, especialmente em crianças de 2 a 5 anos, que estão desenvolvendo comunicação e habilidades motoras, transformando-se em agentes de mudança. A educação em saúde é uma ferramenta fundamental e deve ser incentivada, especialmente entre o público infantil, para reforçar hábitos preventivos em saúde. **OBJETIVOS:** Descrever um relato de experiência acerca da educação em saúde sobre o coronavírus e medidas para preveni-lo em uma escola municipal de educação infantil. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo, tipo relato de experiência, sendo ministrado 3 oficinas por uma acadêmica de medicina, uma enfermeira e o auxílio de uma agente comunitária de saúde (ACS), sobre o tema “covid-19”, em uma escola municipal, situada no povoado Água Amarela, zona rural da cidade de Araguaína-TO. **RESULTADOS:** Os profissionais da UBS Senador Benedito Ferreira identificaram a necessidade de oficinas de educação popular sobre a persistência do SARS-CoV-2, direcionadas aos estudantes da Escola Municipal Santa Rosa. Após reunião prévia, as atividades foram organizadas para a educação infantil no turno vespertino de 13 de agosto de 2024. Inicialmente, iria abranger ambos os turnos, mas problemas de transporte impediram a realização pela manhã. As oficinas ocorreram em três turmas e foram divididas em quatro etapas. A exibição de um vídeo do Ministério da Saúde não pôde ser realizada por falta de internet, mas o conteúdo foi apresentado oralmente. Depois, uma roda de conversa abordou-se sobre a transmissão, sintomas e prevenção da COVID-19. Também foram demonstrados o uso correto de máscaras, cuidados ao tossir e a técnica de lavagem das mãos. A atividade mais apreciada foi a demonstração lúdica da contaminação por contato, utilizando orégano para simular microrganismos e a reação ao contato com sabão e água, reforçando a importância da higienização. **CONCLUSÃO:** A oficina cumpriu seus objetivos ao conscientizar os alunos sobre a importância da higienização das mãos e medidas preventivas contra a COVID-19. Isso foi evidente na merenda, quando lavaram as mãos espontaneamente. Professores e dirigentes também deram um retorno positivo. Conclui-se que a educação em saúde, prática simples e acessível, modifica hábitos e deve ser expandida para áreas rurais e mais afastadas.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de COVID-19, Criança, Prevenção primária, Educação para a Saúde.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília, DF: MS, 2018.
- BUBADUÉ, R. DE M.; SANTOS, C. C. T. DOS.; FERREIRA, I. Health education workshops with children in the context of COVID-19 pandemic. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, p. e20200593, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0593>. Acessado em: 07 mar. 2025.
- FITTIPALDI, A. L. M. et al.. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, n.4, p. e200806, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200806>. Acessado em: 11 mar. 2025.
- FOLINO, C. H. et al.. A percepção de crianças cariocas sobre a pandemia de COVID-19, SARS-CoV-2 e os vírus em geral. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 4, p. e00304320, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00304320>. Acessado em: 11 mar.2025.

JURDI, A. P. S. et al.. Inventários das brincadeiras e do brincar: ativando uma memória dos afetos. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 22, n. 65, p. 603–608, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0978>. Acessado em: 07 mar.2025.

HANTAVÍRUS: DESAFIOS NO CONTROLE DA SÍNDROME CARDIOPULMONAR NA REGIÃO AMAZÔNICA

Luciana Viana Muniz - Universidade Federal do Maranhão - lv.muniz@discente.ufma.br

Ana Clara Ramos Barros - Universidade Federal do Maranhão - ana.crb@discente.ufma.br

Camila Oliveira de Sousa - Universidade Federal do Maranhão - camila.os@discente.ufma.br

Pedro Victor Almeida Nascimento - Universidade Federal do Maranhão - pedro.van@discente.ufma.br

Matheus Gabriel Monteles da Silva - Universidade Federal do Maranhão -
monteles.matheus@discente.ufma.br

Rossana Vanessa Dantas de Almeida Marques - Universidade Federal da Paraíba -
rossana.marques@ufma.br

INTRODUÇÃO: A hantavirose manifesta-se em humanos como uma síndrome cardiopulmonar (SCPH) e é considerada um problema significativo devido às suas elevadas taxas de letalidade. Os fatores de risco para infecção humana incluem o contato direto com sangue, saliva e dejetos de roedores hospedeiros, que são favorecidos pela atividade agrícola e recreativa. **OBJETIVOS:** Identificar as formas de transmissão do Hantavírus, bem como os fatores de risco preponderantes para infecção em populações que habitam áreas endêmicas, como a Amazônia. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura utilizando a base de dados PubMed, com os descritores “Hantavirus”, “brazil” e “prevention”, combinados com o operador booleano “AND”. Foram encontrados 12 artigos e selecionados 5 com base nos critérios de inclusão: literatura dos últimos 5 anos relacionada ao objetivo da pesquisa. **RESULTADOS:** Há indícios de que a expansão agrícola influencia diretamente o risco de infecção por hantavírus no Brasil, pois percebe-se aumento significativo conforme a expansão de fronteiras. A conversão de áreas nativas em plantações, especialmente de cana-de-açúcar, eucalipto e milho, está associada a um aumento do risco de SCPH. Tais mudanças promovem interações mais frequentes entre humanos e roedores infectados, e os biomas que referem maior risco em termos das doenças são Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica. A presença de roedores em áreas habitadas por humanos, como casas, celeiros e campos, aumenta o risco de exposição ao vírus, bem como o manuseio de materiais contaminados sem proteção adequada. Uma população muito vulnerável à SCPH são os indígenas, pois se encontram próximos de plantações agrícolas e interagem mais com os vetores, além disso, possuem casas tradicionalmente de madeira que contribuem para maior interação, tornando-os até 5 vezes mais suscetíveis que outras populações. **CONCLUSÃO:** Os casos de hantavírus são frequentemente fatais, portanto, programas de monitoramento devem ser continuamente fortalecidos para que potenciais surtos sejam evitados, sobretudo nas áreas do chamado Arco Amazônia do Desmatamento.

PALAVRAS-CHAVE: Hantavírus; Transmissão; Amazônia.

REFERÊNCIAS:

Min KD, Kim H, Hwang SS, Cho S, Schneider MC, Hwang J, Cho SI. Protective effect of predator species richness on human hantavirus infection. Sci Rep. 2020 Dec 10;10(1):21744. doi: 10.1038/s41598-020-78765-6. PMID: 33303876; PMCID: PMC7728771.

Terças-Trettel ACP, de Melo AVG, de Oliveira RC, Guterres A, Fernandes J, Pereira LS, Atanaka M, Espinosa MM, Teixeira BR, Bonvicino CR, D'Andrea PS, de Lemos ERS. Orthohantavirus Survey in Indigenous Lands in a Savannah-Like Biome, Brazil. Viruses. 2021 Jun 11;13(6):1122. doi: 10.3390/v13061122. PMID: 34207939; PMCID: PMC8230715.

Moirano G, Botta A, Yang M, Mangeruga M, Murray K, Vineis P. Land-cover, land-use and human hantavirus infection risk: a systematic review. Pathog Glob Health. 2024 Jul;118(5):361-375. doi: 10.1080/20477724.2023.2272097. Epub 2023 Oct 24. PMID: 37876214; PMCID: PMC11338209.

Mello JHF, Muylaert RL, Grelle CEV. Hantavirus Expansion Trends in Natural Host Populations in Brazil. Viruses. 2024 Jul 17;16(7):1154. doi: 10.3390/v16071154. PMID: 39066316; PMCID: PMC11281686.

Muyllaert RL, Sabino-Santos G Jr, Prist PR, Oshima JEF, Niebuhr BB, Sobral- Souza T, Oliveira SV, Bovendorp RS, Marshall JC, Hayman DTS, Ribeiro MC. Spatiotemporal Dynamics of Hantavirus Cardiopulmonary Syndrome Transmission Risk in Brazil. *Viruses*. 2019 Oct 31;11(11):1008. doi: 10.3390/v11111008. PMID: 31683644; PMCID: PMC6893581.

O IMPACTO DAS COMPLICAÇÕES GESTACIONAIS E A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL EM ÁREAS REMOTAS PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Isadora Mendes da Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - isadora.costa@ufnt.edu.br

Emilly de Sousa Ferreira Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - emilly.silva@ufnt.edu.br

Juan Berthier Lima Pitombeira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - juan.pitombeira@ufnt.edu.br

Leonardo de Medeiros Pereira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - leonardo.pereira@ufnt.edu.br

Wellinton Resplande da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - wellinton.silva@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O acompanhamento pré-natal é essencial para a promoção da saúde materno-infantil, permitindo a detecção precoce de complicações e a implementação de medidas preventivas. Durante a gestação, as consultas pré-natais oferecem orientações sobre nutrição, saúde mental, exames laboratoriais, vacinação e detecção de fatores de risco para intercorrências obstétricas. **OBJETIVOS:** Analisar o princípio de integralidade do SUS através de revisão bibliográfica acerca dos pré-natais realizados em áreas remotas e sua importância para a saúde gestacional e desenvolvimento saudável do feto. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases PubMed e SciELO, com artigos publicados entre 2015 e 2024, que relatem exclusivamente zonas remotas ou com uma infraestrutura limitante, utilizando os descritores "infecções", "cuidado pré-natal" e "zonas remotas", nos idiomas inglês, português e espanhol, foram detectados cerca de 19 trabalhos sobre a pauta e, dentre eles, 13 se articularam de forma satisfatória com o tema e, assim, foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** Os estudos analisados indicam que a adesão ao pré-natal está associada a melhores desfechos perinatais, incluindo redução da mortalidade materna e neonatal. Dentre as intervenções realizadas, destaca-se a vacinação contra tétano e difteria (dT), além da imunização contra coqueluche e influenza, que protegem mãe e bebê contra infecções respiratórias graves. Além disso, a testagem para IST's como a sífilis é de extrema importância para evitar a contaminação vertical desde o início da gestação. A realização de exames laboratoriais, como hemograma e rastreamento de diabetes gestacional, permite o diagnóstico e tratamento precoce de condições que podem impactar a gestação. Entretanto, barreiras como acesso limitado aos serviços de saúde, desinformação e dificuldades socioeconômicas comprometem a adesão ao acompanhamento pré-natal. **CONCLUSÃO:** A melhoria da cobertura e da qualidade do pré-natal em zonas remotas desempenha um papel fundamental, uma vez que, se não realizado, dá abertura para diversas doenças tanto para mãe quanto para o feto. Dessa forma, é fundamental fortalecer as estratégias de acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado, garantindo que gestantes em áreas remotas recebam a assistência necessária de forma oportuna e eficaz. Em adição, urge que sejam escritos e executados novos projetos de pesquisa acerca do tema na região, por ser um tópico ainda pouco explorado. Portanto, investir em infraestrutura, capacitação profissional e tecnologia por intermédio de políticas públicas pode mudar essa problemática, promovendo um cuidado mais humanizado no pré-natal.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidado pré-natal, Infecções, Zonas remotas.

REFERÊNCIAS:

ORTIZ RAMOS, V. A.; ITUSACA DUEÑAS, N. N.; ULLOA ORDOÑEZ, L. V.; VELA RUIZ, J. M.; DESPOSORIO-ROBLES, J.; ALATRISTA GUTIERREZ, M. S. Estudio comparativo de guías de atención prenatal en Latinoamérica. Revista de Obstetricia y Ginecología de Venezuela, v. 84, n. 2, p. 155-167, 2024.

PARIS, Gisele Ferreira; MONTIGNY, Francine de; PELOSO, Sandra Marisa. Desvelando em diferentes culturas a evolução da gestação em óbito fetal. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 23, n. 2, p. 195-205, 2023.

OLIVEIRA, E. C.; COTTA, R. C.; SILVA FILHO, A. L. Dengue: perguntas frequentes e orientações para ginecologistas e obstetras. Femina, v. 52, n. 2, p. 62-69, 2024.

TANURE, E. G.; LARROSA, I. C.; CARDOSO, R. N.; SANTOS, R. L.; BORTOLI, J. M. R.; WELCH, J. R.; TAVARES, F. G.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. Avaliação da atenção pré-natal ofertada às mulheres indígenas no Brasil: achados do Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos povos indígenas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, Suppl. 2, e00181318, 2019.

FERNANDES, Jarina Honório; ZANIR, Luciane; OLIVEIRA, Anete Maria Gomes; FITONI, Flávia Marião. Fatores associados à ocorrência de infecção do trato urinário em gestantes atendidas na atenção primária do município de Anori, Amazonas. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 19, n. 46, p. 1-11, 2024

OS DESAFIOS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA DETECÇÃO PRECOCE E MANEJO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL EM POPULAÇÕES RURAIS E RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Samyra Maria Fontes de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins -
Samyra.sousa@ufnt.edu.com.br

Gardênia Christine Moreira Matos - Universidade Federal do Norte do Tocantins -
gardenia.matos@ufnt.edu.com.br

Maria Eduarda Soares Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria@ufnt.edu.br

Allef Ayako dos Santos Oliveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - allef.oliveira@ufnt.edu.br

Ana Beatriz Guimarães Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ana.beatriz@ufnt.edu.br

Andrielly Gomes de Jesus - Universidade Federal do Norte do Tocantins - andrielly.jesus@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A Estratégia Saúde da Família (ESF) é uma ação do SUS que busca oferecer atenção integral à saúde com políticas de prevenção e cuidados contínuos. A detecção precoce de hipertensão arterial nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Legal é facilitada pelas Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR), associadas à ESF, para atender essa região. Existem barreiras, principalmente relacionadas à territorialização, que podem impactar no diagnóstico e manejo da hipertensão. **OBJETIVOS:** Analisar os desafios da ESF na detecção precoce e manejo da hipertensão arterial em populações ribeirinhas da Amazônia. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa, fundamentada em periódicos que abordam desafios na detecção e manejo da hipertensão em populações remotas, extraídos das bases PubMed, SciELO e BVS, publicadas entre 2019 e 2024. Utilizaram-se descritores como “Hypertension”, “Primary Health Care”, “Family Health Strategy”, “Amazonian Population” e “Rural Health”. Foram encontradas 8 produções, das quais 5 foram selecionadas. **RESULTADOS:** Embora com poucos estudos, fica evidente o papel essencial da ESF na detecção precoce e manejo da hipertensão arterial nas populações citadas. Estudo em município rural remoto do Amazonas mostra que indivíduos não diagnosticados com HAS têm probabilidade 15% menor de utilizar o serviço de saúde. Dados de cinco municípios rurais remotos analisados do Pará mostram que a população cadastrada e vinculada às equipes de saúde da família em alguns municípios é inferior a 50%. Além disso, verificam-se fatores limitantes na efetividade da ação da ESF, nomeadamente acessibilidade geográfica e disponibilidade de serviços de saúde. Observa-se uma distribuição desigual dos serviços de APS e impacto significativo da territorialização devido à sazonalidade, isolando comunidades durante períodos de chuva ou seca. Os trajetos entre as áreas ribeirinhas são realizados por via fluvial, com tempo de deslocamento variável, podendo ultrapassar 24 horas. Na região do Baixo Tapajós, em Santarém, no Pará, a UBSF-Abaré foi uma solução para aproximar os pacientes da ESF. **CONCLUSÃO:** Diante das dificuldades, é desafiador alcançar a plena atuação da ESF no acompanhamento dos pacientes com HAS. A adaptação dos modelos de equipe, otimização dos processos de trabalho e aumento do investimento financeiro são essenciais para melhorar a cobertura da população rural e ribeirinha. Também é necessária a expansão das equipes rurais e ribeirinhas para garantir cobertura efetiva na Amazônia e a criação de políticas de saúde que considerem o contexto socioespacial das populações, garantindo assistência integral aos pacientes com HAS.

PALAVRAS-CHAVE: “Hypertension”, “Primary Health Care”, “Family Health Strategy”, “Amazonian Population”, “Rural Health”

REFERÊNCIAS:

SILVA, A. M. DA; FAUSTO, M. C. R.; GONÇALVES, M. J. F. Acessibilidade e disponibilidade de oferta para o cuidado ao hipertenso na atenção primária à saúde em município rural remoto, Amazonas, Brasil, 2019. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, p. e00163722, 6 fev. 2023.

FREIESLEBEN, R. A. et al. Desafios no acesso da Atenção Básica: uma análise dos obstáculos para à saúde: AMAZÔNIA: SCIENCE & HEALTH, v. 12, n. 4, p. 144–155, 2024.

JULIANA GAGNO LIMA et al. Organização da Atenção Primária à Saúde em Municípios Rurais Remotos do Oeste do Pará. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 139, p. 858–877, 1 out. 2023.

SILVA, Larissa Ádha Neves et al. Abaré I: Atenção Básica em contextos ribeirinhos na região oeste do Pará. *Saúde em Redes*, v. 7, n. 2, p. 161-174, 2021.

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa et al. Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2053-2064, 2021.

EXO 2

**ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS:
TÉCNICAS, TECNOLOGIA E
ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES**

ALTERNATIVAS DIAGNÓSTICAS DO PNEUMOTÓRAX ESPONTÂNEO PRIMÁRIO NA POPULAÇÃO PEDIÁTRICA: REVISÃO DE LITERATURA

Thiago Soares Silva Braz – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – thiagobraz96@gmail.com

Renata de Sousa Vinhal – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – renatavinhal24@gmail.com

Maria Clarissa Bicalho Mota – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – bicalhomariaclarissa@gmail.com

Sthela Sousa Nascimento – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – sthesnasc@outlook.com

Dália Katrinna da Costa Oliveira – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – daliakatrinna@gmail.com

Joyce Lisboa Freitas - Universidade Estadual do Pará - unicepe@gmail.com

INTRODUÇÃO: O pneumotórax espontâneo primário (PEP) consiste no acúmulo de ar no espaço pleural associado à restrição da expansibilidade e da função pulmonar, quando não há etiologia óbvia e na ausência de doença pulmonar subjacente. A incidência na população pediátrica é menor que em adultos, com pico bimodal em neonatos e adolescentes, havendo 4 a cada 100.000 casos em homens por ano e 1.1 em mulheres, porém a recorrência é maior em crianças. Os sintomas mais comuns incluem: dor torácica súbita, dispneia, desconforto respiratório, além dos achados clínicos de timpanismo e redução do murmúrio vesicular e do frêmito toracovocal. As sociedades americana, britânica e europeia possuem guidelines para o diagnóstico e manejo de pneumotórax em adultos, mas ainda não há diretrizes específicas para a população pediátrica.

OBJETIVOS: Reunir as principais considerações sobre o diagnóstico do pneumotórax espontâneo primário na população pediátrica. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura a partir de revisões sistemáticas e meta-análises encontradas na plataforma PubMed, datados entre 2015 e 2025, utilizando o descritor “pneumothorax and pediatric”, considerando os idiomas português e inglês. **RESULTADOS:** A radiografia torácica (RT) foi sugerida como um método preferencial para diagnóstico de pneumotórax pela maioria das diretrizes torácicas, mas a utilidade da tomografia computadorizada de tórax (TCT) não pode ser ignorada. A TCT é mais sensível que a RT para detectar bolhas e ela fornece informações mais detalhadas sobre o número, tamanho e localização delas. Além disso, a tomografia possibilita avaliar complicações (adesão pleural, acúmulo de fluido pleural), identifica doença pulmonar subjacente e é útil para realizar o planejamento cirúrgico. Ademais, além dessas alternativas, o uso de ultrassom pulmonar (USGP) para a detecção de pneumotórax em pacientes adultos com trauma demonstrou sensibilidade aumentada em comparação com a RT, o qual pode ser também uma ferramenta essencial para detecção de pneumotórax pediátrico no pronto socorro sem a necessidade do uso de radiação. Na USGP, o diagnóstico é feito pela ausência do deslizamento pulmonar, mas essa avaliação pode ser difícil na vigência de doenças pulmonares subjacentes (paralisia do nervo frênico, contusão pulmonar, aderências pulmonares e bolhas). **CONCLUSÃO:** Apesar da variedade de alternativas diagnósticas, faz-se necessário a elaboração de diretrizes específicas que abordem o diagnóstico de pneumotórax espontâneo na população pediátrica.

PALAVRAS-CHAVE: pneumotórax espontâneo primário, população pediátrica, diagnóstico.

REFERÊNCIAS:

AKER, C.; SELIN ONAY, M.; CANSEVER, L. Pneumothorax and pneumomediastinum in children. Turk Gogus Kalp Damar Cerrahi Derg. v. 32, p. 37-42, 2024. doi: 10.5606/tgkdc.dergisi.2024.25755. PMID: 38584791; PMCID: PMC10995689. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38584791/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

NOH, D. et al. Recurrence of primary spontaneous pneumothorax in young adults and children. Interact Cardiovasc Thorac Surg. v. 2, p. 195-199, 2015. doi: 10.1093/icvts/ivv104. Epub 2015 Apr 29. PMID: 25924869. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25924869/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

YOUSUF, S.; CARDENAS, S.; REZAEI, F. Pediatric pneumothorax: Case studies and review of current literature. *Respir Med Case Rep.* v. 34, 2021. doi: 10.1016/j.rmcr.2021.101548. PMID: 34820257; PMCID: PMC8602041. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34820257/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

ALTERNATIVAS NO MANEJO DO PNEUMOTÓRAX ESPONTÂNEO PRIMÁRIO NA POPULAÇÃO PEDIÁTRICA: REVISÃO DE LITERATURA

Thiago Soares Silva Braz – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – thiagobraz96@gmail.com

Henrique Pereira da Silva Neto – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – henrique.neto09@gmail.com

Heloisa Silva Costa – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – helosc29@gmail.com

Wellyton Kelvy Pereira Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – wellytonkps@gmail.com

Giovana Marinho Apinagé Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – giovanamarinho6@gmail.com

Nyrla Yoshie Yano Gomes – Universidade Estadual do Pará – unicipes@gmail.com

INTRODUÇÃO: O pneumotórax espontâneo primário (PEP) consiste no acúmulo de ar no espaço pleural associado à restrição da expansibilidade e da função pulmonar, quando não há etiologia óbvia e na ausência de doença pulmonar subjacente. A incidência na população pediátrica é menor que em adultos, mas a recorrência em crianças é mais elevada, mas que varia conforme o método de tratamento. As sociedades americana, britânica e europeia possuem guidelines para o diagnóstico e manejo de pneumotórax em adultos, mas ainda não há diretrizes específicas para a população pediátrica. **OBJETIVOS:** Reunir as principais considerações sobre o manejo do pneumotórax espontâneo primário na população pediátrica. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura a partir de revisões sistemáticas e meta-análises encontradas na plataforma PubMed, datados entre 2015 e 2025, utilizando o descritor “pneumothorax and pediatric” e considerando os idiomas português e inglês. **RESULTADOS:** O objetivo do tratamento é a completa reexpansão pulmonar, removendo o ar do espaço pleural, eliminando os sintomas e prevenindo complicações e a recorrência do pneumotórax. A observação com oxigenoterapia por máscara facial em PEP pequeno com estabilização clínica pode acelerar a absorção de ar em 3-4 vezes, além de corrigir a hipóxia, mas essa conduta não previne a recorrência. A aspiração por agulha é menos invasiva, tem custo baixo, mas a tração do cateter é comum durante o procedimento e aproximadamente metade das crianças apresentam recorrência do pneumotórax com necessidade de toracostomia. A conduta cirúrgica reduz a recorrência pela ressecção apical das bolhas (bulectomia) e pleurodese, sendo as indicações: vazamento de ar prolongado (5 dias ou mais), recorrência do PEP e PEP bilateral. O padrão-ouro cirúrgico é a toracoscopia videolaparoscópica (VATS), pois gera menor trauma cirúrgico, preserva a função torácica, possui menor tempo de internação, além de dor pós-operatória mínima e do ganho estético. A toracotomia se restringe a situações de extrema necessidade, como na dificuldade de visualização via VATS. A recorrência está mais associada ao número e distribuição das bolhas no primeiro episódio e não ao tamanho do pneumotórax, sendo que, nesses casos, a VATS com bulectomia apical e pleurodese em até 48h reduz a recorrência do pneumotórax na população pediátrica. **CONCLUSÃO:** Necessita-se de uma classificação sólida para pneumotórax pediátrico devido às variações do tamanho do tórax, pois as modalidades de tratamento podem sofrer grande influência da extensão do pneumotórax, bem como guidelines específicos para a faixa etária pediátrica.

PALAVRAS-CHAVE: pneumotórax espontâneo primário, população pediátrica, manejo.

REFERÊNCIAS:

AKER, C.; SELIN ONAY, M.; CANSEVER, L. Pneumothorax and pneumomediastinum in children. Turk Gogus Kalp Damar Cerrahi Derg. v. 32, p. 37-42, 2024. doi: 10.5606/tgkdc.dergisi.2024.25755. PMID: 38584791; PMCID: PMC10995689. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38584791/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

NOH, D. et al. Recurrence of primary spontaneous pneumothorax in young adults and children. Interact Cardiovasc Thorac Surg. v. 2, p. 195-199, 2015. doi: 10.1093/icvts/ivv104. Epub 2015 Apr 29. PMID: 25924869. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25924869/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

YOUSUF, S.; CARDENAS, S.; REZAEI, F. Pediatric pneumothorax: Case studies and review of current literature. *Respir Med Case Rep.* v. 34, 2021. doi: 10.1016/j.rmcr.2021.101548. PMID: 34820257; PMCID: PMC8602041. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34820257/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

ANÁLISE COMPARATIVA DA PREVALÊNCIA DE ANGIOPLASTIA CORONARIANA COM IMPLANTE DE STENT PELO SUS ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E A REGIÃO NORTE

Vinícius Apinagé Moraes – UNITPAC – vinicius.gol09@gmail.com
Victor Dias Galvão - UNITPAC - victordg2006@gmail.com
Marlon Cantillo da Luz - UNITPAC - marloncantillo07@gmail.com
Ronaldo Cesar Silva Gomes - UNITPAC - cesar.sampaio2701@gmail.com
Laura Alves de Jesus - UNITPAC – lauraalves11@hotmail.com
Alinne Katienny Lima Silva Macambira - UNITPAC – alinnemacambira@gmail.com

INTRODUÇÃO: A angioplastia coronariana com implante de stent é um procedimento minimamente invasivo utilizado para tratar doenças arteriais coronarianas. No Brasil, o SUS proporciona acesso a esse tratamento em hospitais públicos e privados. No estado do Tocantins e na região Norte, as condições demográficas e geográficas podem influenciar no acesso aos cuidados de saúde relacionados a esse procedimento. Dessa forma, torna-se importante investigar a frequência de realização desse procedimento nesses locais, considerando as possíveis variações regionais. Analisar esses dados é fundamental para aprimorar o atendimento cardiovascular e garantir que haja equidade no acesso a tratamentos de alta complexidade na região. **OBJETIVOS:** Analisar comparativamente a quantidade de angioplastias com colocação de stent no estado do Tocantins e na região Norte, entre os anos de 2022 e 2023. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de viés descritivo, comparativo, feito a partir de dados obtidos no sistema TABNET do DATASUS. As variáveis analisadas incluem os procedimentos ocorridos nos anos de 2022 e 2023 no estado do Tocantins e na região Norte, analisando internações, dias de permanência hospitalar e óbitos. **RESULTADOS:** O Tocantins teve o maior número de internações, com 613, representando quase 22% do total de 2.795 na região Norte. Em relação aos dias de permanência hospitalar, o Tocantins teve 32,5% do total de 7.452 dias, superando o Pará, que ficou com 30,4%. No entanto, a porcentagem diminuiu drasticamente nos demais estados, com o Amazonas registrando 12,9%. Em termos de óbitos, o Tocantins também se destacou, com 16 mortes de um total de 39 na região, seguido pelo Pará, com 12. Esses dados indicam que o Tocantins tem os maiores índices de procedimentos realizados, internações e permanência hospitalar na região Norte, acompanhado pelo Pará. Isso sugere que esses dois estados são os principais responsáveis pela oferta de serviços relacionados à angioplastia na região. **CONCLUSÃO:** Observa-se a importância de manter os esforços específicos para a melhoria contínua das práticas cirúrgicas relacionadas à angioplastia coronariana com colocação de stent cardíaco, tanto no estado do Tocantins quanto em toda a Região Norte. Apesar do Tocantins e do Pará se destacarem como os estados com as melhores redes assistenciais, é crucial investir na expansão desses serviços, especialmente em áreas mais remotas, para garantir maior equidade no acesso ao tratamento. Além disso, a promoção de programas de prevenção de doenças cardíacas é essencial para reduzir complicações e melhorar a qualidade do atendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Angioplastia, stent, cirurgia.

REFERÊNCIAS:

Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre angioplastia transluminal coronária. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 64, p. 489-500, 1995.

DONG, S.; SMORGICK, Y.; NAHIR, M.; et al. Predictors for successful angioplasty of chronic totally occluded coronary arteries. Journal of Interventional Cardiology, v. 18, p. 1-7, 2005.

MEHTA, R. H.; HARJAI, K. J.; COX, A. D.; et al. Comparison of coronary stenting versus conventional balloon angioplasty on five-year mortality in patients with acute myocardial infarction undergoing primary percutaneous coronary intervention. American Journal of Cardiology, v. 96, p. 901-906, 2005.

ROMÃO, N.; FERREIRA, E.; FELDMAN, C.; et al. Estudo multicêntrico do implante de stent intracoronário no Rio de Janeiro. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 70, p. 37-42, 1998

ANESTESIA OBSTÉTRICA: ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E COMPLICAÇÕES ASSOCIADAS AO USO DE ANALGESIA NO PARTO.

Alessandra Oliveira Lima- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio Carlos-
aleoliveiralima@icloud.com

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio Carlos
Carlosarthurmarinho123@hotmail.com

Maria Vitória Oliveira Moura- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio Carlos
Carlosmariavitoriaoliveiramoura@gmail.com

Ana Iracema Marques Teixeira- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio Carlos
Carlosanairacemateixeira@gmail.com

Gislaine Correia dos Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
gislainecorreiamed@gmail.com

Roberto Paulino da Silva Filho- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos
Carlosbebetopaulino@gmail.com

INTRODUÇÃO: A analgesia obstétrica refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas para aliviar a dor durante o trabalho de parto, garantindo o bem-estar da gestante e o desenvolvimento adequado do parto. O objetivo da analgesia obstétrica não é apenas proporcionar conforto para a mulher, mas também permitir que ela participe ativamente do processo de parto. No entanto, o uso de métodos farmacológicos envolve riscos, tanto para a gestante quanto para o bebê. **OBJETIVOS** O objetivo deste estudo é revisar as principais opções de analgesia obstétrica disponíveis para o alívio da dor durante o trabalho de parto, abordando seus benefícios, riscos e implicações para a saúde da mãe e do bebê. Através dessa análise, pretende-se fornecer informações sobre os métodos mais utilizados. **METODOLOGIA:** Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica baseada em artigos e estudos disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico, BVS saúde, SciELO, Brazilian Journal of Health, Diretriz nacional de assistência ao parto normal, Revista brasileira de anestesiologia e Revista feminina. **RESULTADOS:** O bloqueio peridural proporciona conforto à parturiente, aliviando rapidamente a dor sem interferir nas funções respiratórias e cardiocirculatórias, respeitando a fisiologia do parto e permitindo a colaboração materna no período expulsivo. Não causa depressão do sistema nervoso central nem altera o estado ácido-base. Opioides administrados por via intravenosa ou intramuscular oferecem alívio parcial, mas podem causar sonolência, náuseas e depressão respiratória. A analgesia espinhal oferece alívio imediato, mas com duração limitada, sendo indicada em partos iminentes. A inalação de óxido nitroso é uma técnica não invasiva e segura, proporcionando alívio parcial. A raquiperidural combinada, que utiliza vias intratecal e peridural, permite analgesia mais rápida, a possibilidade de movimentação durante o parto e pode ser utilizada para cesárea. **CONCLUSÃO:** A analgesia obstétrica desempenha um papel fundamental no alívio da dor durante o trabalho de parto, permitindo que a gestante tenha uma experiência de parto mais confortável e menos traumática. As opções de analgesia, como a anestesia peridural, opioides, e técnicas não farmacológicas, oferecem diferentes níveis de alívio, cada uma com suas vantagens e potenciais riscos tanto para a mãe quanto para o bebê. É essencial uma avaliação cuidadosa das condições clínicas e das preferências da gestante, de forma a minimizar possíveis efeitos adversos. Portanto, a analgesia obstétrica deve ser cuidadosamente planejada e acompanhada, garantindo que os benefícios superem os riscos, e proporcionando uma experiência de parto mais humanizada e satisfatória para as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: analgesia obstétrica, Métodos Farmacológicos, Segurança Materno-Fetal.

REFERÊNCIAS:

MACENDO AMARAL, Hudson Rodrigo et al. Repercussões maternas e fetais da analgesia obstétrica: uma revisão integrativa. Avances en Enfermería, v. 33, n. 2, p. 282-294, 2015. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-45002015000200010&script=sci_arttext&lng=pt acessado dia 15 de março de 2025;

SILVA, Yasmin Aparecida Pires et al. Analgesia obstétrica no trabalho de parto e sua associação com desfechos neonatais. *Revista brasileira de enfermagem*, v. 73, p. e20180757, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/reben/a/CZXRs647QpbB7vfhPxJ9Sfy/?lang=pt> acessado dia 15 de março de 2025;

ARAGÃO, Fábio Farias de; ARAGÃO, Pedro Wanderley de; MARTINS, Carlos Alberto; LEAL, Karlla Fernanda Custódia Silva; TOBIAS, Alexandro Ferraz. Analgesia de parto no neuroeixo: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, São Paulo, v. 70, n. 1, p. 56-72, 2020. Disponível em: <https://www.sba.com.br/revista-brasileira-deanestesiologia/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.p df. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para a atenção ao parto normal. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 38, n. 11, p. 599-606, 2010. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/upload/S/0100-7254/2010/v38n11/a599-606.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

AS DIFICULDADES DE ACESSO A SERVIÇOS CIRÚRGICOS PARA POPULAÇÕES RIBEIRINHAS E INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL

João Batista Gomes Mariano Júnior - Universidade Federal do Norte do Tocantins - joao.junior@ufnt.edu.br
Samyra Maria fontes de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - samyra.sousa@ufnt.edu.br
Iolanda Lima dos Santos Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - iolanda.silva@ufnt.edu.br
Giordana Oliveira Duarte - Universidade Federal do Norte do Tocantins - giordana.duarte@ufnt.edu.br
Benito Rolando Gutierrez Martinez - Universidade Federal do Norte do Tocantins - benitonbenito@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O acesso a serviços cirúrgicos na Amazônia Legal enfrenta barreiras geográficas, estruturais, logísticas e culturais, impactando as populações ribeirinhas e indígenas. A ausência de hospitais bem equipados, a alta rotatividade de profissionais e a precariedade do transporte dificultam o deslocamento dos pacientes até os centros de referência, comprometendo a realização de atendimentos, especialmente em emergências. Barreiras socioculturais, como a resistência ao modelo biomédico e a valorização de práticas tradicionais, também influenciam a adesão da população a tratamentos convencionais. **OBJETIVO:** Analisar os principais desafios para a realização de procedimentos cirúrgicos nessas comunidades, com ênfase na falta de infraestrutura hospitalar, escassez de profissionais especializados e dificuldades no transporte de pacientes. **METODOLOGIA:** O estudo baseouse em uma revisão bibliográfica e análise de documentos institucionais para compreender os fatores que limitam o acesso a cirurgias na região. Ao todo, foram consultados 45 artigos acadêmicos, selecionados com base em critérios de relevância e qualidade metodológica, abordando temas como a oferta de serviços de saúde, barreiras no acesso a tratamentos cirúrgicos e as especificidades do SUS na Amazônia Legal. **RESULTADOS:** A extensão territorial e a precariedade no transporte dificultam o deslocamento de pacientes, prejudicando atendimentos cirúrgicos, principalmente em emergências. A insuficiência de hospitais equipados e a alta rotatividade de profissionais agravam o problema, reduzindo a oferta de procedimentos. Além disso, a resistência ao modelo biomédico e a valorização de práticas tradicionais afetam a aceitação dos serviços cirúrgicos. Unidades Fluviais de Saúde e mutirões cirúrgicos amenizam as dificuldades, mas ainda têm cobertura limitada. **CONCLUSÃO:** É essencial fortalecer políticas públicas, ampliar a infraestrutura e desenvolver estratégias que garantam o acesso equitativo a cirurgias. Medidas como capacitação de profissionais, ampliação do transporte aeromédico e integração entre medicina tradicional e convencional podem melhorar a assistência cirúrgica, garantindo um atendimento de saúde digno e eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à saúde, Serviços cirúrgicos, Populações tradicionais, Amazônia Legal, Barreiras geográficas.

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, J. P.; GOMES, T. R. Acessibilidade e qualidade na saúde pública para populações tradicionais: desafios no contexto amazônico. *Saúde Pública & Desenvolvimento Regional*, v. 16, p. 233-250, 2020.

CUNHA, L. M.; SILVEIRA, F. F. Apoio logístico à saúde pública na Amazônia: estratégias para superar os desafios de transporte e infraestrutura. *Revista de Logística e Saúde*, v. 18, p. 22-38, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Acesso aos cuidados cirúrgicos em regiões remotas: um estudo sobre a logística no contexto amazônico. Geneva: WHO, 2022.

COSTA, L. P.; FERNANDES, S. R. A importância das políticas públicas para o atendimento de saúde em regiões de difícil acesso: análise no contexto da Amazônia Legal. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 19, p. 92-107, 2020.

BARROS, P. C.; MORAES, F. B. Saúde indígena na Amazônia: os desafios e as soluções inovadoras no atendimento médico.

ALMEIDA, T. C.; GOMES, P. (Orgs.). *Saúde e Cultura na Amazônia: Desafios e Inovações*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021. p. 125-150.

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA CIRURGIA ROBÓTICA NO TRATAMENTO DE HÉRNIAS INGUINAIS COMPLEXAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Karina Pereira da Silva - UNITPAC

Eduardo André de Leopoldino da Silva Filho - UNITPAC - eduardoandrefilho8@gmail.com

Gustavo Soares Mesquita - UNITPAC- gustavomesquiita45@gmail.com

Luana Glatz Brescancin de Oliveira - UNITPAC - lulugbo19@gmail.com

Hugo Weysfield Mendes- Santa Casa - hugowmendes@hotmail.com

INTRODUÇÃO: É indubitável que as hérnias inguinais são uma das causas mais recorrentes de cirurgia abdominal. Assim, a cirurgia robótica surgiu como uma opção que combina a precisão da laparoscopia com os movimentos mais refinados e visão tridimensional, que garante melhores resultados quando comparado a outras técnicas. **OBJETIVOS:** Avaliar a eficácia da cirurgia robótica em hérnias inguinais complexas em relação ao perfil do paciente, tempo de procedimento cirúrgico, taxa de complicações e tempo de internação, além de descrever os critérios de admissão para a cirurgia e comparar com a hernioplastia inguinal por videolaparoscopia e cirurgia aberta. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura com busca nas bases de dados PubMed, Scopus e Web of Science, incluindo artigos publicados entre janeiro de 2010 e dezembro de 2022. Os critérios de inclusão foram estudos que avaliaram a cirurgia robótica em hérnias inguinais complexas, com pelo menos 10 pacientes e acompanhamento mínimo de 6 meses. Foram excluídos estudos com amostras menores ou sem informações suficientes sobre os resultados. Foram avaliados dados demográficos dos pacientes, IMC, tempo de procedimento cirúrgico, taxa de complicações e tempo de internação. **RESULTADOS:** Foram incluídos 12 estudos na análise, totalizando 646 pacientes. A média de idade foi de 54 anos e o IMC médio foi de 27,5 kg/m². O tempo médio de procedimento cirúrgico foi de 123 minutos, sem diferença significativa em relação à hernioplastia inguinal por videolaparoscopia. A taxa de complicações foi de 4,7%, sendo a mais comum a seroma, sem diferença significativa em relação à hernioplastia inguinal por videolaparoscopia. O tempo médio de internação foi de 1,8 dias, significativamente menor do que na cirurgia aberta. Os critérios de admissão variaram entre os estudos, mas incluíram hérnias recidivadas, hérnias extensas e casos de herniação devido à cirurgia prévia. A taxa de conversão em cirurgia aberta foi de 1,6%, menor do que na hernioplastia inguinal por videolaparoscopia. **CONCLUSÃO:** A cirurgia robótica parece ser uma técnica segura e eficaz para o tratamento de hérnias inguinais complexas, com baixa taxa de complicações e tempo de internação reduzido em comparação com a cirurgia aberta. Não houve diferença significativa em relação à hernioplastia inguinal por videolaparoscopia em relação ao tempo de procedimento cirúrgico e taxa de complicações. O IMC médio dos pacientes sugere que a técnica pode ser utilizada em pacientes com sobrepeso ou obesidade. No entanto, são necessários estudos prospectivos randomizados para confirmar esses achados.

PALAVRAS-CHAVE: Hérnia Inguinal, Cirurgia Robótica, Inovação.

REFERÊNCIAS:

OMAR YUSEF KUDSI et al. Comparison of perioperative and mid-term outcomes between laparoscopic and robotic inguinal hernia repair. *Surgical endoscopy/Surgical endoscopy and other interventional techniques*, v. 37, n. 2, p. 1508–1514, 18 jul. 2022.

HUERTA, S. et al. Open, Laparoscopic, and Robotic Inguinal Hernia Repair: Outcomes and Predictors of Complications. *Journal of Surgical Research*, v. 241, p. 119–127, set. 2019.

LEBLANC, K. et al. Prospective, multicenter, pairwise analysis of robotic-assisted inguinal hernia repair with open and laparoscopic inguinal hernia repair: early results from the Prospective Hernia Study. *Hernia*, 3 jun. 2020.

MADION, M.; HIGGINS, R. M. Hernia Repair: Robot or No Robot? *The SAGES Manual of Quality, Outcomes and Patient Safety*, p. 889–905, 2022.

AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA CIRURGIA ROBÓTICA PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Rodrigo Kauan Vailati - UNITPAC – rodvailatiacad@gmail.com

Renata de Sousa Vinhal- UNITPAC – renatavinhal24@hotmail.com

Julia Soldatelli- UNITPAC – juliaschawzrsoldatelli@gmail.com

William Ferreira Machado - UNITPAC – williamferreiramachado@gmail.com

Michelle Glatz Brescancin de Oliveira - UNITPAC – mimigbo.linda@gmail.com

Nyrly Yoshie Yano Gomes – Universidade Estadual do Pará – unicepe@gmail.com

INTRODUÇÃO: A cirurgia robótica vem sendo utilizada para uma variedade de operações dentro da cirurgia pediátrica, desde a sua introdução nessa especialidade. Os primeiros relatos do uso de cirurgia robótica em um paciente pediátrico ocorreram em 2001, cerca de 10 anos após o primeiro uso em adultos, através de um relato de caso descrevendo a realização de uma fundoplicatura gástrica. Desde então, inúmeros trabalhos têm sido publicados com o intuito de discutir a viabilidade da cirurgia robótica em pacientes pediátricos. No entanto, mesmo com boas perspectivas, a ampla adoção dessa modalidade cirúrgica ainda apresenta obstáculos.

OBJETIVOS: Realizar um estudo analítico das vantagens, limitações e perspectivas do uso da cirurgia robótica no contexto da cirurgia pediátrica. **METODOLOGIA:** A presente revisão de literatura utilizou os bancos de dados PubMed e Scielo, por meio do uso dos descritores “robotic”, “surgery” e “pediatric”, para selecionar artigos publicados entre 2019 e 2024. **RESULTADOS:** A cirurgia robótica pediátrica tem sido utilizada em variadas especialidades: urologia, cirurgia torácica, cirurgia abdominal, entre outras. Em destaque, as cirurgias urológicas são as mais beneficiadas, em procedimentos como pieloplastias e reimplantes ureterais, por exemplo. Em cirurgias abdominais, a fundoplicatura gástrica também possui destaque, com um número crescente de indicações e vantagens com essa modalidade cirúrgica. Comparando a tecnologia robótica com as técnicas convencionais de cirurgia aberta para tais procedimentos, houveram resultados satisfatórios. A curva de aprendizado na cirurgia robótica aparenta ser mais curta em relação aos procedimentos abertos, com menor taxa de complicações e melhor recuperação pós-operatória. Pesquisas realizadas com países da América do Sul demonstraram que o Brasil foi um dos que mais apresentou avanço na área, também sendo um destaque no número de procedimentos realizados. Porém, a maior parte dos robôs pertence a instituições privadas, sendo apenas 6, de 40 máquinas presentes no país, de instituições públicas. Fatores como alto custo financeiro, poucas oportunidades de treinamento e insuficientes evidências científicas impedem a implementação a curto prazo da cirurgia robótica na pediatria no Brasil e no mundo. **CONCLUSÃO:** Mesmo com boas perspectivas, a adoção dessa modalidade ainda tem demorado a progredir na cirurgia pediátrica. O alto custo financeiro, a necessidade de mais estudos e evidências, e, concomitantemente, a falta de acessibilidade e treinamento para cirurgiões adquirirem perícia na área são as principais limitações. Entretanto, o futuro da cirurgia robótica sem dúvida resultará em uma melhoria no feedback tátil, na eficiência na técnica cirúrgica e menores taxas de complicações.

PALAVRAS-CHAVE: cirurgia robótica, pediatria, avanços tecnológicos.

REFERÊNCIAS:

ESPOSITO, Ciro. Pediatric robotic surgery. *Translational Pediatrics*, v. 12, n. 7, p. 1290- 1291, 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10416129/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

O'BRIEN, Lukas Pdraig; HANNAN, Enda; ANTAO, Brice; PEIRCE, Colin. Pediatric robotic surgery: a narrative review. *Journal of Robotic Surgery*, v. 17, p. 1171–1179, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11701-023-01523-z>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SAXENA, Amulya K.; BORGOGNI, Rachele; ESCOLINO, Maria; D'AURIA, Daniela; ESPOSITO, Ciro. Narrative review: robotic pediatric surgery—current status and future perspectives. *Translational Pediatrics*, v. 12, n. 10, p. 1875-1886, 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.21037/tp-22-427>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MOLDES, Juan M. et al. Pediatric robotic surgery in South America: advantages and difficulties in program implementation. *Frontiers in Pediatrics*, v. 7, p. 94, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fped.2019.00094>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CAVE, Joshua; CLARKE, Simon. Paediatric robotic surgery. *Annals of the Royal College of Surgeons of England*, supl. 2, p. 18-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1308/rcsann.suppl.2.18>. Acesso em: 8 mar. 2025.

AVANÇOS NA ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS: APLICAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE UV-C E OZÔNIO- UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Karen Eurídice Laureano Marques - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

karen.marques@ufnt.edu.br

Andreina Martins Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

andreinamedatm@gmail.com

Gardênia Crhistine Moreira Matos – Universidade Federal do Norte do Tocantins –

gardenia.matos@ufnt.edu.br

Juan Berthier Lima Pitombeira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - Juan.pitombeira@ufnt.edu.br

Benito Rolando Gutierrez Martinez - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

benitonbenito@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A radiação ultravioleta na faixa UV-C é uma luz de baixo comprimento de onda, amplamente reconhecida por sua ação germicida. Da mesma forma, o ozônio, um gás composto por três átomos de oxigênio, destaca-se pela alta eficácia na desinfecção, especialmente de Equipamentos de Proteção Individual. Dito isso, a combinação dessas tecnologias potencializa a esterilização, tornando-a mais eficiente e segura. Além disso, por serem métodos inovadores e economicamente viáveis, sua aplicação vem se expandindo, principalmente na esterilização de materiais cirúrgicos. **OBJETIVOS:** Avaliar a eficácia e a segurança do uso das tecnologias de radiação UV-C e ozônio na esterilização de materiais cirúrgicos, com foco em seu impacto e implicações para a prática operatória. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, com pesquisa bibliográfica, nas bases de dados BVS e PUBMED/MEDLINE, utilizando os descritores "Ozone", "UV-C Radiation", "Sterilization", articulados pelos operadores booleanos "AND" e "OR". Após a aplicação dos critérios de inclusão (artigos publicados nos últimos 5 anos) e exclusão (artigos duplicados, pagos e que fogem da temática), foram obtidos catorze artigos, os quais foram analisados. **RESULTADOS:** Estudos enfatizaram que as tecnologias de radiação UV-C e ozônio demonstram alta eficácia na inativação de microrganismos em materiais cirúrgicos, sendo alternativas promissoras para a esterilização. A radiação UV-C mostrou-se eficiente em superfícies lisas, enquanto materiais com estruturas mais complexas exigem ajustes na aplicação para garantir a máxima eficácia. Por outro lado, o ozônio gasoso apresentou desempenho comparável ou superior aos métodos tradicionais, como o glutaraldeído, sendo capaz de mediar o controle de infecções em feridas graves e dispositivos médicos associados a úlceras; além de que, sua aplicação foi eficaz na descontaminação de dispositivos reutilizáveis, contribuindo para a redução de infecções hospitalares. A adoção dessas tecnologias na prática clínica e cirúrgica vem sendo impulsionada pela necessidade de métodos mais rápidos e sustentáveis, a fim de promover maior controle microbiológico. O desenvolvimento de dispositivos portáteis para esterilização por UV-C e ozônio amplia sua aplicabilidade, permitindo a descontaminação de materiais médicos sem dependência exclusiva de agentes químicos, relevante para regiões remotas com acesso limitado a infraestrutura hospitalar, a exemplo cita-se a Amazônia Legal. **CONCLUSÃO:** A desinfecção assertiva é essencial na área da saúde, e a aplicação da radiação UV-C e do ozônio tem mostrado excelentes resultados na esterilização de materiais cirúrgicos. Essas tecnologias inovadoras não apenas garantem segurança e eficiência, mas também ampliam as estratégias de melhoria da assistência em saúde, incluindo sua aplicação na Amazônia Legal.

PALAVRAS-CHAVE: Ozônio, Radiação UV-C, Esterilização.

REFERÊNCIAS:

BHARTI, B. et al. Recent advances in sterilization and disinfection technology: A review. Chemosphere, v. 308, n. Pt 3, p. 136404, 1 dez. 2022.

EPELLE, E. I. et al. Application of Ultraviolet-C Radiation and Gaseous Ozone for Microbial Inactivation on Different Materials. v. 7, n. 47, p. 43006–43021, 15 nov. 2022.

GÓRNY, R. L. et al. Effectiveness of UV-C radiation in inactivation of microorganisms on materials with different surface structures. AAEM. Annals of Agricultural and Environmental Medicine, v. 31, n. 2, p. 287–293, 25 jun. 2024.

SHARMA, P. et al. Design Considerations for a Surface Disinfection Device Using Ultraviolet-C Light-Emitting Diodes. Journal of Research of the National Institute of Standards and Technology, v. 126, 2021.

STOLLE, L. et al. Ozone: A Novel Sterilizer for Personal Protective Equipment. Cureus, 23 set. 2021.

BARREIRAS E ESTRATÉGIAS DA CAPACIDADE CIRÚRGICA NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Natália Campos Trindade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - nataliac.trindade@gmail.com
Vanessa Carvalho Soares - Universidade Federal do Norte do Tocantins - vanessa.soares@ufnt.edu.br
Izabela Carvalho Reis - Universidade Federal do Norte do Tocantins - izabela.reis@ufnt.edu.br
Maria Lina Brito Dias - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.dias@ufnt.edu.br
Jorge Gomes Franco Neto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - jorge.neto@ufnt.edu.br
Elder Narciso Feltrim - Universidade Federal do Norte do Tocantins - feltrimelder@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A Amazônia Legal é uma região do Brasil, localizada principalmente na porção Norte do país, que representa aproximadamente 60% do território brasileiro. Essa região possui uma vasta extensão territorial e é marcada por grandes dificuldades ambientais, infraestruturais e socioeconômicas. Consequentemente, essas dificuldades também se evidenciam no âmbito da saúde, principalmente em relação a serviços mais especializados, como intervenções cirúrgicas. Sendo assim, é necessário estratégias para reverter os obstáculos e barreiras que dificultam o acesso às cirurgias na Amazônia Legal, garantindo o princípio Doutrinário do SUS da Universalidade. **OBJETIVOS:** Analisar os desafios enfrentados pela população da Amazônia Legal aos procedimentos cirúrgicos, bem como a capacidade e qualidade da assistência cirúrgica nos estados desse território. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de avaliar o acesso e a capacidade cirúrgica na Amazônia Legal, identificando barreiras e estratégias de melhoria. Os descritores utilizados foram “assistência cirúrgica”, “acesso à saúde” e “região amazônica”, nas bases de dados PubMed e SciELO. Como critério de inclusão, foram selecionados artigos publicados nos últimos 10 anos, que abordassem a temática do estudo. **RESULTADOS:** A revisão de literatura identificou que, dos hospitais analisados na Amazônia Legal, 30% relataram insuficiência de infraestrutura, com a falta de unidades de terapia intensiva (UTI) e equipamentos cirúrgicos essenciais. Aproximadamente 25% dos registros indicaram a escassez de anestesiológicos, o que resultou no adiamento de cirurgias programadas. O tempo médio de espera para cirurgias eletivas foi de 8 meses, com variações regionais, chegando a até 12 meses em áreas mais remotas. Além disso, 18% dos pacientes reportaram cancelamento de procedimentos devido à falta de materiais e insumos. Em relação à segurança cirúrgica, 40% dos hospitais da região implementaram as práticas recomendadas pela OMS, com uma mortalidade perioperatória média de 0,9%. Contudo, essa taxa apresentou variações, com algumas unidades registrando índices mais elevados, associados a falhas no controle de infecções hospitalares. **CONCLUSÃO:** Os achados destacam que a escassez de infraestrutura e de recursos humanos prejudica a efetividade da assistência cirúrgica na Amazônia Legal. A superação dessas barreiras demanda investimentos contínuos na implementação de políticas públicas voltadas para a ampliação estrutural, fornecimento regular de insumos e valorização de profissionais especializados. Assim, torna-se fundamental estratégias integradas, que considerem as especificidades geográficas e socioculturais da região, para reduzir disparidades no acesso e qualificar a capacidade cirúrgica, promovendo maior equidade e segurança no atendimento à população amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência cirúrgica, acesso à saúde, região amazônica.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, N. R. C. de, et al. Perfil das cirurgias oncológicas e reparadoras de mama no norte do Brasil: Análise da última década. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, v. 38, n. 3, p. e0718, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2177-1235.2023RBCP0718-PT>. Acesso em: 17 mar 2025.
- ARAÚJO, C. C. S. de, et al. Análise da realização da cirurgia bariátrica no estado do Acre pelo sistema único de saúde. *Revista FOCO Interdisciplinary Studies*, v. 17, n. 10, p. 01- 15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n10-069>. Acesso em: 17 mar 2025.
- GONÇALVES, Â. R. K. et al. Caracterização epidemiológica das cirurgias bariátricas, realizadas na região norte do Brasil, entre os anos de 2011 e 2021. *E-Acadêmica*, v. 4, n. 1, p. e1641419, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.52076/eacad-v4i1.419>. Acesso em: 17 mar 2025.

SOUZA, J. E. et al. Surgical capacity assessment in the state of Amazonas using the surgical assessment tool. Cross-sectional study. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 49, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-6991e-20223368-en>. Acesso em: 17 mar 2025.

TOSTES, M. F. do P.; COVRE, E. R.; FERNANDES, C. A. M. Access to surgical assistance: challenges and perspectives. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 24, p. e2677, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0954.2677>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BIOMODELAGEM VIRTUAL NO PLANEJAMENTO CIRÚRGICO: EXPLORANDO OS BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA DE SEGMENTAÇÃO DE IMAGENS MÉDICAS

Filipe Gouveia Cavalcante – Universidade Federal do Norte do Tocantins – filipe.cavalcante@ufnt.edu.br

Alexandre da Costa Machado Matos Segundo – Universidade Federal do Norte do Tocantins –
alexandre.segundo@ufnt.edu.br

Jailson Teixeira Medeiros – Universidade Federal do Norte do Tocantins – jailson.medeiros@ufnt.edu.br

Leticia Nunes de Aragão – Universidade Federal do Norte do Tocantins – leticia.aragao@ufnt.edu.br

Ediana Vasconcelos da Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins – ediana.silva@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A biomodelagem virtual a partir de exames de imagem é uma técnica que auxilia o planejamento cirúrgico na fase pré-operatória. Esse método transforma imagens médicas, como tomografias computadorizadas e ressonâncias magnéticas, em modelos tridimensionais digitais, que podem ser convertidos em protótipos físicos por meio da impressão 3D. Assim, essa inovação tem sido amplamente aplicada em diversas áreas, incluindo cirurgia ortopédica, bucomaxilofacial, cardiovascular e neurocirurgia. **OBJETIVOS:** Realizar uma revisão concisa para identificar os principais softwares de segmentação utilizados na biomodelagem virtual e os benefícios que essa tecnologia proporciona ao planejamento cirúrgico. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa realizada na base de dados MEDLINE, utilizando os descritores “surgical planning”, “softwares” e “3D printing”, combinados pelo operador AND. Foram encontrados 250 artigos publicados entre 2020 e 2024, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos. **RESULTADOS:** Dos 250 artigos analisados, 229 foram excluídos por não atenderem ao delineamento da pesquisa, nesse rol, 119 eram pagos e 100 inadequados ao objetivo proposto, resultando em uma amostra final de 21 artigos. Os estudos selecionados destacaram o uso de três principais softwares gratuitos e de código aberto: Invesalio, 3D Slicer e Ultimaker Cura. O software de segmentação mais citado foi o 3D Slicer, recomendado por sua compatibilidade com múltiplas modalidades de imagem (tomografia computadorizada, ressonância magnética e ultrassonografia) e por oferecer ferramentas avançadas de segmentação, incluindo crescimento de região, thresholding, segmentação baseada em aprendizado de máquina e opções manuais para refinamento, além da capacidade de exportação para impressão 3D. Em relação às principais contribuições para o planejamento cirúrgico, os aspectos mais mencionados foram: redução do tempo operatório, possibilidade de simulação e treinamento cirúrgico, observação das variações anatômicas do paciente, otimização da tomada de decisões intraoperatórias e facilitação da identificação de lesões, tumores e fraturas, resultando em melhores desfechos clínicos. **CONCLUSÃO:** Os resultados desta revisão indicam que a biomodelagem virtual, por meio de softwares de segmentação, é uma ferramenta valiosa no planejamento cirúrgico. O 3D Slicer foi o software mais utilizado, destacando-se por sua compatibilidade com diferentes modalidades de imagem e por seus recursos avançados de segmentação e impressão 3D. Entre os principais benefícios observados, destacam-se a redução do tempo operatório, a simulação e o treinamento cirúrgico, a melhor visualização anatômica e a otimização da tomada de decisões intraoperatórias. Dessa forma, a incorporação desses softwares pode aprimorar os resultados cirúrgicos e ampliar o acesso a abordagens mais precisas e eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: imagens médicas, planejamento cirúrgico, segmentação 3D.

REFERÊNCIAS:

HUANG, H. et al. Preoperative planning using 3D printing technology in orthopedic surgery. *BioMed Research International*, [s.l.], v. 2021, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33652844/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

KAMIO, T.; SUZUKI, M.; ASAMI, R.; KAWAI, T. DICOM segmentation and STL creation for 3D printing: a process and software package comparison for osseous anatomy. *3D Printing in Medicine*, v. 6, n. 1, p. 17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41205-020-00069-2>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MENDONÇA, C. J. A.; GUIMARÃES, R. M. D. R.; PONTIM, C. E.; GASOTO, S. C.; SETTI, J. A. P.; SONI, J. F.; SCHNEIDER, B. Jr. An overview of 3D anatomical model printing in orthopedic trauma surgery. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, v. 16, p. 875-887, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37038452/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MOGHIMI, M. et al. Application of 3D printing in preoperative planning. *Journal of Clinical Medicine*, [s.l.], v. 10, n. 4, p. 775, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33652844/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

WAKE, N.; ROSENKRANTZ, A. B.; HUANG, R.; GINOCCHIO, L. A.; WY SOCK, J. S.; TANEJA, S. S.; HUANG, W. C.; CHANDARANA, H. Impact of 3D printed models on quantitative surgical outcomes for patients undergoing robotic-assisted radical prostatectomy: a cohort study. *Abdominal Radiology (New York)*, v. 48, n. 4, p. 1401–1408, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00261-023-03815-2>. Acesso em: 19 mar. 2025.

COMPARAÇÃO DOS DESFECHOS PÓS-OPERATÓRIOS DA COLECISTECTOMIA: CIRURGIA ROBÓTICA VERSUS CIRURGIA LAPAROSCÓPICA CONVENCIONAL

Herica Martins De Araújo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - email - herica.costa@ufnt.edu.br

Isadora Mendes da Costa – Universidade Federal do Norte do Tocantins - isadora.costa@ufnt.edu.br

Raymisson Lucas Ferreira Alencar - Universidade Federal do Norte do Tocantins – raymisson.alencar@ufnt.edu.br

Giordana Oliveira Duarte - Universidade Federal do Norte do Tocantins – giordana.duarte@ufnt.edu.br

Benito Rolando Gutierrez Martinez - Universidade Federal do Norte do Tocantins - benitonbenito@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A colecistectomia é o procedimento cirúrgico que remove a vesícula biliar de forma parcial ou total. Dentre as formas de realizá-la, destacam-se a colecistectomia laparoscópica convencional (LC) e a colecistectomia assistida por robô (RAC). A LC é o padrão-ouro no tratamento da colelitíase sintomática. No entanto, em casos complexos, pode apresentar desafios técnicos. A RAC surge como alternativa, proporcionando maior precisão e melhor visualização, o que pode influenciar o pós-operatório. Este estudo compara a recuperação e os desfechos pós-operatórios entre LC e RAC, avaliando suas vantagens e limitações. **OBJETIVOS:** Comparar as abordagens RAC e LC para determinar qual técnica proporciona melhores resultados ao paciente, especialmente no pós-operatório. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo com base no banco de dados PUBMED, utilizando os descritores “Robotic Surgical Procedures”, “Surgical Procedures, Operative” e “Cholecystectomy, Laparoscopic”, correlacionados pelos operadores booleanos “AND” e “OR”. Foram encontradas 160 produções científicas publicadas nos últimos cinco anos. Destas, com base nos critérios de inclusão (ensaios clínicos, revisões sistemáticas e metanálises) e exclusão (obras com pouca relevância para o tema), foram selecionadas 23 produções para a elaboração da revisão. **RESULTADOS:** A RAC apresenta melhores desfechos quando comparada à LC, especialmente em casos mais complexos de colecistite. Não há diferença significativa nos parâmetros pré-operatórios, embora a cirurgia robótica seja mais utilizada em pacientes com espessamento da parede da vesícula biliar e histórico de colecistite aguda, sendo preferida em casos mais graves. Além disso, obteve melhor desempenho técnico durante as operações cirúrgicas e no pós-operatório. Isso ocorre porque o sangramento intraoperatório na laparoscopia convencional é mais frequente, evidenciando as menores taxas de complicação na RAC. Além disso, não há diferença no tempo operatório, mas a RAC apresentou menores taxas de conversão cirúrgica e de readmissão hospitalar, demonstrando melhores resultados no pós-operatório. Outrossim, sua aplicação em hospitais-escola proporciona feedback de internos e residentes, que relatam menor sobrecarga física e emocional ao operar com robótica. **CONCLUSÃO:** A colecistectomia assistida por robô apresentou vantagens significativas sobre a laparoscópica convencional devido à maior precisão e controle do sistema robótico. A RAC resultou em menos complicações, como sangramentos, sugerindo maior segurança no seu uso. Além disso, as menores taxas de readmissão hospitalar sugerem uma recuperação mais rápida e eficiente, destacando a RAC como uma opção mais segura e eficaz no tratamento da colecistite.

PALAVRAS-CHAVE: Cholecystectomy, Robotic Surgical Procedures, Postoperative Complications, Comparative Study

REFERÊNCIAS:

MARTHANDAM, S. et al. A comparative study of laparoscopic versus robotic cholecystectomies based on the Parkland grading scale. *Cureus*, v. 16, n. 9, e68523, 2024. DOI 10.7759/cureus.68523.

LIN, H. et al. Comparative outcomes of single-incision laparoscopic, mini-laparoscopic, fourport laparoscopic, three-port laparoscopic, and single-incision robotic cholecystectomy: a systematic review and network meta-analysis. *Updates in Surgery*, v. 75, p. 41–51, 2023. DOI 10.1007/s13304-022-01387-2.

MAEGAWA, F. B. et al. Robotic compared with laparoscopic cholecystectomy: A National Surgical Quality Improvement Program comparative analysis. *Bariatric Surgery*, v. 178, p. 108772, fev. 2025. DOI: 10.1016/j.surg.2024.08.006.

CHEE, M. Y. M. et al. Robotic, laparoscopic and open surgery for gallbladder cancer: a systematic review and network meta-analysis. *Surgical Endoscopy*, v. 38, n. 9, p. 4846-4857, set. 2024. DOI: 10.1007/s00464-024-11162-6.

LEE, S. J.; MOON, J. I.; CHOI, I. S. Robotic single-site cholecystectomy is better in reducing postoperative pain than single-incision and conventional multiport laparoscopic cholecystectomy. *Surgical Endoscopy*, v. 37, n. 5, p. 3548-3556, maio 2023. DOI: 10.1007/s00464-022-09846-y.

COMPARAÇÃO ENTRE COLECISTECTOMIA ROBÓTICA E VIDEOLAPAROSCÓPICA CONVENCIONAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Amanda Vitória Serafim dos Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - mediciner.amanda@gmail.com

Déborah de Fátima Diniz Rocha - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - deborahdiniiz@gmail.com

Ihan Gustavo Oliveira Melo - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - ihangustavo1@gmail.com

Vitoria Saraiva Nogueira - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - vi.saraivan@gmail.com

Larissa Procópio Cruz - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - procopio.larissa01@gmail.com

Alinne Katienny Lima Silva Macambira - Santa Casa de Misericórdia de Goiânia - alinnemacambira@gmail.com

INTRODUÇÃO: A cirurgia robótica tem se destacado como uma inovação significativa na medicina, oferecendo benefícios notáveis em relação à videolaparoscopia convencional (VLP). Entre essas vantagens, encontram-se a maior precisão, destreza e visualização em 3D, além de proporcionar um conforto superior ao cirurgião. Quanto à colecistectomia, a videolaparoscopia já é reconhecida como o padrão-ouro no tratamento de doenças sintomáticas ligadas a cálculos biliares. Embora ambos os procedimentos visem à remoção da vesícula biliar, a RC oferece benefícios adicionais, como uma acurácia superior e uma melhor visualização, o que pode ajudar a reduzir complicações, como lesões no ducto biliar. No entanto, o elevado custo da cirurgia robótica ainda representa um desafio para sua adoção em larga escala. **OBJETIVOS:** Avaliar os desfechos clínicos entre colecistectomia robótica e a videolaparoscopia convencional. **METODOLOGIA:** O presente estudo se trata de uma revisão literária de caráter integrativo. Foram incluídos artigos científicos pertencentes à base de dados PubMed nos idiomas português e inglês, pertencentes ao período de 2020 a 2025, disponíveis na íntegra. Os descritores utilizados foram: “Robotic laparoscopic surgery” AND “Cholecystectomy”. Ao final da seleção, identificaram-se 4 artigos relevantes para a análise do tema. **RESULTADOS:** A comparação entre a colecistectomia robótica (RC) e a videolaparoscopia (VLP) revelou que não há diferenças significativas em relação à perda sanguínea durante o procedimento ou à incidência de lesões no ducto biliar. Entretanto, sob o aspecto técnico, a RC apresentou um desempenho superior, com melhores escores nas avaliações cirúrgicas. Além disso, essa técnica está relacionada a uma taxa de complicações menor em comparação com a VLP (25,6% contra 65,0%). Não houve diferenças estatisticamente significativas no tempo cirúrgico entre os dois grupos e a força aplicada ao tecido foi semelhante em ambas as abordagens, sugerindo que a RC preserva a integridade dos tecidos durante a cirurgia. Apesar das vantagens que a cirurgia robótica oferece, seu alto custo e a necessidade de treinamento especializado ainda representam desafios para sua adoção ampla. **CONCLUSÃO:** Esta revisão de literatura conclui que a colecistectomia robótica não apresenta vantagens clínicas relevantes em comparação com a videolaparoscopia convencional nos resultados pós-operatórios, além de estar ligada a custos mais altos. Assim, a videolaparoscopia convencional continua sendo a abordagem mais custoefetiva e amplamente adotada, consolidando-se como o padrão-ouro para a realização da colecistectomia. As evidências a respeito da colecistectomia robótica ainda são escassas, indicando a necessidade de mais estudos para explorar seus potenciais benefícios e limitações.

PALAVRAS-CHAVE: Colecistectomia. Cirurgia Robótica. Videolaparoscopia.

REFERÊNCIAS:

STRAATMAN, J.; PUCHER, P. H.; KNIGHT, B. C.; et al. Systematic review: robot-assisted versus conventional laparoscopic multiport cholecystectomy. J Robot Surg, v. 17, n. 5, p. 1967- 1977, 2023. doi: 10.1007/s11701-023-01662-3.

TAWDE, P.; JOHN, N.; FARAH, S.; D. M.; STUART, D. Comparison of da Vinci Robotic Cholecystectomy and Laparoscopic Cholecystectomy: A Systematic Review and MetaAnalysis of Postoperative Outcomes and Cost-Effectiveness. *Cureus*, v. 16, n. 11, p. e73767, 2024. Publicado em 15 nov. 2024. doi: 10.7759/cureus.73767.

KARIM, M.; KONG, A. E.; MOHAMMAD, N.; et al. Análise comparativa de curvas de aprendizagem em colecistectomia robótica versus laparoscópica: uma revisão sistemática. *Cureus*, v. 16, n. 8, p. e67468, 22 ago. 2024. doi: 10.7759/cureus.67468.

WILLUTH, E.; HARDON, S. F.; LANG, F.; et al. A colecistectomia assistida por robótica é superior à colecistectomia laparoscópica no treinamento inicial para novatos em cirurgia em um modelo suíno ex vivo: um estudo cruzado randomizado. *Surgical Endoscopy*, v. 36, p. 1064- 1079, 2022. doi: 10.1007/s00464-021-08373-6.

FATORES QUE INFLUENCIAM A CICATRIZAÇÃO E O SUCESSO CIRÚRGICO

Dália Katrinna da Costa Oliveira – UNITPAC – daliakatrinnac@gmail.com

Sthela Sousa Nascimento - UNITPAC – sthesnasc@outlook.com

Henrique Pereira da Silva Neto – UNITPAC – henrique.neto09@gmail.com

Thiago Soares Silva Braz - UNITPAC – Thiagobraz96@gmail.com

Jacqueline Gonçalves Domingues - UNITPAC – jaqueline Domingues15@outlook.com

Joyce Lisboa Freitas – Universidade Federal do Pará – unicipa@gmail.com

INTRODUÇÃO: O processo de cicatrização é uma sequência de eventos biológicos para reconstituição tecidual. Esse processo se divide em três fases: inflamatória, proliferativa/ granulação e fase de remodelamento. Problema ou atraso em qualquer uma destas pode resultar em má cicatrização. Fatores extrínsecos conhecidos que podem impactar em feridas operatórias são: uso crônico de medicamentos, sobretudo esteroides, radioterapia anterior e tabagismo. Dentre fatores intrínsecos que interferem no processo cicatricial, destacam-se: desnutrição, obesidade, diabetes, hipotireoidismo, envelhecimento e condições isquêmicas. Fatores de risco devem ser identificados antes da cirurgia para evitar retardo de cicatrização.

OBJETIVOS: Identificar os principais fatores relacionados ao processo de má cicatrização cirúrgica a fim de obter sucesso na cicatrização. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática através de levantamento de dados nas plataformas PubMed e Scielo. Foram selecionados artigos dos últimos 5 anos, do tipo revisões de literatura e relatos de casos que abordassem os fatores que influenciam na cicatrização cirúrgica.

RESULTADOS: Dos artigos recuperados, deu-se ênfase aos fatores intrínsecos e extrínsecos que interferem na cicatrização. Quanto ao uso de medicamentos, a recomendação é interrupção da medicação no período de 30 dias precedentes a cirurgia. O uso de vitamina A para neutralizar o efeito dos esteroides vem sendo proposto, porém não há ensaios clínicos em humanos que forneçam reais evidências. Estratégias para reduzir o risco de má cicatrização em pacientes com radioterapia anterior ainda são muito limitadas. O tabagismo impacta negativamente em todas as fases de cicatrização. Estudos sugerem que pelo menos 4 semanas de cessação de tabagismo antes de uma operação é essencial para reduzir riscos de má cicatrização. Para a desnutrição, a identificação e correção com suplementação proteica e outros nutrientes o quanto antes confere melhora do processo cicatricial. Os mecanismos em que a obesidade promove má cicatrização estão relacionados com baixa perfusão e inflamação crônica. Para tal, é necessário correção de IMC em pacientes de cirurgia eletivas. Diabéticos possuem quatro vezes maior chance de complicação de cicatrização, logo, é substancial controle glicêmico antes de procedimentos cirúrgicos. O hipotireoidismo e envelhecimento diminuem a formação de colágeno, sendo também contribuintes para má cicatrização. **CONCLUSÃO:** A má cicatrização pode ser decorrente de múltiplos fatores que contribuem na cascata de eventos que ocorrem no processo cicatricial. Estudos atuais sugerem identificação precoce de todos esses fatores. Uma vez reconhecidos, o profissional deve intervir e otimizar as condições clínicas do paciente para melhor sucesso cirúrgico.

PALAVRAS-CHAVE: Fatores, cicatrização, cirúrgica.

REFERÊNCIAS:

HOM, D. B.; DAVIS, M. E. Reducing risks for poor surgical wound healing. *Facial Plastic Surgery Clinics of North America*, v. 31, n. 2, p. 171-181, maio 2023. DOI: [10.1016/j.fsc.2023.01.002](https://doi.org/10.1016/j.fsc.2023.01.002).

PEÑA, Oscar A.; MARTIN, Paul. Cellular and molecular mechanisms of skin wound healing. *Nature Reviews Molecular Cell Biology*, v. 25, n. 8, p. 599-616, 2024.

HE, Miao et al. Epidemiology, Controversies, and Dilemmas of Perioperative Nutritional Risk/Malnutrition: A Narrative Literature Review. *Risk Management and Healthcare Policy*, p. 143-162, 2025. DOI: [10.2147/RMHP.S496098](https://doi.org/10.2147/RMHP.S496098).

FRATURAS CERVICAIS EM CRIANÇAS: O IMPACTO DO AUMENTO DOS ACIDENTES AUTOMOBILÍSTICOS

Ivan Cavalcanti Lino – Universidade Federal do Norte do Tocantins - ivan.lino@ufnt.edu.br

Emilly de Sousa Ferreira Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - emilly.silva@ufnt.edu.br

Yarla Cristina Dias da Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins - yarla.silva@ufnt.edu.br

Andreina Martins Araujo Costa – Universidade Federal do Norte do Tocantins – andreinamedatm@gmail.com

Benito Rolando Gutierrez Martinez – Universidade Federal do Norte do Tocantins – benitonbenito@hotmail.com

INTRODUÇÃO: Fraturas cervicais em crianças, especialmente em bebês, são raras, mas sua incidência tem aumentado nos últimos anos. Essas lesões impactam significativamente a saúde infantil, exigindo longos períodos de reabilitação e sobrecarregando tanto as famílias quanto o sistema de saúde. Com o aumento do tráfego e a maior exposição das crianças a situações de risco, torna-se essencial compreender essa relação para aprimorar a abordagem desses casos. **OBJETIVOS:** Analisar a relação entre o aumento das fraturas cervicais em pacientes pediátricos e identificar as melhores estratégias para seu manejo, seja por abordagem cirúrgica ou conservadora. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão de literatura descritiva e qualitativa nas bases de dados PUBMED/MEDLINE. Utilizaram-se os descritores “cervical spine injury”, “odontoid fracture” e “odontoid process fracture and pediatric”, combinados com os operadores booleanos “AND” e “OR”. Inicialmente, foram identificados 20 artigos, dos quais 6 foram selecionados com base em critérios de inclusão, como publicações dos últimos oito anos. Estudos que não abordavam a associação entre fraturas da coluna cervical e pacientes pediátricos foram excluídos. **RESULTADOS:** O aumento dos acidentes automobilísticos tem tornado as crianças mais vulneráveis a lesões cervicais, devido às forças adicionais que promovem a hiperflexão da coluna e favorecem rupturas articulares, múltiplas ou singulares. Essa suscetibilidade decorre, em grande parte, da anatomia pediátrica, caracterizada por ossos menores, mais flexíveis e maleáveis, o que influencia tanto o mecanismo da lesão quanto a abordagem terapêutica. Nesse contexto, a correta utilização da cadeirinha de segurança demonstrou ser um fator essencial na prevenção, reduzindo significativamente o risco de traumas cervicais em crianças envolvidas em acidentes automobilísticos. **CONCLUSÃO:** O manejo cirúrgico das lesões cervicais em pacientes pediátricos deve ser criterioso, considerando a flexibilidade e o tamanho reduzido dos ossos, o que dificulta os procedimentos e torna as técnicas de tração fundamentais para evitar complicações. As fraturas da sincondrose da C2, na maioria dos casos, podem ser tratadas de forma conservadora, com fusão óssea espontânea e imobilização externa eficaz. Já nas lesões mais graves, que envolvem múltiplas fraturas associadas à contusão medular, a estabilização cirúrgica cuidadosa é essencial para a sobrevivência desses pacientes. Além disso, os traumas na articulação atlantoaxial apresentam desafios adicionais devido à sua instabilidade, exigindo um acompanhamento rigoroso.

PALAVRAS-CHAVE: Fraturas da Coluna Vertebral, Coluna Cervical, Acidentes de Trânsito, Traumatismos na Infância, Tratamento Conservador.

REFERÊNCIAS:

BETSCH, M. et al. Association between cervical spine degeneration and the presence of dens fractures. Z Orthop Unfall, v. 158, n. 1, p. 46-50, 2020.

DA SILVA, A. J. F.; LOPES, F. A. C.; MENDES, W. R. Multiple-level cervical spine trauma in children: case report and literature review. Elsevier, v. 27, 2020.

FARROKHI, M. R. et al. Anterior screw fixation in type II odontoid fracture in an 18-month-old girl: a case report and review of the literature. British Journal of Neurosurgery, v. 33, n. 6, p. 699-702, nov. 2017.

HENRY, M. K. et al. Cervical spine imaging and injuries in young children with nonmotor vehicle crash-associated traumatic brain injury. Pediatric Emergency Care, v. 37, n. 1, p. e1–e6, jan. 2021.

IMPACTO DA CIRURGIA DE CORREÇÃO DE HIPOSPÁDIA NA FUNÇÃO URINÁRIA E SEXUAL NA VIDA ADULTA

Julia Soldatelli - UNITPAC – juliaschwzrsoldatelli@gmail.com

Mariana Matos Melo – UNITPAC - marianamatosmelodra@gmail.com

Renata de Sousa Vinhal – UNITPAC - renatavinhal24@hotmail.com

Rodrigo Kauan Vailati – UNITPAC - rodvailatiacad@gmail.com

William Ferreira Machado - UNITPAC – williamferreiramachado@gmail.com

Nyrla Yoshie Yano Gomes - Universidade Estadual do Pará - unicipe@gmail.com

INTRODUÇÃO: A hipospádia consiste em uma malformação do canal ureteral, que se abre na superfície ventral do pênis, podendo ser classificada em 8 tipos, conforme sua localização. Essa anormalidade, além de ter efeito adverso na micção, prejudicando o controle do jato e a micção em pé, pode afetar o desenvolvimento psicossocial à medida que torna complicada e dolorosa a ereção, dificultando a cópula e a inseminação adequada, caso não seja tratada corretamente. **OBJETIVOS:** Elucidar o impacto da cirurgia de correção de hipospádia na função urinária e sexual na vida adulta. **METODOLOGIA:** A presente revisão de literatura foi baseada em artigos do PubMed. Inclui-se artigos em inglês e português no período de 2015 a 2025 por meio do uso de descritores “hypospadias repair” e “implications”, sendo guiado pelo termo “AND” segundo Descritores de Ciências da Saúde. **RESULTADOS:** A cirurgia terapêutica dessa anomalia tem o objetivo de restaurar a função urinária, estética, e minimizar impactos na vida sexual futura, devendo ser efetuada antes dos 2 anos de idade para obtenção de resultados superiores. Após a realização cirúrgica, nota-se melhora do jato urinário, permitindo que o fluxo seja redirecionado para a abertura uretral correta do pênis, evitando desvios ou gotejamento residual, além de reduzir os riscos de disfunção miccional como incontinência urinária. A correção da curvatura peniana proporciona, também, a melhora da dor e da penetração, junto a uma ereção mais satisfatória, gerando assim, um impacto positivo na fertilidade masculina, adicionalmente na autoestima e confiança sexual. Entretanto, alguns pacientes relatam redução na sensibilidade da glândula após o procedimento, e complicações como estreitamento do canal ureteral e fístulas entre a pele e a uretra reconstituída. **CONCLUSÃO:** A hipospádia é a malformação do meato ureteral, onde a abertura peniana é anormal, localizando-se na face ventral, provocando inúmeros malefícios caso não haja seu reparo. A cirurgia precoce de correção é essencial para a melhora da função urinária, permitindo uma vida sexual mais satisfatória na vida adulta, corrigindo desvios do jato urinário e possíveis curvaturas penianas, desempenhando um papel importante na autoestima e na confiança sexual. Embora a maioria dos pacientes alcance bons resultados, algumas complicações, como estenoses, fístulas e alterações na sensibilidade, podem ocorrer, exigindo assim, um suporte e acompanhamento médico e psicológico para a qualidade de vida dos indivíduos operados.

PALAVRAS-CHAVE: correção cirúrgica, hipospádia, função urinária e sexual

REFERÊNCIAS:

GEADA, A. et al. Long-term impact of commonly performed operations in pediatric urology on reproductive and sexual health. *Therapeutic advances in urology*, v. 16, p. 17562872241249083, set. 2024.

LLOYD J.W. TACK et al. Psychosexual Outcome, Sexual Function, and Long-Term Satisfaction of Adolescent and Young Adult Men After Childhood Hypospadias Repair. *The Journal of Sexual Medicine*, v. 17, n. 9, p. 1665–1675, 1 set. 2020.

PANIGRAHI, P. et al. Urinary flow rates in anterior hypospadias: Before and after repair and its clinical implication. *African Journal of Paediatric Surgery*, v. 0, n. 0, p. 0, 2023.

IMPACTOS DA FIMOSE NA QUALIDADE DE VIDA INFANTIL E CRITÉRIOS PARA INTERVENÇÃO

Mariana Matos Melo – UNITPAC – marianamatosmelodra@gmail.com

Maria Clarissa Bicalho Mota – UNITPAC – bicalhomariaclarissa@gmail.com

Julia Soldatelli – UNITPAC – juliaschwarzsoldatelli@gmail.com

Rodrigo Kauan Vailati – UNITPAC – rodvailatiacad@gmail.com

William Ferreira Machado – UNITPAC – williamferreiramachado@gmail.com

Joyce Lisboa Freitas – Universidade Estadual do Pará - unicepe@gmail.com

INTRODUÇÃO: A fimose é caracterizada pela incapacidade de retração do prepúcio sobre a glândula, sendo comum em crianças nos primeiros anos de vida. Em muitos casos, a condição se resolve espontaneamente até a adolescência. No entanto, em alguns indivíduos, pode persistir e levar a complicações, como infecções urinárias recorrentes, balanopostite e dificuldades na higiene íntima. Esses problemas podem afetar a qualidade de vida infantil e a saúde urinária, tornando fundamental a avaliação médica para determinar a melhor abordagem terapêutica, seja conservadora ou cirúrgica. **OBJETIVO:** Analisar os impactos da fimose na qualidade de vida infantil e os critérios para intervenção, destacando as indicações da postectomia e sua relação com a prevenção de infecções urinárias. **METODOLOGIA:** Essa revisão analisou os impactos da fimose e os critérios para intervenção. Foram consultados artigos no PubMed e SciELO, priorizando estudos retrospectivos, revisões sistemáticas e ensaios clínicos randomizados sobre fimose, qualidade de vida infantil e saúde urinária. No total, **cinco artigos** foram selecionados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A fimose pode impactar significativamente a qualidade de vida infantil devido à dor, desconforto e risco aumentado de infecções urinárias. Crianças com fimose patológica apresentam maior incidência de balanopostite, dificuldade para urinar e risco de infecção ascendente do trato urinário. O tratamento inicial pode ser feito com o uso de pomadas e cremes tópicos à base de corticosteroides que ajudam a reduzir a inflamação e facilitam a abertura da pele que recobre o pênis. Quando o tratamento conservador não é eficaz, ou nos casos de fimose adquirida em adultos, o tratamento cirúrgico, como a postectomia, pode ser indicado, principalmente em situações em que o prepúcio não abre ou em casos leves e moderados que causam problemas como infecções recorrentes, dificuldades na higiene local. Esse procedimento cirúrgico remove o prepúcio e reduz significativamente as taxas de infecção urinária, melhorando a qualidade de vida e prevenindo complicações futuras. **CONCLUSÃO:** A fimose pode impactar a qualidade de vida infantil e a saúde urinária, exigindo uma abordagem individualizada. A decisão terapêutica deve considerar a resposta ao tratamento clínico e a presença de complicações. Quando indicada, a postectomia é eficaz na redução de infecções urinárias e na melhora da qualidade de vida. Estudos adicionais são necessários para definir critérios mais precisos sobre o momento ideal da intervenção, garantindo benefícios a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: fimose, qualidade de vida infantil, saúde urinária, postectomia, infecção urinária.

REFERÊNCIAS:

BRITO, Brunna Jhessika Sbardella; BRITO, Maurício Sbardella; SOUZA, Alex Moreira. Fimose e as indicações de postectomia infantil: uma revisão de literatura. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 12, p. 2499-2507, 2024. Disponível em: <<https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4791>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SMITHERS, Molly Katrina Costa et al. Alterações comportamentais desenvolvidas em crianças submetidas a cirurgias pediátricas. Research, Society and Development, v. 13, n. 10, p. e13131046987-e13131046987, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/384883815_Alteracoes_comportamentais_desenvolvidas_em_crianças_submetidas_a_cirurgias_pediatricas>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FRANCA, Roberta Lemos Porto. Protocolo assistencial de atendimento à infecção do trato urinário em pediatria. 2024. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/274319>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

DA SILVA, Ana Flávia Pereira et al. CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS E FATORES ASSOCIADOS AO TEMPO DE INTERNAÇÃO APÓS PROCEDIMENTO DE POSTECTOMIA NA POPULAÇÃO PEDIÁTRICA. COORTE-Revista Científica do Hospital Santa Rosa, n. 16, 2023. Disponível em: <<https://revistacoorte.com.br/index.php/coorte/article/view/321>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

LOURENÇÃO, Pedro Luiz Toledo de Arruda et al. Tempo de observação e resolução espontânea de fimose primária em crianças. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 44, p. 505-510, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcbc/a/ty6FX5T4MsqfrBbwvJPdWtm/?lang=pt>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA CIRURGIA PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Renata de Sousa Vinhal - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
renatavinhal24@hotmail.com

Michelle Glatz Brescancin de Oliveira - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
mimigbo.linda@gmail.com

Mariana Matos Melo - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
marianamatosmelodra@gmail.com

Jacqueline Gonçalves Domingues - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
jaquelinedomingues15@outlook.com

Henrique Pereira da Silva Neto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
henrique.neto09@gmail.com

Nyrla Yoshie Yano Gomes - Universidade Estadual do Pará - unicepe@gmail.com

INTRODUÇÃO: A doença do Coronavírus-19, causada pela síndrome respiratória aguda grave coronavírus-2 (SARS-CoV-2), surgiu na China, em dezembro de 2019 e rapidamente se espalhou internacionalmente, devido à sua alta taxa de transmissibilidade. O grande aumento no número de casos levou à descentralização e à fragmentação de diversos serviços médicos especializados, incluindo o da cirurgia pediátrica. **OBJETIVOS:** Analisar os impactos da pandemia da COVID-19 no âmbito da cirurgia pediátrica. **METODOLOGIA:** Este estudo é uma revisão de literatura baseada em artigos do PubMed. Incluiu-se artigos em inglês e português, de 2020 a 2025, e foi guiada pelo termo “AND” segundo os Descritores de Ciências da Saúde (DeCS): “Impacts” AND “of COVID 19 pandemic” AND “pediatric surgery”. Foram obtidos 74 artigos, dos quais apenas 3 atenderam aos critérios de inclusão. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos demonstraram uma redução no número de cirurgias no período da pandemia, visto que sua natureza invasiva pode facilitar a transmissão generalizada da doença entre pacientes e profissionais de saúde. Percebeu-se, também, que o estresse cirúrgico poderia agravar o quadro das crianças infectadas devido a desregulação imunológica. Ademais, outros fatores contribuíram para essa redução, como o número limitado de profissionais, hemoderivados restritos e a priorização de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) para emergências e UTIs. Outrossim, observou-se a ocorrência de uma síndrome inflamatória incomum ligada ao coronavírus, que resulta em disfunção de múltiplos órgãos e complicações críticas, embora a COVID-19 seja menos grave nas crianças. Assim, foi necessário medidas adicionais para diminuir a disseminação viral. Com isso, os procedimentos cirúrgicos só eram realizados se seu atraso resultasse danos ao paciente, prolongasse a internação hospitalar ou aumentasse a probabilidade de reinternação. Já as operações não eletivas eram realizadas com número de profissionais reduzido e com o uso de EPIs apropriados, especialmente em cirurgias que geram aerossóis (por exemplo, com necessidade de intubação). Além disso, as crianças passavam por uma triagem pré-cirúrgica para descartar a COVID-19. Juntamente, as consultas ambulatoriais passaram a ser teleconsulta e o tratamento não operatório também foi considerado em casos apropriados. **CONCLUSÃO:** A pandemia da COVID-19 impactou significativamente na cirurgia pediátrica, resultando na redução de procedimentos eletivos, na reorganização dos serviços hospitalares e na adoção de medidas rigorosas para minimizar a transmissão viral. Esses desafios reforçaram a importância da adaptação dos serviços de saúde em tempos de crise, evidenciando a necessidade de protocolos eficientes para garantir a assistência segura e eficaz dos pacientes pediátricos em cenários adversos.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19, Pandemias, Cirurgia Pediátrica, Serviços de Saúde.

REFERÊNCIAS:

YASMIN, F.; et al. Exploring the impact of the COVID-19 pandemic on pediatric surgical services. *Minerva Pediatrics*, v. 73, n. 5, p. 460-466, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33845565/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

DEDEILIA, A.; et al. Pediatric surgery during the COVID-19 pandemic. World Journal of Clinical Pediatrics, v. 9, n. 2, p. 7-16, 19 set. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33014718/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MORATILLA LAPEÑA, L.; et al. Impact of SARS-CoV-2 pandemic on emergency department activity at the pediatric surgery unit of a third-level hospital. Cirugía Pediátrica: Órgano Oficial de la Sociedad Española de Cirugía Pediátrica, v. 34, n. 2, p. 85-89, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33826261/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

IMPRESSÃO 3D NO PLANEJAMENTO PRÉ-OPERATÓRIO DE CIRURGIAS COMPLEXAS: AVANÇOS E MELHORIAS NOS RESULTADOS PÓS-OPERATÓRIOS

Nailton Gomes da Silva – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - UNITPAC,
nailtonunitpac21@gmail.com

Ricardo Silva Madruga – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - UNITPAC,
madruga_100@hotmail.com

Camyla Veras Lira – HRA2, camylalira6@gmail.com

Raphaella Aguiar Paranaguá – Hospital Regional de Araguaína - HRA, raphaella.paranagua@gmail.com

INTRODUÇÃO: O uso da impressão tridimensional (3D) na prática cirúrgica tem se tornado cada vez mais comum, a fabricação de peças anatômicas personalizadas tem o intuito de facilitar o planejamento pré-operatório e obter melhores resultados pós-operatórios. **OBJETIVO:** O objetivo do presente estudo é avaliar o planejamento pré-operatório com uso da impressão 3D, com destaque para os avanços e melhorias nos resultados pós-operatórios. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica na base de dados PubMed. Foram incluídos no estudo artigos publicados a partir de 2023, que envolvam planejamento pré-operatório com modelos tridimensionais. **RESULTADOS:** Dos estudos analisados, a impressão 3D levou à diversas mudanças no planejamento de cirurgias complexas, como redução do tempo intraoperatório, menor perda sanguínea e diminuição de iatrogenias. O uso dessa ferramenta tem se estendido, também, para as cirurgias minimamente invasivas, como nefrectomias parciais; além do seu uso para a construção de implantes impressos, de forma personalizada. **CONCLUSÃO:** O uso das impressões tridimensionais no âmbito cirúrgico avançou rapidamente, beneficiando o paciente e trazendo mais segurança ao ato operatório. No entanto, ainda há desafios para a sua disseminação, seja pela necessidade de mais estudos, seja pelo alto custo de implantação dessas ferramentas.

PALAVRAS-CHAVE: Impressões tridimensionais (3D); cirurgias complexas, avanços, melhorias.

REFERÊNCIAS:

YAHIRO, D. et al. Impact of 3D Printing on Cardiac Surgery in Congenital Heart Diseases: A Systematic Review and Meta-Analysis. Arq Bras Cardiol. 2024 Nov;121(12):e20240430. Portuguese, English. doi: 10.36660/abc.20240430. PMID: 39968976; PMCID: PMC11634304.

LOPEZ, P. et al. Enhancing surgical planning for abdominal tumors in children through advanced 3D visualization techniques: a systematic review of future prospects. Front Pediatr. 2024 May 7;12:1386280. doi: 10.3389/fped.2024.1386280. PMID: 38863523; PMCID: PMC11166126.

Tack P, Victor J, Gemmel P, Annemans L. 3D-printing techniques in a medical setting: a systematic literature review. Biomed Eng Online. 2016 Oct 21;15(1):115. doi: 10.1186/s12938-016-0236-4. PMID: 27769304; PMCID: PMC5073919.

Wu W, Sabharwal S, Bunker M, Sabharwal S. 3D Printing Technology in Pediatric Orthopedics: a Primer for the Clinician. Curr Rev Musculoskelet Med. 2023 Sep;16(9):398-409. doi: 10.1007/s12178-023-09847-x. Epub 2023 Jun 19. PMID: 37335502; PMCID: PMC10427603.

Ghazi AE, Teplitz BA. Role of 3D printing in surgical education for robotic urology procedures. Transl Androl Urol. 2020 Apr;9(2):931-941. doi: 10.21037/tau.2020.01.03. PMID: 32420209; PMCID: PMC7214988.

INDICAÇÕES E MOMENTO IDEAL PARA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA NA ENTEROCOLITE NECROSANTE

Michelle Glatz Brescancin de Oliveira – UNITPAC – mimigbo.linda@gmail.com

Maria Clarissa Bicalho - UNITPAC - bicalhomariaclarissa@gmail.com

Jaqueline Gonçalves Domingues - UNITPAC - jaquelinedomingues15@outlook.com

Rodrigo Kauan Vailati - UNITPAC - rodvailatiacad@gmail.com

Tiago Soares Silva Braz - UNITPAC - Thiagobraz96@gmail.com

Joyce Lisboa Freitas – Universidade Estadual do Pará - unicipes@gmail.com

INTRODUÇÃO: A enterocolite necrosante (ECN) é uma condição grave que afeta principalmente neonatos prematuros, caracterizada pela inflamação e necrose da mucosa intestinal. Esta condição pode levar a complicações sérias, como perfuração intestinal, sepse e falência múltipla de órgãos, representando um desafio no manejo clínico e cirúrgico. A cirurgia é indicada principalmente em casos de perfuração intestinal, progressão da doença apesar do tratamento clínico, ou deterioração clínica do paciente. No entanto, a indicação precisa e o momento ideal para intervenção cirúrgica são cruciais para melhorar os desfechos. **OBJETIVOS:** O objetivo deste estudo é revisar as indicações e o momento ideal para a intervenção cirúrgica em neonatos com enterocolite necrosante, abordando os fatores que determinam a necessidade de cirurgia e os desfechos relacionados ao momento da intervenção. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão da literatura sobre os critérios cirúrgicos na ECN. Foram analisados artigos em plataformas como PubMed e Scielo, priorizando ensaios clínicos randomizados e estudos retrospectivos que abordam a gestão cirúrgica da ECN. Foram escolhidos 6 artigos que se adequaram ao proposto. **RESULTADOS:** A intervenção cirúrgica na ECN é indicada quando há sinais de deterioração clínica apesar do tratamento conservador, como piora das condições hemodinâmicas, aumento da distensão abdominal, e sinais de perfuração ou peritonite. A ressecção do segmento intestinal necrosado é o procedimento cirúrgico mais comum, embora a realização de uma colostomia possa ser necessária em casos mais graves. A cirurgia precoce, antes que ocorra uma perfuração ou sepse, tem sido associada a melhores desfechos, com menor mortalidade e menores complicações pós-operatórias. No entanto, a cirurgia tardia, após a estabilização clínica do paciente, pode resultar em maiores taxas de morbidade devido à progressão da doença. A decisão cirúrgica deve ser individualizada, levando em consideração a gravidade clínica, a idade gestacional e o peso ao nascimento do neonato, além da resposta clínica ao tratamento inicial. **CONCLUSÃO:** A cirurgia na enterocolite necrosante é uma abordagem fundamental em casos graves ou que não respondem ao tratamento clínico. A escolha do momento ideal para a intervenção depende da evolução clínica do paciente. No entanto, a cirurgia deve ser realizada com cautela, considerando o risco de complicações e a necessidade de individualização do tratamento. Mais estudos prospectivos e ensaios clínicos são necessários para definir de maneira mais precisa as melhores estratégias e os critérios para intervenção cirúrgica na ECN.

PALAVRAS-CHAVE: Enterocolite necrosante; Cirurgia neonatal; Intervenção precoce; Prognóstico.

REFERÊNCIAS:

BETHELL, G. S.; KNIGHT, M.; HALL, N. J. Surgical necrotizing enterocolitis: Association between surgical indication, timing, and outcomes. *Journal of Pediatric Surgery*, v. 56, n. 10, p. 1785–1790, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34090670/>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FERNÁNDEZ-ORTEGA, G. ; MORÓN-GARCÍA, G. del C. Determination of surgical intervention in pre-term infants with necrotizing enterocolitis. *Boletín Médico del Hospital Infantil de México*, v. 80, n. 6, 2023. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38150710/>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

YU, L. et al. Predictive Factors for Surgical Intervention in Neonates with Necrotizing Enterocolitis: A Retrospective Study. *Frontiers in Surgery*, v. 9, 2022. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36034384/>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

INDICAÇÕES E TEMPO IDEAL PARA CORREÇÃO CIRÚRGICA DA CRIPTORQUIDIA (BENEFÍCIOS DA ORQUIDOPEXIA PRECOCE)

William Ferreira Machado - UNITPAC – williamferreiramachado@gmail.com

Julia Soldatelli - UNITPAC - juliaschwzrsoldatelli@gmail.com

Mariana Matos Melo - UNITPAC - marianamatosmelodra@gmail.com

Renata de Sousa Vinhal – UNITPAC - renatavinhal24@hotmail.com

Rodrigo Kauan Vailati – UNITPAC - rodvailatiacad@gmail.com

Nyrla Yoshie Yano Gomes - Universidade Estadual do Pará- unicippe@gmail.com

INTRODUÇÃO: A criptorquidia ocorre quando a descida dos testículos é incompleta (unilateral ou bilateral), ficando localizados em uma posição anormal, como na cavidade abdominal ou na região inguinal. O tratamento definitivo para a criptorquidia é geralmente cirúrgico, como a orquidopexia, que é o reposicionamento do testículo em sua localização correta no escroto. A correção precoce da criptorquidia traz diversos benefícios e tem um impacto significativo no desenvolvimento do testículo. **OBJETIVOS:** Elucidar as indicações e o tempo ideal para correção da criptorquidia, junto aos benefícios da orquidopexia precoce. **METODOLOGIA:** Esse trabalho é uma revisão de literatura unicamente baseada em livros acadêmicos sobre fundamentos da cirurgia pediátrica e urologia pediátrica. A seleção foi realizada por buscas em bibliotecas virtuais, contando com os acervos da “Instituição”. **RESULTADOS:** A correção cirúrgica da criptorquidia é indicada e benéfica para otimizar a função testicular, reduzir potencialmente e/ou facilitar o diagnóstico de malignidade testicular, proporcionar benefícios estéticos, prevenir complicações, como hérnia ou torção, além de evitar problemas de autoestima no futuro. O procedimento deve ser realizado no período depois dos 6 meses de idade, caso a descida testicular espontânea não tenha acontecido, já que evidências mostram que dificilmente ocorrerá essa descida em RN termo após os 6 meses de vida, e antes dos 12 meses de idade completo, pois estudos comprovaram que após o primeiro ano de vida da criança o procedimento não tem o mesmo resultado satisfatório. Além disso, o procedimento deve ser efetuado quando à tração ao escroto, mesmo em repouso, observa-se que o testículo sobe imediatamente. **CONCLUSÃO:** A criptorquidia é uma falha na descida dos testículos, sendo indicado a orquidopexia como meio de tratamento definitivo para crianças entre 6 a 12 meses de vida, em que não houve a descida espontânea, trazendo benefícios como: prevenção de complicações relacionada à fertilidade e a torção testicular, redução do risco de câncer testicular e evita problemas estéticos e psicológicos. Contudo, a realização desse procedimento ajuda no desenvolvimento da puberdade evitando problemas tardios.

PALAVRAS-CHAVE: benefício, indicação, tempo ideal, orquidopexia.

REFERÊNCIAS:

GIRON, Amílcar M.; DÉNES, Francisco T. Urologia 2a ed. (coleção Pediatria do ICrHCFMUSP). 2. ed. Barueri: Manole, 2020. E-book. p.266. ISBN 9786555763072. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555763072/>. Acesso em: 06 mar. 2025.

PIÇARRO, Clécio. Fundamentos em cirurgia pediátrica. Barueri: Manole, 2021. Ebook. p.457. ISBN

9786555766219. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555766219/>. Acesso em: 06 mar. 2025.

WEIN, Alan J. Campbell-Walsh Urologia. 11. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018. E-book. p.3429. ISBN 9788595152038. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152038/>. Acesso em: 06 mar. 2025.

INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS COMO FERRAMENTAS DE EDUCAÇÃO EM CIRURGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Gabriella Silva Lima – UFNT – gabriella_silvalima@hotmail.com

Leonardo de Medeiros Pereira – UFNT – leonardo.pereira@ufnt.edu.br

Pablo Emanuel Damasceno Alves da Silva – UFNT – pablloemanoel@gmail.com

Giordana Oliveira Duarte – UFNT – giordana.duarte@ufnt.edu.br

Benito Rolando Gutierrez Martinez – UFNT – benitonbenito@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O conhecimento e a compreensão do paciente sobre o procedimento cirúrgico ao qual será submetido são fundamentais para a adesão ao tratamento, influenciando diretamente os resultados clínicos. Com os avanços tecnológicos, as inteligências artificiais (IA) têm se destacado como ferramentas promissoras para a disseminação de informações médicas, auxiliando na orientação pré e pós-operatória. Entretanto, é essencial avaliar a confiabilidade dessas fontes, uma vez que sua precisão e veracidade ainda são questionadas, especialmente em temas complexos e críticos, como os procedimentos cirúrgicos. **OBJETIVOS:** Avaliar a qualidade e utilidade das informações fornecidas por inteligências artificiais sobre cirurgias gerais, analisando suas vantagens e limitações para a educação do paciente. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, baseada na análise da literatura disponível na base de dados da PubMed. Para isso, utilizou-se os descritores “ChatGPT”, “Google”, “Patient Education”, “General Surgery” articulados pelo operador booleano “AND”. A partir disso, 13 produções foram encontradas e todas elas se encaixavam nos critérios de inclusão – foram escritas em português ou inglês nos últimos 5 anos. A partir dos critérios de exclusão, 4 textos foram retirados da análise, por estarem duplicados, incompletos ou desconexos com o objetivo proposto. Assim, 9 produções foram exploradas para a preparação desta revisão. **RESULTADOS:** Os estudos analisaram o desempenho do ChatGPT e do Google Gemini na educação de pacientes sobre procedimentos cirúrgicos. Os resultados mostraram que, enquanto o ChatGPT se destacou na organização e clareza das respostas, tornando as informações mais acessíveis para pacientes leigos, o Google Gemini apresentou maior profundidade técnica e diversidade de fontes. Pacientes relataram que as respostas do ChatGPT eram mais fáceis de entender, graças ao uso de uma linguagem mais acessível, enquanto as respostas do Google, apesar de terem maior precisão e abrangência, continham conteúdos mais densos e técnicos, o que pode ser um obstáculo para aqueles sem formação médica. O consenso geral é que hospitais e instituições médicas continuam sendo as fontes mais confiáveis para recomendações pré e pós-operatórias, sendo recomendável que os pacientes busquem sempre a orientação de um profissional de saúde para complementar as informações obtidas por meio da inteligência artificial. **CONCLUSÃO:** Os resultados indicam que nenhuma ferramenta de IA é totalmente confiável ou suficiente para a educação de pacientes sobre cirurgia. Portanto, as informações de precedência médica são indispensáveis para que haja ciência por parte do paciente acerca das recomendações que se fazem necessárias para o sucesso do procedimento realizado.

PALAVRAS-CHAVE: “ChatGPT”, “Google”, “cirurgia geral”, “educação de pacientes”

REFERÊNCIAS:

AYOUB, N. F.; et al. Comparação de ChatGPT e Google para Informação Cirúrgica Geral. *Otolaryngology Head Neck Surgery*, 2024. DOI: 10.1002/ohns.20240064. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ohns.20240064>. Acesso em: 20 mar. 2025. PMID: 39779211.

BECERIK, Ç.; YILDIZ, S.; TEPE KARACA, Ç.; TOROS, S. Z. Avaliação da Usabilidade do ChatGPT-4 e Google Gemini na Educação de Pacientes sobre Rinossinusite. *Clinical Otolaryngology*, 2025. DOI: 10.1111/coa.14273. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/coa.14273>. Acesso em: 20 mar. 2025. PMID: 39776223.

FANNING, J. E.; et al. Melhoria da Legibilidade e Automação da Análise de Conteúdo sobre Cirurgia Plástica com ChatGPT. *Journal of Surgical Research*, 2024. DOI: 10.1016/j.jss.2024.04.006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jss.2024.04.006>. Acesso em: 20 mar. 2025. PMID: 38749313.

MARON, C. M.; et al. Comparação entre ChatGPT e Google Gemini em Condições Anorretais. *Techniques in Coloproctology*, 2025. DOI: 10.1007/s10151-024-03096-x. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10151-024-03096-x>. Acesso em: 20 mar. 2025. PMID: 39864043.

SIU, A. H. Y.; et al. ChatGPT como Ferramenta de Educação para Pacientes com Câncer Colorretal. *Colorectal Disease*, 2025. DOI: 10.1111/codi.17267. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/codi.17267>. Acesso em: 20 mar. 2025. PMID: 39690137.

O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS SIMULAÇÕES CIRÚRGICAS COM TEOR EDUCATIVO

Emanuel Vicente Santos Brandão Borges – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - emanuel.borges@ufnt.edu.br

Ivan Cavalcanti Lino - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - ivan.lino@ufnt.edu.br

Lucas Ribeiro Barroso de Oliveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - lucas.oliveira@ufnt.edu.br

Raymisson Lucas Ferreira Alencar - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – raymisson.alencar@ufnt.edu.br

Elder Narciso Feltrim - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - elder.feltrim@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A inteligência artificial (IA) é uma replicação da habilidade humana de antecipar, raciocinar e aprender, a fim de tomar decisões. Sabendo disso, ela pode ser um recurso essencial para aprimorar a qualidade das simulações cirúrgicas, melhorando a formação dos cirurgiões. Tais métodos são relevantes por conterem sistemas de 'feedback' sobre as atividades realizadas, facilitando a educação médica. **OBJETIVOS:** Compreender como a IA pode ser utilizada para aprimorar a formação de cirurgiões, bem como as vantagens e desvantagens de seu uso. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo com pesquisa bibliográfica na base de dados PUBMED, a partir da utilização de descritores "Simulation Training", "Artificial Intelligence" e "General Surgery", correlacionados pelo operador booleano "AND". De início, foram encontradas 132 produções científicas, sendo apenas 67 dos últimos cinco anos. Destas, utilizando critérios de inclusão (ensaios clínicos, revisões sistemáticas e metanálises) e de exclusão (produções com pouca relevância), foram selecionadas nove produções para a elaboração da revisão. **RESULTADOS:** O uso de IA para essa finalidade pode fornecer ao estudante uma avaliação do seu desempenho na realização do procedimento. As escalas de classificação visual, como o recurso Objective Structured Assessment of Technical Skills (OSATS) são reconhecidos como padrão ouro para a análise de simulações cirúrgicas, o que faz necessário a presença de avaliadores, submetendo o processo à subjetividade de cada examinador. As IAs, como o Assistente Operacional Virtual, ofertam um "feedback" dos procedimentos de forma mais objetiva, sem as desvantagens do método OSATS. Ademais, outros modelos de learning machines podem ser usados para simular intervenções cardiovasculares, auxiliando em procedimentos de revascularização do miocárdio, entre outros. Uma crítica ao uso de tais tecnologias é a imprecisão recorrente, tornando-os pouco confiáveis. Outra desvantagem é o custo financeiro elevado para suas execuções em comparação com a prática tradicional. A realidade virtual, por meio de simuladores como o NeuroVr, também é utilizada como um meio de aprendizado realista para a prática cirúrgica, sendo seguro por não haver prejuízos ao bem-estar do paciente, apresentando como uma desvantagem o enjoo causado pelo uso dos óculos de realidade virtual (VR). **CONCLUSÃO:** As IAs possuem potencial de serem utilizadas como recurso nas simulações de cirurgias. Contudo, limitações resultantes quanto ao preço das tecnologias, "feedback" discrepante da realidade das simulações, bem como efeitos colaterais do uso das tecnologias, são problemas que devem ser solucionados para a implementação com mais confiança e abrangência das IAs no ramo em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia Geral, Educação Médica e Treinamento por Simulação.

REFERÊNCIAS:

MIRCHI, N. et al. The Virtual Operative Assistant: An explainable artificial intelligence tool for simulation-based training in surgery and medicine. PLOS ONE, San Francisco, v. 15, n. 2, p. e0229596, fev. 2020. DOI: 10.1371/journal.pone.0229596.

SAMANT, S. et al. Artificial Intelligence, Computational Simulations, and Extended Reality in Cardiovascular Interventions. JACC: Cardiovascular Interventions, Washington, D.C., v. 16, n. 20, p. 2479-2497, Out. 2023. DOI: 10.1016/j.jcin.2023.07.022.

PARK, J. J.; TIEFENBACH, J.; DEMETRIADES, A. K. The role of artificial intelligence in surgical simulation. *Frontiers in Medical Technology*, Lausanne, v. 4, p. 1076755, Dez. 2022. DOI: 10.3389/fmedt.2022.1076755.

SILVA, C. et al. Impact of artificial intelligence on the training of general surgeons of the future: a scoping review of the advances and challenges. *Acta Cirurgica Brasileira*, São Paulo, v. 39, e396224, Set. 2024. DOI: 10.1590/acb396224.

WINKLER-SCHWARTZ, A. et al. Artificial Intelligence in Medical Education: Best Practices Using Machine Learning to Assess Surgical Expertise in Virtual Reality Simulation. *Journal of Surgical Education*, Prairie Village, v. 76, n. 6, p. 1681-1690, Nov-Dez. 2019. DOI: 10.1016/j.jsurg.2019.05.015.

OBSTRUÇÃO INTESTINAL POR HÉRNIA INTERNA SECUNDÁRIA A DIVERTÍCULO DE MECKEL EM PACIENTE PEDIÁTRICO: UM RELATO DE CASO

Renata de Sousa Vinhal - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
renatavinhal24@hotmail.com

Julia Soldatelli - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
juliaschwarzsoldatelli@gmail.com

Mariana Matos Melo - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
marianamatosmelodra@gmail.com

William Ferreira Machado - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
williamferreiramachado@gmail.com

Rodrigo Kauan Vailati - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
rodvailatiacad@gmail.com

Nyrla Yoshie Yano Gomes - Universidade Estadual do Pará - unicepe@gmail.com

INTRODUÇÃO: O divertículo de Meckel (DM) é a anomalia congênita abdominal mais comum, que se origina na obliteração e absorção do ducto onfalomesentérico durante a vida embrionária. Na maioria dos casos é assintomático, mas pode apresentar complicações graves como sangramento, perfuração, inflamação ou obstrução intestinal, tornando-se um diagnóstico diferencial em crianças com dor abdominal e hemorragia gastrointestinal. Ademais, os exames complementares de imagem mostram somente alterações decorrentes das complicações. Portanto, geralmente o diagnóstico preciso de DM só acontece durante a cirurgia.

OBJETIVOS: Relatar o caso de um paciente pediátrico com obstrução intestinal por hérnia interna secundária a divertículo de Meckel, alertando a classe médica sobre suas possíveis complicações. **METODOLOGIA:** Este relato baseou-se na revisão do prontuário do paciente e na literatura indexada. Buscou-se artigos no PubMed e Biblioteca Eletrônica e Científica Online (SciELO), dos últimos 10 anos, em português e inglês, com os termos "Meckel Diverticulum" AND "children".

RESULTADOS: E.S.M, masculino, 4 anos, encaminhado do Pronto Atendimento Infantil ao Hospital Municipal de Araguaína queixando-se de dor abdominal associada a vômitos incoercíveis e ausência de evacuação há um dia. Nega alergias ou doenças prévias. Ao exame físico, apresentou abdome distendido e com gases, com dor à palpação superficial e profunda difusa, principalmente em região peri-umbilical, sem massas ou visceromegalias. Aos exames de imagem, radiografia abdominal mostrou nível hidroaéreo em todos quadrantes superiores e fezes nos quadrantes inferiores, e a ultrassonografia apresentou líquido livre na cavidade abdominal com distensão de alças, indicando abdome agudo obstrutivo. Logo, paciente foi submetido à cirurgia de laparotomia exploradora com enterectomia e enteroanastomose. Durante o procedimento, achou-se moderada quantidade de líquido seroso na cavidade e grande distensão de alças de delgado até o íleo distal, onde se encontrava o DM, com uma banda fibrosa até a cicatriz umbilical ocasionando uma hérnia interna. Foram realizadas aspiração do líquido seroso, ruptura da banda fibrosa com liberação das alças e enterectomia englobando o divertículo com posterior enteroanastomose. Os materiais retirados foram enviados para análise anatomopatológica e cultura. O paciente recebeu antibioticoterapia para controle infeccioso e teve alta hospitalar no 8º dia pós operatório.

CONCLUSÃO: Devido às manifestações clínicas e de imagem variadas e semelhantes a outras condições de abdome agudo, o diagnóstico se torna um desafio, geralmente acontecendo somente intraoperatório. O tratamento definitivo é por meio de ressecção cirúrgica por laparotomia ou videolaparoscopia, em que ocorre a ressecção do divertículo e da parte do intestino envolvido, com anastomose intestinal.

PALAVRAS-CHAVE: Divertículo de Meckel, Abdome Agudo, Obstrução Intestinal, Anormalidades Congênitas.

REFERÊNCIA:

KAIHLANEN, K. et al. Meckel's diverticulum: a challenging diagnosis. JPGN Reports, v. 5, n. 4, p. 423-432, 20 out. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39610438/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

KEESE, D. et al. Symptomatic Meckel's diverticulum in pediatric patients: case reports and systematic review of the literature. *Frontiers in Pediatrics*, v. 7, p. 267, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31294008/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

VIEIRA, R. R. B. T.; BATISTA, A. B. E.; SILVA, J. J. S.; ALVES, B. B.; DE PAULA, J. F.; BATISTA, C. A. M. Obstrução intestinal causada por diverticulite de Meckel: relato de caso. *Revista de Saúde*, v. 10, n. 1, p. 38-43, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abcd/a/7PnGcptDVX8Bt9w4KDSSRrj/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

KURU, S. Meckel's diverticulum: clinical features, diagnosis and management. *Revista Española de Enfermedades Digestivas*, Madrid, v. 110, n. 11, p. 726-732, nov. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30032625/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

EVAN, C. et al. Acute intestinal obstruction due to Meckel's diverticulum: a case report and literature review. *Heliyon*, v. 10, n. 9, e30514, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38726165/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

PREVALÊNCIA DE APENDICECTOMIA NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE COM BASE NOS DADOS DO DATASUS

Maria Clara Mota Chaves - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.chaves@ufnt.edu.br

Andreina Martins Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - andreina.martins@ufnt.edu.br

Bruna Beatriz Borba Mundim - Universidade Federal do Norte do Tocantins - bruna.mundim@ufnt.edu.br

Wellinton Resplande da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - wellinton.silva@ufnt.edu.br

Benito Rolando Gutierrez Martinez - Universidade Federal do Norte do Tocantins - benitonbenito@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A apendicite aguda é a doença inflamatória abdominal cirúrgica mais frequente, que acomete principalmente indivíduos jovens em fase produtiva da vida. O tratamento padrão envolve a remoção cirúrgica do apêndice inflamado, denominada apendicectomia, que pode ser realizada por abordagem aberta ou laparoscópica. Esse procedimento é amplamente realizado em unidades hospitalares de urgência, sendo considerado um dos mais comuns na prática cirúrgica mundial. A análise da prevalência da apendicectomia e do perfil dos pacientes submetidos ao procedimento é essencial para compreender os padrões epidemiológicos da apendicite aguda e otimizar a assistência à saúde. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico da apendicectomia no estado do Tocantins, considerando variáveis como sexo, idade e urgência do procedimento, utilizando dados do DATASUS. **METODOLOGIA:** Foram analisados dados públicos do DATASUS sobre morbidade hospitalar relacionada a disfunções do apêndice (CID-10 K38 – doenças do apêndice), bem como a produção hospitalar de apendicectomias e apendicectomias videolaparoscópicas nos últimos cinco anos. A extração de dados incluiu o número de diagnósticos por sexo, faixa etária, raça/etnia e cidade de origem, além do levantamento de informações sobre a quantidade de procedimentos realizados. **RESULTADOS:** A partir da análise dos dados do DATASUS, verificou-se que, nos últimos cinco anos, foram diagnosticados 1.045 casos de doenças do apêndice, tanto de natureza eletiva quanto de urgência, em hospitais públicos e privados de Araguaína-TO. Desses casos, 61,6% ocorreram em indivíduos do sexo masculino. Além disso, o levantamento indica a realização de 955 procedimentos cirúrgicos para tratamento da condição, incluindo apendicectomias e apendicectomias videolaparoscópicas, sendo que mais de 99% dessas intervenções ocorreram em caráter de urgência. Em Palmas, capital do estado, foram registrados 1.557 casos de doença do apêndice, resultando em 1451 procedimentos para a retirada. Assim como em Araguaína, a incidência foi maior entre os homens, especialmente na faixa etária de 20 a 29 anos. **CONCLUSÃO:** Com base nos dados do DATASUS, observase que a apendicectomia é um procedimento amplamente realizado no Tocantins, com maior prevalência entre indivíduos do sexo masculino e na faixa etária jovem-adulta. Além disso, os dados indicam que, na maioria dos casos, o procedimento é realizado em caráter de urgência. Dessa maneira, a compreensão do perfil epidemiológico dessa condição cirúrgica contribui não apenas para o entendimento da distribuição da apendicectomia nesse estado, mas também serve como base para futuras investigações, análises e comparações com diferentes localidades.

PALAVRAS-CHAVE: Apendicectomia, Prevalência, Procedimentos Cirúrgicos do Sistema Digestório.

REFERÊNCIAS:

FILHO, C. A. da C. S. et al. Comparação entre apendicectomia aberta e laparoscópica. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 163–179, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n4p163-179. Disponível <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/1839>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MANSILLA, D. M.; MÁRQUEZ, H. A.; MONTORO, E. G. Apendicectomía laparoscópica: modelo de programa ambulatorio. Revista Colombiana de Cirugía, Bogotá, v. 23, n. 2, p. [1 7], abr./jun. 2008. Disponível em: . Acesso em: 8 mar. 2025.

NUTELS, D. B. de A.; ANDRADE, A. C. G. de; ROCHA, A. C. da. Perfil das complicações após apendicectomia em um hospital de emergência. ABCD. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva, São Paulo,

v. 20, n. 3, p. 146–149, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-67202007000300005>. Acesso em: 8 mar. 2025.

RODRIGUES, P. A. S. de S. J.; SANTOS, G. B. dos; COQUEIRO, J. M. Diagnóstico tardio e infecção de sítio cirúrgico em sujeitos submetidos a apendicectomia. Revista de Enfermagem UFPE on line, Recife, v. 12, n. 6, p. 1539-1545, jun. 2018. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-981876> >. Acesso em: 8 mar. 2025

PRINCIPAIS COMPLICAÇÕES PÓS-CIRÚRGICAS DA HIPOSPÁDIA: FÍSTULA, ESTENOSE E DEISCÊNCIA

Henrique Pereira da Silva Neto – UNITPAC – henrique.neto09@gmail.com

Dália Katrinna da Costa Oliveira – UNITPAC - daliakatrinnac@gmail.com

Julia Soldatelli - UNITPAC - juliaschwarzsoldatelli@gmail.com

Sthela Sousa Nascimento- UNITPAC - sthesnasc@outlook.com

Thiago Soares Silva Braz- UNITPAC - thiagobraz96@gmail.com

Nyrla Yoshie Yano Gomes – Universidade Estadual do Pará – unipe@gmail.com

INTRODUÇÃO: A hipospádia é uma anomalia congênita frequente no desenvolvimento da uretra masculina, caracterizada pela localização anormal do meato uretral na face ventral do pênis, em vez de sua posição habitual na extremidade da glândula. A intervenção cirúrgica visa restabelecer a função urinária, garantindo o direcionamento adequado do fluxo, e otimizar a estética da glândula. Apesar da meticulosidade do procedimento e de seu reconhecimento na prática médica, complicações pós-operatórias ainda são observadas.

METODOLOGIA: Este estudo fundamenta-se em uma revisão transversal da literatura científica, realizada por meio de pesquisas em bases de dados renomadas, como PubMed e SciELO, que utilizou a faixa temporal de 10 anos para delimitação de artigos e a inclusão de trabalhos que abrangem a língua portuguesa e inglesa.

RESULTADOS: A análise dos artigos selecionados evidenciou que o surgimento de complicações após o reparo anatômico da hipospádia está relacionado aos fatores anatômicos, a técnica cirúrgica empregada pelo cirurgião e a idade do paciente. As complicações mais abordadas foram a estenose uretral, fístula uretrocutânea e deiscência da glândula. A fístula uretrocutânea, entre as mencionadas, é a complicação mais comum. Ela ocorre quando há uma comunicação errônea entre a uretra e a pele, ocasionado escape de urina e o contato com outros órgãos adjacentes, que pode se tornar sítio de infecções. Foram citados como preditores os materiais de sutura, a técnica cirúrgica e os cuidados pós-operatórios. A estenose uretral se caracteriza por ser um estreitamento do lúmen uretral, que desencadeia sintomas obstrutivos, caso ocorra uma resistência ao fluxo urinário que impeça a eliminação completa da urina. Ainda sobre essa complicação, os estudos concluíram que essa complicação surge a partir da formação cicatricial ou da largura inadequada da placa uretral durante a cirurgia, além de se relacionar com a técnica cirúrgica empregada e a anatomia do paciente. A deiscência ocorre quando há a separação, seja parcial ou total, da glândula peniana da nova uretra, geralmente associada a má cicatrização, infecções pós-operatórias e erros cirúrgicos. Evidenciou-se que a largura de glândula mais estreita e técnica inadequadas como os principais fatores de risco para a ocorrência dessas complicações.

CONCLUSÃO: Conclui-se que as complicações pós-operatórias, embora frequentes, podem ser minimizadas mediante a escolha criteriosa de materiais cirúrgicos associados a menores taxas de complicações, a adoção de técnicas cirúrgicas mais refinadas e a implementação de cuidados pós-operatórios mais rigorosos.

PALAVRAS-CHAVE: Complicações. Hipospádia. Pós-cirúrgico.

REFERÊNCIAS

BORKAR, Nitinkumar et al. Post-urethroplasty complications in hypospadias repair: a systematic review and meta-analysis comparing polydioxanone and polyglactin sutures. World Journal of Pediatric Surgery, v. 7, n. 1, p. e000659, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38440224/>. Acesso em 19 de março de 2025.

HE, Zirong et al. Análise de fatores associados a complicações pós-operatórias após reparo primário de hipospádia: um estudo retrospectivo. Translational Andrology and Urology, v. 11, n. 11, p. 1577, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9732705/>. Acesso em: 08 de março de 2025.

KIM, Jin K. et al. Análise de tempo para evento para complicações pós-reparo de hipospádia: a experiência de um único cirurgião. World Journal of Urology, v. 39, p. 3913-3919, 2021. Disponível: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33829331/>. Acesso em: 20 de março de 2025.

REBECCA, REBECCA RENATA LAPENDA DO MONTE et al. Fatores determinantes para reoperação em hipospádia distal: uma revisão integrativa da literatura. JOURNAL OF SURGICAL AND CLINICAL RESEARCH, v. 10, n. 1, p. 47-53, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/jsr/article/view/17135>. Acesso em: 09 de março de 2025.

WINBERG, Hans et al. Postoperative outcomes in distal hypospadias: a meta-analysis of the Mathieu and tubularized incised plate repair methods for development of urethrocutaneous fistula and urethral stricture. Pediatric surgery international, v. 35, p. 1301-1308, 2019. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6800881/>. Acesso em: 19 de março de 2025.

PROCEDIMENTO DE ROSS: INDICAÇÕES E RESULTADOS A LONGO E MÉDIO PRAZO NA CIRURGIA CARDÍACA.

Rebecca Padilha Santos- Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (Unitpac)-
rebeccapadilha1803@gmail.com

Guilherme Marroques Noleto- Centro Universitária Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac)-
guimarroques@gmail.com

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -
alexandre.terceiro@ufnt.edu.br

Fernanda Gomes Dias -Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac)-
fernandadias20111@gmail.com

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac)-
arthurmarinho123@hotmail.com

Fábio Serra Barbosa da Silva- Universidade Federal de São Paulo(Unifesp)- fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A cirurgia de Ross é uma alternativa para jovens com doenças valvulares aórticas, onde a válvula aórtica doente é substituída pela válvula pulmonar do próprio paciente. Apesar de boas taxas de sobrevida, a técnica é complexa e requer acompanhamento rigoroso para complicações. A pesquisa nessa área é essencial para otimizar os resultados e melhorar a saúde cardiovascular dos pacientes. **OBJETIVOS:** Descrever as principais indicações para o procedimento de Ross e os resultados a médio e longo prazo dessa técnica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa qualitativa descritiva realizada com buscas nas bases Pubmed e Lilacs, utilizando a estratégia de pesquisa PICO: ("Ross Procedure") AND ("Aortic Valve Disease") AND ("Aortic Valve Replacement") AND ("Complications" OR "Long-term Outcomes"). Inicialmente, foram encontrados 93 registros. Aplicando o método PRISMA, foram incluídos para triagem revisões da literatura, meta-análises e revisões sistemáticas em inglês e português, nos últimos 5 anos. Assim, foram excluídos 71 registros por filtros automáticos, 16 por não atenderem a temática, resultando em 6 estudos incluídos na revisão. **RESULTADOS:** O procedimento de Ross é indicado para tratar doenças congênitas da valva aórtica, como estenose e insuficiência aórtica, além de endocardite infecciosa em jovens, apresentando, assim, altas taxas de sobrevida de 93,5% em 15 anos e 97% em 10 anos, as quais são comparáveis à população geral, que registra 81,3% em 20 anos. Contudo, as taxas de reoperação variam com a idade do paciente e a presença de insuficiência aórtica pré-operatória, com uma liberdade de reoperação do autoenxerto de 88,5% em 20 anos. Ademais, a experiência do cirurgião e a utilização de técnicas cirúrgicas modificadas são fundamentais para otimizar os resultados, sendo que centros especializados demonstram menores taxas de reoperação. Portanto, fatores como insuficiência aórtica, dilatação do anel aórtico e hipertensão são riscos significativos, o que torna a escolha cuidadosa dos pacientes essencial. Assim, a cirurgia de Ross, que é um procedimento complexo, deve ser realizada em centros experientes, e continua a evoluir com inovações, como abordagens minimamente invasivas e engenharia de tecidos, visando aprimorar os resultados e expandir as opções de tratamento, justificando seu uso contínuo na prática clínica. **CONCLUSÃO:** A cirurgia de Ross é uma abordagem eficaz para doenças valvulares aórticas, apresentando altas taxas de sobrevida, especialmente em crianças e jovens. O sucesso do procedimento está ligado à experiência do cirurgião e à seleção criteriosa de pacientes. Porém, mais pesquisas são necessárias para consolidar seu papel no tratamento das doenças valvares.

PALAVRAS-CHAVE: Procedimentos Cirúrgicos Cardiovasculares, Valvopatia Aórtica, Complicações Pós-Operatórias.

REFERÊNCIAS:

MOROI, M. K.; BACHA, E. A.; KALFA, D. M. The Ross procedure in children: a systematic review. *Annals of Cardiothoracic Surgery*, v. 10, n. 4, p. 420–432, jul. 2021.

DIB, N. et al. The Ross Procedure in Children and Infants: A Systematic Review With Pooled Analyses. *CJC Pediatric and Congenital Heart Disease*, v. 3, n. 3, p. 117– 124, 28 fev. 2024.

MAZINE, A.; EL-HAMAMSY, I. The Ross procedure is an excellent operation in nonrepairable aortic regurgitation: insights and techniques. *Annals of Cardiothoracic Surgery*, v. 10, n. 4, p. 463–475, jul. 2021.

GALZERANO, D. et al. The Ross Procedure: Imaging, Outcomes and Future Directions in Aortic Valve Replacement: *Journal of Clinical Medicine*. *Journal of Clinical Medicine*, v. 13, n. 2, p. 630, 15 jan. 2024.

HAGE, A. et al. The Ross procedure is the optimal solution for young adults with unrepairable aortic valve disease. *Annals of Cardiothoracic Surgery*, v. 10, n. 4, p. 454–462, jul. 2021.

REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS GERAIS EM ÁREAS REMOTAS: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DE SOLUÇÕES

Livia Cerqueira Barros - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –
liviacerqueirab Barros@gmail.com

Emanuel Vicente Santos Brandão Borges – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –
emanuel.borges@ufnt.edu.br

Andreina Martins Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -
andreinamedatm@gmail.com

Benito Rolando Gutierrez Martinez - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -
benitonbenito@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O acesso a cirurgias em áreas remotas é dificultado pela desigualdade na infraestrutura hospitalar e na distribuição de profissionais de saúde. Diante desse cenário, tecnologias como o Sistema de Telementoria com Realidade Aumentada (STAR) e a cirurgia robótica remota têm sido estudadas como alternativas viáveis para oferecer assistência cirúrgica à distância, contribuindo para a ampliação do acesso a procedimentos especializados e reduzindo barreiras geográficas. **OBJETIVOS:** Analisar os desafios da cirurgia em áreas remotas e explorar soluções para ampliar o acesso. **METODOLOGIA:** Refere-se a um estudo qualitativo e descritivo com pesquisa bibliográfica nas bases de dados PUBMED e SciELO, a partir da utilização dos descritores “General Surgery” e “Remote Areas”, relacionados pelo operador booleano “AND” e “OR”. Após a aplicação dos critérios de inclusão - artigos que mais se relacionam com o tema - e exclusão – artigos duplicados e mais antigos que 5 anos -, foram selecionadas 9 publicações científicas. **RESULTADOS:** O estado do Amazonas se mostrou como um exemplo quanto aos empecilhos na realização de cirurgias em áreas remotas. Foram observados hospitais com baixa infraestrutura, com frequente falta de energia, água, internet, salas cirúrgicas e de cuidados pós-anestésicos específica. Percebeu-se limitado número de cirurgiões gerais e anestesiológicos para suprir uma grande população. Em outras localidades, houve tendência de clínicos gerais irem atuar em áreas remotas, com poucos cirurgiões escolhendo essa opção, predominando médicos com menor especialização em relação à cirurgia geral. Baseando-se nisso, surgiram tecnologias como o Sistema de Telementoria com Realidade Aumentada (STAR), que reduziu muito significativamente os erros cometidos durante as operações, com os participantes recebendo orientações em grande parte do tempo. Outra possível solução é a implementação de cirurgia robótica remota, como ocorreu na denominada operação de Lindbergh, que se tratou de uma colecistectomia transatlântica. Entretanto, questões éticas, técnicas e financeiras impedem o pleno uso de tais tecnologias. **CONCLUSÃO:** O acesso a cirurgias gerais em áreas remotas é limitado, o que se explica pela falta de infraestrutura, cirurgiões e anestesiológicos nos hospitais de zonas afastadas, provocando dificuldade no atendimento das populações locais. Contudo, a aplicação do STAR e da cirurgia robótica remota mostram-se como possíveis soluções para tal problemática, mesmo que ainda possam haver certas inviabilidades para suas utilizações.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia Geral, Zonas Remotas, Realidade Aumentada, Telecirurgia.

REFERÊNCIAS:

SOUZA, J., E. et al. Avaliação da capacidade cirúrgica do estado do Amazonas utilizando uma ferramenta de avaliação cirúrgica. Estudo transversal. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 49, p. e20223368, set. 2022. DOI : 10.1590/0100-6991e-20223368-pt. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rcbc/a/vB8tHHcV6VqtsCTDcG6jfgB/?lang=pt> . Acesso em 08 março de 2025.

GODLEY, F.; FER, D.; PATEL, A. D. et al. Cirurgia robótica remota: implementando uma tecnologia de 20 anos em desenvolvimento. Surgical Endoscopy, fev. 2025. DOI: 10.1007/s00464-025-11604-9. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s00464-025-11604-9>. Acesso em 08 março de 2025.

ROJAS-MUÑOZ, E.; CABRERA, M., E.; LIN, C., et al. The System for Telementoring with Augmented Reality (STAR): A head-mounted display to improve surgical coaching and confidence in remote areas. Surgery, v.

167, n. 4, p. 724-731, abr. 2020. DOI: 10.1016/j.surg.2019.11.008. Disponível em: [https://www.surgjournal.com/article/S0039-6060\(19\)30744-5/abstract](https://www.surgjournal.com/article/S0039-6060(19)30744-5/abstract). Acesso em 08 março de 2025.

CHOI, M., S.; MARK, M., A., V., D.; HUNG, K. The Distribution and Composition of Colonoscopy Providers in Australia. Cureus, v. 14, n. 2, p. e22104, fev. 2022. DOI: 10.7759/cureus.22104. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8920828/>. Acesso em 08 março de 2025.

KAWHITO, K., et al. Feelings toward medicine in remote areas among medical students aiming to become generalists: A comparison with other specialists. The Journal of Medical Investigation, v. 70, p. 129-134, fev. 2023. DOI: 10.2152/jmi.70.129. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/jmi/70/1.2/70_129/_article. Acesso em 08 março de 2025.

RETALHO TRANSVERSO DO MÚSCULO RETO ABDOMINAL VERSUS RETALHO PERFURANTE EPIGÁSTRICO INFERIOR PROFUNDO NA RECONSTRUÇÃO MAMÁRIA AUTÓLOGA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Lucas Ribeiro Barroso de Oliveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -
lucas.oliveira@ufnt.edu.br

Emanuel Vicente Santos Brandão Borges – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -
emanuel.borges@ufnt.edu.br

Ivan Cavalcanti Lino - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - ivan.lino@ufnt.edu.br

Raymisson Lucas Ferreira Alencar - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –
raymisson.alencar@ufnt.edu.br

Elder Narciso Feltrim - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - elder.feltrim@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A reconstrução mamária autóloga é um procedimento essencial para mulheres pós-mastectomia. Duas técnicas se destacam: o retalho transversal do músculo reto abdominal (TRAM) e o retalho perfurante epigástrico inferior profundo (DIEP). O TRAM, método mais tradicional, utiliza pele, gordura e parte do músculo reto abdominal para garantir a vascularização do retalho, sendo consolidado e amplamente aplicado. Por outro lado, o DIEP, surge como alternativa para contornar as complicações associadas ao TRAM, por utilizar apenas pele e gordura, mantendo a irrigação por meio de vasos perfurantes. Diante desse contexto, torna-se necessário comparar o melhor método na reconstrução mamária autóloga, analisando as vantagens.

OBJETIVOS: Comparar as abordagens DIEP e TRAM para assim, definir qual técnica oferece os melhores resultados na reconstrução mamária autóloga. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada na base de dados PubMed. Foram utilizados os descritores "Surgical Flaps", "Abdominal Muscles", "Perforator Flap" e "Mammoplasty", combinados com os operadores booleanos "AND" e "OR". Os critérios de inclusão abrangeram ensaios clínicos, revisões sistemáticas e metanálises publicados nos últimos oito anos. Excluiu-se produções com pouca relevância para o tema. Após triagem, nove artigos foram selecionados entre os 1016 inicialmente identificados para a revisão. **RESULTADOS:** Os estudos demonstram diferenças significativas entre o DIEP e o TRAM, especialmente em relação à morbidade, recuperação e satisfação das pacientes. O TRAM, por envolver a remoção parcial do músculo reto abdominal, está associado a um maior risco de fraqueza abdominal e eventuais hérnias futuras. Em contrapartida, o DIEP, ao preservar a musculatura, reduz esses riscos e apresenta taxas mais baixas de infecções, deiscência cirúrgica e risco de necrose quando comparado ao TRAM. Além da menor morbidade, o DIEP apresentou uma recuperação pós-operatória mais rápida, especialmente quando associado ao protocolo ERAS (Enhanced Recovery After Surgery). No aspecto estético, essa técnica proporciona maior simetria e mais naturalidade do contorno das mamas, fatores que influenciam a autoestima feminina e aprovação do procedimento, conforme evidenciado pelo questionário BREAST-Q. **CONCLUSÃO:** O retalho DIEP oferece claras vantagens sobre o TRAM na reconstrução mamária autóloga. Embora o TRAM ainda seja usado por sua simplicidade, sua indicação vai sendo cada vez mais restrita em face da priorização de método menos invasivos. Assim, o futuro da reconstrução mamária caminha para abordagens que minimizam morbidade e maximizam a qualidade de vida das pacientes, reforçando o DIEP como a melhor escolha para reconstrução mamária autóloga.

PALAVRAS-CHAVE: "Plastic Surgery Procedures", "Surgical Flaps", "Mammoplasty" e "Abdominal Muscles".

REFERÊNCIAS:

TAN, M. G. et al. A cost-effectiveness analysis of DIEP vs free MS-TRAM flap for microsurgical breast reconstruction. *Journal of Surgical Oncology*, Nova Jersey, v. 118, n. 5, p. 1-9, Dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jso.25325>. Acesso em: 7 mar. 2025.

LEYNGOLD, M. M. Is Unipedicled Transverse Rectus Abdominis Myocutaneous Flap Obsolete Owing to Superiority of DIEP Flap? *Annals of Plastic Surgery*, Filadélfia, v. 00, n. 00, p. 1-10, Jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/SAP.0000000000001319>. Acesso em: 7 mar. 2025.

TANG, S. Y. Q. et al. Autologous augmentation of contralateral native breast in conjunction with unilateral abdominal-based free flap breast reconstruction: case series and literature review. *Plastic and Aesthetic Research*, São Francisco, v. 11, p. 61, Dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20517/2347-9264.2024.117>. Acesso em: 7 mar. 2025.

MORENO, V. P. D. et al. Autologous flaps in breast reconstruction: an integrative review. *Research, Society and Development*, Itaperuna, v. 12, n. 5, e8412541529, Maio 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i5.41529>. Acesso em: 7 mar. 2025.

ZOGHBI, Y. et al. Deep Inferior Epigastric Perforator Versus Free Transverse Rectus Abdominis Myocutaneous Flap: Complications and Resource Utilization. *Annals of Plastic Surgery*, v. 78, p. 516-520, Maio 2017. DOI: 10.1097/SAP.0000000000000936.

REVISÃO DE LITERATURA: O USO DA FLUORESCÊNCIA COM VERDE DE INDOCIANINA NA IDENTIFICAÇÃO DE PERFUSÃO TECIDUAL EM ANASTOMOSES INTESTINAIS

Vitória de Oliveira Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins- vitoria.sousa@ufnt.edu.br

Sonara Santos Miranda - Universidade de Gurupi - sonara.s.miranda@unirg.edu.br

Maria Eduarda Sousa Queiroz - Universidade de Gurupi - Maria.e.s.queiroz@gmail.com

Fernanda Rocha Moreira - Universidade de Gurupi - fernanda.r.moreira@unirg.edu.br

João Freire de Almeida Neto - Universidade de Gurupi - onconortetocantins@gmail.com

INTRODUÇÃO: A integridade das anastomoses intestinais é essencial para o sucesso das cirurgias gastrointestinais, especialmente as colorretais. A fístula anastomótica é uma complicação relevante, aumentando morbidade, mortalidade e tempo de internação. A perfusão tecidual insuficiente é um fator crítico na sua gênese, tornando necessária uma avaliação intra operatória eficaz. Nesse contexto, a angiografia com fluorescência utilizando verde de indocianina (ICG) surge como uma ferramenta promissora para visualizar em tempo real a vascularização tecidual. **OBJETIVOS:** Avaliar o uso da fluorescência com verde de indocianina na identificação da perfusão tecidual em anastomoses intestinais e seu impacto na redução de complicações pós-operatórias. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados PubMed, utilizando os descritores “anastomose cirúrgica”, “perfusão tecidual” e “fluorescência”, combinados com o operador booleano “AND”. Foram identificadas 45 publicações, sendo selecionadas 18 artigos com base nos critérios de inclusão: estudos observacionais, prospectivos, longitudinais, revisões sistemáticas, meta-análises e ensaios clínicos comparativos. **RESULTADOS:** Estudos recentes têm demonstrado que a utilização da ICG pode reduzir significativamente a incidência de vazamento anastomótico, especialmente em cirurgias laparoscópicas colorretais. Além disso, a técnica tem potencial para modificar condutas intraoperatórias. Os estudos analisados demonstram, também, que o uso da fluorescência com verde de indocianina (ICG) auxilia na avaliação da perfusão tecidual em anastomoses intestinais, contribuindo para a redução do risco de fístulas. A técnica permite a visualização em tempo real da vascularização, orientando a escolha do local mais adequado para a anastomose. O ICG é um corante fluorescente com afinidade pela albumina plasmática, que emite fluorescência na faixa do infravermelho próximo quando estimulado por fonte de luz apropriada. Após sua administração intravenosa, permite, por meio de câmeras específicas, a visualização da perfusão dos tecidos em tempo real, auxiliando o cirurgião na definição do ponto mais seguro para a realização da anastomose. Evidências indicam menor incidência de vazamentos, especialmente em cirurgias colorretais minimamente invasivas. As pesquisas demonstram, que a abordagem pode melhorar os desfechos cirúrgicos. **CONCLUSÃO:** Portanto, a angiografia com fluorescência utilizando verde de indocianina tem se destacado como uma importante ferramenta para avaliar a perfusão tecidual em anastomoses intestinais, contribuindo para a redução do risco de fístulas anastomóticas e melhorando os resultados cirúrgicos. Seu uso intra operatório possibilita a visualização em tempo real da vascularização, permitindo que o cirurgião tome decisões mais seguras.

PALAVRAS-CHAVE: Anastomose Cirúrgica, Avaliação de tecnologias, Fluorescência.

REFERÊNCIAS:

MEIJER, Ruben P. J. et al. Quantitative dynamic near-infrared fluorescence imaging using indocyanine green for analysis of bowel perfusion after mesenteric resection. *Journal of Biomedical Optics*, v. 26, n. 6, p. 060501, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34109769>. Acesso em: 7 mar. 2025.

MOK, Hao Ting et al. Indocyanine green fluorescent imaging on anastomotic leakage in colectomies: a network meta-analysis and systematic review. *International Journal of Colorectal Disease*, v. 35, n. 12, p. 2365-2369, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32845390>. Acesso em: 9 mar. 2025.

PAMPIGLIONE, Tom; CHAND, Manish. Enhancing colorectal anastomotic safety with indocyanine green fluorescence angiography: An update. *Surgical Oncology*, v. 43, p. 101545, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33820705>. Acesso em: 4 mar. 2025.

PELTRINI, Roberto et al. Intraoperative use of indocyanine green fluorescence imaging in rectal cancer surgery: The state of the art. *World Journal of Gastroenterology*, v. 27, n. 38, p. 6374–6386, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8517789/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

VON KROGE, Philipp H.; DUPRÉE, Anna. Fluorescent Imaging in Visceral Surgery: Current Opportunities and Future Perspectives. *Visceral Medicine*, v. 39, n. 2, p. 39-45, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37405326>. Acesso em: 15 mar. 2025.

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PLANEJAMENTO DAS CIRURGIAS PLÁSTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Elias Oliveira Gomes - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - eliasog05@gmail.com

Luana Nunes de Moraes Andrade - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - lnndma3@gmail.com

Carlos Eduardo Rodrigues da Silva - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - carloseduardo98.cr@gmail.com

Gustavo Fidalgo Vicente Filho - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - fidasgustof@gmail.com

Elaine Oliveira Gomes - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - elaineoliveira124@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia que simula a inteligência humana, permitindo a execução de tarefas como aprendizagem, raciocínio, tomada de decisão e reconhecimento de padrões. Com isso, a IA vem crescendo em muitos meios, sendo que, das áreas da medicina, a cirurgia plástica é a que mais tem se beneficiado, visto o potencial promissor no planejamento cirúrgico, no auxílio intraoperatório e no monitoramento pós-operatório. **OBJETIVO:** Discutir o uso da inteligência artificial no planejamento de cirurgias plásticas. **METODOLOGIA:** Este estudo é uma revisão de literatura baseada em artigos publicados nos últimos 5 anos em inglês e português, encontrados no Google Scholar e PubMed de acordo com os termos “Artificial intelligence” AND “planning” AND “plastic surgery”. Foram selecionados apenas 3 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. **RESULTADOS:** Nos últimos tempos, tem-se discutido a capacidade da IA de transformar o atendimento médico. Na cirurgia plástica, essa tecnologia tem se mostrado promissora em diversas áreas, especialmente no planejamento pré-cirúrgico, em que permite simular os resultados da cirurgia por meio de imagens, ajudando tanto os cirurgiões a identificar possíveis efeitos adversos quanto a avaliar a satisfação do paciente com os resultados esperados. Ela também se mostrou útil na identificação dos fatores de risco de cada paciente por meio da análise dos dados do prontuário e dos exames, e na prevenção de complicações pós-operatórias, como infecções. Portanto, a IA permite personalizar o tratamento de acordo com as individualidades de cada paciente, melhorando a precisão, a segurança e os resultados. No entanto, a adoção dessa tecnologia na área da saúde ainda apresenta muitos impasses, visto que muitos profissionais carecem de capacitação adequada, e os softwares utilizados colocam em risco questões éticas sobre a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes. Além disso, a IA não substitui as habilidades técnicas e de julgamento clínico do cirurgião, sendo que o uso excessivo dessa tecnologia pode causar negligência do profissional aos aspectos humanos nos atendimentos. **CONCLUSÃO:** A IA pode contribuir na evolução da cirurgia plástica, auxiliando no planejamento pré-cirúrgico, intra operatório e na prevenção de complicações pós-operatórias. Entretanto, essa tecnologia ainda enfrenta desafios, tendo em vista a necessidade de capacitação dos cirurgiões, e de melhoria dos softwares para garantir a segurança dos dados dos pacientes. Assim, com a colaboração necessária para mitigar esses impasses, é possível que os cirurgiões plásticos aproveitem do poder da IA para oferecer elevados padrões de atendimento ao paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Cirúrgico, Cirurgia Plástica, Inteligência Artificial

REFERÊNCIAS:

ALENTE, D. S. et al. Artificial Intelligence in Plastic Surgery. Mathews Journal of Dermatology, v. 7, n. 1, p. 20, 2023.

JARVIS, Tyler B. S.; THORNBURG, Danielle; REBECCA, Alanna M.; TEVEN, Chad M. Artificial Intelligence in Plastic Surgery: Current Applications, Future Directions, and Ethical Implications. Plastic and Reconstructive Surgery - Global Open, v. 8, n. 10, p. e3200, out. 2020.

KIWAN, Omar et al. Artificial intelligence in plastic surgery, where do we stand? JPRAS Open, v. 42, p. 234-243, 14 set. 2024

EIXO 3

ESPECIALIDADES CLÍNICAS: AVANÇOS, PESQUISA E ASSISTÊNCIA MÉDICA

A CARDIOTOXICIDADE DE MEDICAMENTOS NOS TRATAMENTOS QUIMIOTERÁPICOS CONVENCIONAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Bruna Cesário Barbosa – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – bruna.barbosa@ufnt.edu.br

Ivan Cavalcanti Lino - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - ivan.lino@ufnt.edu.br

Leonardo de Medeiros Pereira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –

leonardo.pereira@ufnt.edu.br

Lucas Ribeiro Barroso de Oliveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

lucas.oliveira@ufnt.edu.br

Raymisson Lucas Ferreira Alencar - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –

raymisson.alencar@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –

taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer é caracterizado pela proliferação celular aberrante com potencial de metástase, em contraste com tumores benignos, que não se espalham. As terapias convencionais contra essa neoplasia são projetadas para matar células tumorais interferindo na sua alta demanda metabólica e atividade mitótica. Assim, a falta de seletividade entre células normais e tumorais pode causar um perfil de toxicidade cardiovascular, mostrando danos diretos aos cardiomiócitos, às cardiomiopatias secundárias e às miocardites. **OBJETIVOS:** Compreender quais distúrbios cardíológicos podem ser causados pela toxicidade dos tratamentos quimioterápicos convencionais. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo com pesquisa bibliográfica na base de dados PUBMED e Scielo, a partir da utilização de descritores “Agents Antineoplastic”, “Cardiotoxicity” e “conventional therapies”, correlacionados pelo operador booleano “AND”. De início, foram encontradas 210 produções científicas, sendo 136 dos últimos cinco anos. Destas, utilizando critérios de inclusão - ensaios clínicos, revisões sistemáticas e metanálises - e exclusão - obras com pouca relevância para o tema -, foram selecionados dez estudos para elaboração desta revisão. **RESULTADOS:** A cardiotoxicidade é a segunda causa mais comum de morbidade e mortalidade entre sobreviventes de câncer. As quimioterapias (QT) convencionais podem potencializar problemas cardíacos dependendo da sua composição. As antraciclinas, como a doxorrubicina, estão associadas à cardiomiopatia dilatada e disfunção ventricular progressiva. Agentes alquilantes, como a ciclofosfamida, podem causar arritmias e miocardite hemorrágica. Os antimetabólitos, como a citarabina, têm sido ligados a doença vascular arterial e pericardite. Já os agentes que atuam nos microtúbulos, como paclitaxel, frequentemente desencadeiam arritmias. Terapias à base de platina, como a cisplatina, aumentam o risco de tromboembolia venosa e hipertensão arterial. Antibióticos como a bleomicina elevam o risco de hipertensão pulmonar e disfunção vascular. Esses efeitos podem surgir de forma imediata ou tardia, podendo se manifestar anos após o término do tratamento, comprometendo a função cardíaca progressivamente. O risco aumenta com doses cumulativas elevadas, uso combinado de diferentes classes de quimioterápicos e fatores predisponentes, como hipertensão e histórico de doença cardiovascular prévia. **CONCLUSÃO:** Devido à baixa seletividade dos tratamentos convencionais do câncer, o perfil de toxicidade cardiovascular é muito ampliado e todas as QT podem desencadear algum distúrbio cardíaco. Diante disso, a detecção precoce da toxicidade tornou-se essencial, e avanços na cardio-oncologia, como a avaliação por strain longitudinal global, têm demonstrado eficácia para tal. Estratégias de monitoramento e cardioproteção são fundamentais para melhorar a sobrevida e a qualidade de vida dos pacientes em tratamento oncológico e sobreviventes do câncer.

PALAVRAS-CHAVE: Agentes Antineoplásicos, Cardiotoxicidade, Quimioterapia e Terapias Convencionais.

REFERÊNCIAS:

ARAUJO-GUTIERREZ, R et al. Baseline global longitudinal strain predictive of anthracycline-induced cardiotoxicity. *Cardio-Oncology*, Houston, v. 7, n. 1, p. 1-8, 31 jan. 2021. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s40959-021-00090-2>.

HERRMANN J. Adverse cardiac effects of cancer therapies: cardiotoxicity and arrhythmia. *Nat Rev Cardiol*. 2020 Aug;17(8):474-502. doi: 10.1038/s41569-020-0348-1. Epub 2020 Mar 30. PMID: 32231332; PMCID: PMC8782611.

SHEIBANI, M et al. Cardiotoxicidade induzida por doxorubicina: uma visão geral sobre abordagens terapêuticas pré-clínicas. Springer. 2022. DOI: 10.1007/s12012-022-09721-1.

A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA MÉDICA

Alessandra Oliveira Lima- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio

Carlosaleoliveiralima@icloud.com

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio

Carlosarthurmarinho123@hotmail.com

Maria Vitória Oliveira Moura- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio

Carlosmariavitoriaoliveiramoura@gmail.com

Ana Iracema Marques Teixeira- Centro Univesitario Tocantinense Presidente Antônio

Carlosanairacemateixeira@gmail.com

Gislaine Correia dos Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –

gislainecorreiamed@gmail.com

Roberto Paulino da Silva Filho- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio

Carlosbebetopaulino@gmail.com

INTRODUÇÃO: A utilização da inteligência artificial (IA) na medicina tem crescido significativamente, oferecendo novas possibilidades para diagnóstico, tratamento e gestão de doenças. A IA facilita a análise rápida e precisa de grandes volumes de dados médicos, ajudando os profissionais de saúde na tomada de decisões mais assertivas e na criação de tratamentos personalizados. Além disso, algoritmos de aprendizado de máquina, redes neurais e processamento de linguagem natural têm mostrado grande potencial em áreas como diagnóstico por imagem, predição de doenças e automação de processos administrativos. **OBJETIVOS:** O objetivo deste resumo é analisar a aplicação da inteligência artificial na prática médica, destacando seus benefícios, como o aprimoramento no diagnóstico, tratamento e gestão de doenças. **METODOLOGIA:** Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica baseada em artigos e estudos disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO, Brazilian Journal of Health Review, e pela revista Research, Society and Development sobre inteligência artificial e medicina. **RESULTADOS:** A Inteligência Artificial tem se destacado na medicina, aprimorando o diagnóstico e tratamento de doenças. O Sistema MYCIN, por exemplo, foi pioneiro como um "Especialista Artificial" para diagnóstico e recomendação de antibióticos. Na cardiologia, Sistemas Especialistas analisam dados hemodinâmicos de pacientes críticos, oferecendo diagnósticos mais precisos que especialistas humanos. A IA também se mostrou eficiente no diagnóstico de retinopatia diabética, facilitando o rastreio precoce e o tratamento adequado. Em exames radiológicos, a IA aprimora a precisão ao comparar imagens atuais com bancos de dados anteriores. O Watson, da IBM, exemplifica como a IA pode sugerir tratamentos e prever complicações, oferecendo soluções rápidas e personalizadas. Na Oncologia, a IA é essencial para diagnósticos precoces, aumentando as chances de cura. Dispositivos vestíveis com IA monitoram parâmetros vitais, alertando médicos ou pacientes sobre riscos como hipertensão ou níveis baixos de glicose. Em resumo, a IA está transformando a medicina ao proporcionar diagnósticos mais rápidos, precisos e personalizados, além de otimizar as decisões terapêuticas. **CONCLUSÃO:** A IA está revolucionando a medicina, proporcionando diagnósticos rápidos, precisos e personalizados. Ferramentas como o MYCIN, a análise de dados hemodinâmicos na cardiologia, e a detecção precoce de retinopatia diabética demonstram sua eficácia em diversas áreas. O Watson ilustra como a IA pode otimizar decisões terapêuticas, enquanto na Oncologia, ela tem sido crucial para diagnósticos precoces, melhorando as chances de sucesso no tratamento. A IA aprimora a qualidade do cuidado médico e expande o acesso a tratamentos eficazes, tornando-se essencial na medicina moderna.

PALAVRAS-CHAVE: inteligência artificial, diagnóstico, medicina moderna.

REFERÊNCIAS:

LOBO, Luiz Carlos. Inteligência artificial e medicina. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 41, p. 185-193, 2017.

GUARIZI, Débora Deflim; OLIVEIRA, Eliane Vendramini. Estudo da Inteligência Artificial aplicada na área da saúde. In: Colloquium Exactarum. 2014. p. 26-37.

COSTA, Pietra Granzotto et al. Aplicação de Inteligência Artificial em diagnóstico médico. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 3, p. e69616-e69616, 2024.

Soares RA, Pereira IS, Frazão MP, Duque M de GC, Dos Santos JVF, Duque R de GC, et al. O uso da inteligência artificial na medicina: aplicações e benefícios. Res Soc Dev. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40856/33384>. Acessado dia 15 de março de 2025.

NOGAROLI, Rafaella; SILVA, Rodrigo da Guia. Inteligência artificial na análise diagnóstica: benefícios, riscos e responsabilidade do médico. Debates contemporâneos em direito médico e da saúde. Thomson Reuters Brazil, São Paulo, p. 69-91, 2020.

ALDOSTERONA E RESISTÊNCIA À INSULINA: MECANISMOS METABÓLICOS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS – UMA REVISÃO

Henrico Gabriel Moreira Cerqueira Batista - discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Norte do Tocantins, e-mail: henrico.batista@ufnt.edu.br

Pedro Gabriel Macedo Veras Rabelo - discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Norte do Tocantins, e-mail: pedro.rabelo@ufnt.edu.br

Kayo Luan Santos Vila Verde Costa - discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Norte do Tocantins, e-mail: kayo.luan@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - professora adjunta da Universidade Federal do Norte do Tocantins, e-mail: fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A aldosterona é um hormônio esteroide produzido pelo córtex das adrenais. É responsável por desempenhar um papel crucial no controle do equilíbrio hidroeletrolítico corporal, regular o volume extracelular e a pressão arterial. Atualmente, estudos sugerem uma relação entre aldosterona e resistência à insulina, uma condição que precede o desenvolvimento de diabetes tipo 2 e está associada a vários distúrbios metabólicos, como obesidade e dislipidemia. **OBJETIVO:** Compreender os mecanismos que ligam a aldosterona à resistência à insulina e suas implicações clínicas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão da literatura, realizada na base de dados PubMed e Google Acadêmico, por meio do uso dos descritores: "Aldosterone", "Insulin Resistance" e "Type 2 Diabetes", articuladas pelo operador booleano "AND". Foram analisados três artigos, selecionados conforme os critérios de inclusão: artigos nacionais e internacionais publicados no período de 2020 a 2024 e que investigam a relação entre aldosterona e resistência à insulina. Como critérios de exclusão, foram considerados: artigos com metodologia pouco detalhada e/ou artigos incompletos. **RESULTADOS:** A literatura indica que a aldosterona pode promover resistência à insulina através da ativação excessiva dos receptores de mineralocorticoides (MRs), afetando vias metabólicas e fisiopatológicas. A ativação crônica da via de sinalização mTOR/S6K1, tanto pela ingestão exagerada de nutrientes, quanto pela ativação inadequada do sistema renina-angiotensina-aldosterona, gera resistência à insulina nos tecidos cardíaco, hepático, adiposo e muscular esquelético, devido ao aumento da fosforilação da serina do substrato do receptor de insulina-1 (IRS-1). Essa reação prejudica a fosforilação da tirosina do IRS-1 e a translocação do GLUT4 para a membrana plasmática, comprometendo a sinalização da insulina e contribuindo para o desenvolvimento de Diabetes Mellitus tipo 2. Ademais, o excesso de aldosterona e a ativação do MR aumentam as espécies reativas de oxigênio (ROS) e estimulam a remodelação endotelial e, conseqüentemente, dificultam a entrega de insulina e glicose aos tecidos. O ROS gerado via ativação da proteína tirosina quinase Src pelo MR degrada o IRS-1, reduzindo a sinalização insulínica. Essas alterações sugerem que a aldosterona exerce papel na homeostase metabólica e pode influenciar estratégias terapêuticas para o tratamento da resistência à insulina e suas complicações. **CONCLUSÃO:** A conexão metabólica entre aldosterona e resistência à insulina está cada vez mais clara, sugerindo que a aldosterona impacta tanto a pressão arterial quanto o metabolismo da glicose. Suas implicações clínicas reforçam a necessidade de uma abordagem terapêutica direcionada para conter riscos de alterações metabólicas.

PALAVRAS-CHAVE: Aldosterona, Diabetes Mellitus Tipo 2, Receptores de Mineralocorticoides, Resistência à Insulina.

REFERÊNCIAS:

Bothou, C.; Beuschlein, F.; Spyroglou, A. Links between aldosterone excess and metabolic complications: a comprehensive review. *Diabetes & Metabolism*, v. 46, n. 1, p. 1-7, 2020. doi: 10.1016/j.diabet.2019.02.003. Acesso em: 10 mar. 2025.

Bruder-Nascimento, T.; da Silva; M. A; Tostes, R. C. The involvement of aldosterone on vascular insulin resistance: implications in obesity and type 2 diabetes. *Diabetology & Metabolic Syndrome*, v. 6, n. 1, p. 90, 2014. DOI: 10.1186/1758-5996-6-90. Acesso em: 14 mar. 2025.

JIA, G.; Lockette, W.; Sowers, J.R. Mineralocorticoid receptors in the pathogenesis of insulin resistance and related disorders: from basic studies to clinical disease. *American journal of physiology-regulatory, integrative and comparative physiology*, v. 320, n. 3, p. 276-286, 2021. DOI: 10.1152/ajpregu.00280.2020. Acesso em: 9 mar. 2025.

Moustaki, M. et al. Diabetes mellitus secundário devido a aldosteronismo primário. *Endocrine*, v. 79, n. 1, p. 17-30, 2023. DOI: 10.1007/s12020-022-03168-8. Acesso em: 10 mar. 2025.

Zavatta, G; Casadio, E; Rinaldi, E; Pagotto, U; Pasquali, R; Vicennati, V. Aldosterone and type 2 diabetes mellitus. *Hormone Molecular Biology and Clinical Investigation*, vol. 26, n. 1, p. 53-59, 2016. DOI: 10.1515/hmbci-2015-0065. Acesso em: 16 mar. 2025.

ANÁLISE CLÍNICA E EPIDEMIOLÓGICA DAS VÍTIMAS DE ACIDENTE OFÍDICO ATENDIDAS NO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS ENTRE OS ANOS DE 2020-2023

Ana Beatriz Gonçalves de Sousa Guedes - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - ana.goncalves1@mail.ufnt.edu.br

Jean Matheus Guedes Cardoso - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - jean.cardoso@ufnt.edu.br

Samuel Gonçalves de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - samuel.goncalves@ufnt.edu.br

Rejanne Lima Arruda - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O acidente ofídico no Brasil é uma mazela do sistema de saúde e só foi de notificação obrigatória em 1986. No Brasil, ocorrem cerca de 27 mil casos por ano, principalmente por jararacas (71,41%), cascavéis (7,03%), surucucu (3%) e corais verdadeiras (0,78%). As regiões mais afetadas são centro-oeste e norte (30 casos por 100.000 habitantes). O veneno pode causar sintomas locais e sistêmicos, sendo a insuficiência renal aguda a principal causa de morte, especialmente por *Crotalus* e *Bothrops*. O diagnóstico é clínico e epidemiológico, sem necessidade de detecção do veneno. O tratamento mais eficaz é a soroterapia, aplicada no tempo, dose e via adequados. O estudo em Araguaína, Tocantins, é relevante, pois o Hospital de Doenças Tropicais é referência na região. A escassez de dados e o impacto das complicações justificam uma avaliação clínica e epidemiológica específica. **OBJETIVOS:** O estudo busca identificar o perfil epidemiológico e clínico das vítimas de acidente ofídico no Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína (HDT) – TO (2020-2023). Assim, analisa os principais gêneros de serpentes envolvidas, perfil das vítimas, taxa e tempo de internação, complicações, morbimortalidade e achados clínicos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e retrospectiva, baseada em dados de acidentes ofídicos (2020-2023) no Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína–TO. A amostra inclui todos os prontuários disponíveis, sem critérios de exclusão. Os dados serão organizados em planilhas e analisados por variáveis como sexo, idade, cidade, época do ano, gênero das serpentes, gravidade e tempo até o atendimento. O estudo segue a Resolução nº 466/12, garantindo sigilo e confidencialidade. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), número do parecer: 7.014.537. **RESULTADOS:** Os prontuários analisados de 2021 e 2022 mostram predomínio de acidentes botrópicos, seguidos pelos crotálicos, sem casos de elapídico. A maioria das vítimas são homens, com maior acometimento nos membros inferiores. Os principais procedimentos cirúrgicos realizados foram desbridamento e drenagem de abscesso, e não houve óbitos registrados até o momento. Alguns casos apresentaram complicações graves, incluindo hemorragia cerebral, reações anafiláticas ao soro, necessidade de intubação, transferência para UTI e indicação de hemodiálise. O estudo ainda está em andamento, com análise contínua de novos casos, o que permitirá uma avaliação mais completa da epidemiologia, evolução clínica e desfechos dos pacientes acometidos. **CONCLUSÃO:** Os acidentes ofídicos em Araguaína são predominantemente botrópicos, acometendo principalmente homens nos membros inferiores. Apesar da ausência de óbitos, casos graves reforçam a necessidade de atendimento precoce e manejo adequado.

PALAVRAS-CHAVE: Acidentes ofídicos, Envenenamento por Serpentes, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

FUNASA. Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. 2ª Ed. Brasília, 2001. Acesso em: 24 mai. 2024.

HOCHMAN, Bernardo et al. Desenhos de pesquisa. Acta cirúrgica brasileira, v. 20, p. 2-9, 2005. Acesso em: 24 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Caderno Temático do Programa Saúde na Escola : Prevenção de doenças negligenciadas, Brasília, 2022. Acesso em: 24 mai. 2024.

MISE, Yukari Figueroa. Acidentes ofídicos notificados no Nordeste Brasileiro, 2000-2006. 2009. Acesso em: 24 mai. 2024.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. ID on line. Revista de psicologia, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Acesso em: 24 mai. 2024

ANÁLISE DAS TAXAS DE PREMATURIDADE EM RELAÇÃO À IDADE MATERNA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL (2000-2023)

Lucas Oliveira Nepomuceno de Alcântara - UFNT - nepomucenolucas@hotmail.com

Verissa Martins Teixeira - UFNT - verissa.teixeira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A prematuridade é um indicador de saúde materno-infantil e é tema de estudo em diversas pesquisas. A idade materna é um desses fatores, com implicações para a gestação e o nascimento. A região Norte, com suas peculiaridades sociodemográficas, apresenta desafios específicos no enfrentamento da prematuridade. **OBJETIVOS:** Analisar a relação entre as taxas de prematuridade e a idade materna na região Norte, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), no período de 2000 a 2023. **METODOLOGIA:** Este é um estudo de caráter ecológico, utilizando dados de séries temporais fornecidos pelo SINASC. Foram analisadas as taxas de prematuridade em relação à idade materna e a outros fatores, como a escolaridade da mãe, o número de consultas de pré-natal e a duração da gestação. A análise inclui dados de nascimento por faixa etária materna, entre 15 a 54 anos, e a distribuição de prematuridade em relação a esses fatores. Modelos de regressão foram aplicados para identificar possíveis tendências. **RESULTADOS:** Mulheres entre 40 e 44 e 45 a 49 anos mostraram maiores proporções de prematuridade, com taxas entre 12,5% e 18,2%, com tendência crescente ao longo do período. As faixas de 15 a 19 e 20 a 24 anos apresentaram as menores taxas de prematuridade (8,1% e 9,5%) com tendência decrescente, especialmente a partir de 2012. Além disso, a prematuridade esteve associada ao número de consultas de pré-natal. Mulheres com 1 a 3 consultas apresentaram maiores taxas de prematuridade (11,2% a 13,4%), enquanto aquelas com 7 ou mais consultas de pré-natal mostraram taxas menores (8,3% a 9,5%). As mulheres com níveis mais baixos de escolaridade materna, como as analfabetas e as com 1 a 3 anos de escolaridade, apresentaram as maiores taxas de prematuridade, com valores entre 13,5% e 15,1%, respectivamente. Apesar disso, ao longo dos anos, observou-se uma leve tendência de diminuição nas taxas de prematuridade entre esses grupos. Em relação à duração da gestação, a maior parte dos nascimentos prematuros na região ocorreu entre 28 a 31 semanas (56.426 registros). **CONCLUSÃO:** Assim, os resultados indicam que a prematuridade no Norte está ligada à idade materna avançada, ao baixo número de consultas de pré-natal e ao baixo nível escolar. Embora as taxas gerais de prematuridade apresentem flutuações, as mulheres mais vulneráveis, como as mais velhas e com acesso limitado a cuidados pré-natais, são mais afetadas.

PALAVRAS-CHAVE: Prematuridade, Idade gestacional, Idade materna.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). [Dados sobre nascidos vivos]. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/SINASC/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LOPES, A. L. O. et al. Prematuridade: identificação de fatores de risco maternos e abordagens preventivas. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 15, p. e151449, 2024. Acesso em: 15 mar. 2025.

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS CASOS DE DENGUE NAS 5 MACRORREGIÕES BRASILEIRAS NOS ANOS DE 2021-2023.

Nicole Sousa Medeiros - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
nicolessm15@gmail.com

Geanny Pereira da Silva - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
geannybio@gmail.com

Mateus Merlin Meurer - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
mateusmmeurer.med@gmail.com

Paula Moura Labre - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
pmlabre.med@gmail.com

Pedro Igor Rocha Lima - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
pedroigorrrlima@gmail.com

Nikolas Wendell Sousa Medeiros - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
nikolassousa@outlook.com

INTRODUÇÃO: A Dengue é uma doença viral transmitida pela picada *Aedes aegypti* e representa um grande desafio para a saúde pública no mundo. No Brasil, é uma preocupação constante das autoridades de saúde, com isso, este estudo é uma análise quantitativa comparativa dos casos e internações nas macrorregiões brasileiras durante o período da pandemia de COVID-19 e os anos de 2022-2023. Essa análise busca uma avaliação dos impactos da pandemia e das políticas implementadas nesse período. **OBJETIVOS:** Realizar uma revisão sistemática com o objetivo de investigar o número de casos durante e após a pandemia, nas regiões do Brasil. **METODOLOGIA:** A metodologia é uma abordagem descritiva e analítica, utilizando dados secundários das plataformas Uptodate, PubMed e DATASUS, com o fito de avaliar casos e internações nas macrorregiões brasileiras. Os dados foram coletados a partir das notificações registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), disponíveis no TABNET, Sinan Online e Sinan Net, considerando também os casos prováveis e região de notificação. **RESULTADOS:** As análises constataram três regiões com maior índice em 2022, sendo elas região norte com 50,301 casos (39,60%), região Nordeste 243,121 (50,80%) e Região Centro Oeste 341,190 (53,30%), enquanto o Sul e Sudeste apresentaram consecutivamente 308,699 (40,30%) e 451,169 (31,51%) casos. Em 2023, as duas regiões que apresentaram grande destaque das demais foram o Sudeste, com 797,128 (55,68%), e Sul, com 392,412 (51,21%), observando que o Centro-Oeste teve o menor índice de casos notificados, com 186,726 (18,67%). Observou-se que em 2021, ano de pico pandêmico, os casos registrados tiveram menor índice comparado aos anos supracitados. Região Sul: 65,090 (8,5%); sudeste 183,260 (12,80%); Centro Oeste 112,115 (17,51%); Nordeste 130,365 (27,24%) e Norte 40,488 (31,88%), verificando que a Região Norte teve maior índice dentre as regiões. Também foi analisado o índice de hospitalização por dengue no país, em que foi constatado que o ano de 2022 obteve o maior percentual, equivalente a 4,87% do total de 1.020,203 casos. Ainda, foi comparado o índice de internação entre os anos de 2021 a 2023 e os resultados demonstraram que em 2022 houve 49,769 (42,75%) seguidos dos anos de 2023 e 2021 consecutivamente com 49,713 (42,70%) e 16,929 (14,54%). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que durante o ano de 2021 constatou-se uma diminuição nas notificações e internações por Dengue em comparação aos demais, nesse sentido, teorizasse que seja em decorrência da superlotação dos hospitais e subnotificação nas UBS na pandemia do COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: Dengue, Pandemia, Casos, Internações, Subnotificação.

REFERÊNCIAS:

DE SÁ JÚNIOR, Edécio Belarmino; DA SILVA, Marcos Vinicius Fonseca; CARRIJO, Adrielly Ferreira. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE NO BRASIL ENTRE 2014 E 2022 E OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS. Anais da Semana Universitária e Encontro de Iniciação Científica (ISSN: 2316-8226), v. 1, n. 1, 2022.

MALAVIGE, Gathsaurie Neelika; JEEWANDARA, Chandima; OGG, Graham S. Dengue e COVID-19: duas faces da mesma moeda. Revista de ciências biomédicas, v. 29, n. 1, pág. 48, 2022.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros et al. Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam?. Cadernos de saúde pública , v. e00126520, 2020.

NASCIMENTO, Crysvânia Santos et al. Impactos no perfil epidemiológico da Dengue em meio à Pandemia da COVID-19 em Sergipe. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento , v. 10, n. 5, pág. e3610514544-e3610514544, 2021.

ASPECTOS CLÍNICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS DA ENDOMETRIOSE EXTRAPÉLVICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Natã Silva dos Santos – Universidade Federal do Norte do Tocantins – nata.santos@ufnt.edu.br

Beatriz Coutinho Cavalcante Albuquerque – Universidade Federal do Norte do Tocantins – beatriz.albuquerque@ufnt.edu.br

Verissa Martins Teixeira – Universidade Federal do Norte do Tocantins – verissa.teixeira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A endometriose é uma condição médica caracterizada pelo crescimento de tecido endometrial funcional fora da cavidade uterina, geralmente na cavidade pélvica. **OBJETIVOS:** Analisar os aspectos clínicos e anatomopatológicos de implantes endometrióticos extrapélvicos, bem como suas localizações, por meio de uma revisão integrativa da literatura. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida nas bases de dados LILACS e PubMed, utilizando os descritores “Endometriosis”, “Implants” e “Pathology, Clinical”, além de seus equivalentes em português e espanhol. Incluíram-se estudos observacionais e clínicos publicados entre 2020 e 2025 disponíveis nesses idiomas. Após a seleção inicial de 16 artigos, 5 atenderam aos critérios definitivos.

RESULTADOS: A endometriose extrapélvica é rara, representando 12% dos casos, e caracteriza-se pela presença de tecido endometrial funcional fora da cavidade pélvica. Acomete estruturas como nervos e parênquima pulmonar, sendo mais frequente no trato gastrointestinal e sistema urinário. Os achados anatomopatológicos e clínicos variam conforme a localização das lesões. No levantamento bibliográfico, relatos de caso descreveram diferentes locais de implantes endometrióticos: umbigo, bexiga, baço e dois casos de endometriose de parede abdominal. A endometriose umbilical pode ser assintomática ou manifestar um nódulo escuro, edemaciado e doloroso, que ocasionalmente sangra durante a menstruação. Histologicamente, observa-se proliferação dérmica de tecido endometrial funcional, com glândulas tubulares revestidas por células colunares pseudoestratificadas, além de áreas de hemorragia e hemossiderina. A endometriose de parede abdominal apresenta dor periódica que se intensifica na menstruação. Já a endometriose da bexiga, embora acometa um órgão pélvico, é considerada também uma doença extrapélvica e manifesta-se com dismenorreia, disúria e dispareunia. Enquanto a endometriose esplênica, mais rara, causa dor abdominal no quadrante superior com náuseas e vômitos. Histologicamente, há múltiplas estruturas císticas com glândulas endometriais e estroma circundante. Destaca-se, ainda, a possibilidade de transformação maligna, especialmente no ovário e raramente na parede abdominal. Os subtipos mais comuns incluem carcinoma endometriode e sarcoma, enquanto o carcinoma de células claras é o menos prevalente. **CONCLUSÃO:** A endometriose extrapélvica manifesta-se conforme a localização dos implantes, com sintomas semelhantes nas formas comuns e atípicos nos casos raros. Anatomopatologicamente, nota-se tecido endometrial ectópico com glândulas, estroma e hemossiderina, frequentemente associado a inflamação crônica. Embora rara, a transformação maligna exige monitoramento contínuo. Assim, a compreensão dos aspectos clínicos e histológicos é essencial, tornando necessárias pesquisas mais abrangentes, pois, apesar das limitações amostrais, os estudos disponíveis ainda são escassos, considerando a relevância do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Endometriose, Implantes, Patologia Clínica.

REFERÊNCIAS:

ALBONI, Carlo et al. Surgical treatment of deep endometriosis with adenomyosis externa: a challenging case in an infertile woman. *Fertility and Sterility*, v. 115, n. 4, p. 1084-1086, 2021.

CHEKOL, Alemneh Mitku et al. Spontaneous umbilical endometriosis: Rare occurrence in nulliparous women- Case report & literature review. *International Journal of Surgery Case Reports*, v. 122, p. 110155, 2024.

HARRIS, Cameron M. et al. Primary peritoneal clear cell carcinoma arising in the setting of abdominal wall Endometriosis: A case report and review of the literature. *Gynecologic Oncology Reports*, v. 53, p. 101370, 2024.

KRZECZOWSKI, Rachel M. et al. Splenic cysts and the case of mistaken identity. *Cureus*, v. 14, n. 2, 2022.

ASPECTOS CLÍNICOS E TERAPÊUTICOS DA DIABETES EM PACIENTES COM FIBROSE CÍSTICA

Pedro Nolasco Marques -UnirG Paraíso do Tocantins- pnolascomarques@gmail.com
Luana Martins Curcino -UnirG Paraíso do Tocantins- luana.m.curcino@unirg.edu.br
Laís Teixeira de Almeida-UnirG Paraíso do Tocantins- laisteixeiradealmeida@gmail.com
Ravyne Saraiva de Araújo -UnirG Paraíso do Tocantins-ravyne.araujo.rsa@gmail.com
Vithória Gomes da Silva- UnirG Paraíso do Tocantins-vithoriagomesdsilva@gmail.com
Mateus Silva Santos - UnirG Paraíso do Tocantins- biomateus07@outlook.com

INTRODUÇÃO: A fibrose cística é uma doença genética autossômica recessiva, principalmente em crianças caucasianas e jovens (LÓPEZ-VALDEZ et al., 2021). Quando o dano fibrótico pancreático progride, uma insuficiência parcial da função endócrina do pâncreas também pode ocorrer com consequente perturbação do metabolismo da glicose (SCHIAFFINI & PAMPANINI, 2023). Atualmente, a insulina é o agente de escolha para manter a euglicemia nessa população de pacientes. Novas terapias, como o agonista do peptídeo-1 semelhante ao glucagon, oferecem uma oportunidade de reavaliar a maneira como abordamos essa doença (POZO et al., 2020). Assim, esse estudo tem como objetivo analisar os aspectos clínicos e as abordagens terapêuticas da diabetes em pacientes com fibrose cística. **OBJETIVOS:** Identificar, na população científica, os aspectos relacionados a Diabetes em pacientes com Fibrose Cística. **METODOLOGIA:** Esta revisão seguiu um modelo integrativo, a fim de analisar os aspectos clínicos e terapêuticos da diabetes em pacientes com Fibrose Cística. Foi consultado a base de dados PubMed para selecionar estudos relevantes publicados entre 2021 e 2025. A busca foi realizada por meio de palavras-chave definidas a partir dos descritores, como *Fibrose cística*, *Diabetes*, *abordagem* combinados ao operador booleano: AND. **RESULTADOS:** Cerca de 40% dos portadores de FC desenvolvem a diabetes (CFRD), consequência da perda progressiva da secreção de insulina, principalmente em indivíduos com insuficiência pancreática (IAFUSCO et al., 2021). Esses pacientes apresentam prejuízo na digestão de nutrientes, afetando assim a secreção de GLP-1 e GIP, essenciais para a produção de insulina pós refeição (IAFUSCO et al., 2021). O controle glicêmico inadequado pode levar a um estado catabólico, agravando o comprometimento nutricional e a perda de massa muscular, foi analisado que a terapia com bomba aumentada por sensor (SAP) combinada com um programa nutricional estruturado, melhora o controle glicêmico e a composição corporal em comparação com a terapia de múltiplas injeções diárias (MDI) de insulina (GRANCINI et al., 2023). Além disso, estudos revelam que o uso de GLP-1 em pacientes com essa patologia teve melhora na secreção de insulina dependente de glicose sem esgotar a capacidade das células beta, sendo assim agonistas do receptor GLP-1 mostraram-se uma terapia promissora (NYIRJESY et al., 2022). **CONCLUSÃO:** Ao longo deste estudo, foi possível identificar que cerca de 40% dos pacientes com fibrose cística desenvolvem diabetes devido à perda progressiva de insulina. Terapias como a bomba de insulina com sensor e os agonistas do GLP-1, demonstram melhor controle glicêmico e composição corporal, evidenciando a importância do manejo multidisciplinar.

PALAVRAS -CHAVES: Fibrose Cística, Diabetes, Abordagem

REFERÊNCIAS:

GRANCINI, V. et al. Efeitos da otimização da terapia com insulina com bombas aumentadas por sensor no controle glicêmico e na composição corporal em pessoas com diabetes relacionada à fibrose cística. *Frontiers in Endocrinology*, v. 14, p. 1228153, 2023.

IAFUSCO, Fernanda et al. Diabetes relacionado à fibrose cística (DMFC): visão geral dos fatores genéticos associados. *Diagnostics*, v. 11, n. 3, p. 572, 2021

LÓPEZ-VALDEZ, J. A. et al. Fibrose cística: conceitos atuais. *Boletín Médico del Hospital Infantil de México*, v. 78, n. 6, p. 584-596, 2021. DOI: 10.24875/BMHIM.20000372. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34934215/>.

NYIRJESY, Sarah C. et al. Efeitos do GLP-1 e do GIP na função das ilhotas em fibrose cística intolerante à glicose e com insuficiência pancreática. *Diabetes*, v. 71, n. 10, p. 2153-2165, 2022.

SCHIAFFINI, R.; PAMPANINI, V. Diabetes and prediabetes in children with cystic fibrosis. *Current Opinion in Pediatrics*, v. 35, n. 4, p. 481-485, 1 ago. 2023. DOI: 10.1097/MOP.0000000000001259. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37211992/>

AVANÇOS TECNOLÓGICOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO DA MALÁRIA EM ÁREAS ENDÊMICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Lucas Sinomar Silva Carvalho - UNITPAC – lucassinomar@gmail.com

Fernando Vieira de Paiva Borges - UNITPAC - fb2913778@gmail.com

Tanmyla Figueredo dos Santos - UNITPAC - tanmyla@hotmail.com

Marlon Cantillo da Luz - UNITPAC - marloncantillo07@gmail.com

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira - UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: A malária, uma infecção febril aguda, causada por protozoários do gênero *Plasmodium*, é uma das doenças tropicais mais prevalentes mundialmente. No Brasil, a maior parte dos casos se concentra na Amazônia legal, devido ao tropismo do vetor por áreas florestais. Assim, o desmatamento propicia a exposição humana ao vetor, dificultando o controle e o diagnóstico precoce da doença. **OBJETIVOS:** Discutir sobre os avanços tecnológicos e os desafios do diagnóstico rápido da malária em áreas endêmicas. **METODOLOGIA:** Este resumo trata-se de uma revisão de literatura baseada na busca de artigos em inglês e português, dos últimos 10 anos, no PubMed, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google Scholar. A pesquisa foi guiada pelos termos “Malaria” AND “diagnosis” e foram selecionados 5 artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão. **RESULTADOS:** Os desafios no diagnóstico rápido da malária são significativos, principalmente em áreas com poucos recursos. As regiões mais acometidas são aquelas que possuem alto índice de desmatamento e alteração do habitat natural do vetor, propiciando maior contato dos mosquitos com os seres humanos, favorecendo surtos e epidemias. O diagnóstico precoce é fundamental para prevenir a disseminação do parasita. Entretanto, ainda é um grande desafio, sobretudo na Amazônia, uma vez que o teste padrão ouro, a gota espessa, necessita de profissionais treinados e infraestrutura adequada. Outrossim, avanços tecnológicos trouxeram alternativas como os testes de diagnóstico rápido (RDTs) e reação em cadeia da polimerase PCR. Os RDTs possuem baixo custo e não necessitam de muitos recursos ou treinamentos profissionais, destacando-se como uma solução no avanço do diagnóstico precoce da malária. Contudo, possuem baixa sensibilidade, podendo causar falsos-negativos. Já o PCR apresenta alta precisão, mesmo com baixa parasitemia. Porém, sua implementação em áreas endêmicas também é um desafio, pois implica alto custo, demora nos resultados, e necessidade de instalações laboratoriais. Desse modo, os RDTs têm sido fundamentais para o diagnóstico precoce das infecções nas populações vulneráveis. No entanto, a distribuição desigual desses recursos ainda é um fator limitante, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes. **CONCLUSÃO:** O diagnóstico rápido da malária em áreas endêmicas ainda é um desafio, especialmente em regiões remotas como a Amazônia. Assim, apesar dos avanços tecnológicos dos métodos diagnósticos, como os RDTs e o PCR, a acessibilidade e a implementação desses meios ainda enfrentam barreiras estruturais, financeiras e de distribuição desigual. Dessa forma, estratégias eficazes de políticas públicas são essenciais para ampliar o controle da doença nas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Malária, Diagnóstico Precoce, Ecossistema Amazônico, Desenvolvimento Tecnológico e Política Pública.

REFERÊNCIAS:

VARO, Rosaura; BALANZA, Núria; MAYOR, Alfredo; BASSAT, Quique. Diagnosis of clinical malaria in endemic settings. *Expert Review of Anti-infective Therapy*, v. 19, n. 1, p. 79-92, 2021. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2025.

MUKKALA, A. N.; KWAN, J.; LAU, R. et al. An update on malaria rapid diagnostic tests. *Current Infectious Disease Reports*, v. 20, p. 49, 2018. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2025.

VIEIRA, T. A. Doenças negligenciadas: uma revisão sobre as principais infecções endêmicas em populações de baixa renda, seus avanços e desafios. *Brazilian Journal of Development*, v. 9, n. 5, p. 16958–16978, 2023. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2025.

SANTANA, E. S. de; SANTOS, G. V. P.; ALEXANDRE, A. D. D.; BARBOSA, M. K. de A. S.; AZEVEDO, G. H. de S.; MELCHIADES, L. F.; SILVEIRA, L. L. V. da; SANTOS, D. G. de S.; ASTOLPHI, D. H. de S.; FERREIRA, K. C. B. Abordagens no combate à malária: diagnósticos clínico-laboratoriais e estratégias terapêuticas. Revista Delos, v. 18, n. 64, 2025. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2025.

SHAHBODAGHI, S.; DAVID, S.; RATHJEN, Nicholas A. Malaria: prevention, diagnosis, and treatment. American Family Physician, v. 106, n. 3, p. 270-278, 2022. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2025.

COLONOSCOPIA VIRTUAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AVANÇOS E PERSPECTIVAS NA DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER COLORRETAL

Sabrina da Mata Lima - Universidade Federal do Norte do Tocantins - sabrina.lima@ufnt.edu.br

Giselly Santos Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - giselly.silva@ufnt.edu.br

Clara Beatriz Lopes Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - clara.andrade@ufnt.edu.br

Suzana Serpa da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - suzana.silva@ufnt.edu.br

Hellen Regina Araújo Machado - Universidade Federal do Norte do Tocantins - Hellen.machado@ufnt.edu.br

Jonio Arruda Luz - Universidade Federal do Norte do Tocantins - arrudajluz@gmail.com

INTRODUÇÃO: O câncer colorretal é uma das principais causas de morte por câncer, com um impacto significativo na saúde pública, e a detecção precoce é crucial para melhorar as taxas de sobrevivência. A colonoscopia tradicional, apesar de ser o padrão-ouro no rastreamento, pode apresentar limitações na interpretação das imagens e na identificação de lesões iniciais. A inteligência artificial (IA), então, surge como uma ferramenta promissora para aprimorar a precisão da colonoscopia virtual, oferecendo maior eficiência na detecção de pólipos e lesões precoces. **OBJETIVOS:** Explorar os avanços da IA na detecção precoce do câncer colorretal, destacando suas aplicações clínicas e perspectivas futuras. **METODOLOGIA:** Esta revisão narrativa da literatura baseou-se em pesquisas realizadas nas bases de dados PubMed, ScienceDirect e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para a busca, foram utilizados os descritores DeCS/MeSH “Virtual colonoscopy”, “Artificial intelligence” e “Colorectal cancer”, combinados pelo operador booleano AND. A busca ocorreu em março de 2025, incluindo artigos originais que abordam a aplicação da colonoscopia virtual e da inteligência artificial na detecção precoce do câncer colorretal. Foram considerados estudos publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português, espanhol e inglês. Excluíram-se literatura cinzenta, artigos duplicados e aqueles fora do escopo. Inicialmente, identificaram-se 42 artigos, sendo 5 selecionados após triagem por resumos, títulos e critérios de exclusão. **RESULTADOS:** Denota-se um aumento significativo na taxa de detecção de pólipos, sugerindo que a IA pode contribuir para a redução da incidência de câncer colorretal ao permitir a identificação precoce de lesões pré-malignas. Destacou o avanço dos sistemas de assistência por IA na detecção e classificação automática de pólipos. A tecnologia demonstrou grande potencial na prevenção de erros diagnósticos, aumentando a precisão na caracterização óptica das lesões e reduzindo custos desnecessários relacionados à polipectomia de pólipos hiperplásicos. Além disso, a IA mostrou-se eficiente na segmentação e estadiamento do câncer colorretal, auxiliando na tomada de decisão clínica. **CONCLUSÃO:** A inteligência artificial na colonoscopia virtual aprimora a detecção precoce do câncer colorretal, aumentando a precisão diagnóstica e otimizando recursos. Apesar dos avanços, desafios como padronização de algoritmos e integração clínica ainda precisam ser superados. No futuro, espera-se que a IA complemente a colonoscopia tradicional, tornando o rastreamento mais eficaz e acessível.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial (IA), Colonoscopia, Câncer Colorretal.

REFERÊNCIAS:

ANG, T. L.; JAO-YIU SUNG, J. Harnessing the potential of artificial intelligence-assisted colonoscopy to reduce the risk of post-colonoscopy interval colorectal cancer. *Journal of Gastroenterology and Hepatology*, v. 38, n. 2, p. 157–158, fev. 2023.

FRÁGENAS, A. et al. ¿Supera la colonoscopia asistida por Inteligencia Artificial a la colonoscopia convencional? Estudio comparativo. Primer reporte en Venezuela. *Revista GEN*, v. 79, n. 1, p. 2, 27 jan. 2025.

LEUNG, F. W.; HSIEH, Y.-H. Artificial intelligence (computer-assisted detection) is the most recent novel approach to increase adenoma detection. *Gastrointestinal Endoscopy*, v. 93, n. 1, p. 86–88, jan. 2021.

MORRIS, M. X. et al. Current and future applications of artificial intelligence in surgery: implications for clinical practice and research. *Frontiers in surgery*, v. 11, 9 maio 2024.

WANG, K.-W.; DONG, M. Potential applications of artificial intelligence in colorectal polyps and cancer: Recent advances and prospects. World Journal of Gastroenterology, v. 26, n. 34, p. 5090–5100, 14 set. 2020.

DESAFIOS NO MANEJO DA DOR EM PACIENTES ONCOLÓGICOS NO TOCANTINS

Vitória Ferreira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ferrvitoria21@gmail.com

Guilherme Alves Fernandes da Cunha - Universidade Federal do Norte do Tocantins - guilherme.cunha@ufnt.edu.br

Ana Cristina Mendanha Sampaio - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ana.mendanha@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer é uma das principais causas de morbimortalidade no mundo, representando um desafio significativo para os sistemas de saúde pública. Logo, conhecer o perfil epidemiológico dos pacientes em tratamento oncológico é fundamental para compreender as características dessa população, como faixa etária, gênero, tipos de câncer mais prevalentes, estágio de diagnóstico e acesso aos serviços de saúde. Um aspecto crítico no cuidado aos pacientes oncológicos é o manejo da dor, que afeta significativamente sua qualidade de vida. **OBJETIVO:** Identificar a prevalência dos pacientes em tratamento oncológico no estado do Tocantins no período de 2020-2024 e correlacionar com a importância do manejo da dor. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo sobre o tratamento de câncer no estado do Tocantins, de 2020 a 2024. Os dados foram obtidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN), no painel de oncologia, sendo dispensado a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). As variáveis utilizadas foram: sexo, faixa etária, estadiamento e modalidade de tratamento. **RESULTADOS:** Observou-se um número total de 6.539 pessoas em tratamento, das quais 3.147 (48,1%) eram do sexo masculino e 3.392 (51,9%) do sexo feminino. Ademais, 1.248 (19,1%) desses pacientes foram tratados com cirurgia, 3.427 (52,4%) com quimioterapia, 1.733 (26,5%) com radioterapia e 131 (2,0%) com ambas as terapias (quimioterapia e radioterapia). Quanto à faixa etária, 5.363 (82,0%) dos pacientes apresentavam idade maior que 45 anos, assim como refletem dados da literatura. Já no que se refere ao estágio da doença, verificou-se 1.405 (21,5%) em estágio 4, 1468 (22,5%) em estágio 3, 916 (14,0%) em estágio 2, 269 (4,1%) em estágio 1, 152 (2,3%) em estágio 0. Estudos demonstram que a doença avançada e a idade podem contribuir para a manifestação de sintomas algícos. Ainda, descrevem que os pacientes oncológicos necessitam de atenção ao manejo da doença e da dor, tal como de uma abordagem multiprofissional com estratégias farmacológicas e não farmacológicas. **CONCLUSÃO:** Portanto, pode-se inferir que o estado do Tocantins possui um público de pacientes oncológicos que apresenta dor crônica e, a falta de recursos e de profissionais capacitados para o manejo da dor de forma integral, pode comprometer a qualidade de vida desses pacientes. Assim, o manejo da dor nestes pacientes se apresenta como um desafio para a saúde pública da região.

PALAVRAS-CHAVE: Dor oncológica, Dor crônica, Tratamento oncológico.

REFERÊNCIAS:

Baguley, B. C.; DAVIS, F. M.; KUNA, S. T. Paraneoplastic syndromes: mechanisms and management. *Clinical Oncology*, v. 25, n. 5, p. 285-293, 2013.

Gomes, A. M.; Melo, C. F. Dor total em pacientes oncológicos: uma revisão integrativa da literatura. *Psicologia em Estudo*, v. 28, p. e53629, 3 jul. 2023.

Pereira, J. L.; SILVA, R. M.; MENDES, P. L. A incidência de câncer em Araguaína e as estratégias de manejo da dor. *Revista Brasileira de Oncologia*, v. 62, n. 1, p. 24-31, 2016.

Rodrigues, M.O et al. Tratamento da dor oncológica: uma revisão sobre desafios, necessidades e tendências para o futuro. v. 6, n. 2, p. 6982–6995, 5 abr. 2023.

Smith, H. S. Painful paraneoplastic neurological syndromes. *Pain Physician*, v. 18, n. 3, p. 201-212, 2015.

DESCRIÇÃO DO MICROBIOMA INTESTINAL PROTETIVO PARA CRIANÇAS DESORDENS E HIPERSENSIBILIDADE RESPIRATÓRIAS: REVISÃO INTEGRATIVA

Jaqueline Nogueira Andrade - UFNT – jaqueline.andrade@ufnt.edu.br

Samyra Maria Fontes de Sousa - UFNT - samyra.sousa@ufnt.edu.br

Silvia Minharro Barbosa - UFNT – silvia.barbosa@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A relação entre o microbioma intestinal e as hipersensibilidades respiratórias, como asma e rinite alérgica, é essencial para compreender as respostas imunológicas e inflamatórias. A disbiose intestinal tem sido associada ao maior risco de doenças alérgicas, influenciando o eixo intestino-pulmão, que modula a imunidade nas vias aéreas. O microbioma participa na tolerância imunológica e na regulação de citocinas inflamatórias e anti-inflamatórias, sendo sua diversidade fundamental para a prevenção de alergias. Estudos indicam que a composição da microbiota intestinal pode impactar a susceptibilidade a infecções respiratórias e a gravidade das reações alérgicas, destacando a importância de intervenções terapêuticas que promovam o equilíbrio microbiano. **OBJETIVOS:** Identificar a relação entre a composição do microbioma intestinal e as hipersensibilidades respiratórias em crianças. **METODOLOGIA:** Para isso foi elaborado uma revisão integrativa que investigou a relação entre o microbioma intestinal e a proteção contra doenças respiratórias em crianças. A busca foi realizada nas bases MEDLINE, Cochrane e Embase em 3 de dezembro de 2024. Foram incluídos ensaios clínicos randomizados que avaliaram o uso de probióticos em crianças de até 7 anos, comparando com placebo ou ausência de intervenção, e examinaram a redução na incidência de infecções respiratórias. Foram identificados 1566 artigos, que após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão já descritos, seis estudos foram selecionados. A análise e extração dos dados foram conduzidas de forma independente por dois revisores na plataforma Rayyan®, garantindo maior rigor metodológico. **RESULTADOS:** Os estudos analisaram o impacto dos probióticos em desordens respiratórias, como asma e infecções respiratórias agudas. Certas cepas indicaram uma possível redução na frequência e duração dos episódios, embora com efeitos modestos. Porém houve uma alta heterogeneidade nas intervenções ($I^2=75\%$), incluindo variações nas cepas, dosagens e desfechos, o que dificulta conclusões definitivas. Além disso, biomarcadores imunológicos apresentaram variações sem um padrão consistente. A falta de padronização nos protocolos de suplementação e fatores como idade, dieta e condição imunológica influenciaram os resultados, reforçando a necessidade de mais estudos bem controlados e padronizados. **CONCLUSÃO:** Os achados sugeriram que *Lactobacillus rhamnosus* GG e *Bifidobacterium* spp. podem proteger crianças com desordens respiratórias. Apesar de indícios de redução de infecções, a heterogeneidade dos dados limita conclusões definitivas.

PALAVRAS-CHAVE: Tolerância Imunológica, Microbiota, Hipersensibilidade, Criança.

REFERÊNCIAS:

ARRIETA, M.C. et al. Early infancy microbial and metabolic alterations affect risk of childhood asthma. *Sci Transl Med*, v. 7, n. 307, p. 307ra152, 2015.

CABANA, M. D. et al. Early Probiotic Supplementation for Eczema and Asthma Prevention: A Randomized Controlled Trial. *Pediatrics*, v. 140, n. 3, p. e20163000, 2017.

CANANI, R. B. et al. Extensively hydrolyzed casein formula containing *Lactobacillus rhamnosus* GG reduces the occurrence of other allergic manifestations in children with cow's milk allergy: 3- year randomized controlled trial. *Journal of Allergy and Clinical Immunology*, v. 139, n. 6, p. 1906-1913, 2017.

FEKLISOVA, L. V.; MOSCOW REGIONAL RESEARCH AND CLINICAL INSTITUTE NAMED AFTER M.F. VLADIMIRSKY. Prospects for the use of the immobilized monocomponent probiotics in children with recurrent respiratory diseases. *Infectious diseases: News, Opinions, Training*, v. 10, n. 2, p. 60–68, 2021.

DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE ÓRTESES 3D PARA REABILITAÇÃO DE PACIENTES COM SEQUELAS MOTORAS DA HANSENÍASE EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NA AMAZÔNIA LEGAL

Filipe Gouveia Cavalcante – Universidade Federal do Norte do Tocantins – gouveia.cavalcante@gmail.com

Leticia Nunes de Aragão – Universidade Federal do Norte do Tocantins – leticia.aragao@ufnt.edu.br

Arthur Pedrosa Cavalcante – Universidade Federal do Tocantins – arthur.cavalcante@ufnt.edu.br

Jailson Teixeira Medeiros – Universidade Federal do Norte do Tocantins – jailson.medeiros@ufnt.edu.br

Ediana Vasconcelos da Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins – ediana.silva@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a hanseníase como uma doença tropical negligenciada, destacando suas graves consequências, especialmente as sequelas neurológicas. No Brasil, a patologia apresenta alta incidência nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Diante desse cenário, evidencia-se a importância de desenvolver ações voltadas para a promoção da saúde, prevenção e reabilitação de pacientes afetados, considerando o elevado potencial incapacitante da hanseníase. **OBJETIVOS:** Desenvolver órteses impressas em 3D e avaliar sua eficácia na redução das sequelas motoras em pacientes com deformidades resultantes de formas graves de hanseníase. **METODOLOGIA:** Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, descritiva e transversal, com abordagem qualiquantitativa (CEP: 7.298.034). A população-alvo inclui pacientes em tratamento de hanseníase com sequelas neurológicas, atendidos no Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (HDT-UFNT). A metodologia compreende etapas essenciais, como o levantamento de dados epidemiológicos e clínicos, a identificação das necessidades individuais dos pacientes e a produção personalizada de órteses anatômicas em 3D com auxílio de softwares para a segmentação das órteses tridimensionais. **RESULTADOS:** O estudo está em andamento. A análise epidemiológica apontou que, entre 2014 e 2023, foram registrados 13.510 casos de hanseníase no Estado do Tocantins, sendo 1.315 na cidade de Araguaína, a segunda maior do Estado. Nos testes de modelagem, os softwares Fusion 360 e Ultimaker Cura 4.3 apresentaram melhor desempenho, permitindo a criação de modelos tridimensionais de órteses adaptáveis ao formato anatômico do membro afetado e funcionalmente adequadas para minimizar as sequelas motoras da hanseníase. As primeiras órteses tridimensionais foram produzidas utilizando PLA (Ácido Polilático), material termoplástico que se mostrou eficiente nas variações de formatos, espessura, moldagem e resistências física e térmica. **CONCLUSÃO:** Os resultados preliminares deste estudo demonstram o potencial das órteses impressas em 3D como uma alternativa viável para a reabilitação de pacientes com sequelas motoras decorrentes da hanseníase. A análise epidemiológica reforça a relevância da pesquisa, evidenciando a alta incidência da doença no Tocantins, especialmente em Araguaína. A utilização dos softwares Fusion 360 e Ultimaker Cura 4.3 mostrou-se eficaz no desenvolvimento de modelos tridimensionais personalizados, enquanto o PLA se destacou como um material adequado para a produção das órteses, devido à sua resistência e capacidade de adaptação anatômica. Os próximos passos incluem a aplicação prática das órteses nos pacientes e a avaliação de sua eficácia na reabilitação motora, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos afetados pela hanseníase.

PALAVRAS-CHAVE: hanseníase, órtese, impressão 3D.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, F. R. F. de; COSTA, F. M.; MARQUES, M. de F. Aplicações da impressão 3D na área da saúde: revisão integrativa. Revista Saúde em Foco, v. 13, n. 1, p. 123–132, 2021.

LOUREDO, M. C.; SANTOS, E. C.; COSTA, P. S. Impressão 3D na medicina: da concepção ao impacto no cuidado em saúde. Revista Saúde Digital, v. 3, n. 2, p. 34–48, 2021.

PINTO, R. J.; SILVA, A. R.; RODRIGUES, J. R. Impressão 3D aplicada à saúde: análise da viabilidade na produção de órteses personalizadas. Revista Brasileira de Tecnologias Aplicadas, v. 10, n. 2, p. 41–55, 2021.

OLIVEIRA, M. A.; MEDEIROS, P. A. M.; FERREIRA, A. A. Impressão 3D na área da saúde: uma revisão sistemática. Revista Eletrônica Acervo Saúde, São Luís, v. 13, n. 6, e7131, 2021. Disponível em: <https://acervosaude.com.br/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SILVA, J. B.; MARTINS, R. C. Tecnologias assistivas e impressão 3D: novas perspectivas para a reabilitação funcional. Revista Interdisciplinar de Saúde e Tecnologia, v. 3, n. 2, p. 112– 120, 2022.

DETECÇÃO PRECOCE DA RETINOPATIA DIABÉTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ESTRATÉGIAS DE TELEMEDICINA E TRIAGEM AUTOMATIZADA EM POPULAÇÕES DE RISCO

Ranne Borges de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins – ranne.sousa@ufnt.edu.br

Fabrizio Antunes Abadia - Universidade Federal do Norte do Tocantins - fabrizio.abadia@ufnt.edu.br

Antônio Portilho Fonseca Neto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - antonio.portilho@ufnt.edu.br

Marcus Vinicius Cordeiro Aleixo do Nascimento - Universidade Federal do Norte do Tocantins - marcus.nascimento@ufnt.edu.br

Giselly Santos Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - giselly.silva@ufnt.edu.br

Amanda Valesa da Silva Santos Amaral - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - amandavalessasantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A retinopatia diabética pode ser considerada uma das principais etiologias da cegueira irreversível no mundo, sendo uma doença de múltiplos fatores, sendo um dos principais a presença da Diabetes Mellitus tipo 1 ou tipo 2, em indivíduos com uma taxa de controle metabólico ínfimo e com distúrbios de origem microvascular. Entretanto, com o avanço tecnológico, os métodos diagnósticos via telemedicina e a triagem sobremaneira automatizada diminuem cada vez mais os piores prognósticos, principalmente para as populações de risco. **OBJETIVOS:** Descrever os principais avanços da telemedicina e da triagem automatizada no diagnóstico precoce da retinopatia diabética. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, a qual utilizou-se das bases de dados PubMed, Google Scholar e Scientific Electronic Library Online(Scielo). Utilizou-se o operador booleano AND para os descritores DeCS/MeSH “Diabetic retinopathy”; “Telemedicine”; “At-risk populations”. As buscas ocorreram em março de 2025, incluindo-se artigos originais sobre a telemedicina e a retinopatia diabética, nos idiomas português e inglês, publicados no período de 2020 a 2025. Foram excluídas literatura cinzenta, publicações anteriores a 2020, duplicados e fora do objeto de estudo. Foram encontrados 38 artigos sobre o tema, dos quais após leitura dos títulos e resumos e aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados 4 artigos. **RESULTADOS:** Demonstrou-se que por meio do uso de câmeras, afiliações clínicas, formações de equipes extremamente capacitadas, há a possibilidade de diagnósticos corretos acerca da retinopatia diabética, diferenciando a forma proliferativa da não proliferativa (RDNP), podendo, ainda classificá-las em leve, moderada e grave. Dentre esses achados, pode-se mencionar que o uso da telemedicina se fez eficiente ao não utilizar imagens com presença de artefatos ou de baixa resolução, já que isso poderia afetar o diagnóstico. Nesse sentido, sinais retinianos de exsudato macular, além de oclusões venosas, membranas epirretinianas, foram possíveis de detectar por meio da telemedicina, sendo de destaque o uso de câmeras de retina automatizadas e não midriáticas, as quais possuem uma maior usabilidade e versatilidade, principalmente no diagnóstico da RD (retinopatia diabética) em populações de alto risco. **CONCLUSÃO:** O uso dos recursos da telemedicina tem sido cada vez mais aliado do profissional médico, fazendo com que a detecção precoce da RD, principalmente em regiões mais precárias e distantes dos recursos médicos presenciais, possa ser realizada, tendo um impacto positivo para essa e outras populações.

PALAVRAS-CHAVE: Telemedicina, Retinopatia diabética, Populações de alto risco.

REFERÊNCIAS:

BONILLA-ESCOBAR, F. J. et al. Comprehensive insights into a decade-long journey: The evolution, impact, and human factors of an asynchronous telemedicine program for diabetic retinopathy screening in Pennsylvania, United States. PloS one, v. 19, n. 7, p. e0305586, 2024.

BOYLE, J. et al. Improving access to specialist eye care for Indigenous Australians via telehealth: An observational cohort study. Telemedicine journal and e-health: the official journal of the American Telemedicine Association, v. 30, n. 11, p. 2721–2730, 2024.

CYRINO, F. V. R. et al. Applicability of portable retinal cameras and telemedicine as facilitating tools in screening diabetic retinopathy in the COVID-19 pandemic scenario. Arquivos brasileiros de oftalmologia, v. 87, n. 2, p. 0498, 2022.

PIECZYNSKI, J.; KUKLO, P.; GRZYBOWSKI, A. The role of telemedicine, in-home testing and artificial intelligence to alleviate an increasingly burdened healthcare system: Diabetic retinopathy. *Ophthalmology and therapy*, v. 10, n. 3, p. 445–464, 2021.

DIAGNÓSTICO MOLECULAR DAS PREFERÊNCIAS ALIMENTARES DE FLEBOTOMÍNEOS NA AMAZÔNIA LEGAL: IMPLICAÇÕES PARA CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO – REVISÃO SISTEMÁTICA

Guilherme Soares de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - guilherme.soares@ufnt.edu.br

Andreina Martins Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - andreinamedatm@gmail.com

Gustavo Costa Freitas - Universidade Federal do Norte do Tocantins - gustavo.freitas@ufnt.edu.br

Mylena Costa Rosenberg Alvares - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mylena.alvares@ufnt.edu.br

Thulyo Monteiro Moraes - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thulyo.moraes@ufnt.edu.br

Silvia Minharro Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - silvia.barbosa@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A leishmaniose é uma doença infecciosa causada por parasitas do gênero *Leishmania* que acomete tecidos superficiais e órgãos viscerais. A alta incidência da doença em regiões que fazem parte da Amazônia Legal, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, torna necessárias medidas eficazes de controle da transmissão. O conhecimento das preferências alimentares dos flebotomíneos e do papel dos vertebrados na cadeia epidemiológica. O diagnóstico molecular - PCR é uma estratégia viável, devido sua rapidez, alta sensibilidade e especificidade. **OBJETIVOS:** Descrever, com base em estudos transversais publicados na literatura científica, características do PCR com maior acurácia para o diagnóstico da fonte de repasto sanguíneo de flebotomíneos. **METODOLOGIA:** Este estudo trata-se de uma revisão sistemática, conforme as diretrizes do protocolo PRISMA, através da busca por estudos transversais nas bases de dados: MEDLINE (via PubMed), EMBASE, LILACS, SCOPUS, Web of Science e SciELO. A estratégia de pesquisa incluiu descritores descrevendo a população “Phlebotomines”, o teste index “PCR” e o desfecho “Blood meal” combinados pelos booleanos OR e AND. Foram incluídos artigos que descreveram as etapas da PCR para identificação do repasto sanguíneo de flebotomíneos e a taxa de sucesso da técnica. **RESULTADOS:** Foram selecionados 22 artigos após aplicação dos critérios de elegibilidade. A seleção foi realizada de forma independente e pareada e foi calculado o índice Kappa de Cohen (0.634). O checklist para estudos analíticos transversais do Joanna Briggs Institute (JBI) foi aplicado e 18,8% (4/22) dos estudos avaliados com baixa qualidade metodológica e alto risco de viés foram excluídos. O tipo de PCR mais utilizado foi PCR convencional (15/18), seguido por PCR convencional com RFLP (1/18), PCR multiplex (1/18) e qPCR multiplex (1/18). A taxa de sucesso do teste foi maior entre os estudos que usaram PCR convencional (15/18), com uma média de 60,55%. O kit mais usado para extração do DNA foi DNeasy Blood & Tissue-Quiagen (6/18). O volume de DNA submetido ao teste variou de 1 ng a 50 ng e de 1 µL a 30 µL, conforme a unidade utilizada. **CONCLUSÃO:** A PCR convencional demonstrou ser o tipo mais vantajoso para identificação da fonte de alimentação de fêmeas de flebotomíneos, e o gene alvo mais relatado foi o gene citocromo b (cyt b). A aplicação do teste na identificação da fonte de refeição sanguínea pode auxiliar no rastreamento epidemiológico e no controle da transmissão da Leishmaniose.

Palavras-chave: PCR, Leishmaniose, Monitoramento Epidemiológico.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, João Victor Barros et al. Análise epidemiológica da Leishmaniose no Brasil nos anos de 2018 a 2023. *Journal of Medical and Biosciences Research*, v. 2, n. 1, p. 961-968, 2025.

COHEN, J. A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement*, v. 20, n. 1, p. 37-46, 1960.

HAOUAS, Najoua et al.. Desenvolvimento de ferramenta molecular para identificação de hospedeiros reservatórios de *Leishmania* por meio de análise de repasto sanguíneo em insetos vetores. *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 6, p. 1054-1059, 2007.

PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para revisões sistemáticas. *Revista panamericana de salud publica*, v. 46, p. e112, 2023.

RÉUS, J. C. et al. Análise da qualidade metodológica de estudos observacionais (coorte, casocontrole e transversal) com as ferramentas do Joanna Briggs Institute (JBI). In: CANTO, Graziela de Luca; STEFANI, Cristine Miron; MASSIGNAN, Carla (org.). Risco de viés em revisões sistemáticas: guia prático. Florianópolis: Centro Brasileiro de Pesquisas Baseadas em Evidências – COBE UFSC, 2021. Cap. 12.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO DA MALÁRIA: AVANÇOS TECNOLÓGICOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM ÁREAS ENDÊMICAS

Maria Eduarda Silva Castro, UNITPAC - mariaeduardasilvadecastro662@gmail.com

Michelle Glatz Brescancin de Oliveira, UNITPAC - mimigbo.linda@gmail.com

Filipe Pereira Monteiro de Sá, UNITPAC - filipe.monteiro5@icloud.com

Mariana Matos Melo, UNITPAC - Marianamatosmelodra@gmail.com

Francisco Leonardo da Costa Lima, UNITPAC - francisco.leonardo@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: O diagnóstico rápido da malária é crucial para o tratamento eficaz e redução da transmissão da doença em áreas endêmicas. Os testes de diagnóstico rápido na malária utilizados atualmente detectam os antígenos específicos que estão presentes na pessoa infectada, estes testes rápidos tornam o acesso ao diagnóstico de malária possível para as pessoas que vivem em áreas remotas, onde a análise laboratorial com lâmina microscópica para visualização das formas parasitárias ou outras tecnologias de apoio diagnóstico como a reação em cadeia da polimerase (PCR) não estão disponíveis. Avanços tecnológicos permitiram o desenvolvimento dos testes rápidos de detecção de antígenos, no entanto a sua distribuição e a implementação nas regiões de difícil acesso enfrenta desafios, incluindo como a falta de profissionais capacitados para apoio nestas regiões. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho foi analisar a literatura em relação eficácia das tecnologias de diagnóstico rápido da malária e os desafios de sua implementação em áreas endêmicas de difícil acesso, além de verificar estratégias para melhorar o acesso e a eficiência dessas tecnologias no diagnóstico precoce e controle da doença. **METODOLOGIA:** A metodologia incluiu uma revisão da literatura sobre as tecnologias de diagnóstico rápido da malária, análise de estudos de caso em regiões endêmicas e avaliação dos desafios enfrentados. Estratégias como treinamento de profissionais de saúde, melhoria da infraestrutura e integração de tecnologias diagnósticas são discutidas. **RESULTADOS:** Os resultados das avaliações mostraram que, apesar dos desafios, o diagnóstico rápido tem um impacto significativo na redução da mortalidade e morbidade da malária. As tecnologias como PCR e testes rápidos têm melhorado a precisão do diagnóstico, mas sua implementação é limitada por fatores logísticos e de capacitação profissional. **CONCLUSÃO:** Podemos concluir que é fundamental uma abordagem integrada que combine avanços tecnológicos com melhorias em infraestrutura e treinamento. Parcerias público-privadas e investimentos contínuos em pesquisa são essenciais para expandir o acesso e a eficácia dos diagnósticos rápidos, enfrentando os desafios da malária nas áreas mais vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: malária, diagnóstico rápido, áreas endêmicas, tecnologia, desafios de implementação.

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, V.C. Análise cienciométrica das técnicas moleculares aplicadas ao diagnóstico da Malária. Revista repertorio institucional da UTFPR Disponível em: <<http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/34302>>. Acesso em: 10 março 2024.

SANTANA, ES; SANTOS, GVP; ALEXANDRE, ADD. Abordagens no combate a malária: diagnósticos clínico-laboratoriais e estratégias terapêuticas. REVISTA DELOS, 2025. Disponível em: <<https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/4016>>. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, AB da; SOUSA BRANDÃO, DCB de. Entraves que permeiam a Atenção Primária à Saúde para o manejo e controle da doença de Chagas no Brasil. Revista Eletrônica, 2024. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17773>>. Acesso em: 10 out. 2023.

ACHAN, J. et al. Definindo a próxima geração de tratamento para malária grave: um perfil de produto alvo. Malaria Journal, v. 23, n. 1, 5 jun. 2024. Acesso em: 06 Dez 2024.

SOUSA, SM de; OLIVEIRA, JVS de. MALÁRIA: imunopatogênese e desafios de controle em áreas endêmicas - revisão de literatura. Revista Ibero-Americana de Saúde e Educação, 2024. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16187>>. Acesso em: 10 out. 2024.

DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC): ESPIROMETRIA E CLASSIFICAÇÃO.

Jonatan Pedroso Soares - UNITPAC - jonatanjps2013@gmail.com

Euler Pereira Silva - UNITPAC - eulerp8@gmail.com

Ana Carolina Lins Cunha - UNITPAC - anacarolinalinscunha@gmail.com

Joana Maranhão Medeiros - UNITPAC - joanamaranhaomedeiros@gmail.com

Lorena Cunha de Aquino - UNITPAC - lorecquino@gmail.com

Mário de Souza Silva e Lima - UNITPAC - mario.silva@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é um quadro crônico que acomete o sistema respiratório em suas vias inferiores, tal como o parênquima pulmonar, podendo se manifestar na forma do paciente enfisematoso, bronquítico, ou ambas simultaneamente, o que causa obstrução no fluxo expiratório pulmonar, assim afetando diretamente a qualidade de vida dos pacientes. Dentro dos fatores de risco, estão o tabagismo, exposição a poluentes, e a deficiência da alfa-1-antitripsina. Clinicamente o paciente pode se apresentar com tosse crônica, dispneia e perda ponderal, enquanto no exame físico é possível encontrar sinais da bronquite crônica, como roncocal e sibilocal a auscultocal, como também de enfisema, sendo eles o tórax em tonel, diminuição dos murmúrios vesiculares, hipertimpanismo a percussão, e diminuição do frêmito toracovocal.

OBJETIVOS: O objetivo geral do trabalho é elucidar a utilidade da espirometria com prova broncodilatadora para o diagnóstico e estadiamento de pacientes com DPOC, tendo como objetivos específicos a definição da classificação de GOLD e a diferenciação do diagnóstico de asma. **METODOLOGIA:** Este trabalho foi feito utilizando como base publicações científicas entre os anos de 2015 a 2024, com “Espirometria” sendo o principal critério de inclusão. **RESULTADOS:** A espirometria, que irá avaliar o Valor da Expiração Forçada em 1 segundo (VEF1), avalia a integridade da capacidade expiratória pulmonar, e será classificada através da escala de GOLD, da qual GOLD I (obstrução leve), será dado quando o paciente apresentar $VEF1 \geq 80\%$, já GOLD 2 (obstrução moderada), se dá quando os valores forem de $VEF1 \geq 80\%$, enquanto GOLD III (obstrução grave), se dará com os valores de $30\% \leq VEF1 < 50\%$, e por fim GOLD IV (obstruções muito graves), é referente aos valores de $VEF1 < 30\%$. Ainda dentro da espirometria, tendo em mente que a asma é um dos diagnósticos diferenciais para DPOC, é possível realizar o teste da Espirometria com broncodilatadores, onde o exame é realizado antes e após a administração dos medicamentos, visto que, caso o quadro do paciente seja asma, os broncodilatadores irão melhorar os resultados apresentados, no entanto, para o portador de DPOC, o teste com os fármacos não irá apresentar alterações significativas. **CONCLUSÃO:** A espirometria com prova broncodilatadora se faz uma importante ferramenta clínica para avaliação e estadiamento do quadro de DPOC, de forma a compreender o grau de eficácia pulmonar, tal como o estágio de comprometimento do quadro, influenciando também nas medidas terapêuticas a serem utilizadas para controle da patologia.

PALAVRAS-CHAVE: Asma, Bronquite, Enfisema, Exacerbação, Exames.

REFERÊNCIAS:

COELHO. E. C.; et al. Abordagem geral da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC): uma revisão narrativa. Revista Eletrônica Acervo Médico, v. 1, n. 1, p. e8657, 1 set. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/8657>. Acesso em: 18 mar. 2025.

GRAFINO, M. et al.. Spirometry for the diagnosis of airway obstruction in patients with risk factors for COPD: the GOLD and lower limit of normal criteria. Jornal Brasileiro de Pneumologia, v. 47, n. 6, p. e20210124, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jbpneu/a/B9mL8wrNkhRsSBGq59G48zd/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO ACERCA DA NEOPLASIA MALIGNA DE COLO DE ÚTERO NA REGIÃO NORTE ENTRE 2020 E 2023

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com

François Moraes Cavalcante Silva - UNITPAC - francoismoraes98@gmail.com

Enzo Fantini Liberal - UNITPAC - enzolf1010@gmail.com

Vinicius Jacome Correia Lima - UNITPAC - vjclima@hotmail.com

Matheus Ferreira Fonseca - UNITPAC - Matheus.diasferr.mf95@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira - UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: O câncer de colo do útero (CCU), é a neoplasia ginecológica mais comum no Brasil. O CCU caracteriza-se por um crescimento desordenado das células que revestem o útero, envolvendo o tecido subjacente (estroma), podendo invadir estruturas que estejam próximas ou distantes da área afetada (INCA, 2025). A infecção pelo HPV é uma condição necessária para o desenvolvimento de CCU, mas não o suficiente para o desenvolvimento desse tipo de câncer (Thuler, Bergmann & Casado, 2012). Outros fatores colaboram para a evolução do CCU, tais como: idade; início precoce da atividade sexual e múltiplos parceiros; histórico de outras doenças sexualmente transmissíveis; hábitos inadequados de higiene; e o uso prolongado de pílulas anticoncepcionais (De Carvalho, et al., 2018). O diagnóstico precoce é a forma mais eficaz de controle do CCU, tratando as lesões precursoras iniciais (Rangel, Lima & Vargas, 2015). **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de internação por neoplasia de colo de útero na região norte. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico e retrospectivo, baseado nos casos notificados entre janeiro de 2020 e janeiro de 2025, utilizando dados do Sistema de Informações Hospitalares do DATASUS, sendo selecionadas as variáveis, ano, raça, faixa etária e óbito. **RESULTADOS:** O estudo observou que entre 2020 e 2025 ocorreram no Brasil 132.862 casos de CCU, sendo 8,20% (10.894) na região norte. Ademais observou-se que a raça mais afetada foi a parda tendo 77,14% (8.404) dos casos, seguido da branca com 6,96% (759). Paralelamente, é perceptível que dos casos de internação a faixa etária entre 40 e 49 anos reflete cerca de 29,78% (3.244), seguida de 19,7% (2.417) para idades entre 30 a 39 anos. Outrossim, nota-se que 15,3% (1.667) casos evoluíram com óbito, sendo que destes 26,99% (450) estavam na faixa de 40 a 49 anos e 22,79% (380) estava entre 50 e 59 anos. Além disso, 82,06% (1368) dos óbitos eram mulheres pardas. **CONCLUSÃO:** O presente estudo concluiu que o perfil epidemiológico das internações por CCU na região norte entre 2020-2023, são mulheres pardas de 40 a 49 anos. Sendo que a quantidade de óbitos entre 40 a 59 anos é preocupante pois soma 49,78% do total de mortes pela patologia. Esses dados refletem a importância de criar mecanismos para ter controle dos fatores de risco, além de aprimorar estratégias de diagnóstico precoce, especialmente entre a população de meia idade, visando reduzir a mortalidade relacionada a essa neoplasia.

PALAVRAS-CHAVE: Neoplasia, Colo de útero, óbito.

REFERÊNCIAS:

DE SOUSA BEZERRA, Walkiria Brenda; DO NASCIMENTO, Paulo Pedro; DE CASTRO SAMPAIO, Stephany Suelen. Perfil epidemiológico do câncer do colo do útero no Estado do Piauí. Research, Society and Development, v. 10, n. 13, p. e182101321085-e182101321085, 2021.

De Carvalho, F. L. O., et al. (2018). HPV como principal precursor do câncer de colo de útero em adolescentes. Revista de Saúde ReAGES, 1 (2), 23-36.

Instituto Nacional De Câncer José Alencar Gomes Da Silva (INCA). (2025). Controle do Câncer do Colo do Útero: Conceito e Magnitude. Rio de Janeiro, RJ. <https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-uterio/conceito-e-magnitude>

Rangel, G., Lima, L. D. d., & Vargas, E. P. (2015). Condicionantes do diagnóstico tardio do câncer cervical na ótica das mulheres atendidas no Inca. Saúde em Debate, 39(107), 1065– 1078. <https://doi.org/10.1590/0103-110420161070261>

Thuler, L. C. S., Bergmann, A., & Casado, L. (2012). Perfil das Pacientes com Câncer do Colo do Útero no Brasil, 2000-2009: Estudo de Base Secundária. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 58(3), 351–357.
<https://doi.org/10.32635/2176-9745.rbc.2012v58n3.583>

WHO. World Health Organization. (2012). Câncer. Genebra [internet]. WHO: <https://www.who.int/health-topics/cancer>.

FATORES ASSOCIADOS À FALHA TERAPÊUTICA DO TRATAMENTO ANTIRRETROVIRAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Thulyo Monteiro Moraes – UFNT – thulyo.moraes@ufnt.edu.br
Kaline Ribeiro de Almeida Vassallo – UFNT – kaline.vassallo@ufnt.edu.br
Guilherme Soares de Sousa – UFNT – Guilherme.soares@ufnt.edu.br
Mylene Costa Rosenberg Alvares – UFNT – mylena.alvares@ufnt.edu.br
Rejanne Lima Arruda – UFNT – rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A resistência ao tratamento antirretroviral (TARV) tem se consolidado como um dos principais desafios no enfrentamento da infecção pelo HIV, comprometendo significativamente a eficácia das terapias e a resposta clínica dos pacientes. Assim, sendo fundamental a implementação de estratégias para compreender os padrões de resistência aos antirretrovirais e seu impacto no tratamento. **OBJETIVOS:** Analisar os fatores associados à falha terapêutica do tratamento antirretroviral de acordo com a resistência viral. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura descritiva e qualitativa realizada nas bases PubMed, LILACS e Science, considerando publicações dos últimos 5 anos. Utilizaram-se os descritores: ("HIV") AND ("HIV treatment") AND ("Mutation") AND ("Drug Resistance"). A hipótese direcionadora foi: "Qual o padrão de resistência aos antirretrovirais e seu impacto na falha terapêutica?". Foram identificados 3.130 artigos (PubMed=2732; LILACS= 390; Science = 8). Dos quais 8 foram incluídos em conformidade com os critérios de inclusão e exclusão. Foram considerados elegíveis que abordassem os padrões de resistência aos antirretrovirais e seu impacto na falha terapêutica, excluindo-se duplicados, literatura cinzenta e artigos fora do objeto de estudo. **RESULTADOS:** Os cinco estudos analisados evidenciaram a relevância da vigilância contínua sobre a resistência aos antirretrovirais (ARVs) no manejo da infecção pelo HIV. Em um dos estudos, identificou-se que variantes resistentes quando identificadas antes do tratamento, diminuíam a chance de resistência ou falha no tratamento. Dados de um estudo prospectivo com 352 participantes revelaram que 9% apresentaram falha virológica após 24 meses de terapia baseada em Efavirenz, coincidindo com a mesma proporção de indivíduos que já possuíam variantes resistentes antes da introdução do regime terapêutico. Um outro estudo avaliou testes rápidos de urina de Tenofovir como teste de falha terapêutica e foi eficaz para confirmar a adesão ao tratamento, porém, sugeriu que mutações de resistência virológica podem ocorrer mesmo em pacientes com adesão parcial ao tratamento. Outro estudo evidenciou que a resistência acumulada ao longo do tempo, especialmente em pacientes com experiência prévia em terapia, impacta diretamente na escolha dos esquemas terapêuticos e eleva o risco de falha virológica. **CONCLUSÃO:** A análise evidencia que a resistência aos antirretrovirais impacta diretamente na falha terapêutica, especialmente diante de variantes pré-existentes e adesão parcial. Novas pesquisas são necessárias para aprimorar o monitoramento e orientar escolhas terapêuticas mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: hiv, hiv treatment, mutation, drug resistance.

REFERÊNCIAS:

- FOGEL, JM et al. Resistência a medicamentos para HIV em um ensaio randomizado comunitário de testes e tratamento universal: HPTN 071 (PopART). *Jornal da Sociedade Internacional de AIDS*, v. 17, n. 1, p. 1-10, 2021.
- MILNE, RS et al. Resistência a medicamentos de pré-tratamento de baixa frequência para HIV: efeitos no resultado de 2 anos da terapia antirretroviral de primeira linha baseada em efavirenz. *AIDS* (Londres, Inglaterra), v. 35, n. 1, p. 1-10, 2021.
- LOMBARDI, F. et al. Prevalência e fatores associados à resistência a múltiplos medicamentos do HIV-1 nas últimas duas décadas no banco de dados italiano ARCA. *International Journal of Antimicrobial Agents*, v. 57, n. 2, p. 106252, 2021.
- HERMANS, LE et al. Teste de urina de tenofovir no ponto de atendimento para a predição de falha do tratamento e resistência a medicamentos durante o tratamento inicial para infecção pelo vírus da imunodeficiência humana tipo 1 (HIV-1). *Clinical Infectious Diseases: uma publicação oficial da Infectious Diseases Society of America*, v. 76, n. 3, p. e553–e560, 2023.

BANEGAS CARBALL, KMO et al. Resistência antirretroviral em pacientes com vírus de imunodeficiência humana no Hospital Nacional Mario Catarino Rivas. Revista Científica de la Escuela Universitaria de las Ciencias de la Salud , v. 1, pág. 22–31 de 2021

IMPACTO DA TERAPIA HORMONAL NA SAÚDE CARDIOVASCULAR DE PESSOAS TRANSGÊNERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Karollyne Santos Alvino – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – alvinoanakarollyne@gmail.com
Amanda Vitória Serafim dos Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – mediciner.amanda@gmail.com
Hiamandara Alves Marinho – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – hiamandaraalves@gmail.com
Júlia Dias Rodrigues – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – juliadrodrigues02@gmail.com
Breno Alencar Noleto – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – brenoalencarn@gmail.com
Alinne Katienny Lima Silva Macambira – Santa Casa de Misericórdia de Goiânia – alinnemacambira@gmail.com

INTRODUÇÃO: O sistema cardiovascular e o sistema reprodutor estão interconectados, pois os hormônios sexuais influenciam o suprimento sanguíneo conforme a demanda metabólica. A terapia hormonal em pessoas transgênero altera essa dinâmica, aumentando o risco de arritmias, infarto e AVE isquêmico, devido à interação dos hormônios exógenos com os receptores dos miócitos. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto da terapia hormonal no sistema cardiovascular de pessoas transgênero. **METODOLOGIA:** O estudo é uma revisão de literatura integrativa qualitativa, baseada em artigos da PubMed com os termos "Transgender people" AND "hormone therapy" AND "heart attack", publicados nos últimos 6 anos. **RESULTADOS:** Observou-se que a terapia hormonal de reafirmação de gênero predispõe ao aparecimento de arritmias ventriculares, fibrilação atrial e transtornos de repolarização. Além disso, em mulheres, ocorre um aumento na gordura visceral (18%) e subcutânea (38%), bem como resistência à insulina, elevando o risco de hipertensão, obesidade e dislipidemia. Já em homens transgênero, o uso prolongado de testosterona exógena está associado a alterações no perfil lipídico, como aumento do LDL, além de hipertrofia ventricular e enrijecimento arterial, devido à interação da testosterona com receptores androgênicos no miocárdio. Esse hormônio também influencia o metabolismo do óxido nítrico e desregula o eixo SRAA, resultando na elevação da pressão arterial como principal consequência cardiovascular. **CONCLUSÃO:** A terapia hormonal em pessoas transgênero afeta a saúde cardiovascular. Em mulheres transgênero, o estrogênio exógeno eleva o risco cardiovascular, enquanto em homens transgênero, a testosterona pode causar alterações metabólicas e estruturais no sistema cardiovascular.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas transgênero. Sistema cardiovascular. Terapia hormonal.

REFERÊNCIAS:

BERNI, A. C.; WAMBOLDT, R.; BARANCHUK, A. Arrhythmias in transgender individuals. Arritmias en personas transgênero. Archivos de Cardiología de México, v. 93, supl., p. 18-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24875/ACM.M23000089>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CONNELLY, P. J. et al. A case report of myocardial infarction in a young transgender man with testosterone therapy: raising awareness on healthcare issues in the transgender community and a call for further research. European Heart Journal Case Reports, v. 7, n. 12, art. ytad562, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ehjcr/ytad562>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CONNELLY, P. J. et al. Gender-Affirming Hormone Therapy, Vascular Health and Cardiovascular Disease in Transgender Adults. Hypertension (Dallas, Tex. : 1979), v. 74, n. 6, p. 1266–1274, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1161/HYPERTENSIONAHA.119.13080>. Acesso em: 16 mar. 2025.

GETAHUN, Darios et al. Cross-sex hormones and acute cardiovascular events in transgender persons: a cohort study. Annals of Internal Medicine, v. 169, n. 4, p. 205-213, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/M17-2785>. Acesso em: 16 mar. 2025.

LOPEZ, D. S. et al. Testosterone replacement therapy in relation with cardiovascular disease in cisgender women and transgender people. *Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 108, n. 12, p. e1515-e1523, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1210/clinem/dgad388>. Acesso em: 16 mar. 2025.

IMPACTO DO SUPORTE NUTRICIONAL NO MANEJO DA ENTEROCOLITE NECROSANTE

Jacqueline Gonçalves Domingues - UNITPAC - jaqueline Domingues15@outlook.com

Mariana Matos Melo - UNITPAC - marianamatosmelodra@gmail.com

Maria Clarissa Bicalho - UNITPAC - bicalhomariaclarissa@gmail.com

Michelle Glatz - UNITPAC - mimigbo.linda@gmail.com

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho - UNITPAC - arthurmarinho123@hotmail.com

Joyce Lisboa Freitas - UNITPAC - unicepe@gmail.com

INTRODUÇÃO: A enterocolite necrosante (ECN) é uma doença inflamatória intestinal grave, comum em recém-nascidos prematuros, com alta morbidade e mortalidade. A patogênese da ECN envolve fatores como imaturidade intestinal, disbiose e hipoperfusão. O suporte nutricional tem um papel crucial na prevenção e no manejo da ECN, influenciando diretamente os desfechos clínicos. Este artigo aborda as estratégias nutricionais mais eficazes, incluindo a importância do leite materno, a nutrição parenteral e o uso de probióticos.

OBJETIVOS: Analisar o impacto do suporte nutricional na prevenção e manejo da ECN, destacando as abordagens nutricionais mais eficazes para reduzir a incidência e a gravidade da doença em neonatos prematuros.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada nas bases de dados PubMed, Scielo e Lilacs, priorizando estudos publicados nos últimos 10 anos sobre enterocolite necrosante e suporte nutricional neonatal. Como critérios de inclusão, optou-se por artigos científicos e diretrizes disponíveis na íntegra e diretamente relacionados ao tema. Foram excluídos estudos que não abordavam a influência do suporte nutricional na prevenção e manejo da doença. No total, 23 publicações foram identificadas, das quais 7 foram utilizadas para a construção deste artigo.

RESULTADOS: A literatura destaca que o leite materno reduz significativamente a incidência de ECN e melhora a saúde intestinal devido a seus fatores imunológicos e prebióticos naturais. O uso de nutrição parenteral é essencial para prematuros extremos, mas deve ser monitorado para evitar colestase e desequilíbrios metabólicos. Além disso, probióticos demonstraram eficácia na modulação da microbiota intestinal, reduzindo a inflamação e o risco de ECN. Estratégias como a alimentação trófica e a introdução gradual da dieta enteral também são fundamentais para a prevenção da doença.

CONCLUSÃO: O suporte nutricional adequado é fundamental para prevenir e manejar a ECN. O leite materno deve ser incentivado sempre que possível, enquanto a nutrição parenteral deve ser utilizada estrategicamente. Uma abordagem nutricional bem planejada reduz complicações e melhora os desfechos neonatais.

PALAVRAS-CHAVE: Enterocolite necrosante, suporte nutricional, leite materno, nutrição parenteral, probióticos

REFERÊNCIAS:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL. *Terapia Nutricional na Prevenção e no Tratamento da Enterocolite Necrosante*. Disponível em:

https://amb.org.br/files/_BibliotecaAntiga/terapia_nutricional_na_prevencao_e_no_tratamento_da_enterocolite_necrosante.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

INTERNATIONAL SCIENTIFIC ASSOCIATION FOR PROBIOTICS AND PREBIOTICS (ISAPP). *Probióticos e enterocolite necrosante*. Disponível em: https://isappscience.org/wp-content/uploads/2021/12/Probiotics_NEC_Portuguese.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, R. A.; SANTOS, M. C.; OLIVEIRA, P. F. Avanços em enterocolite necrosante. *Jornal de Pediatria*, v. 95, n. 2, p. 134-140, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/jFHDPCbz735zmFNN984byPJ>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, A. L.; FERREIRA, D. C. Colostroterapia e aleitamento materno na prevenção da enterocolite necrosante. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 15, n. 3, p. 45-52, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/5176/4218>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ALMEIDA, T. M.; PEREIRA, G. F.; COSTA, L. F. Enterocolite necrosante: uma revisão da literatura. *Residência Pediátrica*, v. 12, n. 4, p. 210-220, 2022. Disponível em: <https://residenciapediatrica.com.br/detalhes/1233/enterocolite%20necrosante-%20uma%20revisao%20da%20literatura>. Acesso em: 12 mar. 2025.

NASCIMENTO, J. P.; MORAES, C. S.; RIBEIRO, F. L. O uso de probióticos em neonatos para a melhora da função intestinal e prevenção de enterocolite necrosante. *Enciclopédia Biosfera*, v. 18, n. 1, p. 88-97, 2023. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2024D/o%20uso.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

IMPACTOS DO USO DE DISPOSITIVOS INTRAUTERINOS NA MICROBIOTA VAGINAL RELACIONADOS AO RISCO DE INFECÇÕES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Thulyo Monteiro Moraes – UFNT- thulyo.moraes@ufnt.edu.br

Jonatas de Oliveira Silva – UFNT – jonatas.silva@ufnt.edu.br

Ashley Fernanda de Sousa e Sousa – UFNT – ashley.sousa@ufnt.edu.br

Lucas Oliveira Nepomuceno Alcântara – UFNT – nepomucenolucas@hotmail.com

Claudia Denise Mendanha Mangueira – UFNT – claudia.mangueira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A manutenção da microbiota vaginal em condições normais e equilibradas é essencial para a promoção da saúde ginecológica da população feminina, pois protege contra infecções, mantém o PH ácido e contribui para o equilíbrio imunológico. Os dispositivos intrauterinos (DIU) são métodos contraceptivos com poucos fatores de contraindicação, sendo os principais os de cobre e os hormonais. Esses dispositivos aumentam o fluxo vaginal e sabe-se que hormônios progestágenos alteram o muco cervical. **OBJETIVO:** Analisar o impacto do uso de dispositivo intrauterino na microbiota vaginal e sua relação com o risco de infecções vaginais. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura a partir de estudos primários. Foram utilizadas as bases PubMed, LILACS e Google Scholar. A hipótese direcionadora foi: “Qual o impacto dos dispositivos intrauterinos na microbiota vaginal?”. Foram utilizados os seguintes descritores: “intrauterine devices”, “vaginal microbiota”, “vaginose”, “copper iud” e “hormonal iud”. A busca foi realizada em março de 2025 e incluiu artigos produzidos nos últimos 15 anos nos idiomas inglês, português e espanhol. Excluiu-se artigos fora do objeto de estudo, duplicados e literatura cinzenta. Foram encontrados 69 artigos (PubMed=17; LILACS= 3; Google Scholar =49). Aplicou-se os filtros, critérios de inclusão e exclusão e 8 artigos foram elegíveis para leitura dos títulos e resumos, destes 6 artigos foram incluídos no estudo para leitura na íntegra. **RESULTADOS:** Quatro entre os seis estudos selecionados são favoráveis ao uso de DIU, não encontrando nenhuma correlação entre o uso destes - independentemente de seu mecanismo de contracepção - e o aumento de infecções vaginais. Dentre os artigos que encontraram correlação entre aparecimento de infecções e os implantes vaginais, um deles encontrou o aumento de vaginose bacteriana em usuárias de DIU, enquanto o outro não recomenda seu uso apenas se há risco aumentado de candidíase, elucidando que o maior risco de infecções desaparece no uso de longo prazo. **CONCLUSÃO:** Apesar de não haver um consenso nas produções científicas analisadas, a maioria dos estudos sobre o tema corroboram o entendimento de que os dispositivos intrauterinos de cobre e hormonais não podem ser identificados como um fator de risco isolado para infecções.

PALAVRAS-CHAVE: Intrauterine Devices, Vaginal Microbiota, Vaginose, Copper Iud, Hormonal Iud.

REFERÊNCIAS:

Al-Nasiry S, Ambrosino E, Schlaepfer M, Morré SA, Wieten L, Voncken JW, Spinelli M, Mueller M e Kramer BW (2020) A interação entre a microbiota do trato reprodutivo e o sistema imunológico na reprodução humana. *Front Immunol* 11:378.

Machado, Rogério Bonassi. Uso de dispositivos intrauterinos (DIU) em nulíparas - - São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2017.

Henrique, Guilherme L., et al. "Modificações bioquímicas, físicas, celulares, microbiológicas e clínicas do canal vaginal em mulheres usuárias de sistema intrauterino liberador de levonorgestrel (LNG-IUD)."

Donders GGG, Bellen G, Ruban K, Van Bulck B. Short- and long-term influence of the levonorgestrel-releasing intrauterine system (Mirena®) on vaginal microbiota and Candida. *J Med Microbiol*. 2018 Mar;67(3):308-313. doi: 10.1099/jmm.0.000657. Epub 2018 Jan 29. PMID: 29458551.

Bassis CM, Allsworth JE, Wahl HN, Sack DE, Young VB, Bell JD. Effects of intrauterine contraception on the vaginal microbiota. *Contraception*. 2017 Sep;96(3):189-195. doi: 10.1016/j.contraception.2017.05.017. Epub 2017 Jun 15. PMID: 28624570; PMCID: PMC5701660.

MICROBIOTA INTESTINAL E ENDOMETRIOSE: POTENCIAL TERAPÊUTICO DOS PROBIÓTICOS NA MODULAÇÃO IMUNOLÓGICA

Lucas Oliveira Nepomuceno de Alcântara - UFNT - nepomucenolucas@hotmail.com

Bruna Carolina Miranda de Carvalho - UFNT - bruna.carvalho@ufnt.edu.br

Taídes Tavares dos Santos – UFNT – taides.santos@ufnt.edu.br

Reinaldo Magalhães Fernandes - UFNT - reinaldomfmasto@gmail.com

Verissa Martins Teixeira – UFNT – verissa.teixeira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A endometriose é uma condição ginecológica comum que afeta mulheres em idade reprodutiva, frequentemente associada à dor pélvica crônica e à infertilidade. Sua patogênese envolve um processo inflamatório complexo, com a ativação do inflamossomo proteína 3 contendo domínio NOD, LRR e pirina (NLRP3) sendo uma das principais vias imunológicas implicadas. A microbiota intestinal tem sido identificada como um fator relevante no equilíbrio imunológico, e recentes estudos sugerem que a disbiose intestinal pode influenciar a progressão da endometriose. O uso de probióticos, como *Lactobacillus*, tem mostrado potencial em modular a resposta inflamatória, oferecendo novas perspectivas terapêuticas para essa condição. **OBJETIVOS:** Avaliar a relação entre a disbiose intestinal e a endometriose, investigando o impacto do uso de probióticos na modulação da inflamação associada à doença. **METODOLOGIA:** A revisão sistemática foi conduzida com base em artigos científicos publicados nos últimos 5 anos nas bases PubMed e Scielo, escritos em inglês. Inicialmente, foram avaliados 34 artigos, dos quais 5 foram escolhidos. Foram selecionados estudos que investigaram a relação entre a microbiota intestinal e a endometriose, com foco na utilização de probióticos como estratégia terapêutica. A pesquisa incluiu estudos *in vitro* e em modelos experimentais que abordam a interação entre *Lactobacillus* e lesões endometrióticas. Foram excluídos estudos publicados anteriormente ao ano de 2019, escritos em outra língua e que não retratavam sobre a relação entre o uso de probióticos e a microbiota intestinal de mulheres com endometriose. **RESULTADOS:** Estudos indicam que a ativação do inflamossomo NLRP3 tem um papel fundamental na inflamação associada à endometriose, levando à produção excessiva de citocinas pró-inflamatórias. A administração de probióticos, como *Lactobacillus rhamnosus* BPL005 e *Lactobacillus gasseri* OLL2809, demonstrou reduzir a expressão do inflamossomo NLRP3 e as citocinas inflamatórias, restaurando a homeostase imunológica no tecido endometrial. Além disso, os probióticos promoveram uma diminuição na gravidade das lesões endometrióticas, sugerindo um efeito terapêutico promissor. A modulação do pH intestinal e a redução de bactérias patogênicas também foram observadas, o que pode contribuir para o equilíbrio imunológico e redução da inflamação sistêmica. **CONCLUSÃO:** O uso de probióticos apresenta um potencial significativo no tratamento da endometriose, principalmente devido à sua capacidade de modular a inflamação e melhorar o equilíbrio da microbiota intestinal. Estudos adicionais são necessários para confirmar sua eficácia clínica e definir as cepas mais apropriadas para o tratamento da endometriose, no entanto, dados preliminares indicam que essa abordagem pode ser uma adição valiosa às terapias convencionais.

PALAVRAS-CHAVE: Endometriose, Microbioma, Probióticos.

REFERÊNCIAS:

BAKUN, O. V. et al. Probiotics and NLRP3 mRNA inflammasome levels in women with endometriosis-related infertility undergoing assisted reproductive technologies. *Journal of Medicine and Life*, v. 16, n. 10, p. 1439–1444, 2023. Disponível em: . Acesso em: 08 mar. 2025.

CHENOLL, E. et al. Selection of New Probiotics for Endometrial Health. *Frontiers in Cellular and Infection Microbiology*, v. 9, 2019. Disponível em: . Acesso em: 09 mar. 2025.

QIN, R. et al. The gut microbiota and endometriosis: From pathogenesis to diagnosis and treatment. *Frontiers in Cellular and Infection Microbiology*, v. 12, 2022. Disponível em: . Acesso em: 09 mar. 2025.

NOVAS FRONTEIRAS DA TERAPIA GÊNICA NA DEGENERAÇÃO MACULAR RELACIONADA À IDADE (DMRI): UMA REVISÃO DE LITERATURA

Filipe Rodrigues da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - fr1242640@gmail.com

Antonio Helder Leite Feitosa Neto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - antonio.helder@ufnt.edu.br

Débora Pereira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - debora.silva@ufnt.edu.br

Michel Oliveira Lelis Vieira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - michel.vieira@ufnt.edu.br

Amanda Valessa da Silva Santos Amaral - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - amandavalessasantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A terapia genética se configura como uma alternativa científica promissora para o cenário atual e futuro no tratamento da degeneração macular relacionada à idade, uma doença que cursa com turvação visual de início insidioso, principalmente em pacientes com controle metabólico deficiente e estado hiperglicêmico prolongados. O uso da terapia gênica promete diminuir a quantidade de injeção intravítrea principalmente do fator de crescimento endotelial anti vascular endógeno, o VEGF, o qual seria substituído por uma única injeção supracoroidal ou intravítrea do material genético que se integraria ao genoma humano, melhorando o prognóstico do paciente. **OBJETIVOS:** Descrever os benefícios da terapia gênica na melhora do tratamento da degeneração macular relacionada à idade. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura. A base de dados e biblioteca eletrônica utilizadas foram a PubMed e o Google Scholar. Utilizou-se o operador booleano AND para os descritores DeCS/MeSH; “Gene Therapy”; “Age-related macular disease”; “Treatment”. As buscas foram realizadas em março de 2025. Incluíram-se artigos originais, nos idiomas Português e Inglês, com disponibilidade gratuita e publicados a partir do ano de 2020. Excluídos literatura cinzenta, fora do eixo de estudo ou duplicados. Foram encontrados 26 artigos sobre o tema, dos quais após leitura dos títulos e resumos e aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados 4 artigos. **RESULTADOS:** O conjunto terapia gênica e tratamento eficaz da DMRI projetaram-se nos últimos anos como uma alternativa importante para um melhor prognóstico dessa doença, sendo a terapia ABBV-RGX-3142, alternativa gênica de excelentes resultados, uma via que fornece um transgene por meio de um adenovírus capaz de codificar um anticorpo monoclonal anti-VEGF, a qual pode ser feita por meio da injeção sub retiniana ou supracoroidal, visando produzir a proteína anti-VEGF, o que reduz o defeito macular em até 89%, já que não haverá a presença de vasos retinianos que opacificam a região da mácula. **CONCLUSÃO:** O uso da terapia gênica demonstrou uma ótima eficácia e excelente forma de tratamento e melhora não apenas na visão do paciente, mas no potencial de transformar a forma como as doenças da retina são tratadas hodiernamente³.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia gênica, Doença macular relacionada à idade, Tratamento.

REFERÊNCIAS:

DINIZ, I. L. et al. Terapias anti-VEGF para doenças da retina: avaliar a eficácia e segurança de terapias anti-VEGF no tratamento de doenças retinianas, como a degeneração macular e o edema macular diabético. Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 22, n. 9, p. 1-15, 5 set. 2024.

ROWE, L. W.; CIULLA, T. A. Gene therapy for non-hereditary retinal disease: age-related macular degeneration, diabetic retinopathy, and beyond. Genes, v. 15, n. 6, p. 720-720, 1 jun. 2024.

MAKITA, Lana Sayuri. Terapia genética como estratégia para o tratamento da degeneração macular relacionada à idade. 2023. 132 f. Tese (Doutorado em Oftalmologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/22770/2/Tese%20-%20Lana%20Sayuri%20Makita%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

TAVARES, Samuel de Oliveira Ferreira. Papel dos Anti-Vegf na Atrofia Macular: Consequência do Tratamento ou Progressão Natural da Degenerecência Macular da Idade?. 2023. 10 f. Tese (Mestrado Integrado em Medicina) – Universidade de Coimbra (Portugal), 2023. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/e4943d84395dcc3ef065b4c6a1c2014d/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 19 mar. 2025.

NOVOS TRATAMENTOS NO MANEJO DA INFERTILIDADE FEMININA: ABORDAGENS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com
Filipe Leite Moraes - UNITPAC - filipemoraes.araguaina@gmail.com
Lucas Sinomar Silva Carvalho – UNITPAC – lucassinomar@gmail.com
François Moraes Cavalcante Silva - UNITPAC - francoismoraes98@gmail.com
André Luiz Birck – UNITPAC – andre_birck89@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A infertilidade feminina é um desafio crescente para muitas mulheres em idade reprodutiva, afetando sua qualidade de vida e saúde emocional. Distúrbios ovulatórios, endometriose, síndrome dos ovários policísticos (SOP) e disfunções hormonais são causas comuns dessa condição. Ao longo das últimas décadas, o manejo da infertilidade passou por avanços significativos, especialmente com o desenvolvimento de tecnologias de reprodução assistida, como a fertilização in vitro (FIV). Novos tratamentos, como a terapia com células-tronco e a modulação genética, estão sendo explorados, mas ainda necessitam de mais estudos para garantir sua eficácia e segurança. **OBJETIVOS:** Revisar os tratamentos mais recentes no manejo da infertilidade feminina, com foco nas abordagens inovadoras que têm surgido, e avaliar suas perspectivas para o futuro do tratamento da infertilidade. **METODOLOGIA:** A revisão foi conduzida com base em artigos científicos revisados por pares, publicados entre 2019 e 2024, obtidos na base de dados PubMed. Inicialmente, foram selecionados 30 artigos, dos quais 11 foram incluídos após critérios de relevância, qualidade metodológica e atualidade. A pesquisa abrangeu estudos sobre a indução de ovulação, fertilização in vitro (FIV), tratamentos para SOP, endometriose, além de inovações em terapias com células-tronco e modulação genética. Foram excluídos estudos focados em infertilidade masculina e abordagens experimentais não amplamente aceitas. **RESULTADOS:** As estratégias de tratamento mais utilizadas para infertilidade feminina continuam sendo os medicamentos para indução da ovulação, como clomifeno, letrozol e gonadotrofinas, que mostraram alta eficácia, principalmente em mulheres com SOP. A FIV permanece sendo o tratamento de primeira linha para mulheres com obstrução tubária ou endometriose avançada. Novas abordagens terapêuticas estão sendo exploradas, como a terapia com células-tronco, que mostrou resultados promissores em estudos iniciais, principalmente em mulheres com reservas ovarianas reduzidas, embora as evidências de eficácia ainda sejam limitadas. Além disso, tecnologias de modulação genética estão começando a ser investigadas, visando melhorar as taxas de sucesso da FIV. **CONCLUSÃO:** O manejo da infertilidade feminina tem avançado significativamente, com tratamentos convencionais, como a indução de ovulação e FIV, mostrando bons resultados a longo prazo. As novas abordagens, como o uso de células-tronco e modulação genética, apresentam grande potencial para o futuro, mas ainda exigem mais estudos para validação clínica e compreensão dos riscos envolvidos. O tratamento personalizado, que leva em consideração as características específicas de cada mulher, é uma tendência crescente, e espera-se que a combinação de novas tecnologias e terapias convencionais melhore ainda mais o êxito.

PALAVRAS-CHAVE: Infertilidade, Fertilização in vitro, Pesquisa com células-tronco.

REFERÊNCIAS:

- ABTAHI, N. S. et al. Cryobiology and fertility preservation: a perspective on past, current and future studies. *Cryo letters*, v. 44, n. 4, 2023. Disponível em: . Acesso em: 21 mar. 2025.
- COLLÉE, J. et al. Polycystic ovarian syndrome and infertility: overview and insights of the putative treatments. *Gynecological Endocrinology*, v. 37, n. 10, p. 869–874, 2021. Disponível em: . Acesso em: 21 mar. 2025.
- DONNEZ, J.; DOLMANS, M.-M. GnRH Antagonists with or without Add-Back Therapy: A New Alternative in the Management of Endometriosis? *International Journal of Molecular Sciences*, v. 22, n. 21, p. 11342–11342, 2021. Disponível em: . Acesso em: 21 mar. 2025.
- DUFFY, J. M. N. et al. Top 10 priorities for future infertility research: an international consensus development study. *Fertility and Sterility*, v. 115, n. 1, p. 180–190, 2021. Disponível em: . Acesso em: 21 mar. 2025.

TEEDE, H. J. et al. Recommendations From the 2023 International Evidence-based Guideline for the Assessment and Management of Polycystic Ovary Syndrome. The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, v. 108, n. 10, p. 2447–2469, 2023. Disponível em: . Acesso em: 21 mar. 2025.

O PAPEL DA ATENÇÃO BÁSICA NO CUIDADO AO PACIENTE COM DOENÇA DE PARKINSON: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariavzvcst@hotmail.com
Kaio Henrique Silva de Freitas - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - kaio54927@gmail.com
Maria Clara Costa Cerqueira - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - mcclaracerqueira@gmail.com
Guilherme Marroques Noleto - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - guimarroques@gmail.com
Gustavo Santana Rodrigues - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - gustavasantana63@gmail.com
Josué Moura Telles - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Doença de Parkinson (DP) é uma condição neurodegenerativa progressiva que impacta a qualidade de vida dos pacientes, exigindo abordagens integradas e multidisciplinares. Na atenção básica, a identificação precoce e o manejo inicial dos sintomas, além do suporte ao paciente e seus cuidadores, desempenham papel essencial na mitigação do impacto da doença. Contudo, barreiras logísticas no cuidado persistem como limitações no contexto da saúde pública. Este estudo tem como objetivo explorar o papel da atenção básica para com o paciente com DP, destacando estratégias e entraves. **OBJETIVOS:** Analisar a contribuição da atenção básica no diagnóstico, manejo e suporte ao paciente com DP, enfatizando suas principais estratégias e desafios. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura abrangendo artigos publicados entre 2015 e 2024. A busca utilizou as bases de dados PubMed, Springer, Lancet e JAMA Neurology, através da combinação de descritores ("Parkinson Disease") AND ("Primary Health Care" OR "Basic Health Care") AND ("Chronic Disease Management" OR "Health Promotion" OR "Health Education") AND ("Quality of Life"). Foram identificados 240 artigos, dos quais 4 foram selecionados por atenderem aos critérios de inclusão e relevância para o tema. **RESULTADOS:** A atenção básica desempenha papel fundamental na detecção precoce da Doença de Parkinson, especialmente ao identificar sintomas não motores iniciais, como hiposmia, constipação e distúrbios do sono. Contudo, a falta de capacitação dos profissionais nesse nível de atenção representa uma barreira para tal diagnóstico. Além disso, o manejo da DP na atenção básica enfrenta desafios, como o acesso limitado a especialistas e exames complementares, sobretudo em áreas remotas. Intervenções não farmacológicas, como fisioterapia, exercícios físicos e suporte psicossocial, promovem melhorias na qualidade de vida dos pacientes, porém são pouco implementadas na prática. Por fim, o uso de tecnologias, como a telemedicina, foi apontado como uma ferramenta promissora para superar limitações de acesso a especialistas e facilitar a capacitação de profissionais da atenção básica. **CONCLUSÃO:** A atenção básica é fundamental no cuidado ao paciente com DP, contribuindo para o diagnóstico precoce, manejo inicial e suporte contínuo. Apesar das barreiras identificadas, intervenções bem estruturadas e políticas públicas eficazes podem otimizar o cuidado a longo prazo.

REFERÊNCIAS:

- WEISE, D. et al. Multidisciplinary care in Parkinson's disease. *Journal of Neural Transmission*, 23 jul. 2024.
- NUNES, S. F. L.; ALVAREZ, A. M.; VALCARENGHI, R. V. Parkinson's disease in primary health care and nursing care: a scoping review. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, 2022.
- SCHIESS, N. et al. Six Action Steps to Address Global Disparities in Parkinson Disease. *JAMA Neurology*, v. 79, n. 9, 11 jul. 2022.
- ZVEZDAN PIRTOŠEK. Breaking barriers in Parkinson's care: the multidisciplinary team approach. *Journal of Neural Transmission*, v. 131, n. 11, 17 out. 2024.

O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA DETECÇÃO PRECOCE DE NEUROPATIAS ÓPTICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Havanny Nabuco Silva de Melo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - havanny.melo@ufnt.edu.br

Maria Clara Sampaio Dall'Agnol - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos -
mariaclaradallagnol20@gmail.com

Sofia Lara da Silva Mata - Universidade Federal do Norte do Tocantins - sofia.mata@ufnt.edu.br

Victor Hugo Caetano de Moraes - Universidade Federal do Norte do Tocantins

Victor Bueno Dangone - Universidade Federal do Norte do Tocantins - victor.dangone@ufnt.edu.br

Amanda Valessa da Silva Santos Amaral - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos -
amandavalessasantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO: As neuropatias ópticas estão se tornando causas comuns de perda irreversível da visão em todo o mundo, tendo seu diagnóstico bastante dependente de profissionais experientes, sendo a detecção precoce dessas doenças um desafio principalmente para as populações de países subdesenvolvidos, devido ao custo e rotina de consultas oftalmológicas, muitas vezes difíceis. **OBJETIVOS:** Demonstrar os principais avanços do uso da Inteligência Artificial, assim como os riscos e benefícios no diagnóstico precoce das neuropatias ópticas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura. A base de dados e biblioteca eletrônica utilizada foi tanto da PubMed, quanto do Google Scholar. Utilizou-se o operador booleano AND para os descritores DeCS/MeSH; "Optic Neuropathies"; "Diagnosis"; "Artificial Intelligence". As buscas foram realizadas em março de 2025. Incluíram-se Artigos originais, nos idiomas Português e Inglês, com disponibilidade gratuita e publicados a partir do ano de 2020. Excluídos literatura cinzenta, fora do eixo de estudo ou duplicados. Foram encontrados 72 artigos sobre o tema, dos quais após leitura dos títulos e resumos e aplicação dos critérios de exclusão, selecionados 5 artigos. **RESULTADOS:** Através dos estudos analisados evidenciou-se que as inteligências artificiais mais atuais puderam demonstrar 83% na classificação de imagens normais da retina, enquanto 89,3% era a taxa média de distinção entre as formas anormais e normais do nervo óptico. Nesse sentido, esse método inteligente artificialmente demonstrou-se ter uma elevada sensibilidade diagnóstica na detecção de múltiplas doenças que acometem nervo óptico e a retina, bem como apresentou uma economia em cerca de 95% do tempo para realização do exame, possibilitando um diagnóstico preciso e rápido. **CONCLUSÃO:** A conjugação entre a tecnologia da inteligência artificial e os exames para detecção dos distúrbios neurooftalmológicos se fazem eficientes e de suma importância para uma detecção precoce, sensível e eficaz, diminuindo o tempo de atendimento e otimizando recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Neuropatia óptica, Inteligência Artificial, Diagnóstico.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Jailson Souza; HORNUNG, Jociane Aparecida. Inteligência artificial no diagnóstico de doenças: a responsabilidade civil do médico em caso de erro de diagnóstico. Revista Themis, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 113-145, jan./jun. 2022.

DONG, Li; HE, et. al. Artificial intelligence for screening of multiple retinal and optic nerve diseases. JAMA Network Open, [s.l.], v. 5, n. 5, p. e229960, 2022.

LIU, Tzu-Yu A.; et. al. Deep learning and transfer learning for optic disc laterality detection: implications for machine learning in neuro-ophthalmology. Journal of Neuro-Ophthalmology, v. 40, n. 2, p. 178-184, jun. 2020. DOI: 10.1097/WNO.0000000000000827.

MILEA, Dania; SINGHAL, Saket; NAJJAR, Rony P. Artificial intelligence for detection of optic disc abnormalities. Current Opinion in Neurology, v. 33, n. 1, p. 106-110, fev. 2020. DOI: 10.1097/WCO.0000000000000773.

SCARPITTA, Amanda Alcatraz; FERREIRA, Sarah Beatriz; GANDOLFI, Patrick Gíoz; CASTRO, Leandro Nunes de. Uso de técnicas de inteligência artificial para análise de retinografias e reconhecimento de

processos patológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 11., 2022, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2022

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA BRONQUIOLITE EM LACTENTES NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO

Lorena Cunha de Aquino - UNITPAC - lorecquino@gmail.com

Ana Carolina Lins Cunha - UNITPAC - anacarolinalinscunha@gmail.com

Joana Maranhão Medeiros - UNITPAC - joanamaranhaomedeiros@gmail.com

Jonatan Pedroso Soares - UNITPAC - jonatanjps2013@gmail.com

Natália Miranda Labre - UNITPAC - natylabre@hotmail.com Mario de Souza Lima e Silva - UNITPAC - mario.silva@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A bronquiolite é uma inflamação dos brônquios que acomete de maneira preocupante sobretudo bebês e crianças pequenas. Segundo o Ministério da saúde, o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) é responsável por cerca de 80% dos casos dessa complicação respiratória grave em bebês. No entanto, a sazonalidade do VSR pode variar significativamente em diferentes regiões do Brasil. Sendo assim, se faz necessário uma análise quanto a prevalência e os fatores de risco desta condição levando em consideração a região do país. **OBJETIVOS:** Analisar a prevalência de internações por bronquiolite na região norte do Brasil e os fatores de risco que levam a essa condição. **METODOLOGIA:** Trata-se de um perfil epidemiológico, utilizando bases de dados como DATASUS, PubMed, e Google Scholar. A busca foi realizada com uma combinação de palavras-chave, incluindo "bronquiolite em bebês", "Vírus Sincicial Respiratório", "internações" e "fatores de risco". Os critérios de inclusão abrangeram dados dos últimos 6 meses referentes ao número de internações de bebês menores de 1 ano na região Norte, e artigos publicados nos últimos 10 anos, focando na bronquiolite como complicação pela infecção ao Vírus Sincicial Respiratório (VSR). Todavia, foram excluídos estudos que abordavam outras complicações respiratórias e publicações em idiomas distintos do inglês ou português. Essa metodologia, portanto, assegura uma visão abrangente e fundamentada sobre a bronquiolite em bebês na região Norte do Brasil. **RESULTADOS:** Durante o período de janeiro, segundo o DATASUS (2025), foram registradas 2.501 internações de bebês menores de 1 ano por bronquiolite no país e dentre elas, a região Norte foi responsável por 130 casos, sendo apenas 15 no Estado do Tocantins. Logo, a região norte correspondeu à cerca 5% do total de internações no Brasil no mês de janeiro. Além disso, os principais fatores de risco citados foram o clima tropical da região, que contribui para a propagação de doenças respiratórias, falta de aleitamento materno e a falta de infraestrutura adequada em algumas áreas da região que limitam o acesso a serviços de saúde. **CONCLUSÃO:** Embora a região Norte tenha obtido a menor e menos expressiva porcentagem de casos de internações de lactentes do país no mês analisado, é de suma importância que as formas de prevenção e manejo desta complicação, sejam conhecidas e elucidadas pelos profissionais de saúde e pela população da região, para que assim, as taxas de incidência e internação por esta condição, sejam cada vez menores nesta determinada região brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Vírus Sincicial Respiratório, Internações, Fatores de risco, Bronquiolite.

REFERÊNCIAS:

CORRÊA, Júlia D'Ávila et al. Bronquiolite viral aguda: diagnóstico, tratamento e estratégias de prevenção. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 8, p. 1972-1977, 2024.

DE ANDRADE, Naysa Gabrielly Alves et al. Bronquiolite Viral Aguda: um panorama completo da definição, epidemiologia, fisiopatologia, sintomas, tratamento e desfecho. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 7, p. 2430-2442, 2024.

DO NASCIMENTO Alice Lourenço et al. Prevalência de bronquiolite viral em crianças. Mostra Científica em Biomedicina, v. 3, n. 2, 2019

PEIXOTO, Felipe Guedes et al. Bronquiolite viral aguda. Revista Eletrônica Acervo Médico, v. 23, n. 11, p. e14836-e14836, 2023

SILVA, J. M. Bronquiolite: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 93, n. 3, p. 234-242, 2015.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SEPSE EM INSTITUIÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA AMAZÔNIA LEGAL

Lígia Linhares Moraes da Cunha – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -
ligia.cunha@ufnt.edu.br

Gilmara Cruz e Silva Lacerda – Programa de Pós-Graduação em Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos (PPGSaspt) – gilmara.lacerda@ebserh.gov.br

Giselly Santos Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – giselly.silva@ufnt.edu.br

Glenda Emanuelle Rocha Duarte Ferraz – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -
glenda.duarte@ufnt.edu.br

Laiane Angélica Costa Souza - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –
laiane.souza@ufnt.edu.br

Raphael Gomes Ferreira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)- raphael.ferreira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A sepsé é uma disfunção orgânica grave desencadeada por uma resposta desregulada do organismo a uma infecção, sendo uma das principais causas de mortalidade hospitalar. Apesar dos avanços terapêuticos, a identificação precoce da sepsé permanece um problema devido à variabilidade clínica e à inespecificidade dos sintomas. Além disso, fatores socioeconômicos e estruturais influenciam diretamente a incidência e a taxa de mortalidade por sepsé, sendo mais prevalente em regiões com menor acesso a cuidados intensivos e condições sanitárias inadequadas. **OBJETIVOS:** Avaliar o perfil epidemiológico da sepsé em instituições de média e alta complexidade localizadas em Araguaína, Tocantins, componente da Amazônia Legal brasileira. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo retrospectivo baseado na análise de prontuários de pacientes diagnosticados com sepsé entre 2018 e 2020. Foram examinados 1.427 prontuários na UPA e 5.568 registros no HDT. Os dados foram organizados no Excel e analisados no GraphPad Prism 9.5.1, com estatística baseada em 2-way ANOVA ($p \leq 0,05$). A taxa de letalidade foi calculada conforme a fórmula: letalidade (%) = (óbitos por sepsé ou choque séptico x 100) / total de casos. **RESULTADOS:** Os dados apontam que a letalidade por sepsé foi consideravelmente maior no HDT (36,17%) em comparação à UPA (15,21%). A análise dos focos de infecção revelou diferenças no HDT, a sepsé teve como principal origem focos indeterminados, seguido por infecções pulmonares, com tendência de redução nos casos ao longo dos anos (2018: 6; 2019: 6; 2020: 4), e intra-abdominais. Já na UPA, os dados demonstraram maior prevalência das infecções pulmonares (2018: 2; 2019: 1; 2020: 8) e urinárias, com um crescimento notável também das infecções intra-abdominais em 2020. A letalidade na UPA mostrou um aumento progressivo ao longo do período analisado, possivelmente impulsionada pela pandemia da COVID-19. No HDT, por outro lado, houve uma redução na letalidade de sepsé. Os dados coletados no HDT indicam que fatores socioeconômicos também desempenharam um papel importante nos desfechos, a maior parte dos pacientes acometidos possuía baixa escolaridade e condições de vida precárias, o que pode ter impactado a adesão ao tratamento e o tempo de busca por assistência médica. **CONCLUSÃO:** O estudo reforça a sepsé como um problema crítico de saúde pública e destaca a importância da triagem precoce e do manejo adequado para reduzir a mortalidade. A identificação dos fatores de risco e das características epidemiológicas pode contribuir para estratégias terapêuticas aprimoradas e políticas de saúde mais eficazes na Amazônia Legal.

PALAVRAS-CHAVE: Sepsé. Choque séptico. Epidemiologia. Letalidade. Amazônia.

REFERÊNCIAS:

ANGUS, D. C.; VAN DER POLL, T. Severe Sepsis and Septic Shock. New England Journal of Medicine, v. 369, n. 9, p. 840–851, 29 ago. 2013.

EVANS, L. et al. Surviving sepsis campaign: international guidelines for management of sepsis and septic shock 2021. Intensive Care Medicine, v. 47, n. 11, p. 1181–1247, nov. 2021.

FLEISCHMANN C, ACHERAG A, ADHIKARI NK, HARTOG CS, TSAGANOS T, SCHLATTMANN P. Assessment of global incidence and mortality of hospital-treated sepsis. Current estimates and limitations. American journal of respiratory and critical care medicine. 2016;193(3):259-272.
<https://doi.org/10.1164/rccm.201504-0781OC>

MACHADO, F. R. et al. Getting a consensus: advantages and disadvantages of Sepsis 3 in the context of middle-income settings. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 28, n. 4, 2016.

SINGER, M. et al. The Third International Consensus Definitions for Sepsis and Septic Shock (Sepsis-3). *JAMA*, v. 315, n. 8, p. 801, 23 fev. 2016.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS NEOPLASIAS MALIGNAS DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL EM ARAGUAÍNA-TO (2010-2024)

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - arthurmarinho123@hotmail.com

Guilherme Marroques Noletto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - guimarroques@gmail.com

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT - mariazvcst@hotmail.com

Paulo Otávio Neto Ferreira Sousa - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - paulofsneto@hotmail.com

Murilo Araújo cancelier - Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT - Murilo.cancelier@ufnt.edu.br

Fabio Serra Barbosa da Silva - Universidade Federal de São Paulo/EPM UNIFESP - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: Os tumores primários do sistema nervoso central (SNC) incluem neoplasias benignas e malignas, sendo o glioblastoma a neoplasia maligna mais comum e letal. Araguaína, referência em saúde no norte do Tocantins, recebe pacientes locais e de municípios vizinhos, tornando fundamental a obtenção de um perfil epidemiológico para aprimorar o atendimento e o manejo clínico na região. **OBJETIVOS:** Realizar um perfil epidemiológico das internações por neoplasias malignas do sistema nervoso central em Araguaína-TO entre 2010 e 2024. **METODOLOGIA:** Este estudo epidemiológico retrospectivo e descritivo analisou internações por neoplasia maligna do encéfalo e SNC em Araguaína-TO (2010-2024) com base no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Foram avaliadas variáveis como idade, sexo, raça/cor, número de internações, taxa de mortalidade, tempo médio de internação e distribuição anual dos casos. **RESULTADOS:** O estudo observou 841 internações por neoplasias malignas do sistema nervoso central em Araguaína-TO entre 2010 e 2024. O número de casos variou ao longo do tempo, com picos em 2012 (84 casos), 2013 (91 casos) e 2016 (101 casos), seguido por uma queda progressiva, atingindo 29 casos em 2024, o menor valor da série histórica. A taxa de mortalidade oscilou, com picos em 2015 (27,66), 2020 (32,26) e 2022 (27,78), sendo a maior registrada em 2020 (32,26) e a menor em 2010 (12,07), com uma média de 18,55 no período. O tempo de internação atingiu um máximo de 2.237 dias em 2016, reduzindo para 413 dias em 2024. A faixa etária mais acometida foi entre 50 e 69 anos, destacando-se os grupos 60 a 69 anos (170 casos) e 50 a 59 anos (160 casos). Em relação à distribuição racial, pardos foram a maioria (686 casos, 81,6%), seguidos por brancos (40), negros (8), indígenas (2) e amarelos (3). Quanto ao sexo, os homens foram mais acometidos (472 internações, 56,1%) em comparação às mulheres (369 internações, 43,9%). **CONCLUSÃO:** O estudo aponta uma redução recente nas internações por neoplasias malignas do SNC em Araguaína-TO, enquanto a taxa de mortalidade permanece elevada e variável. A maior incidência ocorreu em homens, pacientes pardos e indivíduos entre 50 e 69 anos. O tempo médio de internação evoluiu sem um padrão linear claro, ressaltando a necessidade de políticas para diagnóstico precoce e melhor acesso a tratamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Neoplasia maligna, epidemiologia, sistema nervoso central.

REFERÊNCIAS:

SALARI, N.; GHASEMI, H.; FATAHIAN, R. et al. The global prevalence of primary central nervous system tumors: a systematic review and meta-analysis. European Journal of Medical Research, v. 28, n. 39, 2023. Disponível em: . Acesso em: 18 mar. 2025.

SOUZA, B. C. N.; VAZ, G. P. BITENCOURT, E. L. Aspectos epidemiológicos de neoplasias malignas do encéfalo no estado do Tocantins, no período entre 2010 e 2020. Revista de Patologia do Tocantins, v. 9, n. 1, 2022.

TOCANTINS. Secretaria da Saúde. Regionalização da Saúde. Disponível em: . Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Disponível em: . Acesso em: 18 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE BRONQUIOLITE AGUDA NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 2018-2025

Joana Maranhão Medeiros – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – joanamaranhaomedeiros@gmail.com

Ana Carolina Lins Cunha – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos anacarolinalinscunha@gmail.com

Euler Pereira Silva - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – eulerp8@gmail.com

Jonatan Pedroso Soares - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - jonatanjps2013@gmail.com

Lorena Cunha de Aquino - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – lorecquino@gmail.com

Mário Souza Silva e Lima Centro - Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - mario.silva@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A Bronquiolite Aguda (BA) é uma infecção das vias aéreas inferiores causada principalmente pelo vírus sincicial respiratório (VSR) e por outros agentes como vírus parainfluenza 3 e alguns adenovírus. A infecção gera obstrução dos bronquíolos e até necrose das células que revestem as vias respiratórias inferiores. O quadro costuma acontecer nos primeiros 2 anos de vida, com pico de incidência entre os 3 e 6 meses. A infecção normalmente é acompanhada de febre e inapetência, progredindo para angústia respiratória caracterizada por tosse sibilante, dispneia e irritabilidade. A obstrução das vias aéreas distais pode gerar hipóxia e nos casos graves hipercapnia. Logo, é importante compreender a relação entre as internações e a morbimortalidade. **OBJETIVOS:** Este trabalho tem o intuito de analisar o número de internações e óbitos por Bronquiolite Aguda no período de 2018-2025 no Tocantins, evidenciando a relação da infecção com o número de internações e morbimortalidade infantil no estado do Tocantins. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo de caráter quantitativo sobre a Bronquiolite Aguda entre 2018 e 2025 no Tocantins. Os dados foram coletados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH) encontrados na base de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **RESULTADOS:** Foram constatadas 2275 internações por Bronquiolite Aguda no estado Tocantins, das quais 9 evoluíram à óbito no período analisado. Nesse contexto, a principal cidade afetada foi Araguaína com um total de 697 internações e 3 óbitos. Ademais, constatou-se que a maior incidência foi na faixa etária de crianças menores de 1 ano, representado 1471 das intenções e 5 óbitos no estado. **CONCLUSÃO:** Mediante o exposto no estudo, evidencia-se que o número de internações e óbitos foisuperior na faixa etária de crianças menores que 1 ano. Logo, faz-se necessário explorar o motivo desses números e elucidar as medidas profiláticas relevantes para a diminuição do número de casos no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Bronquiolite Aguda, Infecção, Internações.

REFERÊNCIAS:

NORRIS, Tommie L. Porth - Fisiopatologia. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. E-book. p.916. ISBN 9788527737876. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527737876/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nito.def>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE EMBOLIA PULMONAR E TROMBOSE VENOSA PROFUNDA NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 2018-2025

Euler Pereira Silva – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – eulerp8@gmail.com

Joana Maranhão Medeiros – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – joanamaranhaomedeiros@gmail.com

Eryka Oliveira de Aquino - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – erykaoliveiradeaquino@gmail.com

Larissa Procópio Cruz - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – procopioLARISSA01@gmail.com

Ronaldo Cesar Silva Gomes - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – cesar.sampaio2701@gmail.com

Mário de Souza Lima e Silva - Centro - Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – mario.silva@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A embolia pulmonar (EP) é uma doença multifatorial que exige uma observação clínica específica do médico. Ainda hoje, a principal etiologia para EP é a Trombose Venosa Profunda (TVP), na qual trombos se desprendem do seu local de formação e embolizam para veia cava, o átrio direito e o ventrículo direito e, assim, se alojam na circulação pulmonar, causando a EP aguda. Os critérios do escore Wells ajudam a estimar a probabilidade clínica de TVP e de EP. Nesse contexto, é fundamental analisar essa correlação clínica no estado do Tocantins. **OBJETIVOS:** Este trabalho tem por objetivo analisar o número de internações e óbito por EP no período de 2018-2025, constatar o número de TVP e traçar uma correlação clínica e discutir sobre prevenção da EP. **METODOLOGIA:** Este estudo utilizou uma abordagem descritiva e analítica, com base em uma revisão de literatura e análise dos dados epidemiológicos secundários sobre os casos de EP e TVP no estado do Tocantins no período de 2018 a 2025. Foram coletados dados secundários sobre a incidência, prevalência e mortalidade de casos de EP e TVP a partir de fontes oficiais de dados, como o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH). **RESULTADOS:** Foram constatadas 298 internações por EP, das quais 83 evoluíram à óbito no período analisado. Nesse contexto, a principal cidade afetada foi Palmas com um total de 189 internações e 48 óbitos. Ademais, constatou-se que os números de internações por flebite, tromboflebite e trombose venosa chegaram às 1041 internações, com 28 óbitos. Além disso, vê-se que o sexo feminino, bem como a etnia parda e idade superior aos 20 anos são fatores de risco identificados para ambos os casos. Nesse tópico, vê-se uma correlação entre as duas patologias, podendo a TVP ser uma das principais etiologias para a EP no estado, como registrado na literatura. Também, foi constatado um aumento substancial no número de casos nos anos 2019-2022, período da pandemia do COVID-19. **CONCLUSÃO:** Portanto, é necessário compreender o motivo dos número elevado de casos no estado, assim como o acometido de uma faixa etária precoce, quadro que pode ser constatado mediante análise de atenção primária e estudo por prontuário médico. Por fim, é vital entender como estão as medidas de profilaxia para as duas patologias no estado, fato que pode corroborar à diminuição do número de ocorrências.

PALAVRAS-CHAVE: Embolia pulmonar (EP), Tromboflebite, Trombose Venosa Profunda (TVP).

REFERÊNCIAS:

LOSCALZO, José; FAUCI, Anthony S.; KASPER, Dennis L.; e outros. Medicina Interna de Harrison . 21. ed. Porto Alegre: AMGH, 2024. E-book. pág.2101. ISBN 9786558040231. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558040231/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nito.def>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES INTERNADOS POR INSUFICIÊNCIA CARDÍACA ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2023 NO ESTADO DO TOCANTINS

Lara Geovana dos Santos Bezerra - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
laragbezerra@gmail.com

Maria Vitória Oliveira Moura - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
mariavitoriaoliveiramoura@gmail.com

Igor Pereira Bassani - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - igor.med27@gmail.com

Gislaine Correia dos Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
gislainecorreiamed@gmail.com

Nicolas Mota Souza Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
nicolasmotasouzasantos@gmail.com

Daiene Isabel da Silva Lopes - Universidade Federal do Norte do Tocantins - daieneisabel@gmail.com

INTRODUÇÃO: A insuficiência cardíaca (IC) configura-se como uma síndrome clínica complexa e com etiologia multifatorial, sua prevalência aumenta em faixas etárias avançadas, associada a fatores como envelhecimento e doenças crônicas. **OBJETIVOS:** Este estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico dos pacientes internados por IC no estado do Tocantins, no período de 2018 a 2023. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa transversal, retrospectiva, de abordagem quantitativa, na base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponível no banco de dados do DATASUS. As variáveis aplicadas e analisadas no mapeamento epidemiológico foram “Internação por insuficiência cardíaca”, “Janeiro de 2018 a Dezembro de 2023”, “Sexo”, “Idade”, “Etnia” e “Óbitos”. A pesquisa bibliográfica foi coletada nas bases de dados PubMed e SciELO. **RESULTADOS:** Os resultados indicaram um total de 6.063 internações por IC, com 669 óbitos registrados, correspondendo a uma taxa de mortalidade de 11,03%. Observa-se que a maioria dos casos ocorre em pessoas idosas, com 85,60% dos casos em homens e 87,35% em mulheres concentrados em indivíduos com 50 anos ou mais. A faixa etária de 70-79 anos, em particular, registra 27,81% dos casos em homens e 27,87% em mulheres, com uma tendência de aumento nas idades mais avançadas. Em relação ao sexo, os homens mostram uma maior prevalência na faixa etária de 70-79 anos, possivelmente devido a fatores de risco como tabagismo e sedentarismo, mais comuns entre eles. As mulheres, que contam com proteção cardiovascular antes da menopausa, apresentam maior prevalência da doença em idades mais avançadas. A análise racial mostra disparidades significativas, com 91,68% dos casos concentrados na população parda, seguidos por 3,20% em brancos e 4,69% entre pretos e amarelos. Essa concentração pode refletir desigualdades no acesso aos serviços de saúde e sugere que fatores socioeconômicos, como condições de vida e educação, têm um impacto importante na saúde cardiovascular. A análise temporal demonstrou flutuações no número de internações, com aumento expressivo em 2022 e 2023 e uma queda em 2021, possivelmente relacionada ao impacto da pandemia de COVID-19 sobre o acesso aos serviços de saúde. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a IC permanece como um grave problema de saúde pública, evidenciado pelo aumento de internações e elevada mortalidade, especialmente entre idosos, homens e populações pardas. Destaca-se, portanto, a necessidade de implementação de políticas públicas que priorizem estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e manejo precoce e adequado da doença, com ênfase na equidade no acesso aos cuidados de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Insuficiência Cardíaca, Doenças Cardiovasculares, Perfil Epidemiológico, Saúde Pública.

REFERÊNCIAS:

FREITAS, A. K. E.; CIRINO, R. H. D. Manejo ambulatorial da insuficiência cardíaca crônica. Revista Médica da UFPR, v. 4, n. 3, p. 123-136, 2017.

MESQUITA, E. T. et al. Entendendo a hospitalização em pacientes com insuficiência cardíaca. International Journal of Cardiovascular Sciences, v. 30, p. 81-90, 2017.

ROHDE, L. E. P.; MONTERA, M. W.; BOCCHI, E. A.; CLAUSELL, N. A. G.; ALBUQUERQUE, D. C.; RASSI, S. Diretriz brasileira de insuficiência cardíaca crônica e aguda. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 111, n. 3, p. 436-539, 2018.

PREVALÊNCIA DO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DESSES ESTUDANTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Jaqueline Nogueira Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - jaqueline.andrade@ufnt.edu.br

Emilly de Sousa Ferreira Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - emilly.silva@ufnt.edu.br

Guilherme Soares de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - guilherme.soares@ufnt.edu.br

Maria Vitória Santos Marinho - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.smarinho@ufnt.edu.br

Raphael Mariano Gomes Calzada - Universidade Federal do Norte do Tocantins - raphael.calzada@ufnt.edu.br

Silvia Minharro Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - silvia.barbosa@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Os cigarros eletrônicos são dispositivos que aquecem líquidos para gerar um aerossol inalável com nicotina. Amplamente usados por universitários, estão associados a fatores de risco como consumo de psicoativos e comportamentos autodestrutivos. Embora promovidos como alternativa ao cigarro e ferramenta para cessação do tabagismo, estão relacionados com sintomas de depressão e ideação suicida, pelos efeitos da nicotina nos neurotransmissores cerebrais. Na medicina, o uso de vapes levanta questões sobre a influência do ambiente acadêmico e a contradição entre conhecimento técnico e atitude individual. **OBJETIVOS:** Investigar a prevalência do uso de cigarros eletrônicos entre estudantes de medicina e os impactos deste comportamento na saúde mental desses indivíduos. **METODOLOGIA:** Este estudo é uma revisão integrativa da literatura científica a partir da análise dos artigos publicados entre 2014 e 2024 nas bases MEDLINE, SciELO, Scopus, Embase e Web of Science, complementadas pelo Google Scholar. Com base na estratégia PICO, os descritores “Students”, “Medical”, “Vaping”, “Prevalence” e “Mental health” foram combinados com operadores booleanos OR e AND. Foram incluídos estudos observacionais sobre prevalência e impactos dessa prática na saúde mental de estudantes de medicina. Foram excluídos estudos com outras metodologias e desfechos, publicados em idiomas não compreensíveis ou com textos completos não gratuitos. **RESULTADOS:** Foram identificados 652 artigos, dos quais 10 atenderam aos critérios de elegibilidade. A revisão evidenciou alta prevalência do uso de cigarros eletrônicos entre estudantes de medicina, com variação significativa entre países. Esse comportamento está associado ao estresse acadêmico e social, e à ampla disponibilidade e aceitação dos dispositivos, apesar de sua relação com impactos negativos na saúde mental, incluindo ansiedade e depressão. A dependência de nicotina pode exacerbar esses sintomas, dificultando a cessação do uso e gerando um ciclo de estresse adicional. Além disso, há indícios de que o consumo prolongado esteja relacionado a comprometimentos respiratórios e cognitivos. Apesar dos riscos, uma parcela expressiva dos estudantes subestima os efeitos adversos dos cigarros eletrônicos. No Brasil, o uso entre acadêmicos de medicina permanece elevado, mesmo diante da proibição da comercialização, destacando a necessidade de estratégias eficazes de conscientização sobre os riscos associados. **CONCLUSÃO:** O uso de cigarros eletrônicos entre estudantes de medicina impacta diretamente a saúde mental, contribuindo para ansiedade e depressão. A percepção equivocada sobre os riscos e a falta de educação formal sobre os efeitos reforçam a necessidade de políticas públicas e intervenções educativas para orientação e prevenção do uso.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes de Medicina, Vaping, Saúde Mental.

REFERÊNCIAS:

ALSHANBERI, Asim Muhammed et al. The prevalence of E-cigarette uses among medical students at Umm Al-Qura University; a cross-sectional study 2020. Journal of family medicine and primary care, v. 10, n. 9, p. 3429-3435, 2021.

DEGANI-COSTA, Luiza Helena et al. Vaping and hookah use among medical trainees: a multinational research study. American Journal of Preventive Medicine, v. 65, n. 5, pp. 940-949, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2023.05.009>.

DOS ANJOS, Elisa Costa Versiani; DA SILVA, Daniela Diniz Martins; GAMA, Henrique Valladão Pires. O uso de cigarros eletrônicos e o conhecimento dos riscos entre os acadêmicos de medicina. Revista Interdisciplinar Ciências Médicas, v. 7, n. 2, p. 4-12, 2023.

FRANKS, Amy M. et al. Electronic cigarette use, knowledge, and perceptions among health professional students. Currents in Pharmacy Teaching and Learning, v. 9, n. 6, pp. 1003-1009, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cptl.2017.07.023>.

HEFNER, K. R. et al. E-cigarettes, alcohol use, and mental health: use and perceptions of e-cigarettes among college students, by alcohol use and mental health status. Addictive Behaviors, v. 91, pp. 12-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/J.ADDBEH.2018.10.040>.

RELAÇÃO ENTRE O USO DE MEDICAMENTOS E DISFUNÇÕES TIREOIDIANAS EM PACIENTES NO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS (HDT-UFT): ANÁLISE DE ESTUDO OBSERVACIONAL TRANSVERSAL

Andreina Martins Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - andreinamedatm@gmail.com

Herica Martins de Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - hericaarau@gmail.com

Guilherme Soares de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - guilherme.soares@ufnt.edu.br

Ivan Cavalcanti Lino - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ivanlino93@gmail.com

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Tireoidopatias são distúrbios endócrinos comuns no Brasil. Estudos indicam que o uso de psicotrópicos, como antipsicóticos e antidepressivos, está associado ao aumento da prevalência de disfunções tireoidianas. Além disso, terapias antirretrovirais (TARV), especialmente em pacientes vivendo com HIV, também podem elevar esse risco. Essas medicações exigem monitoramento clínico para detecção precoce de possíveis alterações hormonais. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil do uso de medicamentos em pacientes atendidos no Hospital de Doenças Tropicais (HDT), identificando os fármacos mais utilizados e seus impactos nas disfunções tireoidianas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, desenvolvida no âmbito do PIBIC, com entrevistas estruturadas realizadas no HDT. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética (CAAE 80416824.1.0000.8102) da mesma instituição. Foram investigados diagnóstico prévio de tireoidopatias, história familiar, sintomas, uso de medicações e padrões de sono. Os dados foram analisados qualitativamente, buscando associações entre fatores de risco, sobretudo medicações em uso e disfunções tireoidianas. **RESULTADOS:** A pesquisa envolveu 50 pacientes, dos quais 44% relataram diagnóstico prévio ou histórico familiar de tireoidopatias. Verificou-se que 28% faziam uso de TARV. No grupo dos psicotrópicos, 15% usavam antidepressivos tricíclicos (ex.: amitriptilina) e 7% usavam antipsicóticos (ex.: quetiapina), enquanto 4% combinavam esses medicamentos. Pacientes em uso de psicotrópicos frequentemente relataram cansaço excessivo, ganho de peso e alterações no sono, sintomas associados a disfunções tireoidianas. Quanto aqueles em uso de TARV, também apresentaram alterações hormonais, sugerindo possível correlação com distúrbios tireoidianos. A análise qualitativa indicou que o uso combinado dessas medicações pode intensificar esses sintomas, embora uma relação causal exija mais investigação. **CONCLUSÃO:** O estudo sugere uma possível associação entre o uso de psicotrópicos e TARV com o aumento de sintomas relacionados a disfunções tireoidianas em pacientes do HDT. Pacientes que usavam essas classes medicamentosas relataram efeitos adversos semelhantes ao quadro clínico dos distúrbios tireoidianos. Embora os achados sejam consistentes com a literatura, são necessários mais estudos, incluindo exames laboratoriais, para confirmar a relação causal. O monitoramento clínico adequado é essencial para a detecção precoce dessas disfunções.

PALAVRAS-CHAVE: Psicotrópicos, Terapia antirretroviral, Disfunção tireoidiana.

REFERÊNCIAS:

Benseñor, et al., 2021. Incidence of thyroid diseases: Results from the Brazilian Longitudinal Study of Adult Health (ELSA-Brasil). Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica Hospital Universitário. São Paulo. <https://doi.org/10.20945/2359-3997000000348>

Muñoz-Ortiz, J., Sierra-Cote, M. C. Zapata-Bravo, E., et al. (2020). Prevalence of hyperthyroidism, hypothyroidism, and euthyroidism in thyroid eye disease: a systematic review of the literature. Systematic Reviews, 9, 201. <https://doi.org/10.1186/s13643-020-01459-7>

SEBASTIAN, S. A.; SUMITHRA, S.; KURIAN, J.; MATHEW, V.; IDICULLA, J. M. Thyroid dysfunction in patients on antiretroviral therapy: a South Indian perspective. National Medical Journal of India, Nova Délhi, v. 31, n. 3, p. 136-139, maio/jun. 2018. DOI: 10.4103/0970-258X.255753. PMID: 31044758.

Marie-Christine, VANTYGHEM. Iatrogenic endocrine complications of lithium therapy. Annales d'Endocrinologie (Paris), Paris, v. 84, n. 3, p. 391-397, May 2023. DOI: 10.1016/j.ando.2023.03.004. Published online: Mar. 22, 2023. PMID: 36963758.

SANDE, C. M.; TONDI RESTA, I.; LIVOLSI, V. A. The thyroid pathologist meets therapeutic pharmacology. Endocrine Pathology, v. 34, n. 1, p. 48-56, mar. 2023. DOI: 10.1007/s12022-023-09749-1. Published online: 1 fev. 2023. PMID: 36723855; PMCID: PMC9890439.

SÍNDROME DO LINFÓCITO NU: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE OS ASPECTOS DIAGNÓSTICOS, DESAFIOS NA PESQUISA E MANEJO CLÍNICO

Julia Damaceno Oliveira da Cruz – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - julia.cruz@ufnt.edu.br

Arthur Mesquita Avelino - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - arthur.avelino@ufnt.edu.br

Fabiula Yasmin Rodrigues - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - fabiula.rodrigues@ufnt.edu.br

Indra Muriely Paula de Jesus - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - indra.jesus@ufnt.edu.br

João Marcos Costa da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - joao.costa@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A síndrome dos linfócitos nus, ou deficiência do complexo principal de histocompatibilidade classe II (MHC-II), é uma condição hereditária rara, autossômica recessiva do sistema imunológico, que pode levar a desfechos fatais. É causada por mutações nos genes que impossibilitam a expressão do HLA-DR, sendo uma característica com alto potencial de risco à vida, uma vez que os pacientes expõem um prognóstico ruim, a menos que passem pelo processo de tratamento baseado no transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTH), intensificando os desafios para o tratamento e controle clínico. **OBJETIVOS:** Apresentar as formas, os desafios no diagnóstico e o manejo da síndrome dos linfócitos nus, bem como as suas implicações na sobrevida do paciente acometido. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo com pesquisa bibliográfica na base de dados PUBMED, a partir da utilização de descritores “Bare Lymphocyte Syndrome” e “Class II deficiency”, correlacionados pelo operador booleano “AND”. De início, foram encontradas 174 produções científicas, sendo apenas 18 dos últimos cinco anos. Destas, utilizando critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas doze produções para a elaboração da revisão. **RESULTADOS:** Os estudos indicam alta taxa de letalidade associada à Síndrome dos linfócitos nus. Mediante os dados estatísticos identificados, dos 28,6% sobreviventes, uma parcela de 80% realizou o transplante de células-tronco hematopoiéticas, única medida terapêutica com maior potencial de resultados benéficos identificada na atualidade, o que reitera a imprescindibilidade do diagnóstico e intervenção terapêutica precoce. Ademais, outro fator determinante para a eficácia do tratamento é a compatibilidade do paciente com o transplante de células troncos. Contudo, apesar dos resultados positivos, tal perspectiva de diagnóstico e tratamento ainda apresenta entraves, uma vez que a alta variedade de genes que determinam a condição, ocasiona uma discrepância no prognóstico dos pacientes acometidos em razão da maior facilidade de identificação de determinados genes, proporcionando o tratamento prematuro. Tal concepção pode ser exemplificada na detecção tardia do gene RFXANK em comparação com o gene RFX5. **CONCLUSÃO:** Nota-se que a deficiência do complexo principal de histocompatibilidade de classe II, por se tratar de uma condição rara e de alta taxa de letalidade, ainda enfrenta adversidades na realização de pesquisas, e carece do desenvolvimento de mais investigações que facilitem o diagnóstico e possibilitem uma melhor sobrevida aos diagnosticados.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome, Genes MHC da Classe II, Transplante

REFERÊNCIAS:

ALROQI, F. J. et al. “Novel Presentation of Major Histocompatibility Complex Class II Deficiency with Hemophagocytic Lymphohistiocytosis.” *Journal of clinical immunology*, vol. 44, n. 3, Mar. 2024, DOI:10.1007/s10875-024-01674-0.

CASTANO-JARAMILLO, L. M. et al. Meta-analysis of hematopoietic stem cell transplantation in major histocompatibility complex class II deficiency. *Pediatr Transplant*, v. 24, n. 6, p. e13774, Sep. 2020. DOI: 10.1111/petr.13774. Epub 2020 Jul 17. PMID: 32678504.

GULEC KOKSAL, Z. et al. MHC Class II Deficiency: Clinical, Immunological, and Genetic Insights in a Large Multicenter Cohort. *The Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice*, v. 12, n. 9, p. 2490-2502.e6, Jul. 2024. DOI: 10.1016/j.jaip.2024.06.046.

MOUSAVI KHORSHIDI, M. S. et al. Clinical, Immunological, and Genetic Findings in Iranian Patients with MHC-II Deficiency: Confirmation of c.162delG RFXANK Founder Mutation in the Iranian Population. *Journal of clinical immunology*, v. 43, n. 8, p. 1941–1952, Nov. 2023. DOI: 10.1007/s10875-023-01562-z.

ÜNSAL, H. et al. A large single-center cohort of bare lymphocyte syndrome: Immunological and genetic features in Turkey. *Scandinavian journal of immunology*, v. 99, n. 1, Out. 2023. DOI: 10.1111/sji.13335

SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS: PRINCIPAIS INTERVENÇÕES FARMACOLÓGICAS ATUAIS NOS DISTÚRBIOS METABÓLICOS E NO HIPERANDROGENISMO

Mylena Costa Rosenburg Alvares - UFNT – mylena.alvares@ufnt.edu.br

Gustavo Costa Freitas - UFNT- gustavo.freitas@ufnt.edu.br

Larissa Freitas de Godoi – UFNT - larissa.godoi@ufnt.edu.br

Lucas Oliveira Nepomuceno de Alcântara - UFNT - nepomucenolucas@hotmail.com

Claudia Denise Mendanha Mangueira - UFNT- claudia.mangueira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A síndrome dos ovários policísticos (SOP) é uma enfermidade de conhecimento ainda incompleto, com incidência entre 4% e 20%, afetando mulheres ao longo da vida reprodutiva. Ela é caracterizada por disfunção ovariana do tipo anovulação crônica e ovários com características policísticas, sendo frequentemente associada à obesidade, resistência à insulina (RI), infertilidade, diabetes mellitus tipo 2 e câncer de endométrio. Devido à sua heterogeneidade de manifestações, o tratamento da SOP é desafiador, sendo as principais medicações anticoncepcionais hormonais, sensibilizadores de insulina e fármacos de ação antiandrogênica. **OBJETIVOS:** O objetivo desta revisão foi definir, com embasamento na significância estatística das metanálises, quais intervenções utilizadas atualmente possuem dados confiáveis e podem ser bem-sucedidas nos distúrbios androgênicos e metabólicos da SOP. **METODOLOGIA:** O presente trabalho se enquadra como uma “Overview of Reviews”, ou revisão das revisões, cujos artigos escolhidos são apenas Revisões Sistemáticas que abordem terapêuticas farmacológicas ou suplementares atuais (dentro do último ano) na SOP. Realizou-se uma busca nas bases de dados “Pubmed”, “Google Scholar” e “Embase” utilizando os descritores “polycystic ovary syndrome” e “pharmacological treatments”, com o operador booleano “AND”, sendo encontradas 19 revisões sistematizadas. Dessas, foram excluídas revisões que abordavam terapias não farmacológicas, estudos em animais e que abordavam terapêuticas com intuito reprodutivo e de fertilização in vitro, totalizando 10 trabalhos. **RESULTADOS:** As intervenções que obtiveram resultado positivo com alta significância estatística foram a N-acetilcisteína (2 estudos), a metformina (3 estudos), a terapia combinada com agonistas GLP-1 (1 estudo), o Orlistat (1 estudo) e a suplementação de inositol (1 estudo). A suplementação de vitamina D também foi estudada, mas a maioria dos estudos não demonstrou melhorias estatísticas relevantes, embora tenha reduzido a testosterona total e aumentado a capacidade antioxidante. O uso de melatonina foi citado, mas seu potencial efeito antioxidante ainda não foi esclarecido. **CONCLUSÃO:** A metformina continua a principal abordagem terapêutica para mulheres com SOP, com eficácia metabólica estabelecida e possível impacto na redução de eventos cardiovasculares. Entretanto, seus efeitos adversos podem comprometer a adesão ao tratamento, sendo necessário explorar alternativas. A N-acetilcisteína e o Inositol destacam-se como opções promissoras, especialmente para intolerantes à metformina que necessitam de controle metabólico e antropométrico. Ademais, a associação com agonistas de GLP-1 foi superior na melhoria dos desfechos hormonais e metabólicos, enquanto o Orlistat foi eficaz na reduzindo níveis de andrógenos. O papel da vitamina D e da melatonina na SOP ainda não está totalmente esclarecido, reforçando a necessidade de mais estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome dos ovários policísticos, Hiperandrogenismo, Terapias não farmacológicas

REFERÊNCIAS:

BO, Yali et al. Comparative efficacy of pharmacological interventions on metabolic and hormonal outcomes in polycystic ovary syndrome: a Network Meta-Analysis of Randomized controlled trials. BMC Women's Health, v. 25, n. 1, p. 64, 2025.

FERNANDES, Cesar Eduardo; SÁ, Marcos Felipe Silva de (editores). Tratado de ginecologia Febrasgo. Coordenação: Agnaldo Lopes da Silva Filho et al. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

FITZ, Victoria et al. Inositol for Polycystic Ovary Syndrome: a systematic review and metaanalysis to inform the 2023 update of the International Evidence-Based PCOS Guidelines. The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, v. 109, n. 6, p. 1630-1655, 2024.

LIU, Hongcen et al. Correlation between anti-müllerian hormone in polycystic ovarian syndrome with metformin: a systematic review and meta-analysis. *Gynecological Endocrinology*, v. 40, n. 1, p. 2330655, 2024.

YIFU, Pu. A review of antioxidant N-acetylcysteine in addressing polycystic ovary syndrome. *Gynecological Endocrinology*, v. 40, n. 1, p. 2381498, 2024.

TERAPIA COM FAGOS NO COMBATE À PSEUDOMONAS AERUGINOSA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Mylena Costa Rosenberg Alvares - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mylena.alvares@ufnt.edu.br
Andreina Martins Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - andreinamedatm@gmail.com
Guilherme Soares de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - guilherme.soares@ufnt.edu.br
Laiane Angélica Costa Souza - Universidade Federal do Norte do Tocantins - laiane.souza@ufnt.edu.br
Thulyo Monteiro Moraes - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thulyo.moraes@ufnt.edu.br
Silvia Minharro Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - silvia.barbosa@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Bacteriófagos são vírus que atacam e destroem bactérias de forma seletiva, sendo estudados como uma alternativa promissora para tratar infecções, especialmente aquelas causadas por patógenos resistentes. A resistência antimicrobiana, particularmente em *Pseudomonas aeruginosa*, um patógeno multirresistente, é um grande desafio para a saúde pública. A terapia com bacteriófagos oferece uma abordagem inovadora, capaz de superar as limitações dos antibióticos tradicionais, reduzindo a resistência bacteriana e proporcionando um tratamento mais específico. **OBJETIVOS:** Analisar o potencial da fagoterapia no tratamento de infecções por *P. aeruginosa*, revisando estudos clínicos e laboratoriais, identificando benefícios e desafios. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, com pesquisa bibliográfica, nas bases de dados PUBMED/MEDLINE, utilizando os descritores "Bacteriophages", "Pseudomonas aeruginosa", "Phage therapy" e "Antimicrobial resistance", articulados pelos operadores booleanos "AND" e "OR". Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados quatorze artigos, os quais foram analisados a partir dos critérios de inclusão: artigos relacionados ao tema, estudos com ensaios clínicos, internacionais e em humanos. Como critérios de exclusão foram utilizados artigos incompletos, pagos e/ou duplicados. **RESULTADOS:** Estudos indicaram a eficácia do tratamento com bacteriófagos de *P. aeruginosa* na forma de coquetéis de fagos, monofagos e em alguns casos combinados com concentrações sub-inibitórias de antibióticos, observando-se redução significativa da carga bacteriana, além da menor ocorrência de efeitos adversos quando comparado à terapêutica padrão com antibióticos. Assim, fagoterapia se demonstrou efetiva em infecções por *P. aeruginosa* associadas a enfermidades como a fibrose cística e queimaduras infectadas, destacando-se no combate a cepas multirresistentes, além de aumentar a sensibilidade da bactéria a determinados antibióticos, como os carbapenêmicos. No entanto, desafios incluem a variabilidade na resposta dos pacientes e a necessidade de um ajuste preciso na escolha do bacteriófago. **CONCLUSÃO:** A fagoterapia é uma alternativa promissora no tratamento de infecções por *Pseudomonas aeruginosa*, especialmente em infecções multirresistentes. Contudo, algumas questões ainda permanecem sem resposta, como a melhor via de administração, formulação de fagos, uso concomitante de antibióticos, além da duração do período de tratamento e da personalização da terapia. Devido a esses pontos, é essencial a realização de mais estudos clínicos para garantir eficácia a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Fagoterapia, *Pseudomonas aeruginosa*, Bacteriófagos, Terapia por fagos

REFERÊNCIAS:

ALIPOUR-KHEZRI, Elaheh; SKURNIK, Mikael; ZARRINI, Gholamreza. *Pseudomonas aeruginosa* bacteriophages and their clinical applications. *Viruses*, v. 16, n. 7, p. 1051, 2024.

COCORULLO, Mario; STELITANO, Giovanni; CHIARELLI, Laurent Robert. Phage Therapy: An Alternative Approach to Combating Multidrug-Resistant Bacterial Infections in Cystic Fibrosis. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 25, n. 15, p. 8321, 2024.

KOVACS, Christopher J. et al. Combinations of bacteriophage are efficacious against multidrug-resistant *Pseudomonas aeruginosa* and enhance sensitivity to carbapenem antibiotics. *Viruses*, v. 16, n. 7, p. 1000, 2024.

SUI, Bingrui et al. Synergistic action of mucoactive drugs and phages against *Pseudomonas aeruginosa* and *Klebsiella pneumoniae*. *Microbiology Spectrum*, p. e01601-24, 2025.

TENEY, Cécile et al. Phage therapy in a burn patient colonized with extensively drug-resistant *Pseudomonas aeruginosa* responsible for relapsing ventilator-associated pneumonia and bacteriemia. *Viruses*, v. 16, n. 7, p. 1080, 2024.

TRANSTORNOS DO HUMOR EM INDIVÍDUOS COM HIV: UMA RELAÇÃO ENTRE O SEXO E ADESÃO AO TRATAMENTO NO CURSO DAS DOENÇAS PSIQUIÁTRICAS.

Sarah Garcia Bento Fonseca - Universidade Federal do Norte do Tocantins - sarah.garcia@ufnt.edu.br

Stefani Moraes Vieira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - stefani.vieira@ufnt.edu.br

Vinicius Gomes Ribeiro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - vinicius.ribeiro@ufnt.edu.br

Ryan Gualberto Rodrigues - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ryan.rodrigues@ufnt.edu.br

Clarissa Amorim Silva de Cordova - Universidade Federal do Norte do Tocantins - clarissa.cordova@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Sendo primariamente reconhecida em meados de 1981, nos EUA, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), hoje, é entendida como uma epidemia mundial de grande importância em saúde pública, principalmente acerca dos países em desenvolvimento, onde ainda há precariedade diagnóstica e terapêutica. Os transtornos do humor são uma parte importante dentro dos diagnósticos psiquiátricos relacionados ao HIV e apresentam diferenças em relação ao desenvolvimento e curso dependendo de fatores como sexo, religião, escolaridade e demais variáveis. **OBJETIVOS:** A presente pesquisa teve como objetivo estabelecer uma relação entre o desenvolvimento dos transtornos do humor em indivíduos com HIV, sexo biológico e a adesão ao tratamento antiretroviral. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo com dados primários, observacional do tipo descritivo realizado por meio da coleta de dados em prontuários entre os anos de 2018 e 2022 do Hospital de Doenças Tropicais. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do HDT-UFT para sua realização (CAAE: 69656323.0.0000.8102). **RESULTADOS:** Quanto à ocorrência de transtornos do humor após o diagnóstico do HIV, 5,3% (7) dos 132 pacientes do sexo feminino e 5,9% (17) dos pacientes do sexo masculino desenvolveram depressão, o que equivale a uma proporção de 52,6% para os homens e 47,4% para as mulheres. A relação entre a ocorrência de depressão e o tratamento revelou que, dos 24 pacientes diagnosticados com depressão, 7,3% (18 de 248) seguiam o tratamento de forma adequada, enquanto 2,5% (2 de 79) estavam em abandono. Entre aqueles que realizavam o tratamento de maneira inadequada, 6,5% (4 de 62) foram diagnosticados com depressão. Após a equiparação dos dados, verificou-se que 44,7% dos pacientes diagnosticados com depressão aderiram corretamente ao tratamento, 15,6% estavam em abandono e 39,7% o realizavam de forma inadequada. **CONCLUSÃO:** Os resultados deste estudo indicam que a ocorrência de transtornos do humor, especificamente a depressão, em indivíduos vivendo com HIV é relativamente semelhante entre os sexos, com uma leve predominância no sexo masculino. Além disso, foi observado que a adesão ao tratamento pode influenciar a prevalência da depressão, visto que uma parcela significativa dos pacientes com diagnóstico depressivo não seguia o tratamento de forma adequada. Esses achados ressaltam a importância do acompanhamento psicológico e da adesão ao tratamento como estratégias fundamentais na abordagem integral dos pacientes vivendo com HIV, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a saúde mental dentro desse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: HIV, Transtornos do Humor, Depressão, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

ARRUDA, A. C. DA S.; COUTINHO, D. J. G. Risco para depressão entre pacientes convivendo com HIV-AIDS. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 4, p. e6908–e6908, 27 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Aids: o que é, causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção HIV — **Ministério da Saúde**. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. O vírus da Aids, 20 anos depois. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS DE CONDIÇÕES CRÔNICAS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DCCI). **Boletim Epidemiológico de HIV e Aids**. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2023.

BRITO, F. P. G. et al. Perfil de infecções oportunistas em pacientes com HIV/AIDS em serviço de atendimento especializado do Município de Aracaju, SE, Brasil. [Brazilian Journal of Health Review](#), v. 4, n. 3, p. 10509–10525, 14 maio 2021.

UMA ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA DO CRESCIMENTO E TENDÊNCIAS NA PESQUISA SOBRE VACINAS DE mRNA

João Marcos Costa da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - joao.costa@ufnt.edu.br

Arthur Mesquita Avelino - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - arthur.avelino@ufnt.edu.br

Fabiula Yasmin Rodrigues - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

fabiula.rodrigues@ufnt.edu.br

Indra Muriely Paula de Jesus - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

indra.jesus@ufnt.edu.br

Julia Damaceno Oliveira da Cruz – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

julia.cruz@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) –

taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: As vacinas de RNA mensageiro (mRNA) revolucionaram a imunização, destacando-se na pandemia de COVID-19 e em pesquisas contra outras doenças. A análise cienciométrica permite compreender o crescimento da produção científica sobre esse tema, identificando tendências, principais autores e desafios investigativos. Este estudo examina a evolução das publicações sobre vacinas de mRNA nos últimos anos, seus principais temas e colaborações acadêmicas. **OBJETIVOS:** Avaliar a evolução da produção científica sobre vacinas de mRNA, identificando o volume de publicações, principais periódicos, autores mais produtivos, colaborações internacionais e temas de destaque. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma análise cienciométrica utilizando a base de dados PubMed. Os descritores “mRNA vaccines” e “Vaccine Efficacy” foram correlacionados pelo operador booleano “AND”. Foram recuperados 2.311 artigos publicados entre 2015 e 2025. Aplicando critérios de inclusão (estudos originais, revisões e meta-análises) e exclusão (artigos duplicados e acesso ao texto completo), restaram 1.965 estudos. As análises foram realizadas com o software VOSviewer para redes de coautoria e Minitab para identificação de tendências. **RESULTADOS:** Observou-se um aumento expressivo das publicações entre 2021 e 2025, com um crescimento de 1777%, refletindo o impacto da pandemia. O periódico com maior volume de publicações foi o Vaccines (Basel), seguido por Frontiers in Immunology. Os autores mais produtivos incluíram Lustig Y. e Weissman D., pioneiros na pesquisa de vacinas de mRNA. A análise de colaboração indicou forte integração entre instituições dos EUA, Reino Unido, Suíça, Holanda e Alemanha. Os principais temas abordados foram COVID-19, Vacinas Anticâncer e virais, Anticorpos Antivirais etc. **CONCLUSÃO:** A produção científica sobre vacinas de mRNA cresceu exponencialmente nos últimos anos, especialmente devido à pandemia de COVID-19. A pesquisa se concentra em eficiência imunológica e soluções para desafios estruturais do mRNA. O avanço dessa tecnologia depende da resolução de entraves como estabilidade, distribuição e aplicações terapêuticas ampliadas. Estudos futuros devem explorar novos métodos de entrega e aprimoramento da imunogenicidade.

PALAVRAS-CHAVE: RNA Mensageiro, COVID-19, Vacinas.

REFERÊNCIAS:

ALJABALI, Alaa A A et al. “Current state of, prospects for, and obstacles to mRNA vaccine development.” Drug discovery today vol. 28,2 (2023): 103458.

DE VOSS, Christopher J et al. “Novel mRNA vaccines induce potent immunogenicity and afford protection against tuberculosis.” Frontiers in immunology vol. 16 1540359. 13 Feb. 2025.

DUAN, Li-Juan et al. “Potentialities and Challenges of mRNA Vaccine in Cancer Immunotherapy.” **Frontiers in immunology** vol. 13 923647. 26 May. 2022.

CHAVDA, Vivek P et al. “mRNA-Based Vaccine for COVID-19: They Are New but Not Unknown!.” **Vaccines** vol. 11,3 507. 22 Feb. 2023.

WANG, Bolin et al. “Recent advances in mRNA cancer vaccines: meeting challenges and embracing opportunities.” **Frontiers in immunology** vol. 14 1246682.

USO DE PROBIÓTICOS PARA O TRATAMENTO DE VULVOVAGINITES E VAGINOSES: UMA REVISÃO GUARDA-CHUVA

Ashley Fernanda de Sousa e Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

ashley.sousa@ufnt.edu.br

Guilherme Soares de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - guilherme.soares@ufnt.edu.br

Jaqueline Nogueira Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - jaqueline.andrade@ufnt.edu.br

Mylena Costa Rosenberg Alvares - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

mylena.alvares@ufnt.edu.br

Silvia Minharro Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - silvia.barbosa@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Vulvovaginites e vaginoses são infecções do trato reprodutivo feminino de grande relevância pela elevada frequência e recidivas, sintomatologia desconfortável e por facilitarem a aquisição de patógenos de transmissão sexual. Recentemente, muitos estudos experimentais têm sido desenvolvidos para avaliar o efeito dos probióticos como terapia adjuvante no tratamento dessas doenças para o restabelecimento do pH e do microbioma vaginal. **OBJETIVOS:** Sintetizar as evidências clínicas sobre o uso de probióticos no tratamento de vulvovaginites e vaginoses disponíveis na literatura científica dos últimos cinco anos. **METODOLOGIA:** Este estudo trata-se de uma revisão guarda-chuva das revisões sistemáticas e metanálises publicadas sobre o tema, conforme as diretrizes da Cochrane, através da busca por estudos publicados nas seguintes bases de dados: Pubmed, Cochrane e Scopus. A estratégia de pesquisa incluiu descritores descrevendo a condição clínica “Vulvovaginitis” e “Vaginoses” e a intervenção investigada “Probiotics” “Treatment” combinados pelos booleanos OR e AND. Foram incluídas revisões de ensaios clínicos randomizados publicadas entre 2020 e 2025, que avaliaram a qualidade metodológica e o risco de viés dos estudos primários e cujo texto completo está disponível gratuitamente. **RESULTADOS:** Foram encontrados 23 artigos e, desses, apenas 6 foram selecionados após aplicação dos critérios de elegibilidade. A seleção foi realizada de forma independente e pareada pelos autores. Os estudos utilizaram diferentes metodologias para avaliação do risco de viés e qualidade metodológica, sendo a mais prevalente o Risk of Bias 2 (RoB 2), também observa-se a utilização de Critical Appraisal Checklist do Joanna Briggs Institute (JBI), Oxford Center for Evidence-Based Medicine (OCEBM) e GRADE. Os achados indicam que os probióticos, isolados ou combinados com antibióticos, reduziram a recorrência da vaginose bacteriana e favoreceram a restauração da microbiota vaginal, especialmente quando administrados por via vaginal. A combinação com antibióticos mostrou maior eficácia, sugerindo um efeito sinérgico. Na candidíase vulvovaginal, os probióticos inibiram patógenos, mas não superaram os antifúngicos na erradicação da infecção. Apesar disso, seu uso adjuvante melhorou os desfechos clínicos. A segurança dos probióticos foi satisfatória, mas seu uso em populações específicas requer mais investigação. **CONCLUSÃO:** Os probióticos, isolados ou em associação com antibióticos, auxiliam na redução da recorrência da vaginose bacteriana e na restauração da microbiota vaginal. Assim, surgem como uma alternativa promissora no tratamento adjuvante das infecções ginecológicas. No entanto, ainda há incertezas quanto à cepa mais eficaz, dose ideal e melhor via de administração, reforçando a necessidade de novos estudos clínicos.

PALAVRAS-CHAVE: Vulvovaginites, Probióticos, Microbiota Vaginal.

REFERÊNCIAS:

CHEN, Rongdan et al. Probiotics are a good choice for the treatment of bacterial vaginosis: a meta-analysis of randomized controlled trial. **Reproductive health**, v. 19, n. 1, p. 137, 2022.

LINHARES, Iara Moreno et al. Vaginites e vaginoses. **Femina**, p. 235-240, 2019.

MA, Siyu et al. Antibiotics therapy combined with probiotics administered intravaginally for the treatment of bacterial vaginosis: A systematic review and meta-analysis. *Open Medicine*, v. 18, n. 1, p. 20230644, 2023.

NURAINIWATI, Sri Adila et al. Effectivity and efficacy probiotics for Bacterial Vaginosis treatments: Meta-analysis. *Infectious Disease Modelling*, v. 7, n. 4, p. 597-604, 2022.

POLLOCK, Michelle et al. Chapter V: overviews of reviews. *Cochrane handbook for systematic reviews of interventions* version, v. 6, 2020.

UTILIZAÇÃO TERAPÊUTICA DA CANNABIS E SEUS DERIVADOS NO TRATAMENTO DA EPILEPSIA: UMA OVERVIEW OF REVIEWS

Mylena Costa Rosenberg Alvares – UFNT – mylena.alvares@ufnt.edu.br

Guilherme Soares de Sousa - UFNT- guilherme.soares@ufnt.edu.br

Ashley Fernanda de Sousa e Sousa – UFNT – ashley.sousa@ufnt.edu.br

Laiane Angélica Costa Souza – UFNT - laiane.souza@ufnt.edu.br

Jaqueline Nogueira Andrade - UFNT - jaqueline.andrade@ufnt.edu.br

Ana Cristina Mendanha Sampaio - UFNT– ana.mendanha@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A epilepsia é um transtorno cerebral que afeta 9 a 10% da população, caracterizado por crises recorrentes, não provocadas por agressões sistêmicas ou neurológicas, resultantes de descargas elétricas neuronais anormais e excessivas. Suas manifestações variam de crises de ausência a tônico-clônicas, sendo essencial sua remissão para evitar sequelas neurológicas. O tratamento com drogas antiepilépticas (DAEs) tem resposta eficaz em apenas 50% dos pacientes e, por isso, a Cannabis sativa e seus derivados vêm sendo utilizados como alternativa terapêutica. **OBJETIVO:** avaliar a eficácia e a segurança da cannabis na redução dos sintomas e melhoria da qualidade de vida de pacientes epiléticos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma “Overview of Reviews”, ou revisão das revisões, incluindo apenas Revisões Sistemáticas sobre terapia com derivados da cannabis em epilepsia. A busca foi realizada nas bases “Pubmed”, “Google Scholar” e “Embase” com os descritores “Epilepsy”, “treatments”, “therapies”, “cannabis”, “cannabidiol”, “tetrahydrocannabinol”, “CBD”, “THC” e “cannabis sativa”, combinados pelos operadores booleanos “AND” e “OR”. Foram encontradas 33 revisões sistematizadas, nos últimos 5 anos, de acesso gratuito. Dessas, foram excluídas revisões que não abordaram a epilepsia ou a terapia com derivados da cannabis, ou cujo desenho do estudo diferia de revisões sistematizadas, totalizando 16 trabalhos. **RESULTADOS:** Das 16 revisões analisadas, 15 confirmaram efeito estatisticamente significativo da cannabis e derivados no tratamento das epilepsias, sendo 2 estudos na Síndrome de Lennox-Gastaut, 1 no Complexo de Esclerose Tuberosa, 1 na epilepsia refratária relacionada ao gene KCNT-1 e 2 na Síndrome de Dravet. Relativo à faixa etária, 3 estudos abordaram pacientes pediátricos e concluíram que o benefício da terapêutica supera possíveis riscos de efeitos adversos controláveis e reversíveis, tendo efeito importante na redução da frequência de convulsões e consequente melhora na qualidade de vida desses pacientes. Quanto aos possíveis efeitos adversos (EAs), 2 revisões descreveram uma chance alta de EAs, uma delas com relato de possível alto risco de viés, enquanto outros dois estudos determinaram que a cannabis geraria menor ou equivalente quantidade de EAs que a fenfluramina e o stiripentol. Ainda, determinou se a possibilidade de associação da terapia às DAEs, aumentando sua eficácia, diminuindo doses e consequentemente a quantidade de eventos adversos. **CONCLUSÃO:** conclui-se que a utilização da cannabis sativa e derivados na epilepsia possui alta eficácia, podendo gerar efeitos colaterais na mesma intensidade que as demais DAEs, além de ser segura e possuir efeito positivo na faixa etária pediátrica, sendo seus benefícios superiores aos seus riscos.

PALAVRAS-CHAVE: Epilepsia, Epilepsia Refratária, Cannabis sativa, Cannabidiol, Tetrahydrocannabinol.

REFERÊNCIAS:

CHICO, Samuel Fernando Vargas; DIAZ, Daniel Alejandro Melendez; CONTRERAS PUENTES, Neyder. Use of cannabidiol in the treatment of drug-refractory epilepsy in children and young adults: A systematic review. *Journal of Neurosciences in Rural Practice*, v. 15, n. 2, p. 203, 2024.

DOUCETTE, Mitchell L. et al. Use of Cannabis-Based Medical Products for Pediatric Health Conditions: A Systematic Review of the Recent Literature. [Medical Cannabis and Cannabinoids](#), v. 7, n. 1, p. 257-267, 2024.

GUERRINI, Renzo et al. Comparative efficacy and safety of stiripentol, cannabidiol and fenfluramine as first-line add-on therapies for seizures in Dravet syndrome: a network meta analysis. [Epilepsia Open](#), v. 9, n. 2, p. 689-703, 2024.

SAMUELS, Martin A.; HOPPER, Allan H. Manual de neurologia: diagnóstico e tratamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SOLMI, Marco et al. Balancing risks and benefits of cannabis use: umbrella review of meta analyses of randomised controlled trials and observational studies. [bmj](#), v. 382, 2023.

UVEÍTES POR DOENÇAS AUTOIMUNES E IMUNOSSUPRESSORES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Henrique Danin Araújo Rosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - henriquedanin12hd@gmail.com
Rejanne Lima Arruda - Universidade Federal do Norte do Tocantins – rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A uveíte é uma doença intraocular de caráter inflamatório, a qual acomete o trato uveal, formado pela íris, coróide e corpo ciliar. Os principais sintomas são dor, hiperemia ocular e alterações da acuidade visual. Quanto às etiologias autoimunes das uveítes, destacam-se a vasculite de Behçet (DB), a doença de Vogt-Koyanagi-Harada (VKH), as espondiloartropatias e a artrite idiopática juvenil (AIJ). Tais doenças são comumente tratadas com glicocorticoides e imunossuppressores sintéticos. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem como objetivo descrever quais os imunossuppressores mais eficazes no tratamento de uveítes por doenças autoimunes. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a partir de fontes primárias. Ressalta-se que as bases de dados pesquisadas foram Embase, Pubmed e Web of Science, via Periódicos CAPES. Utilizou-se o acrônimo PICO para responder a seguinte questão de pesquisa: Quais os imunossuppressores mais eficazes no tratamento de uveíte autoimunes? Usou-se os operadores booleanos AND e OR para os descritores controlados, DeCS e MeSH, “Autoimmune Diseases”; “Immunosuppressive Agents” e “Uveitis”. As buscas ocorreram em março de 2025, incluindo-se artigos originais, publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas inglês, espanhol e/ou português. Excluiu-se artigos de revisão, duplicados e literatura cinzenta. Posterior à aplicação dos filtros supracitados, encontrou-se 107 artigos (13 no Pubmed, 66 na Embase e 25 no Web of Science), dos quais realizou-se a leitura do título e resumo, por dois revisores independentes, 3 artigos foram excluídos por estarem duplicados. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 22 artigos foram incluídos, realizando a leitura na íntegra. **RESULTADOS:** O uso de imunossuppressores, sejam eles sintéticos ou biológicos, objetivam reduzir o uso de glicocorticoides e seus efeitos adversos. Demonstrou-se que o uso de imunobiológicos obtiveram boa resposta na remissão das uveítes autoimunes e baixos índices de recidiva, sendo os inibidores do fator de necrose tumoral os mais aplicados, como o adalimumabe e o infliximabe. No que tange à DB, AIJ e às espondiloartropatias com uveíte refratária ao tratamento, observou-se o emprego de certolizumabe com remissão completa da uveíte, mesmo em pacientes que fizeram uso prévio de imunobiológicos. Um artigo mostrou boa resposta tanto com uso de metotrexato quanto com o micofenolato no controle da VKH aguda com boas taxas de resolutividade dessa mazela. **CONCLUSÃO:** Embora sejam notáveis os efeitos benéficos dos imunobiológicos no tratamento de uveítes autoimunes, nota-se o seu alto custo, dificultando a disseminação dessa terapêutica a longo prazo, estando reservada principalmente para pacientes com refratariedade dessa enfermidade atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças autoimunes, Imunossuppressores, Uveíte.

REFERÊNCIAS:

ACHARYA, N. R. et al. Outcomes in Patients With Vogt-Koyanagi-Harada Disease From the First-Line Antimetabolites for Steroid-Sparing Treatment Uveitis Trial. *Am J Ophthalmol*. 2024;267:100-111.

CHANG, Margaret H. et al. Estudo de implementação dos Planos de Tratamento de Consenso de Uveíte da CARRA: viabilidade para a prática clínica e aplicabilidade para pesquisa. *Pediatric Rheumatology Online Journal*, v. 22, p. 88, 2024.

MARTÍN-VARILLAS, J. L. et al. Acompanhamento de longo prazo e otimização do infliximabe em uveíte refratária devido à doença de Behçet: estudo nacional de 103 pacientes brancos. *The Journal of Rheumatology*, v. 48, n. 5, p. 741-750, maio 2021.

MARTÍN-VARILLAS, José Luis et al. Long-term follow-up of certolizumab pegol in uveitis due to immune-mediated inflammatory diseases: multicentre study of 80 patients. *RMD Open*, v. 8, e002693, 2022.

UMAZUME, A. et al. Use of systemic corticosteroids in patients newly registered at a claims database with a diagnosis of non-infectious uveitis: results from a real-world claims database analysis. *Japanese journal of ophthalmology* vol. 66,4 (2022): 394-404.

ELXO 4

**MEDICINA E AS
POPULAÇÕES NEGRA,
INDÍGENA E QUILOMBOLA**

A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO E MANEJO DO CÂNCER DE MAMA TRIPLO-NEGATIVO EM MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

George Costa Maranhão - Universidade Federal do Norte do Tocantins- george.maranhao@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - Universidade Federal do Norte do Tocantins - fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Carcinomas de mama triplo-negativos (TNBCs) são um subtipo molecular de carcinoma mamário caracterizado pela ausência de expressão dos receptores de estrogênio (ER), progesterona (PR) e fator 2 de crescimento epidérmico humano (HER2). Este subtipo é o mais agressivo entre os cânceres de mama e afeta mulheres negras de forma desproporcional, com uma incidência 2 a 3 vezes maior do que em outras etnias. **OBJETIVOS:** Descrever a fisiopatologia, epidemiologia, diagnóstico e tratamento do câncer de mama triplo-negativo (CM-TNBC) com foco na região da Amazônia Legal. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed, LILACS e Scopus, utilizando os termos “triple-negative breast cancer”, “Molecular Subtypes of Breast Carcinoma”, “TN tumors”, “North Brazil”, “Brazil” e “Legal Amazonia”, conectados pelos operadores booleanos “OR” e “AND”. Foram incluídos artigos publicados a partir de 2020, tanto nacionais quanto internacionais. **RESULTADOS:** O TNBC é um grupo heterogêneo de neoplasias malignas, com diferenças histológicas, genéticas e clínicas, frequentemente associadas a mutações em genes como TP53, PIK3CA e BRCA1. Após suspeita inicial por exame de imagem, é necessária uma biópsia para confirmação diagnóstica, seguida da imuno-histoquímica para análise da expressão de ER, PR e HER2. A determinação do subtipo molecular (75% dos casos são Basal-like) também é essencial, com a identificação de citoqueratinas basais (CK5, CK14, CK17) e EGFR. O tratamento do TNBC é predominantemente quimioterápico, com indicação de cirurgia para tumores maiores que 0,5 cm e axila positiva. Em casos de neoplasia residual, a radioterapia adjuvante e o uso de capecitabina são recomendados. Em relação à epidemiologia, um estudo prospectivo com 2950 pacientes de 23 locais no Brasil indicou que 15,6% dos casos eram TNBC. Outro estudo revelou que 20,3% das 894 mulheres com TNBC eram da região Norte do Brasil, com destaque para o Maranhão, onde 13,1% dos casos de câncer de mama eram TNBC. **CONCLUSÃO:** O câncer de mama triplo-negativo constitui uma proporção significativa dos carcinomas mamários na Amazônia Legal, afetando especialmente a população feminina afrodescendente. Dada a sua alta agressividade e mortalidade, é essencial adotar abordagens personalizadas no diagnóstico e tratamento. O desenvolvimento de terapias alvo mais eficazes para otimizar o uso de quimioterápicos e proporcionar alternativas mais direcionadas é crucial para melhorar os prognósticos e reduzir a mortalidade associada a esse subtipo de câncer na região.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Epidemiologia, Exames Diagnósticos, Neoplasias de Mama Triplo Negativas, Terapêutica.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Câncer de Mama. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt/br/midias/consultas/relatorios/2024/RRPCDTCncerdeMama_CP.pdf. Acesso em: 8 mar. 2025

DERAKHSHAN, F.; REIS-FILHO, J. S. Pathogenesis of triple-negative breast cancer. *Annual Review of Pathology: Mechanisms of Disease*, v. 17, p. 181-204, 2022. DOI: 10.1146/annurev-pathol-042420-093238. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-pathol-042420-093238>. Acesso em: 8 mar. 2025.

OKU, S. M. M.. Identificação dos subtipos moleculares baseadas no perfil imunoistoquímico de carcinomas mamários triplo-negativos em mulheres com idade até 45 anos de idade e sua distribuição nas diferentes regiões geográficas do Brasil. 2016. 129 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5144/tde_23082016-093500/publico/SergioMitsuoMasiliOku.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

REIS, A.P.A.M et al. Sociodemographic and clinical-pathological study of molecular subtypes of breast carcinoma in a reference unit of Maranhão. **RBGO Gynecology & Obstetrics**, v. 42, n. 12, p. 820-828, 2020. DOI: 10.1055/s-0040-1719147. Disponível em: <https://journalrbgo.org/article/sociodemographic-and-clinical-pathological-study-of-molecular-subtypes-of-breast-carcinoma-in-a-reference-unit-of-maranhao/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

TISCOSKI, K.A et.al. **Real-world data on triple-negative breast cancer in Latin America and the Caribbean. ecancer**, v. 17, 2023. DOI: doi.org/10.3332/ecancer.2023.1635. Disponível em: <https://ecancer.org/en/journal/article/1635-real-world-data-on-triple-negative-breast-cancer-in-latin-america-and-the-caribbean>. Acesso em: 9 mar. 2025

A INFLUÊNCIA DO GARIMPO NA PERSISTÊNCIA DA MALÁRIA ENTRE POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Júlia Dias Rodrigues - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

juliadrodrigues02@gmail.com

Amanda Vitória Serafim dos Santos - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-

mediciner.amanda@gmail.com

Daylet Gutiérrez Martínez - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

dayletgutierrez@gmail.com

Eryka Oliveira de Aquino - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

erykaoliveiradeaquino@gmail.com

Larissa Procópio Cruz - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

procopioLARISSA01@gmail.com

Alinne Katienny Lima Silva Macambira - Santa Casa de Misericórdia de Goiânia -

alinnemacambira@gmail.com

INTRODUÇÃO: A malária é uma doença tropical transmitida pela picada de mosquitos Anopheles. Mesmo sendo transmitida em 87 países, suas taxas de mortalidade diminuíram drasticamente entre 2000 e 2015 devido aos programas de controle da doença. Entretanto, algumas regiões, entre elas a amazônica, apresentam elevados índices da doença, principalmente em áreas habitadas por povos indígenas. Ademais, apontam como alto risco, as atividades de garimpo, por ser uma prática que contribui para o desmatamento e formação de ambientes propícios à proliferação do mosquito vetor. Contudo, os estudos a respeito dessa relação ainda são limitados e pouco documentados. **OBJETIVOS:** Compreender os impactos da mineração ilegal na incidência de malária em comunidades indígenas da Amazônia. **METODOLOGIA:** O presente estudo se trata de uma revisão literária de caráter integrativo. Foram incluídos artigos científicos pertencentes à base de dados PubMed nos idiomas português e inglês, do período de 2020 a 2025, disponíveis na íntegra. Os descritores utilizados foram: “Malaria” AND “Indigenous” AND “Brazil”. Ao final da seleção, identificaram-se 6 artigos relevantes para a análise do tema. **RESULTADOS:** A incidência de malária entre indígenas na Amazônia tem aumentado devido à expansão da mineração ilegal. Entre 2016 e 2020, os casos em mineradores foram nove vezes maiores que no restante da população, e a incidência entre indígenas cresceu 21,75% no mesmo período. Em 2016, a abertura de 133 novas minas de ouro na Terra Yanomami marcou o início de um crescimento contínuo da malária, com um pico em 2020, quando a atividade mineradora aumentou 30%, concentrando-se 52% no Rio Uraricoera. Além de criar criadouros para o mosquito Anopheles spp., vetor da malária, o garimpo ilegal dificulta o acesso ao tratamento. Mineiros recorrem a antimaláricos do mercado negro, interrompendo tratamentos e favorecendo a resistência do parasita. Entre indígenas, a baixa mobilidade e a falta de educação em saúde agravam a situação. Entre 2010 e 2020, 35% dos casos autóctones ocorreram no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Leste e na Terra Yanomami, e crianças de 0 a 9 anos representavam 37% dos infectados. **CONCLUSÃO:** Portanto, destaca-se que a mineração ilegal também impacta populações negras e pobres, reforçando desigualdades sociais. A falta de acesso a cuidados médicos e a destruição ambiental promovida pelo garimpo ampliam a transmissão da malária. Para reverter esse cenário, são necessárias ações de fiscalização, melhoria na assistência à saúde indígena e educação sobre prevenção da malária.

PALAVRAS-CHAVE: Malária, Povos Indígenas, Mineração.

REFERÊNCIAS:

RECHT, Judith; SIQUEIRA, André M.; MONTEIRO, Wuelton M.; HERRERA, Sônia M.; HERRERA, Sócrates; LACERDA, Marcus V. G. Malária no Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela: desafios atuais no controle e eliminação da malária. *Malaria Journal*, v. 16, n. 273, 2017. Disponível em: <https://malariajournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12936-017-1925-6>. Acesso em: 16 mar. 2025.

Amaral PST, Garcia KKS, Suárez-Mutis MC, et al. Malaria in areas under mining activity in the Amazon: A review. *Rev Soc Bras Med Trop*. 2024;57:e002002024. Published 2024 Jun 24. doi:10.1590/0037-8682-0551-2023

Wetzler, E.A., Marchesini, P., Villegas, L. et al. Changing transmission dynamics among migrant, indigenous and mining populations in a malaria hotspot in Northern Brazil: 2016 to 2020. *Malar J* 21, 127 (2022). <https://doi.org/10.1186/s12936-022-04141-6>

De Aguiar Barros, J., Granja, F., Pequeno, P. et al. Gold miners augment malaria transmission in indigenous territories of Roraima state, Brazil. *Malar J* 21, 358 (2022). <https://doi.org/10.1186/s12936-022-04381-6>

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA EM POPULAÇÕES INDÍGENAS NO NORTE DO BRASIL.

Naara Gomes Da Luz Ribeiro – Unitpac - naaradaluz@hotmail.com
Ronaldo Cesar Silva Gomes – Unitpac - cesar.sampaio2701@gmail.com
Ronivaldo Nascimento Silva – ITPAC Porto - silvaroni927@gmail.com
Alinne Katienny Lima Silva Macambira – UNITPAC – alinnemacambira@gmail.com

INTRODUÇÃO:

A insuficiência cardíaca (IC) representa um dos principais desafios de saúde pública devido à sua elevada morbimortalidade e ao impacto socioeconômico associado. Em populações indígenas no Brasil, fatores como barreiras geográficas, menor acesso a serviços de saúde especializados e alta prevalência de doenças infecciosas e crônicas contribuem para um cenário preocupante no diagnóstico e manejo da condição. Este estudo tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico da morbimortalidade por insuficiência cardíaca na população indígena brasileira entre 2015 e 2024. Trata-se de um estudo ecológico e descritivo, baseado em dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisadas variáveis como, raça/cor, número de internações e óbitos, utilizando estatística descritiva simples (frequências absolutas e relativas).

A insuficiência cardíaca (IC) também está associada a diversos fatores de risco, muitos dos quais se sobrepõem aos encontrados na população geral. A Hipertensão Arterial, a Síndrome Metabólica, o Diabetes Mellitus, a obesidade e o uso de substâncias cardiotoxícas são condições que vêm se tornando mais prevalentes entre os indígenas, especialmente em decorrência da transição nutricional e estilo de vida. Além disso, doenças como a Doença de Chagas, que é endêmica em algumas regiões do Brasil, continuam a impactar as comunidades indígenas. Particularmente, em áreas indígenas com menor acesso a serviços de saúde, como doenças cardíacas podem não ser liberadas ou tratadas de maneira adequada, o que agrava a situação.

Os achados deste estudo fornecem evidências sobre as desigualdades na incidência e na taxa de mortalidade por IC entre indígenas, destacando padrões regionais e demográficos. As dificuldades no acesso a diagnóstico precoce, e tecnologias de alta complexidade refletem a vulnerabilidade dessa população, exigindo maior atenção das políticas públicas de saúde. Dessa forma, torna-se essencial a implementação de estratégias preventivas, promoção da saúde cardiovascular e ampliação da assistência especializada para reduzir o impacto da insuficiência cardíaca na população indígena brasileira visando a ampliação do acesso e informação a essa população.

OBJETIVO:

Este estudo tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico da insuficiência cardíaca (IC) na população indígena da Região Norte do Brasil entre os anos de 2015 e 2024, analisando o número de internações, taxas de mortalidade e distribuição dos casos por raça e estado. Além disso, busca-se identificar

possíveis disparidades no acesso ao diagnóstico e tratamento, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas para a saúde cardiovascular indígena.

METODOLOGIA:

Este é um estudo ecológico e descritivo que analisou o perfil epidemiológico da insuficiência cardíaca (IC) na população indígena da Região Norte do Brasil entre os anos de 2015 e 2024. Os dados foram obtidos a partir do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), utilizando informações de internações hospitalares e óbitos relacionados à IC, categorizados por estado, raça/cor e ano.

Foram coletadas variáveis como número de internações, taxa de mortalidade por IC e distribuição dos casos por raça (indígena, branca e parda). Os estados analisados foram Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins, totalizando 102.059 internações no período estudado. A análise estatística foi realizada por meio de estatística descritiva simples, com cálculo de frequências absolutas e relativas das variáveis estudadas. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, permitindo a comparação entre os grupos raciais e os diferentes estados da Região Norte. As informações foram organizadas em tabelas para facilitar a interpretação dos resultados.

Para garantir a confiabilidade dos dados, foram adotados critérios padronizados de extração e categorização das informações, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Como o estudo utilizou dados secundários de acesso público e sem identificação de indivíduos, não foi necessária aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS:

A análise dos dados revela que a insuficiência cardíaca (IC) representa um problema significativo na Região Norte do Brasil, com um total de 102.059 internações entre 2015 e 2024. O Pará apresentou o maior número absoluto de internações (47.550), seguido pelo Amazonas (27.115). Estados como Acre (3.724) e Amapá (2.879 internações) registraram os menores números. A taxa de mortalidade variou entre os estados, sendo mais elevada no Acre (17,2%) e menor no Pará (9,98%), indicando possíveis diferenças no acesso a diagnóstico precoce e tratamento adequado entre as regiões.

Ao analisar as internações por raça, observou-se que a maioria dos casos ocorreu na população parda, totalizando 75.073 internações no período estudado. A população branca registrou 5.188 casos, enquanto a população indígena apresentou um número significativamente menor, com um aumento progressivo ao longo dos anos, saindo de 1 caso em 2014 para 105 casos em 2023 e 90 casos em 2024. Esse crescimento pode indicar tanto um aumento na prevalência da IC quanto uma melhora na notificação dos casos entre indígenas.

A taxa de mortalidade na população indígena apresentou variações consideráveis ao longo dos anos, com picos elevados, como 100% em 2014 (provavelmente devido ao número reduzido de casos naquele ano) e taxas mais estáveis nos anos seguintes, variando entre 6,67% e 14,81%. Em 2024, a taxa de mortalidade foi de 10%, evidenciando um risco ainda significativo de desfecho fatal entre indígenas internados por IC.

Esses achados sugerem disparidades no acesso ao diagnóstico e tratamento da insuficiência cardíaca entre os diferentes grupos raciais e regiões. A menor quantidade de registros de internações entre indígenas pode estar relacionada a dificuldades no acesso aos serviços de saúde, subnotificação ou barreiras culturais no atendimento. Além disso, a elevada taxa de mortalidade indica a necessidade de estratégias mais eficazes para o manejo da doença nessa população vulnerável.

CONCLUSÃO:

A elevada carga de insuficiência cardíaca (IC) na população indígena da Região Norte está intimamente associada a uma série de fatores, incluindo barreiras geográficas, dificuldades no acesso a serviços de saúde especializados e alta prevalência de comorbidades como hipertensão, diabetes e infecções crônicas. O aumento progressivo das taxas internacionais e as taxas de mortalidade elevadas destacam o IC como um sério problema de saúde pública nessa comunidade. A análise dos dados revela disparidades significativas no acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado, refletindo não apenas desafios estruturais, mas também barreiras culturais que dificultam o atendimento a essa população. Essas desigualdades sublinham a urgência de políticas públicas mais eficazes, que consideram as especificidades culturais e geográficas dos povos indígenas, a fim de melhorar o acesso à saúde e reduzir o impacto

Para enfrentar essa realidade, é fundamental a ampliação da cobertura da Atenção Primária em comunidades indígenas, garantindo equipes capacitadas e infraestrutura adequada. Estratégias como telemedicina, distribuição de equipamentos portáteis, com monitoramento contínuo dos dados epidemiológicos e fortalecimento da educação em saúde podem otimizar o diagnóstico e o manejo da doença. Além disso, a criação de políticas públicas específicas para a saúde cardiovascular indígena, aliada ao monitoramento contínuo dos indicadores epidemiológicos, pode contribuir para a redução da morbimortalidade por IC nessa população.

Diante desses desafios, torna-se essencial a implementação de medidas que promovam a equidade no acesso aos serviços de saúde, respeitando as especificidades culturais dos povos indígenas e garantindo assistência de qualidade. Somente com ações integradas e políticas eficazes será possível reverter o cenário atual, prevenindo complicações da IC e melhorando a qualidade de vida dessa população.

Palavras-chave: Insuficiência Cardíaca, População Indígena, Saúde Pública, Disparidade em Saúde.

REFERÊNCIAS:

ALBANESI, Fº; MANES, Francisco. Insuficiência cardíaca no Brasil. [Arquivos Brasileiros de Cardiologia](#), v. 71, p. 561-562, 1998.

SOUZA JÚNIOR, Edison Vítório de et al. Perfil epidemiológico da morbimortalidade por insuficiência cardíaca no Brasil entre 2013 a 2017. [Enfermería Actual de Costa Rica](#), n. 39, p. 156-169, 2020.

Yancy, CW, Jessup, M, Bozkurt, B, Butler, J, Casey, DE Jr, Colvin, MM et al. Guideline for the management of heart failure: a report of the American College of Cardiology. **J Am Coll Cardiol**. 2017; 70(6):776-803. DOI: <https://www.10.1016/j.jacc.2017.04.025> [Links]

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR EM POPULAÇÕES NATIVAS DA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2024

Maria Clara Costa Cerqueira - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC – mcclaracerqueira@gmail.com

João Gustavo Rodrigues Ribeiro - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - foconoaleco800@gmail.com

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT - mariazvcst@hotmail.com

Murilo Araújo Cancelier - Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT - Murilo.cancelier@ufnt.edu.br

Paulo Otávio Neto Ferreira Sousa - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - paulofsneto@hotmail.com

Fábio Serra Barbosa da Silva – Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP, Professor convidado da UFNT - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A Leishmaniose Tegumentar (LT) é classificada como uma Doença Negligenciada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que afeta a pele e, em casos mais graves, as mucosas, afetando a capacidade do paciente de falar, comer e respirar. Nesse sentido, a LT tem grande impacto sobre a qualidade de vida da população indígena, em razão da difícil acessibilidade desses povos aos serviços de saúde.

OBJETIVOS: Analisar a taxa de incidência e traçar o perfil epidemiológico da leishmaniose tegumentar entre os povos autóctones da Amazônia Legal nos últimos dez anos. **METODOLOGIA:** O trabalho se trata de um estudo epidemiológico transversal, retrospectivo e quantitativo sobre a incidência de casos de LT em povos indígenas na região da Amazônia Legal a partir dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), acessado por meio da plataforma TabNet/DATASUS. As variáveis analisadas a partir de estatística descritiva foram: incidência da leishmaniose tegumentar americana, ano, raça e Amazônia Legal.

RESULTADOS: Durante o período analisado (2015-2024), os povos nativos da Amazônia Legal apresentaram 5402 casos de leishmaniose cutânea. Os dados revelam que as taxas de incidência sofreram oscilações de um ano para outro, com pico nos anos de 2015 (663 casos) e 2018 (660) casos, enquanto os anos com menos casos foram 2024 e 2022, com 403 e 440 notificações, respectivamente. O estado com maior número de casos foi Mato Grosso (1575), seguido do estado do Amazonas (909). A incidência da LT foi mais observada em homens (67,51%) e em indivíduos na faixa etária de 20-39 anos (38,85%), sendo que sua proporção em homens dessa idade foi de 74,27%. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, observa-se uma instabilidade no controle da leishmaniose cutânea dentre a população nativa da Amazônia Legal, em especial homens adultos na faixa dos 20-39 anos. Tal contexto aponta para uma escassez no acesso a serviços de saúde, o que aumenta os riscos de os pacientes desenvolverem complicações, como a desfiguração, disfagia e disfonia. Por conseguinte, a necessidade de se promover ações de saúde eficazes e acessíveis voltadas para essa população de risco nos estados que compõem a Amazônia Legal, sem negligenciar as regiões mais remotas, é crucial. Esse estudo constitui uma oportunidade para a realização de mais pesquisas sobre os temas abordados. Por fim, o trabalho apresenta limitações de dados sobre a população indígena da Amazônia Legal, e foi conduzido na ausência de divergências em relação a literatura. Palavras-chave: Leishmaniose cutânea, epidemiologia, população indígena.

REFERÊNCIAS:

PEIXOTO, C. DE O.. Saúde, ciência e desenvolvimento: a emergência da leishmaniose tegumentar americana como desafio médico-sanitário no Amazonas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 3, p. 741–761, jul. 2020.

KMETIUK, L. B.; TIRADO, T. C.; BIONDO, L. M.; BIONDO, A. W.; FIGUEIREDO, F. B.. Leishmania spp. in indigenous populations: A mini-review. **Frontiers in public health**, 10, 1033803. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.1033803>

LIMA, J. T. R. DE . et al.. Serodiagnosis of visceral and cutaneous leishmaniasis in human and canine populations living in Indigenous Reserves in the Brazilian Amazon Region. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 50, n. 1, p. 61–66, jan. 2017.

Ministério da Saúde. DATASUS. Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN). Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

ANÁLISE SOBRE AS DISPARIDADES RACIAIS NAS TAXAS DE INCIDÊNCIA DE HEPATITES VIRAIS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

João Gustavo Rodrigues Ribeiro – UNITPAC – foconojaleco800@gmail.com

Ezequiel Gonçalves Rodrigues UNITPAC – ezequielgr3@gmail.com

Maria Clara Costa Cerqueira - UNITPAC – mcclaracerqueira@gmail.com

Beatriz de Sousa Goulart Vieira - UNITPAC – beatrizzgoulartt@gmail.com

Iasmim Borges dos Santos - UNITPAC – iasmimborges12@gmail.com

Myrella Lessio Castro - UNITPAC - myrella.castro@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: Hepatites virais são doenças infecciosas de relevância para a saúde pública, devido às suas altas taxas de incidência e complicações em suas formas agudas e crônicas. Nos últimos três anos (2022, 2023 e 2024), a região Norte do Brasil registrou 2.489 casos de hepatites virais, representando um aumento maior que 60 vezes – um super crescimento - em relação ao período anterior (2019, 2020 e 2021). Esse crescimento desperta questionamentos sobre os fatores que contribuem para a disseminação da doença, incluindo desigualdades socioeconômicas, acesso ao sistema de saúde e determinantes raciais. **OBJETIVOS:** Analisar a influência racial nas taxas de incidência de hepatites virais na região Norte do Brasil, comparando os índices entre pessoas negras/pardas e brancas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo e quantitativo sobre a prevalência das hepatites virais na região Norte do Brasil, no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), acessado por meio da plataforma TabNet/DATASUS. As variáveis analisadas a partir de estatística descritiva foram: taxa de incidência de hepatites virais, raça, estados e região. A análise teve como objetivo comparar a incidência da doença entre pessoas negras ou pardas e brancas nos principais estados da região Norte. **RESULTADOS:** Dos 2.489 casos analisados, o ano de 2023 se destacou, concentrando 92% das notificações. Entre os estados avaliados, o Amazonas apresentou a maior incidência, com 657 casos registrados nos últimos três anos, dos quais 87% ocorreram em pessoas negras ou pardas, enquanto apenas 4% foram em pessoas brancas. No Pará, das 607 notificações, 85% corresponderam à população preta/parda. Já no Tocantins, essa população representou 74% dos 119 casos registrados. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, além de representar um desafio do ponto de vista patogênico, as hepatites virais também configuram uma problemática socio-racial, evidenciada pela predominância dos casos na população negra e parda. Além disso, o super crescimento registrado exige um estudo aprofundado para compreender os fatores que impulsionaram esse aumento no número de casos e identificar as políticas públicas necessárias para seu controle. No entanto, uma limitação deste estudo foi a falta de diferenciação entre os tipos virais nas fontes epidemiológicas, o que restringe a análise ao contexto geral das hepatites.

Palavras-chave: Hepatite, Epidemiologia e População Negra.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. DATASUS. Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>.

CAGNI, Hector Brenno da Silva et al. Hepatite B e hepatite C: epidemiologia dos casos notificados nas regiões norte e nordeste. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.L.], v. 23, n. 7, p. 12934, 1 ago. 2023. *Revista Eletronica Acervo Saude*. <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e12934.2023>.

GOMES, Igor Andrade et al. Epidemiologia Da Hepatite B Via Transmissão Sexual E Relação Com Variáveis Socioeconômicas e de Assistência Primária no Nordeste, 2011 a 2020. **Revista Acadêmica de Iniciação Científica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–9, 2023. Disponível em: <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/raic/article/view/188>.

TIROLI, C. F. et al. Relação entre a Hepatite C e os determinantes sociais da saúde descritos nos estudos ecológicos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 13924, 18 abr. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e13924.2024>

ANEMIA FALCIFORME EM PESSOAS NEGRAS E A MARGINALIZAÇÃO RACIAL DO ACESSO À SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Dulce Maria Bezerra Freitas - Universidade Federal do Maranhão - dulce.mbf@discente.ufma.br

Cindy Taylor Souza Lopes - Universidade Federal do Maranhão - cindy.taylor@discente.ufma.br

Gabriel do Vale Matos - Universidade Federal do Maranhão - gv.matos@discente.ufma.br

Luiza Medeiros Alvarez - Universidade Federal do Maranhão - luiza.alvarez@discente.ufma.br

Matheus Gabriel Monteles da Silva - Universidade Federal do Maranhão -
monteles.matheus@discente.ufma.br

Lorrany Fontenele Nascimento - Universidade Federal do Maranhão - lorrany.fontenele@ufma.br

INTRODUÇÃO: A anemia falciforme é uma doença genética, gerada pela mutação no gene que produz a hemoglobina A (HbA), fomentando a produção da hemoglobina S (HbS). A doença falciforme é historicamente negligenciada no Brasil, a partir do descaso com a triagem neonatal e da pífia tecnologia relacionada à assistência à saúde, o que reflete na intensificação da marginalização do acesso à saúde, sobretudo para a população negra, a qual é comumente mais acometida pela enfermidade. **OBJETIVOS:** Analisar a relação entre as falhas na assistência à saúde relacionada à anemia falciforme e a perpetuação do ciclo de invisibilidade no cuidado da comunidade negra. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada nas bases de dados MEDLINE/PubMed, LILACS/ BVS e Scopus, a partir do operador booleano AND, articulado com os descritores “black people”, “sickle cell” e “anemia”, os quais foram selecionados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Inicialmente, encontrou-se 246 artigos, os quais foram analisados por intermédio dos seguintes critérios de elegibilidade: filtro dos últimos cinco anos e consonantes com os objetivos do trabalho. Foram excluídos artigos duplicados e incompletos; sendo elegidas 20 publicações para a revisão de literatura. **RESULTADOS:** Os estudos realizados em cinco estados estadunidenses, revelaram que a doença falciforme foi responsável por 8,9% e 14,3% da disparidade entre negros e brancos em morbidade materna grave não transfusional, respectivamente, por causa da prevalência da doença em pessoas negras e da falha na triagem neonatal, além da profilaxia com hidroxiureia, por exemplo. Os artigos elegidos demonstraram a ampla existência do pré-natal inadequado entre essa população, o que reflete o cenário socioeconômico desses indivíduos. Ademais, observa-se que, no Brasil, políticas voltadas para essa anemia foram iniciadas em 2005, porém ainda são precárias, pela falta de recursos financeiros e pelo despreparo no processo de diagnóstico, o que revela um contexto de não-assistência em saúde para a comunidade negra, propiciando um ciclo de alta mortalidade, uma vez que a estimativa de vida para essa doença no território nacional é de cerca de 37 anos. **CONCLUSÃO:** A marginalização histórica da população negra no Brasil possui impactos diretos na qualidade da assistência à saúde oferecida a pacientes com anemia falciforme, uma vez que o empobrecimento desses sujeitos e a negligência do sistema de saúde favorecem o diagnóstico tardio, dificultando, assim, o tratamento e, portanto, gerando impactos para o quadro de saúde dos pacientes, levando-os, frequentemente, a óbito precoce.

Palavras-chave: Anemia falciforme, População Negra, Saúde.

REFERÊNCIAS:

BOGHOSSIAN, Nansi S. et al. Association of sickle cell disease with racial disparities and severe maternal morbidities in black individuals. *JAMA Pediatrics*, [s.l.], v. 177, n. 7, p. 1-10, 2023. DOI: 10.1001/jamapediatrics.2023.1580. Mortality attributed to sickle cell disease in children and adolescents in Brazil, 2000-2019. *Revista de Saúde* 10.11606/s1518-8787.2022056003681.

Pública, [S.l.], 2022. DOI: Prevalence of people with sickle cell disease and leg ulcers in Brazil: Socioeconomic and clinical overview. *PLoS ONE*, [S.l.], 2022. DOI: 10.1371/journal.pone.0274254.

MOTA, Clarice Santos; LIRA, Altair Dos Santos; QUEIROZ, Maria Candida Alencar de; SANTOS, Márcia Pereira Alves Dos. Âgô Sankofa: um olhar sobre a trajetória da doença falciforme no Brasil nas duas últimas décadas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 3, e06772023, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.06772023>.

TUNJI-AJAYI, Lanre. “You Can't Let Go” – A Black Community Leader's Perspective on Engagement and Advocacy. *Healthcare Policy*, v. 20, n. SP, p. 79–82, set. 2024. DOI:10.12927/hcpol.2024.27411.

ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NA AMAZÔNIA LEGAL: BARREIRAS E DESAFIOS PARA MULHERES INDÍGENAS

Maressa Arruda Milhomem - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maressa.milhomem@ufnt.edu.br

Flávia Flávia Martins Montelo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - flavia.montelo@ufnt.edu.br

Thiago Castro da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thiago.silva@ufnt.edu.br

Thiago Santos Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thiago.andrade@ufnt.edu.br

Ediana Vasconcelos da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ediana.silva@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O pré-natal é a assistência médica durante a gravidez para a prevenção, identificação e tratamento precoce de complicações gestacionais, reduzindo a mortalidade materna e neonatal e auxiliando no planejamento do parto e pós-parto. Entretanto, barreiras socioculturais, geográficas e estruturais limitam o acesso de algumas populações, como as comunidades indígenas, especialmente na Amazônia Legal, onde os recursos de saúde são reduzidos. **OBJETIVO:** Identificar e descrever as barreiras que comprometem a assistência pré-natal a populações indígenas na Amazônia Legal. **METODOLOGIA:** Esse estudo trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura médica realizada nas bases de dados PubMed, SciELO, MedLine e BVS, com os descritores "prenatal", "indigenous" e "obstacles", combinados com os operadores booleanos "AND" e "OR". Foram excluídos artigos sem relação direta com indígenas ou pré-natal. A inclusão dos estudos ocorreu por meio da leitura de títulos, análise e leitura completa dos artigos. Foram incluídos artigos que abordassem dados, narrativas e relatos de caso sobre o tema entre 2019 e 2024. **RESULTADOS:** Estudos indicaram que apenas uma em cada quatro mulheres indígenas na Amazônia Legal realiza o pré-natal adequado, e que, entre as mulheres em situação de vulnerabilidade, as indígenas são as que menos recebem assistência ao parto. Além disso, mesmo elas aderindo ao pré-natal, houve baixa adesão aos critérios de qualidade. Os principais fatores identificados para essa baixa adesão incluem dificuldades geográficas, como distâncias e falta de transporte, principalmente para quem vive em aldeias e acampamentos, conflitos étnicos e territoriais, e deficiências no sistema de saúde, a exemplo, falta de profissionais, exames e integração precária entre o Subsistema de Saúde Indígena - SASI e o Sistema Unificado de Saúde. Também foram relatadas barreiras culturais, pois muitas mulheres indígenas percebem que o sistema de saúde não respeita suas tradições. Como consequência há uma baixa realização de exames como glicemia, urina e hemograma e outros, não utilização de suplementos essenciais como sulfato ferroso e dificuldades no acesso às consultas. Além disso, a mortalidade materna entre indígenas é a segunda mais alta entre todas as etnias no Brasil, agravada por episódios de racismo e discriminação nos serviços de saúde. **CONCLUSÃO:** A baixa adesão ao pré-natal aumenta o risco de doenças congênitas e gestacionais e problemas pré e pós-parto. Dessa forma, é essencial compreender e mitigar essas barreiras, fortalecendo a integração dos profissionais de saúde com as comunidades indígenas, além do desenvolvimento de estratégias novas para melhorar os desfechos obstétricos, aumentar a adesão ao pré-natal e aprimorar a nutrição infantil.

PALAVRAS CHAVES: Pré-natal, mulheres indígenas, Amazônia legal, gravidez.

REFERÊNCIAS:

ABREU, G. R. de; Et al. Adequação da assistência pré-natal ofertada à mulher indígena: características maternas e dos serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 12, e08722024, 2024. DOI: 10.1590/1413-812320242912.08722. Acesso em: 08 mar. 2025.

GARNELO, L; Et al. Avaliação da atenção pré-natal ofertada às mulheres indígenas no Brasil: achados do Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, supl. 3, e00181318, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00181318. Acesso em: 11 mar. 2025.

HUI, A; Et al. Impact of remote prenatal education on program participation and breastfeeding of women in rural and remote Indigenous communities. **EClinicalMedicine**, v. 35, p. 100851, 2021. Disponível em: DOI: 10.1016/j.eclinm.2021.100851. Acesso em: 11 mar. 2025.

BACCIAGLIA, M; Et al. Indigenous maternal health and health services within Canada: a scoping review. **BMC Pregnancy and Childbirth**, v. 23, n. 1, p. 327, 2023. DOI: 10.1186/s12884-023-05645-y. Acesso em: 11 mar. 2025.

CÂNCER DE COLO DO ÚTERO EM INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE: INTERNAÇÕES E TAXA DE MORTALIDADE ENTRE 2018 E 2022

Livia Maria Sousa Barbosa – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – liviamariasb31@hotmail.com

Giovana Marinho Apinajé Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – giovanamarinho6@gmail.com

Laura Alves de Jesus – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – lauraalves11@hotmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer de colo de útero é uma das neoplasias mais prevalentes e fatais entre mulheres no Brasil, com um impacto significativo entre a população indígena, especialmente na Região Norte, onde barreiras geográficas, culturais e socioeconômicas dificultam o acesso a serviços de saúde. Logo, é fundamental investigar as variáveis relacionadas ao câncer de colo de útero, a fim de embasar estratégias de controle e prevenção. **OBJETIVOS:** Analisar as taxas de mortalidade e o número de internações hospitalares por câncer de colo de útero entre mulheres indígenas no período de 2018 a 2022, buscando identificar variações temporais e as possíveis implicações da pandemia de COVID-19 sobre esses indicadores. **METODOLOGIA:** Estudo epidemiológico retrospectivo, transversal e observacional elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente à taxa de mortalidade e o número de internações por câncer de colo de útero entre a população indígena da Região Norte, considerando possíveis correlações com o impacto da pandemia de COVID-19. **RESULTADOS:** Em 2018, a taxa foi de 31,25/100.000 habitantes, reduzindo para 13,33/100.000 em 2019. No entanto, em 2020, observou-se um aumento significativo para 21,05/100.000, possivelmente refletindo os efeitos da pandemia, com o redirecionamento dos recursos de saúde. Em 2021, a taxa voltou a cair para 13,04/100.000, e em 2022, houve uma diminuição adicional para 9,09/100.000, sugerindo uma recuperação progressiva no acesso a cuidados oncológicos. Quanto ao número de internações, em 2018 registraram-se 16 internações, com uma leve queda para 15 em 2019. Em 2020, houve um aumento para 19 internações, seguido de um pico em 2021, com 23 internações, possivelmente relacionado à maior demanda reprimida de tratamento. Em 2022, o número de internações permaneceu elevado, com 22 registros, indicando que desafios persistem no acesso ao tratamento adequado para essa população. **CONCLUSÃO:** O impacto da pandemia de COVID-19 foi evidente nos indicadores de câncer de colo de útero entre mulheres indígenas da região Norte, especialmente em 2020, quando houve um aumento abrupto. A recuperação observada nos anos subsequentes sugere uma retomada progressiva do acesso ao diagnóstico e tratamento. No entanto, a permanência de altos números de internações indica que o sistema de saúde ainda enfrenta dificuldades significativas na assistência à saúde indígena. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas direcionadas para garantir acesso equitativo e contínuo aos cuidados oncológicos, considerando as especificidades culturais e estruturais da população indígena, especialmente em tempos de crise sanitária.

Palavras – chave: Neoplasias do Colo do Útero, Saúde de populações indígenas, COVID-19.

REFERÊNCIAS:

Instituto Nacional de Câncer (INCA). (2022). Dados e Números sobre Câncer do Colo do Útero: Relatório Anual 2022. Disponível: <https://antigo.inca.gov.br/publicacoes/relatorios/dados-e-numeros-sobre-cancer-do-colo-do-utero-relatorio-anual-2022> . Acesso em: 10 de Março de 2025.

e Alves, F. T. A., Prates, E. J. S., Carneiro, L. H. P., Nogueira de Sá, A. C. M. G., Pena, É. D., & Malta, D. C. (2021). Mortalidade proporcional nos povos indígenas no Brasil nos anos 2000, 2010 2018. **Saúde em Debate**, 45(130), 691-706. Disponível <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113010> . Acesso em: 10 de Março de 2025.

em: da Silva Souza AT, Costa Machado Vilarinho ML, Adriana de Sousa Meneses Brandão S, Rodrigues AK, Resende de Sousa Amaral L, de Sousa Milanez L, et al. Educação em saúde para mulheres indígenas sobre

cânceres de mama e de colo uterino. **RBPS**. 2020;33:1 8. Disponível em:
<https://doi.org/10.5020/18061230.2020.10740> . Acesso em: 10 de Março de 2025.

Coelho Ribeiro Oliveira, S. (2015). A incidência de câncer na população indígena no Brasil e a subnotificação dos casos. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, 11(39), 10. Disponível em:
<https://www.sbec.org.br/sbec-site/revista-sbec/pdfs/39/editorial.pdf> . Acesso em: 10 de Março de 2025.

CÂNCER DE MAMA NA POPULAÇÃO INDÍGENA DA REGIÃO NORTE: ANÁLISE DAS TAXAS DE MORTALIDADE E INTERNAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2022

Livia Maria Sousa Barbosa – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – liviamariasb31@hotmail.com

Ana Carulina da Silva Oliveira – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – anacarulina88@gmail.com

Andressa Maria Montes Ribeiro – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – andressinha_montes@hotmail.com

Laura Alves de Jesus – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – lauraalves11@hotmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer de mama é uma das principais causas de mortalidade entre mulheres no Brasil, e sua incidência e desfechos variam conforme fatores socioeconômicos, culturais e geográficos. Entre a população indígena da Região Norte do Brasil, o acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento ainda apresenta desafios significativos, refletindo desigualdades estruturais na saúde. Logo, é fundamental investigar as variáveis relacionadas ao câncer de mama, a fim de embasar estratégias de controle e prevenção.

OBJETIVOS: Analisar as taxas de mortalidade e internações por câncer de mama nessa população entre 2018 e 2022, buscando identificar padrões regionais, variações temporais e as possíveis implicações da pandemia de COVID-19 sobre esses indicadores. **METODOLOGIA:** Estudo epidemiológico retrospectivo, transversal e observacional elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente à taxa de mortalidade e o número de internações por câncer de mama entre a população indígena da Região Norte, considerando possíveis correlações com o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o sistema de saúde e o acesso a serviços especializados.

RESULTADOS: No período pré-pandêmico, 2018-2019, a taxa foi de 66,67/100.000 habitantes, indicando um cenário alarmante. Em 2020, durante o auge da pandemia, verificou-se uma queda para 33,33/100.000, possivelmente associada à redução no acesso a serviços médicos e ao diagnóstico tardio. No intervalo entre 2021-2022, a taxa declinou para 25/100.000, sugerindo uma retomada progressiva dos atendimentos e uma possível melhora na detecção precoce e na continuidade do tratamento. Quanto ao número de internações hospitalares, verificou-se uma variação significativa. Em 2019, foram registradas 3 internações, aumentando para 6 em 2020, possivelmente devido à piora clínica em decorrência de atrasos no tratamento. Em 2021, o número subiu para 8, sugerindo a retomada parcial dos serviços oncológicos, e, em 2022, houve uma redução para 4, indicando um possível reequilíbrio da assistência hospitalar. **CONCLUSÃO:** As desigualdades no acesso à saúde impactam diretamente os desfechos do câncer de mama entre mulheres indígenas da Região Norte. O fortalecimento da rede de atenção primária, aliado a políticas públicas que considerem as especificidades dessa população, é essencial para a redução da mortalidade e a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, tais como campanhas de prevenção e a capacitação de profissionais de saúde para um atendimento culturalmente sensível. Além disso, a expansão de serviços de diagnóstico em regiões remotas poderia reduzir os casos diagnosticados em estágios avançados, aumentando as chances de tratamento eficaz.

Palavras – chave: Neoplasias de mama, Saúde de populações indígenas, COVID-19.

REFERÊNCIAS:

Ferreira, M. C. M., Nogueira, M. C., Ferreira, L. C. M., & Bustamante-Teixeira, M. T. (2023). Detecção precoce e prevenção do câncer de mama: conhecimentos, atitudes e práticas de profissionais da Estratégia Saúde da Família de cidade de porte médio de MG, Brasil. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 31(3), e31030394. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202331030394>. Acesso em: 10 de Março de 2025.

e Alves, F. T. A., Prates, E. J. S., Carneiro, L. H. P., Nogueira de Sá, A. C. M. G., Pena, É. D., & Malta, D. C. (2021). Mortalidade proporcional nos povos indígenas no Brasil nos anos 2000, 2010 2018. *Saúde em*

Debate, 45(130), 691-706. Disponível <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113010> . Acesso em: 10 de Março de 2025.

em: da Silva Souza AT, Costa Machado Vilarinho ML, Adriana de Sousa Meneses Brandão S, Rodrigues AK, Resende de Sousa Amaral L, de Sousa Milanez L, et al. Educação em saúde para mulheres indígenas sobre cânceres de mama e de colo uterino. **RBPS**. 2020;33:1 8. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2020.10740> . Acesso em: 10 de Março de 2025.

Coelho Ribeiro Oliveira, S. (2015). A incidência de câncer na população indígena no Brasil e a subnotificação dos casos. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, 11(39), 10. Disponível em: <https://www.sbec.org.br/sbec-site/revista-sbec/pdfs/39/editorial.pdf> . Acesso em: 10 de Março de 2025.

CASOS DE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA NA POPULAÇÃO INDÍGENA DA AMAZÔNIA LEGAL DURANTE 2020 A 2024

Maria Dimpina Ferraz de Oliveira – UNITPAC – dimpina21@gmail.com

François Moraes Cavalcante Silva – UNITPAC – francoismoraes98@gmail.com

Emerson Ribeiro Borges – UNITPAC – emersonrb389@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira – UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Amazônia Legal (AL), situada no Norte e centro oeste brasileiro, apresenta elevado quantitativo de povos indígenas e índices de desmatamento, este envolvendo entornos indígenas em parte dos casos (DO NASCIMENTO et al., 2021). Em relação a Leishmaniose tegumentar americana (LTA), o desmatamento corrobora com os perfis epidemiológicos silvestre e ocupacional, afetando a população indígena circunjacente (BRASIL, 2017). Doenças infectoparasitárias historicamente comprometeram a continuidade sociocultural de grupos indígenas (DO NASCIMENTO et al., 2021). Há cerca de 25 anos, houve estruturação do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena e da Fundação Nacional de Saúde, contribuindo com análises demográficas sobre tais povos (PAGLIARO, 2009). Mesmo com as atuais evoluções no monitoramento da saúde desta população, os registros de LTA mostram-se baixos. Atualmente, as doenças infectoparasitárias contribuem com a morbimortalidade nesta parcela social. **OBJETIVOS:** Apresentar a quantidade de casos de LTA em populações indígenas entre 2020 a 2024, informando os meses de maior incidência, a faixa etária e sexo prevalentes e a região da AL com prevalência de casos. **METODOLOGIA:** Trata-se de estudo epidemiológico retrospectivo, baseado nos casos de LTA na população indígena da AL notificados entre 2020 e 2024, sendo os dados retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponível no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. As variáveis utilizadas foram ano e meses de infecção, faixa etária, sexo e local da AL prevalente. **RESULTADOS:** Entre 2020 e 2024, foram notificados 2.450 casos de LTA em indígenas residentes na AL. A média anual foi de 490 casos, sem flutuações significativas, 2024 apresentando menos e 2021 mais ocorrência. Foi observada relação próxima à 2:1 casos em homens. Foi observado um padrão etário, predominando entre 20 e 39 anos. O período entre março e agosto destaca-se em relação a quantidade, havendo peculiaridades em janeiro de 2023 e fevereiro de 2024. Percebeu-se manutenção na quantidade de casos anuais, sem melhora, com período de aumento (2021). À análise dos estados da AL, destaca-se o Mato – Grosso, Amazonas e o Pará. **CONCLUSÃO:** A análise epidemiológica da LTA em populações indígenas da AL revelou estabilidade da incidência anual. Observa-se uma prevalência no sexo masculino e na faixa etária de 20 a 39 anos, sugerindo maior exposição em atividades laborais e vivência em áreas endêmicas. Foi observado maior número de casos entre março e agosto, meses cujo clima favorece a replicação vetorial.

Palavras-chave: Leishmaniose Cutânea, Saúde da População Indígena, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar. Brasília, DF, 2017.
PAGLIARO, Heloisa. Povos indígenas do Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v.22, n. 57, p. 447- 450, 2009.

ALMEIDA, Ariely Nunes Ferreira de; NASCIMENTO, Luciana de Cássia Silva do; SOUSA, Edith Silvia Moura de Moura; OLIVEIRA, Afonso José Diger de; SENA, Maria Gorete de; RESENDE, Breno Maués de; CHAVES, Raimunda Cleide Gonçalves; GARCEZ, Lourdes Maria. Vigilância da leishmaniose cutânea em amostras clínicas: distribuição da leishmania guyanensis no estado do Amapá, 2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [s.l.], v.29, n. 1, p. 1 - 9, mar. 2020.

Instituto Evandro Chagas. DO NASCIMENTO, Thalya Gonçalves Lôbo et al. Povos Indígenas em Risco: Prevalência Étnica e Regional da Leishmaniose Tegumentar no Brasil. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 862-870, 2021.

CONTAMINAÇÕES POR MERCÚRIO E SEUS IMPACTOS PARA A SAÚDE DOS POVOS DE SUBSISTÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Thiago Santos Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thiago.andrade@ufnt.edu.br

Maressa Arruda Milhomem - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maressa.milhomem@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angeles - Universidade Federal do Norte do Tocantins - iago.angelos@ufnt.edu.br

Henrico Gabriel Moreira Cerqueira Batista - Universidade Federal do Norte do Tocantins - henrico.batista@ufnt.edu.br

Pedro Gabriel Macedo Veras Rabelo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - e-mail: pedro.rabelo@ufnt.edu.br

Ediana Vasconcelos da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ediana.silva@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A intoxicação por metais pesados pode gerar inúmeros malefícios para a saúde humana, a taxa de incidência de intoxicações por mercúrio(Hg) cresceu de 0.08 (2006) tendo um pico de 0.4% em 2020. Atingindo maiores taxas em Roraima, Tocantins, Goiás e Pará. Embora esse aumento se apresenta como pequeno em um panorama geral, os dados tornam-se alarmantes quando regiões mais afetadas são colocadas em foco. Segundo o DataSUS, a taxa de incidência das intoxicações por mercúrio chegou a 16.50 no local mais afetado, Roraima; e 1.79 em Tocantins e Pará, algumas populações específicas como indígenas, acabam sendo mais afetadas nessas regiões, sendo responsáveis pela maior parte dessas estatísticas. **OBJETIVOS:** Identificar fatores de risco, os malefícios causados pela contaminação por Mercúrio, mapeando a ação humana e as populações mais afetadas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, procurou-se artigos, publicações em sites de organizações governamentais e não governamentais; Fundação Oswaldo Cruz, Associação brasileira de nutrologia, DATASUS e Agência Europeia do ambiente, pelas palavras chave “mercúrio”, “contaminações”. **RESULTADOS:** Apesar do mercúrio encontrar-se naturalmente de maneira segura em minerais, atividades humanas causam sua diluição. A atividade humana manifesta-se na exploração de recursos naturais, um claro exemplo é a garimpagem na região da bacia dos tapajós, maior atividade econômica da região. Estima-se que para cada 1kg de ouro retirado, é liberado 1,3 Kg de mercúrio, colocando o garimpo como responsável por grandes contaminações. Ainda no ano de 1980 foram liberadas 300 toneladas de mercúrio no percurso do rio Madeira. Vale ressaltar que essa contaminação pode perdurar por milhares de anos. A diluição do Mercúrio na água e sedimentos, torna-o metilmercúrio(MeHg), que entra na cadeia alimentar de peixes herbívoros através de algas e plânctons; peixes carnívoros acabam contaminados ao se alimentarem. Logo, populações mais vulneráveis à contaminação química através desses peixes, são os ribeirinhos e povos indígenas, pois o peixe é seu principal alimento proteico. O Mercúrio, um metal pesado, tem capacidade de afetar o funcionamento de sistemas corporais, podendo trazer sequelas irreversíveis. Populações intoxicadas, podem apresentar contaminação em todos os órgãos e sistemas. **CONCLUSÃO:** A pesquisa apresenta uma relação entre a atividade de garimpo em regiões fluviais e grandes contaminações por mercúrio, afetando a saúde da população e causando diversas patologias. Portanto, faz-se necessário a adoção de políticas públicas e ambientais voltadas para as populações afetadas.

Palavras-chave: Mercúrio, contaminações, meio ambiente, impacto clínico.

REFERÊNCIAS:

DataSUS, Boletim epidemiológico casos intoxicação por mercúrio 2006-2021, disponível em acesso em 12 de março de 2025

BRASIL, **Associação brasileira de nutrologia**, Mercúrio na amazônia, disponível em acesso em 12 de março de 2025 Instituto brasileiro do homem e meio ambiente da amazônia, impactos da garimpagem do ouro, disponível em acesso em 12 de março de 2025

Fundação Oswaldo Cruz, Consequências do mercúrio na saúde humana e meio-ambiente, disponível em acesso em 12 de março de 2025

European environment agency, Mercúrio: uma ameaça persistente para a saúde, disponível em acesso em 12 de março de 2025

COVID-19 EM POPULAÇÕES INDÍGENAS: DESAFIOS DA VACINAÇÃO PARA A SAÚDE NA AMAZÔNIA

Murilo Araujo Cancelier - UFNT- murilo.cancelier@ufnt.edu.br

Rebecca Padilha Santos - UNITPAC - rebeccapadilha1803@gmail.com

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho - UNITPAC - arthurmarinho123@hotmail.com

Marianna Azevedo de Castro - UFNT - mariazvcsst@hotmail.com

Maria Clara Costa Cerqueira - UNITPAC - mcclaracerqueira@gmail.com

Sayonara Aparecida Bramatti - UFNT - saybramatti@gmail.com

INTRODUÇÃO: A pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 trouxe desafios globais sem precedentes. Nesse âmbito, as comunidades indígenas da Amazônia foram severamente afetadas, pois o acesso à saúde é limitado, dificultando a adesão à vacinação. Nessa perspectiva, torna-se necessário conhecer os obstáculos que contribuem para esse impasse, bem como adotar estratégias diferenciadas, considerando as particularidades culturais e estruturais dessas comunidades, objetivando o aumento da imunização nessas áreas. **OBJETIVOS:** Analisar as barreiras existentes para a vacinação contra a COVID-19 e aderência ao tratamento em comunidades indígenas da Amazônia. **METODOLOGIA:** Revisão integrativa da literatura, realizada na base de dados NIH associado ao pesquisador PubMed, utilizando-se os descritores “COVID-19”, “vaccination” “remote areas” e “Brazil”, associados simultaneamente utilizando-se os operadores “AND” e “OR”. Os critérios de inclusão foram estudos do tipo ensaio clínico e ensaio clínico randomizado controlado, publicados nos idiomas inglês, espanhol e português, disponibilizados na íntegra e de acesso livre e publicados durante o período entre 2015 e 2025, totalizando 6 artigos para análise. **RESULTADOS:** Dentre os problemas encontrados, o medo de contágio somado a falta de informação ou desinformação sobre a vacinação e COVID-19 aumentam a hesitação da vacina. Campanhas de sensibilização sobre a importância da imunização foram suspensas devido à quarentena de algumas regiões, expandindo ainda mais as incertezas públicas em relação à vacinação. Além disso, a escassez de agentes de saúde e orçamento reduzido, que impactou diretamente na logística de transporte das vacinas e dos trabalhadores à essas áreas, também contribuíram para essa redução. Como resultado, observa-se maior vulnerabilidade dessas comunidades a surtos de COVID-19, como efeito da distância geográfica e médica entre as comunidades e os profissionais de saúde. **CONCLUSÃO:** Diante dessa realidade, torna-se fundamental fortalecer a infraestrutura de saúde na região amazônica, promover a capacitação de agentes de saúde locais e realizar palestras sobre o assunto, e garantir a participação ativa das comunidades indígenas no processo de decisão, abordando as preocupações e os medos relacionados ao COVID-19, além de integrar uma abordagem respeitosa às particularidades das populações indígenas, adaptando as estratégias de comunicação para as realidades locais, e assegurando seus direitos à saúde. Assim, a vacinação atempada e persistente é a chave para prevenir futuras epidemias inadvertidas.

Palavras-chave: COVID-19, Vaccination, Remote areas, Brazil.

REFERÊNCIAS:

ALVIM, R. G. F. et al. From a recombinant key antigen to an accurate, affordable serological test: Lessons learnt from COVID-19 for future pandemics. *Biochemical engineering journal*, v. 186, n. 108537, p. 108537, 2022.

BARBOSA DE PAULA, N. O. et al. Strategic support for the distribution of vaccines against Covid-19 to Brazilian remote areas: A multicriteria approach in the light of the ELECTRE-MOr method. *Procedia computer science*, v. 199, p. 40–47, 2022.

CONTRERAS, M. et al. Implementing a provisional overarching intervention for COVID-19 monitoring and control in the Brazil-Colombia-Peru frontier. *Frontiers in public health*, v. 11, p. 1330347, 2023.

EPELBOIN, L. et al. COVID-19 epidemic in remote areas of the French Amazon, March 2020 to May 2021: Another reality. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 55, p. e02742021, 2022.

GONÇALVES JÚNIOR, J.; FREITAS, J. F.; CÂNDIDO, E. L. COVID-19, mental health and Indigenous populations in Brazil: The epidemic beyond the pandemic. *World journal of psychiatry*, v. 12, n. 5, p. 766–769, 2022.

DESAFIOS DO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM MULHERES INDÍGENAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Renata de Sousa Vinhal - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
renatavinhal24@gmail.com

Tanmyla Figueiredo dos Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
tanmyla@hotmail.com

Mariana de Oliveira Cavalcanti - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
cavalcantimariana57@gmail.com

Emerson Ribeiro Borges - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
emersonrb389@gmail.com

Lucas Sinomar Silva Carvalho - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
lucassinomar@gmail.com

langla Araújo de Melo Damasceno - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
langla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: O câncer de colo de útero (CCU), importante problema de saúde pública, acomete mulheres em idade reprodutiva. Ele se origina de alterações intraepiteliais decorrentes da infecção pelo papilomavírus humano (HPV). Tem evolução lenta e assintomática, podendo ser curado quando descoberto precocemente. Entretanto, o sistema de saúde tem deficiências nas políticas preventivas para as comunidades indígenas, resultando em altas taxas de CCU nessa população. **METODOLOGIA:** Este resumo trata-se de uma revisão de literatura baseada na busca de artigos em inglês e português, dos últimos 5 anos, no Google Scholar e na Biblioteca Eletrônica e Científica Online (SciELO), guiada pelos termos: “indigenous woman” AND “cervical cancer screening” AND “Brazil”. Foram selecionados 4 artigos sobre o rastreamento do CCU na população indígena brasileira. **OBJETIVOS:** Elucidar os desafios do rastreamento do CCU em mulheres indígenas no Brasil. **RESULTADOS:** O CCU se desenvolve lentamente, a partir de lesões pré-cancerosas, associadas à infecção persistente pelo HPV, um vírus sexualmente transmissível. Ademais, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma das principais causas de morte no mundo. Assim, destaca-se a importância do rastreio frequente em mulheres sexualmente ativas, objetivando o diagnóstico precoce e a redução da mortalidade. Entretanto, populações marginalizadas, como as indígenas amazonenses, enfrentam desafios para a realização do Papanicolaou, o exame de rastreio do CCU. Isso se deve à dificuldade de acesso a serviços de saúde, seja pelo isolamento físico, pela falta de profissionais capacitados, pelos problemas no encaminhamento de atendimentos especializados ou pela falta de informações que incentivem a busca pelo exame. Além disso, fatores como sexarca precoce, multiparidade, múltiplos parceiros e a insistência na tradição cultural de cura natural das doenças também contribuem para a alta incidência de CCU e para a mortalidade decorrente de sua evolução. Portanto, mesmo com a implementação de programas de prevenção da infecção e da neoplasia, ainda há dificuldades no rastreio e no tratamento do CCU, impossibilitando a redução da mortalidade. **CONCLUSÃO:** O CCU continua sendo um grave problema de saúde pública entre as mulheres indígenas do Brasil, especialmente na Amazônia. A alta incidência dessa neoplasia ainda está associada às precárias condições socioeconômicas do país. Portanto, é essencial fortalecer as políticas públicas voltadas à saúde indígena, promovendo medidas educativas que respeitem as crenças culturais, vacinação, rastreamento, diagnóstico e tratamento das lesões precoces. Dessa forma, será possível garantir maior acessibilidade, conscientização e qualificação dos serviços para reduzir a incidência e a mortalidade por CCU nessa população

Palavras-chave: Povos Indígenas, Mulheres, Papillomavirus Humano, Saúde Pública.

REFERÊNCIAS:

MARIÑO, J. M.; ROCHA, D. A. P.; REIS, R. S.; SOUZA, M. G.; SOARES, S. C. C.; PORTUGAL, J. C. A.; et al. HPV-positive women living in isolated areas in Amazonas, Brazil: clinical–epidemiological profile and cytological findings. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 1, p. e32010365, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/WyjLKwfCcrHFZ5WM8Gb9kDS/?format=pdf&lang=e> n. Acesso em: 12 mar. 2025.

COSTA DUARTE, T.; CLAUDINO DE JESUS CARVALHO, M.; OLIVEIRA, I. M. M.; PIRES, H. T. A. P.; SILVA, J. C. P.; SILVA, R. A. N.; SILVA, I. G. C.; VIANA, Y. S.; CARVALHO, G. C. J.; ZANONI, R. D. Difficulties in

screening for cervical cancer in indigenous women: an integrative review. **Health and Society**, v. 3, n. 2, p. 717–736, 2023. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/hs/article/view/1313>. Acesso em: 12 mar. 2025.

REZENDE FILHO, A. E. A.; MORAES, M. S. F.; MELO, L. P. M.; LOPES, A. L. C.; RIOS, A. L. S.; MACIEL, V. C.; AMARAL, M. V. G. C. C.; SILVEIRA, L. M.; MENDES, D. R. A. A dificuldade do rastreamento do câncer de colo de útero na população indígena no Brasil – uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 5, p. 20509–20518, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/52997>. Acesso em: 12 mar. 2025.

PEREIRA, E. Ribeiro; et al. Prevention, diagnosis and treatment of cervical cancer precursor lesions at the Xingu Indigenous Park, Brazil. **European Journal of Gynaecological Oncology**, v. 36, n. 4, 2015. Disponível em: <https://article.imrpess.com/journal/EJGO/36/4/10.12892/ejgo2649.2015/376-382.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PLANEJAMENTO FAMILIAR E CONTRACEPÇÃO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Jaqueline Nogueira Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - jaqueline.andrade@ufnt.edu.br

Guilherme Soares de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - guilherme.soares@ufnt.edu.br

Lucas Oliveira Nepomuceno de Alcântara – Universidade Federal do Norte do Tocantins - nepomucenolucas@hotmail.com

Silvia Minharro Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - silvia.barbosa@ufnt.edu.br

Vanessa Bárbara dos Anjos Gomes - Universidade Federal do Norte do Tocantins - vanessa.barbara@mail.uft.edu.br

Cláudia Denise Mendanha Mangueira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - claudia.mangueira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O planejamento reprodutivo é um direito comum definido, previsto na Lei nº 9.263 de 1996, como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que visa garantir direitos de constituição, limitação ou aumento da prole. No contexto da atenção à saúde indígena, a plena garantia dessa prerrogativa constitucional deve considerar as particularidades culturais dos diversos povos, como a diversidade linguística, o início precoce da vida sexual, o curto espaçamento entre as gestações e o uso de métodos tradicionais de anticoncepção. Assim, sistematizar as evidências mais recentes sobre esse tema contribui para que os serviços de saúde desenvolvam um cuidado não colonizador. **OBJETIVOS:** Analisar as evidências científicas mais recentes sobre planejamento familiar na assistência à saúde indígena, com foco nos desafios ao acesso e práticas assistenciais descritas na literatura dos últimos 10 anos. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa sobre planejamento familiar e contracepção na saúde indígena. A busca ocorreu em MEDLINE, BVS e Embase, em 6 de março de 2025, utilizando os termos: ("Family Planning Services" OR "Contraception" OR "Reproductive Health" OR "family planning" OR "contraception" OR "birth control") AND ("Indigenous Peoples" OR "Indigenous Health" OR "indigenous") AND ("Amazon" OR "Amazon Forest" OR "Brazil"). Foram incluídas revisões (sistemáticas, escopo e integrativa), estudos observacionais, qualitativos e relatos de experiência. Como critério de exclusão, foram removidos estudos que abordavam populações indígenas que não habitavam o território brasileiro. Após a remoção de duplicatas e aplicação dos critérios de elegibilidade, 222 artigos foram pré-selecionados pelo título e resumo, sendo 4 selecionados para análise final. **RESULTADOS:** A análise dos artigos revelou que as populações indígenas enfrentam dificuldades no acesso ao planejamento familiar e ao uso de contraceptivos devido a barreiras culturais, geográficas e estruturais. A resistência ao uso de métodos modernos está associada à iniciação sexual precoce, falta de acesso aos serviços de saúde e visão cultural negativa sobre esses métodos. A escassez de profissionais e a distância dos centros de saúde agravam a situação. A integração da educação sexual com a promoção de contraceptivos modernos, respeitando práticas culturais, é essencial, assim como a combinação de saberes tradicionais com avanços científicos para um cuidado eficaz. **CONCLUSÃO:** É necessário reformular as políticas públicas de saúde, incorporando práticas culturais indígenas com estratégias de saúde pública. Deve-se criar programas específicos para promover o acesso a métodos anticoncepcionais e educação sexual, garantindo os direitos reprodutivos e melhorando a qualidade de vida das populações indígenas.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Anticoncepção, Planejamento Familiar, Educação Sexual.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

GOMES, F. A. R. Iniciação sexual, gestação, parto e puerpério. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/12/1141388/artigo-n-o-9-iniciacao-sexual-gestacao-parto-e-puerperio.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LOPES, A. S.; SANTOS, A. B. de O. Concepção e planejamento familiar: Uma análise crítica. **Saúde e Sociedade**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8ZGFsn96k7PHrv5QRGhrkDQ/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MARTIN, J. E.; SILVA, M. R. da. Family planning in the context of health care. **National Center for Biotechnology Information**, 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6057134/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, L. S. da. A importância do planejamento familiar no contexto social. **Revista Científica de Comunicação e Desenvolvimento**, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rccd/article/view/2714/2256>. Acesso em: 17 mar. 2025.

DESAFIOS NO RASTREAMENTO E DIAGNÓSTICO DO COMPROMETIMENTO COGNITIVO EM IDOSOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

Guilherme Marroques Noleto – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – guimarroques@gmail.com

Rebecca Padilha Santos – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos –
rebeccapadilha1803@gmail.com

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos –
arthurmarinho123@hotmail.com

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro – Universidade Federal do Norte do Tocantins –
alexandre.terceiro@ufnt.edu.br

Marianna Azevedo de Castro – Universidade Federal do Norte do Tocantins – mariazvcs@hotmail.com

Georgia Lelis Aranha Tavares – Universidade Federal do Vale do São Francisco –
georgia_lelis@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O envelhecimento das populações indígenas da Amazônia traz novos desafios à Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente no rastreamento de síndromes neurocognitivas como o Comprometimento Cognitivo Leve (CCL) e as demências. Fatores como baixa escolaridade, isolamento territorial, barreiras linguísticas e ausência de instrumentos adaptados comprometem a efetividade das estratégias de triagem utilizadas nas comunidades indígenas. Apesar da relevância do tema, há escassez de pesquisas específicas sobre o cuidado neuropsicológico de idosos indígenas no Brasil, especialmente na região amazônica, o que dificulta a elaboração de políticas públicas eficazes e culturalmente sensíveis. **OBJETIVOS:** Analisar os principais desafios do rastreamento de comprometimento cognitivo em idosos indígenas na Amazônia, com ênfase nos entraves socioculturais, estruturais e metodológicos enfrentados pelos profissionais de saúde na Atenção Primária à Saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram realizadas buscas nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (PubMed), utilizando os descritores: “saúde da população indígena”, “idoso”, “comprometimento cognitivo”, “atenção primária à saúde” e “Amazônia”. Foram incluídos estudos publicados entre 2012 e 2024, e a escolha dos critérios de inclusão foi orientada pela estratégia PICO (População, Intervenção, Comparação e Desfecho), considerando como população os idosos indígenas, o rastreamento cognitivo como intervenção, sem comparador direto, e como desfecho a identificação de barreiras e estratégias de triagem. A triagem dos artigos seguiu o protocolo PRISMA, com etapas de exclusão de duplicatas, leitura de títulos, resumos e, por fim, leitura integral dos textos selecionados para análise qualitativa. **RESULTADOS:** Os estudos incluídos apontam prevalência de comprometimento cognitivo entre 24% e 30% em idosos indígenas, destacando como fatores associados à baixa escolaridade, barreiras culturais e escassez de profissionais capacitados. Instrumentos como o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) e o Teste do Desenho do Relógio mostraram limitações significativas de sensibilidade nesse contexto. A literatura reforça a urgência da adaptação cultural dos instrumentos de triagem e da formação de equipes com abordagem intercultural. Estratégias participativas, que envolvam lideranças indígenas e respeitem os saberes tradicionais, foram destacadas como caminhos promissores para um cuidado mais efetivo e respeitoso. **CONCLUSÃO:** O rastreamento de comprometimento cognitivo em idosos indígenas exige abordagens sensíveis ao contexto sociocultural amazônico. A revisão evidenciou lacunas importantes na produção científica e nos instrumentos disponíveis, reforçando a necessidade de estratégias intersetoriais, formação continuada e desenvolvimento de ferramentas validadas para a realidade indígena brasileira.

Palavras-chave: Saúde da População Indígena, Comprometimento Cognitivo, Idosos, Atenção Primária à Saúde, Amazônia.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, A. P. de et al. Prevalência de comprometimento cognitivo em indígenas brasileiros do Amazonas. **Dementia & Neuropsychologia**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 457–465, 2022. DOI: 10.1590/1980-5764-DN-2021-0112.

BARROS, N. M.; CAIXETA, L. F. Prevalência de transtornos cognitivos entre idosos indígenas da etnia Karajá. [Relatório Final PIVIC/2010-2011](#). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011.

BATISTA, M. Q.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. [Estudos de Psicologia](#), Natal, v. 21, n. 4, p. 403–414, 2016. DOI: 10.5935/1678-4669.20160039.

[FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ \(FIOCRUZ\)](#). Bem viver: saúde mental indígena. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. Disponível em: . Acesso em: 17 mar. 2025.

EPIDEMIOLOGIA DA SÍFILIS CONGÊNITA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL

Thiago Vinicius Sousa Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thiagovinicius.sousas@gmail.com

Bruna Cesário Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - bruna.barbosa@ufnt.edu.br

Clara Mariana Silva Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - clara.sousa@ufnt.edu.br

Gildemar Fernandes Rocha Júnior - Universidade Federal do Norte do Tocantins - gildemar.junior@ufnt.edu.br

Maria Eduarda Holanda Sipaúba - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.sipauba@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - Universidade Federal do Norte do Tocantins - fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. A doença pode ser transmitida de uma pessoa para a outra durante o sexo (anal, vaginal ou oral) sem preservativo, por transfusão de sangue ou durante a gestação ou parto. A infecção por sífilis pode colocar em risco não apenas a saúde do adulto, como também na gestação, a sífilis pode apresentar consequências severas, como abortamento, prematuridade, natimortalidade, manifestações congênitas precoces ou tardias e morte do recém-nascido. Essa doença, apesar de ser evitável por intermédio de diagnóstico precoce e tratamento adequado durante a gestação, ainda permanece como um desafio significativo de saúde pública no Brasil. Condições de isolamento geográfico, barreiras socioculturais e dificuldade de acesso à saúde podem comprometer a notificação e o tratamento de populações vulneráveis como comunidades indígenas da Amazônia Legal. **OBJETIVOS:** Analisar os casos de sífilis congênita e identificar os principais desafios enfrentados pelas comunidades indígenas no diagnóstico e tratamento da sífilis durante a gestação. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo observacional, retrospectivo, do tipo exploratório-descritivo, que incluiu dados secundários sobre sífilis congênita em povos indígenas residentes na Amazônia Legal, notificados no período entre 2020 e 2024 e que foram obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram excluídos os registros de pacientes cuja localidade de residência não pôde ser identificada, bem como aqueles sem diagnóstico confirmado ou sem registros completos. **RESULTADOS:** Foram registrados 140 casos de sífilis congênita em pacientes indígenas residentes na Amazônia Legal, sendo 115 casos nos estados na Região Norte que compõem a Amazônia Legal, 19 na Região Nordeste e 6 casos na região Centro Oeste. Destes casos, 42 foram no estado do Amazonas, 22 no Tocantins, 19 no Maranhão, 18 no Acre, 17 em Roraima, 12 no Pará, 6 no Mato Grosso, 2 em Rondônia e 2 no Amapá. **CONCLUSÃO:** A sífilis congênita representa um desafio significativo para a saúde pública das comunidades indígenas. É fundamental implementar políticas de saúde que considerem as especificidades culturais e geográficas dessas comunidades, visando aprimorar o diagnóstico precoce, o tratamento adequado às gestantes e o fortalecimento da vigilância epidemiológica para reduzir a incidência da doença.

Palavras-chave: Infecções Sexualmente Transmissíveis, Saúde de Populações Indígenas, Sífilis.

REFERÊNCIAS:

Outubro, BRASIL. **Ministério da Saúde**. (2023). Boletim Epidemiológico de Sífilis - Número Especial | 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim-epidemiologico-de-sifilis-numero-especial-out.2023/view>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Sífilis. em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sifilis>. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível de BRASIL. Sífilis Congênita - Casos confirmados e notificados no Sistema de Informação de Agravos Notificação - Brasil. em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/sifilisbr.def>. Acesso em: 19 mar. 2025 Disponível

CARDOSO, A.M.; ICHIHARA, M.Y.T.; SANTOS, R.V. Sífilis materna e congênita em povos indígenas: uma revisão de escopo da literatura mundial. **International Journal for Equity in Health**, 2023. Disponível em: <https://equityhealth.biomedcentral.com/>. Acesso em: 19 mar. 2025

CARMO, B et al. Sífilis congênita na região da Amazônia brasileira: análise temporal e espacial. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 22, e62349, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen>. Acesso em: 19 mar. 2025

EPILEPSIA EM POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: DESAFIOS DIAGNÓSTICOS, ESTIGMA E BARREIRAS DE ACESSO AO TRATAMENTO

Guilherme Marroques Noleto - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - guimarroques@gmail.com
Rebecca Padilha Santos - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - rebeccapadilha1803@gmail.com
Arthur Vinicius Cirqueira Marinho - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - arthurmarinho123@hotmail.com
Wellyton Kelvy Pereira Santos - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - wellytonkps@gmail.com
Kaio Henrique Silva de Freitas - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - kaio54927@gmail.com
Georgia Lelis Aranha Tavares - Universidade Federal do Vale do São Francisco - georgia_lelis@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A epilepsia é uma condição neurológica crônica comum, com impactos acentuados em contextos socialmente vulneráveis. Entre os povos indígenas da Amazônia, desafios como o acesso geográfico limitado, a escassez de serviços especializados e os diferentes modos de compreender a doença influenciam diretamente no diagnóstico e no tratamento. Apesar da importância clínica e social da epilepsia, ainda são escassas as evidências científicas que abordam essa condição sob uma perspectiva intercultural no Brasil, o que dificulta a elaboração de estratégias assistenciais eficazes e sensíveis às especificidades desses territórios.

OBJETIVOS: Analisar, por meio de revisão integrativa, os principais entraves ao diagnóstico e tratamento da epilepsia em povos indígenas da Amazônia, destacando o papel do estigma cultural, da precariedade estrutural e da ausência de diretrizes específicas na Atenção Primária à Saúde (APS). **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão integrativa com buscas nas bases SciELO, PubMed e LILACS (2010–2024). Utilizou-se a estratégia PICO (População: indígenas; Intervenção: diagnóstico/tratamento da epilepsia; Desfecho: barreiras de cuidado). A seleção seguiu as diretrizes PRISMA. Foram incluídos artigos originais, relatos de experiência e revisões que abordassem epilepsia em populações indígenas na América do Sul, com foco em acesso, adesão e percepção sociocultural da doença. **RESULTADOS:** Foram identificadas prevalências elevadas de epilepsia ativa em comunidades como os Bakairi e os Waiwai, com fatores associados como consanguinidade, baixa escolaridade e histórico familiar. O manejo clínico é dificultado por falhas na continuidade do fornecimento de anticonvulsivantes, rotatividade de equipes e ausência de protocolos adaptados à realidade indígena. O estigma cultural surge como uma das principais barreiras: em diversas comunidades, as crises são atribuídas a causas espirituais, o que leva ao isolamento social, abandono terapêutico e, muitas vezes, à recusa do diagnóstico biomédico. Crianças e adolescentes com epilepsia são particularmente invisibilizados. Estratégias com maior eficácia envolvem o uso de agentes indígenas de saúde, articulação com lideranças tradicionais e ações educativas interculturais, promovendo maior adesão e compreensão comunitária da doença.

CONCLUSÃO: O enfrentamento da epilepsia em contextos indígenas exige não apenas o acesso a medicamentos e profissionais, mas também o reconhecimento das dimensões simbólicas da doença e o diálogo entre saberes. O fortalecimento da APS com enfoque intercultural, aliado à formulação de políticas públicas específicas, é fundamental para ampliar o cuidado e reduzir desigualdades neurológicas em territórios tradicionais.

Palavras-chave: Epilepsia, Povos Indígenas, Amazônia, Atenção Primária à Saúde, Estigma.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, O. P.; CROCCO, E. Percepção dos déficits cognitivos e alterações do comportamento em pacientes com doença de Alzheimer. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 58, n. 2-A, p. 292–299, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0004-282X2000000200012>.
- BORGES, M. A. et al. Prevalência da epilepsia entre os índios Bakairi do estado do Mato Grosso, Brasil. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 62, n. 3-B, p. 606–609, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0004-282X2004000400014>.
- HONORATO, M. M. et al. Os desafios do controle de epilepsia em indígenas de uma tribo isolada da Amazônia: 15 anos de seguimento. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 81, n. 8, p. 727–734, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1055/s-0043-1772653>.

NITRINI, R. et al. Performance of illiterate and literate nondemented elderly subjects in two tests of long-term memory. **Journal of the International Neuropsychological Society**, New York, v. 10, n. 4, p. 634–638, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1355617704104062>.

WARREN, L. A. et al. Prevalence and incidence of dementia among indigenous populations: a systematic review. **International Psychogeriatrics**, Cambridge, v. 27, n. 12, p. 1959–1970, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1041610215000861>.

FATORES ASSOCIADOS À HIPERTENSÃO ARTERIAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Rebecca Padilha Santos - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (Unitpac)-
rebeccapadilha1803@gmail.com

Guilherme Marroques Noletto - Centro Universitária Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac)-
guimarroques@gmail.com

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)-
alexandre.terceiro@ufnt.edu.br

Fernanda Gomes Dias - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac)-
fernandadias20111@gmail.com

Murilo Araújo Cancelier, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), murilo.cancelier@ufnt.edu.br

Fábio Serra Barbosa da Silva, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial (HA) é uma das principais causas de morbidade e mortalidade evitáveis no mundo, representando um desafio significativo para a saúde pública, especialmente em populações vulneráveis. No Brasil, as comunidades quilombolas, que são remanescentes de grupos étnicos afrodescendentes, enfrentam desigualdades históricas, socioeconômicas e de acesso à saúde, apresentam uma prevalência elevada de HA. **OBJETIVOS:** Analisar os fatores associados à hipertensão arterial em populações quilombolas, incluindo idade, obesidade, sedentarismo, alimentação inadequada e acesso precário à saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa qualitativa descritiva realizada com buscas nas bases Google Acadêmico e Scielo, utilizando a estratégia de pesquisa PICO: ("hipertensão arterial" OR "pressão arterial elevada") AND ("populações quilombolas" OR "comunidades quilombolas") AND ("fatores de risco" OR "predisposição genética" OR "desigualdades sociais") AND ("acesso ao tratamento" OR "prevenção" OR "atenção primária à saúde"). Inicialmente, foram encontrados 121 registros. Aplicando o método PRISMA, foram incluídos para triagem revisões da literatura, meta-análises e revisões sistemáticas em inglês e português, nos últimos 5 anos. Assim, foram excluídos 95 registros por filtros automáticos, 22 por não atenderem a temática, resultando em 4 estudos incluídos na revisão. **RESULTADOS:** Estudos apontam uma elevada prevalência de hipertensão arterial (HA) em populações quilombolas, frequentemente superior à observada na população geral. Isso porque, a HA nessa população está fortemente associada a fatores sociodemográficos e clínicos, como idade avançada, menor nível educacional, obesidade, diabetes mellitus, sedentarismo e padrões alimentares inadequados. Além disso, determinantes socioeconômicos, como baixa renda e acesso restrito aos serviços de saúde, intensificam essa vulnerabilidade. Nesse contexto, pesquisas identificaram que, em algumas comunidades, a maioria dos indivíduos nunca recebeu orientações sobre alimentação saudável, e uma parcela significativa não busca assistência médica regularmente. Adicionalmente, investigações qualitativas revelam um conhecimento fragmentado sobre a HA e suas formas de controle, destacando a lacuna na educação em saúde. A associação entre hipertensão e ancestralidade africana tem sido mencionada na literatura, sugerindo possíveis influências genéticas e epigenéticas, embora ainda careça de elucidação aprofundada. **CONCLUSÃO:** A hipertensão arterial nas comunidades quilombolas apresenta prevalências elevadas, associadas a fatores como idade, IMC elevado e dificuldades no acesso à saúde. Com isso, há uma clara necessidade de estratégias de saúde pública específicas e maior acesso a diagnósticos e tratamentos. Assim, políticas públicas direcionadas são essenciais para atender as necessidades dessas populações.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial, Populações Quilombolas, Fatores de Risco.

REFERÊNCIAS:

MORAES, Ana Léia; MEDESSÊ, Cidna Placidia; GBETIE, Belém. Hipertensão arterial nas populações quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) — **Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Médicas, Faculdade de Medicina**, Belém, 2023.

BEZERRA, V. M. et al.. Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil: hipertensão arterial e fatores associados. [Cadernos de Saúde Pública](#), v. 29, n. 9, p. 1889–1902, set. 2013.

SANTOS, Deyse Mirelle Souza; PRADO, Beatriz Santana; OLIVEIRA, Cristiane Costa da Cunha; ALMEIDA-SANTOS, Marcos Antonio. Prevalência da Hipertensão Arterial Sistêmica em Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe, Brasil. [Arquivos Brasileiros de Cardiologia](#), v. 113, n. 3, p. 383-390, set. 2019.

BORGES, V. M.; KIMURA, L. Panorama da hipertensão arterial nos quilombos do Brasil: uma revisão narrativa. [Physis: Revista de Saúde Coletiva](#), v. 33, p. e33050, 15 dez. 2023.

HANSENÍASE NA POPULAÇÃO INDÍGENA VERSUS GERAL NO TOCANTINS NOS ANOS DE 2018 A 2024

François Moraes Cavalcante Silva - UNITPAC – francoismoraes98@gmail.com

Matheus Ferreira Fonseca – UNITPAC - Matheus.diasferr.mf95@gmail.com

Vinicius Jácome Correia Lima - UNITPAC - vjclima@hotmail.com

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira – UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Hanseníase é doença crônica infecciosa, progressiva, causada pela *Mycobacterium leprae*. Seu quadro clínico inclui lesões cutâneas típicas, granulomas, alterações nervosas e acometimento de outros órgãos e tecidos. A hanseníase associa-se a desigualdades sociais, e as populações indígenas são particularmente afetadas devido a fatores como isolamento geográfico, barreiras linguísticas e condições de vida precárias (IMBIRIBA E B, 2009). Estes fatores contribuem para o subdiagnóstico e a transmissão contínua da et al., doença nessas comunidades (ALMEIDA, 2024). O estado do Tocantins, com um coeficiente de incidência de 47,97 casos por 100.000 habitantes, registrou em 2022 o segundo maior número de casos entre os estados brasileiros (BRASIL, 2023). Apesar de todas as recomendações da Estratégia Global para Hanseníase 2016-2020 em aprimorar a vigilância e os sistemas de informação, ainda há milhões de indivíduos com hanseníase que permanecem não diagnosticados em todo o mundo (WHO, 2017). **OBJETIVOS:** Avaliar a quantidade de casos notificados de hanseníase na população indígena tocantinense, comparando com a população geral do estado. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo, baseado nos casos hanseníase nas populações indígena e geral do Tocantins notificados entre 2018 e 2024, sendo os dados retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponível no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **RESULTADOS:** Foram observados 9.911 casos na população geral e 73 casos na população indígena, evidenciando discrepante desigualdade. Em estudo, a média coeficiente de incidência de hanseníase da população indígena foi 56,0 casos, com um desvio padrão de 52,96, variando de 8,8 a 260,0 casos (ALMEIDA, 2024). Esses dados evidenciam a ocorrência de casos na população tocantinense indígenas, porém estes são subdiagnosticados. O acesso limitado aos serviços de saúde, combinado com a marginalização histórica, resulta em maior exposição às doenças infecciosas (FERREIRA T F, et al., 2020). Determinantes socioeconômicos, como nível de escolaridade e pobreza tem relação direta com a incidência de hanseníase, pelo acesso comprometido aos serviços de saúde e déficit na disseminação de informações cruciais, resultando em diagnóstico tardio, e vulnerabilidade aos riscos de transmissão (ALMEIDA, 2024). **CONCLUSÃO:** Evidencia-se uma disparidade na incidência da hanseníase entre população indígena e geral do Tocantins. Apesar do menor número absoluto de casos na população indígena, a média do coeficiente de incidência apresenta-se elevada, sugerindo vulnerabilidade à doença. Fatores como acesso restrito aos serviços de saúde, barreiras socioculturais e condições socioeconômicas precárias levam ao subdiagnóstico e a perpetuação da hanseníase nessa parcela.

Palavras-chave: Hanseníase, População Indígena, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portal da Saúde. Situação epidemiológica—dados. 2021a. Disponível em: <http://indicadoreshanseniaze.aids.gov.br/>. Acessado em: 23 de fevereiro de 2024.

IMBIRIBA E B, et al. Hanseníase em populações indígenas do Amazonas, Brasil: um estudo epidemiológico nos municípios de Autazes, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira (2000 a 2005). **Cadernos de saúde pública**, 2009; 25(5): 972–984

FERREIRA TF, et al. Tendência da tuberculose em indígenas no Brasil no período de 2011 a 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2020; 25: 3745-3752.

WHO. **Global Leprosy Strategy** 2016–2020. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/208824/9789290225096_en.pdf. Acessado em: 18 de março de 2024.

ALMEIDA, Maria Clara Conti et al. Hanseníase em indígenas do estado do Tocantins: perfil de casos e análise de tendência, 2001-2022. [Revista Eletrônica Acervo Saúde](#), v. 24, n. 10, p. e17423-e17423, 2024.

HEPATITES VIRAIS NA POPULAÇÃO INDÍGENA: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE (2013-2023)

Paulo Otávio Neto Ferreira Sousa - UNITPAC - paulofsneto@hotmail.com

Kaio Henrique Silva de Freitas - UNITPAC - kaio54927@gmail.com

Guilherme Marroques Noieto - UNITPAC - guimarroques@gmail.com

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho - UNITPAC - arthurmarinho123@hotmail.com

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro - UFNT - alexandre.terceiro@ufnt.edu

Fábio Serra Barbosa da Silva - UFNT - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: As hepatites virais são um problema de saúde pública, especialmente entre populações vulneráveis, como os indígenas. A transmissão ocorre por vias fecal-oral (A, E) ou parenteral/sexual (B, C, D). Barreiras culturais, acesso restrito à saúde e condições sanitárias precárias aumentam a vulnerabilidade. Este estudo analisa a incidência e prevalência das hepatites virais na população indígena nos últimos 10 anos, considerando fatores sociodemográficos. **OBJETIVOS:** Avaliar a incidência e prevalência das hepatites virais (A, B, C, D, E) na população indígena. Traçar um perfil epidemiológico da hepatite viral nos indígenas nos últimos 10 anos. Analisar acesso ao diagnóstico e tratamento. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo retrospectivo baseado em dados do DATASUS, considerando variáveis sociodemográficas (idade, sexo, local de notificação, escolaridade). A análise comparativa com a população geral avaliou tendências epidemiológicas e desigualdades no acesso à saúde. **RESULTADOS:** A tabela apresentou 2.408 casos de hepatites virais em indígenas entre 2013-2023. As faixas etárias mais afetadas são 20-39 anos (945 casos) e 40-59 anos (643 casos). Os estados com mais notificações são Amazonas (635 casos), Roraima (233 casos) e Acre (219 casos). 737 (30,6%) estão sem escolaridade registrada, e 199 (8,2%) ocorreram em analfabetos, destacando vulnerabilidade no acesso à saúde. A maioria dos casos (725) está entre aqueles com até o ensino fundamental incompleto, enquanto apenas 48 (2%) possuem ensino superior completo. 1.377 casos (57,2%) ocorreram em homens e 1.030 (42,8%) em mulheres, evidenciando maior incidência no sexo masculino. Crianças e adolescentes (1-19 anos) somam 461 casos, enquanto idosos (60+ anos) representam 270 casos. **CONCLUSÃO:** A maior incidência de hepatites virais ocorre entre indígenas de 20 a 39 anos, com predomínio masculino. Amazonas, Roraima e Acre concentram a maioria dos casos. A baixa escolaridade está associada a maior vulnerabilidade, e a alta taxa de registros ignorados indica falhas na coleta de dados. Melhorar o diagnóstico precoce, ampliar o acesso ao tratamento e investir em educação em saúde são essenciais. A dependência de notificações oficiais pode levar à subnotificação, especialmente em áreas remotas, exigindo estratégias para aprimorar a captação de casos.

Palavras-chave: Hepatite Viral Humana, Epidemiologia, Saúde Pública, Atenção Primária à Saúde, Povos Indígenas.

REFERÊNCIAS:

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). DATASUS. Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 17 mar. 2025.

NUNES, Heloisa Marceliano; SOARES, Manoel do Carmo Pereira. Saúde indígena: contribuição da Seção de Hepatologia do Instituto Evandro Chagas desde a década de 1980. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Ananindeua, v. 7, n. esp., p. 71-82, dez. 2016. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000500071 &lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000500008>.

IMPACTO DA ANEMIA FALCIFORME NA MORTALIDADE DE POVOS QUILOMBOLAS

Láisa Mesquita Lagares - UNITPAC - laisalagaresnamed@gmail.com

Ana Luísa Santos Facundim - UNITPAC - facundimanaluisa@gmail.com

Ana Paula Lima de Sousa Oliveira - UNITPAC - anapls@gmail.com

Manuela Lazzari Martini - UNITPAC - manuela.martini026@gmail.com

Wellyton Kelvy Pereira Santos - UNITPAC - wellytonkps@gmail.com

Francisco Leonardo da Costa Lima - UNITPAC - francisco.leonardo@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A anemia falciforme é uma hemoglobinopatia hereditária que altera a morfologia das hemácias, tornando-as propensas à obstrução vascular. No Brasil, estima-se que entre 25.000 e 30.000 pessoas convivam com essa condição, sendo a doença monogênica mais prevalente no país. Entre os grupos mais afetados estão os quilombolas, cujas condições socioeconômicas precárias e o acesso limitado à saúde contribuem para a morbimortalidade, especialmente infantil. Na Amazônia Legal, onde há ampla distribuição de quilombos, esses desafios são agravados pela escassez de infraestrutura, carência de profissionais especializados e barreiras culturais, comprometendo a prevenção e o tratamento. A ausência de políticas públicas eficazes dificulta ainda mais a situação dessas comunidades. **OBJETIVOS:** Avaliar o impacto da anemia falciforme na mortalidade de povos quilombolas e os desafios para seu enfrentamento na Amazônia Legal. **METODOLOGIA:** Revisão de literatura em PubMed, SciELO e Google Acadêmico, utilizando a estratégia PICO e os descritores “anemia falciforme” e “quilombolas”. Foram incluídos estudos epidemiológicos e revisões de literatura em inglês e português dos últimos quatro anos. Publicações fora desse período ou alheias ao tema foram excluídas. **RESULTADOS:** As hemoglobinopatias são de crescente relevância no Brasil, especialmente em comunidades marginalizadas. O acesso limitado a diagnóstico e tratamento especializado agrava a condição dos quilombolas com anemia falciforme. O aconselhamento genético, essencial para informação reprodutiva, enfrenta barreiras, sobretudo para mulheres, devido às desigualdades de gênero. A infraestrutura urbana deficiente e a exposição a poluentes intensificam as crises dolorosas e complicações. A falta de serviços de saúde especializados compromete o manejo adequado da doença. Ademais, fatores socioeconômicos influenciam diretamente o prognóstico, e a desinformação sobre o padrão de herança genética prejudica a prevenção. A ausência de campanhas de conscientização reforça a vulnerabilidade dessas populações, dificultando a adoção de medidas preventivas. **CONCLUSÃO:** Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas que atendam às particularidades dos quilombolas na Amazônia Legal, garantindo acesso equitativo à saúde. A capacitação de profissionais locais e programas educativos podem aumentar a conscientização e reduzir os impactos negativos da doença. A colaboração entre governos, ONGs e comunidades quilombolas é fundamental para mitigar desigualdades e melhorar a qualidade de vida dessas populações. Medidas coordenadas devem ser implementadas para garantir que pessoas com anemia falciforme tenham acesso a uma saúde adequada e oportunidades de vida dignas. O fortalecimento das redes de atenção primária e a ampliação do suporte social são estratégias essenciais para avançar no combate à doença.

Palavras-chave: Anemia falciforme, Quilombolas, Hemoglobinopatias.

REFERÊNCIAS:

DIAS, B. F.; SALES, I. H. M. de; CONSOLI, S. M. Hemoglobinopatias em comunidades quilombolas. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n. 1, p. 36, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51161/rem/784>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, Ariana K. L. S. da; OLIVEIRA, Roseane B. T.; FILGUEIRAS, Lígia A. Doença falciforme, ancestralidade e aconselhamento genético: relações de gênero e direitos reprodutivos no Estado do Pará, Amazônia. **Gênero & Amazônia**, v. 5, n. 9, p. 11-30, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SOUZA, Natânia Pereira de; LIMA, Ruan da Silva; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de; SEIBERT, Carla Simone. A interferência de fatores socioambientais e urbanos na saúde das pessoas com doença falciforme, em Palmas/TO, Brasil. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SANTOS, Laíse Gabrielly Matias de Lima; FERREIRA, Carla Mariana Xavier; AZEVEDO, Artur Belo; SANTOS, Samara Luiza Silva; KASSAR, Samir Buainain; CARDOSO, Marly Augusto; FERREIRA, Haroldo da Silva. Evolução da prevalência de anemia em crianças quilombolas, segundo dois inquéritos de base populacional em Alagoas, Brasil (2008-2018). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 9, 2021. Disponível em: <https://scielo.org>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PIGOZZI, Rafael Medeiros; RIOS, Maria Paula; PIGOZZI, Leticia Medeiros; PIGOZZI FILHO, Izauro; MEDEIROS, Mauro Osvaldo. Aspectos biológicos, genéticos e sociais envolvidos no processo de transmissão do gene da anemia falciforme. **Revista Biodiversidade**, v. 20, n. 1, p. 1-10, <https://periodicoscientificos.ufmt.br>. Acesso em: 17 mar. 2025. 2021. Disponível em:

IMPACTO DA PNEUMONIA EM CRIANÇAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Maria Eduarda Soares Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria@ufnt.edu.br

Maria Eliza Costa de Carvalho Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.eliza@ufnt.edu.br

Ana Beatriz Guimarães Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ana.beatriz@ufnt.edu.br

Zara Maria Oliveira Barros - Universidade Federal do Norte do Tocantins - zara.barros@ufnt.edu.br

Josué Moura Telles - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A pneumonia na infância constitui importante problema de saúde pública, sendo uma das principais causas de morbimortalidade na pediatria. Considerando que a realidade dos povos originários é marcada pela invisibilidade social, suas vulnerabilidades acabam por expor a saúde de suas crianças a doenças diversas, sendo a pneumonia uma delas. **OBJETIVOS:** Avaliar como a pneumonia impacta crianças indígenas no Brasil e, a partir disso, observar os determinantes desse impacto sobre esse segmento populacional. **METODOLOGIA:** Trata-se de revisão narrativa da literatura, com busca realizada em março de 2025. Descritores utilizados: “pneumonia”, “indígena” e “crianças”, bem como os respectivos termos em inglês. Foi feita busca em base de dados como BVS, Pubmed e SciELO, usando “(pneumonia[Title/Abstract]) AND (indigenous[Title/Abstract])”, visando filtrar apenas os artigos que tratavam especificamente de pneumonia em crianças indígenas brasileiras. A busca em todos os campos (“All Fields”) trouxe artigos não pertinentes aos objetivos do estudo e que tratavam de outras doenças ou da pneumonia em indígenas de outras faixas etárias, assim optou-se buscar nos títulos e nos resumos. Após a aplicação da estratégia retromencionada foram encontrados quatro artigos que atendiam aos objetivos da revisão, no período de 2015 a 2025. **RESULTADOS:** A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha importante papel na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças, sobretudo das infecciosas. No entanto, observam-se entraves importantes para a prevenção em saúde nas comunidades indígenas. Fato que comprova isso é o maior acometimento de crianças indígenas por doenças infecciosas. A pneumonia representa uma parcela significativa das hospitalizações entre crianças indígenas. No estado de Roraima, por exemplo, representa 69,4% das internações. A ocorrência de pneumonia é uma das principais causas de mortalidade na infância e associa-se com fatores de risco como a idade, baixo peso ao nascer, desnutrição e baixa adesão de vacinas. Entre as crianças indígenas brasileiras, os índices de internação e óbito por pneumonia são maiores quando comparados aos de crianças não indígenas, evidenciando a vulnerabilidade existente neste grupo. Fatores como o acesso precário aos serviços de saúde, condições sanitárias inadequadas, desnutrição e baixa cobertura vacinal contribuem para esse cenário. **CONCLUSÃO:** Os estudos evidenciaram que é possível traçar uma relação da situação em saúde com o cenário vivenciado pelas crianças indígenas, representado pelo falho acesso à saúde, decorrente de fatores socioeconômicos, culturais e geográficos. Depreende-se, portanto, que a pneumonia nas crianças indígenas está diretamente relacionada aos determinantes sociais de adoecimento.

Palavras-chave: saúde indígena, pneumonia, saúde da criança.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Mario Ribeiro. Morbidade e mortalidade por pneumonia em crianças indígenas em Mato Grosso, Amazônia Brasileira, 2007-2021. *Inova Saúde*, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/Inovasaude/article/view/7589/6749>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CALDART, R. V. et al. Fatores associados à pneumonia em crianças Yanomami internadas por condições sensíveis à atenção primária na região norte do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1597–1606, 1 maio 2016.

GOYA, A.; FERRARI, G. F. Fatores de risco para morbimortalidade por pneumonia em crianças. *Rev. paul. pediatria*, p. 99–105, 2025.

MARINHO, G. L. et al. Mortalidade infantil de indígenas e não indígenas nas microrregiões do Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 1, p. 57–63, fev. 2019.

LEISHMANIOSE EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: NOVAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE

Murilo Araujo Cancelier - UFNT- murilo.cancelier@ufnt.edu.br

Suzana Serpa da Silva - UFNT- suzana.silva@ufnt.edu.br

Heitor Enéias Cordeiro - UNITPAC- heitorec@hotmail.com

Isabela Taveira - UFNT - isabela.taveira@ufnt.edu.br

Kaio Henrique Silva de Freitas - UNITPAC - kaio54927@gmail.com

Ítalo Brito Salera - UNIRG- italobritosalera@gmail.com

INTRODUÇÃO: A leishmaniose é uma doença endêmica no Brasil, especialmente nas regiões da Amazônia Legal, onde povos indígenas estão particularmente vulneráveis devido à proximidade com os ambientes naturais que favorecem a proliferação dos vetores. Embora existam esforços contínuos para combater a doença, a alta incidência entre esses povos persiste, principalmente pela escassez de estudos focados especificamente nesses grupos. Diante disso, nos últimos anos, têm sido exploradas novas estratégias para enfrentar a leishmaniose que buscam tornar-se o controle mais eficaz, por meio de abordagens que associam as novas tecnologias com as particularidades socioculturais e ambientais das comunidades indígenas.

OBJETIVOS: Avaliar a eficácia e viabilidade de medidas controladoras da população de flebotômios em comunidades indígenas da Amazônia. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada na base de dados NIH associado ao pesquisador PubMed, utilizando-se os descritores “leishmaniasis”, “remote areas” e “diagnosis”, associados simultaneamente utilizando-se os operadores “AND” e “OR”. Os critérios de inclusão foram estudos do tipo ensaio clínico e ensaio clínico randomizado controlado, publicados nos idiomas inglês, espanhol e português, disponibilizados na íntegra e de acesso livre e publicados durante o período entre 2015 e 2025, totalizando 17 artigos para análise. Destes, foram selecionados 7 trabalhos que mais se adequaram ao tema.

RESULTADOS: A leitura evidenciou avanços importantes no enfrentamento da leishmaniose em comunidades indígenas da Amazônia Legal. Testes rápidos de diagnóstico apresentaram sensibilidade superior a 85%, demonstrando alta eficácia para o diagnóstico precoce em áreas remotas. Medidas de controle vetorial, como armadilhas luminosas e pulverização residual, resultaram em redução de até 60% na densidade de flebotômios nas áreas monitoradas. Além disso, ações educativas participativas, conduzidas com o apoio de lideranças locais, aumentaram significativamente a adesão às práticas preventivas e à busca ativa por diagnóstico. O uso de tecnologias de georreferenciamento também contribuiu para a identificação de áreas críticas, permitindo uma distribuição mais eficiente dos recursos destinados ao controle da doença. **CONCLUSÃO:** Diante desse cenário, é essencial ações de capacitação para líderes comunitários sobre os sintomas e material informativo sobre a doença adaptados para a cultura local. Além disso, é necessária a realização de mais estudos sobre os impactos socioeconômicos da leishmaniose de caráter nacional para implementação de intervenções aprimoradas e preservação da saúde indígena.

Palavras-chave: Leishmaniasis, Remote areas, Diagnosis.

REFERÊNCIAS:

CHAMBERS, S. N.; TABOR, J. A. Remotely identifying potential vector habitat in areas of refugee and displaced person populations due to the Syrian civil war. **Geospatial health**, v. 13, n. 2, 2018.

HAGOS, D. G. et al. Comparison of the diagnostic performances of five different tests in diagnosing visceral leishmaniasis in an endemic region of Ethiopia. **Diagnostics** (Basel, Switzerland), v. 14, n. 2, 2024.

MESSAGIER, A.-L. et al. Tele dermatology use in remote areas of French Guiana: Experience from a long-running system. **Frontiers in public health**, v. 7, p. 387, 2019.

OKWOR, I.; UZONNA, J. Social and economic burden of human leishmaniasis. **The American journal of tropical medicine and hygiene**, v. 94, n. 3, p. 489–493, 2016.

OVIEDO-SARMIENTO, O. J. et al. Data management plan for a community-level study of the hidden burden of cutaneous leishmaniasis in Colombia. **BMC research notes**, v. 14, n. 1, p. 213, 2021.

LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA: ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS DE POPULAÇÃO INDÍGENA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2024

Matheus Henrique Turmena, UNITPAC, matheusturmena@gmail.com

Giovana Marinho Apinagé Santos, UNITPAC, giovanamarinho6@gmail.com

Livia Maria Sousa Barbosa, UNITPAC, liviamariasb31@hotmail.com

João Vitor Sousa Alves, UNITPAC, jv.sousa2016@hotmail.com

Thiago Soares Silva Braz, UNITPAC, thiagobraz96@gmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno, UNITPAC, iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A Leishmaniose Tegumentar Americana – LTA é uma doença infecto parasitária e endêmica nas Américas. Está incluída no grupo de doenças infecciosas negligenciadas – DIN1s da OMS e preocupação da OPAS no plano de eliminação, vigilância e controle da Leishmaniose nas Américas até 2030. Em 2022, 75% dos casos estavam distribuídos nos países que possuem a Floresta Amazônica em seu território, Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela. **OBJETIVOS:** Identificar o perfil epidemiológico dos casos notificados de Leishmaniose Tegumentar Americana na população indígena da região norte do Brasil entre os anos de 2020 a 2024. **METODOLOGIA:** Trata-se de estudo epidemiológico descritivo de caráter quantitativo. Os dados foram coletados através do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) por meio do sistema de tabulação TABNET do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram incluídos os casos notificados de Leishmaniose Tegumentar Americana em população indígena da região norte do Brasil entre os anos de 2020 a 2024. As variáveis analisadas foram UF de notificação, sexo, faixa etária detalhada, forma clínica, critério confirmatório e evolução do caso. **RESULTADOS:** A região norte do Brasil notificou o total de 1771 casos confirmados de Leishmaniose Tegumentar Americana em indígenas entre os anos de 2020 a 2024. O ano com maior número de casos confirmados foi 2021, responsável por 25,18% das notificações, seguido o ano de 2023 com 21,85%. Dentre as unidades federativas da região norte, destaca-se o Amazonas com o maior número de casos confirmados, 24,78% e o estado com menos casos foi o Tocantins com apenas 8%. As faixas etárias mais incidentes foram de 20-39 anos (41,5%) e 15-19anos (18,97%). Os indígenas do sexo masculino respondem por 70,92% do total de casos confirmados. 95,99% dos casos de LTA apresentaram a forma clínica cutânea e o critério de confirmação foi clínico-laboratorial em 82%. A evolução dos casos para cura ocorreu em 68,37%. **CONCLUSÃO:** Constatou-se que o perfil epidemiológico da Leishmaniose Tegumentar na população indígena da região norte do Brasil assemelha-se com os dados das américas quanto a forma clínica cutânea. A faixa etária incidir mais em adultos jovens do que em menores de 10 anos, é um bom indicador pois não sugere transmissão intradomiciliar ou peridomiciliar. Reitera ainda a necessidade de tratamentos locais como a termoterapia em contraponto aos antimoniais sistêmicos pois podem ser implementadas em áreas de difícil acesso como o território indígena.

Palavras-chave: Leishmaniose Mucocutânea, Saúde de Populações Indígenas, Região Norte, Brasil.

REFERÊNCIAS:

ABRAÃO, Luciano Sami de Oliveira et al. Perfil epidemiológico dos casos de leishmaniose tegumentar americana no estado do Pará, Brasil, entre 2008 e 2017. **Revista pan amazonica de saude**, v. 11, n. 0, 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Boletim Especial: situação epidemiológica das zoonoses e doenças de transmissão vetorial em áreas indígenas. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Número Especial. 2022.

DA SAÚDE, Organização Pan-Americana. Plano de ação para fortalecer a vigilância e o controle das leishmanioses nas Américas, 2023-2030. [S.l.]: **OPAS**, 2024.

MORENO, Eduardo Stramandinoli et al. Abordagens alternativas para a vigilância da leishmaniose tegumentar em áreas indígenas – estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 4, n. 4, 2016.

ROCHA, Vitória Pereira e ALEXANDRE, Bruno Santos. Situação epidemiológica da leishmaniose tegumentar americana entre indígenas na região norte do Brasil (2012 2022). [Cuadernos de Educación y Desarrollo](#), v. 16, n. 12 Edição Especial, p. e6586, 2024.

MALÁRIA ENTRE POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA TRANSMISSÃO

Ana Beatriz dos Santos Vitor – Acadêmico de medicina da Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz – Maranhão – Brasil – ana.bsv@discente.ufma.br

Viviany do Vale Alves Sousa – Acadêmico de medicina da Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz – Maranhão - Brasil – sousa.viviany@discente.ufma.br

Gabriel da Silva Martins - Mestrando em Saúde e Tecnologia pela Universidade do Maranhão, Imperatriz - Maranhão - Brasil - gabriel.martins1@discente.ufma.br

INTRODUÇÃO: A malária é uma doença infecciosa transmitida pelos mosquitos do gênero *Anopheles*. Sua incidência está fortemente relacionada ao ciclo de vida do vetor, que pode ser alterado por variabilidades climáticas, como altos índices de precipitação e temperaturas elevadas – características marcantes do clima equatorial presente na região amazônica. Nas populações indígenas da Amazônia, a malária tem se manifestado em taxas elevadas. Segundo dados do Ministério da Saúde, 53.042 indígenas foram diagnosticados com a doença em 2023, o que evidencia a vulnerabilidade dessas comunidades, associada às particularidades dos territórios em que vivem. **OBJETIVOS:** Analisar como as variabilidades climáticas influenciam na incidência da malária em populações indígenas habitantes da Amazônia. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados “PubMed” (9) e “BVS” (2). Foram utilizados os descritores “Malaria”, “Health of Indigenous Peoples” e “Climate Change”, bem como seus respectivos termos alternativos, obtidos a partir da plataforma DECs. Foram incluídos artigos publicados em inglês ou português, produzidos nos últimos cinco anos, sem restrição quanto ao tipo de estudo. Após o processo de seleção, auxiliado pelo programa “RAYYAN”, 11 artigos foram incluídos para a elaboração do texto completo. **RESULTADOS:** As comunidades indígenas, devido às características de seus territórios, enfrentam maior exposição a essas condições climáticas adversas. Os estudos revisados demonstram que o aumento da temperatura e as alterações nos padrões de precipitação favorecem a expansão da morbidade da malária. Com o prolongamento da sazonalidade, mais meses do ano apresentam condições climáticas ideais para a reprodução do mosquito vetor. Ademais, o aumento dos níveis de chuva, bem como dos níveis fluviais e da umidade, cria ambientes propícios à proliferação dos *Anopheles*. Eventos climáticos extremos, como o fenômeno El Niño, também contribuem para mudanças nas condições atmosféricas, afetando diretamente a dinâmica de ocorrência da malária. **CONCLUSÃO:** As alterações climáticas globais têm contribuído para a intensificação da malária entre os povos indígenas na Amazônia. O aumento das temperaturas, as variações nos padrões de precipitação e a ocorrência de eventos extremos ampliam a sazonalidade e a área de reprodução dos vetores. Dessa forma, ampliar o acesso aos serviços de saúde e investir em estratégias preventivas e de controle é fundamental para reduzir a incidência da doença e minimizar os impactos sobre as comunidades indígenas vulneráveis.

Palavras-chave: Malária, Saúde de populações indígenas, Mudança climática.

REFERÊNCIAS:

Beloconi, A., Nyawanda, B. O., Bigogo, G., Khagayi, S., Obor, D., Danquah, I., Kariuki, S., Munga, S., & Vounatsou, P. (2023). Malaria, climate variability, and interventions: modelling transmission dynamics. *Scientific reports*, 13(1), 7367. Disponível em: Acesso em: 12 de março de 2025.

Caldas, R. J. C., Nogueira, L. M. V., Rodrigues, I. L. A., Andrade, E. G. R., Costa, C. M. L., & Trindade, L. N. M. (2023). Incidence of malaria among indigenous people associated with the presence of artisanal mining. *Revista gaucha de enfermagem*, 44, e20220098. Disponível em: Acesso em: 12 de março de 2025.

Klepac, P., Hsieh, J. L., Ducker, C. L., Assoum, M., Booth, M., Byrne, I., Dodson, S., Martin, D. L., Turner, C. M. R., van Daalen, K. R., Abela, B., Akamboe, J., Alves, F., Brooker, S. J., Ciceri-Reynolds, K., Cole, J., Desjardins, A., Drakeley, C., Ediriweera, D. S., Ferguson, N. M., ... Fall, I. S. (2024). Climate change, malaria and neglected tropical diseases: a scoping review. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 118(9), 561–579. Disponível em: Acesso em: 10 de março de 2025. reviews.

Kulkarni, M. A., Duguay, C., & Ost, K. (2022). [Charting the evidence for climate change impacts on the global spread of malaria and dengue and adaptive responses: a scoping review of Globalization and health](#), 18(1), 1. Disponível em: Acesso em: 11 de Março de 2025.

Melo, J. O., Padilha, M. A. O., Barbosa, R. T. A., Alonso, W. J., Vittor, A. Y., & Laporta, G. Z. (2020). Evaluation of the malaria elimination policy in Brazil: a systematic review and epidemiological analysis study. [Tropical biomedicine](#), 37(2), 513–535. Disponível em: Acesso em: 10 de março de 2025

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Camila Oliveira de Sousa – Universidade Federal do Maranhão – camila.os@discente.ufma.br

Sâmea Cristina Santos Gomes – Universidade Federal do Maranhão – samea.gomes@ufma.br

INTRODUÇÃO: Nos recentes esforços de conferências e acordos as metas que foram estabelecidas em uma tentativa de conter as mudanças climáticas e limitar o aquecimento global não foram alcançadas, uma vez que, recordes de temperatura foram registrados em 2024 e eventos climáticos catastróficos estão presentes mundialmente. Em contrapartida, povos indígenas demonstram intensa preocupação com danos direcionados à natureza, pois essa população desenvolveu-se em sincronia e estabeleceu profunda ligação com a floresta, a qual, culturalmente, comunica-se através dos rios, do céu e dos ventos. No entanto, os agentes fundamentais na proteção da biodiversidade são marginalizados no cenário das transformações ambientais, tal marginalização atinge o âmbito dos sistemas de saúde nos quais a conexão entre saúde planetária e saúde indígena é completamente ignorada. **OBJETIVOS:** Entender as modificações climáticas influenciando a saúde global dos povos indígenas e compreender os impactos dessas alterações na saúde da população indígena da região Amazônica. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão literária e baseando-se na metodologia de busca PCC – problema, conceito, contexto – determinou-se o termo de busca deCS/meSH: “(Climate Change) AND (Health of Indigenous Peoples)”, tendo sido encontrados 104 textos completos nos últimos 5 anos na base de dados PubMed. O critério de inclusão foi apresentar conformidade com o contexto dos indígenas brasileiros. Ademais, para estruturação da pesquisa utilizou-se o checklist PRISMA 2020 para resumos. **RESULTADOS:** Dados sobre a Amazônia Legal demonstram um panorama de intensa seca, altas temperaturas e destruição do bioma, de forma que, indivíduos de comunidades nativas vivenciam a degradação da água doce, da medicina tradicional e das plantações. Desse modo, a saúde indígena é deteriorada, pois, com base no conhecimento cultural, o ambiente fornece mantimentos com benefícios medicinais. Além disso, a saúde mental desses povos também é afetada devido ao elo existente entre esses povos e a natureza. Outrossim, o desgaste ambiental favorece a escassez de água e de alimento, visto que, a estiagem dificulta a conservação das fontes de água não contaminadas e leva a perda de animais, o quadro de desnutrição que assola comunidades remotas é exacerbado. **CONCLUSÃO:** É fundamental integrar conhecimento tradicional nas inovações institucionais, tecnológicas e sociais para que, assim, seja possível regular as mudanças climáticas e por conseguinte promover qualidade de vida e saúde aos povos indígenas amazônicos. Contudo, a escassez de estudos nas regiões remotas da Amazônia Legal limita e generaliza os resultados encontrados, porque questões ambientais e culturais não são universais entre comunidades nativas.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Indígenas Sul-Americanos, Mudança Climática, Saúde de Populações Indígenas.

REFERÊNCIAS:

Amazônia sofre com devastação e extrema alteração climática.

ANTONIO JOSÉ GRANDE et al. Environmental degradation, climate change and health from the perspective of Brazilian Indigenous stakeholders: a qualitative study. **BMJ Open**, v. 14, n. 9, p. e083624–e083624, 1 set. 2024.

DIAS, V. et al. Indigenous university students' perceptions regarding nature, their daily lives and climate change: a photovoice study. **BMC Public Health**, v. 25, n. 1, 8 jan. 2025.

ROMANELLO, M. et al. The 2024 report of the Lancet Countdown on health and climate change: facing record-breaking threats from delayed action. **The Lancet**, v. 0, n. 0, 2024.

SANGKACHAI, N. et al. Advancing green recovery: Integrating one health in sustainable wildlife management in the Asia-Pacific Indigenous People and Local Communities. **One Health**, v. 20, p. 100969, 9 jan. 2025.

NEUROPATIAS PERIFÉRICAS RELACIONADAS À DESNUTRIÇÃO E DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS NA SAÚDE INDÍGENA

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariavzvcst@hotmail.com

Murilo Araújo Cancelier - Universidade Federal do Norte do Tocantins - Murilo.cancelier@ufnt.edu.br

Maria Clara Costa Cerqueira - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - mcclaracerqueira@gmail.com

Clara Beatriz Lopes Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - clara.andrade@ufnt.edu.br

Josué Moura Telles - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A nutrição pré e pós-natal desempenha papel crucial na formação estrutural e funcional do sistema nervoso, acometendo o desempenho cognitivo. A deficiência nutricional é um fator de risco na etiologia das neuropatias periféricas, doenças que impactam nas atividades motoras, sensitivas e autonômicas, através da desmielinização neuronal ou degeneração dos axônios. Destaca-se a vulnerabilidade dos povos indígenas perante tal quadro, conhecidas as condições socioeconômicas a que tais populações são submetidas, que, ocasionalmente, restringem sua dieta. Além da causa carencial, é fundamental reconhecer as origens metabólicas, imunológicas, neoplásicas e tóxicas da patologia. Este estudo visa correlacionar a vulnerabilidade alimentícia nos povos indígenas com a instalação e evolução de neuropatias do sistema nervoso periférico, analisando seu impacto na saúde e estratégias de prevenção. **OBJETIVO:** Analisar a relação entre desnutrição e neuropatias periféricas em populações indígenas, com ênfase nas principais deficiências nutricionais associadas e suas implicações clínicas. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura, com auxílio das ferramentas SciELO, PubMed e LILACS. Foram utilizados os descritores ("Peripheral neuropathies" AND "Malnutrition" OR "Nutritional deficiency") AND ("Indigenous health"). Após análise dos critérios de relevância e foco comparativo entre os instrumentos, quatro estudos foram selecionados para compor esta revisão.

RESULTADOS: A insuficiência alimentar, especialmente a falta de tiamina (B1), é um fator-chave no desenvolvimento de neuropatias periféricas em indígenas. Casos entre os indígenas Xavantes, com dieta baseada em arroz beneficiado, mostraram que a deficiência de tiamina ocasionou miopatia progressiva, arreflexia e hipoestesia, confirmando uma polineuropatia sensitivo-motora simétrica, com padrão axonal desmielinizante no primeiro caso e predomínio desmielinizante no segundo. Exames de líquido não apresentaram alterações, descartando outras causas, como polirradiculoneurite. Foi observada melhora clínica à suplementação de tiamina e adequação dietética, evidenciando a carência nutricional como causa da condição. Além disso, a deficiência de vitamina B12 está associada a neuropatias axonais desmielinizantes e a hipovitaminose D pode estar vinculada à patologia, embora sua influência ainda seja investigada. A substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados e a falta de políticas de suplementação nas populações indígenas aumentam a predisposição às lesões nos nervos periféricos. **CONCLUSÃO:** As neuropatias periféricas associadas à desnutrição representam um problema significativo na saúde indígena, sendo agravadas por carências dietéticas e barreiras no acesso à nutrição. A prevenção inclui intervenções nutricionais, educação alimentar e políticas públicas que garantam o fornecimento adequado de micronutrientes à essa população. Estudos epidemiológicos são necessários para quantificar a incidência de tais neuropatias e propor estratégias eficazes de mitigação.

Palavras-chave: Desnutrição e saúde, Neuropatias periféricas, Populações indígenas.

REFERÊNCIAS:

SCHWEIGERT, I. D.; SOUZA, D. O. G. DE; PERRY, M. L. S. Malnutrition, central nervous system maturation and neuropsychiatric diseases. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 2, p. 271–281, 1 abr. 2009.

KRAYCHETE, D. C.; SAKATA, R. K. Neuropatias periféricas dolorosas. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 61, n. 5, p. 649–658, out. 2011.

VIEIRA FILHO, J. P. B. et al. Polineuropatia nutricional entre índios Xavantes. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 43, n. 1, p. 82–88, mar. 1997.

CHEN, C.-S. et al. Vitamin D Insufficiency as a Risk Factor for Paclitaxel-Induced Peripheral Neuropathy in SWOG S0221. **Journal of the National Comprehensive Cancer Network**, v. 21, n. 11, p. 1172-1180.e3, 1 nov. 2023.

O RACISMO INSTITUCIONAL E DIREITOS REPRODUTIVOS: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE OS DESAFIOS NA SAÚDE MATERNA DE MULHERES NEGRAS

Vitória de Oliveira Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - vitoria.sousa@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - iago.angelos@ufnt.edu.br

Maria Thallyta Biliu Paiva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.paiva@ufnt.edu.br

Pedro Rafael Bezerra Macedo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - pedro.macedo@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O racismo instaurado no país, devido às raízes de construção da comunidade brasileira, interfere no cotidiano da população negra, o preconceito segrega diversos direitos dessa parcela da população, principalmente os direitos das mulheres negras. O racismo permeia as diversas áreas da sociedade o que prejudica os princípios do Sistema Único de Saúde que garante acesso universal, igualitário e equitativo para todos os cidadãos nas etapas da vida, inclusive com políticas públicas que dão ênfase no período gestacional.

OBJETIVOS: Analisar a relação do racismo presente na sociedade com a violência obstétrica praticado contra mulheres negras. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica nas bases de dados “PubMed” e “SciELO” por meio dos descritores “racism” e “obstetric violence” combinados com o operador booleano “AND”. Inicialmente, foram encontradas 50 publicações científicas, sendo 43 publicações dos últimos seis anos, utilizando os critérios de inclusão- correlação entre violência obstétrica e mulheres negras, enfatizando a origem da negligência- foram selecionados doze artigos para a produção desta revisão. Sendo excluídos artigos que não retratam a violência obstétrica no contexto étnico. **RESULTADOS:** A literatura mostra que cerca de 60% das mortes obstétricas que ocorrem no Brasil se restringem às mulheres negras, as mortes poderiam ter sido evitadas, em 90% dos casos, se a grávida tivesse atendimento de saúde correto. A desmoralização do corpo de mulheres negras é pautada na percepção empírica, sem comprovação científica, e preconceituosa que os sistemas fisiológicos entre mulheres brancas e negras são diferentes, que o corpo negro é mais resistente a dor, pois a verbalização da dor por mulheres negras no momento do parto é ignorado pelos profissionais da saúde para o tratamento terapêutico. Estudos revelam que condutas sem viés científico, como a Manobra de Kristeller, são praticadas em mulheres negras, que a escolha das decisões terapêuticas pelo médico é fundamentada na autoridade do profissional e não nos benefícios da prática para as mulheres grávidas. As pesquisas demonstram que ocorrem impactos psicológicos no puerpério de mulheres negras devido às experiências negativas com o atendimento no momento do parto, uma parcela dessas mulheres são conscientes que os episódios traumáticos são estruturados no racismo institucional. **CONCLUSÃO:** Portanto, o racismo institucional dos profissionais que prestam assistência no momento do parto, nas consultas de pré-natal e no puerpério afeta o acesso de mulheres negras aos direitos reprodutivos. Assim, os dados reforçam a necessidade de políticas públicas eficazes para reduzir os casos de negligência obstétrica com mulheres negras.

Palavras-chave: Racismo, Violência obstétrica, Direito reprodutivo

REFERÊNCIAS:

BARBOSA. A. P.; AVELAR. T. C.; BARROS. E. N. Assistência em saúde durante a gestação e parto na avaliação de mulheres negras. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 44, n. 106, p. 27-39, Jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/2176-3038.20240002>. Acesso em: 18 mar. 2025.

CURI. P. L.; RIBEIRO. M. T. A.; MARRA. C. B. A violência praticada contra mulheres negras no SUS. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 72, p. 156-159, Out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.156-169>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LIMA. K. D.; PIMENTEL. C.; LYRA. T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Ciência & Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 4909-4918, Set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.24242019>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SANTANA. A.T. et al. Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: uma percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1- 8, Dez. 2023. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.09952023>. Acesso em: 18 mar. 2025. DOI:

O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Eryka Oliveira de Aquino – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) –
erykaoliveiradeaquino@gmail.com

Luana Cristina Ferreira Magalhães – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) –
luana.cristinamed17@gmail.com

Iasmim Borges dos Santos – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) –
iasmimborges12@gmail.com

Euler Pereira da Silva – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – eulerp8@gmail.com

Larissa Procópio Cruz – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) –
procopio_larissa01@gmail.com

Leandro Silva da Conceição – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) –
drleandroscctbmf@gmail.com

INTRODUÇÃO: Ao longo dos anos o perfil epidemiológico das populações indígenas tem mostrado grande transição. A prevalência de doenças infecto parasitárias tem dado espaço para doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), dentre elas, as doenças de risco cardiovascular. Essa mudança se justifica por alterações no estilo de vida, nos hábitos alimentares devido a urbanização das áreas indígenas. Estudos da literatura atual, revelam elevadas taxas de obesidade, hipertensão e diabetes em comunidades indígenas mais próximas de áreas urbanas. No entanto, poucos estudos apontam os riscos e o fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de tais comorbidades nesta população. **OBJETIVOS:** Este estudo visa identificar os fatores que influenciam na mudança de perfil das doenças que acometem a população indígena brasileira, destacando as doenças de risco cardiovascular. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura de caráter integrativo. Em sua realização, foram incluídos estudos científicos presentes na base de dados PubMed, nos idiomas português e inglês, de 2020 a 2025, disponíveis na íntegra. Foram selecionados apenas os estudos que abordavam o perfil de doenças indígenas e a urbanização. **RESULTADOS:** Os dados revisados mostraram que houve uma mudança no estilo de vida de comunidades indígenas próximas às áreas urbanas, desde seus hábitos alimentares (consumo de alimentos industrializados), até a redução de atividades rotineiras (caça, pesca e agricultura). Essa mudança é devida ao avanço da urbanização para as áreas indígenas, uma vez que esta reduz a quantidade de terras e práticas agrícolas; proporciona maior contato entre a população indígena e não indígena, bem como a adoção de uma vida mais sedentária. Ainda outros estudos, envolvendo povos indígenas do estado do Pará, mostraram que além de fatores ambientais, há fatores genéticos associados ao desenvolvimento de doenças crônicas nestas populações. Outro estudo envolvendo o nordeste brasileiro, identificou alta prevalência de hipertensão, diabetes, dislipidemia e doenças cardiovasculares subclínicas em comunidades indígenas com certo grau de urbanização. **CONCLUSÃO:** Identificou-se um cenário heterogêneo dos fatores ligados à mudança de perfil das doenças de comunidades indígenas. Características como a alimentação e as práticas dentro das populações indígenas sofrem influência da urbanização e do convívio entre povos indígenas e não indígenas. Somando-se à genética, esses fatores propiciam condições de comorbidades e doenças de risco cardiovascular. Sobre tudo, há a necessidade de estudos mais aprofundados, visto que a pouca disponibilidade destes comprometem a compreensão da realidade dessas populações, bem como a elaboração de medidas de prevenção e tratamento.

Palavras-chave: Cardiovascular; Indígenas; Doenças; Urbanização;

REFERÊNCIAS:

SILVA, Ilton Palmeira; OLIVEIRA, João Ricardhis Saturnino de; SANTOS, Bianka Santana dos; FONSECA, Caíque Silveira Martins da; LIMA, Vera Lúcia de Menezes. Principais fatores relacionados ao risco cardiovascular de populações indígenas do Brasil. *Research, Society and Development*, v. 10, <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18254>. n. 9, e38610918254, 2021. DOI:

PATRIOTA, Pedro Vinícius Amorim de Medeiros; LADEIA, Ana Marice T.; MARQUES, Juracy; KHOURY, Ricardo; BARRAL, Aldina; CRUZ, Alvaro A.; CORREIA, Luis Claudio L.; BARRAL-NETTO, Manoel; LIMA,

Joao A. C.; ARMSTRONG, Anderson C. Ecocardiografia e análise de doenças cardiovasculares subclínicas em povos indígenas que vivem em diferentes graus de urbanização: Projeto de Aterosclerose nas Populações Indígenas (PAI). [Arquivos Brasileiros de Cardiologia: Imagem Cardiovascular](#), v. 33, n. 3, p. eabc78, 2020. DOI: 10.47593/2675-312X/20203304eabc78.

ARMSTRONG, Anderson da Costa; SOUZA, Carlos Dornels Freire de; SANTOS, Juracy Marques dos; CARMO, Rodrigo Feliciano do; ARMSTRONG, Dinani Matoso Fialho de Oliveira; PEREIRA, Vanessa Cardoso; LADEIA, Ana Marice; CORREIA, Luis Claudio Lemos; BARRAL-NETTO, Manoel; LIMA, João Augusto Costa. Urbanization and cardiovascular health among Indigenous groups in Brazil. [Communications Medicine](#), v. 3, n. 1, p. 17, Feb. 2023. DOI: 10.1038/s43856-023-00239-3.

Fidelis Baniwa EJ, Putira Sacuena ER, Della Noce RR, Quaresma VB, Alencar TH, Lemes RB, Araújo AC, Cayres-Vallinoto IMV, Guerreiro JF. Fourteen-year trends in overweight, general obesity, and abdominal obesity in Amazonian indigenous peoples. [BMC Public Health](#). 2024 May 1;24(1):1210. doi: 10.1186/s12889-024-18689-2. PMID: 38693512; PMCID: PMC11064236.

O SUICÍDIO EM POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Rodrigo Kauan Vailati - UNITPAC – rodvailatiacad@gmail.com

Guilherme Marroques Noletto - UNITPAC - guimarroques@gmail.com

Wellyton Kelvy Pereira Santos – UNITPAC - wellytonkps@gmail.com

Lucas Sinomar Silva Carvalho - UNITPAC - lucassinomar@gmail.com

Filipe Leite Moraes - UNITPAC - filipemoraes.araguaina@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira - UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: O suicídio é um fenômeno social complexo, com variadas definições nas literaturas. Diversos são os motivos que levam um indivíduo a desenvolver pensamentos suicidas, o que torna tal fenômeno ser de difícil compreensão em qualquer sociedade, inclusive nas comunidades indígenas. O suicídio nessa população pode envolver dimensões familiares, pessoais e comunitárias, além de valores religiosos e culturais impostos pelas comunidades. Pesquisas apontam que existem diversos fatores, explicados pela visão dos povos indígenas, que podem influenciar no suicídio: regras de casamento, efeitos de “feitiçarias” provocadas por terceiros e o desuso de rituais indígenas pelas novas gerações. Diante disso, são necessárias respostas para justificar as taxas de suicídio em tais povos. **OBJETIVOS:** Realizar um estudo analítico sobre o contexto, motivações e impactos do suicídio em populações indígenas diversas do Brasil. **METODOLOGIA:** O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura envolvendo pesquisas sobre a prática do suicídio em povos indígenas do Brasil. Para realizar a pesquisa, foram selecionados artigos científicos publicados entre 2022 e 2024, disponíveis nas plataformas Scielo e Lilacs, com os descritores “suicídio”, “povos indígenas” e “suicídio indígena”. **RESULTADOS:** A faixa etária de maior ocorrência de casos de suicídio é dos 10 aos 19 anos, e os principais mecanismos são estrangulamento, autointoxicação e lesões autoprovocadas. Em algumas etnias, como a Karajá, uma das principais motivações suicidas se deve ao fato de o marido ser obrigado a se mudar para a aldeia da esposa e servir a família da mesma, desencadeando um estado de submissão para o marido, podendo desenvolver a ideia suicida por não concordar com tal obrigação. Outro motivo, segundo a visão indígena, deve-se também ao fato de feitiçeiros se aproveitarem do episódio de suicídio para realizarem feitiços que recaem em outras pessoas com o mesmo perfil, estimulando sucessivos casos semelhantes. Ademais, casos de depressão, conflitos territoriais e uso abusivo de álcool também estão entre os principais fatores desencadeantes. **CONCLUSÃO:** Mesmo com inúmeras hipóteses para explicar as ideias suicidas em indígenas, pouco se faz para reverter o quadro dessa problemática. É imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas para solucionar o cenário, além de mobilizar profissionais de saúde para as regiões que necessitem de atenção, pois a população indígena é um dos grupos sociais mais vulneráveis ao suicídio. Concomitantemente, haverá maior conscientização desse cenário às pessoas, o que garantirá melhor qualidade de vida aos indígenas e a manutenção de suas ricas culturas dentro do país.

Palavras-chave: indígenas, suicídio, povos indígenas.

REFERÊNCIAS:

GOMES, Fabrícia Emanuelle Rodrigues; HERÊNIO, Alexandre Castelo Branco; COSTA, Whigney Edmilson da. Suicídio em povos indígenas no Brasil. *Psicologias em Movimento*, v. 2, n. 2, p. 104-115, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 mar. 2025.

COSTA, Gercy de Lima; CALEGARE, Marcelo. Suicídio indígena: uma revisão de literatura. *Revista AMazônica*, v. 16, n. 2, p. 126-151, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.58>. Acesso em: 8 mar. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da Silva et al. Tentativa de suicídio em indígenas no estado do Amazonas, Brasil. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 10, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e14860.2023>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BANIWA, Geana; CALEGARE, Marcelo. Fatores explicativos do suicídio pela visão indígena: uma revisão de literatura. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 41, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e230084>. Acesso em: 8 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE NO TOCANTINS DE 2021 A 2025

Clara Mariana Silva Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins – marianafor2010@hotmail.com

Bruna Cesário Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - bruna.barbosa@ufnt.edu.br

Gildemar Fernandes Rocha Júnior - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

gildemar.junior@ufnt.edu.br

Maria Eduarda Holanda Sipaúba – Universidade Federal do Norte do Tocantins –

maria.sipauba@ufnt.edu.br

Thiago Vinícius Sousa Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thiago.sousa@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - Universidade Federal do Norte do Tocantins – fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A hanseníase é uma enfermidade infectocontagiosa crônica, que afeta os nervos e a pele causada pelo *Mycobacterium leprae*. A transmissão do parasita ocorre pelo contato com uma pessoa sem tratamento. Apesar de haver disponibilidade de tratamento gratuito, as altas taxas de detecção nas regiões do Norte, como no estado do Tocantins, evidenciam a persistência da transmissão. **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico da hanseníase no estado do Tocantins no período de 2021 a 2025, focando nos diferentes grupos raciais e o grau de escolaridade. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter epidemiológico, transversal e descritivo, baseado em dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no período entre 2021 e 2025. As variáveis selecionadas para análise incluíram: ano de diagnóstico (2021 a 2025), raça/cor da pele (branca, preta, amarela, parda e indígena) e escolaridade. Foram excluídos os registros de pacientes cuja localidade de residência não pôde ser identificada, bem como aqueles sem diagnóstico confirmado ou sem registros completos. Os dados obtidos foram exportados para planilhas do Microsoft Excel, sendo registrados, tabulados e analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas. Este estudo é de natureza secundária e utiliza dados de domínio público disponibilizados pelo DATASUS, conforme previsto pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). **RESULTADOS:** Foram registrados um total de 4.801 casos de hanseníase no estado do Tocantins, sendo 3.079 casos em pessoas pardas (64,1%), 726 casos em pessoas pretas (15,1%), 595 casos em pessoas brancas (12,4%), 251 casos em pessoas amarelas (5,2%) e 34 casos em indígenas (0,7%). Dentre os casos analisados, 275 (5,7%) eram analfabetos, 684 (14,2%) haviam cursado a 4ª série incompleta, 584 (12,2%) tinham entre 5ª e a 8ª série incompleta e apenas 254 (5,3%) haviam concluído o ensino médio. **CONCLUSÃO:** Observou-se uma predominância de casos em pessoas pardas e pretas e com baixo grau de escolaridade. A análise das características de escolaridade e raça dos indivíduos notificados aponta para desigualdades socioeconômicas e educacionais que podem influenciar o acesso a cuidados médicos adequados. Os resultados obtidos evidenciam também, a persistência de hanseníase no estado do Tocantins reforçando a necessidade de políticas públicas mais equitativas e estratégias específicas para populações vulneráveis.

Palavras-chave: Epidemiologia, Hanseníase, *Mycobacterium leprae*.

REFERÊNCIAS:

CUNHA, Luiza Moreira et al. Perfil epidemiológico da hanseníase no estado do Tocantins no período de 2015 a 2020. *Revista Interdisciplinar em Saúde*, Cajazeiras, v. 8, p. 846-859, 2021. Disponível em: http://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_29/Trabalho_66_2021.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

LEANO, H. A. M. et al. Fatores socioeconômicos relacionados à hanseníase: revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 72, n. 5, p. 1474-1485, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rben/a/fsQgyqPLRf5rH8v5xjyBn3C/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Fatores de risco e proteção de doenças e agravos não transmissíveis em adolescentes segundo raça/cor: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 247-259, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/TTCxh4NvTJwTx3jH5xJmbvt/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SOUZA, Aline Aparecida de et al. Hanseníase e vulnerabilidade: uma revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 297-314, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CmLqBCKP6rZjBFd79dgd8SR>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SOUZA, Jéssica de et al. Fatores associados às desigualdades das condições sociais na saúde de idosos brancos, pardos e pretos na cidade de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tqnpcDjdXf7zvLmXgFVsCcR/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE TUBERCULOSE PULMONAR EM POPULAÇÃO INDÍGENA NA REGIÃO DO AMAZONAS NOS ANOS DE 2020 A 2024: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO.

Henrique Pereira da Silva Neto - UNITPAC - henrique.neto09@gmail.com

Euler Pereira Silva - UNITPAC - eulerp8@gmail.com

Karine Alves Carvalho - UNITPAC - karineac1234@hotmail.com

Joana Maranhão Medeiros - UNITPAC - joanamaranhaomedeiros@gmail.com

Thiago Soares Silva Braz - UNITPAC - thiagobraz96@gmail.com

Mário de Souza Lima e Silva - UNITPAC - mario.silva@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A tuberculose pulmonar (TB) é uma infecção causada pela bactéria *Mycobacterium Tuberculosis*, transmitida por aerossóis ou gotículas expelidas no ar, sendo influenciada por fatores ambientais de exposição e da carga infecciosa do paciente-fonte. Clinicamente, a TB manifesta-se de forma crônica, com sintomas pulmonares, como tosse persistente, e sistêmicos, incluindo perda de peso e febre. Ressalta-se que a TB possui repercussões sociais, por acometer desproporcionalmente as populações sociovulneráveis, especialmente os povos indígenas. **METODOLOGIA:** Esse resumo é um estudo epidemiológico transversal, com coleta de dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) selecionando o período temporal de 2020 a 2024. **RESULTADOS:** A análise dos dados coletados evidenciou 50 internações de pacientes indígenas em toda região do Amazonas, sendo os maiores valores encontrados nos municípios de São Paulo de Olivença e Santa Isabel do Rio Negro, ambos com 6 internações. No mesmo período, avaliou-se a quantidade de 727 internações na população do Amazonas. Infere-se que as internações por povo indígena representam, em torno, de 7% do total das internações do Estado do Amazonas por essa patologia. Observou-se também uma prevalência discreta dessas internações pela população masculina, cerca de 54% do total de internações, sendo que a faixa etária de 40 a 49 anos concentrou a maior parcela dessas internações masculinas, com 7 internações. Além disso, a quantidade de óbitos totalizou 5 registros, com predominância total do grupo feminino, que representa uma taxa de mortalidade de 21,74% em relação ao total de casos registrados. Em comparação, a totalidade de óbitos devido à essa infecção respiratória na população feminina geral do Amazonas contabilizou 23 por tuberculose pulmonar no mesmo período em avaliação. Dessa forma, os óbitos femininos indígenas corresponderam a aproximadamente 22% do total de óbitos femininos por tuberculose no estado. **CONCLUSÃO:** Os dados analisados reforçam que a TB afeta a população indígena na Macrorregião do Amazonas, evidenciando desafios quanto aos registros, às notificações de saúde e ao acesso aos serviços de saúde pela população indígena. Para tanto, é de suma importância a implementação da vigilância epidemiológica pela Secretaria de Saúde do Estado, bem como a minimização de barreiras sociogeográficas, por meio de ações de saúde nas microrregiões mais afetadas, a fim de garantir um panorama epidemiológico mais preciso da tuberculose na população indígena.

Palavras-chave: Indígena. Tuberculose Pulmonar. Perfil epidemiológico.

REFERÊNCIAS:

ALSAYED, Shahinda SR; GUNOSEWOYO, Hendra. Tuberculosis: pathogenesis, current treatment regimens and new drug targets. *International journal of molecular sciences*, v. 24, n. 6, p. 5202, 2023. Disponível: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10049048/>. Acesso em: 20 de março de 2025.

DOWDY, David W.; RAVIGLIONE, Mario C. Basic and Descriptive Epidemiology of Tuberculosis. *Essential Tuberculosis*, p. 29-36, 2021. Acesso em: https://www.researchgate.net/publication/353475017_Basic_and_Descriptive_Epidemiology_of_Tuberculosis. Acesso em: 20 de março de 2025.

OKRAM, Megharani; SINGH, O. Mukherjee. Tuberculosis: A narrative review on epidemiology, risks, implications, preventions and treatments. *Int. J. Res. Med. Sci*, v. 12, n. 6, p. 2172, 2024. Disponível em: <https://www.msjonline.org/index.php/ijrms/article/view/13503>. Acesso em: 20 de março de 2025.

SILVA, Denise Rossato et al. Consenso sobre o diagnóstico da tuberculose da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 47, p. e20210054, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/8dcg5yyCjGhqDTp9fCwhdgC/?lang=pt>. Acesso em: 20 de março de 2025.

SUSANTI, Febri Arini; KASIM, Ahmad Muhammad; RAHAYU, Mesra. Análise dos fatores que afetam a incidência da tuberculose pulmonar. **Jurnal Ilmiah Kesehatan Sandi Husada**, v. 2, pág. 380-388, 2024. Disponível: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11062777/>. Acesso em: 20 de março de 2025.

PERFIL EPIDEMIOLOGICO DOS CASOS DE TUBERCULOSE ENTRE OS POVOS INDIGENAS DO ESTADO DA AMAZONAS ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2023

Lucas Shangenis de Holanda Gama - UNITPAC – lucasshb_14@hotmail.com

Leonardo Martins Gomes – ITPAC (Porto Nacional) – leonardomartinsgms@hotmail.com

Livia Maria de Sousa Barbosa - UNITPAC – liviamariasb31@hotmail.com

Kaynan Albino Linhares- UNITPAC- kaynanalbino@gmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno – UNITPAC – iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A tuberculose ainda continua sendo um desafio de saúde pública global, possuindo um impacto significativo em populações indígenas que apresentam maior vulnerabilidade devido a barreiras de acesso ao sistema de saúde e fatores socioeconômicos associados. No estado do Amazonas, onde há uma expressiva população indígena, a incidência da doença é elevada, demandando análises mais detalhadas para o desenvolvimento de estratégias eficazes de controle e prevenção dessa patologia. **OBJETIVOS:** O estudo tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico dos casos de tuberculose entre os povos indígenas do Amazonas entre os anos de 2019 e 2023, considerando a distribuição temporal, o perfil demográfico e a forma clínica da doença. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo e retrospectivo baseado em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/DATASUS). Para isso, foram analisados os casos notificados de tuberculose entre indígenas residentes no Amazonas, considerando ano de diagnóstico, sexo, forma clínica e distribuição por município de residência. **RESULTADOS:** Entre 2019 e 2023, foram registrados 989 casos de tuberculose em indígenas no Amazonas. O ano com maior número de notificações foi 2023 (252; 25,5%), seguido por 2019 (200; 20,2%) e 2022 (191; 19,3%). Em relação ao sexo, houve um predomínio de casos em homens (540; 54,6%) em comparação com mulheres (449; 45,4%). Quanto à forma clínica, a tuberculose pulmonar foi a mais prevalente (865 casos; 87,5%), seguida da extrapulmonar (93 casos; 9,4%) e da forma combinada pulmonar + extrapulmonar (31 casos; 3,1%). Os municípios com maior número de casos foram São Gabriel da Cachoeira (213; 21,5%), Manaus (155; 15,7%), Tabatinga (84; 8,5%) e Autazes (49; 5,0%). Municípios como Santa Isabel do Rio Negro (48 casos), São Paulo de Olivença (40) e Barreirinha (32) também apresentaram incidência significativa. **CONCLUSÃO:** Diante disso, os dados apresentados evidenciam a alta carga da tuberculose entre indígenas no Amazonas, com crescimento dos casos em 2023. A predominância da forma pulmonar sugere desafios no diagnóstico e na adesão ao tratamento. Estratégias de intervenções, como rastreamento ativo, acesso amplo ao diagnóstico e tratamento supervisionado, são essenciais para reduzir a incidência e minimizar impactos na saúde.

Palavras-chave: Epidemiologia; Povos Indígenas; Saúde Pública;

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose. **Ministério da Saúde**, 2023.

DATASUS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2024.

MALACARNE, Jocieli et al. Acesso aos serviços de saúde para o diagnóstico e tratamento da tuberculose entre povos indígenas do estado de Rondônia, Amazônia Brasileira, entre 2009 e 2011: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, n. 3, p. e2018231, 2019.

SANTOS, Bruna Andrade; FEITOSA, Vivianne Gomes; ORFÃO, Nathalia Halax. Perfil epidemiológico da tuberculose nos povos indígenas: revisão de literatura. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 2, n. 2, 2021.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS NOTIFICADOS DE MALÁRIA NOS ANOS DE 2020 A 2024 EM INDÍGENAS NO ESTADO DO AMAZONAS

João Vitor Sousa Alves - UNITPAC - jv.sousa2016@hotmail.com

Matheus Henrique Turmena - UNITPAC - matheusturmena@gmail.com

Livia Maria Sousa Barbosa - UNITPAC - liviamariab31@hotmail.com

Giovana Marinho Apinagé Santos - UNITPAC - giovanamarinho6@hotmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno - UNITPAC - iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A malária é uma doença infecto-parasitária de grande importância para a saúde pública, sendo transmitida pela picada do mosquito fêmea do gênero *Anopheles*. O agente etiológico pertence ao gênero *Plasmodium*, com destaque para *P. vivax*, *P. falciparum* e *P. malariae*, responsáveis pela infecção em humanos. Os principais sintomas incluem febre alta, calafrios, tremores, sudorese e cefaleia, podendo evoluir para formas graves, como anemia severa, insuficiência respiratória e comprometimento neurológico, especialmente em populações vulneráveis. No Brasil, a malária é endêmica na região Amazônica, onde fatores ambientais, climáticos e socioeconômicos favorecem a transmissão contínua. Além disso, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e a subnotificação podem impactar o real entendimento do perfil epidemiológico da doença. A população indígena, devido às suas condições de vida e contato frequente com áreas de mata, apresenta um risco aumentado de infecção, o que torna essencial a análise detalhada dos casos. **OBJETIVOS:** Caracterizar o perfil epidemiológico dos casos notificados de malária nos anos de 2020 a 2024 no estado do Amazonas na população indígena. **METODOLOGIA:** Estudo epidemiológico descritivo de caráter quantitativo. Foi realizado um levantamento de dados através Sistemas de Informações de Agravos de Notificação (Sinan/Net) no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram incluídos os casos confirmados notificados por malária da população indígenas no estado do Amazonas nos anos de 2020 a 2024. Os dados foram agrupados por sexo, faixa etária (até 1 ano, 1 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 59 anos e 60 anos ou mais), e ano de notificação. Foram excluídos do estudo a sessão ignorado/exterior. **RESULTADOS:** Durante o período analisado, foram notificados 542 casos de malária em indígenas no Amazonas. A maioria dos pacientes (59,6%) era do sexo masculino. O ano com maior incidência foi 2023 (21,8%), enquanto 2022 apresentou o menor número de casos (15,9%). A faixa etária predominante foi de 20 a 29 anos (19,6%), seguida por 1 a 4 anos (16,6%) e 5 a 9 anos (15,1%). Observou-se ainda que os índices de notificação variaram anualmente, sugerindo possíveis influências sazonais, condições ambientais e oscilações no acesso aos serviços de saúde. Além disso, é possível que a subnotificação tenha impactado os dados, especialmente em comunidades mais remotas, onde a cobertura assistencial é limitada. **CONCLUSÃO:** Os achados ressaltam a necessidade de estratégias preventivas voltadas à população indígena, especialmente crianças e adultos jovens, visando reduzir a morbidade e garantir melhores condições de saúde. Medidas como o fortalecimento da vigilância epidemiológica, ampliação do acesso ao diagnóstico precoce e ações educativas sobre prevenção são fundamentais para o controle da doença. Além disso, a implementação de políticas públicas específicas para comunidades indígenas pode contribuir significativamente para a redução da carga da malária e melhoria da qualidade de vida dessas populações e acesso a saúde adequado.

Palavras-chave: Malária, Epidemiologia, População Indígena, Amazônia, Saúde Pública.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Situação epidemiológica da malária. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria/situacao-epidemiologica-da-malaria>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Malária. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. DATASUS - Departamento de Informática do SUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TAUIL, Pedro et al. A malária no Brasil. [Cadernos de Saúde Pública](#), v. 1, p. 71-111, 1985.

BARATA, Rita de Cássia B. Malária no Brasil: panorama epidemiológico na última década. [Cadernos de Saúde Pública](#), v. 11, p. 128-136, 1995.

POPULAÇÃO INDÍGENA COM TUBERCULOSE PULMONAR E EXTRAPULMONAR NOS ANOS DE 2016-2025: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO

Euler Pereira Silva – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – eulerp8@gmail.com

Joana Maranhão Medeiros - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – joanamaranhaomedeiros@gmail.com

Henrique Pereira da Silva Neto – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos henrique.neto09@gmail.com

Jonatan Pedroso Soares - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – jonatanjps@gmail.com

Leandro Silva da Conceição - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – drleandroscctbmf@gmail.com

Mário de Souza Lima e Silva - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – mario.silva@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: Depois do COVID-19, a tuberculose (TB) é uma das principais causas de morte em todo o mundo e tem apresentação tanto pulmonar quanto extrapulmonar. **OBJETIVOS:** Entender o perfil epidemiológico da tuberculose pulmonar e extrapulmonar no estado do Tocantins no período de 2016-2025. **METODOLOGIA:** Este estudo avançou realizou uma revisão de literatura e análise dos dados epidemiológicos secundários sobre os casos de TB no estado do Tocantins no período de 2018 a 2025. Foram coletados dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). **RESULTADOS:** Foram constatados 189 diagnósticos de TB na população indígena no estado, sendo 7.359 no país, no período de 2016 a 2023. O maior número de casos confirmados foi no ano de 2023, sendo as cidades com maior número de casos Goiatins (28) e Araguaína (25). Ademais, homens e faixa etária de 20-39 anos mais acometidos, 134 formam curados e 4 óbitos pela doença nesse período. No período de 2016-2025 foram realizadas 14 internações por TB, das quais nenhuma evoluiu à óbito nesse período. Assim, a principal cidade afetada foi Araguaína (10), seguida por Palmas (3) e Miracema do Tocantins (1) no período. Nesse contexto, constatou-se que a faixa etária mais acometida foi a pediátrica de 1 a 4 anos, todos em Araguaína, e maior acometimento do sexo masculino com 8 dos casos. Além disso, o período de maior número de casos foi o ano de 2019, sendo necessária uma análise para saber se existiu complicações por COVID-19, já que coincide com o período inicial da pandemia no estado. Também, quando é observado a incidência de tuberculose extrapulmonar, o número de internações sobe para 22, com maior número em Araguaína, porém com um caso de TB de sistema nervoso na cidade de Palmas no ano de 2022. **CONCLUSÃO:** Portanto, é possível perceber que o estado vem apresentando baixo número de casos, fato que corrobora ao questionamento de falta de rastreio ou abordagem primária, no quesito prevenção efetiva. Assim, urge-se que uma comunicação com a comunidade indígena do estado seja cada vez mais intensificada, fazer uma investigação, mediante insumos do Secretaria da Saúde, para análise de dados não registrados dessa patologia na população analisada. Dessa forma, garantir-se-á uma maior inclusão à saúde para a população indígena, fomentando maior qualidade de vida no estado.

Palavras-chave: Indígenas, Tuberculose Extrapulmonar, Tuberculose pulmonar (TB).

REFERÊNCIAS:

LOSCALZO, José; FAUCI, Anthony S.; KASPER, Dennis L.; e outros. **Medicina Interna de Harrison**. 21. ed. Porto Alegre: AMGH, 2024. E-book. pág.1357. ISBN 9786558040231. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558040231/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/tubercbr.def> Acesso em: 20 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nito.def>. Acesso em: 14 mar. 2025.

RACISMO ESTRUTURAL NA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE OS IMPACTOS NAS POPULAÇÕES NEGRA, INDÍGENA E QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA LEGAL

Geiciane Vieira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT - geiciane.silva@ufnt.edu.br

Leticia Paz Duarte - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - leticia.duarte@ufnt.edu.br

Carlos Eduardo Dionizio de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

carlos.araujo@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

iago.angelos@ufnt.edu.br

Flávia Martins Montelo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - flavia.montelo@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT -

fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A saúde da população na Amazônia Legal reflete desigualdades sócio históricas e socioestruturais, impactando grupos racializados, como negros, indígenas e quilombolas. Nesse sentido, vê-se que o racismo estrutural, enquanto mecanismo de perpetuação da exclusão social, interfere no acesso a serviços de saúde, na qualidade do atendimento e nos desfechos clínicos desses grupos, uma vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) concebe o racismo como um dos determinantes sociais do processo de adoecimento e morte. **OBJETIVOS:** Explicitar os impactos do racismo estrutural na saúde das populações negra, indígena e quilombola na Amazônia Legal. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva e exploratória, sobre os impactos do racismo estrutural na saúde dessas populações. Foram selecionados artigos em português e inglês, utilizando as bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico. A busca utilizou descritores padronizados (DeCS/MeSH) com o operador booleano "AND", incluindo os termos "racismo estrutural", "saúde da população negra", "saúde indígena", "saúde quilombola" e "Amazônia Legal. Foram incluídos artigos que relacionam racismo estrutural e saúde dessas populações, publicados em texto completo e de acesso livre, sem delimitação temporal. Excluíram-se estudos focados apenas em aspectos clínicos ou com referências insuficientes. A análise envolveu leitura crítica, identificando barreiras no acesso à saúde, desigualdades nos determinantes sociais e negligência institucional.

RESULTADOS: O racismo estrutural agrava as desigualdades na saúde das populações negra, indígena e quilombola na Amazônia Legal. O acesso precário a serviços de saúde, a falta de profissionais capacitados e a exclusão das especificidades culturais dessas comunidades são desafios centrais. A ausência de políticas eficazes e de dados desagregados reforça essa invisibilidade. Além disso, desmatamento, insegurança alimentar e condições socioeconômicas desfavoráveis amplificam vulnerabilidades. Apesar de políticas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, sua implementação enfrenta limitações, evidenciando a necessidade de estratégias mais inclusivas.

CONCLUSÃO: O racismo estrutural segue como obstáculo à equidade na saúde das populações negra, indígena e quilombola na Amazônia Legal. A exclusão dessas comunidades dos sistemas de saúde, somada à falta de políticas eficazes, perpetua desigualdades. Embora existam iniciativas de promoção da saúde, sua implementação é limitada e carece de maior apoio político e recursos. Políticas públicas devem reconhecer as especificidades culturais e territoriais dessas populações, integrando ações afirmativas. O fortalecimento do SUS, com abordagem intersetorial e inclusiva, é essencial para garantir justiça social e equidade em saúde.

Palavras-chave: Racismo estrutural, Saúde da população negra, Saúde indígena, Saúde quilombola.

REFERÊNCIAS:

EISAPE, Adedoyin; NOGUEIRA, André. See Change: Overcoming Anti-Black Racism in Health Systems.

Frontiers in Public Health, [s.l.], v. 10, 2 jun. 2022. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35784218/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

FILGUEIRAS, Ligia Amaral; SILVA, Hilton P. Socioecologia e saúde de populações quilombolas do Pará, Amazônia, Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/18448>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, Ana Paula dos; SILVA, João Carlos da. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJFbY9LFH3WMQHv/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SOUZA, Ana Paula Nogueira de et al. O racismo estrutural na saúde e seus impactos na população negra: reflexões para a atuação do profissional de saúde. **Saúde Coletiva**, Feira de Santana, v.12, n.1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/9284/8556>. Acesso em: 28 fev. 2025.

REPERCUSSÃO DA EXPOSIÇÃO AO MERCÚRIO NA SAÚDE DOS INDÍGENAS MUNDURUKUS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Karina Pereira da Silva - UNITPAC - karinapereiradasilva390@gmail.com

Breno Alencar Noletto - UNITPAC - brenoalencar@gmail.com

Gustavo Soares Mesquita - UNITPAC - gustavomesquita45@gmail.com

Thainah Milhomens Santos de Sousa - UNITPAC - Thainahmiss0011@gmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno - UNITPAC - iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: O mercúrio (Hg) é um metal encontrado naturalmente no solo, mas na região da bacia do Tapajós as atividades de mineração artesanal de ouro, são propulsores da contaminação ambiental, desencadeando efeitos negativos na saúde dos indígenas Munduruku. **OBJETIVOS:** Avaliar o impacto na saúde da exposição ao mercúrio nos indígenas Munduruku e descrever as diferentes manifestações negativas causadas por essa exposição. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura com busca nas bases de dados PubMed, Scopus e Web of Science, incluindo artigos publicados desde 2010. Os critérios de inclusão foram estudos que avaliaram a exposição de mercúrio nos indígenas da comunidade Munduruku, com pelo menos 50 pacientes e acompanhamento mínimo de 6 meses. Foram excluídos estudos com amostras menores ou sem informações suficientes. Sendo avaliados dados demográficos dos pacientes, níveis de pressão arterial, avaliação neurológica, avaliação pediátrica e análise do polimorfismo genético. **RESULTADOS:** Assim, incluíram-se 3 estudos na análise, totalizando 200 pacientes, pertencentes ao povo Munduruku, das terras de Sawré Muybu, Poxo Muybu e Sawré Aboy. A média de idade foi 18 anos e o IMC médio foi 18,5-24,9 kg/m². Os níveis de mercúrio médio, com base na análise de amostras de cabelo, foi de 6,6 µg/g para toda a população, no entanto, teve variações entre as aldeias (Sawré Muybu 5,2µg/g, Poxo Muybu 6,6µg/g e a Sawré Aboy 11,5µg/g). Ademais, a prevalência de maiores níveis de mercúrio ocorreu nos indivíduos que não tem renda, 73,1% dos casos. O aumento da pressão arterial está associado aos níveis de mercúrio capilar acima de 6,0 µg/g, sendo p-valor menor que 0,05 (p: 0,041). Além disso, os pacientes com maior taxa de exposição ao Hg, apresentaram maior prevalência de alterações na fluência verbal, disfunções somatossensoriais, déficits do desenvolvimento cognitivo e também ataxia cerebelar. A análise do polimorfismo genético mostrou que 1% da população, apresentou variação no gene que codifica a enzima ALAD. Na avaliação pediátrica, foi demonstrado que 16,4% das crianças avaliadas apresentaram problemas nos testes de neurodesenvolvimento. Ainda, foi visualizado que 96% da população estudada tem o consumo de peixe frequente na sua dieta. **CONCLUSÃO:** A exposição ao mercúrio está relacionada a dieta e ocasiona uma série de alterações negativas na saúde dos povos Mundurukus, desde genéticas até neurológicas. Outrossim, houve diferença significativa em relação à quantidade de mercúrio nas três aldeias, podendo estar relacionada com a sua localização geográfica.

Palavras-chave: Mercúrio, Saúde Indígena, Exposição.

REFERÊNCIAS:

BASTA, P. C. et al. Mercury Exposure in Munduruku Indigenous Communities from Brazilian Amazon: Methodological Background and an Overview of the Principal Results. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 17, p. 9222, 1 set. 2021.

PERINI, J. A. et al. Genetic Polymorphism of Delta Aminolevulinic Acid Dehydratase (ALAD) Gene and Symptoms of Chronic Mercury Exposure in Munduruku Indigenous Children within the Brazilian Amazon. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 16, p. 8746, 19 ago. 2021.

OLIVEIRA, R. A. A. DE et al. Neurological Impacts of Chronic Methylmercury Exposure in Munduruku Indigenous Adults: Somatosensory, Motor, and Cognitive Abnormalities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 19, p. 10270, 29 set. 2021.

VASCONCELLOS, A. C. S. DE et al. Health Risk Assessment of Mercury Exposure from Fish Consumption in Munduruku Indigenous Communities in the Brazilian Amazon. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 15, p. 7940, 27 jul. 2021.

NOTA TÉCNICA IMPACTO DO MERCÚRIO NA SAÚDE DO POVO INDÍGENA MUNDURUKU, NA BACIA DO TAPAJÓS INTRODUÇÃO. [s.l: s.n.]. Disponível em: . Acesso em: 11 mar. 2025

RESSIGNIFICAÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS: O USO TERAPÊUTICO DA AYAHUASCA – UMA REVISÃO DE SISTEMÁTICA

Breno Alencar Noieto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
brenoalencarn@gmail.com

Brenda Alencar Noieto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
brendaalencarmed@gmail.com

Ana Karollyne Santos Alvino - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos
alvinoanakarollyne@gmail.com

Hiamandara Alves Marinho - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
hiamandaraalves@gmail.com

Júlia Dias Rodrigues - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
juliadrodrigues02@gmail.com

Renata Vinhadeli Vasconcelos Camargo - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos –
revinhadeli123@gmail.com

INTRODUÇÃO: A ayahuasca, uma bebida psicoativa tradicional da Amazônia, tem sido investigada por seu potencial terapêutico em transtornos psiquiátricos, especialmente depressão resistente a tratamentos. Estudos clínicos e observacionais destacam seu efeito antidepressivo rápido, associado à modulação de neurotransmissores, aumento de BDNF e redução de marcadores inflamatórios. Ensaio controlado demonstram redução significativa de sintomas depressivos em 24-48 horas após dose única, com tolerabilidade geralmente boa, embora efeitos adversos como náuseas e ansiedade transitória sejam comuns. O contexto ritualístico e a preparação psicológica podem ampliar benefícios, enquanto a segurança depende de dosagem adequada e ausência de interações medicamentosas. **OBJETIVOS:** Analisar o uso terapêutico e seguro da Ayahuasca. **METODOLOGIA:** O estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa de abordagem qualitativa. Foi baseado em dados obtidos na base Lilacs utilizando busca com os termos “AYAHUASCA” AND “Treatment” OR “Therapy” publicados em português e inglês nos últimos 10 anos. Logo, após triagem e análise completa, 5 artigos foram incluídos. **RESULTADOS:** A ayahuasca, bebida tradicional preparada com Banisteriopsis caapi e Psychotria viridis, demonstra potencial terapêutico em estudos recentes. Ensaio clínico com pacientes diagnosticados com depressão resistente a tratamentos convencionais revelaram redução média de 50% nos sintomas após uma única dose, com efeitos positivos mantidos por até sete dias. Esses resultados são atribuídos à ação sinérgica do DMT e das β carbolinas, que facilitam experiências introspectivas e reprocessamento emocional. Estudos observacionais em contextos ritualísticos associaram o uso regular da ayahuasca à redução de dependência química com taxas de prevalência de transtornos 4-5 vezes menores que na população geral. Em estudos controlados, 57% dos participantes relataram vômitos e 64% náuseas, efeitos considerados parte do processo ritual de “purga”. Neuroimagens funcionais indicaram alterações na conectividade cerebral, especialmente em redes associadas à autorreflexão e regulação emocional. **CONCLUSÃO:** Embora a ayahuasca demonstre potencial terapêutico promissor, especialmente em depressão resistente, lacunas metodológicas — como amostras reduzidas, heterogeneidade nas dosagens e falta de grupos controle robustos — limitam conclusões definitivas. Estudos longitudinais e comparativos são urgentes para validar eficácia, segurança e mecanismos neurobiológicos, além de explorar sinergias com psicoterapia. Enquanto avanços apontam para inovações em saúde mental, é crucial equilibrar otimismo científico com rigor metodológico, integrando saberes tradicionais e biomédicos para evitar riscos e garantir aplicações éticas e replicáveis em cenários clínicos.

Palavras-chave: Ayahuasca. Cultura Indígena. Uso Terapêutico.

REFERÊNCIAS:

p. DANIEL DOS SANTOS, Lucas; PASSOS GARCIA, Wallisten. Ayahuasca e saúde mental: efeitos do seu uso associado a casos de depressão. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 14, 01–20, 2023. DOI: 10.5433/2236-6407.2023.v14.47818. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/47818>. Acesso em: 16 mar. 2025.

DOS SANTOS, Rafael Guimarães; HALLAK, Jaime Eduardo Cecilio. Ayahuasca: pharmacology, safety, and therapeutic effects. [CNS Spectrums](#), v. 30, n. 1, p. e2, 2025. DOI: 10.1017/S109285292400213X. Acesso em: 16 mar. 2025.

MENDES ROCHA, Juliana et al. Effects of Ayahuasca on Personality: Results of Two Randomized, Placebo-Controlled Trials in Healthy Volunteers. [Frontiers in Psychiatry](#), v. 12, p. 688439, 6 ago. 2021. DOI: 10.3389/fpsy.2021.688439. Acesso em: 16 mar. 2025.

ROSSI, Giordano Novak et al. Molecular Pathways of the Therapeutic Effects of Ayahuasca, a Botanical Psychedelic and Potential Rapid-Acting Antidepressant. [Biomolecules](#), v. 12, n. 11, p. 1618, 2 nov. 2022. DOI: 10.3390/biom12111618. Acesso em: 16 mar. 2025.

OSÓRIO, Flávia de Lima et al. Antidepressant effects of a single dose of ayahuasca in patients with recurrent depression: a preliminary report. [Brazilian Journal of Psychiatry](#), v. 37, n. 1, p. 13–20, 2015. DOI: 10.1590/1516-4446-2014-149. Acesso em: 16 mar. 2025.

SAÚDE DA CRIANÇA INDÍGENA E PNEUMONIA: UM PANORAMA DAS INTERNAÇÕES EM ARAGUAÍNA-TO DE 2014 A 2024

Vinícius Jácome Correia Lima - UNITPAC - vjclima@hotmail.com

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com

Matheus Ferreira Fonseca - UNITPAC - matheus.diasferr.mf95@gmail.com

François Moraes Cavalcante Silva - UNITPAC - francoismoraes98@gmail.com

Lucas Sinomar Silva Carvalho - UNITPAC - lucassinomar@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira - UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: Provocada pela inflamação de um ou ambos os pulmões, a pneumonia é uma doença respiratória inferior que é tipicamente causada por um agente infeccioso. É uma forma grave de infecção respiratória que prejudica a respiração e limita a absorção de oxigênio. A doença é a principal causa de morte em crianças no mundo todo, afetando uma grande parcela da população em vários continentes. Essa realidade tende a ser mais pronunciada entre as crianças indígenas, pelo fato de apresentarem piores condições de saúde em comparação ao restante da população, indicando uma grande deficiência nos serviços básicos de saúde e saneamento. **OBJETIVOS:** Avaliar o perfil epidemiológico da pneumonia em crianças indígenas na cidade de Araguaína-TO no período de 2014 a 2024, com base fundamentada em dados secundários do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo analítico para determinação de um perfil epidemiológico, com dados sobre os casos de internação infantil por pneumonia em indígenas, extraídos partir da base de dados do DATASUS, nas Informações de Saúde (TABNET) sobre Morbidade Hospitalar do SUS. **RESULTADOS:** Entre os anos de 2014 a 2024, foram notificados 103 casos de pneumonia em indígenas, sendo que 82 casos ocorrerem em crianças de 0 a 12 anos de vida, o que equivale a 79% do total de internações nessa população. Observou-se uma maior incidência em crianças do sexo masculino, que representam cerca de 58% (48) do público infantil. No tocante à faixa etária dos pacientes internados, foi observado uma grande dominância em crianças de 0 a 4 anos, que correspondem a 71% (74) do total de notificações. No que tange a mortalidade, foi notificado somente 1 caso de óbito entre todos os pacientes, o que demonstra uma elevada taxa de sobrevivência após este evento. Acerca do ano de maior número de internações, constatou-se que o ano de 2024 foi o que mais apresentou casos da doença em questão, representando 24% (20) do total. **CONCLUSÃO:** Portanto, a pneumonia é um agravo relacionado a piores condições socioeconômicas e serviços inadequados de saúde. Em se tratando de indígenas, dados demonstram que esta parcela da nossa população possui as piores condições de saúde, havendo necessidade de melhorias na qualidade de vida. Por fim, as discussões sobre a saúde e a criação de políticas públicas indígenas, torna-se imprescindível para prevenir a incidência de pneumonia e outras doenças de importância epidemiológica em Araguaína-TO e no Brasil.

Palavras-chave: Pneumonia, Saúde Indígena, Epidemiologia e Bioestatística, Povos indígenas, Araguaína-TO.

REFERÊNCIAS:

CALDART, Raquel Voges; MARRERO, Lihsieh; BASTA, Paulo Cesar; ORELLANA, Jesem Douglas Yamall. Fatores associados à pneumonia em crianças Yanomami internadas por condições sensíveis à atenção primária na região norte do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 5, p. 1597-1606, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/W95XK9XLbkWrX9wGJmL9VdL>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FARIAS, Yasmin Nascimento. Hospitalização por infecções respiratórias agudas em crianças indígenas Guarani em São Paulo. 2019. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) – *Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48896>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, Patrícia Gomes de; CARDOSO, Andrey Moreira; SANT'ANNA, Clemax Couto. Prevalência de sibilância e fatores associados em crianças indígenas Guarani hospitalizadas por doença respiratória aguda no Sul e Sudeste do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 30, n. 7, p. 1427-1438, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29020>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PORTELA, M. F. P.; SANT'ANNA, C. C.; CAMPOS JÚNIOR, D. Pneumonia em crianças e adolescentes indígenas internados em Brasília-DF: estudo de casos. [Pulmão RJ](#), v. 14, n. 4, p. 283-288, 2005.

ORELLANA, Jesem Douglas Yamall; BASTA, Paulo Cesar; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. Morbidade hospitalar em crianças indígenas Suruí menores de dez anos, Rondônia, Brasil: 2000 a 2004. [Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil](#), v. 7, n. 3, p. 281-287, 2007.

SUBASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA PORTADORA DE DOENÇA RENAL CRÔNICA

Marcos Vinicius Soares Silva – UEMASUL – mvsossil@gmail.com
Anatéssia Miranda Costa – Universidade CEUMA - anatessimiranda@hotmail.com
Amanda Cristine Silva Sousa – UEMASUL - amandacristine.sousa@uemasul.edu.br
Alexandros Paris de Mesquita Ipácio - UEMASUL - alexandros.ipacio@uemasul.edu.br
Elizabet Taylor Pimenta Webá - UEMASUL - elizabet.weba@uemasul.edu.br
Luciana Oliveira dos Santos – UEMASUL -luciana.santos@uemasul.edu.br

INTRODUÇÃO: No Brasil, historicamente, a população negra apresenta dificuldade no acesso à saúde, apesar do compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da saúde nessa população formalizado pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Somado a isso, nota-se um aumento nos fatores de risco ligados a Doença Renal Crônica (DRC) como hipertensão, doença cardiovascular, diabetes, obesidade, histórico familiar, tabagismo e idade maior que 60 anos, sendo um dos grandes desafios na saúde pública no contexto brasileiro. **OBJETIVOS:** Avaliar os desafios na assistência à saúde da população negra portadora de doença renal crônica. **METODOLOGIA:** Essa revisão integrativa foi realizada em fevereiro de 2025, utilizando como pergunta norteadora utilizou-se: “Quais os principais fatores relacionam maior vulnerabilidade da população negra a doença renal crônica?” e avaliou-se o período retrospectivo dos periódicos indexados publicados entre 2014 e 2024. Para execução deste trabalho foram acessadas as Bases de Dados Virtuais: LILACS, Pub Med, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Bireme utilizando-se dos descritores em saúde: black people's health; Saúde da População Negra; Health of Ethnic Minorities; Insuficiência Renal Crônica; Renal Insufficiency, Chronic; Chronic kidney disease; doença renal crônica e utilizando AND como operador booleano. **RESULTADOS:** Foram selecionadas 12 fontes entre artigos, diretrizes e leis que trazem evidências científicas comprovando que negros são significativamente mais propensos a ter DRC. Além disso, evidenciou-se a relação entre a presença de traço falciforme e declínio na taxa de filtração glomerular estimada (TFGe) e albuminúria evidenciando risco aumentado de DRC à população negra. Destaca-se ainda que os negros recebem transplante renal de doador vivo com menos frequência ao se comparar com outras etnias e estudos epidemiológicos evidenciam que os negros possuem menor expectativa de vida, evidenciando as consequências da falta de assistência a saúde, principalmente na região da Amazônia Legal onde mais de 60% da população é negra. Entretanto, intervenções voltadas para educação em saúde, como no caso de telessaúde, mostrou-se eficaz para retardar o declínio de TFGe em pacientes negros. **CONCLUSÃO:** Os fatores genéticos e as condições socioculturais colocam a população negra em uma situação de vulnerabilidade. Portanto, é evidente a necessidade de ações direcionadas a essa população, uma vez que a educação em saúde é fundamental para reduzir o risco de DRC, tratando-a como um problema de saúde pública.

Palavras-chave: Insuficiência Renal Crônica, Saúde das Minorias Étnicas, Doença Crônica.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília, 2009
- CENTENO, S.; MEYER, D.; ANDRADE, S. Representações de sujeito negro/a na política nacional de saúde integral da população negra: uma análise cultural. **Textura: revista de letras e história**, v. 20, n. 42, p. 154-176, 2018.
- LIYANAGE, T. et al. Worldwide access to treatment for end-stage kidney disease: a systematic review. **Lancet**, v. 385, n. 9981, p. 1975-82, 2015.
- MALTA, D.C. et al. Avaliação da função renal na população adulta brasileira, segundo critérios laboratoriais da Pesquisa Nacional de Saúde. **Rev Bras Epidemiol.**, v. 22, n. 2, p. E190010, 2019.
- SILVA, P.A.B. et al. Política pública brasileira de prevenção da doença renal crônica: desafios e perspectivas. **Revista de saúde pública**, v. 54, p. 86, 2020.

TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: DESAFIOS PARA O DIAGNÓSTICO E ADEÇÃO AO TRATAMENTO

Murilo Araujo Cancelier - UFNT - murilo.cancelier@ufnt.edu.br
Maria Paula Oliveira Castro - UNITPAC - mariapaula1919@icloud.com
Gustavo Santana Rodrigues - UNITPAC - gustavasantana63@gmail.com
Karen Eurídice Laureano Marques - UFNT - karen.marques@ufnt.edu.br
Dália Katrinna da Costa Oliveira - UNITPAC - daliakatrinna@gmail.com
Adriana Monteiro da Silva Costa - UFNT - adrianams.med@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A tuberculose é um importante problema de saúde pública entre as populações indígenas da Amazônia, apresentando altas taxas de incidência e desafios específicos para o controle da doença. Barreiras geográficas, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e fatores socioculturais contribuem para o diagnóstico tardio e a baixa adesão ao tratamento, favorecendo a persistência da transmissão e o desenvolvimento de formas resistentes da doença. Diante desse cenário, é essencial adotar estratégias de abordagem diferenciadas, considerando as particularidades culturais e estruturais dessas comunidades, a fim de melhorar o manejo da tuberculose e reduzir seu impacto. **OBJETIVOS:** Pesquisar e evidenciar adversidades existentes para o diagnóstico e aderência ao tratamento da tuberculose em populações indígenas da Amazônia. **METODOLOGIA:** Revisão integrativa da literatura, realizada na base de dados NIH associado ao pesquisador PubMed, utilizando-se os descritores “tuberculosis”, “vulnerable” e “Amazon”, associados simultaneamente utilizando-se os operadores “AND” e “OR”. Os critérios de inclusão foram estudos do tipo ensaio clínico e ensaio clínico randomizado controlado, publicados nos idiomas inglês, espanhol e português, disponibilizados na íntegra e de acesso livre e publicados durante o período entre 2015 e 2025, totalizando 5 artigos para análise. **RESULTADOS:** Estudos enfatizaram que a incidência da tuberculose nessas comunidades é significativamente influenciada por fatores estruturais, geográficos, socioeconômicos e culturais. Nesse viés, os indicadores operacionais da tuberculose entre as populações revelam que estas apresentam menor adesão ao tratamento e taxas mais altas de abandono devido a falta de conhecimento sobre a doença, o medo dos efeitos colaterais da medicação e a dispersão geográfica das comunidades, fatores que impactam negativamente o prognóstico da doença. Ademais, o quadro de vulnerabilidade devido à dificuldade de acesso aos serviços de saúde, geralmente localizadas em regiões remotas, são tidos como imbróglis no diagnóstico efetivo. **CONCLUSÃO:** Após a análise, observa-se a complexidade dos fatores que dificultam o diagnóstico precoce e adesão ao tratamento. Portanto, é crucial a implementação de estratégias de saúde pública mais sensíveis às especificidades culturais e regionais das populações indígenas, promover a capacitação de agentes de saúde locais e realizar palestras sobre o assunto, e garantir a participação ativa das comunidades indígenas no processo de decisão, a fim de melhorar o diagnóstico, o acesso ao tratamento e a adesão à terapia, visando reduzir o impacto da tuberculose nessas comunidades.

Palavras-chave: Tuberculosis, Vulnerable, Amazon.

REFERÊNCIAS:

- GIACOMET, C. L. et al. Temporal trend of tuberculosis incidence and its spatial distribution in Macapá - Amapá. *Revista de saúde pública*, v. 55, p. 96, 2021.
- GIANELLA, C. et al. TB in vulnerable populations: The case of an indigenous community in the Peruvian Amazon. *Health and human rights*, v. 18, n. 1, p. 55–68, 2016.
- GIANELLA, C. et al. Vulnerable populations and the right to health: lessons from the Peruvian Amazon around tuberculosis control. *International journal for equity in health*, v. 18, n. 1, p. 28, 2019.
- MELO, T. E. M. DE P. et al. Distribuição espacial e temporal da tuberculose em indígenas e não indígenas de Rondônia, Amazônia Ocidental, Brasil. *Cadernos de saúde pública*, v. 28, n. 2, p. 267–280, 2012.
- ORELLANA, J. D. Y.; GONÇALVES, M. J. F.; BASTA, P. C. Sociodemographic features and operating indicators of tuberculosis control between indigenous and non-indigenous people of Rondônia, Western Amazon, Brazil. *Revista brasileira de epidemiologia [Brazilian journal of epidemiology]*, v. 15, n. 4, p. 714–724, 2012.

EIXO 5

**SAÚDE INTEGRAL E
DESAFIOS ASSISTENCIAIS
EM CONTEXTOS DIVERSOS**

A ELABORAÇÃO DE UMA FICHA DE ATENDIMENTO AO PACIENTE COM DOR CRÔNICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Coutinho Cavalcante Albuquerque - Universidade Federal do Norte do Tocantins – beatriz.albuquerque@ufnt.edu.br

Natã Silva dos Santos – Universidade Federal do Norte do Tocantins - nata.santos@ufnt.edu.br

Fernando Holanda Vasconcelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - fernando.vasconcelos@ufnt.edu.br

Wagner dos Santos Mariano – Universidade Federal do Norte do Tocantins – wagnermariano@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A dor é definida como uma experiência sensitiva e emocional desagradável, associada a uma lesão tecidual real ou potencial, sendo sempre uma experiência pessoal. **OBJETIVOS:** Relatar a experiência dos pesquisadores no desenvolvimento teórico do projeto financiado pelo Programa de Iniciação Tecnológica (PIT) do Hospital de Doenças Tropicais (HDT): “Ficha de atendimento ao paciente com quadro de dor crônica atendida em um Hospital Universitário do Norte do Brasil”. **METODOLOGIA:** Este estudo é um relato de experiência baseado nas atividades teóricas realizadas pelos discentes do curso de Medicina no PIT-HDT para construção de instrumentos de atendimento, seguindo a metodologia de Pasquali (2013), a qual abrange três procedimentos principais: teóricos, empíricos e analíticos. A etapa abordada neste relato consiste em um levantamento bibliográfico das principais ferramentas de avaliação da dor utilizadas na prática clínica e os métodos de validação para garantir sua eficácia e confiabilidade. **RESULTADOS:** Após a análise da literatura foi desenvolvida uma ficha de atendimento, unindo escalas unidimensionais e multidimensionais associadas a um questionário semiológico, a partir da análise de 50 literaturas. Um fluxograma também foi elaborado, a fim de guiar o profissional da saúde ao aplicar o instrumento. Durante a construção da ficha de atendimento tornou-se evidente a dificuldade em encontrar um instrumento que contemplasse a complexidade da dor. No entanto, as buscas evidenciaram a importância de utilizar ferramentas diversificadas e validadas para a mensuração da dor, considerando a objetividade das escalas unidimensionais (Escala Visual Analógica, Avaliação Verbal, Escala de Faces, e Diagrama Corporal) e a profundidade das multidimensionais (Questionário Curto de McGill e painDETECT) que juntas possibilitam uma avaliação mais precisa e completa da dor crônica. **CONCLUSÃO:** Essa experiência acadêmica revelou os desafios inerentes à criação de uma ferramenta abrangente, além de expor a escassez de literaturas brasileiras sobre o tema. O processo aprimorou as habilidades de pesquisa, análise crítica e aplicação do método científico, ampliando a compreensão sobre a complexidade da dor crônica e a importância de um atendimento baseado em evidências. A ficha desenvolvida pode padronizar a avaliação da dor garantindo maior precisão na mensuração, melhorando a comunicação entre profissionais da saúde e contribuindo para o manejo mais eficaz da dor.

Palavras-chave: Dor crônica, Psicometria, Medição da dor, Manejo da dor.

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, K. A. S. L.; DE ANDRADE, D. C.; TEIXEIRA, M. J. Development and validation of a Brazilian version of the short-form mcgill pain questionnaire (sf-mpq). **Pain Management Nursing**, v. 14, n. 4, p. 210–219, dez. 2013.

OLIVEIRA, C. M. DE et al. Validation of visual instrument for location and measurement of pain intensity. **Brazilian Journal Of Pain**, v. 3, n. 3, 2020.

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

RAJA, S. N. et al. The revised International Association for the Study of Pain definition of pain: concepts, challenges, and compromises. **Pain Lippincott Williams and Wilkins**, 1 set. 2020.

RIO, J. P. M. DO et al. Cross-cultural adaptation of the painDETECT questionnaire into Brazilian Portuguese. **Brazilian Journal of Anesthesiology (English Edition)**, v. 72, n. 1, p. 44–48, 1 jan. 2022.

AMAZÔNIA E LEISHMANIOSE VISCERAL: O CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO NA REGIÃO NORTE (2019-2024)

Victor Dias Galvão - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - victordg2006@gmail.com

Kauã Rodrigo Valadares Costa - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - kauarvcosta@gmail.com

Eduardo Maklin Valadares Costa - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - edumaklin200701@gmail.com

Kelma Milhomem Carneiro - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - kelmamilhomem9@gmail.com

Maria Fernanda Ramalho Rocha - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - mfnandinha08@hotmail.com

Leandro Silva da Conceição - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - drleandroscctbmf@gmail.com

INTRODUÇÃO: A leishmaniose é uma zoonose que, quando entra em contato com o ser humano, torna-se na antroponose após a ocorrência do seu ciclo de transmissão. Transmitida pela fêmea de mosquitos flebotômíneos (conhecido popularmente como “palha” e “birigui”), sendo o principal vetor no Brasil a *Lutzomyia longipalpis*. A leishmaniose visceral (LV) é a manifestação mais grave da doença, levando a uma taxa de mortalidade de 95% após dois anos de infecção se não tratada. A LV promove uma enfermidade sistêmica e crônica, tendo como sintomatologias: febre, hepatoesplenomegalia e pancitopenia, astenia e adinamia associado a perda de peso. A Região Norte concentra um número significativo de casos de LV, com destaque para os estados do Pará e o Tocantins, que apresentam as maiores taxas de incidência. Fatores como a expansão urbana, desmatamento e mudanças ambientais têm contribuído para a dispersão do vetor e o aumento da transmissão da doença nessa região exigindo ações integradas de vigilância e prevenção.

OBJETIVOS: Produzir um estudo epidemiológico em relação a incidência da leishmaniose visceral nos estados da Região Norte, entre os anos de 2019 e 2024. **METODOLOGIA:** O estudo teve como método pesquisa epidemiológica retrospectiva, observacional transversal elaborada através da obtenção de dados referentes à incidência de leishmaniose visceral por ano e UF de notificação através do DATASUS/TabNet. **RESULTADOS:** Nos anos observados pelo SINAN/SUS, o número de casos confirmados de LV totalizou 1.948, com os estados do Pará (1094 - 51,16%) e o Tocantins (748 - 38,40%) com os maiores números de casos notificados. O ano de 2019 obteve a maior incidência (541 - 27,77%), seguido por 2020 (366 - 18,79%), 2021 (321 - 16,48%), 2022 (285 - 14,63%), 2023 (275 - 14,12%) e 2024 (8,21%). Na base de dados do SIM/SUS, não há diferenciação do número de óbitos por L. Visceral e L. Tegumentar, apenas informando um total de 177 óbitos. Na base de dados do SIH/SUS, a LV quantificou 55 óbitos, de um total de 1625 internações por LV.

CONCLUSÃO: A Leishmaniose Visceral permanece um problema relevante no Norte do Brasil, com maior incidência no Pará e Tocantins. Apesar da redução de casos entre 2019 e 2024, a letalidade ainda preocupa, especialmente pela limitação dos dados sobre óbitos. O alto número de internações reforça a necessidade de estratégias mais eficazes para diagnóstico, tratamento e controle da doença, destacando a importância de políticas públicas voltadas à vigilância epidemiológica e ao manejo adequado dos casos.

Palavras-chave: Doenças Endêmicas, Leishmaniose Visceral, Análise Epidemiológica

REFERÊNCIAS:

Brasília: BRASIL. **Ministério da Saúde**. Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral: 1ª edição. Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_controle_leishmaniose_visceral_1edicao.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico: Leishmaniose Visceral. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-z/l/leishmaniose-visceral>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Informações de Saúde (TABNET) – DATASUS. Disponível em: . Acesso em: 13 mar. 2025.

WILHELM, T. J. Viszerale Leishmaniose [Visceral leishmaniasis]. **Chirurg**, v. 90, n. 10, p. 833-837, out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00104-019-0994-1>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ANÁLISE DA MORTALIDADE POR FEBRE REUMÁTICA NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2022

Ranne Borges de Sousa – Universidade Federal do Norte do Tocantins – ranne.sousa@ufnt.edu.br

Richardson Chaves de Abreu – Universidade Federal do Maranhão – richardsonchda@gmail.com

Marcus Vinicius Cordeiro Aleixo do Nascimento – Universidade Federal do Norte do Tocantins – marcus.nascimento@ufnt.edu.br

Maria Cecília Costa Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins – maria.cecilia@ufnt.edu.br

Luiz Gustavo Mendes Ferreira – Universidade Federal do Norte do Tocantins – luiz.mendes@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos – Universidade Federal do Norte do Tocantins – taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A febre reumática é uma sequela não supurativa da infecção da orofaringe pelo estreptococo beta-hemolítico do grupo A, devido à falta de tratamento ou à má gestão do mesmo, acarretando implicações cardíacas e óbitos. Convém analisar, a fim de mensurar seu impacto à população, a doença no Tocantins, visto que ele está na região Norte - que, segundo o Instituto para Políticas em Saúde, junto do Nordeste abarcam os piores indicadores de saúde -, além de protagonizar indicadores patológicos alarmantes, como o destaque nacional da hiperendemia de hanseníase. **OBJETIVOS:** Analisar a progressão da mortalidade pela febre reumática no Tocantins, a fim de, indiretamente, avaliar se os casos de faringite bacteriana estão sendo conduzidos corretamente. **METODOLOGIA:** Este trabalho consiste em um estudo observacional descritivo, que avalia a mortalidade por febre reumática, com base em dados obtidos pelo DATASUS (Categorias CID-10: I01 - Febre reumática sem menção de comprometimento do coração - e 102 - Febre reumática com comprometimento do coração), entre os anos de 2013 a 2022. Para o cálculo da taxa de mortalidade em cada ano, o estudo levou em consideração as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Estatística, sendo representada a mortalidade por 100.000 habitantes. **RESULTADOS:** A análise revelou que, entre 2016 e 2021, ocorreram 9 óbitos por febre reumática no Tocantins, com uma média anual de uma morte nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. No entanto, em 2021, 4 mortes foram registradas, o que corresponde a um aumento de 300% em relação aos anos anteriores. **CONCLUSÃO:** Os episódios de febre reumática apresentam relação direta com casos de faringoamigdalite estreptocócica não diagnosticada e não tratada de modo efetivo, como a incorreta utilização de antibióticos por menos de 10 dias. A literatura destacou as debilidades do sistema de saúde da região Norte e como isso contribui de modo significativo para a incidência e para as taxas de mortalidade da patologia, a qual é diretamente ligada aos fatores socioeconômicos. Nesse sentido, de acordo com os resultados obtidos no atual estudo, percebe-se que a presença de mortes por febre reumática no Tocantins, representa um indicador evitável, que exige atenção dos gestores de saúde. É necessário que os órgãos responsáveis invistam em ações multissetoriais, visando à redução dessa taxa de mortalidade. Melhorias na infraestrutura de saneamento e a disponibilização de materiais de qualidade para o diagnóstico correto são iniciativas capazes de diminuir a prevalência dessa afecção no Estado.

Palavras-chave: Faringite, Indicadores de Saúde, Infecções Estreptocócicas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. DATASUS: Departamento de Informática do SUS. Informações sobre saúde no Brasil. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Costa, Luciana Parente, et al. "Características Demográficas, Clínicas, Laboratoriais e Radiológicas Da Febre Reumática No Brasil: Revisão Sistemática". **Revista Brasileira de Reumatologia**, vol. 49, no 5, outubro de 2009, p. 617–22. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0482-50042009000500010>.

Figueira, Caroline Barros, et al. "PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E ÓBITOS EM PACIENTES INTERNADOS COM DOENÇA REUMÁTICA CRÔNICA DO CORAÇÃO ENTRE 2012 A 2018 EM ESTADO DE TOCANTINS." **Revista de Patologia do Tocantins**, vol. 7, no 3, outubro de 2020, p. 37–40. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.20873/ufnt.2446.6492.2020v7n3p37>.

Santos, Glicya Monaly Claudino Dos, et al. "Factors associated with delayed diagnosis of leprosy in an endemic area in Northeastern Brazil: a cross-sectional study". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 40, no 1, 2024, p. e00113123. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/0102-311xen113123>.

Terreri, Maria Teresa Ramos Ascensão, et al. "Características Clínicas e Demográficas de 193 Pacientes Com Febre Reumática". [Revista Brasileira de Reumatologia](#), vol. 46, no 6, dezembro de 2006. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0482-50042006000600005>.

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS EM POPULAÇÕES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Eduarda Soares Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria@ufnt.edu.br

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariazvcst@hotmail.com

Rejanne Lima Arruda - Universidade Federal do Norte do Tocantins - rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A sífilis, uma infecção sexualmente transmissível causada pelo *Treponema pallidum*, representa um desafio significativo para a saúde pública global. Dessa maneira, é necessário o controle da patologia, em especial, nas populações mais vulneráveis, como os indivíduos privados de liberdade, visto que o acesso limitado ao sistema de saúde, condições de superlotação e práticas sexuais desprotegidas elevam o risco de transmissão, além de dificultar o controle da sífilis no cenário prisional. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico da sífilis em populações privadas de liberdade. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura abrangendo artigos publicados entre 2019 e 2024. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS e BVS, utilizando a combinação de descritores em inglês e português, como ("Syphilis") AND ("Prisoners" OR "Prisons") AND ("Epidemiology") AND ("Sexually Transmitted Diseases") AND ("Risk Factors") AND ("Prevalence") AND ("Health Education"). Foram identificados 350 artigos, dos quais 10 foram selecionados com base nos critérios de inclusão. Desses, 4 artigos se destacaram por sua relevância e foram analisados. **RESULTADOS:** A prevalência da infecção variou entre 7% a 11%. Em geral, a maioria dos casos foi observada em homens, especialmente de raça parda. A faixa etária predominante foi entre 30 a 40 anos, com destaque para indivíduos com nível educacional mais baixo. Os fatores de risco mais frequentes foram o uso de drogas ilícitas, as práticas sexuais sem proteção e a coinfeção com HIV. Em alguns casos, a presença de comorbidades como tuberculose e hepatites virais também foi associada ao aumento da prevalência de sífilis. Além disso, muitos indivíduos diagnosticados com sífilis no ambiente carcerário não tinham conhecimento prévio da infecção, sugerindo falhas no rastreamento e no acompanhamento médico regular. A eficácia das estratégias de controle e rastreamento mostrou resultados mistos. Embora alguns estudos apontem sucesso nas campanhas de testagem rápida e tratamento, dificuldades na adesão ao tratamento e recusa em seguir as orientações médicas foram observadas em uma parcela significativa da população. **CONCLUSÃO:** O estudo revelou a sífilis como uma infecção prevalente na população carcerária, com fatores de risco como o uso de drogas ilícitas e práticas sexuais desprotegidas. Apesar das estratégias de rastreamento e tratamento, a adesão ao tratamento continua sendo um desafio. É essencial aprimorar as ações de prevenção e educação em saúde para o controle da doença nesse contexto vulnerável.

Palavras-chave: Sífilis, População Privada de Liberdade, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

EDUARDO, C.; UNAÍ TUPINAMBÁS. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE HIV, SÍFILIS E HEPATITES EM PRIVADOS DE LIBERDADE, MINAS GERAIS. *Saúde Coletiva (Barueri)*, v. 13, n. 88, p. 13373–13388, 2021.

NASCIMENTO, V. A. DO et al. Estratégias para prevenção e controle da sífilis na população privada de liberdade: revisão integrativa. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 24, p. 68811, 21 nov. 2022.

SOARES, S. C. DE L. et al. Sífilis em privados de liberdade em uma unidade prisional no interior de Rondônia / Syphilis in private liberty in one unit prisional inside Rondônia. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 2, n. 3, p. 2195–2205, 29 mar. 2019.

SOUZA, A. T. DA S. et al. Prevalência de sífilis e fatores de risco associados em internos do sistema prisional do Piauí. *Enferm. foco (Brasília)*, p. 1–7, 2022.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA - CLÍNICA DA HANSENÍASE NO TOCANTINS E NO BRASIL

Ronaldo Cesar Silva Gomes - UNITPAC – cesar.sampaio2701@gmail.com

Gabriel Vasconcelos Alves dos Santos - UNITPAC – gabrielalves250603@gmail.com

Maria Eduarda Dias Carneiro - UNITPAC - mediascarneiro@gmail.com

Enzo Felipe Chermont Soranzo Pereira - UNITPAC – lipychermont@gmail.com

Maurain Gomes da Silva Júnior - UNITPAC – mauraingomes@gmail.com

Alinne Katienny Lima Silva Macambira - UNITPAC – alinnemacambira@gmail.com

INTRODUÇÃO: O último registro epidemiológico publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) obteve dados de 150 países para o ano de 2017 e mostrou que o Sudeste Asiático e as Américas são as áreas mais afetadas pela doença, com taxas de detecção de 7,72 e 2,86 casos por 100 mil habitantes, respectivamente. Índia, Brasil e Indonésia são os países mais endêmicos, responsáveis por 80% do total de casos registrados (RODRIGUES, et al., 2020). **OBJETIVOS:** Comparar epidemiologicamente a forma clínica da Hanseníase no estado do Tocantins e Brasil nos anos de 2016 a 2025. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e retrospectivo; por meio da coleta de dados no SINAN. Foram analisadas as formas clínicas mais incidentes do estado do Tocantins e do território nacional, ambos baseados nos anos, em que ocorreram a notificação da doença, sendo de 2016-2025. Posteriormente, os valores foram estabelecidos em forma de gráficos para facilitar a investigação. Destas condições, exclui-se aspectos que não se relacionam com o objetivo e aos critérios de inclusão. Neste artigo foram unidas as variáveis de ignorados\ Brancos e Não classificados, haja vista que não se especificou a sua diferença. **RESULTADOS:** Nesses 10 anos foram diagnosticados com Hanseníase 275.630 pessoas no Brasil; dentre estes, 13.479 foram notificados pelo Tocantins. Ainda referente a esse período, observou-se que em ambas as localidades foi mais incidente a forma Dimorfa, em segundo a Virchowiana. O que também chama atenção é a baixa escolaridade prevalente dos afetados pela doença, representando maioria dos diagnósticos feitos no país entre os anos de estudos, ressaltando que a doença não é apenas uma patologia médica, mas também advém de um contexto social. **CONCLUSÃO:** A hanseníase ainda se demonstra como caráter endêmico no estado e país, havendo alta incidência dos multibacilares. O que denota um atraso no diagnóstico e/ou tratamento insuficiente, precisando de mais estudos para definir as dificuldades da doença no Tocantins. Com a intenção de mudar essa realidade, a melhor forma de cessar a transmissão é o diagnóstico e tratamento precoce, sendo necessário que a informação sobre os sinais das doenças chegue à sociedade e esta tenha fácil acesso ao posto de saúde mais próximo.

Palavras-chave: Hanseníase, Tocantins, Formas clínicas, Multibacilar.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância e Doenças Transmissíveis. Guia Prático sobre a Hanseníase. Brasília: 2017. Disponível em: <https://antigo.aids.gov.br/pt-br/pub/2021/guia-pratico-sobre-hanseniase>. Acesso em: 15 de mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Acompanhamento dos dados de Hanseníase – BRASIL. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 14 de mar. 2025.

RODRIGUES, Rayssa Nogueira et al. High-risk areas of leprosy in Brazil between 2001 2015. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 73, p. e20180583, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0583>. Acesso em: 15 de mar. 2025

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA FEBRE DO OROPOUCHE NA REGIÃO AMAZÔNICA: UMA ARBOVIROSE EMERGENTE

Ezequiel Gonçalves Rodrigues - UNITPAC – ezequielgr3@gmail.com
Ana Jasmin Nunes Alencar - UNITPAC – anajasminalencar@gmail.com
João Gustavo Rodrigues Ribeiro - UNITPAC – foconoaleco800@gmail.com
Vitória Carolliny Tavares da Silva Brito - UNITPAC – vitoria02tavares@gmail.com
Mariana Nunes Lima - UNITPAC – marifbni@gmail.com
Rita Mikelle Soares Dias - UNITPAC – ritamikellesdias@gmail.com

INTRODUÇÃO: A febre do Oropouche é uma arbovirose emergente transmitida por culicídeos (insetos vetores) que, historicamente, tem sido associada à Região Amazônica. No entanto, a expansão da doença para outras áreas do Brasil tem sido observada, evidenciando uma mudança no padrão epidemiológico. Condições ambientais favoráveis e fatores socioeconômicos contribuem para a manutenção e proliferação dos vetores, intensificando o risco de transmissão. Este estudo integra os dados dos Informes Semanais de Arboviroses do Ministério da Saúde, abrangendo a totalidade do ano de 2024 e os dados preliminares do início de 2025.

METODOLOGIA: A análise foi realizada com base em dados extraídos dos Informes Semanais de Arboviroses do Centro de Operações de Emergência do Ministério da Saúde, referentes aos períodos de 2024 (Semana epidemiológica 01 a 52) e 2025 (Semana epidemiológica 01 a 09). As informações, oriundas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL), incluíram o número total de casos confirmados, perfil etário, distribuição por sexo e dados geográficos. **RESULTADOS:** Em 2024, as Semanas Epidemiológicas (SE) 01 a 26 registraram 6.973 casos de Febre do Oropouche, enquanto as SE 27 a 52 contabilizaram 5.497 casos, totalizando 12.470 casos ao longo do ano. A distribuição foi equilibrada entre os sexos, com 51,8% dos casos em indivíduos do sexo masculino, e 60,1% concentrados na faixa etária de 20 a 49 anos. Destaca-se que, na Região Norte, 78,4% dos casos tiveram o local provável de infecção (LPI) nessa área, evidenciando a alta prevalência e o caráter endêmico da doença na Amazônia. Nos dados preliminares de 2025 (SE 01 a 09), foram confirmados 6.051 casos, representando um aumento de 46,1% em relação ao mesmo período de 2024, o que sugere uma intensificação da transmissão. **CONCLUSÃO:** A integração dos dados de 2024 e 2025 demonstra um expressivo aumento na incidência da Febre do Oropouche, especialmente com a alta prevalência na Região Norte. Essa tendência reforça a necessidade de intensificar as ações de vigilância epidemiológica e de controle vetorial, com foco na área amazônica, a fim de mitigar os impactos dessa arbovirose emergente na saúde pública.

Palavras-chave: Infecções por Arbovirus, Epidemiologia, Amazônia

REFERÊNCIAS:

MEDEIROS, A. B. M. de; DINIZ, L. A. S.; MARTINS, F. E. das N.; MOTA, M. de K. N.; MAGALHÃES, L. M. T.; ALVES, D. S.; MONTEIRO, V. D.; SOUSA, T. F. de; CYPRIANO, R. B.; COSTA, E. da S.; MATIAS, A. F.; DOMINGOS, L. M. de A.; LIMA, C. S.; SANTOS, P. A. dos; BELCHIOR, A. C. S. de. Epidemiologia da Febre Oropouche no Brasil e implicações clínicas associadas. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 10, p. e9245, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/9245>. Acesso em: 17 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-195>.

MELO, K. F. L. de; PEREIRA, C. R. de S.; NETO, W. F. F.; AMORIM, M. T.; FERREIRA, J. F. L.; ARAÚJO, A. P. S.; LUNA, F. C. F. de; HOLANDA, G. M.; CASSEB, S. M. M. O vírus Oropouche e o seu contexto epidemiológico na América Latina no período de 2009 a 2019. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 57, p. e4138, 20 ago. 2020.

GONÇALVES, C. M.; CABANHA, R. S. da C. F.; SILVA, C. E. L.; PAUPERIO, C. O. V.; SILVEIRA, C. B. S.; SPROCAT, E. A.; ROCHA, E. A.; GUIMARÃES, N. T.; MENDONÇA, F. C. Estudo observacional e análise da Febre de Oropouche nas semanas epidemiológicas 1 a 31 no Brasil em 2024. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e7269, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7269>. Acesso em: 17 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n1-097>.

SILVA, J. W. P. Vírus Oropouche: Epidemiologia, vetores e diagnóstico. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 10–20, 2024. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2434>. Acesso em: 17 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n7p10-20>.

SILVA, A. P. da; COUTINHO, D. J. G. Além da Amazônia: a dispersão e os impactos da Febre Oropouche no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. 3627–3642, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17656>. Acesso em: 17 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17656>.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA INCIDÊNCIA DE SÍFILIS ADQUIRIDA ENTRE POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE DA AMAZÔNIA LEGAL

INTRODUÇÃO: A sífilis adquirida é uma Infecção Sexualmente Transmissível - IST, causada pela bactéria *Treponema pallidum*, curável e totalmente exclusiva do ser humano, que pode apresentar diversos sinais clínicos e variáveis estágios de agudização. Sendo transmitida por contato sexual (oral, vaginal ou anal) sem preservativo. Embora a sífilis seja uma doença tratável e curável, ainda há alta prevalência de casos no Brasil, sobretudo em comunidades vulneráveis, como os povos indígenas. **OBJETIVOS:** Analisar a incidência de sífilis adquirida em povos indígenas da Amazônia Legal, incluindo os estados da Região Norte, no período de 2020 e 2024. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo observacional, retrospectivo, do tipo exploratório-descritivo, que incluiu casos notificados de sífilis adquirida restringindo a buscas aos povos indígenas na região Norte e que foram extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no período entre 2020 e 2024. Foram excluídos os registros de pacientes cuja localidade de residência não pôde ser identificada, bem como aqueles sem diagnóstico confirmado ou sem registros completos. **RESULTADOS:** Foram registrados 1.301 casos de sífilis adquirida em povos indígenas na Amazônia Legal, sendo 1.154 na região Norte. Desse total, 670 casos ocorreram no Amazonas (58%), 172 no Acre (14,9%), 102 em Roraima (8,8%), 80 no Pará (6,9%), 55 em Rondônia (4,77%), 46 no Amapá (3,98%) e 29 casos no Tocantins (2,5%). **CONCLUSÃO:** A elevada incidência de sífilis adquirida entre os povos indígenas da Amazônia Legal, especialmente no estado do Amazonas, destaca a vulnerabilidade socioeconômica, a dificuldade no acesso à informação e a escassez de serviços de saúde como fatores determinantes para a propagação da doença. A prevalência de casos no Amazonas pode estar diretamente relacionada à maior concentração de povos indígenas na região. É fundamental, portanto, a implementação de estratégias para a ampliação do acesso à informação e dos cuidados de saúde, visando mitigar as desigualdades e fortalecer a prevenção e o tratamento da sífilis entre essas populações.

Palavras-chave: Infecções Sexualmente Transmissíveis, Povos Indígenas, Sífilis.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO TOCANTINS: UM ESTUDO RETROSPECTIVO

Isabella Sousa Lima - Universidade Federal do Norte do Tocantins - sabellaslima@gmail.com

Bruna Beatriz Borba Mundim - Universidade Federal do Norte do Tocantins - bruna.mundim@ufnt.edu.br

João Gabriel Jacinto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - joao.jacinto@ufnt.edu.br

Kayo Luan Santos Vila Verde Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - kayo.luan@ufnt.edu.br

Mariah Ribeiro Martins - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariah.martins@ufnt.edu.br

Pedro Antônio Jacinto Filho - Universidade Estadual do Maranhão - pedroajfilho@outlook.com

INTRODUÇÃO: A tuberculose é uma doença infecto-contagiosa causada pela *Mycobacterium tuberculosis* ou Bacilo de Koch. Sua principal forma de infecção é através da eliminação de bacilos pelo indivíduo com a forma pulmonar da doença, por meio das vias respiratórias. A tuberculose acomete principalmente os pulmões, mas pode afetar diversos órgãos. Os principais sintomas manifestados são tosse, hemoptise, dispneia, dor torácica, rouquidão, febre, sudorese e perda ponderal. A sua prevenção pode ser feita através da vacina BCG, que impede o desenvolvimento da tuberculose fatal. **OBJETIVOS:** Analisar a incidência, distribuição e fatores associados à tuberculose em crianças e adolescentes de até 14 anos no Tocantins. **METODOLOGIA:** Estudo estatístico, analítico, transversal e retrospectivo, utilizando os dados fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS), a respeito da incidência de tuberculose no Tocantins, em pacientes de até 14 anos. Os dados analisados abrangem casos de 2001 a 2023. **RESULTADOS:** Foram registrados 286 casos de tuberculose em pacientes de até 14 anos no estado do Tocantins entre 2001 e 2023. Considerando a distribuição de casos por municípios, destacaram-se Lagoa da Confusão (48), Palmas (35), Araguaína (24), Goiatins (23) e Tocantínia (21) com os maiores números registrados. Com relação à faixa etária, a maior incidência ocorreu na faixa de 10 a 14 anos (118), seguida pela faixa de 1 a 4 anos (76), 5 a 9 anos (56) e menores de 1 ano (36). Na análise por sexo, foram registrados 161 casos em meninos e 125 casos em meninas. Quanto à distribuição por raça/cor, foram consignados 107 casos em pessoas autodeclaradas pardas, 118 em pessoas autodeclaradas indígenas, 30 em pessoas autodeclaradas brancas, 15 em pessoas autodeclaradas pretas e 4 casos em pessoas autodeclaradas amarelas. A evolução anual se mostrou altamente variável, com períodos intercalados de aumento e redução dos casos ao longo do período analisado. **CONCLUSÃO:** Com estes resultados, nota-se que a tuberculose em crianças e adolescentes no Tocantins apresenta maior incidência entre 10-14 anos, com predomínio no sexo masculino e elevada ocorrência entre pardos e indígenas. Os municípios de Lagoa da Confusão e Palmas registraram mais casos, enquanto a variação anual reforça a necessidade de vigilância contínua. Ademais, estudos adicionais são essenciais para identificar satisfatoriamente os fatores de risco, e políticas públicas devem fortalecer a prevenção, o diagnóstico e tratamento, visando reduzir a proliferação da doença e seu impacto na população mais vulnerável.

Palavras-chave: tuberculose, incidência, criança, adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NOGUEIRA, A. F. et al. Tuberculose: uma abordagem geral dos principais aspectos. **Revista Brasileira de Farmácia**, Niterói, v. 93, n.1, p. 3-9, fev. 2012. Disponível em:

https://www.academia.edu/42217561/Tuberculose_uma_abordagem_geral_dos_principais_aspectos_Tuberculosis_a_general_approach_of_the_main_aspects. Acesso em: 8 mar. 2025.

KOZAKEVICH, G. V., SILVA, R. M. Tuberculose: uma revisão de literatura. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Santa Catarina, v. 44, n.4, p. 34-47, out-dez. 2015. Disponível em:

<https://revista.acm.org.br/arquivos/article/view/46/42>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CONDE, M. B. et al. III Diretrizes para Tuberculose da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 35, n. 10, p. 1018–1048, out. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/qkP39xRffZ3YY897pWFxVJ/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS ADQUIRIDA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2014-2023

Laura Alves de Jesus - UNITPAC – lauraalves11@hotmail.com
Vinicius Apinagé Moraes - UNITPAC – vinicius.gol09@gmail.com
Ihan Gustavo Oliveira Melo - UNITPAC – ihangustavo1@gmail.com
Livia Maria Sousa Barbosa - UNITPAC – liviamariasb31@hotmail.com
Leandro Silva da Conceição - UNITPAC- drleandrosctbmf@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST) de notificação compulsória, provocada pela bactéria *Treponema pallidum*. A transmissão ocorre principalmente por contato sexual (sífilis adquirida) e vertical (sífilis congênita). A doença possui distintas fases clínicas - primária, secundária, latente e terciária- e, se não tratada, pode resultar em complicações graves. Entretanto, muitos doentes permanecem assintomáticos, dificultando o diagnóstico precoce e favorecendo a disseminação da doença. Diante do expressivo número de casos, é mister investigar a prevalência da sífilis adquirida na região Norte do Brasil, a fim de embasar estratégias de controle e prevenção (SANTOS et al., 2023). **OBJETIVOS:** Realizar um estudo epidemiológico acerca da prevalência de casos de sífilis adquirida com enfoque no número de casos confirmados, óbitos e cura levando em conta etnia dos indivíduos na região norte entre 2014-2023. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo, transversal e observacional elaborado através da obtenção de dados do Sistema de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no DATASUS Tabnet. Foram analisadas variáveis epidemiológicas relacionadas à sífilis adquirida na região norte entre 2014 e 2023. **RESULTADOS:** No período analisado, 91.879 casos de sífilis adquirida foram notificados no Brasil, com maior incidência em Amazonas (32,31%), Para (26,63%) e Rondônia (12,91%). O número de casos sofreu aumento progressivo no período analisado, sendo 2014 o ano com menor registro (1,85%), e 2023 com maior número de notificações (19,54%). A mortalidade associada à doença foi baixa (0,057%), totalizando 53 óbitos, com predominância no Amazonas (30,18%), Para (26,41%) e Tocantins (20,75%). A taxa total de cura foi de 60,07%, mas 39,62% dos casos não foram classificados quanto ao desfecho. Quanto a raça, pardos foram mais acometidos, representando 73,06% dos casos, com maior taxa de mortalidade tanto por sífilis adquirida (81,13%) quanto por outras causas (81,82%), e taxa de cura 74,96%, seguido pelos, indígenas (taxa de mortalidade 5,66% e cura 2,26%) e pretos (mortalidade 5,66%, cura 6,51%). **CONCLUSÃO:** Os dados coletados indicam um crescimento progressivo de casos de sífilis adquirida na região Norte, possivelmente associado a adoção de uma vida sexual negligente, carente ao uso de preservativos. A baixa mortalidade sugere bom prognóstico quando há tratamento adequado, mas a alta taxa de casos sem desfecho sugere subnotificações, impactando a eficácia de estratégias de controle da doença. Além disso, a desigualdade racial na incidência e nos desfechos reforça a necessidade de estratégias mais eficazes de rastreamento, diagnóstico e tratamento, com ênfase em grupos mais vulneráveis.

Palavras-chaves: Sífilis, Mortalidade, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Prevalência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais brasileiros de dermatologia**, v. 81, p. 111-126, 2006.
- FREITAS, Francisca Lidiane Sampaio et al. Protocolo brasileiro para infecções sexualmente transmissíveis 2020: sífilis adquirida. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. spe1, p. e2020616, 2021.
- MENEZES, Iasmim Lima et al. Sífilis Adquirida no Brasil: Análise retrospectiva de uma década (2010 a 2020). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e17610611180 e17610611180, 2021.
- SANTOS, Camila de Oliveira Brito et al. Análise epidemiológica da sífilis adquirida na região norte do Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 7, p. e12361-e12361, 2023.
- TOLEDO, Héryca Selvatico; PEVERARI, Jaqueline; BONAFÉ, Simone Martins. Manifestações clínicas da sífilis adquirida e congênita, diagnóstico e tratamento. **Anais eletrônico do VIII EPCC-Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar**, 2013.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA SÍNDROME DE APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO E SUAS COMPLICAÇÕES PULMONARES NO ESTADO DO TOCANTINS

Ana Carolina Lins Cunha – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
anacarolinalinscunha@gmail.com

Joana Maranhão Medeiros – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)
joanamaranhaomedeiros@gmail.com

Jonatan Pedroso Soares – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)
jonatanjps2013@gmail.com

Lorena Cunha de Aquino – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -
lorecquino@gmail.com

Mário de Souza Lima e Silva – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) –
mario.silva@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono (SAOS) é caracterizada por episódios recorrentes de obstrução parcial ou completa das vias aéreas superiores durante o sono, levando à hipoxemia e fragmentação do sono. Essa condição está associada a diversas complicações pulmonares, incluindo hipertensão pulmonar, que pode resultar em insuficiência cardíaca direita e aumento da mortalidade. A SAOS está relacionada a alterações hemodinâmicas significativas, contribuindo para o desenvolvimento de hipertensão arterial, arritmias cardíacas e outras doenças cardiovasculares. Sua prevalência tem aumentado em diferentes populações, possivelmente devido ao crescimento das taxas de obesidade e ao envelhecimento populacional. No entanto, dados específicos sobre a incidência e complicações pulmonares associadas à SAOS no estado do Tocantins são escassos, ressaltando a importância de estudos epidemiológicos regionais.

OBJETIVOS: Analisar a prevalência da Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono e suas complicações pulmonares, como hipertensão pulmonar, no estado do Tocantins, considerando atendimentos ambulatoriais e internações hospitalares nos últimos anos, estratificados por sexo e faixa etária. **METODOLOGIA:** Foi realizado um estudo epidemiológico descritivo com dados secundários do DATASUS referentes ao estado do Tocantins. Foram coletadas informações sobre atendimentos ambulatoriais e internações hospitalares relacionadas à SAOS (CID-10: G47.3) e complicações pulmonares, como hipertensão pulmonar (CID-10: I27), no período de 2018 a 2023. Os dados foram estratificados por sexo (masculino e feminino) e faixas etárias (0-14, 15-29, 30-44, 45-59, 60-74, ≥75 anos). As taxas de prevalência foram calculadas por 100.000 habitantes, com base em estimativas populacionais do IBGE. **RESULTADOS:** Observou-se aumento progressivo nas taxas de atendimentos ambulatoriais e internações por SAOS no Tocantins entre 2018 e 2023. Em 2018, a taxa de atendimentos ambulatoriais foi de 12,5 por 100.000 habitantes, aumentando para 18,7 em 2023. As internações passaram de 5,2 para 8,9 no mesmo período. A prevalência foi maior no sexo masculino em todas as faixas etárias, com destaque para 45-59 anos, que apresentou 25,4 por 100.000 habitantes em 2023. Entre as complicações pulmonares, a hipertensão pulmonar foi a mais frequente, representando 35% das internações por SAOS. **CONCLUSÃO:** Os dados indicam aumento na prevalência de SAOS e suas complicações pulmonares no Tocantins nos últimos anos, especialmente entre homens de meia-idade. A hipertensão pulmonar destacou-se como a complicação mais comum associada à SAOS, corroborando a literatura que aponta para essa relação. Os achados ressaltam a necessidade de estratégias de saúde pública voltadas ao diagnóstico precoce e manejo adequado da SAOS, visando reduzir complicações e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: Apneia Obstrutiva do Sono, Hipertensão Pulmonar, Epidemiologia, Tocantins, Complicações Pulmonares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Santos, C. M., & Oliveira, E. F. (2020). Prevalência da Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono em adultos: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 23, e200021.

DATASUS. (2024). Informações de Saúde (TABNET) – Morbidade Hospitalar do SUS. Recuperado de <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&id=31032752>

Porth, C. M. (2011). **Essentials of Pathophysiology: Concepts of Altered Health States** (3ª ed.). Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins.

Drager, L. F., & Lorenzi-Filho, G. (2012). Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono e Hipertensão Arterial: Evidências Atuais. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, 98(1), e13-e19.

Moraes, W., Poyares, D., & Bittencourt, L. (2013). Hipertensão Pulmonar e Apneia Obstrutiva do Sono: Uma Revisão. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, 39(5), 604-612.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS INTERNAÇÕES POR NEOPLASIA MALIGNA DE PÂNCREAS NO AMAZONAS DE 2015 A 2023

Lucas Sinomar Silva Carvalho - UNITPAC – lucassinomar@gmail.com

Fernando Vieira de Paiva Borges - UNITPAC - fb2913778@gmail.com

Tanmyla Figueredo dos Santos - UNITPAC - tanmyla@hotmail.com

Marlon Cantillo da Luz - UNITPAC - marloncantillo07@gmail.com

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira - UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: Pelo fato de ser de difícil detecção, pois inicialmente apresenta-se assintomática, e ter comportamento agressivo, o câncer de pâncreas apresenta alta taxa de mortalidade. No Brasil, sem considerar os tumores de pele não melanoma, o câncer de pâncreas ocupa a 14ª posição entre os tipos de câncer mais frequentes. É responsável por cerca de 1% de todos os tipos de câncer diagnosticados e por 5% do total de mortes causadas pela doença (BRASIL, 2025). Os primeiros sinais se tornam evidentes depois que o tumor se espalha para tecidos adjacentes ou para outros órgãos, já em um estágio avançado. Os principais sintomas do câncer incluem dor abdominal ou lombar, perda de peso e icterícia obstrutiva (BONTEMPO, 2018). **OBJETIVOS:** Mensurar o perfil epidemiológico dos casos de internação por neoplasia maligna pancreática no estado do Amazonas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico e retrospectivo, baseado nos casos notificados entre os anos de 2015 e 2025, sendo os dados retirados Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponível no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), as variáveis utilizadas foram faixa etária, sexo, ano de internação, taxa de mortalidade e óbitos durante internações. **RESULTADOS:** A partir dos dados coletados, houveram 535 internações no período, dos quais 46,35% (248) eram do sexo masculino e 53,64% (287) do feminino. Quanto à raça, a predominante foi a parda com 71,4% (382), seguida pela amarela com 9,71% (52), branca com 6,54% (35), preta com 1,49% (8) e indígena com 1,3% (7). Ademais, nota-se que a faixa etária mais acometida é a de pacientes com idade entre 60 a 69 anos, totalizando 29,9% (160). Outrossim a taxa de mortalidade foi de 29,35%, com 43,75% para maiores de 80 anos, seguido por 35,56% para idades entre 70 a 79 anos. Ainda nesse sentindo houveram 157 óbitos, sendo 49,68% (78) de pacientes masculinos e 50,31% (79) de pacientes femininos. Além disso, é perceptível que 68,15% (107) dos óbitos foram de pessoas pardas. **CONCLUSÃO:** O estudo identificou o perfil epidemiológico das internações por neoplasia maligna de pâncreas no Amazonas entre 2015 e 2025. Destacou-se o sexo feminino, raça parda e idade entre 60 a 69 anos. A quantidade de óbitos entre as pessoas pardas é preocupante. Esses dados ressaltam a importância de aprimorar estratégias de monitoramento dos fatores de risco, especialmente entre a população idosa, visando reduzir a mortalidade relacionada a essa neoplasia.

Palavras-chave: Maligno, Pâncreas, epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

BONTEMPO, Luca; JÁCOME, Gabriela Costa; BITENCOURT, Evandro Leite. Perfil epidemiológico do câncer de pâncreas na região Norte do Brasil no período de 2010 a 2018. *Rev Patol Tocantins*, v. 6, n. 2, p. 20-25, 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Câncer de Pâncreas: situação epidemiológica atual. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/pancreas>

APLICAÇÃO DE DINÂMICA CONTRA O SEDENTARISMO IDOSO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA NO TOCANTINS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariah Ribeiro Martins - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariah_palmas@hotmail.com

Rejanne Lima Arruda - Universidade Federal do Norte do Tocantins - rejanne.arruda@ufnt.edu.br

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariazvcs@hotmail.com

Isabella Sousa Lima - Universidade Federal do Norte do Tocantins - sabellasilima@gmail.com

Maria Lina Brito Dias - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.dias@ufnt.edu.br

Ivan Cavalcanti Lino - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ivan.lino@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O avanço da saúde pública e medidas de saneamento básico aumentaram a perspectiva de vida, colocando a população idosa numa posição de grande densidade e importância. Com isso, há demanda por progressão na qualidade de vida dessa população, apesar do enraizado estereótipo de idoso não-hígido, frágil e paralisado. Dentro disso, é sabida a influência positiva do exercício físico contra doenças como diabetes mellitus, sarcopenia, hipertensão e osteoporose. Logo, torna-se necessária a introdução da prática à população citada. **OBJETIVOS:** Relatar dinâmica abordando a prática física em um grupo de idosos institucionalizados, suas decorrências e efeitos. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma ação de conscientização contra o sedentarismo em instituição de longa permanência para idosos em Araguaína-TO. Os alunos que a aplicaram foram capacitados por professores e fisioterapeuta, no sentido de levar à população alvo exercícios simples, seguros e de baixo impacto que pudessem estimular o sistema muscular, tendo como base cartilha do Laboratório de Epidemiologia e Fisioterapia Geriátrica da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A ação incluiu aporte teórico, em forma de conversa, com integração e debate acerca dos hábitos sedentários, seguida de um lanche comunitário e do ensino dos exercícios selecionados. Além disso, foram entregues doações de itens de higiene e alimentação, adquiridas por meio de campanha mobilizada pelos alunos. **RESULTADOS:** A visão do idoso hígido e ativo é ainda recente e não está consolidada na região da Amazônia Legal. Observou-se por parte dos idosos grande resistência em relação ao objetivo proposto. Muitos desviaram o olhar e deixaram de prestar atenção à conversa quando se falava de exercícios, enquanto uma das idosas referiu “não gostar disso” e expressou raiva quanto ao assunto. A maioria dos outros indivíduos, ou não estava aberta a participar, ou, devido ao sedentarismo intenso não conseguiu realizar esforços mínimos. Foi possível perceber a falta de vínculo com a prática física, pautada na crença e na paralisação da idade. **CONCLUSÃO:** A partir dos resultados expostos, torna-se clara a necessidade de mudança cultural da relação do idoso com o exercício físico. Apesar de muitas dificuldades biológicas desta fase, é comprovada a eficiência da prática com melhorias na saúde e impacto positivo na qualidade de vida, sempre instruída por profissional de enfoque na saúde osteomuscular do idoso.

Palavras-chave: Exercício físico, Saúde do Idoso Institucionalizado, Idoso, Comportamento sedentário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSUMPÇÃO, D. de et al. Which anthropometric measures best identify excess weight in older adults? *Geriatrics, Gerontology and Aging (Online)*, p. 1–9, 2021.

LIMA, M. F. S. de et al. Development and validation of predictive workable weight equations for Brazilian older adult residents in long-term care institutions. *PloS One*, v. 18, n. 1, p. e0280541, 2023.

LIU, J.; CHEN, X. Comparison between bioelectrical impedance analyses and dual-energy X-ray absorptiometry for accuracy in assessing appendicular skeletal muscle mass and diagnosing sarcopenia in hospitalized Chinese older adults. *Medicine (Baltimore)*, p. e35250–e35250, 2023.

PEIXOTO, Sérgio Viana et al. Prática de atividade física entre adultos mais velhos: resultados do ELSI-Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, supl. 2, p. 5s, 2019.

RUEGSEGG, Gregory N.; BOOTH, Frank W. Benefícios à saúde do exercício. *Cold Spring Harbor Perspectives in Medicine*, v. 8, n. 7, p. a029694, 2018.

CASOS PROVÁVEIS VERSUS CONFIRMAÇÕES LABORATORIAIS: O DESAFIO DA VIGILÂNCIA DO ZIKA VÍRUS NO TOCANTINS

Ana Jasmin Nunes Alencar - UNITPAC – anajasminalencar@gmail.com

Ezequiel Gonçalves Rodrigues - UNITPAC – ezequielgr3@gmail.com

João Gustavo Rodrigues Ribeiro - UNITPAC – foconoaleco800@gmail.com

Vitória Carolliny Tavares da Silva Brito - UNITPAC – vitoria02tavares@gmail.com

Mariana Nunes Lima - UNITPAC – marifbni@gmail.com

Rita Mikelle Soares Dias - UNITPAC – ritamikellesdias@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Zika é uma arbovirose (doença viral transmitida por artrópodes) que se tornou famosa depois de surtos associados a sintomas neurológicos e anomalias congênitas. O Brasil, principalmente em sua Região Norte, é uma área considerada vulnerável, tendo em vista as condições climáticas e socioeconômicas que favorecem a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*. O estado do Tocantins, também localizado nessa região, vem apresentando variações significativas nos dados de notificação, exigindo uma investigação própria para entender o comportamento epidemiológico da doença no local. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem como objetivo analisar e correlacionar os dados de notificação do vírus Zika em Tocantins, a partir do informe semanal de arboviroses de 2024 e os dados preliminares de 2025. Busca-se, ainda, identificar tendências da incidência, avaliar a distribuição nos municípios e discutir os desafios para a confirmação laboratorial dos casos. **METODOLOGIA:** Consideraram-se os dados extraídos dos Informes Semanais de Arboviroses do Centro de Operações de Emergência do Ministério da Saúde, referentes aos períodos de 2024 (Semana epidemiológica 01 a 52) e 2025 (Semana epidemiológica 01 a 09). A análise teve como base o número total de casos notificados, a incidência (número de casos por 100.000 habitantes) e a classificação dos casos (estados de confirmados, não confirmados e inconclusivos). **RESULTADOS:** No Tocantins, observou-se um aumento de 625% nos casos prováveis de Zika no início de 2025, com 87 casos registrados contra apenas 12 casos no mesmo período de 2024. Apesar disso, a redução global dos casos notificados foi de 69% (548 em 2024 versus 170 em 2025). A análise por municípios revelou que 10 cidades concentraram 100% dos casos, com incidência variando de baixa a moderada; municípios como Guaraí e Colinas do Tocantins figuraram entre os de maiores taxas. Entretanto, dos 62 exames laboratoriais realizados para confirmação do vírus Zika, 76% foram descartados segundo critérios laboratoriais, não havendo confirmação de nenhum caso por meio de diagnóstico laboratorial. Além disso, não foram identificados casos em gestantes nem registros de óbito. **CONCLUSÃO:** A discrepância entre o aumento dos casos prováveis e a ausência de confirmações laboratoriais sugere possíveis erros de classificação ou limitações no diagnóstico do vírus Zika no Tocantins. Esses achados ressaltam a necessidade de aprimorar os critérios diagnósticos e intensificar a vigilância epidemiológica, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade na Região Norte.

Palavras-chave: Zika Vírus, Epidemiologia, Arbovirose.

REFERÊNCIAS:

RODRIGUES, Meire da Silva Pereira et al. Repercussões da emergência do vírus Zika na saúde da população do estado do Tocantins, 2015 e 2016: estudo descritivo. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 29, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000400008>. Acesso em: 17 mar. 2025. Manuscrito originado da dissertação de Mestrado intitulada 'Repercussões da emergência do vírus Zika na saúde da população do Tocantins/Brasil', defendida pela autora Meire da Silva Pereira Rodrigues junto ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA), em 2017. ISSN 2237-9622.

ALMEIDA, M. G. da C. S.; SANTOS, E. C. dos; NASCIMENTO JUNIOR, L. W. de S.; CRUZ, J. de L.; CASTRO, M. dos S.; SANTOS, F. da S. dos. Perfil epidemiológico dos flavivírus Zika e Dengue na região Norte do Brasil no período entre 2017 a 2021. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 7, p. e12694, 1 ago. 2023.

SILVA SANTOS, N.; SANTOS, Jairo Oliveira; CAVALCANTE, Letícia Oliveira; MARKUS, Jandrei Rogério. Perfil epidemiológico dos casos de zika vírus no Brasil no ano de 2018-2021. *Revista Científica do*

Tocantins, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–10, 2023. Disponível em:
<https://itpacporto.emnuvens.com.br/revista/article/view/154>. Acesso em: 17 mar. 2025.

TEIXEIRA, Gracimary Alves et al. Análise do conceito síndrome congênita pelo Zika vírus. *Ciência & Saúde Coletiva*, [online], v. 25, n. 2, p. 567-574, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.30002017>. Acesso em: 17 mar. 2025. ISSN 1678 4561.

FERNANDES, Ciro Octávio de Souza; FERNANDES, Dayana Rodrigues Amorim de Souza; BARACAT, Rafael Vinícius Marinho; SILVEIRA, Pedro Tadeu de Melo; BRAGA, Gustavo de Oliveira. Arboviroses emergentes e reemergentes no Brasil: Dengue, Chikungunya e Zika. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 5036–5048, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n8p5036-5048. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2973>. Acesso em: 17 mar. 2025.

CICLO MENSTRUAL E DESEMPENHO ACADÊMICO E PROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA COM ENFOQUE NOS DESAFIOS PARA A SAÚDE INTEGRAL

Leticia Paz Duarte - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - leticia.duarte@ufnt.edu.br

Beatriz Soares dos Santos Pereira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - beatriz.pereira@ufnt.edu.br

Carlos Eduardo Dionizio de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - carlos.araujo@ufnt.edu.br

Geiciane Vieira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - geiciane.silva@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - iago.angelos@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O ciclo menstrual (CM) é um conjunto de eventos fisiológicos que ocorrem em mulheres com idade reprodutiva. Embora seja um processo natural do corpo feminino, ele apresenta variações biológicas que influenciam tanto aspectos físicos quanto emocionais e cognitivos. Assim, compreender os efeitos do CM é essencial para a promoção da saúde integral das mulheres. **OBJETIVOS:** Analisar a relação entre sintomas do CM e seus impactos no rendimento acadêmico e profissional de mulheres na área da saúde, evidenciando como essas dificuldades comprometem seu bem-estar e a construção de um cuidado holístico. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura descritiva, com produções a partir das bases Scielo, PubMed, Google Scholar e Elsevier. Foram usados os termos "Ciclo Menstrual", "Rendimento Acadêmico", "Desempenho Profissional" e "Saúde da Mulher" acompanhados do operador booleano "AND". Os critérios de inclusão foram: artigos completos, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, publicados nos últimos 5 anos. Foram excluídos artigos duplicados, incompletos, trabalhos de congresso e que não atenderam aos critérios de inclusão mencionados. A busca resultou em 60 artigos, dos quais, após análise criteriosa, 15 foram selecionados para compor este estudo. **RESULTADOS:** Observou-se que os sintomas psicossociais e físicos associados à menstruação como cólicas, fadiga, alterações de humor e dificuldades de concentração afetam negativamente o bem-estar das mulheres e suas atividades diárias. Quando essa realidade se alia à rotina intensa e estressante enfrentada por estudantes e profissionais da área da saúde, somada à falta de reconhecimento ou tratamento adequado desses sintomas, resulta em um déficit no rendimento acadêmico e profissional, além de comprometer a saúde física e mental dessas mulheres. Ademais, foi identificada uma carência nos estudos voltados especificamente a esse grupo com tamanha sobrecarga, dado que a maior parte dos estudos encontrados focam em atletas e saúde reprodutiva, o que dificulta ainda mais a análise e discussão do tema, resultando em uma abordagem insuficiente da saúde integral dessas mulheres. Isso compromete a promoção de cuidados holísticos e prejudica o desenvolvimento de projetos e políticas de saúde adequadas. **CONCLUSÃO:** O CM tem impacto significativo no desempenho cotidiano de mulheres na área da saúde, representando um desafio para a saúde integral e assistência equitativa. Diante disso, mais estudos voltados para essa área são necessários para aprofundar essa relação e sugerir intervenções eficazes, fortalecendo os modelos assistenciais voltados à saúde feminina.

Palavras-chave: Cuidado Integral, Estudantes de Medicina, Menstruação, Profissionais da Saúde, Saúde da Mulher.

REFERÊNCIAS:

ABBAS, K. et al. Physical and Psychological Symptoms Associated With Premenstrual Syndrome and Their Impact on the Daily Routine of Women in a Low Socioeconomic Status Locality. *Cureus*, v. 12, n. 10, p. e10821, oct. 2020. DOI: 10.7759/cureus.10821. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33173629/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

DEMEKE, E. et al. Effect of menstrual irregularity on academic performance of undergraduate students of Debre Berhan University: A comparative cross sectional study. *Journal PloS One*, v. 18, n. 1, p. e0280356,

jan. 2023. DOI: 10.1371/journal.pone.0280356. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36701333/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SARAEI, M. et al. Prevalence of premenstrual syndrome and related factors among nurses. **Journal of the Turkish German Gynecological Association**, v. 25, n. 2, p. 74-80, 13 jun. 2024. DOI: 10.4274/jtgga.galenos.2024.2023-3-1. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38867710/>. Acesso em: 8 mar. 2025. Disponível em:

PACHÓN VALERO, L. Síndrome premenstrual y ejercicio físico: una revisión integrativa. **Revista Salud Uninorte**, v. 3, p. 1176-1195, dez. 2023. DOI: 10.14482/sun.39.03.753.951. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-55522023000301176. Acesso em: 8 mar. 2025.

CAMPOS, F. M. et al. Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 4, pág. 579-589, dez. 2020. DOI: 10.1590/1414-462X202028040559. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/DWdMHvv3Ty8556HXRmcbTDC/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

COMPARAÇÃO ENTRE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO EM IDOSOS COM SUSPEITA DE COMPROMETIMENTO COGNITIVO NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - alexandre.terceiro@ufnt.edu.br

Rebecca Padilha Santos - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - rebeccapadilha1803@gmail.com

Maria Paula Oliveira Castro - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - mariapaula1919@icloud.com

Fernanda Gomes Dias - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - fernandadias20111@gmail.com

Paulo Otávio Neto Ferreira Sousa - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - paulofsneto@hotmail.com

Fábio Serra Barbosa da Silva - Professor convidado Universidade Federal do Norte do Tocantins - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O rastreio precoce do comprometimento cognitivo em idosos na atenção básica é essencial para intervenções adequadas e manejo de condições como o comprometimento cognitivo leve e a demência. O Mini-Mental State Examination (MMSE) e o Montreal Cognitive Assessment (MoCA) são amplamente utilizados para avaliação cognitiva, com características distintas que influenciam sua aplicabilidade, precisão diagnóstica e tempo de execução. Esta revisão visa comparar ambas as ferramentas no contexto da atenção básica, destacando suas vantagens e limitações. **OBJETIVO:** Comparar as ferramentas de rastreio cognitivo MMSE e MoCA em relação à precisão diagnóstica, facilidade de aplicação e tempo de execução em idosos com suspeita de comprometimento cognitivo. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura com auxílio da ferramenta Google Acadêmico, abrangendo artigos publicados entre 2022 e 2024. Foram utilizados os descritores ("Mini-Mental State Examination" OR "Montreal Cognitive Assessment") AND ("Atenção Básica") AND ("Comparação" OR "Validação"). Ao todo, 185 artigos foram identificados e, após análise dos critérios de relevância e foco comparativo entre os instrumentos, 5 estudos foram selecionados para compor esta revisão. **RESULTADOS:** O MMSE é amplamente utilizado na atenção básica devido à sua simplicidade e curto tempo de execução, variando entre 5 a 10 minutos. Apesar de sua praticidade, o teste apresenta limitações na sensibilidade para detectar comprometimento cognitivo leve, especialmente em pacientes com maior escolaridade. Já o MoCA, embora demande mais tempo para aplicação (10 a 15 minutos) e exija maior treinamento dos profissionais, mostrou-se mais sensível na detecção de alterações cognitivas sutis, principalmente em indivíduos com níveis educacionais mais elevados. O MMSE se destaca pela acessibilidade e facilidade de aplicação, enquanto o MoCA oferece maior precisão diagnóstica. **CONCLUSÃO:** O MMSE permanece como uma ferramenta amplamente utilizada na atenção básica devido à sua praticidade e baixo custo. Contudo, o MoCA se destaca pela maior sensibilidade na detecção precoce do comprometimento cognitivo, sendo crucial para garantir intervenções mais eficazes. A escolha entre as ferramentas deve considerar o contexto clínico, o perfil dos pacientes e os recursos disponíveis na unidade de saúde. Estudos adicionais são necessários para fortalecer a evidência comparativa entre os instrumentos no cenário da atenção básica.

Palavras-chave: Comprometimento cognitivo, MMSE, MoCA, Atenção básica, Diagnóstico cognitivo.

REFERÊNCIAS:

BASTOS, Naiara Vaz; SOARES, Lawrey Vanessa Rocha; CUNHA, Alexandre Alves Caribé da; MENDES, Jiulliano Carlos Lopes; OLIVEIRA, Luciana Mendes. A relevância da aplicação do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) em idosos do Brasil: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 1, p. e11275, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e11275.2023>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVA, Maria José Soares da; CARDOSO, Sandy Cassemiro; JACOB, Suzeli Cristina da Silva; CINELLI, Adriana Nastaro. Avaliação da função cognitiva de um grupo de idosos por meio do Mini Exame do Estado Mental. *Enfermagem Brasil*, v. 23, n. 5, p. 1953-1962, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.62827/eb.v23i5.4031>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FELIX, Elise Santos; BATISTA, Francisco Moura; COSTA, Nathália Medeiros; OLIVEIRA, Andreia Luiza; FARIAS, Catharinne Carvalho; TORRES, Gilson Vasconcelos. CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ESTADO

COGNITIVO EM PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. [Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento](#), v. 10, 2024. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.60468/r.riase.2024.10\(0\).692.58-69](http://dx.doi.org/10.60468/r.riase.2024.10(0).692.58-69). Acesso em: 26 abr. 2024.

PEREIRA, Marcos Leandro. Avaliação cognitiva da queixa de memória na atenção primária: estudo descritivo e longitudinal. 2023. Tese (Doutorado em Neurociências) - [Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte](#). Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/73396>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MARION, Daielle. Demências: avaliação e intervenção na atenção primária à saúde (APS). 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - [Universidade de Santa Cruz do Sul](#), Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/3609>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CONSTRUÇÃO DE PEÇAS DIDÁTICAS PARA PROJETO DE EXTENSÃO EM SAÚDE VOLTADO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luiz Fernando Costa Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - luiz.costa@ufnt.edu.br

Bruna Beatriz Borba Mundim - Universidade Federal do Norte do Tocantins - bruna.mundim@ufnt.edu.br

Maria Clara Mota Chaves - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.chaves@ufnt.edu.br

Samyra Maria Fontes de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - samyra.sousa@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - Universidade Federal do Norte do Tocantins - fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O projeto de extensão "Promoção do Cuidado da Mulher Adaptado para Deficientes Visuais", da Universidade Federal do Norte do Tocantins, visa promover o autocuidado e o conhecimento sobre a anatomia feminina entre estudantes com deficiência visual em escolas públicas de Araguaína-TO. A iniciativa busca suprir a lacuna de recursos pedagógicos acessíveis, desenvolvendo ferramentas didáticas sensoriais baseadas no tato a fim de permitir a compreensão dos conceitos e práticas de autocuidado, promovendo uma educação inclusiva e garantindo acesso à saúde e ao conhecimento para esse público, muitas vezes negligenciado nas abordagens tradicionais de ensino. **OBJETIVOS:** Relatar o processo de confecção de modelos anatômicos do sistema genital feminino adaptados para deficientes visuais. **METODOLOGIA:** O presente estudo possui uma abordagem descritiva acerca da confecção de peças anatômicas didáticas. Após uma análise detalhada da literatura, bem como discussões em equipe, foram elaboradas ideias para a produção de estruturas genitais femininas: vulva, canal vaginal, útero, tubas uterinas, ovários e mamas. Além disso, preconizou-se a criação manual das estruturas de forma que sua distinção seja nítida por intermédio do toque, facilitando seu reconhecimento pelas alunas com deficiência visual. Nessa perspectiva, foram empregados diversos itens para auxiliar e diferenciar as texturas e consistências, a fim de ampliar a percepção tátil das peças. **RESULTADOS:** A confecção das peças despertou nos acadêmicos uma célebre performance artística, os instigando a revisar a anatomia do sistema genital feminino e confeccionar recursos que possibilitem a transmissão didática da assistência à saúde genital feminina. Além disso, as peças produzidas possuem um acentuado aumento de tamanho para facilitar o toque e reconhecimento das estruturas. As consistências de componentes líquidos/gelatinosos estão em processo de análise pelos alunos, a fim de identificar os melhores itens para a simulação de secreções vaginais. **CONCLUSÃO:** O desenvolvimento do projeto de extensão "Promoção do Cuidado da Mulher Adaptado para Deficientes Visuais em Escolas da Rede Pública de Araguaína - TO" mostrou-se uma experiência enriquecedora, pois permitiu a criação de materiais pedagógicos voltados para o ensino inclusivo, focado em diferentes texturas, permitindo a disseminação do conhecimento sobre o corpo feminino para a população que apresenta deficiências visuais. Além disso, possibilitou que os acadêmicos revisassem a anatomia do sistema genital feminino e desenvolvessem suas habilidades artísticas e criativas na criação dos macromodelos. Dessa forma, é evidente que o projeto atendeu mais do que as expectativas esperadas e espera-se que sirva de incentivo para outros projetos voltados para o ensino inclusivo.

Palavras-Chave: Educação de Pessoas com Deficiência Visual, Inclusão Social, Promoção da Saúde, Saúde da Mulher.

REFERÊNCIAS:

CALIXTO, R. M. A. Modelos táteis sobre o sistema reprodutor feminino: um estudo exploratório com uma estudante cega. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – **Universidade Federal do Espírito Santo**, Centro de Educação, Vitória, 2016.

MEDEIROS, E. G. Materiais didáticos de biologia para alunos com deficiência visual: uma revisão bibliográfica dos últimos cinco anos (2018-2022). 2023. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**, Campus Princesa Isabel, 2023.

ROSA, M. C.; MARIS, L. Estratégias de ensino nas aulas de ciências para alunos/as com deficiência visual: uma revisão em teses e dissertações. **Actio**, v. 7, n. 3, p. 1–1, 30 nov. 2022.

SILVA; SANTOS; MARQUES, P. A. Produção de Material Didático Inclusivo para Pessoas com Deficiência Visual sobre o Sistema Genital. Editora Realize eBooks, 1 jan. 2024. **USP**. Professora da USP adapta aula de anatomia para aluna sem visão. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/professora-da-usp-adapta-aula-de-anatomia-para-aluna-sem-visao/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CONSTRUINDO UM FUTURO INCLUSIVO: OS AVANÇOS DA LEGISLAÇÃO PARA O AUTISMO

Ana Luísa Gonçalves Felipe - Universidade Federal do Norte do Tocantins – ana.felipe@ufnt.edu.br

Carolina Galgane Lage Miranda - Universidade Federal do Norte do Tocantins - carolina.miranda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A saúde é um direito fundamental garantido pelo Estado, conforme o artigo 196 da Constituição. Essa garantia ocorre por meio de políticas sociais e econômicas que assegurem acesso equitativo aos serviços de saúde. O SUS, principal política pública nesse contexto, organiza-se pelas Redes de Atenção à Saúde (RAS), incluindo a RAPS e a Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência. Estas são fundamentais para garantir o atendimento adequado a indivíduos com TEA, assegurando a universalidade, equidade e integralidade do SUS. **OBJETIVOS:** Descrever as conquistas referentes ao transtorno do espectro autista a partir de normativas, documentos legais. **METODOLOGIA:** Pesquisa documental de caráter descritivo no que concerne à temática do autismo no âmbito da saúde, por meio da base de dados Periódico Capes, Scielo, além de sites oficiais que contenham protocolos e legislação a nível federal. **RESULTADOS:** A detecção precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma obrigação estatal, regulamentada pela Lei Federal nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. O Ministério da Saúde recomenda um modelo de tratamento holístico, promovendo assistência integral e inclusão social. Entre as principais iniciativas governamentais, destaca-se a Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas com TEA, cujas diretrizes foram publicadas em 2013, 2015 e 2021. Em 2023, o Ministério da Saúde incorporou o TEA à Política Nacional da Pessoa com Deficiência, garantindo segurança jurídica e prevenindo a estigmatização. Além disso, dispositivos legais asseguram direitos fundamentais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que garante acesso à saúde e à educação. A Lei nº 13.977/2020 instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA), facilitando o acesso a serviços públicos e privados. Outros benefícios incluem transporte gratuito interestadual (Lei nº 8.899/1994) e horário especial para servidores públicos com dependentes neuroatípicos (Lei nº 13.370/2016). A Lei nº 8.742/1993 também garante o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. **CONCLUSÃO:** A consolidação dessas políticas públicas representa um avanço significativo na garantia de direitos e inclusão social. No entanto, desafios persistem, como a implementação efetiva dessas normativas, a disponibilidade de serviços especializados e a burocracia no acesso a benefícios. Para que os direitos garantidos sejam efetivamente aplicados, é essencial ampliar investimentos, capacitar profissionais e fortalecer a fiscalização, assegurando melhorias reais na qualidade de vida das pessoas com TEA no Brasil.

Palavras-chaves: Transtorno do Espectro Autista, Regulamentos, Acesso a Serviços de Saúde

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de atenção Psicossocial do SUS. Brasília, 2013.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2015.

BRASIL, **Ministério da Saúde**, Linha de Cuidado do Transtorno do Espectro do Autismo na criança. Brasília, 2021.

BRASIL. Fran Martins. Saúde e Vigilância Sanitária. TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares, 2022. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20Brasil%20conta,pessoas%20com%20autismo%20em%202021..> Acesso em: 12 mar. 2025.

DENGUE NA AMAZÔNIA LEGAL: DISPARIDADES EPIDEMIOLÓGICAS ENTRE TRÊS MUNICÍPIOS DE CLIMA E GEOGRAFIA SEMELHANTES

Eduardo Carlos Almeida Silva Sousa - Universidade Federal do Maranhão -

eduardo.cass@discente.ufma.br

Ana Beatriz Silva Cardoso - Universidade Federal do Maranhão - abs.cardoso@discente.ufma.br

Luecyia Alves de Carvalho Silva - Universidade Federal do Maranhão - luecyia.carvalho@ufma.br

INTRODUÇÃO: A dengue é uma arbovirose endêmica em regiões tropicais, causada por um flavivírus transmitido pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. A infecção pode se manifestar com sintomas como febre alta, cefaléia, mialgia e dor retro-orbitária. A doença representa um desafio significativo para a saúde pública, exigindo uma abordagem multidisciplinar para o seu controle e manejo eficaz. **OBJETIVOS:** Comparar o perfil epidemiológico da dengue em três cidades com características climáticas e geográficas semelhantes, no período de 2015 a 2024. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, quantitativo, transversal e retrospectivo, realizado com dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, na base de dados sobre dengue do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. O estudo abrange os municípios de Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA, no período de 2015 a 2024. Os dados foram analisados no software Jamovi, versão 2.3.28, mediante estatística descritiva. As variáveis consideradas foram: sexo, raça, faixa etária, escolaridade e evolução. **RESULTADOS:** Durante o período analisado, foram notificados 14.027 casos de dengue, com destaque para o município de Araguaína, que registrou 9.864 casos. Imperatriz e Marabá contabilizaram, respectivamente, 2.700 e 1.463 casos. A proporção de casos em mulheres (53,65%) foi superior à observada em homens (46,35%), com percentuais semelhantes entre as cidades. A faixa etária mais acometida foi a de 20 a 59 anos, com 8.183 casos, seguida pela de 0 a 19 anos (4.451 casos) e pela de 60 anos ou mais (794 casos). Em Imperatriz, 50% das notificações concentraram-se na faixa etária de 0 a 19 anos, divergindo dos demais municípios. Nas três cidades, a raça parda foi a mais acometida, seguida pelas raças branca e preta. Quanto à escolaridade, a maior frequência de casos foi observada entre pessoas com ensino superior incompleto, porém sem uma prevalência significativa em um nível específico de escolaridade. Acerca da evolução dos casos, 12.950 evoluíram para cura. Imperatriz foi o município que registrou o maior número de óbitos, totalizando 11. **CONCLUSÃO:** Apesar das semelhanças climáticas e sociodemográficas entre as três cidades analisadas, observou-se uma diferença expressiva no número de casos notificados, com maior concentração em Araguaína. Esse achado evidencia a complexidade da dinâmica da dengue e reforça a necessidade de estratégias de controle do mosquito transmissor que considerem as particularidades de cada localidade, garantindo ações mais eficazes no enfrentamento da doença.

Palavras-chave: Aedes, Dengue, Epidemiologia, Estudo Comparativo.

REFERÊNCIAS:

GUIMARÃES, L. M., CUNHA, G. M. D., LEITE, I. D. C., MOREIRA, R. I., e CARNEIRO, E. L. N. D. C. Associação entre escolaridade e taxa de mortalidade por dengue no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00215122, 2023.

GURGEL-GONÇALVES, R., OLIVEIRA, W. K. D., e CRODA, J. The greatest dengue epidemic in Brazil: surveillance, prevention, and control. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 57, p. e00203-2024, 2024.

KULARATNE, S. A., e DALUGAMA, C. Dengue infection: Global importance, immunopathology and management. **Clinical Medicine**, v. 22, n. 1, p. 9-13, 2022.

NOVAIS, D. G., DE SÁ RIBEIRO, R., DE OLIVEIRA, M. C., RODRIGUES, D. M., e BRUNO, A. R. S. Z. Perfil epidemiológico da dengue em município da Amazônia Legal, TO, Brasil Epidemiological profile of dengue in the municipality of Legal Amazon, TO, Brazil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 58885-58904, 2021.

ONEDA, R. M., BASSO, S. R., FRASSON, L. R., MOTTECY, N. M., SARAIVA, L., e BASSANI, C.
Epidemiological profile of dengue in Brazil between the years 2014 and 2019. [Revista da Associação Médica Brasileira](#), v. 67, p. 731-735, 2021.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO MANEJO E INTERVENÇÃO DE LITÍASE URINÁRIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

José Rodrigues de Moraes Neto - Universidade Federal do Maranhão - jose.rodrigues1@discente.ufma.br

Isadora Pereira Coêlho - Universidade Federal do Maranhão - isadora.coelho@discente.ufma.br

Marília Nolêto Bertoldo – Universidade Federal do Maranhão – marillia.bertoldo@discente.ufma.br

Cláudia Regina de Andrade Arrais - Universidade Federal do Maranhão – claudia.arrais@ufma.br

INTRODUÇÃO: A litíase urinária é uma condição prevalente, sobretudo em homens, caracterizada pela formação de cálculos no trato urinário e associada à morbidade significativa. Em comunidades vulneráveis, barreiras socioeconômicas e estruturais dificultam o acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado, resultando em complicações como pielonefrite obstrutiva, injúria renal aguda e sepse. O manejo clínico e intervencionista da litíase depende de fatores como o tamanho e localização do cálculo, sendo fundamentais abordagens que englobam desde a terapia expulsiva até procedimentos minimamente invasivos. Diante disso, torna-se essencial discutir os desafios e perspectivas para otimizar a assistência urológica nessas populações.

OBJETIVOS: Identificar os principais desafios e estratégias para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento da litíase urinária em populações vulneráveis. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada por meio de busca na literatura nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (LILACS e MedLine) e PubMed, com filtro de período de publicação entre 2020 e 2025. Os descritores utilizados incluíram "Urinary Calculi", "Lithiasis", "intervention", "diagnosis", "treatment" e "vulnerable populations", combinados com os operadores booleanos AND e OR. Os critérios de exclusão abrangeram artigos duplicados e aqueles sem relação direta com a temática. Após triagem, 15 estudos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** A limitação no acesso a exames diagnósticos avançados, como tomografia computadorizada de baixa dose e avaliação metabólica detalhada, impacta negativamente a conduta clínica na litíase urinária. Além disso, a escassez de profissionais especializados e a baixa oferta de centros de referência aumentam a taxa de recorrência da doença e as complicações associadas. Do ponto de vista terapêutico, a disponibilidade restrita de procedimentos minimamente invasivos, como a ureteroscopia flexível e a litotripsia extracorpórea, restringe as opções terapêuticas nessas populações. Estratégias de mitigação incluem a ampliação de unidades especializadas, o estabelecimento de protocolos de prevenção da recidiva e a capacitação de equipes multiprofissionais para otimizar a adesão ao tratamento e medidas dietéticas preventivas. **CONCLUSÃO:** O manejo da litíase urinária em comunidades vulneráveis enfrenta desafios significativos, incluindo acesso limitado a diagnóstico precoce, escassez de recursos tecnológicos e barreiras socioeconômicas. A implementação de políticas públicas voltadas para a descentralização do atendimento e o fortalecimento da atenção primária podem minimizar as disparidades no cuidado e melhorar os desfechos clínicos, promovendo maior equidade na assistência urológica.

Palavras-chave: Litíase, Intervenção, Populações vulneráveis.

REFERÊNCIAS:

ANTONIO et al. **Caracterización clínico-epidemiológica de la urolitiasis.**

COSTANZO, M. L. et al. Acute Cholecystitis from Biliary Lithiasis: Diagnosis, Management and Treatment. **Antibiotics**, v. 12, n. 3, p. 482, 1 mar. 2023.

FANG, M.; WANG, M.; ZHENG, J. Application of perioperative nursing intervention in holmium laser lithotripsy in the treatment of urinary calculi. **Minerva pediatrics**, v. 75, n. 1, p. 146–148, fev. 2023.

KORKES, F. et al. COVID-19: The impact on urolithiasis treatment in Brazil. **Int Braz J Urol**, p. 101–109, 2022.

PIGATTO FILHO, G. et al. Time-sensitive elements in elective treatment of urinary lithiasis: a narrative review. **Translational andrology and urology**, v. 14, n. 1, p. 181–190, 2025.

DESAFIOS NA PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: BARREIRAS CULTURAIS, ACESSO À SAÚDE E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

Thaina Borges Leal – UNITPAC/AFYA – thainabl123@gmail.com

Nayara Alves do Carmo – UNITPAC/AFYA – nayaraalvesdocarmo@gmail.com

Juliana Dias Paranaíba – UNITPAC/AFYA – julianadiasparanaiba@hotmail.com

Filipe Pereira Monteiro De Sá – UNITPAC/AFYA – filipe.monteiro5@icloud.com

Valenttina Dias Cambiaghi – UNITPAC/AFYA – valenttina.dc@gmail.com

Francisco Leonardo Da Costa Lima – UNITPAC/AFYA – francisco.leonardo@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A prevenção e o controle de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em comunidades indígenas enfrentam desafios relacionados a barreiras culturais, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e limitações estruturais. Diferenças na percepção de saúde, desconfiança em relação à medicina ocidental e obstáculos linguísticos dificultam a adesão às estratégias preventivas e terapêuticas. Além disso, a distância dos centros urbanos e a precariedade da infraestrutura de saúde comprometem o diagnóstico precoce e o acompanhamento adequado da população indígena. Para superar esses desafios, é essencial integrar saberes tradicionais e práticas médicas, fortalecer a Atenção Primária à Saúde Indígena (APSI) e capacitar profissionais para um atendimento intercultural eficaz. **OBJETIVOS:** Neste trabalho objetivou-se investigar os principais fatores que dificultam a prevenção e o controle de ISTs em comunidades indígenas e também propor estratégias eficazes para superá-los. **METODOLOGIA:** Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em uma revisão bibliográfica para investigar os desafios e estratégias na prevenção e controle das ISTs em comunidades indígenas da Amazônia. Utilizou-se bases científicas (SciELO, PubMed, LILACS, Google Acadêmico) e análise de políticas públicas da secretaria de saúde indígena (SESAI) e do Ministério da Saúde. Foram incluídos estudos dos últimos cinco anos, que abordem ISTs e saúde indígena, excluindo trabalhos sem relevância direta ao tema. **RESULTADOS:** O estudo identificou barreiras culturais nas comunidades indígenas, como desconfiança na medicina ocidental, tabus sobre sexualidade e dificuldades linguísticas. O acesso à saúde é limitado pela distância e falta de profissionais especializados, prejudicando diagnóstico e tratamento. Embora existam políticas públicas específicas para esses grupos de populações, a falta de recursos e capacitação compromete a implementação. A resistência à integração de saberes tradicionais com a medicina convencional dificulta a adesão ao tratamento nas comunidades indígenas. Integrar saberes culturais, capacitar profissionais e fortalecer a infraestrutura local são essenciais para controlar as ISTs. **CONCLUSÃO** Com este trabalho podemos concluir que a prevenção e controle das ISTs em comunidades indígenas exigem integração dos saberes tradicionais com a medicina ocidental. A capacitação intercultural dos profissionais de saúde e o fortalecimento da infraestrutura local são essenciais para superar barreiras culturais e melhorar o acesso e tratamento nas comunidades.

Palavras-chave: Saúde Indígena, infecções sexualmente transmissíveis, barreiras culturais, Amazônia, Acesso à saúde.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Diretrizes e estratégias para o enfrentamento ao HIV/AIDS e outras ISTs para mulheres em situação de vulnerabilidade. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**; Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Aprovada pela Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002 (DOU nº 26, Seção 1, p. 46 a 49, de 6 de fevereiro de 2002).

CAMPOS, Rafaela Chaves; SANTOS, Maria Isabel Quaranta Lobão dos; RODRIGUES, Julia Beatrice Leite; OKOCHI, Regiane Cristina Neto. Sífilis gestacional e congênita como parâmetro de qualidade de pré-natal de indígenas na Ilha do Bananal-Tocantins: um estudo transversal. **Revista Observatório de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 23, n. 1, p. 01-21, 2025.

NUNES, Daniela Aparecida de Souza; SILVA, André Soares da; OLIVEIRA, Mágda Lúcia Félix de. Infecção pelo HIV/AIDS em população indígena: estudo transversal. [Research, Society and Development](#), v. 11, n. 3, e12711325985, 2022.

SILVA, Sônia Maria Alves da et al. Desafios encontrados na prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis na população indígena – revisão integrativa. Editora Strictu Sensu. [Atualidades em Medicina Tropical na América do Sul: Epidemiologia e Educação em Saúde](#), p. 56-66, 2021.

DESAFIOS NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DE TUMORES CEREBRAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - arthurmarinho123@hotmail.com

Guilherme Marroques Noieto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - guimarroques@gmail.com

Fernanda Gomes Dias - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - fernandadias20111@gmail.com

Kaio Henrique Silva de Freitas - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - kaio54927@gmail.com

Rebecca Padilha Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - rebeccapadilha1803@gmail.com

Fabio Serra Barbosa da Silva - Universidade Federal de São Paulo/EPM UNIFESP - fabioserra@hotmail.com

Introdução: Os tumores cerebrais, primários ou secundários, possuem alta mortalidade, com 308.102 novos casos e 251.329 mortes em 2020. A gravidade está relacionada ao grau de atipia e à rapidez no diagnóstico. Na Atenção Primária à Saúde (APS), a identificação precoce é desafiadora devido a sintomas inespecíficos, limitações estruturais e necessidade de capacitação dos profissionais. **Objetivo:** Esta revisão sistemática tem por objetivo analisar os desafios do diagnóstico precoce de tumores cerebrais na Atenção Primária à Saúde (APS). **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura integrativa com os descritores: ("brain tumors" OR "glioma" OR "glioblastoma") AND ("primary care") AND ("diagnosis" OR "initial signs") AND ("barriers" OR "challenges"). A seleção dos artigos ocorreu em fevereiro de 2025 através do google acadêmico e do PUBMED (638 publicações encontradas), os critérios de inclusão foram: Artigos de revisão publicados desde 2020. Foram excluídos artigos fora do contexto da pesquisa ou que negassem o critério de inclusão. Ao final foram selecionados 6 trabalhos para construção desta revisão. **Resultados:** A literatura destaca que o diagnóstico precoce de tumores cerebrais é essencial para iniciar o tratamento em tempo hábil, reduzindo morbidades neurológicas e déficits a longo prazo. No entanto, em países de baixa e média renda, o intervalo entre o início dos sintomas e o diagnóstico definitivo é significativamente maior em comparação aos países de alta renda. Fatores como a escassez de equipes multidisciplinares, subfinanciamento, treinamento inadequado e a ausência de diretrizes específicas na Atenção Primária à Saúde (APS) contribuem para atrasos no diagnóstico e manejo desses pacientes. Além disso, a inespecificidade dos sintomas iniciais, a complexidade do raciocínio clínico necessário e a dependência de meios diagnósticos avançados são obstáculos adicionais que dificultam a detecção precoce e os cuidados eficazes. **Conclusão:** O diagnóstico precoce de tumores cerebrais é desafiador em países de baixa e média renda devido ao acesso limitado a exames, ausência de protocolos eficazes e falta de equipes multidisciplinares. O subfinanciamento e a carência de diretrizes na APS agravam os atrasos no manejo. Para melhorar os desfechos, é essencial fortalecer o sistema de saúde, capacitar profissionais e ampliar o acesso a tecnologias diagnósticas.

Palavras-chave: Neoplasias Encefálicas, Atenção Primária à Saúde, Diagnóstico Precoce

REFERÊNCIAS:

SHAKIR, Muhammad; SHARIQ, Syeda Fatima; TAHIR, Izza; KHOWAJA, Aly Hamza; IRSHAD, Hammad Atif; RAE, Ali I.; HAMZAH, Radzi; GUPTA, Saksham; PARK, Kee B.; ENAM, Syed Ather. Challenges to early detection of brain tumors in low- and middle-income countries: a systematic review. *World Neurosurgery*, v. 191, 2024.

BULBECK, Helen; NOBLE, Karen; OLIVER, Kathy; SKINNER, Tina Mitchell. Desafios e oportunidades no glioblastoma recém-diagnosticado no Reino Unido: um painel Delphi. *Prática de Neuro-Oncologia*, v. 11, n. 6, p. 740-752, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1093/nop/npae058>.

TINI, Paolo; RUBINO, Giovanni; PASTINA, Pierpaolo; CHIBBARO, Salvatore; CERASE, Alfonso; MARAMPON, Francesco; PAOLINI, Sergio; ESPOSITO, Vincenzo; MINNITI, Giuseppe. Challenges and

opportunities in accessing surgery for glioblastoma in low–middle income countries: a narrative review.
Cancers, v. 16, n. 16, p. 2870, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/cancers16162870>.

IRSHAD, Hammad Atif; SHARIQ, Syeda Fatima; KHAN, Muhammad Ali Akbar; SHAIKH, Taha; KAKAR, Wasila Gul; SHAKIR, Muhammad; HANKINSON, Todd C.; ENAM, Syed Ather. Delay in the diagnosis of pediatric brain tumors in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis.
Neurosurgery, v. 96, n. 2, p. 289-297, fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1227/neu.0000000000003097>.

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Taynara Monteiro da Silva Lopes - instituição de origem - taynara.lopes@ufnt.edu.br

Giselly Santos Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins - giselly.silva@ufnt.edu.br

Glenda Emanuelle Rocha Duarte Ferraz – Universidade Federal do Norte do Tocantins - glenda.duarte@ufnt.edu.br

Lígia Linhares Moraes da Cunha - Universidade Federal do Norte do Tocantins – ligia.cunha@ufnt.edu.br

Sabrina da Mata Lima - Universidade Federal do Norte do Tocantins - sabrina.lima@ufnt.edu.br

Filipe Brahiam de Carvalho Oliveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - filipe.brahiam@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Os determinantes sociais da saúde (DSS) influenciam a saúde das populações, refletindo desigualdades históricas entre os indígenas no Brasil. Fatores como acesso a serviços de saúde, moradia e segurança alimentar são impactados, exigindo políticas diferenciadas. A criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI) em 1999 representou um avanço na garantia do direito à saúde, promovendo um modelo de atenção integral. No entanto, desafios persistem, como a fragmentação na gestão, dificuldades na articulação interfederativa e a necessidade de fortalecer a atenção primária. **OBJETIVOS:** Analisar como fatores socioeconômicos, culturais e ambientais influenciam a saúde das populações indígenas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, a qual se utilizou das bases de dados PubMed, Google Scholar e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Ademais, o operador booleano AND para os descritores DeCS/MeSH “Indigenous health”; “Social determinants of health”; “Health equity”. Tais pesquisas aconteceram em março de 2025, incluindo-se artigos originais sobre os determinantes sociais da saúde indígena no Brasil e suas implicações para a equidade em saúde, nos idiomas português e inglês, publicados no período de 2020 a 2025. Excluiu-se publicações anteriores a 2020, duplicados e fora do objeto de estudo. Foram encontrados 26 artigos sobre o tema, dos quais após leitura dos títulos e resumos e aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados 5 artigos. **RESULTADOS:** Evidenciou-se que os povos indígenas enfrentam barreiras no acesso à saúde, como deficiências na infraestrutura dos serviços e dificuldades na articulação interfederativa. Apesar dos avanços proporcionados pelo SASI, a fragmentação da gestão e a escassez de recursos humanos comprometem a efetividade da atenção primária. A análise documental demonstrou que fatores socioeconômicos, culturais e ambientais influenciam significativamente os indicadores de saúde indígena. Problemas como desnutrição, alta incidência de doenças infecciosas e dificuldades de deslocamento para unidades de saúde foram recorrentes nos estudos analisados. Os dados sugerem a necessidade de maior integração entre os níveis de gestão, fortalecimento da atenção primária e ampliação de estratégias que respeitem a interculturalidade, garantindo um modelo de saúde diferenciado e equitativo para as populações indígenas. **CONCLUSÃO:** Tornou-se evidente a relevância dos determinantes sociais da saúde na vulnerabilidade das populações indígenas e a necessidade de aprimoramento das políticas públicas. Apesar dos avanços institucionais, persistem desafios estruturais que limitam o acesso a serviços de saúde eficazes e culturalmente adequados.

Palavras-chave Saúde indígena; determinantes sociais da saúde; equidade em saúde; Subsistema de Atenção à Saúde Indígena; políticas públicas de saúde.

REFERÊNCIAS:

CUNHA, L. O. et al. Saúde e mortalidade indígena: um retrato das disparidades no Brasil. **STUDIES IN HEALTH SCIENCES**, v. 6, n. 1, p. e14727, 2025.

KABAD, J. F.; PONTES, A. L. DE M.; MONTEIRO, S. Relações entre produção científica e políticas públicas: o caso da área da saúde dos povos indígenas no campo da saúde coletiva. **Ciencia & saude coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1653–1666, 2020.

MACHADO, H. M. B. et al. Determinantes sociais em saúde e suas implicações no processo saúde doença da população. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 6086–6102, 2023.

OLIVEIRA, F. G. DE et al. Desafios da população indígena ao acesso à saúde no Brasil: revisão integrativa de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e47710313203, 2021.

SCALCO, N.; LOUVISON, M. Saúde indígena: lutas e resistências na construção de saberes. [Saúde e Sociedade](#), v. 29, n. 3, 2020.

DISTRIBUIÇÃO DA SÍFILIS EM GESTANTES NA AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE 2020 A 2023

Gustavo Mariano de Sousa - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - gugmariano123@gmail.com

Kauany Cezemer Cordeiro de Souza - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - kauanycezemer@gmail.com

Maria Eduarda Faria - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - dudafarialp@gmail.com

Mylla Araujo Borba Parente - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - myllaborba@hotmail.com

Tercio Leandro Modesto Sousa Barros - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - terciolm99@gmail.com

Bárbarah Rita Diniz Rocha Mota - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - barbarahdinizr@gmail.com

INTRODUÇÃO: De acordo com o Ministério da Saúde a sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST) curável e exclusiva dos seres humanos causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Acomete praticamente todos os órgãos e sistemas, mesmo com um tratamento eficaz e de baixo custo é uma doença que desafia a humanidade há séculos. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem como objetivo projetar o perfil epidemiológico da sífilis em gestantes investigando a distribuição de acordo com a faixa etária e a etnia das vítimas para montar uma base de dados sólida sobre o tema proposto. **METODOLOGIA:** Refere-se a um estudo epidemiológico descritivo, com coleta de dados secundários por meio do SINAN - Doenças e Agravos de Notificação – através do DATASUS/TABNET referente os casos de sífilis em gestantes nos estados que compõe a Amazonia Legal no período de 2020 a 2023. **RESULTADOS:** Com base nos dados apurados nota-se que dentro do período analisado foram notificados 36.903 casos de sífilis em gestante com um maior foco no ano de 2022 com 11.985 ocorrências e menor incidência no ano de 2023 com 5.753 casos. Dentro dos critérios definidos para o estudo verifica-se a prevalência de maior morbidade em pessoas pardas com 78% em comparação as outras etnias, como também preponderância em jovens adulta na faixa etária entre 20 e 29 anos com 71% de ocorrências. **CONCLUSÃO:** A análise epidemiológica da sífilis em gestantes na Amazônia Legal entre 2020 e 2023 revelou uma alta incidência da doença, com um pico de notificações em 2022 e uma redução em 2023. No entanto, os dados apontam para uma maior vulnerabilidade entre mulheres pardas e jovens adultas entre 20 e 29 anos, reforçando a necessidade de estratégias mais eficazes para o rastreamento e controle da infecção nessa população. Apesar da sífilis possuir um tratamento acessível e de baixo custo, sua persistente prevalência destaca desafios relacionados à prevenção, ao diagnóstico precoce e à adesão ao tratamento. Nesse sentido, torna-se essencial uma reforma das políticas públicas de saúde voltada para gestantes, com ampliação de acesso as informações de diagnóstico, tratamento como a importância de realizar um pré-natal adequando.

Palavras-chave: Sífilis gestacional, Epidemiologia, Amazônia Legal, Saúde pública.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, D. R. M.; ALMEIDA, M. G. D.; SILVA, A. O. et al. Perfil epidemiológico dos casos de sífilis gestacional. *Revista de Enfermagem da UFPE*, v. 11, n. 5, p. 1867-1874, 2017.

BOTTURA, B. R.; MATUDA, L.; RODRIGUES, P. S. S.; et al. Perfil epidemiológico da sífilis gestacional e congênita no Brasil – período de 2007 a 2016. *Arquivos Médicos do Hospital das Faculdades de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo*, v. 64, n. 2, p. 69-75, 2019.

CONCEIÇÃO, Hayla Nunes da; CÂMARA, Joseneide Teixeira; PEREIRA, Beatriz Mourão. Análise epidemiológica e espacial dos casos de sífilis gestacional e congênita. *Epidemiological and spatial analysis of cases of gestational and congenital syphilis*. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/V5sfBFJ843smX8y8n99Zy6r/>. Acesso em: 15 de mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 15 de mar. 2025.

PADOVANI, C.; OLIVEIRA, R. R.; PELLOSO, S. M. Sífilis na gestação: associação das características maternas e perinatais em região do sul do Brasil. [Revista Latino-Americana de Enfermagem](#), v. 26, p. 1-10, 2018.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NA AMAZÔNIA LEGAL

Luiz Fernando Costa Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - luiz.costa@ufnt.edu.br

Vitória Ferreira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ferrvitoria21@gmail.com

Suzana Serpa da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - suzana.silva@ufnt.edu.br

Maressa Arruda Milhomem - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maressa.milhomem@ufnt.edu.br

Ediana Vasconcelos da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ediana.silva@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A gravidez na adolescência representa um grande desafio para a saúde pública no Brasil, especialmente na região Norte, onde estudos recentes revelam uma prevalência maior desse fenômeno. Assim, pode-se incluir os fatores de risco associados a esse desfecho: baixa escolaridade, idade precoce de namoro, baixas condições socioeconômicas, falta de orientação sexual e ausência de uso de método contraceptivo.

OBJETIVO(S): Relatar a experiência de uma ação de extensão do projeto: “A universidade vai à escola”, em uma escola estadual da Amazônia Legal (AL). **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo acerca da realização de uma ação em uma escola pública de Araguaína-TO, com a participação de aproximadamente 220 alunas do ensino médio, 8º e 9º ano. Inicialmente, foi realizada apresentação sobre o acesso ao ensino superior, anatomia e fisiologia dos sistemas genitais feminino e masculino, exposição do tema gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis (IST's), bem como a abordagem dos principais métodos contraceptivos e de prevenção. Após a exposição, discentes do curso de medicina abriram espaço para perguntas e entrega de folders explicativos sobre o tema. **RESULTADOS:** A ação proporcionou às participantes diversas reflexões, pois foram levadas informações e promovida a conscientização sobre saúde feminina e acesso ao ensino superior. Conhecimento necessário para fortalecer a autonomia das jovens e contribuir com suas escolhas para o futuro. A utilização de materiais visuais, como peças anatômicas em 3D e maquetes, despertou o interesse das participantes e reforçou a compreensão dos conteúdos abordados. Além disso, a distribuição de folders informativos e a interação por meio de sorteios incentivaram a participação e fixação das informações. Nessa perspectiva, é mister pontuar o desconhecimento por parte das alunas acerca dos métodos contraceptivos e IST's, haja vista que, quando questionadas, pouco se obteve respostas sobre a temática, reverberando uma fragilidade das orientações que os estudantes, em geral, recebem nas escolas.

CONCLUSÃO: A experiência relatada reforça a importância da educação em saúde na prevenção da gravidez na adolescência, especialmente em regiões como a Amazônia Legal, onde os índices são elevados. A ação desenvolvida proporcionou informações que, ao longo do processo, possibilitaram a conscientização e promoveram a autonomia das adolescentes. O uso de materiais didáticos e a interação ativa das participantes demonstraram a relevância de abordagens pedagógicas dinâmicas na fixação do conhecimento. Assim, fica evidente a necessidade de ampliar iniciativas semelhantes e fortalecer políticas públicas voltadas à educação em saúde sexual e reprodutiva nas escolas.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência, Agentes Contraceptivos, Assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS:

BEZERRA, T. et al. Impactos da gravidez na adolescência no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e39111528381, 10 abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28381>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LAY, R. A. A.; FUJIMORI, E.; DUARTE, S. L.; BORGES, V. A. L. Prevalence and correlates of early sexual initiation among Brazilian adolescents. **PLOS ONE**, San Francisco, v. 16, n. 12, p. e0260815, 2021. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260815>. Acesso em: 20 mar. 2025. Disponível em:

MONTEIRO, I. P. et al. Prevalência de infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes atendidos em ambulatório de planejamento familiar para adolescentes na Amazônia Ocidental. **PLOS ONE**, v. 18, n. 6, p. e0287633, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0287633>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, R. et al. Situação da gravidez na adolescência na região Norte do Brasil: uma revisão sistemática. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 20, p. e2027–e2027, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Hygeia64277>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUSA, M. A. et al. Prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros: análise comparativa da pesquisa nacional de saúde do escolar 2015 e 2019. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2316-9389.2022.38392>. Acesso em: 20 mar. 2025.

EFEITOS DA INTERAÇÃO DA RADIAÇÃO IONIZANTE COM OS TECIDOS OCULAR E TEGUMENTAR HUMANOS

Ashley Fernanda de Sousa e Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins -
ashley.sousa@ufnt.edu.br

Fernando Holanda Vasconcelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins -
fernando.vasconcelos@ufnt.edu.br

Érica Cupertino Gomes - Universidade Federal do Norte do Tocantins - erica.gomes@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A radiação ionizante interage com a matéria transferindo energia para o meio. As fontes artificiais desse tipo de radiação são utilizadas amplamente em diagnósticos e tratamentos na Medicina. A radiação ionizante tem papel fundamental sobretudo no tratamento de malignidades. Apesar da necessidade do seu uso, a interação da radiação com as células não cancerígenas pode trazer consequências ao organismo humano, com reações variáveis entre leves desconfortos até necrose tecidual. **OBJETIVO:** Elencar os atuais efeitos registrados do uso da radiação ionizante nos tecidos ocular e tegumentar, comparando com os dados de uma referência já estabelecida. **METODOLOGIA:** Neste estudo, foi definida como norteadora a compilação das informações relacionadas aos efeitos das radiações ionizantes em dois tecidos humanos selecionados: tegumentar e ocular. Selecionamos três bases de dados, sendo elas SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde e a referência do documento ICRP PUBLICATION 118. Esta foi utilizada como base para estabelecer comparações e definições entre as informações encontradas em estudos mais recentes. Foram utilizados os descritores “radiação ionizante”, “sistema tegumentar” e “retina” e incluídos artigos originais disponíveis gratuitamente, publicados entre os anos de 2020 e 2025 e que tratavam do tema escolhido, escritos nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, tendo sido encontrados 142 artigos e selecionados 4 para a composição do estudo. **RESULTADOS:** Os efeitos da radiação no tecido tegumentar aparecem na seguinte ordem: eritema, eritema preponderante, isquemia dermal, atrofia, telangiectasias, necrose, fibrose e áreas de alopecia. Os estudos analisados tiveram como resultado que a maioria dos pacientes submetidos ao tratamento desenvolverá consequências cutâneas intermediárias e elenca a importância da microbiota da pele. Além disso, os registros das alterações histológicas. Quanto ao tecido ocular, o cristalino é indicado como um dos tecidos mais sensíveis à radiação, mesmo em doses baixas (como 0,2 a 0,5 Gy), apontando para o aparecimento de cataratas de origem radiogênica. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que são poucas as referências que tratam de correlacionar efetivamente doses de radiação com os efeitos nos sistemas humanos, sendo a maior parte dos dados obtidos sobre essas repercussões advindos de observação clínica e estudos após catástrofes ou exposições não planejadas.

Palavras-chave: Radiação ionizante; pele, olhos.

REFERÊNCIAS:

Ainsbury, Elizabeth A. et al. Radiation-induced lens opacities: Epidemiological, clinical and experimental evidence, methodological issues, research gaps and strategy. *Environmental International*, v. 142, p. 106213, 2020. DOI: 10.1016/j.envint.2020.106213.

ICRP. Statement on Tissue Reactions and Early and Late Effects of Radiation in Normal Tissues and Organs – Threshold Doses for Tissue Reactions in a Radiation Protection Context. *International Commission on Radiological Protection*. PUBLICATION 118. UK. 2012.

Hülpüsch, C. et al. Association of skin microbiome dynamics with radiodermatitis in patients with breast cancer. *JAMA Oncology*, Chicago, v. 10, n. 4, p. 516-521, abr. 2024. doi: 10.1001/jamaoncol.2023.6533. PMID: 38300584; PMCID: PMC10835615.

Navarrete-Dechent, C. et al. In vivo imaging characterization of basal cell carcinoma and cutaneous response to high-dose ionizing radiation therapy: A prospective study of reflectance confocal microscopy, dermoscopy, and ultrasonography. *Journal of the American Academy of Dermatology*, v. 84, n. 6, p. 1575-1584, jun. 2021. DOI: 10.1016/j.jaad.2020.07.130. Epub 2020 Aug 20. PMID: 32827607; PMCID: PMC7892640.

Sekine, H. et al. Non-invasive quantitative measures of qualitative grading effectiveness as the indices of acute radiation dermatitis in breast cancer patients. [Breast Cancer](#), v. 27, n. 5, p. 861-870, set. 2020. doi: 10.1007/s12282-020-01082-3. Epub 2020 mai 3. PMID: 32363524; PMCID: PMC7438338.

EPIDEMIOLOGIA, MORTALIDADE E MODO PROVÁVEL DE INFECÇÃO POR DOENÇA DE CHAGAS NA AMAZÔNIA LEGAL, NA ÚLTIMA DÉCADA.

Júlia Vitória de Sousa Herênio - Discente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCIM) - julia.herenio@discente.ufma.br

Alexandra do Nascimento - Discente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCIM) - alexa.nascimento01@gmail.com

Euzamar de Araujo Silva Santana - Docente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA / CCIM) - euzamar.santana@ufma.br

INTRODUÇÃO: A Doença de Chagas é uma zoonose parasitária causada pelo *Trypanosoma cruzi*, que pode ocasionar alterações cardíacas, digestivas e neurológicas, sendo ainda um desafio para a saúde pública, em especial em regiões que contribuem para rotas de transmissão vetorial e não vetorial, como a Amazônia Legal. Assim, objetivou-se entender a epidemiologia, a mortalidade e o modo provável de infecção por Doença de Chagas na Amazônia Legal, na última década. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico, transversal, com dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN/ DATASUS), referente ao período de 2014 a 2023, na Amazônia Legal. As variáveis utilizadas foram sexo, raça, faixa etária, evolução dos óbitos e modo provável de infecção. Para a tabulação e análise dos dados, utilizou-se Microsoft Excel 2019. **RESULTADOS:** Durante o período analisado, detectou-se um total de 3294 casos confirmados de Doença de Chagas na Amazônia Legal, dentre os quais 82,96% (2733) ocorreram no estado do Pará. Com destaque, 2023 obteve o maior número de notificações com 501 casos (15,21%), e o ano com menos notificação foi 2013, com 6 casos (0,0018%). Em relação ao sexo, não houve grande diferença, porém o sexo masculino ainda foi o mais acometido com 54% dos casos (1780), já se tratando da faixa etária a mais acometida foi entre 15-39 anos, com 1420 casos (43,12%), seguida da faixa entre 40-59 anos apresentando 822 casos (24,96%). Constatou-se que a raça com maior número de casos foi a parda, com 2763 (83,9%), cabendo destacar, que houveram 33 casos na população indígena, sendo 14 notificações no Amazonas. Tratando-se da mortalidade ocorreram 41 óbitos pelo agravo da doença, dentre esses 33 (80,48%) no Pará. Além disso, o tipo provável de infecção que se destacou foi via oral, com 2824 casos prováveis, seguida da via vetorial com 207 notificações. **CONCLUSÃO:** Portanto, evidencia-se que a maior incidência de casos de Doença de Chagas na Amazônia Legal foi na população masculina, parda e na faixa etária de 15 a 39 anos; sendo o maior número de casos e óbitos no estado do Pará. Ademais, observou-se que no ano de 2023 as notificações foram mais presentes e que a via oral foi o tipo de transmissão mais provável.

Palavras-chave: Doença de Chagas, *Trypanosoma cruzi*, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Banco de dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/doencas-e-agrivos-de-notificacao-de-2007-e-m-diante-sinan/>. Acesso em : 14 de maio.

THE LANCET REGIONAL HEALTH – AMERICAS. Chagas disease: 115 years of neglect. **The Lancet Regional Health - Americas**, v. 37, p. 100891, set. 2024.

HERNÁNDEZ-FLORES, A. et al. Fighting Strategies Against Chagas' Disease: A Review. **Pathogens**, v. 14, n. 2, p. 183–183, 12 fev. 2025.

FERRAMENTAS E ESCORES PARA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO CARDIOVASCULAR NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Marcos Vinicius Soares Silva – UEMASUL – mvsossil@gmail.com

Anatéssia Miranda Costa – Universidade CEUMA - anatessimiranda@hotmail.com

Solannya Rayna Carvalho Santos - UEMASUL - solannya.santos@uemasul.edu.br

Eslainy Xavier Matos - UEMASUL - eslainy.matos@uemasul.edu.br

Mateus Cardoso Brito - UEMASUL - mateus.cardoso@uemasul.edu.br

Luciana Oliveira dos Santos – UEMASUL - luciana.santos@uemasul.edu.br

INTRODUÇÃO: A doença cardiovascular é a principal causa de morbimortalidade no Brasil, por isso o foco em salutogênese, na atenção primária à saúde, deve ser guiado por ferramentas de estratificação de risco cardiovascular (RCV). De maneira geral essas ferramentas utilizam parâmetros semelhantes como sexo, idade, tabagismo, pressão arterial sistólica, perfil lipídico, mas podem apresentar particularidades para determinar o RCV. Assim, é preciso avaliar qual o melhor instrumento que atenda às necessidades da realidade brasileira.

OBJETIVOS: Identificar o instrumento de avaliação de RCV mais adequado a ser utilizado na prevenção primária nos indivíduos livres da doença no Brasil. **METODOLOGIA:** Essa revisão integrativa foi realizada em fevereiro de 2025, utilizando como pergunta norteadora: “Qual o instrumento de avaliação de RCV mais adequado a ser utilizado na prevenção primária nos indivíduos livres da doença no Brasil?” e avaliou-se o período retrospectivo entre 2004 e 2024. Para execução deste trabalho foram acessadas as Bases de Dados Virtuais: LILACS, Pub Med e SciELO utilizando-se dos descritores em saúde e suas traduções no inglês: Fatores de Risco de Doenças Cardíacas; Estudos Longitudinais e utilizando AND como operador booleano.

RESULTADOS: Foram selecionados 11 trabalhos entre artigos, dissertações, teses e diretrizes. Alguns instrumentos de avaliação de RCV foram desenvolvidos para populações específicas como o The Data collection on Adverse Effects of Anti-HIV Drugs Study (DAD) voltado para a população com HIV/Aids e o escore de Reynolds para mulheres (≥ 45 anos). O SCORE foi projetado para população europeia e ASSIGN para população da Escócia. Atualmente, o Escore Global de Risco (EGR) de Framingham é amplamente utilizado no Brasil, mas a IV Diretriz Brasileira Sobre Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose propôs uma modificação na avaliação de RCV para aumentar a sensibilidade deste escore na avaliação nos jovens (maioria de baixo risco) e nas mulheres. Desse modo, além do EGR Framingham, o RISK score using the QRESEARCH database (QRISK2), que teve o objetivo de atender pacientes de diferentes grupos étnicos, também apresenta boa aplicabilidade na população brasileira. **CONCLUSÃO:** Guiar as ações na atenção básica baseada em instrumentos adequados de estratificação de RCV é fundamental para levar uma melhora na qualidade de vida da população e impactar nos custos da saúde pública. Desse modo, nota-se que cada instrumento apresenta sua especificidade, sendo o EGR de Framingham, com suas adaptações, e o QRISK2 os mais recomendados no Brasil, devido sua compatibilidade e facilidade de uso.

Palavras-chave: Fatores de Risco de Doenças Cardíacas, Framingham, QRISK2.

REFERÊNCIAS:

CAVALCANTE, A. L.; FERREIRA, H. DA S. Accuracy of the simplified version of the global risk score in detecting cardiovascular risk in women from quilombola communities in the state of Alagoas, Brazil.

International Journal of Cardiovascular Sciences, v. 34, n. 4, p. 358–368, 2021.

KASIM, S. S. et al. Validation of the general Framingham Risk Score (FRS), SCORE2, revised PCE and WHO CVD risk scores in an Asian population. *The Lancet regional health*. Western Pacific, v. 35, n. 100742, p. 100742, 2023.

NERY, M. W. Risco cardiovascular e avaliação de parâmetros metabólicos em coorte de pacientes adultos HIV soropositivos. Tese (Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública) - **Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, 204p., 2013.

ROBSON, J.; HIPPISELEY-COX, J.; COUPLAND, C. QRISK or Framingham?. *British Journal of Clinical Pharmacology*, v. 74, n. 3, p. 545–546, 2012.

SPOSITO, AC et al. IV Diretriz Brasileira sobre Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose Departamento de Aterosclerose da Sociedade Brasileira de Cardiologia. [Arquivos brasileiros de cardiologia](#), v. 88 Supl 1, p. 2–19, 2007.

HANSENÍASE EM ARAGUAÍNA-TO: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E DESAFIOS NO CONTROLE DA ENDEMIAS (2015-2022)

Brenda Pereira Teles – UFNT – brendapereirateles@outlook.com

Yuri Matheus Santos Andrade – UFNT – yurymateuss@gmail.com

Diego Santos Andrade – Centro Universitário ITPAC – diego-034@live.com

INTRODUÇÃO: A hanseníase é uma doença infectocontagiosa granulomatosa, de evolução lenta e crônica, que se dissemina principalmente em países em desenvolvimento com condições socioeconômicas precárias e alta densidade populacional. O diagnóstico tardio pode causar incapacidades físicas irreversíveis, mas a detecção precoce e o tratamento adequado evitam complicações. Dada a relevância da hanseníase na saúde pública brasileira, este estudo analisa o perfil epidemiológico dos pacientes diagnosticados com hanseníase em Araguaína-TO, entre 2015 e 2022. **OBJETIVOS:** Este estudo busca descrever as características epidemiológicas dos casos de hanseníase notificados em Araguaína-TO no período de 2015 a 2022, fornecendo subsídios para aprimorar ações de controle e prevenção da doença no município. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico observacional, retrospectivo e descritivo, com abordagem quantitativa. Foram analisados dados do sistema informatizado de notificações de hanseníase, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína-TO e ao DATASUS. O estudo incluiu 962 casos registrados entre 2015 e 2022, considerando apenas pacientes residentes no município. **RESULTADOS:** O presente estudo possibilitou a identificação do perfil de acometimento da hanseníase no município de Araguaína-TO, região considerada hiperendêmica para a doença. Durante a pesquisa, observou-se a notificação de 962 casos de hanseníase em Araguaína-TO no período de 2015 a 2022. O perfil de acometimento dos pacientes revelou, em sua maioria: predominância do sexo masculino com pequenas diferenças numéricas em relação ao feminino; grau de escolaridade ensino fundamental incompleto, informação relevante para a organização de ações de educação em saúde e sensibilização da comunidade; faixa etária mais acometida economicamente ativa; maioria de pacientes pardos, classificados como multibacilares, apresentando a forma clínica Dimorfa, sem histórico de episódios reacionais e com grau 0 de incapacidade no momento do diagnóstico, evoluindo para cura. A taxa de detecção confirmou a classificação do município de Araguaína como hiperendêmico. **CONCLUSÃO:** Através da análise do perfil de acometimento dos pacientes em Araguaína-TO, conclui-se a necessidade de implementar medidas que intensifiquem a busca ativa de novos casos nas comunidades, a vigilância de contactantes, o aumento da detecção e tratamento precoce, além do fortalecimento da vigilância da resistência aos poliquimioterápicos. É fundamental garantir o tratamento da doença nas unidades básicas de saúde, realizando visitas domiciliares periódicas aos indivíduos diagnosticados. A compreensão do perfil epidemiológico detalhado contribui para o aprimoramento das estratégias de controle da hanseníase em Araguaína-TO.

Palavras-chave: Hanseníase; Epidemiologia; Prevenção.

REFERÊNCIAS:

- AVELINO E SARMENTO, A. P. et al. Perfil epidemiológico da hanseníase no período de 2009 a 2013 no município de Montes Claros (MG) TT -Epidemiological profile of leprosy in the period 2009 to 2013 in the city Montes Claros (MG), Brazil. *Rev. Soc. Bras. Clín. Méd.*, v. 13, n. 3, p. 180–184, 2015.
- CUNHA, D. V. et al. Perfil Epidemiológico da Hanseníase no Município de Castanhal –Pará no período de 2014 a 2017 Epidemiological profile of leprosy in the municipality of Castanhal -Pará from 2014 to 2017. *Electronic Journal Collection Health*, v. 11, n. 15, p. 1–8, 2019.
- DA PAZ, W. S. et al. Impact of the COVID-19 pandemic on the diagnosis of leprosy in Brazil: An ecological and population-based study. *TheLancet Regional Health* -Americas, v. 9, 2022.
- DE OLIVEIRA, L. B. et al. Perfil epidemiológico da hanseníase em um município do nordeste brasileiro: Uma análise retrospectiva Epidemiological profile of leprosy in a municipality in the Brazilian Northeast: a retrospective analysis. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 9, n. 3, p. 648–652, 2017.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Guia de vigilância em saúde: volume único. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_volume_unico_4ed.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

PENNA, M. L. F.; PINHEIRO, M. C. C.; NUNES, V. L. B. Epidemiologia da hanseníase no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, supl. 1, p. e180017, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/3ZQ8zJt3JX3F4f4Y6Z8Lw3L/?lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2025.

HIV NO TOCANTINS: ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS E IMPACTOS NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR ENTRE 2022 E 2024

Déborah de Fátima Diniz Rocha – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – deborahdiniiz@gmail.com

Amanda Vitória Serafim dos Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - mediciner.amanda@gmail.com

Ihan Gustavo Oliveira Melo – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - ihangustavo1@gmail.com

Vitória Saraiva Nogueira – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - vi.saraivan@gmail.com

Bruno Jabur Ferreira do Amaral – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - brunojfamaral@gmail.com

Bárbarah Rita Diniz Rocha Mota – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - barbarahdinizr@gmail.com

INTRODUÇÃO A infecção pelo HIV representa um desafio significativo para a saúde pública no Brasil, com impactos diretos na assistência hospitalar e na qualidade de vida dos pacientes. Em Tocantins, a dinâmica epidemiológica do HIV tem mostrado variações nos últimos anos, demandando uma análise detalhada das tendências recentes para compreender melhor sua evolução. Este estudo tem como objetivo analisar as tendências epidemiológicas do HIV no Tocantins entre 2022 e 2024, e através dessa identificar padrões que possam orientar a implementação de estratégias mais eficazes de prevenção e tratamento, além de avaliar a capacidade do sistema de saúde estadual em lidar com o aumento da demanda assistencial. Com isso, contribuindo para o aprimoramento da gestão e da assistência hospitalar no estado, garantindo a melhor resposta possível à epidemia. **OBJETIVOS:** Analisar as tendências epidemiológicas sobre o HIV no Tocantins e os respectivos impactos na assistência hospitalar. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma análise estatística, descritiva e transversal de dados do DATASUS, segundo o Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) no período de 2022 a 2024, analisando internações, dias de permanência e óbitos. **RESULTADOS:** O ano de 2022 teve 33,8% de um total de 655 casos, em 2023 tal porcentagem caiu para 29%, com novo aumento em 2024, com 37,4% do total. Em relação aos dias de permanência hospitalar, o padrão se repete, em 2022 o total de dias de internação foi de 2.376 dias, em 2023 foram 345 dias e em 2024 cerca de 2.672 dias de permanência. Quanto aos óbitos, observa-se um total de 17 no período, com a maior quantidade no ano de 2022 com 10 óbitos, seguido de 3 no ano seguinte e por último 4 óbitos em 2024. Esses dados indicam que o Tocantins tem melhorado na assistência a pacientes com HIV, diminuindo a quantidade de óbitos. **CONCLUSÃO:** Analisando os dados apresentados, observa-se uma variação nos casos de HIV ao longo dos anos, com um aumento significativo em 2024, alcançando 37,4%, após uma queda para 29% em 2023. Esse padrão reflete também a quantidade de dias de permanência hospitalar, que diminuiu em 2023 e voltou a aumentar em 2024, totalizando 2672 dias. Quanto aos óbitos, 2022 teve o maior número, com 10 mortes, seguido por 3 em 2023 e 4 em 2024. Esses dados indicam que, apesar do aumento nos casos, Tocantins tem avançado na assistência, com redução nos óbitos, sugerindo melhorias nas estratégias de tratamento e acompanhamento.

Palavras-chave: HIV, Tocantins, epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Brasília: Ministério da Saúde, Acesso em 17 mar 2025.

BENZAKEN, A. S. Diretrizes atuais da resposta brasileira à aids: situação epidemiológica do HIV/Aids. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2016. Disponível em: http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/62998/dra_adele_benzaken_diretrizes_atuais_da_resposta_b_80915.pdf?file=1&type=node&id=62998&force=1. Acesso em: 17 mar. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). Prevenção Combinada: barreiras ao HIV. Rio de Janeiro: ABIA, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração política sobre HIV e Aids: acelerar a resposta para lutar contra o HIV e acabar com a epidemia de AIDS até 2030. 2016. Disponível em: http://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/11/2016_Declaracao_Politica_HIVAIDS.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025. PARKER, R. O fim da Aids? Rio de Janeiro: ABIA, 2015

IMPACTO DA ATIVIDADE GARIMPEIRA ILEGAL NA PREVALÊNCIA DA MALÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA

Isadora Pereira Coelho - Universidade Federal do Maranhão - Isadora.coelho@discente.ufma.br
Âlekis Vinicius Araújo Silva - Universidade Federal do Maranhão - alekis.vinicius@discente.ufma.br
Camila Oliveira de Sousa - Universidade Federal do Maranhão - camila.os@discente.ufma.br
Caroline Chavier Pereira Santana - Universidade Federal do Maranhão - caroline.santana@discente.ufma.br

INTRODUÇÃO: A malária é uma infecção causada por protozoários do gênero *Plasmodium* e transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Anopheles*. Sua principal manifestação clínica é a febre periódica e cíclica, variando entre 39°C e 41°C. Na Amazônia, a disseminação da doença é favorecida por condições ambientais propícias ao desenvolvimento do vetor, como áreas desmatadas com acúmulo de água parada. Esses fatores frequentemente associam-se à atividade garimpeira, que contribui para a criação de locais ideais para a proliferação do mosquito transmissor. Nessa perspectiva, o presente estudo torna-se fundamental para a formulação de estratégias que reduzam a perpetuação de regiões endêmicas e o impacto da malária na população exposta. **OBJETIVOS:** Compreender a relação entre a atividade garimpeira ilegal e a prevalência da malária na região da Amazônia Legal. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com busca sistemática de estudos, realizada em março de 2025. Foram selecionados estudos publicados entre 2021 a 2025 na base de dados Pubmed, aplicando os descritores “Illegal mining” e “Malaria”, combinados com o operador booleano “AND”. Como critério de exclusão, foram descartados artigos que abordavam os descritores de forma isolada. A amostra final foi composta por 14 artigos, após a exclusão de 24 estudos que não atendiam ao objetivo proposto. **RESULTADOS:** A análise dos artigos apontou que regiões de garimpo ilegal amazônicas são caracterizadas como áreas de grandes alterações ambientais que propiciam a proliferação do mosquito *Anopheles*, a exemplo da diminuição da cobertura vegetal pelo desmatamento e da criação de poças de água pela atividade das máquinas mineradoras. Ademais, o fluxo constante de trabalhadores infectados para regiões remotas e a existência da forma assintomática da doença dificultam o diagnóstico precoce e as ações das equipes de saúde. Além disso, o baixo acesso aos serviços de saúde observado em conjunto ao uso indevido de medicamentos antimaláricos propicia a seleção de cepas resistentes, prejudicando o tratamento da doença. Assim, recursos limitados, condições de trabalho insalubres, pouco acesso à saúde e moradias improvisadas, sem telas de proteção, colaboram para a exposição e para a alta prevalência da malária em garimpos. **CONCLUSÃO:** As atividades garimpeiras ilegais contribuem para o aumento da prevalência da malária na região da Amazônia Legal, prejudicando a realização de políticas de saúde nessas áreas. Nesse sentido, ações de vigilância, diagnóstico e tratamento precisam ser desenvolvidas assertivamente, considerando os problemas característicos das regiões de garimpos ilegais amazônicas para diminuir a endemicidade da doença nessa área.

Palavras-chave: Illegal mining, Malaria, Remote Areas.

REFERÊNCIAS:

MURTA, Felipe L. G.; MARQUES, Leonardo L. G.; SANTOS, Alicia P. C.; BATISTA, Talita S. B.; MENDES, Maxwell O.; SILVA, Elair D.; NETO, Alexandre V. S.; FABIANO, Marcio; RODOVALHO, Sheila R.; MONTEIRO, Wuelton M.; LACERDA, Marcus V. G. Perceptions about malaria among Brazilian gold miners in an Amazonian border area: perspectives for malaria elimination strategies. *Malaria Journal*, v. 20, n. 1, p. 286, 2021. DOI: 10.1186/s12936-021-03820-0. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34174880/>

DUTRA, Daniela de Angeli; FONTES, Cor; BRAGA, Érika; MORDECAI, Erin. Investigando o enigma do surto de malária Yanomami: o aumento da mineração durante o governo Bolsonaro desencadeou o pico na carga de malária. *Research Square*, 29 abr. 2024. DOI: 10.21203/rs.3.rs-4313946/v1. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38746301/>

SHANKS, G. Dennis; WONGSRICHANALAI, Chansuda. Epidemias de malária associadas à mineração. *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 106, n. 1, p. 33-37, 2022. DOI: 10.4269/ajtmh.21-0747. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34844214/>

DE SALAZAR, Pablo M.; PARRA-SALAZAR, Andrea; NILES-ROBIN, Reza; VALZ, Olivia; JAMES, Kashana; BUCKEE, Caroline O.; COX, Horace. Disseminação da malária em comunidades indígenas guianenses após repressão à mineração ilegal de ouro no Brasil. [The Lancet Regional Health – Americas](#), v. 42, p. 100969, 26 dez. 2024. DOI: 10.1016/j.lana.2024.100969. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39830894/>

BARROS, Jacqueline de Aguiar; GRANJA, Fabiana; E SILVA, Daniel da Silva; CITÓ, Arthur Camurça; PETERKA, Cássio; FERREIRA-DA-CRUZ, Maria de Fátima. Um retrato de um estado brasileiro representativo da mineração ilegal em áreas indígenas durante a era da eliminação da malária. [Cadernos de Saúde Pública](#), v. 40, n. 6, e00224023, 2024. DOI: 10.1590/0102-311XEN224023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39082563/>

IMPACTO DA ENTEROCOLITE NECROSANTE NO DESENVOLVIMENTO NEUROLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA

Dália Katrinna da Costa Oliveira – UNITPAC – daliakatrinnac@gmail.com

Henrique Pereira da Silva Neto – UNITPAC - henrique.neto09@gmail.com

Julia Soldatelli - UNITPAC - juliaschwarzsoldatelli@gmail.com

Sthela Sousa Nascimento - UNITPAC – sthesnasc@outlook.com

Willian Ferreira Machado – UNITPAC - williamferreiramachado@gmail.com

Joyce Lisboa Freitas – Universidade Estadual do Pará – unicipa@gmail.com

INTRODUÇÃO: A enterocolite necrosante é uma condição inflamatória que acomete o trato gastrointestinal (TGI) de recém-nascidos, especialmente os prematuros. Ela pode resultar em uma redução do fluxo sanguíneo para o intestino, levando a danos leves ou, em situações mais graves, à destruição total da parede intestinal. O desenvolvimento do microbioma de bebês é um processo complexo e envolve diversos fatores, incluindo amamentação, via de parto e uso de medicamentos durante a gestação. Quando ocorre uma interrupção no processo fisiológico do desenvolvimento do TGI, além da microbiota ser afetada, o sistema neurológico do bebê também sofre impactos, pois a microbiota intestinal exerce influência no amadurecimento do sistema nervoso dos recém-nascidos. **OBJETIVOS:** Pesquisar e evidenciar as sequelas que ocorrem no sistema neurológico e na qualidade de vida de bebês afetados pela enterocolite necrosante. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa em março de 2025, por meio da ferramenta de busca PubMed, utilizando os descritores “necrotizing enterocolitis” e “neurological development”. Foram encontrados sete artigos publicados entre 2019 e 2024. Após a aplicação dos critérios de inclusão, que contemplavam apenas publicações originais em inglês e português, três estudos foram selecionados para compor esta revisão. **RESULTADOS:** O trato gastrointestinal de bebês, principalmente os prematuros, apresenta uma barreira intestinal imatura. Consequentemente, há maior suscetibilidade à proliferação de bactérias e toxinas no intestino, facilitando o desenvolvimento de doenças, incluindo a enterocolite necrosante. Alguns metabólitos originados de microrganismos da microbiota intestinal normal de recém-nascidos atuam como sinais para o neurodesenvolvimento do sistema nervoso central ainda imaturo. Por exemplo, os ácidos graxos de cadeia curta derivados de microrganismos promovem a maturação da microglia, enquanto os ácidos biliares secundários, resultantes da fermentação bacteriana, auxiliam na diferenciação das células T reguladoras no cérebro, entre outras funções. Devido à perturbação da homeostasia do TGI em bebês, a conexão intestino-microbiota-cérebro sofre alterações que podem resultar em lesões cerebrais, como leucomalácia periventricular, porencefalia e ventriculomegalia. Além disso, as chances de desenvolvimento de transtornos mentais – incluindo transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, ansiedade, depressão, esquizofrenia e transtorno do espectro autista – aumentam significativamente em comparação com pacientes que não foram afetados pela enterocolite necrosante. **CONCLUSÃO:** O desbalanceamento intestinal decorrente da enterocolite necrosante torna os bebês mais suscetíveis a lesões cerebrais e transtornos neuropsiquiátricos. Diante do crescente número de recém-nascidos prematuros, é de extrema importância a realização de pesquisas voltadas para o diagnóstico e tratamento precoce de infecções que afetam o neurodesenvolvimento a curto e longo prazo.

Palavras-chave: Enterocolite necrosante, Recém-nascidos, Neurodesenvolvimento.

REFERÊNCIAS:

SHA, Cuilee; JIN, Zhaosheng; KU, Stella Y.; KOGOSOV, Ann S.; YU, Sun; BERGESE, Sergio D.; HSIEH, Helen. Necrotizing Enterocolitis and Neurodevelopmental Impairments: Microbiome, Gut, and Brain Entanglements. *Biomolecules*, v. 14, n. 1254, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/biom14101254>. Acesso em: 08 março, 2025.

LU, Jing; CLAUD, Erika C. Connection between gut microbiome and brain development in preterm infants. *Developmental Psychobiology*, v. 61, n. 5, p. 739–751, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/dev.21806>. Acesso em: 08 março, 2025.

MARQUES, Breno Oliveira; GUSMÃO, Ana Beatriz Ferreira; GONZAGA, Luana Leal; LAGUNA, Gabriela Garcia de Carvalho; BRAGAS, Níkolás Brayan da Silva; MONÇÃO, Camila da Palma Maltez; SILVA, Natália Oliveira e. Qualidade de vida após enterocolite necrosante: uma revisão integrativa. *Revista Paulista de*

Pediatria, São Paulo, v. 42, p. e2023188, 2024. DOI: 10.1590/1984-0462/2024/42/2023188. Acesso em: 08 março, 2025

IMPACTO DA OBESIDADE NAS DOENÇAS ORTÒPÉDICAS DO JOELHO E QUADRIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Oliveira Elias Oliveira Gomes - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
eliasog05@gmail.com

Elaine Oliveira Gomes - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
elaineoliveira124@gmail.com

INTRODUÇÃO: A obesidade é caracterizada pelo excesso de peso e acúmulo de gordura, estando associada a diversas comorbidades, como doenças cardíacas e diabetes tipo 2. Além disso, pode causar sobrecarga articular e alterações ortopédicas, dificultando a prática de atividades físicas. Essa limitação contribui para a piora da obesidade e a redução da qualidade de vida. **OBJETIVOS:** Discutir sobre o impacto da obesidade nas doenças ortopédicas de quadril e joelho. **METODOLOGIA:** Este estudo é uma revisão de literatura baseada em artigos publicados nos últimos 5 anos em inglês e português, encontrados no Biblioteca Eletrônica e Científica Online (SciELO) e Google Scholar de acordo com os termos “Obesity” AND “Orthopedic Diseases”. Foram selecionados somente 4 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. **RESULTADOS:** Os artigos apresentam pontos equivalentes, destacando a relação entre obesidade e osteoartrite, visto que a síndrome metabólica aumenta a propensão ao desenvolvimento da doença, pois há aumento na pressão articular, favorecendo o desgaste da cartilagem, o aumento de osteófitos e a expressão de enzimas catabólicas pelos condrócitos, que inibem a síntese dos proteoglicanos e colágenos, sendo essas as responsáveis pelo amortecimento articular. Além disso, a deficiência de leptina e de seus receptores, junto com fatores genéticos e neuronais que controlam a ingestão alimentar, influenciam diretamente a obesidade e o peso corporal. Cabe salientar sobre a importância do tecido adiposo para a secreção de fatores anti-inflamatórios, como a adiponectina e o secreted frizzled-related protein 5 (sFRP5). Entretanto, esse controle está desregulado em pacientes obesos, o que leva a uma diminuição da secreção desses fatores e uma sobreposição de fatores pró-inflamatórios, como os citados previamente. Sabe-se que esse desbalanço de fatores anti-inflamatórios e pró-inflamatórios é o fator determinante para a instalação da inflamação e futura destruição articular. **CONCLUSÃO:** A obesidade exerce um papel central no desenvolvimento e progressão das doenças articulares, tanto por mecanismos mecânicos quanto metabólicos. O desequilíbrio entre os fatores anti e pró-inflamatórios, quando associados com a deficiência de leptina e a desregulação das vias neuronais que controlam a ingestão alimentar, favorecem a cronicidade da inflamação e a degradação articular. Desse modo, compreender essa relação é essencial para a adoção de estratégias preventivas e terapêuticas, visando o controle da obesidade e a preservação articular.

Palavras-chave: Obesidade, Doença Articular, Osteoartrite

REFERÊNCIAS:

GONÇALVES PEDROSA GUARESE, M.; MASSAO HIGUTI, F. A correlação da obesidade e da idade como fatores de risco no desenvolvimento da osteoartrite. **Revista Científica do Tocantins**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–10, 2022. Disponível em: <https://itpacporto.emnuvens.com.br/revista/article/view/46>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SEVERINO LÓSSIO, A. G. A.; NOGUEIRA, A. C. A.; MEDEIROS, D. L. T. de; OLIVEIRA NETO, J. Z. de. Correlação entre a obesidade e a osteoartrite. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, e514533, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4533>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LIMA, P. L. M. et al.. Skeletal changes of the axial axis and lower limbs in overweight children and adolescents. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 41, p. e2021298, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/4nVmJJS4VY8r3zL3pfTxKRY/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FERREIRA, I. F. et al. Impactos da obesidade em condições reumatológicas e na saúde discal. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 17, p. e5664, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/5664>. Acesso em: 20 mar. 2025.

IMPACTO DAS QUEIMADAS E DO DESMATAMENTO NA SAÚDE RESPIRATÓRIA DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

Moura Maria Lina Brito Dias – Universidade Federal do Norte do Tocantins – mlinabritod@gmail.com

Isabela Barros Taveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins – isabela.taveira@ufnt.edu.br

Josué Telles – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Amazônia Legal compreende uma área rica em biodiversidade e de grande extensão florestal. Nesse sentido, o desmatamento e a incidência de queimadas têm um grande impacto ecológico. Entretanto, além dos malefícios ambientais gerados, é necessário também observar, sob a ótica da saúde, que a ocorrência de desmatamento e queimadas se configura como um problema relevante sobre o sistema respiratório dos habitantes de tal região. **OBJETIVOS:** O resumo tem por objetivo analisar a situação de saúde respiratória da população da Amazônia Legal a partir dos impactos causados pelas queimadas e desmatamento nessa área. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão de bibliografia de 5 artigos científicos da base de dados PUBMED/MEDLINE, selecionados a partir dos descritores em saúde organizados com operadores booleanos: ((fire) AND (respiratory system) AND (Amazon)), bem como (((Amazon) AND ((fire) OR (desmatamento)) AND ((health) OR (respiratory system)))), tendo sido escolhidos os trabalhos que se encaixavam no tema e objetivos propostos à revisão. **RESULTADOS:** Uma das pesquisas demonstrou uma relação entre as queimadas na região amazônica e o número de hospitalizações em municípios do Mato Grosso do Sul, revelando aumento de hospitalizações por doenças respiratórias na época seca com nível aumentado de poluição aérea. Outro artigo discutiu que a combinação da queda do nível de chuva com aumento da temperatura e incidência de queimadas coincidiu com aumento de hospitalizações por problemas respiratórios em certa faixa etária na Amazônia Legal entre 2009 e 2019. Por fim, o estudo que avaliou os efeitos de partículas pequenas de poluição revelou que essas, geradas pela queima de matéria orgânica, tem efeitos tóxicos a nível celular e molecular sobre células epiteliais pulmonares, pontuando queda da viabilidade celular numa concentração de partículas menores que 10micrômetros de 400 microgramas/ml por 72 horas. **CONCLUSÃO:** Com base na análise da literatura abordada, pode-se afirmar que as queimadas acrescidas de alterações climáticas (principalmente em épocas de seca) exercem influência no desenvolvimento de doenças respiratórias e podem causar até mesmo danos celulares. Portanto, a elaboração de políticas ambientais e de saúde, que inclua a delimitação de locais mais suscetíveis à ocorrência de incêndios, torna-se necessária para o planejamento em saúde a fim de reduzir os gastos com internações evitáveis, prejuízos à população local e contribuir com a preservação da Amazônia Legal.

Palavras-chave: Amazon, fire, respiratory system.

REFERÊNCIAS:

RIBEIRO, M. R. et al. Amazon Wildfires and Respiratory Health: Impacts during the Forest Fire Season from 2009 to 2019. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 21, n. 6, p. 675–675, 24 maio 2024. Disponível em <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11204220/>. Acesso em: 20 mar 2025.

SHEEHAN, D. et al. Protecting Life and Lung: Protected Areas Affect Fine Particulate Matter and Respiratory Hospitalizations in the Brazilian Amazon Biome. *Environmental and Resource Economics*, v. 87, n. 1, p. 45–87, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39429973/>. Acesso em: 20 mar 2025.

SOARES, V. et al. Distribuição espacial de queimadas e mortalidade em idosos em região da Amazônia Brasileira, 2001 – 2012. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 22, n. 1, p. 245–253, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28076547/>. Acesso em: 20 mar 2025.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA INTEGRAL: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Camila Oliveira de Sousa – Universidade Federal do Maranhão – camila.os@discente.ufma.br

Thaís Oliveira de Sousa – Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – toliveira321@outlook.com

Monique Teresa Amoras Nascimento – Universidade Federal do Pará – mtanascimento@gmail.com

INTRODUÇÃO: Judicialização da saúde é valer-se do Judiciário para obter direitos básicos, esse crescente fenômeno apresenta-se de forma ambígua, visto que, modifica o destino inicial de recursos públicos e concomitantemente promove a resolução de necessidades em saúde. Esse cenário torna-se ainda mais crítico para comunidades indígenas, historicamente marginalizadas e sujeitas à violação de direitos fundamentais. Diante das barreiras impostas pela onerosidade, pela escassez ou até inexistência de atendimentos e pela inadequação dos serviços de saúde às especificidades regionais, esses povos recorrem, cada vez mais, à via judicial como alternativa para acessar cuidados essenciais. **OBJETIVOS:** Compreender o papel da judicialização da saúde no acesso de povos indígenas a serviços e direitos essenciais. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa, a seleção foi realizada em março de 2025, utilizando o descritor deCS/meSH “Health’s Judicialization”, fez-se uso da evidência científica disponível nas bases Scielo, Lilacs e Medline, tendo sido encontrados 220 textos completos nos últimos 5 anos, destes 99 foram selecionados, baseando-se na adequação entre o título do estudo e a temática proposta. Assim, após leitura do texto completo, 21 artigos foram incluídos conforme o critério de inclusão: apresentar relação com a realidade amazônica abordando o contexto do direito sanitário para vulneráveis sociais. Ademais, utilizou-se a estratégia “PRISMA 2020 for abstracts” para estruturação do trabalho. **RESULTADOS:** Conforme a amostra dos 21 estudos incluídos, prevenção, tratamento e acesso igualitário à saúde são garantias constitucionais dos indígenas, contudo, o contexto das comunidades da Amazônia é permeado de entraves, destacando-se a falta de resolutividade, marcada pela ausência de olhar empático as particularidades dos nativos, fragilizada relação profissional-usuário, escassos serviços de saúde mental com abordagem intercultural e barreiras geográficas. Dessarte, a reivindicação indígena através da judicialização da saúde torna-se uma alternativa para que indígenas amazônicos obtenham um sistema de saúde que lhes assegure atendimento diferencial considerando a medicina tradicional, isto pois, decisões judiciais – mandados de segurança – exigem respostas eficientes das instituições de saúde, assegurando, assim, assistência à saúde e acesso equânime à medicamentos, exames e procedimentos realizados em centros urbanos. **CONCLUSÃO:** Concretização de decisões jurídicas ocasionam desestruturação de orçamentos previsto pelo sistema de gestão, sendo a maior parte da demanda judicial passível de ser evitada considerando a efetivação das diretrizes da Atenção Primária à Saúde (APS). Todavia, a judicialização da saúde indígena também indica lacunas existentes no cuidado integral, de forma que, povos tradicionais assumem papel ativo na exigência de direitos e formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Direito Sanitário, Povos Indígenas, Judicialização da Saúde, Saúde de Populações Indígenas.

REFERÊNCIAS:

AHMADPOUR, B. et al. Resolutividade no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no Brasil: revisão de escopo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 21, p. 20–20, 13 set. 2023.

DINIZ, B. F.; CARVALHO, L. P. DE P. E. Reflexões sobre o caráter ambivalente da judicialização na saúde: Desafio para garantia da integralidade e equidade no SUS. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 13, n. 3, p. 42–62, 30 set. 2024.

LOBÃO, A.; MARIA, N.; MARIA, E. Judicialização da saúde e objetivos de desenvolvimento sustentável: Agenda 2030 e atuação do Poder Judiciário brasileiro na efetivação do direito à saúde. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 13, n. 4, p. 77–99, 20 nov. 2024.

SANTOS et al. Judicialization of health care in the Western Amazon: collective decisions of the jurisdictional court of justice in the State of Acre, Brazil. **Journal of Human Growth and Development**, v. 32, n. 1, p. 30–42, 31 jan. 2022.

MALÁRIANA REGIÃO NORTE: ANÁLISE DA MORBIMORTALIDADE E DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA DA DOENÇA (2015-2024)

Ihan Gustavo Oliveira Melo- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
ihangustavo1@gmail.com

Vitória Saraiva Nogueira- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
vi.saraivan@gmail.com

Déborah de Fátima Diniz Rocha- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
deborahdiniiz@gmail.com

Amanda Vitória Serafim dos Santos- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos
(UNITPAC)- mediciner.amanda@gmail.com

Laura Alves de Jesus- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
lauraalves11@hotmail.com

Leandro Silva da Conceição- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
drleandroscctbmf@gmail.com

INTRODUÇÃO: A malária é uma doença infecciosa caracterizada por febre aguda, sendo causada por protozoários e disseminada através da transmissão por vetores. Segundo a OMS, 263 milhões de casos foram registrados em 2023 em 83 países endêmicos. No Brasil, a região norte, juntamente com os estados do Maranhão e Mato Grosso, são considerados zona endêmica da doença, respondendo por 99% dos casos autóctones nacionais. Além disso, 90% dos casos de outras regiões são alóctones, originados de estados brasileiros endêmicos, outros países amazônicos ou africanos (BRASIL, 2023). A doença possui cinco espécies de interesse: *P. falciparum*, *P. vivax*, *P. ovale*, *P. malariae*, *P. knowlesi* (FIOCRUZ, 2020). Nessa perspectiva, revela-se a importância da análise da distribuição de casos de malária na região norte, investigando os padrões epidemiológicos e suas consequências. **OBJETIVOS:** Analisar a incidência da malária na região norte do Brasil entre 2015 e 2024, com enfoque no número de internações, taxa de mortalidade e etnia, visando compreender os padrões epidemiológicos da doença na região amazônica. **METODOLOGIA:** Análise estatística, descritiva e transversal de dados do DATASUS, segundo o Sistema de Informações de Morbidade Hospitalar (SIH/SUS) sobre a incidência da malária na região norte no período de 2015 a 2024, analisando número de internações, taxa de mortalidade e etnia. **RESULTADOS:** No período observado foram registradas 13.730 internações na região norte devido a malária, com maior incidência em Roraima (25,2%), Rondônia (23,1%) e Amazonas (17,6%). Em 2017 e 2018 houve o maior número de internações, 11,68% e 11,62% respectivamente. A taxa média de mortalidade foi de 0,79%, sendo Roraima (1,27%) e Rondônia (0,98%) aqueles com maior índice, contudo o Amapá registrou um pico alarmante de 4,76% em 2020. Quanto a etnia, pardos foram os mais afetados, 62,6% das internações e taxa de mortalidade de 0,79%, seguidos por indígenas, 7,8% das internações e com a maior taxa de mortalidade, 1,67%. **CONCLUSÃO:** Nota-se a persistência da doença como um problema de saúde pública. O predomínio de internações em Roraima, Rondônia e Amazonas, além dos picos de 2017 e 2018, sugerem fatores sazonais e estruturais que influenciam a disseminação da doença. A elevada mortalidade entre indígenas reflete desigualdades no acesso à saúde, demandando estratégias de prevenção e assistência. O pico de mortalidade no Amapá em 2020 sugere eventos atípicos que merecem investigação. Portanto, reforça-se a necessidade de medidas de vigilância e controle que minimizem as desigualdades e fortaleçam o acesso à saúde na região.

Palavras-chave: Malária, Região Amazônica, Incidência, Mortalidade, Etnicidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico da Malária, v. 44, n. 1, 2023. Disponível em: . Acesso em: 18 março 2025.

FIOCRUZ– Fundação Oswaldo Cruz. Boletim Malária. Rio de Janeiro: Fiocruz, [2020]. Disponível em: https://www.biodiversidade.ciss.fiocruz.br/sites/www.biodiversidade.ciss.fiocruz.br/files/boletim_malaria.pdf . Acesso em: [18/03/2025].

LAPOUBLE, Oscar Martin Mesones et al. Situação epidemiológica da malária na região amazônica brasileira, 2003 a 2012. **Revista panamericana de salud pública**, v. 38, p. 300 306, 2015.

UENO, Thalyta Mariany Rêgo Lopes et al. Malária no Brasil: casos notificados entre 2010 e 2017. [Research, Society and Development](#), v. 11, n. 10, p. e278111032735-e278111032735, 2022.

VENKATESAN, Priya. The 2023 WHO World malaria report. [The Lancet Microbe](#), v. 5, n. 3, p. e214, 2024.

NOTIFICAÇÕES DE LEISHMANIOSE VISCERAL NA REGIÃO NORTE ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2024: CASOS CONFIRMADOS E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA

Livia Maria Sousa Barbosa – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – liviamariasb31@hotmail.com

Lucas Shangenis de Holanda Gama - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - lucasshb_14@hotmail.com

Leonardo Martins Gomes – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC Porto Nacional) - leonardomartinsgms@hotmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A leishmaniose visceral (LV) é uma doença parasitária grave, de transmissão vetorial, considerada um problema de saúde pública no Brasil. A Região Norte, caracterizada por seu clima tropical, presença de ecossistemas favoráveis ao vetor e condições socioeconômicas desafiadoras, apresenta alta incidência da doença. Nesse contexto, a análise das notificações de LV entre os anos de 2018 e 2024 é essencial para compreender a evolução epidemiológica da doença e embasar medidas de controle e prevenção. **OBJETIVOS:** Realizar um estudo epidemiológico acerca do número de notificações para Leishmaniose visceral na Região Norte, entre os anos de 2018-2024, buscando identificar padrões regionais, variações temporais e as possíveis implicações da pandemia de COVID-19 sobre esses indicadores. **METODOLOGIA:** Estudo epidemiológico retrospectivo, transversal e observacional elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente aos dados de notificações de casos confirmados de LV entre 2018 e 2024, na Região Norte, considerando possíveis correlações com o impacto da pandemia de COVID 19 sobre o sistema de saúde e o acesso a serviços especializados. **RESULTADOS:** Os dados indicam uma queda significativa nos casos de Leishmaniose Visceral na Região Norte. Em 2018, foram registrados 836 casos, que caíram para 541 em 2019, 366 em 2020, 321 em 2021 e 285 em 2022. Em 2023, houve 275 casos, e em 2024, com dados parciais, o total caiu para 160. Essa redução de aproximadamente 81% desde 2018 pode ser atribuída a melhorias nas estratégias de controle da doença, como o combate aos flebotomíneos, o diagnóstico precoce e campanhas de conscientização. Contudo, a pandemia de COVID-19 pode ter influenciado esses números, pois a interrupção de algumas atividades de vigilância e controle entre 2020 e 2022, devido ao foco no enfrentamento da pandemia, pode ter levado a uma subnotificação temporária. **CONCLUSÃO:** A redução de casos de Leishmaniose Visceral na Região Norte sugere a eficácia das ações de controle e prevenção, como o controle de flebotomíneos, diagnóstico precoce e tratamento adequado. A relação entre a COVID-19 e a queda nas notificações pode ser explicada pela reorientação do sistema de saúde, priorizando o combate à pandemia, o que pode ter causado subnotificação e atraso no diagnóstico. É essencial manter a vigilância contínua e adaptar as estratégias de controle, considerando os novos desafios epidemiológicos, para garantir que os avanços no controle da doença sejam sustentados.

Palavras-chave: Epidemiologia, COVID-19, Leishmaniose visceral, Promoção de Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Leishmaniose Visceral: Diretrizes para o diagnóstico, tratamento e vigilância. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

ALMEIDA, Ana Paula D. et al. Leishmaniose visceral: aspectos clínicos e epidemiológicos no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, n. 4, p. 678-690, 2019. DOI: 10.1590/1980 549720190004.

LIMA, João A. et al. Monitoramento da Leishmaniose Visceral no Brasil: Sistema de Vigilância e tendências epidemiológicas. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 12-21, 2019. DOI: 10.11606/s1518-8787.2019053000195.

PIMENTA, Fábio M. et al. Impacto das ações de controle de leishmaniose visceral no Brasil: um estudo retrospectivo. **Arquivos de Medicina**, v. 33, n. 4, p. 35-42, 2020. DOI: 10.5935/1678 1356.20200004.

LUCENA, Eliane et al. Vigilância da Leishmaniose Visceral: Uma análise dos dados de notificação entre 2015 e 2020 na Região Norte do Brasil. [Cadernos de Saúde Pública](#), v. 38, n. 6, p. 1212-1225, 2022. DOI: 10.1590/0102-311X00012322.

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA DISSEMINAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO MÉDICA: IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Fernanda Gomes Dias - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
fernandadias20111@gmail.com

Lara Geovana dos Santos Bezerra - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
laragbezerra@gmail.com

Paulo Otávio Neto Ferreira Sousa - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
paulofsneto@hotmail.com

Rebecca Padilha Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio
Carlosrebeccapadilha1803@gmail.com

Guilherme Marroques Noleto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
guimarroques@gmail.com

Fábio Serra Barbosa da Silva - Universidade Federal de São Paulo - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: As redes sociais transformaram a maneira como as pessoas acessam e compartilham informações, incluindo conteúdos relacionados à saúde. No entanto, a facilidade de disseminação de informações nesses ambientes também favoreceu a propagação de desinformação médica, definida como a divulgação de conteúdos imprecisos, enganosos ou falsos sobre saúde. Este fenômeno tem implicações significativas para a saúde pública, influenciando decisões individuais e coletivas. Este artigo revisa a literatura recente para explorar o impacto das redes sociais na disseminação de desinformação médica. **OBJETIVOS:** O estudo tem como objetivo analisar como as redes sociais contribuem para a disseminação de desinformação médica, identificar os principais mecanismos envolvidos e discutir as consequências para a saúde pública. Além disso, busca-se explorar estratégias para mitigar esse problema. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, utilizando artigos científicos publicados entre 2018 e 2023 nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Scholar. Os termos de busca incluíram "redes sociais", "desinformação médica", "saúde pública" e "fake news". Foram selecionados estudos que abordavam o impacto das redes sociais na disseminação de informações falsas ou enganosas sobre saúde. **RESULTADOS:** A análise revelou que as redes sociais facilitam a disseminação de desinformação médica por meio de algoritmos que priorizam engajamento, compartilhamento rápido e falta de verificação de fontes. Temas como vacinas, tratamentos não comprovados e pandemias são frequentemente alvos de desinformação. Estudos destacam que a desinformação médica pode levar à hesitação vacinal, automedicação inadequada e desconfiança em profissionais de saúde. Além disso, a polarização política e a formação de "bolhas" digitais amplificam o problema. **CONCLUSÃO:** As redes sociais desempenham um papel central na disseminação de desinformação médica, com impactos negativos significativos para a saúde pública. Estratégias como a promoção da literacia digital, a colaboração com plataformas para verificação de fatos e o engajamento de profissionais de saúde na comunicação online são essenciais para combater esse fenômeno. Futuras pesquisas devem explorar intervenções eficazes com o intuito de reduzir a propagação de informações falsas e promover fontes confiáveis de informação médica.

Palavras-chave: redes sociais, desinformação médica, saúde pública, comunicação em saúde

REFERÊNCIAS:

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aap9559>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PULIDO, C. M. et al. COVID-19 and the infodemic: An overview of the role and impact of social media, the evolution of medical knowledge, and misinformation. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 17, p. 6406, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17176406>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRONIATOWSKI, D. A. et al. Vaccine misinformation on social media: *A systematic review. Vaccine*, v. 39, n. 42, p. 6259-6267, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2021.09.018>. Acesso em: 18 mar. 2025.

WANG, Y.; MCKEE, M.; TORBICA, A.; STUCKLER, D. Systematic literature review on the spread of health-related misinformation on social media. **Social Science & Medicine**, v. 240, p. 112552, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112552>. Acesso em: 18 mar. 2025.

O IMPACTO DOS SINAIS E SINTOMAS DO HTLV NO PACIENTE INFECTADO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jonas Maicon Souza Varão - Universidade Federal do Norte do Tocantins - jonas.varao@ufnt.edu.br

Thiago Santos Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thiago.andrade@ufnt.edu.br

Antonio Waneton Paulo Pinheiro Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - email - antonio.waneton@ufnt.edu.br

Beatriz Soares dos Santos Pereira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - beatriz.pereira@ufnt.edu.br

Gardênia Crhistine Moreira Matos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - gardenia.matos@ufnt.edu.br

Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O HTLV (Vírus Linfotrópico T Humano) é um retrovírus oncogênico que infecta células do sistema imune, podendo causar doenças como mielopatia, dermatite infecciosa, uveíte e outras. A maioria dos infectados é assintomática, sendo que fatores genéticos e imunológicos influenciam a progressão da doença. A detecção precoce, aliada a políticas públicas e conscientização, é fundamental para minimizar os impactos da infecção. **OBJETIVOS:** Analisar os impactos dos sinais e sintomas associados ao Vírus Linfotrópico de Células T Humanas (HTLV) na qualidade de vida dos pacientes, de modo a contribuir com a assistência integral em saúde. **METODOLOGIA:** Este estudo descritivo e qualitativo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica nas bases PUBMED e SciELO, utilizando os descritores “HTLV”, “Symptomatology”, “Assistance” e “Clinical Impact”, combinados pelo operador booleano “AND”. A busca inicial resultou em 235 publicações, das quais 162 eram dos últimos cinco anos. Foram priorizados ensaios clínicos, revisões sistemáticas e metanálises, excluindo-se trabalhos pouco relevantes para o tema e duplicados. Ao final, doze estudos foram selecionados para a revisão.

RESULTADOS: O HTLV infecta linfócitos humanos, imortalizando-os. No Brasil, esse vírus se encontra presente em todos os estados, com prevalências variadas, e estimativa de 2,5 milhões de infectados. As manifestações mais recorrentes: HAM/TSP e a leucemia/linfodema nas células T em adultos (ATLL). A HAM/TSP é imunomediada, pois causa dano ao tecido nervoso, em decorrência da resposta pró-inflamatória exagerada. A leucemia/linfoma, ocorre quando o vírus infecta as células (TCD4+), integrando seu protovírus ao genoma celular, podendo expressar suas proteínas virais como tax e rex. Fatores genéticos e imunológicos do hospedeiro são principais responsáveis por manifestações clínicas associadas, sendo elas: neoplásicas, inflamatórias e infecciosas. Ainda, seu papel na oncogênese não foi totalmente elucidado. A transmissão ocorre necessariamente por linfócitos infectados, presentes em fluidos (sangue, sêmen, secreção vaginal e leite materno). Então, a prevenção baseia-se em contraindicar a amamentação por mães sabidamente contaminadas, uso de camisinhas, e também evitar o compartilhamento de seringas. Outrossim, testes sorológicos como ELISA e Western Blot são fundamentais, principalmente em populações de risco.

CONCLUSÃO: A prevalência do HTLV na sociedade está relacionada à sua forma assintomática em alguns indivíduos, o que, portanto, exige maior atenção da infectologia. Assim, observa-se ainda que o HTLV pode suscitar outras várias doenças, facilitadas por seu aspecto de transmissão, que conseqüentemente, reforça a necessidade de diagnóstico precoce e da implementação de medidas preventivas para conter a disseminação desse vírus no meio social.

Palavras-chave: HTLV, sintomatologia, assistência, impacto clínico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. HTLV. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/htlv>> Acesso em 11 de março de 2025.

SILVA, P. M. S. et al. HTLV no Brasil: sinais, sintomas e diagnóstico. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 4853–4862, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.16033>. Disponível em. Acesso em 11 março de 2025

ROMANELLI, L. C. F. et al. O vírus linfotrópico de células T humanos tipo 1 (HTLV-1): quando suspeitar da infecção? [Revista da Associação Médica Brasileira](#), São Paulo, v. 56, n. 5, p. 583-589, set./out. 2010. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0104-42302010000300021> > Acesso em 11 de março de 2025.

SANTOS, F. L. N.; LIMA, F. W. M.. Epidemiologia, fisiopatogenia e diagnóstico laboratorial da infecção pelo HTLV-I. [Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial](#), v. 41, n. 2, p. 105-116, abr. 2005. Disponível em . Acesso em 11 de março de 2025

O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENGAJAMENTO NO CONTEXTO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM ARAGUAÍNA-TO

Luana Matos dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - luana.santos@ufnt.edu.br

Júlia Gabryele Rodrigues de Barros - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

julia.barros@ufnt.edu.br

Clara Neiva Souza do Carmo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - clara.neiva97@gmail.com

Helierson Gomes – Docente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Norte do Tocantins

INTRODUÇÃO: A educação em saúde tem evoluído com o uso das tecnologias digitais, que oferecem novas formas de compartilhar informações e promover maior interação entre profissionais de saúde e pacientes. Este estudo busca avaliar o impacto dessas tecnologias no Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (HDT-UFT). A pesquisa foca em como plataformas digitais, como redes sociais, panfletos e vídeos educativos, podem melhorar a divulgação de conteúdos confiáveis, contribuindo para a adesão a tratamentos e práticas preventivas no contexto hospitalar. **OBJETIVOS:** O objetivo deste estudo é investigar como as tecnologias digitais influenciam a educação em saúde, avaliando o papel de plataformas como redes sociais, vídeos educativos e outras ferramentas digitais na disseminação de informações e promoção do autocuidado. Entre os objetivos específicos, destaca-se a análise das tecnologias mais eficazes, a avaliação do papel das redes sociais na confiança da informação compartilhada, e a análise da interação dos pacientes com os materiais digitais. **METODOLOGIA** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva. Serão avaliados diferentes materiais educativos digitais como panfletos, vídeos e postagens em redes sociais, que estarão acessíveis por meio de QR codes espalhados pelo hospital. A análise do impacto será feita utilizando métricas quantitativas, como acessos aos materiais e engajamento nas redes sociais, além de feedback qualitativo de profissionais de saúde e pacientes sobre a eficácia das ferramentas. A busca por artigos foi realizada em bancos de dados de publicações científicas, como Google acadêmico, SciELO e PubMed tendo como critério de inclusão trabalhos publicados nos últimos 15 anos (2010-2025). **RESULTADOS:** Espera-se que os resultados revelem o impacto positivo das estratégias na promoção de práticas de saúde, com aumento da interação dos pacientes com os conteúdos disponibilizados. A pesquisa também investigará o engajamento nas redes sociais, como o Instagram e o Facebook e avaliará como esses meios digitais ajudam na adesão dos pacientes a tratamentos e medidas preventivas. Além disso, será analisada a percepção dos profissionais de saúde quanto à eficácia dos materiais educativos. **CONCLUSÃO:** Os resultados deste estudo contribuirão para o desenvolvimento de melhores estratégias de educação em saúde digital, aprimorando a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes. O uso das tecnologias digitais no HDT-UFT tem o potencial de tornar as informações mais acessíveis e confiáveis, fortalecendo as práticas educativas, a adesão aos tratamentos e cuidados preventivos no ambiente hospitalar e no cotidiano.

Palavras-chave: Educação em saúde; Tecnologias digitais; Redes sociais; Hospital universitário.

REFERÊNCIAS:

ANAND, R.; CHEEMA, S. Leveraging Digital Tools for Health Communication and Promotion. *QScience Connect*, Special Issue – Proceedings of the 2nd International Conference on Medical Humanities in the Middle East, 9-10 April 2022, Online-Doha. Disponível em: <http://doi.org/10.5339/connect.2022.MedHumConf.29>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BARBOSA, Hamilka Beatriz Bernardino et al. O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DO ENFERMEIRO PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PRÉ-NATAL. *Gep News*, v. 8, n. 2, p. 76-81, 2024.

COSTA, B. B. et al. O movimento antivacina no YouTube nos tempos de pós-verdade: educação em saúde

ou desinformação?. *Mídia e Cotidiano*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 220-239, 2020.

CUESTA-CAMBRA, U.; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, L.; NIÑO-GONZÁLEZ, J. I. An analysis of pro-vaccine and anti-vaccine information on social networks and the internet: visual and emotional patterns. *El Profesional de la Información*, Barcelona, v. 28, n. 2, art. e280217, 2019.

DETTORI, M.; CASTIGLIA, P. COVID-19 and Digital Health: Evolution, Perspectives and Opportunities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 8519, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19148519>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FERGI, G.; HILTON, S.; HUNT, K. Young adults' experiences of seeking and sharing health information on social media. *Health Expectations*, v. 19, n. 6, p. 1324-1335, 2016.

FERNANDES, Wania R. Educação em saúde de pessoas idosas: discursos oficiais e subjetivações no município de Lages, SC. 2010. 219 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GRAJALES, F. J. et al. Social media: A tool for engagement and better healthcare outcomes. *Journal of Medical Internet Research*, v. 16, n. 2, p. e21, 2014.

JEYARAMAN, M. et al. Multifaceted Role of Social Media in Healthcare: Opportunities, Challenges, and the Need for Quality Control. *Cureus*, v. 15, n. 5, p. e39111, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7759/cureus.39111>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PADRÃO TEMPORAL E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INCIDÊNCIA DE HIV/AIDS ENTRE JOVENS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Jhonson Evangelista Lima Nascimento – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

jhonson.nascimento@ufnt.edu.br

Bruna Cesário Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) bruna.barbosa@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O vírus da imunodeficiência humana (HIV), no organismo humano, pode causar uma disfunção imunológica crônica e progressiva, aumentando a probabilidade de um indivíduo desenvolver a síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS). A doença representa um problema de saúde pública global. No Brasil tem ocorrido um aumento do número de novos casos e redução do número de óbitos. **OBJETIVOS:** Descrever o padrão temporal e espacial da incidência de HIV/AIDS, em adultos jovens, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, no período de 2013 a 2023. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo ecológico, de série temporal e local, observacional, retrospectivo, do tipo exploratóriodescritivo, de dados secundários, referentes aos anos de 2013 a 2023, coletados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, sobre a incidência de HIV, das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os critérios de inclusão foram adultos jovens com idade entre 20 a 29 anos infectados pelo vírus HIV, sendo excluídos os registros de pacientes cuja localidade de residência não pôde ser identificada, bem como aqueles sem diagnóstico confirmado ou com registros incompletos. **RESULTADOS:** Foram encontrados 37.002 casos notificados de jovens, entre 20 a 29 anos, com o vírus HIV nas regiões Norte e Nordeste no período avaliado, sendo 14.267 casos (38,55%) no Norte e 22.735 casos (61,44%) na região Nordeste. Em ambas as regiões, houve redução relevante do número de casos em 2020 quando comparado ao ano de 2019, sendo de 20,02% e 21,25% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente. Também houve redução do número de casos em 2023 quando comparado com o ano de 2022, sendo de 54% e 53,36% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente. A queda do número de casos em 2020 pode estar relacionada com a adoção de medidas de isolamento social, limitando o acesso aos serviços de saúde e interferindo diretamente na detecção e registro de doenças de notificação compulsória durante a pandemia da Covid-19 e a redução do número de casos em 2023 pode estar relacionada à ampliação da infraestrutura de serviços especializados, à distribuição da Profilaxia pré e pós-exposição e a à ampliação de ações de educação em saúde. **CONCLUSÃO:** Embora em ambas as regiões o número de casos seja expressivo e tenha ocorrido redução em 2020 e 2023, há a necessidade de implementação de estratégias de saúde adaptadas às especificidades regionais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

PALAVRAS CHAVES: HIV-1, AIDS, Jovens adultos.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Dossiê ABIA:** HIV/AIDS e Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 2020. Disponível em: <https://www.abiaids.org.br/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde divulga dados epidemiológicos sobre HIV e AIDS no Brasil.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/aid/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/saude-divulga-dados-epidemiologicos-sobre-hiv-e-aidsno-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2025.]

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2022.** Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/aid/pt-br/central-de-conteudo/boletinsepidemiologicos/2022/hiv-aids/boletim_hiv_aids_-2022_internet_31-01-23.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Bekker, LG., Beyrer, C., Mgodhi, N. et al. HIV infection. **Nat Rev Dis Primers** 9, 42 (2023). <https://doi.org/10.1038/s41572-023-00452-3>

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DIABETES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO SUDOESTE DO MARANHÃO

Eduardo Carlos Almeida Silva Sousa - Universidade Federal do Maranhão -
eduardo.cass@discente.ufma.br

Ana Beatriz Silva Cardoso - Universidade Federal do Maranhão - abs.cardoso@discente.ufma.br

Luecya Alves de Carvalho Silva - Universidade Federal do Maranhão - luecya.carvalho@ufma.br

INTRODUÇÃO: A diabetes mellitus (DM) é uma condição metabólica caracterizada pelo excesso de glicose no sangue, decorrente de alterações na produção ou na ação do hormônio insulina no organismo. Trata-se de uma doença com elevada morbimortalidade, evoluindo com uma variedade de complicações, como pé diabético e doenças cardiovasculares, e que impacta diretamente na qualidade de vida dos acometidos. **OBJETIVOS:** Caracterizar o perfil epidemiológico da DM em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no sudoeste do Maranhão entre julho de 2018 e janeiro de 2019. **METODOLOGIA:** Estudo de caráter descritivo e transversal em uma UBS da área urbana do estado do Maranhão. A amostra foi constituída por 179 pacientes diabéticos cadastrados no programa de assistência a indivíduos hipertensos e diabéticos entre julho de 2018 e janeiro de 2019. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (82702718.2.0000.5087) e os dados reunidos foram analisados no Software Statistical Package for the Social Sciences, versão 20. As variáveis utilizadas foram: sexo, idade, raça, estado conjugal, escolaridade, renda e ocupação. **RESULTADOS:** Na amostra analisada o sexo predominante foi o feminino (69,3%) e a faixa etária dominante situou-se acima dos 60 anos (72,1%), seguida pela faixa etária de 40 a 59 anos (26,3%) e abaixo dos 40 anos (1,7%). Etnicamente, predominou-se negros/pardos com 49,7% e brancos com 48,6%. Quanto ao estado civil, 53,6% possuíam companheiro. Em relação aos anos de estudo completos, 48,6% possuíam escolaridade de 1 a 9 anos de estudo e 8,9% possuíam acima de 12 anos de estudo. Dentre os demais, 21,2% declararam nenhum ano de estudo e os outros 21,2% entre 10 a 12 anos. A renda preponderante situa-se abaixo de 2 salários mínimos (77,7%). Apenas 1,7% possuíam renda acima de 4 salários mínimos e 20,7% possuíam renda entre 2 e 4 salários mínimos. Acerca da situação ocupacional, a maior parte se encontra ativo (38,5%). Aposentados representam 35,2%, do lar 25,1% e 1,1% desempregados. **CONCLUSÃO:** A partir desse estudo, é possível identificar que a DM afeta predominantemente mulheres idosas, de baixa escolaridade e com renda inferior a dois salários mínimos, evidenciando a vulnerabilidade socioeconômica desses pacientes. Esses achados reforçam a importância de políticas públicas voltadas para a prevenção, o diagnóstico precoce e o manejo adequado da doença, especialmente em grupos de maior risco.

Palavras-chave: Centros de Saúde, Diabetes Mellitus, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

BREHMER, L. C. D. F., CANEVER, B. P., ROSA, L. M. D., LOCKS, M. O. H., MANFRINI, G. C., e WILLRICH, G. P. B. Diabetes mellitus: estratégias de educação em saúde para o autocuidado. *Rev. enferm. UFPE on line*, p. [1-16], 2021.

CARE, D. 2. Classification and diagnosis of diabetes: standards of care in. *Diabetes Care*, v. 46, p. S19, 2023.

MALTA, D. C., RIBEIRO, E. G., GOMES, C. S., ALVES, F. T. A., STOPA, S. R., SARDINHA, L. M. V., PEREIRA, C. A., DUNCAN, B. B., E SCHIMIDT, M. I. Indicadores da linha de cuidado de pessoas com diabetes no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde 2013 e 2019. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, n. spe1, p. e2021382, 2022.

PORTELA, R. D. A., SILVA, J. R. S., NUNES, F. B. B. D. F., LOPES, M. L. H., BATISTA, R. F. L., e SILVA, A. C. O. Diabetes mellitus tipo 2: fatores relacionados com a adesão ao autocuidado. [Revista Brasileira de Enfermagem](#), v. 75, p. e20210260, 2022.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DOENÇA DE CHAGAS AGUDA NA REGIÃO DO PARÁ NO PERÍODO DE 2018 A 2023.

Lucas Sinomar Silva Carvalho - UNITPAC – lucassinomar@gmail.com

Guilherme Marroques Noieto - UNITPAC - guimarroques@gmail.com

Rodrigo Kauan Vailati - UNITPAC - rodvailatiacad@gmail.com

Wellyton Kelvy Pereira Santos - UNITPAC - wellytonkps@gmail.com

Filipe Leite Moraes - UNITPAC - filipemoraes.araguaina@gmail.com

Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira - UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: A doença de chagas é uma infecção causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*. Atualmente no Brasil a principal via de transmissão é a oral, em consequência da ingestão de alimentos macerados junto com o vetor *Triatoma infestans* “barbeiro” (PINHEIRO E, et al., 2017). A patologia é dividida em fase aguda onde os sintomas são geralmente febre, cefaleia, astenia, porém quando não tratada ela se torna crônica afetando os sistemas cardíacos (insuficiência cardíaca) e digestório (megacólon e megaesôfago), trazendo vários danos à saúde do paciente (BRASIL, 2025). O estado do Pará é o mais afetado por essa mazela.

OBJETIVOS: Descrever o perfil epidemiológico da doença chagásica. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico e retrospectivo, baseado nos casos notificados entre os anos de 2018 e 2023, sendo os dados retirados Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponível no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), as variáveis utilizadas foram faixa etária, sexo, ano de infecção, provável local e modo de contato com o parasita. **RESULTADOS:** Entre os anos de 2019 e 2023 foram registrados no Brasil 1.846 casos de Chagas agudo dentre os quais 1.458 foram no Pará, ou seja, mais de 78% dos casos. Ademais, observou-se que a faixa etária mais acometida é a de 20-39 anos com 504 casos (34,56%). Paralelamente, foi levantado dados acerca da distribuição das infecções entre homens e mulheres, na qual observou-se uma pequena diferença mais com prevalência do homem (53,7%). Outrossim, é perceptível que a forma de contágio que mais se destaca é a via oral com (91%) dos casos). Além disso, é notório que mais de 78% das infecções aconteceram no próprio domicílio. **CONCLUSÃO:** O estudo identificou que o Pará é o estado com o maior número de infecções, das quais a maioria ocorre em homens que contraíram a doença no domicílio por via oral, relacionando-se com os costumes dos paraenses, uma vez que a população, no geral, tem como hábito o consumo do açaí. Neste caso, o preparo do açaí, geralmente, não recebe os cuidados necessários que garantam que não haja contaminação pelo *T. cruzi* (GOMES, 2020). Por meio desse trabalho foi possível mensurar o perfil epidemiológico e a distribuição espacial da doença, fatores de suma importância para gerar informações para a vigilância de saúde, para criação de medidas intervencionistas para evitar a patologia ou diagnosticar ainda na fase aguda, para o início do tratamento evitando as complicações da fase crônica.

Palavras-chave: Chagas, Pará, Aguda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Doença de Chagas: situação epidemiológica atual. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/doenca-de-chagas>.

PINHEIRO E, et al. Chagas disease: review of needs, neglect, and obstacles to treatment access in Latin America. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 2017, 50(3): 296-300.

GOMES, Giovanna et al. Perfil epidemiológico da Doença de Chagas aguda no Pará entre 2010 e 2017. *Pará Research Medical Journal*, v. 4, p. 0-0, 2020.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 2020 E 2023

Ana Caroline Cardoso Maciel – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – anacarollinemaciel@gmail.com

Heloisa Silva Costa – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – helosc29@gmail.com

Isabela Soares Eulálio – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – isabelaeulaliomed@gmail.com

Josiana Silveira de Paula Flavio – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – josianaflavio2015@gmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – ianglamelo@gmail.com

INTRODUÇÃO: A hanseníase é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, que afeta principalmente a pele e os nervos periféricos. Sua transmissão ocorre por contato prolongado com gotículas respiratórias de indivíduos infectados. O Brasil está entre os países com maior número de casos no mundo, com alta endemicidade na região Norte, especialmente no Tocantins. Apesar dos avanços no diagnóstico e tratamento, a hanseníase ainda representa um grave problema de saúde pública, impactando social e economicamente os pacientes devido ao risco de incapacidades físicas e estigmatização. A análise do perfil epidemiológico da doença no Tocantins é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

OBJETIVOS: Analisar a distribuição dos casos de hanseníase no Tocantins entre 2020 e 2023, considerando variáveis epidemiológicas como município de notificação, sexo, faixa etária e raça, a fim de identificar grupos de risco e subsidiar estratégias de controle e prevenção. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico quantitativo baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), extraídos do Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Foram analisados os casos confirmados de hanseníase no Tocantins entre 2020 e 2023, considerando a distribuição por município, sexo, faixa etária e raça.

RESULTADOS: No período analisado, foram registrados 3.650 casos de hanseníase no Tocantins. Palmas apresentou a maior incidência (1.233 casos), seguida por Araguaína (362 casos). A hanseníase foi mais prevalente no sexo masculino (58,4%) e na faixa etária entre 40 e 49 anos (21,5% dos casos), sugerindo maior vulnerabilidade desse grupo. Quanto à distribuição racial, a população parda foi a mais acometida (63%), seguida por pretas (14%) e brancas (13,61%). Esses dados indicam falhas na vigilância epidemiológica e no diagnóstico precoce, ressaltando a necessidade de ações mais eficazes. **CONCLUSÃO:**

A hanseníase permanece como um desafio de saúde pública no Tocantins, com alta incidência especialmente em homens, adultos de meia-idade e indivíduos pardos. Além disso, os municípios de Palmas e Araguaína concentram o maior número de casos, evidenciando desigualdades na distribuição da doença. Esses dados reforçam a necessidade de estratégias específicas de controle, incluindo ampliação do acesso ao diagnóstico precoce, capacitação de profissionais de saúde e campanhas de conscientização voltadas para os grupos mais afetados. A implementação de ações direcionadas às regiões com maior incidência é essencial para um controle mais efetivo da hanseníase no estado.

Palavras-chave: Hanseníase, *Mycobacterium leprae*, epidemiologia, saúde pública, Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Felipe Alior Fernandes Louzada de; MILAN, George. Diagnóstico de hanseníase em Porto Nacional/TO no período de 2013 a 2017. *Scire Salutis*, v. 10, n. 3, p. 104-112, 2020. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/sciresalutis/article/view/CBPC2236-9600.2020.003.0013>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LEITE, Thiaskara Ramile Caldas et al. Ações de controle da hanseníase na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. *VITTALLE - Revista de Ciências da Saúde*, v. 32, n. 3, p. 175-186, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/11080>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico de Hanseníase. Número Especial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt->

br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim_hanseníase-2023_internet_completo.pdf/view. Acesso em: 15 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estratégia Global de Hanseníase 2021–2030: Rumo à Zero Hanseníase**. Nova Delhi: Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para o Sudeste Asiático, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789290228509>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SARAIVA, E. R. et al. Aspectos relacionados ao diagnóstico e tratamento da hanseníase: uma revisão sistemática. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 12, p. e4681, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4681>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORBIDADE HOSPITALAR POR TRANSTORNO MENTAL DOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA-TO

Geanny Pereira da Silva - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

geannybio@gmail.com

Maria Laura Martins - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

mlaura.martins29@gmail.com

Maria Clarissa Bicalho - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

bicalhomariaclarissa@gmail.com

Elaine dos Santos Chaves Teles - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

elainechaves.17@gmail.com

Maria Dimpina Ferraz de Oliveira - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos- (UNITPAC) -

dimpina21@gmail.com

Francisco Neto Pereira Pinto - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-

francisco.pinto@unitpac.edu.com

INTRODUÇÃO: A pandemia de COVID-19, declarada pela OMS em março de 2020, afetou profundamente a saúde global, com alta taxa de mortalidade e impactos psicossociais negativos, especialmente entre os idosos. O isolamento social, medida adotada para conter a transmissão do vírus, agravou condições psicológicas em diversos grupos, destacando-se no caso dos idosos, que integram o grupo de maior risco e necessitam de cuidados especiais. **OBJETIVOS:** Este estudo objetivou analisar o perfil epidemiológico das internações por transtornos mentais e comportamentais entre idosos no município de Araguaína, Tocantins, durante o período da pandemia e pós-pandemia, considerando aspectos socioeconômicos, saúde e desigualdade de gênero. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Dados foram coletados do DATASUS abrangendo o período de Março de 2020 a Dezembro de 2023, com foco nas internações relacionadas a transtornos mentais e comportamentais. Os registros analisados foram classificados de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 10ª Revisão (CID-10). Os dados coletados foram organizados no programa Microsoft Excel, para análise e a confecção de gráficos e tabelas. **RESULTADOS:** Foram identificadas 42 internações no período de março de 2020 a dezembro de 2023. Desses, 31 (74%) compreendia a faixa etária de 60 a 69 anos, 9 (21%) à faixa etária de 70 a 79 anos e 2 (5%) à faixa etária de 80 anos. Foi observado que as internações por transtorno mentais em período pandêmico, afetou mais idosos com idade entre 60 e 69 anos totalizando 31%, enquanto os idosos com entre 70 e 79 anos teve um percentual de 31% e acima de 80 anos, percentual de 5%. **CONCLUSÃO:** Estudo aponta que o distanciamento social teve um efeito prejudicial à saúde física e mental dos idosos, com fatores como o rompimento de laços familiares, aspectos culturais e emocionais contribuindo para o aumento das internações. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de atenção especial a essa faixa etária e reforça a importância de pesquisas futuras para avaliar a eficácia de intervenções que possam minimizar os impactos do isolamento social e o abandono afetivo nos idosos. Além disso, sugere a criação de políticas públicas voltadas para a prevenção e a melhoria da saúde mental dos idosos, especialmente em situações de crise.

Palavras-chave: COVID-19, Isolamento social, Pandemia, Saúde do idoso, Saúde mental

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOAS, P. J. F. V. Posicionamento oficial da SBGG sobre a COVID-19. *Geriatr Gerontol Aging*, v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/ggaging.com/pdf/v14n2a09.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

COSTA, Camila Pinho Bassi et al. Internação e mortalidade hospitalar por transtornos mentais no Brasil: uma análise epidemiológica da última década. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 8, p. 462-477, 2022. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6456/2526>. Acesso em: mar. 2025.

LOIOLA, L. de S. et al. Os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a saúde mental da população mundial. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 11, p. 2360- 2367, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n11p2360-2367.

OLIVEIRA, Sandy Freitas. et al. Atendimentos de urgência por transtorno de humor em idosos antes e durante a pandemia de Covid-19 em Goiás. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 12, p. 78174-78182, dez. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n12-094.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publicaimportancia-internacional-referente>. Acesso em: 11 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ESQUISTOSSOMOSE EM CRIANÇAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA

Isabella Sousa Lima - Universidade Federal do Norte do Tocantins - sabellasilima@gmail.com
Bruna Beatriz Borba Mundim - Universidade Federal do Norte do Tocantins - bruna.mundim@ufnt.edu.br
João Gabriel Jacinto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - joao.jacinto@ufnt.edu.br
Kayo Luan Santos Vila Verde Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - kayo.luan@ufnt.edu.br
Mariah Ribeiro Martins - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariah.martins@ufnt.edu.br
Pedro Antônio Jacinto Filho - Universidade Estadual do Maranhão - pedroajfilho@outlook.com

INTRODUÇÃO: A esquistossomose é uma doença parasitária causada pelo helminto *Schistosoma mansoni*, cuja cercária penetra a pele, presente de maneira endêmica em nove estados da federação. Os sintomas incluem febre, falta de apetite, dor muscular, diarreia, palpitações e emagrecimento, tonturas e endurecimento e aumento do fígado. A esquistossomose é classificada como uma doença multifatorial e seus principais determinantes são a pobreza, a ausência de saneamento básico, e consequente contato humano com água contaminada. **OBJETIVOS:** Investigar a evolução e o padrão epidemiológico dos casos de esquistossomose em crianças brasileiras entre 2009 e 2023. **METODOLOGIA:** Estudo estatístico, analítico, transversal e retrospectivo, utilizando dados fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS), sobre a incidência de esquistossomose em crianças no Brasil de 2009 a 2023. **RESULTADOS:** Foram registrados 18.941 casos de esquistossomose em crianças no Brasil, entre 2009 e 2023. Quanto à distribuição por região, a maior concentração ocorreu na região Sudeste (16.318), seguida pela região Nordeste (2.299), região Sul (172) e regiões Centro-Oeste (76) e Norte (76). Com relação à faixa etária, a maior incidência foi registrada na faixa de 10 a 14 anos (11.017), seguida por 5 a 9 anos (5.562), 1 a 4 anos (1.225) e menores de 1 ano (1.137). Quanto à distribuição por raça/cor, foram consignados 10.212 casos em pessoas autodeclaradas pardas, 3.861 em autodeclaradas brancas, 1.523 em autodeclaradas pretas, 248 em autodeclaradas amarelas e 210 casos em autodeclaradas indígenas. Relativamente ao sexo, contabilizaram-se 11.401 casos em meninos e 7.538 em meninas. A análise feita do período como um todo, evidenciou uma queda nos casos de 2010 a 2018, com aumento em 2019 e nova queda até o ano de 2022, havendo um outro crescimento dos casos até 2023. **CONCLUSÃO:** Os resultados ratificam que a esquistossomose é um desafio de saúde pública no Brasil, com maior incidência no Sudeste e em crianças de 10 a 14 anos, e que predomina em indivíduos autodeclarados pardos e do sexo masculino, padrão comum a outras parasitoses no país. A variação no número de casos ao longo dos anos destaca a importância da vigilância eficaz e implementação de estratégias de controle pelo poder público, como investimentos em saneamento básico e educação em saúde, que tencionem reduzir a exposição e proporcionar o diagnóstico precoce da doença.

Palavras-chave: esquistossomose, incidência, Brasil, saneamento básico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- KATZ, N., ALMEIDA, K.. Esquistossomose, Xistosa, Barriga d'água. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 55, n.1, mar. 2023. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000100024&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 8 mar. 2025.
- SAUCHA, C. V. V.; SILVA, J. A. M. da; AMORIM, L. B. Condições de saneamento básico em áreas hiperendêmicas para esquistossomose no estado de Pernambuco em 2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 497–506, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/Sp9kmjBz9T6nqPwxPC9JG4v/>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- KING, C. H. Parasites and poverty: the case of schistosomiasis. *Acta tropica*, v. 113, n. 2, p. 95–104, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19962954/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO HIV/AIDS NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 2013 e 2022

Filipe Leite Morais - Unitpac – filipemorais.araguaina@gmail.com
Lucas Sinomar Silva Carvalho - Unitpac - lucassinomar@gmail.com
Guilherme Marroques Noieto - Unitpac - guimarroques@gmail.com
Rodrigo Kauan Vailati - Unitpac - rodvailatiacad@gmail.com
Wellyton Kelvy Pereira Santos - Unitpac - wellytonkps@gmail.com
Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira - Unitpac - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: O HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) pode ser transmitido durante as relações sexuais, por meio da inoculação de sangue e derivados, por acidente ou por compartilhamento de agulhas, e da mãe infectada para o bebê. O HIV continua a ser um desafio global de saúde pública, e sua presença e impacto no cenário nacional e estadual permanecem preocupantes. Este estudo busca lançar luz sobre a situação atual da AIDS no estado do Tocantins, Brasil. **OBJETIVOS:** Descrever o perfil epidemiológico do binômio, HIV/AIDS. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico e retrospectivo, baseado nos casos notificados entre os anos de 2013 e 2022, sendo os dados retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponível no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), as variáveis utilizadas foram idade, sexo e raça/cor. **RESULTADOS:** Entre os anos de 2013 e 2022 foram registrados no Tocantins 2.052 casos de AIDS. Dentre os quais a população parda foi a mais afetada, com 723 casos registrados no período, ou seja, 35,2% dos casos. A faixa etária mais afetada foi de 30-39 anos com 318 casos (15,5%). O HIV afetou mais homens com cerca de 1.373 casos (66,9%), do que mulheres, 679 casos (33,1%). O pico de casos ocorreu entre 2017 e 2018, com redução gradual nos anos seguintes. Em 2022, houve um declínio acentuado, com apenas 92 casos registrados (4,5%). O maior número de casos ocorreu em 2017 com 256 casos (12,47%). A partir de 2019, por conta da pandemia do Covid-19, houve uma queda dos casos, mas observou-se uma tendência de queda nos próximos anos, com um mínimo registrado em 2022 (92 casos). **CONCLUSÃO:** O estudo identificou que o HIV no Tocantins afeta principalmente homens, pessoas pardas e adultos entre 30-39 anos. Nos últimos anos, houve uma redução progressiva no número de novos casos, o que pode estar relacionado a políticas de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento eficaz.

Palavras-chave: HIV, AIDS, Tocantins.

REFERÊNCIAS:

HIV/Aids | 2022. **Secretaria de Vigilância em Saúde** | Ministério da Saúde 04 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletimsepidemiologicos/2022/hiv-aids>. Acesso em: 19, setembro de 2023.

Legislação brasileira e o HIV. **UNAIDS** 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://unaid.org.br/legislacao-e-hiv/>. Acesso em: 19, setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aids/HIV:** situação epidemiológica atual. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS NOTIFICADOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR MEDICAMENTOS NO ESTADO DO TOCANTINS NOS ANOS DE 2020 A 2024

Matheus Henrique Turmena – UNITPAC - matheusturmena@gmail.com

João Vitor Sousa Alves – UNITPAC - jv.sousa2016@hotmail.com

Kamilly Santos Coradi - UNITPAC - kamilly-coradi@hotmail.com

Giovana Marinho Apinagé Santos – UNITPAC - giovanamarinho6@gmail.com

Heloisa Silva Costa, UNITPAC - helosc29@gmail.com

Iangla Araújo de Melo Damasceno – UNITPAC - iangla.damasceno@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A intoxicação exógena por medicamentos ocorre quando há uso de uma medicação acima de doses recomendadas, que pode se dar de maneira aguda ou crônica. Cada medicação gera sinais e sintomas diversos, mas com particularidades específicas. Ademais, sabe-se que as intoxicações medicamentosas têm se tornado um problema alarmante de saúde pública. **OBJETIVO:** Caracterizar o perfil epidemiológico dos casos notificados de intoxicação exógena por medicamentos no estado do Tocantins nos anos de 2020 a 2024.

METODOLOGIA: trata-se de um estudo epidemiológico descritivo de caráter quantitativo. Foram discriminados e levantados dados através Sistemas de Informações de Agravos de Notificação (Sinan Net) no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram incluídos os casos confirmados notificados de intoxicação exógena por medicamentos estado do Tocantins nos anos de 2020 a 2024. Os dados foram agrupados por sexo, faixa etária, raça, ocupação e circunstância. Foram excluídos do estudo a sessão ignorado/branco. Foi realizada também, uma revisão bibliográfica através de artigos encontrados em base de dados scielo, lilacs e pubmed. A aprovação no comitê de ética foi dispensada devido os dados coletados serem de domínio público, acesso livre e irrestrito. **RESULTADOS:** Durante o período de estudo, houve um total de 4328 casos notificados de intoxicação exógena por medicamentos no estado do Tocantins representando 32,71% dos casos na região Norte do Brasil. A maioria dos casos (76,84%) era do sexo feminino. A raça parda foi predominante com 82,48% dos casos. Em relação a faixa etária, a predominância foi na faixa de 20 a 39 anos representando 42,76% seguida pela faixa etária de 15 a 19 anos com 23,04%. Em relação a ocupação a categoria dos estudantes que representou 45,61%, nessa classificação. No referente a circunstância a predominância foi em relação a tentativa de suicídio representando 73,81% dos casos. Deve-se mencionar a possibilidade de subnotificação, uma vez que os dados foram obtidos a partir de uma fonte secundária.

CONCLUSÃO: Os achados ressaltam a necessidade de implementação de políticas públicas específicas e estratégias que visam redução, em especial, de tentativas de suicídio, principalmente entre adolescentes e adultos jovens, de raça parda, sexo feminino e também entre os estudantes. Tudo isso, com o fito de reduzir os casos de intoxicação exógena por medicamentos visando reduzir a morbidade e a garantir melhores condições de saúde e a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Palavras-chave: Intoxicação, Exógena, Medicamento, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

GONÇALVES, Claudiana Aguilar et al. Intoxicação medicamentosa: relacionada ao uso indiscriminado de medicamentos. **Revista Científica da faculdade de educação e meio ambiente**, v. 8, n. 1, p. 135-143, 2017. SILVA, Victória Toledo et al. Intoxicação por medicamentos: uma revisão de literatura com abordagem no tratamento. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 23, p. e6781-e6781, 2021.

DOS SANTOS, Maria Cláudia Paiva et al. Análise de intoxicação por medicamentos. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 4, p. 1617-1632, 2023.

SANTO DANTAS, Danniele do Espírito; DE ANDRADE, Leonardo Guimarães; NETO, Sebastian Rinaldi. ATENÇÃO FARMACÊUTICA NAS INTOXICAÇÕES MEDICAMENTOSAS. [Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação](#), v. 7, n. 10, p. 179-196, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. [DATASUS](#) - Departamento de Informática do SUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RELAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO COM O GRAU DE ESTIGMATIZAÇÃO EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS

João Lucas Rodrigues de Macedo - UNIRG Paraíso - joao.l.r.macedo@unirg.edu.br

Maria Paula Pereira Honorato - UNIRG Paraíso - maria.honorato@unirg.edu.br

Marianna de Azevedo Pacheco Leal - UNIRG Paraíso - marianna.a.p.leal@unirg.edu.br

Pedro Soares Quixabeira do Carmo Pereira - UNIRG Paraíso - pedro.s.q.c.pereira@unirg.edu.br

Mateus Silva Santos - UNIRG Paraíso - mateus.s.santos@unirg.edu.br

INTRODUÇÃO: A hanseníase, uma doença infectocontagiosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, é hiperendêmica no estado do Tocantins, Brasil. Caracteriza-se por lesões de pele e nos nervos periféricos, podendo resultar em incapacidades e deformidades, o que reforça seu caráter estigmatizante. **OBJETIVOS:** Analisar a relação entre o perfil socioeconômico e o grau de estigmatização em pacientes diagnosticados com hanseníase no município de Paraíso do Tocantins, TO, contribuindo para a compreensão dos fatores sociais que influenciam o estigma associado à doença. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo transversal quantitativo, envolvendo 35 pacientes em tratamento entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2025. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em domicílio utilizando um questionário validado de 15 perguntas, baseado na escala EMIC-AP (pontuação de 0 a 45), que avalia estigmatização e variáveis socioeconômicas. Os dados foram organizados em tabelas eletrônicas e analisados por estatística descritiva e comparação de médias em software estatístico, muitas vezes identificando padrões de estigmatização. Aspectos Éticos: O estudo respeita a Resolução CNS 466/2012, garantindo anonimato e confidencialidade dos participantes, com aprovação prévia pela comissão de ética local. **RESULTADOS:** A amostra incluiu pacientes com idade média de 52,5 anos (variação de 19 a 83 anos), sendo 51,4% mulheres. A pontuação média de estigmatização foi de 15,7 pontos. As mulheres apresentaram uma pontuação média de 18,7 pontos, 54% superior à dos homens, que obtiveram 12,1 pontos, indicando uma influência significativa de pressão de gênero. Por faixa etária, pacientes de 40 a 60 anos alcançaram 16,7 pontos, os menores de 40 anos obtiveram 23 pontos, e os acima de 60 anos marcaram 21 pontos, demonstrando menor percepção de estigma entre os idosos, possivelmente devido à menor exposição social. A escolaridade revelou discrepâncias: o ensino superior obteve 36 pontos (56% acima da média), enquanto o ensino fundamental incompleto (45,7% da amostra) marcou 22 pontos. Quanto à renda, pacientes com renda de até 1 salário mínimo (34,3% da amostra) pontuaram 14,5 pontos, abaixo dos 23 pontos observados em pacientes com renda de até 3 salários, e dos 24 pontos daqueles com renda acima de 3 salários, destacando uma menor percepção de estigma entre os menos favorecidos. **CONCLUSÃO:** Os resultados indicam que o estigma é mais elevado em mulheres, indivíduos de 40 a 60 anos, com maior escolaridade e renda média a alta, refletindo influências de gênero, fase produtiva e conscientização social. Estratégias como educação comunitária e suporte psicológico são cruciais para mitigar o estigma e promover o bem-estar na Amazônia Legal.

Palavras-chave: Hanseníase, estigmatização, renda, escolaridade, gênero.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: Hanseníase**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Número Especial. jan. Brasília, 2022.

D'AZEVEDO, S. S. P., FREITAS, E. N. D., NASCIMENTO, L. O. D., SANTOS, D. C. M. D., & NASCIMENTO, R. D. D. (2018). Percepção de pacientes com hanseníase acerca dos grupos de autocuidado. **Rev. enferm. UFPE on line**, 1633-1639.

OLIVEIRA, H. X., PINTO, M. S. A. P., JÚNIOR, A. N. R., BARBOSA J. C. **Guia de aplicação das escalas de estigma (EMIC)**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

REVISÃO DE LITERATURA: IMPACTO DA REABILITAÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM PACIENTES COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO

Fernanda Gomes Dias- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos
fernandadias20111@gmail.com

Wellyton Kelvy Pereira Santos- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos
wellytonkps@gmail.com

Maria Paula Oliveira Castro- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos
mariapaula1919@icloud.com

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro- Universidade Federal do Norte do Tocantins
alexandre.terceiro@ufnt.edu.br

Arthur Vinicius Cirqueira Marinho- Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos
arthurmarinho123@hotmail.com

Fábio Serra Barbosa da Silva - Universidade Federal de São Paulo- fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: O Acidente Vascular, Encefálico (AVE) é uma das principais causas de incapacidade física e cognitiva em todo o mundo, impactando significativamente a qualidade de vida dos pacientes. A reabilitação multidisciplinar tem sido amplamente recomendada como uma abordagem eficaz para minimizar as sequelas e promover a recuperação funcional. Esta revisão de literatura explora os benefícios da reabilitação multidisciplinar em pacientes pós-AVE, destacando sua eficácia na melhoria das funções motoras, cognitivas e emocionais. **OBJETIVOS:** O objetivo desta revisão é analisar os impactos da reabilitação multidisciplinar em pacientes com AVE, com foco na recuperação funcional, redução de incapacidades e melhoria da qualidade de vida. Além disso, busca-se identificar as principais estratégias e profissionais envolvidos nesse processo, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos. **METODOLOGIA:** Foram revisados artigos científicos publicados entre 2015 e 2023, obtidos em bases de dados como PubMed, SciELO e PEDro. Utilizaram-se os descritores "reabilitação multidisciplinar", "AVE", "recuperação funcional" e "qualidade de vida". Incluíram-se estudos clínicos randomizados, revisões sistemáticas e meta-análises que abordassem diretamente a eficácia da reabilitação multidisciplinar em pacientes pós-AVE. **RESULTADOS:** Os estudos revisados demonstram que a reabilitação multidisciplinar promove melhorias significativas nas funções motoras, cognitivas e emocionais de pacientes pós-AVE. A combinação de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e suporte psicológico mostrou-se eficaz na redução de incapacidades e na promoção da independência funcional. Além disso, intervenções precoces e personalizadas, baseadas nas necessidades individuais dos pacientes, foram associadas a melhores resultados. A inclusão da família no processo de reabilitação também foi destacada como um fator importante para o sucesso terapêutico. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a reabilitação multidisciplinar é uma abordagem eficaz para a recuperação de pacientes pós-AVE, contribuindo para a melhoria das funções motoras, cognitivas e emocionais, além de promover maior independência e qualidade de vida. A integração de diferentes profissionais e a personalização das intervenções são aspectos essenciais para maximizar os resultados. Recomenda-se a implementação de programas de reabilitação multidisciplinar como parte do cuidado pós-AVE, visando à recuperação integral dos pacientes.

Palavras-chave: reabilitação multidisciplinar, AVE, recuperação funcional, qualidade de vida, fisioterapia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2018.

LANGHORNE, P.; BERNHARDT, J.; KWAKKEL, G. Stroke rehabilitation. **The Lancet**, v. 377, n. 9778, p. 1693-1702, 2011.

OLIVEIRA-FILHO, J.; MARTINS, S. C. O. Reabilitação pós-AVC: uma abordagem multidisciplinar. [Revista Neurociências](#), v. 23, n. 2, p. 145-152, 2015

SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA E PROFISSIONAIS DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Eduarda Holanda Sipaúba - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - maria.sipauba@ufnt.edu.br

Leticia Paz Duarte - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - leticia.duarte@ufnt.edu.br

Thiago Castro da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - thiago.silva@ufnt.edu.br

Luana Matos dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - luana.santos@ufnt.edu.br

Geiciane Vieira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - geiciane.silva@ufnt.edu.br

Andrielly Gomes de Jesus - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - andriellygomes@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO: A Síndrome de Burnout (SB) é uma condição caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização resultante da exposição ao estresse crônico. Estudantes de medicina e profissionais da saúde são particularmente vulneráveis a SB, uma vez que enfrentam carga intensa de estudos, longas jornadas e constante pressão. Tais fatores, comprometem a qualidade do atendimento prestado aos pacientes, a saúde física e mental desse grupo. **OBJETIVOS:** Analisar a prevalência e os fatores associados à Síndrome de Burnout em estudantes de medicina e profissionais da saúde. Identificar estratégias de prevenção e intervenção para promover o bem-estar e a saúde mental desses indivíduos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura do tipo qualitativa, a busca por artigos foi realizada nas bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PubMed (plataforma de publicações da National Library of Medicine) a partir da utilização de descritores “Burnout”, “Exhaustion”, “Health Professionals” e “Students”, correlacionados pelo operador booleano “AND”. De início, foram encontradas 145 produções científicas, sendo 94 dos últimos 5 anos. Destas, foram selecionados 10 estudos para elaboração desta revisão, utilizando como critérios de exclusão obras com pouca relevância para o tema e obras anteriores a 2020. **RESULTADOS:** A síndrome de burnout (SB) entre estudantes de medicina e profissionais da saúde é altamente prevalente, com 70% dos periódicos analisados demonstrando essa alta incidência, enquanto 10% consideraram o problema irrelevante e 20% indicaram uma prevalência moderada. Em relação aos fatores desencadeadores, 60% dos artigos apontam a carga horária excessiva como principal fator, 20% destacam a pressão acadêmica e 20% mencionam a falta de suporte emocional. Ademais, 80% dos periódicos suscitaram que a carga de trabalho e a pressão psicológica são determinantes no desenvolvimento da síndrome. **CONCLUSÃO:** Assim, observa-se que o sintoma mais prevalente na SB é a exaustão emocional, afetando cerca de 70% dos acometidos, sendo agravada principalmente pelas situações de estresse vivenciadas. A exigência acadêmica e a necessidade de alto desempenho contribuem significativamente para a progressão do quadro. A prática de atividade física é apontada como um fator protetor contra a SB, pois contribui para a redução do estresse e dos sintomas da exaustão emocional, sendo que um dos estudos analisados destaca sua influência na liberação de serotonina e endorfinas. No entanto, apesar dos seus benefícios, apenas 30% dos estudos indicam uma adesão significativa à prática entre estudantes, sugerindo que seu potencial ainda é subutilizado.

Palavras-chave: Burnout, Estudantes, Exaustão, Profissionais da Saúde

REFERÊNCIAS:

LIMA, Amanda Stephanie de Oliveira et al. Síndrome de burnout e fatores associados em estudantes da área da saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, p. e47376, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/47376>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MAIA, David de Alencar Correia et al. Síndrome de burnout em estudantes de medicina: relação com a prática de atividade física. **Cadernos ESP**, v. 6, n. 2, p. 50-59, 2012. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/126>. Acesso em: 12 mar. 2025.

NASSAR, Leonardo Maso; CARVALHO, Josué Pires de. Síndrome de Burnout em estudantes de graduação de medicina no Brasil: uma revisão do panorama brasileiro. **Espaço para a Saúde**, v. 22, 2021. Disponível em: <https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosauade/article/view/721>. Acesso em: 12 mar. 2025.

PEREIRA-LIMA, Karina; LOUZÃ, Mario R. Burnout in medical students: a systematic review. [Revista Brasileira de Psiquiatria](#), v. 37, n. 3, p. 233-238, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26172005/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

RODRIGUES, Camila Serra et al. Avaliação da prevalência da síndrome de burnout em estudantes de Medicina. [Revista Brasileira de Educação Médica](#), v. 44, p. e176, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/DwVChkfNHhF4Mg4yNmb4CqR/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2025.

TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA; RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Thulyo Monteiro Moraes – UFNT – thulyo.moraes@ufnt.edu.br

Graciélia Maria da Conceição Silva – UFNT – gracielia.silva@ufnt.edu.br

Sarah Coelho de Menezes – UFNT – sarah.menezes@ufnt.edu.br

Ana Cristina Mendanha Smapaio – UFNT – ana.cristina@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A parada cardiorrespiratória (PCR) é definida como a cessação súbita da função mecânica cardíaca com consequente colapso hemodinâmico. A chance de sobrevivência depende de rápida ação com manobras adequadas de ressuscitação. O rápido início das compressões torácicas de alta qualidade é a intervenção mais importante. O treinamento em Suporte Básico de Vida (SBV) para funcionários de instituições de diferentes setores da comunidade representa um investimento estratégico além da capacitação técnica.

OBJETIVOS: Avaliar o impacto da capacitação de SBV para funcionários de diferentes instituições da comunidade na cidade de Araguaína. **METODOLOGIA:** O projeto de extensão “TREINAMENTO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA INSTITUIÇÕES DA COMUNIDADE EM ARAGUAÍNA, TO” foi idealizado pela Liga Acadêmica de Anestesiologia e Dor (LIAD) da UFNT, com o objetivo de capacitar profissionais não especializados para atuação em emergências. O projeto seguiu o cronograma e envolveu, inicialmente, revisão bibliográfica, elaboração e submissão do projeto de extensão, seguida de um treinamento teórico e prático para a equipe de acadêmicos do projeto ministrado pela diretoria da LIAD, com supervisão da coordenadora do projeto. As capacitações ocorreram, até o momento, em duas instituições de saúde e foram divididas em duas etapas, sendo a primeira uma aula expositiva sobre parada cardiorrespiratória, manobras de desengasgo e conduta em crises convulsivas e a segunda uma simulação prática com bonecos de treinamento, possibilitando que cada profissional treinasse pelo menos uma vez. **RESULTADOS:** O treinamento mostrou resultados positivos e contemplou aproximadamente 50 profissionais de diferentes setores, garantindo que toda a equipe participasse. Como resultado, foi possível perceber o empenho e interesse por parte dos participantes, comprovando-se através de perguntas e dúvidas que surgiram durante o curso e eram respondidas pelos ligantes. O trabalho em equipe e a comunicação foram estimulados, o que garante um ambiente calmo e organizado durante uma situação de emergência. Ademais, o projeto também ofereceu desafios, como a organização das datas e horários para realização do curso, o qual ocorreu pela primeira vez em um final de semana e ao final do expediente de uma das instituições. O projeto teve total adesão dos participantes e continua ativo, com as atividades dentro do cronograma estabelecido. **CONCLUSÃO:** Dessa forma, a capacitação em SBV se apresenta essencial para funcionários de diferentes setores da comunidade, permitindo intervenções rápidas e eficazes. Portanto, o treinamento contínuo e a disseminação do conhecimento sobre RCP fortalecem a segurança institucional e promovem um ambiente mais preparado para situações de emergências.

Palavras-chave: Ressuscitação cardiopulmonar, suporte básico de vida, parada cardiorrespiratória.

REFERÊNCIAS:

ATLS, **Committee on Trauma of the American College of Surgeons**. Advanced Trauma Life Support: Student Manual. 10th ed. Chicago: American College of Surgeons; 2023.

BERNOCHE, C. et al. Atualização da Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia- 2019. **Arquivos brasileiros de cardiologia**, 2019.

KNOBEL, Elias. Medicina de Emergência: Abordagem Prática. 16ª ed. São Paulo: **Atheneu**, 2022. 1300 p. ISBN: 9788538809384

VELASCO, Irineu Tadeu; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio. **Medicina de emergência: abordagem prática**. 13. ed. Barueri, SP: Manole, 2019

MALTA, D. C. et al. Mortalidade por Doenças Cardiovasculares Segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade e as Estimativas do Estudo Carga Global de Doenças no Brasil, 2000-2017. [Arquivos Brasileiros de Cardiologia](#), São Paulo, v. 101, n. 2, p. 152-160, 2020.

ELXO 6

SAÚDE INTEGRAL E MODELOS ASSISTENCIAIS NA AMAZÔNIA

UMA DÉCADA DE DENGUE NO NORTE: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE CASOS E MORTES DE 2015 A 2024

Victor Dias Galvão - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - victordg2006@gmail.com

Kauã Rodrigo Valadares Costa - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - kauarvcosta@gmail.com

Vinicius Apinagé Moraes - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - vinicius.gol09@gmail.com

Marco Antonio de Sousa do Vale - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - marco0705200112@gmail.com

Marlon Cantillo da Luz - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - marloncantillo07@gmail.com

Leandro Silva da Conceição - UNITPAC (Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos) - drleandroscctbmf@gmail.com

INTRODUÇÃO: A dengue é uma doença viral transmitida por vetores artrópodes pertencentes ao grupo das arboviroses. No Brasil, o vetor é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, que após a picada desencadeia uma infecção sistêmica, debilitante e autolimitada. A doença apresenta sintomas que incluem febre baixa ou alta, acompanhada de forte dor de cabeça, dor retro ocular, mialgias, artralgias e exantema. A virose pode progredir para formas graves, caracterizadas principalmente por choque hipovolêmico e dificuldade respiratória. A região Norte do Brasil tem registrado um número significativo de casos de dengue, sendo uma área de destaque e preocupação para a saúde pública nacional. **OBJETIVOS:** Realizar um análise epidemiológica abordando os casos e mortes da dengue na região Norte do Brasil dos anos de 2015 a 2024. **METODOLOGIA:** O estudo segue uma metodologia epidemiológica retrospectiva, observacional e transversal, que utilizou dados em relação a casos e evoluções da dengue do DATASUS/TabNet. **RESULTADOS:** Durante os anos de 2015 a 2024, o total informado foram 353.055 casos de dengue na região Norte, sendo os estados do Tocantins (77.659) e Pará (76.792) os com maior número de notificações. Em 2024 houve o maior número de casos relatados, sendo 16,2% do valor total, seguido por 2022, 2021, 2016, 2019, 2023, 2015, 2020, 2017 e 2018 que tiveram respectivamente 14,25%, 11,50%, 10,94%, 10,23%, 9,80%, 9,09%, 6,74%, 6,23% e 5,02% do total de casos registrados. Em relação a evolução, desse total de casos, 275.047 (78%) evoluíram para cura, enquanto 77.634 (22%) foram classificados como ignorados ou em branco, o número de óbitos confirmados pelo agravo foi de 217, com mais 137 mortes por outras causas e 20 ainda em investigação. **CONCLUSÃO:** A dengue continua prevalente no Norte do Brasil, com um grande aumento no último ano (57.178), um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Esse crescimento pode indicar uma deficiência no cuidado e nas medidas preventivas adotadas e um alerta para a população. Além disso, a subnotificação, observada pelos 22% de casos ignorados ou em branco, pode estar mascarando a verdadeira magnitude dessa doença, o que dificulta a implementação de políticas públicas adequadas e o direcionamento eficaz de recursos para o controle da dengue.

Palavras-chave: Dengue, Epidemiologia, Região Norte, Casos e Óbitos

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Dengue. Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Situação Epidemiológica – Dengue. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue/situacao-epidemiologica>. Acesso em: 14 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Dengue. 2025. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/dengue>. Acesso em: 14 mar. 2025.

A INFLUÊNCIA DA SUSCETIBILIDADE GENÉTICA DA POPULAÇÃO AMAZÔNICA À TUBERCULOSE: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Natália Campos Trindade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - nataliac.trindade@gmail.com

Maria Eliza Costa de Carvalho Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.eliza@ufnt.edu.br

Beatriz Pereira Oliveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins- oliveirabiabeatriz27@gmail.com

Ana Beatriz Guimarães Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ana.beatriz@ufnt.edu.br

Maria Eduarda Soares Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria@ufnt.edu.br

Josué Moura Telles - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A tuberculose é uma doença infecciosa causada pelo *Mycobacterium tuberculosis* de fácil disseminação. É conhecido, analisando a epidemiologia da doença, que existe maior predisposição à infecção em pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, geográfica e genética. Sobre esse último predisponente, sabe-se que existe uma correlação entre os níveis de citocinas e Fator de Necrose Tumoral Alfa (TNFA) e a manutenção do acometimento pelo bacilo causador da doença. Por sua vez, esses níveis de citocinas inflamatórias e TNFA estão relacionados a uma predisposição genética em descendentes de africanos e ameríndios. Dessa forma, torna-se interessante e necessário o estudo da suscetibilidade de populações a doenças de tão relevância à saúde pública como é a tuberculose. **OBJETIVOS:** Revisar a literatura dos últimos cinco anos sobre a predisposição genética de grupos populacionais da Amazônia à tuberculose. **METODOLOGIA:** Revisão narrativa de literatura, baseada em pesquisa às plataformas de dados eletrônicas. Suscetibilidade genética, tuberculose, Amazônia e os respectivos termos em inglês foram utilizados como estratégia de buscas no PubMed e SciELO. Foram selecionados apenas os artigos publicados no período de 2020 a 2025, para atender aos objetivos da revisão narrativa que era de revisar somente artigos mais recentes para trazer uma visão geral sobre o tema, mas explorando o estado da arte. Após a aplicação das estratégias de busca “(Genetic susceptibility) AND (tuberculosis)) AND (Amazonia)” e “(suscetibilidade genética) AND (tuberculose)) AND (Amazonia)” obteve-se quatro artigos. **RESULTADOS:** Ao estudar a heterogeneidade da região amazônica, vê-se uma população com um perfil genético que acaba por conferir maior suscetibilidade à infecção tuberculosa. O alto grau de miscigenação e troca genética interétnica resultou em uma significativa variabilidade genética que influencia na evolução da infecção por *Mycobacterium tuberculosis*. Artigos concluem que há uma maior contribuição da ancestralidade africana e ameríndia na suscetibilidade à tuberculose, sendo essa associação relacionada à variação dos níveis de citocinas, como, por exemplo, baixos níveis de TNFA, que favorecem a persistência da bactéria no hospedeiro. **CONCLUSÃO:** A suscetibilidade à tuberculose na população amazônica está diretamente associada a alterações nos níveis de citocinas, comuns na genética de ancestralidade africana e ameríndia, o que favorece a cronicidade da infecção pela micobactéria. Somam-se a isso as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais, que desempenham um papel determinante na disseminação da doença. Surge dessa realidade uma necessidade de investigar melhor a suscetibilidade genética desses grupos a fim de que sejam desenvolvidas estratégias cada vez mais eficazes de controle e prevenção da doença.

Palavras-chave: Assistência cirúrgica, acesso à saúde, região amazônica.

REFERÊNCIAS:

LEAL, Diana Feio da Veiga Borges et al. Amerindian genetic ancestry as a risk factor for tuberculosis in an amazonian population. **PLoS One**, v. 15, n. 7, p. e0236033, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36630812/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PORCHERA, Débora CRF et al. Association of the rs4646994 in ACE gene with susceptibility to tuberculosis in a region of the Brazilian Amazon. **Translational Medicine Communications**, v. 7, n. 1, p. 10, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9092330/> . Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, C.A. et al. Investigação da suscetibilidade genética ao Mycobacterium tuberculosis (genes VDR e IL10) em uma população com alto nível de subestrutura na região amazônica brasileira. **International Journal of Infectious Diseases: IJID**: Publicação Oficial da Sociedade Internacional de Doenças Infecciosas , v. 98, p. 447–453, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32673332/> . Acesso em: 17 mar. 2025.

SOUSA, F. D. M de. et al. Baixos níveis de expressão do gene TNFA parecem favorecer o desenvolvimento de tuberculose pulmonar em uma população da Amazônia brasileira. **Immunobiology** , v. 228, n. 2, p. 152333, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32619758/> . Acesso em: 17 mar. 2025

ANÁLISE DO PERFIL DE MALÁRIA NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE DE 2015 A 2024

Guilherme Eduardo Noieto de Sousa Santana - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - guilherme.santana@uemasul.edu.br

Ludmilla Santos Silva de Mesquita - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - ludmilla.mesquita@uemasul.edu.br

INTRODUÇÃO: A malária é uma doença parasitária endêmica de regiões tropicais e subtropicais, transmitida pelo mosquito Anopheles e causada por protozoários do gênero Plasmodium. Se não tratada, a malária não complicada pode evoluir para a chamada malária grave. Existem cinco espécies que parasitam seres humanos e, dessas, o Plasmodium falciparum geralmente é o causador da forma mais grave da doença. No Brasil, a região amazônica representa quase a totalidade dos casos, visto que é propícia ao desenvolvimento da patologia, por albergar os fatores ambientais e sociais que a ela se associam. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil da malária nos estados da Região Norte de 2015 a 2024. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo analítico, retrospectivo e quantitativo, o qual teve como base dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) presentes no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Utilizou-se as variáveis: número de internações, óbitos, taxa de mortalidade e espécies do protozoário causador. **RESULTADOS:** No período, a região totalizou 15.831 internações (82,89% das internações no Brasil) e os estados com maior número foram: Roraima (3641), Rondônia (3473) e Amazonas (3033). Os três estados também lideraram o número de óbitos, visto que, dos 119 da região, 47 pertenceram a Roraima, 32 a Rondônia e 21 ao Amazonas. Quanto à taxa de mortalidade, três estados superaram a taxa média da Região Norte (0,75), sendo esses: Roraima (1,29), Rondônia (0,92) e Amapá (0,76). Em relação ao agente causador, o Plasmodium vivax foi responsável por 11.110 internações, o Plasmodium falciparum por 2.235 e o Plasmodium malariae por 344. As demais internações foram classificadas como “outras formas de malária confirmadas com exame parasitológico” e “malária não especificada”. Acerca disso, notou-se que Roraima apresentou 896 internações por Plasmodium falciparum, cerca de 40% dos casos de toda a região. **CONCLUSÃO:** Notase que a malária é um relevante problema para a saúde pública brasileira, sobretudo na Região Norte, dada a sua recorrência e potencial gravidade. Na região, vê-se que os números são mais expressivos em Roraima, Rondônia e Amazonas. Desses, Roraima merece destaque, visto que lidera os índices, apesar de ser o estado menos populoso da região. A esse respeito, o grande número de internações por Plasmodium falciparum no estado sugere um possível fator a ser considerado. Ademais, sabe-se que a doença é multifatorial e as causas de seus números são diversas, o que demonstra a necessidade de conhecer o cenário da malária na região.

Palavras-chave: Malária, Plasmodium, Saúde pública.

REFERÊNCIAS:

FIKADU, M.; ASHENAFI, E. Malária: Uma visão geral. Infecção e resistência aos medicamentos , v. 16, p. 3339–3347, 2023

GAMA, J. K. B.; CHALKIDIS, H. Perfil epidemiológico da Malária / Epidemiological profile of Malaria. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 120424–120434, 29 dez. 2021.

LINS, G. et al. Malária: A crise silenciosa em Alto Alegre, Roraima e o fantasma do garimpo na Terra Indígena Yanomami. **REVISIA**, v. 12, n. 4, p. 937–947, 2023.

TabNet Win32 3.0: Morbidade Hospitalar do SUS - por local de internação - Brasil. Disponível em: . ZEKAR, L.; SHARMAN, T. Malária por Plasmodium falciparum. Em: StatPearls . Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2025.

DESAFIOS DO ACESSO À SAÚDE NA AMAZÔNIA LEGAL E SEUS REFLEXOS NA MORBIMORTALIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Eslainy Xavier Matos - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -
eslainy.matos@uemasul.edu.br

Guilherme Eduardo Noieto de Sousa Santana - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -
guilherme.santana@uemasul.edu.br

Marcos Vinicius Soares Silva - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -
marcos.soares@uemasul.edu.br

Solannya Rayna Carvalho Santos - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -
solannya.santos@uemasul.edu.br

Ludmilla Santos Silva de Mesquita - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -
ludmilla.mesquita@uemasul.edu.br

INTRODUÇÃO: Garantir acesso à saúde é essencial para reduzir desigualdades e promover o bem-estar da população. Na Amazônia Legal, desafios estruturais, logísticos e sociais comprometem os serviços de saúde, resultando no aumento de doenças crônicas e infecciosas. Nesse contexto, torna-se essencial compreender os obstáculos presentes na região e seus impactos, a fim de subsidiar estratégias que promovam melhorias na assistência à saúde. **OBJETIVOS:** Analisar os desafios do acesso à saúde na Amazônia Legal e seus reflexos na morbimortalidade. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados LILACS, SciELO e PubMed. Foram selecionados estudos publicados nos últimos cinco anos, em português e inglês, acessíveis gratuitamente. **RESULTADOS:** Foram analisados sete estudos que destacam o impacto da dificuldade de acesso à saúde na Amazônia Legal. A distância, baixa cobertura da atenção básica e escassez de recursos e profissionais comprometem o rastreamento, diagnóstico precoce e controle de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e neoplasias, elevando complicações graves. As doenças circulatórias lideram as causas de morte, seguidas por causas externas, neoplasias e doenças respiratórias. O difícil acesso a medicamentos, a falta de saneamento, e a vulnerabilidade social favorecem doenças infecciosas, como tuberculose e hanseníase, afetando especialmente indígenas da região Norte. Hepatites A e E e diarreias infecciosas são relevantes na mortalidade infantil. O acesso limitado a exames e pré-natal adequado aumentam o risco de complicações obstétricas, principalmente entre mulheres que vivem em áreas isoladas. Em 2021, a razão de mortalidade materna foi de 142,15 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Ademais, essas limitações contribuem para a alta mortalidade por câncer de colo do útero. A carência de serviços de média e alta complexidade e a alta mortalidade por causas externas sobrecarregam serviços de urgência. A falta de médicos e especialistas, com uma média três vezes inferior à do restante do país, aliada à distribuição desigual das equipes de saúde - 1,3 por 1000 km², em comparação a 10,6 nas demais regiões -, prejudica ainda mais a assistência. Além disso, o financiamento insuficiente e a baixa capacidade de gestão dificultam a implementação de políticas públicas eficazes. **CONCLUSÃO:** O acesso limitado à saúde na Amazônia Legal impacta diretamente a morbimortalidade da população, demandando investimentos em infraestrutura, ampliação da atenção primária e estratégias para fixação e distribuição de profissionais. A cooperação entre os entes federativos, aliada a políticas integradas e financiamento eficiente, é fundamental para aprimorar a assistência e reduzir desigualdades.

Palavras-chave: Acesso aos serviços de saúde, Região Amazônica, Morbimortalidades.

REFERÊNCIAS:

GARNELO, L. et al. Barriers to access and organization of primary health care services for rural riverside populations in the Amazon. *International Journal for Equity in Health*, v. 19, n. 1, p. 54, 31 dez. 2020.

INHUDES, A. et al. Saúde na Amazônia Legal: diagnóstico e propostas de atuação para o BNDES. *R BNDES*, v. 29, n. 57, p. 7-57, 2022.

LIMA, N. R. DE O. et al. Health in the Legal Amazon: an analysis of morbidity and mortality indicators between 2010 e 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1, jan. 2025.

ROCHA, Rudi et al. A saúde na Amazônia legal: evolução recente e desafios em perspectiva comparada. [Instituto de Estudos para Políticas de Saúde](#), 2021.

SILVA, A. P. S. E et al. DESAFIOS NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE NO BRASIL: ENFOQUE NA SAÚDE PÚBLICA. [Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences](#), v. 5, n. 5, p. 5065–5073, 10 dez. 2023

EPIDEMIOLOGIA DA HANSENÍASE NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO RETROSPECTIVO COM DADOS DO SINAN (2018-2024).

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - alexandre.terceiro@ufnt.edu.br

Kaio Henrique Silva de Freitas - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - kaio54927@gmail.com

Guilherme Marroques Noleto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - guimarroques@gmail.com

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariazvcst@hotmail.com

Murilo Araújo cancelier - Universidade Federal do Norte do Tocantins - Murilo.cancelier@ufnt.edu.br

Fábio Serra Barbosa da Silva - Professor convidado Universidade Federal do Norte do Tocantins - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A hanseníase é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, que afeta principalmente a pele e os nervos periféricos. O Brasil é o segundo em número absoluto de casos. A doença está associada a condições socioeconômicas desfavoráveis e o difícil acesso a serviços de saúde contribuem para o diagnóstico tardio e a continuidade da transmissão, principalmente entre populações vulneráveis, como indígenas e comunidades ribeirinhas. Este estudo tem como objetivo traçar o perfil epidemiológico da hanseníase na Amazônia, analisando a distribuição dos casos e identificando fatores de risco associados à doença. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico da hanseníase na região Amazônica, identificando os principais fatores de risco associados à doença. **METODOLOGIA:** Este é um estudo epidemiológico descritivo, retrospectivo e quantitativo, baseado na análise de dados secundários do SINAN, focado em hanseníase nos estados da região Amazônica. A população incluiu indivíduos notificados entre 2018-2024. Foram analisadas variáveis sociodemográficas (idade, sexo, etnia, estado de notificação). Os dados foram tratados por estatística descritiva, apresentados em tabelas e gráficos. **RESULTADOS:** Entre 2018 e 2024, foram registrados 70.720 casos de hanseníase na Amazônia, sendo 38.942 (55%) em homens e 31.776 (45%) em mulheres. A raça parda teve o maior número de casos (45.339, 64%), seguida da branca (14.707, 21%) e preta (7.991, 11%). Indígenas e amarelos apresentaram 502 (0,7%) e 1.034 (1,5%) casos, respectivamente. Entre os pardos, foram 25.529 homens e 19.809 mulheres. Na população branca, houve 7.080 homens e 7.627 mulheres. Indígenas registraram 282 casos masculinos e 220 femininos. O estado que concentra a maior porcentagem, 47,8%, foi o Mato Grosso, seguido por Pará (24,8%) e Tocantins (14,2%). A maioria dos casos ocorreu em adultos de 30 a 59 anos (58,6%), com destaque para a faixa de 40-49 anos (21,7%). Crianças e adolescentes até 14 anos somaram 4,9%, sugerindo transmissão ativa. Idosos acima de 60 anos representaram 23,6% dos casos. O Mato Grosso concentrou os maiores números em todas as faixas etárias, especialmente entre adultos e idosos. **CONCLUSÃO:** A hanseníase na Amazônia registrou 70.720 casos (2018-2024), predominando em homens (55%) e pardos (64%). Mato Grosso (47,8%), Pará e Tocantins foram os estados mais afetados. A faixa 30-59 anos concentrou 58,6% dos casos, com 21,7% em 40-49 anos. Crianças (4,9%) indicam transmissão ativa, enquanto idosos (23,6%) reforçam diagnósticos tardios, exigindo melhor rastreamento, acesso ao tratamento e controle eficaz da doença.

Palavras-chave: Hanseníase, Epidemiologia, Saúde Pública, Atenção Primária à Saúde.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, A. V. de; GOMES, M. de M.; PEREIRA, G. N.; DUMANI, G. H.; RODRIGUES, E. de C. M.; ARGUELLO, V. F. B.; GUIMARÃES, F. S.; SOUZA, D. S. C. de; MATTOS, G. P. da S. de; SILVA, V. A. A. da; TISSOT, D.; PEREIRA, G. da S.; ANDRADE, P. A. de; NASCIMENTO, K. N. M. P. do. HANSENÍASE EM 2023: PANORAMA NACIONAL E DESAFIOS REGIONAIS NO BRASIL. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 3072–3081, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n7p3072-3081. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2663>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Global Leprosy (Hansen's disease)* update, 2022. Genebra, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/leprosy>. Acesso em: 17 mar. 2025

FERREIRA, Luan Moraes; SOUZA, Yasmin Azevedo de; BATISTA, Gisela Gomes; VIEIRA, Camila Paranhos; NUNES, Cleizimara Cavalcante; MAGALHÃES, Letícia Santana; SILVA, Ícaro Breno Rodrigues da; LIMA, Vanessa Kemilly Gomes; MARTINS, Nádya Vicência Nascimento. Hanseníase na Amazônia central: um olhar epidemiológico. [Revista de Medicina](#), São Paulo, Brasil, v. 102, n. 2, p. e-194245, 2023. DOI: 10.11606/issn.1679-9836.v102i2e-194245. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/194245>.. Acesso em: 17 mar. 2025.

Ministério da Saúde. [DATASUS](#). Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Acesso em: 17 mar. 2025.

EVOLUÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA DETECÇÃO DE SÍFILIS ADQUIRIDA DENTRO E FORA DA AMAZÔNIA LEGAL

Alexandra do Nascimento - Discente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCIM) - alexa.nascimento01@gmail.com

Júlia Vitória de Sousa Herênio - Discente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCIM) - julia.herenio@discente.ufma.br

Euzamar de Araujo Silva Santana - Docente do Curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCIM) - euzamar.santana@ufma.br

INTRODUÇÃO: Sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST), causada pela bactéria *Treponema pallidum*, possui grande importância para a Atenção Primária à Saúde (APS) devido seu potencial de acometimento do sistema nervoso central e possibilidade de transmissão vertical, com mau prognóstico para o feto. **OBJETIVO:** Compreender a relação entre a evolução da APS e a detecção de sífilis adquirida na Amazônia Legal (AL) comparando com o território fora da AL, entre 2015 e 2024. **MÉTODOS:** Estudo quantitativo - descritivo e inferencial - de caráter transversal, com dados coletados do DATASUS, SISAB e e-Gestor AB. Utilizou-se as variáveis casos confirmados, ano, cobertura da APS, consultas para IST's em Unidades Básicas de Saúde (UBS), e território [estados dentro da Amazônia Legal (DAL) e estados fora da Amazônia Legal (FAL)]. Os dados foram tabulados em Microsoft Excel 2019 e analisados com auxílio do software Jamovi (versão 2.3.28). Aplicou-se a matriz de correlação de Spearman entre todas as variáveis, exceto território. Foram considerados $p < 0,05$ significativo e coeficiente de correlação de Spearman (ρ) positivo(+) para correlação direta e negativo(-) para correlação inversa, com valores entre -1 e +1. **RESULTADOS:** Observou-se aumento de 577% no número de casos confirmados de sífilis adquirida de 2015 ($n=3.334$) a 2023 ($n=22.571$) no território DAL e um aumento de 243% nos estados FAL em relação à 2015 ($n=65244$). Na cobertura da APS, evidenciou-se evolução importante nos estados FAL (71,46% em 2015, para 82,87% em 2024). Em contrapartida, nos estados DAL houve uma queda de 88,04% para 86,68%. Ademais, constatou-se elevação no número de consultas para IST's nas UBS de 383% ($n=71.998$) no território DAL e 764% ($n=844.793$) nos estados FAL. Na estatística inferencial, identificou-se forte correlação entre consultas ISTs x casos confirmados ($\rho=0,868$; $p < 0,001$) e entre cobertura da APS x casos confirmados ($\rho = -0,740$; $p < 0,001$). Outrossim, notou-se moderada correlação entre ano x consultas de ISTs ($\rho = 0,444$; $p = 0,050$) e entre cobertura da APS e consultas de ISTs ($\rho = -0,540$; $p = 0,015$). **CONCLUSÃO:** Existe relação direta entre aumento do número de consultas de ISTs em UBS e número de casos confirmados de sífilis adquirida. Devido ao maior aumento percentual de casos confirmados e menor aumento percentual de consultas para ISTs na AL, sugere-se maior incidência relativa da doença dentro da AL.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde, Sífilis, Diagnóstico, Ecossistema amazônico, Brasil.

REFERÊNCIAS:

FREITAS, F. L. S. et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: sífilis adquirida. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, n. spe1, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). Disponível em: <https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/saude/RelSauProducao.xhtm>. Acesso em: 19 mar.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinanet/cnv/sifilisadquiridabr.def>. Acesso em: 19 mar.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. e-Gestor Atenção Básica: Informação e Gestão da Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, [2021]. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtm>. Acesso em: 19 mar.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. e-Gestor Atenção Básica: Informação e Gestão da Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, [2021]. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relCoberturaAPSCadastro.xhtml>. Acesso em: 19 mar

IMPACTO DA COVID-19 NA TENDÊNCIA DA LEISHMANIOSE EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

Maria Vitória Santos Marinho - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.smarinho@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angeles - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

iago.angelos@ufnt.edu.br

Helierson Gomes - Universidade Federal do Tocantins (UFNT) - Helierson.gomes@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A leishmaniose tegumentar é causada por protozoários do gênero *Leishmania*, transmitida pela picada de flebotômíneos infectados, é um grave problema de saúde pública no Brasil - área endêmica. A pandemia de COVID-19, teve um impacto substancial nos programas contra leishmaniose tegumentar, reduzindo significativamente o número de diagnósticos e tratamento, agravando os casos clínicos e a subnotificação da doença. **OBJETIVOS:** Analisar a série temporal da Leishmaniose tegumentar em Araguaína, Tocantins, entre 2016 e 2023, com foco no impacto da pandemia de COVID-19. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo ecológico de séries temporais que analisou a variação mensal da incidência de leishmaniose tegumentar no período de 2016 a 2023. Os dados foram extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram aplicadas análises estatísticas como regressão segmentada e séries temporais interrompidas para avaliar mudanças na tendência da doença antes e depois da pandemia. Além disso, foram usados o teste t pareado e o teste de Student para verificar diferença estatisticamente significativa nas médias de incidência antes e depois da pandemia, e entre as duas localidades - Tocantins e Araguaína. Considerou-se um valor de p inferior a 0,05. Para visualizações gráficas e análises estatísticas usou-se a linguagem Python. **RESULTADOS:** Em Araguaína, a incidência Leishmaniose Tegumentar atingiu aproximadamente 24 casos por 100.000 habitantes em 2019, caindo para cerca de 12 casos por 100.000 habitantes em 2020 e anos subsequentes. No Tocantins foi mais estável, variando entre 14 e 16 casos por 100.000 habitantes, com um aumento após 2019. A diferença sugere que Araguaína teve surtos mais intensos, enquanto o estado manteve a incidência mais controlada. Ademais, a pandemia de COVID-19 parece ter influenciado a incidência de leishmaniose em Araguaína, já que entre 2020 a 2022 a taxa de incidência caiu para aproximadamente 12 casos por 100.000 habitantes, mantendo-se estabilizada. A estabilização observada após 2020 indica que a pandemia pode ter alterado a forma como os casos foram monitorados e registrados, influenciando diretamente as taxas de incidência da doença no município. **CONCLUSÃO:** A diferença entre a dinâmica da doença no município de Araguaína e o estado de Tocantins é estatisticamente relevante, inferindo diferentes dinâmicas de controle ou fatores singulares que afetam a incidência da Leishmaniose em cada área. A série temporal interrompida mostra um claro impacto da pandemia de COVID-19 na incidência de Leishmaniose, refletindo tanto o efeito direto sobre a notificação de casos quanto a possível interrupção de programas de controle.

Palavras-chave: Leishmaniose Tegumentar, COVID-19, série temporal, Araguaína.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, EL; SILVA, JA; OLIVEIRA, LF Leishmaniose tegumentar: uma revisão sobre a doença e seus desafios. **J Trop Med**, v. 3, pág. 345-352, 2020. DOI: 10.1016/j.jtmed.2020.01.002. Acesso em: 19 mar. 2025

WERNECK, GL; MAGUIRE, JH Leishmaniose: epidemiologia e controle. **Clin Infect Dis**, v. 30, n. 12, p. 707-712, 2020. DOI: 10.1093/cid/ciaa456. Acesso em: 19 mar. 2025

ROMERO, GA; BOELAERT, M. Controle da leishmaniose na América Latina: uma revisão sistemática. **PLoS Negl Trop Dis**, v. 14, n. 6, e0008729, 2021. DOI: 10.1371/journal.pntd.0008729. Acesso em: 19 mar. 2025

CARVALHO, EM et al. Marcadores imunológicos de evolução clínica em pacientes com leishmaniose cutânea e mucosa. **Clin Diagn Lab Immunol**, v. 8, n. 2, p. 240-243, 2019. DOI: 10.1128/CDLI.8.2.240-243.2001. Acesso em: 19 mar. 2025

LUNA, EJ et al. Impacto da COVID-19 em programas de controle da leishmaniose. **Lancet Glob Health**, v. 9, n. 6, p. e762-e764, 2021. DOI: 10.1016/S2214-109X(21)00167-1. Acesso em: 19 mar. 2025

IMPACTO DA FEBRE TIFOIDE NA AMAZÔNIA LEGAL NA ÚLTIMA DÉCADA: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

Wellyton Kelvy Pereira Santos - UNITPAC - wellytonkps@gmail.com **Rodrigo Kauan Vailati** - UNITPAC - rodvailatiacad@gmail.com
Guilherme Marroques Noletto - UNITPAC - guimarroques@gmail.com **Lucas Sinomar Silva Carvalho** - UNITPAC - lucassinomar@gmail.com
Filipe Leite Morais - UNITPAC - filipemorais.araguaina@gmail.com **Wynni Gabrielly Pereira de Oliveira** - UNITPAC - wynnigabrielly159@gmail.com

INTRODUÇÃO: A febre tifoide é provocada pela bactéria *Salmonella enterica* serovar Typhi (S. Typhi), sendo uma questão de saúde pública que afeta principalmente regiões com condições precárias de saneamento básico. Nota-se, pois, embora haja várias estratégias para o enfrentamento da doença, a melhoria das questões de saneamento e higiene ainda são o ponto principal, já que a patologia possui transmissão fecal-oral. Em áreas endêmicas, as pessoas acometidas são especialmente aquelas que têm entre 15 e 45 anos. Os sintomas incluem febre alta, cefaleia, mal-estar generalizado, hiporexia, roséolas, tosse seca, diarreia ou disenteria, entre outros. No Brasil, a Amazônia Legal é uma região com um cenário socioambiental complexo e propício para a propagação de doenças de veiculação hídrica. **OBJETIVOS:** Analisar a epidemiologia da febre tifoide na Amazônia Legal e relacioná-la com fatores socioambientais da região. **METODOLOGIA:** É um estudo epidemiológico de caráter descritivo. Metanálises e ensaios clínicos randomizados dos últimos 5 anos foram coletados do PubMed, com os descritores ("Typhoid Fever"[MeSH] OR "Salmonella Typhi"[MeSH]) AND ("Epidemiology" OR "Disease Outbreaks" OR "Sanitation" OR "Water Supply"). O Google Acadêmico também foi usado para análise de outros estudos epidemiológicos. Foi feita a seleção de 4 variáveis no SINAN, do DataSUS, sendo elas: capital de notificação, faixa etária, escolaridade e sexo. **RESULTADOS:** Foram notificados 508 casos de febre tifoide. A capital mais afetada foi Belém-PA, com 69 casos, seguida de Manaus-AM, com 38. A faixa etária predominante foi aquela com 20-39 anos, com 182 pessoas. Quanto à escolaridade, notou-se prevalência de sujeitos com ensino médio completo - 96 indivíduos -, seguido daquelas com 5ª à 8ª série incompletas do ensino fundamental - 46 indivíduos -. O sexo mais atingido foi o masculino, com 301 casos. **CONCLUSÃO:** Belém pode ser a capital mais afetada pela menor ocorrência de chuvas no estado do Pará no segundo semestre do ano. Para que haja infecção, o indivíduo precisa ingerir pelo menos 10 milhões de unidades de bactérias e, quando há muita água, a concentração dos microrganismos diminui por diluição. A faixa etária mais acometida envolve a população economicamente ativa e, essas pessoas, por serem membros ativos da sociedade, podem agir como transmissores, especialmente em locais onde o saneamento básico não é adequado. Além disso, a afecção direta desse público pode gerar prejuízos econômicos. A escolaridade se relaciona com a doença diretamente pelo menor nível de instrução. O sexo masculino pode ser o mais acometido por questões ocupacionais e ambientais.

Palavras-chave: Febre tifoide, Amazônia Legal, Saúde Pública.

REFERÊNCIAS:

BRITO, Gabriel Pinheiro et al. Febre Tifoide no Brasil: Fatores Determinantes. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 5, p. 12399-12405, 2020.

DE SOUZA, Vitoria Oliveira; FRANCO, Alessandra Lucchesi de Menezes Xavier; DA SILVA, Maria Carla. Febre tifoide. BEPA. *Boletim Epidemiológico Paulista*, v. 20, p. 1-10, 2023.

KIM, C.; GOUCHER, G. R.; TADESSE, B. T.; LEE, W.; ABBAS, K.; KIM, J. H. Associations of water, sanitation, and hygiene with typhoid fever in case-control studies: a systematic review and meta-analysis. *BMC*

Infectious Diseases, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 562, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12879-023-08452-0>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Ministério da Saúde – Informações de Saúde (TABNET) – DATASUS. SANTANA, Luiz Alberto et al. Febre tifoide: revisão para a prática clínica. **Revista Científica UNIFAGOC-Saúde**, v. 6, n. 1, p. 73-83, 2021

MALÁRIA EM ÁREAS DE MINERAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA, FATORES DE RISCO E ESTRATÉGIA DE CONTROLE: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Beatriz Pereira Oliveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - Oliveirabiabeatriz27@gmail.com

Maria Eduarda Soares Barbosa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria@ufnt.edu.br

Maria Eliza Costa de Carvalho Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.eliza@ufnt.edu.br

João Fernando Cantanhede Viana - Universidade Federal do Norte do Tocantins - joaofernando13@gmail.com

Josué Moura Telles - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A malária é uma doença causada pelo parasita do gênero *Plasmodium*, transmitida por picada de fêmeas dos mosquitos *Anopheles*, encontrados em regiões tropicais. Nesse contexto, a região amazônica apresenta condições ideais para a proliferação do vetor, favorecendo a disseminação da doença. Além disso, as condições sociais presentes, prevalentemente no garimpo ilegal, aumentam a suscetibilidade dos indivíduos à malária. A ilicitude da prática faz com que a saúde pública enfrente desafios de estabelecer medidas de controle e estratégias de tratamento, tornando a situação alarmante. **OBJETIVOS:** Compreender os fatores que contribuem para a incidência da malária em áreas de mineração na região amazônica, além das estratégias para controle da doença. **METODOLOGIA:** Revisão narrativa de literatura, baseada em pesquisa às plataformas de dados eletrônicas realizada em março de 2025. “Malária”, “Mineração”, “Amazônia” e os respectivos termos em inglês foram utilizados como estratégia de buscas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Pubmed e SciElo, no período de 2020 a 2025. Após a aplicação das estratégias de busca “(Malaria) AND (minig) AND (Amazonia)” e “(Malaria) AND (mineração) AND (Amazonia)” obteve-se dez artigos. Desses foram excluídos os que se tratavam de outras doenças como COVID-19 e as duplicações, restando quatro artigos. **RESULTADOS:** A malária é uma doença que apresenta significativas taxas de mortalidade, principalmente em áreas de alta incidência e prevalência, como na Amazônia. Nesse contexto, além da influência climática, existem fatores que contribuem para a infecção. Atividades de garimpo ilegal e invasão de áreas de floresta (algumas em territórios indígenas) para a prática da mineração tornam mais fácil o contágio. Arelado a isso, é sabido que nesses territórios os tratamentos costumam ser inadequados, visando apenas o alívio dos sintomas, objetivando o rápido retorno dos indivíduos infectados às atividades. A revisão narrativa apontou que essas condições exercem influência direta no estabelecimento de estratégias de controle, inviabilizando a atuação dos serviços de saúde pública na prevenção, diagnóstico e tratamento efetivo. Sendo assim, vê-se o quão urgente é e necessário implementar programas educacionais que propaguem a importância da prevenção e do tratamento correto, valendo-se de programas de vigilância para monitorar a doença, as mortes por malária e a resistência aos antimaláricos. **CONCLUSÃO:** A correlação entre a mineração ilegal e a prevalência da malária se mostram relevantes no cenário amazônico. Traçar estratégias políticas e públicas para proteção desses territórios torna-se de suma importância para evitar o adoecimento e mortes por malária.

Palavras-chave: malária, mineração, Amazônia.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Pablo Sebastian Tavares et al. Malaria in areas under mining activity in the Amazon: A review. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 57, p. e00200- 2024, 2024.

ARISCO, Nicholas J. et al. Ecological change increases malaria risk in the Brazilian Amazon. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 121, n. 44, p. e2409583121, 2024.

AYALA, Mario JC; BASTOS, Leonardo S.; VILLELA, Daniel AM. On multifactorial drivers for malaria rebound in Brazil: a spatio-temporal analysis. *Malaria Journal*, v. 21, n. 1, p. 52, 2022.

UENO, Thalyta Mariany Rêgo Lopes et al. Socio-epidemiological features and spatial distribution of malaria in an area under mining activity in the Brazilian Amazon region. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 18, n. 19, p. 10384, 2021

O IMPACTO DA DENGUE NA SAÚDE PÚBLICA DO AMAZONAS: ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA ÚLTIMA DÉCADA

Fábio Serra Barbosa da Silva - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A dengue é uma arbovirose de grande impacto na saúde pública, especialmente na região amazônica, onde fatores como clima quente e úmido, urbanização desordenada e precariedade no saneamento favorecem a proteção do *Aedes aegypti*. Nos últimos anos, a doença apresentou variações significativas em sua incidência, gravidade e necessidade de hospitalização, tornando essencial a análise de seu comportamento epidemiológico. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico da dengue na região amazônica entre 2014 e 2024, identificando tendências e desafios para o controle da doença. **METODOLOGIA:** Este estudo é baseado em uma análise quantitativa e retrospectiva, utilizando dados secundários extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no DATASUS. As variáveis testadas são sexo, ano de diagnóstico, evolução, necessidade de assistência hospitalar e faixa etária. Os dados serão organizados em tabelas e gráficos para melhor visualização das tendências epidemiológicas. A análise será descritiva, destacando padrões temporais e demográficos da dengue na Amazônia. **RESULTADOS:** Com um total de 63.599 notificações registradas, observou-se uma distribuição equilibrada entre os sexos, com 52,4% dos casos em mulheres (33.353) e 47,6% em homens (30.215). Em relação à raça, a maioria dos casos foi registrada entre indivíduos de raça parda, com 51.293 notificações, representando aproximadamente 80,5% do total. Em contraste, a raça amarela teve a menor prevalência, com apenas 291 casos, correspondendo a 0,46% do total. No que diz respeito à hospitalização, a maior parte dos casos (36.382) não necessitou de internação, o que representa 57,3% dos casos notificados. No entanto, um número significativo de registros (24.637) não teve a informação de hospitalização disponível ou foi registrado como "Ign/Branco", representando 38,7% do total de notificações. Em relação à evolução dos casos, a maioria dos pacientes (41.992) evoluiu para a cura, o que corresponde a 66,0% do total. **CONCLUSÃO:** Portanto, observa-se um aumento nos casos de dengue, especialmente entre 2022 e 2024. Ademais, apesar da maioria dos pacientes evoluir para a cura, a grande quantidade de dados incompletos, como informações sobre hospitalização e evolução dos casos, limita a precisão da análise. Para um controle mais eficaz da doença, é essencial melhorar os sistemas de notificação e capacitar os profissionais de saúde para garantir a coleta de dados mais completos e atualizados.

Palavras-chave: Amazonas, epidemiologia, dengue,

REFERÊNCIAS:

- SILVA, M. G. et al. Impacto da urbanização desordenada na disseminação da dengue na Amazônia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 12, p. e00012322, 2023. DOI: 10.1590/0102-311X00012322. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/jK5Jz7kyw6d9yQZXszC7VQD/#top>, acessado em 17 de março de 2025.
- MARTINS, L. C. et al. A relação entre urbanização e a incidência de dengue na Região Nordeste do Brasil: implicações para o controle da doença. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- SOUZA, A. M. et al. Fatores socioeconômicos e ambientais associados à incidência de dengue em áreas urbanas do Brasil. **Revista Brasileira de Medicina Tropical**, Manaus, v. 52, n. 2, p. 215-221, 2019. Disponível em: <https://www.revmedtrop.org.br>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SANTOS, R. M. et al. Perfil epidemiológico da dengue em um município do Paraná: análise de dados entre 2010 e 2018. **Revista da Universidade Paranaense**, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 51-60, 2020. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/9907/4717>. Acesso em: 17 mar. 2025.

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO DESENVOLVIMENTO DE VACINAS ESPECÍFICAS PARA PLASMODIUM VIVAX: UMA REVISÃO DA LITERATURA EM ABORDAGENS IMUNOLÓGICAS

George Costa Maranhão - Universidade Federal do Norte do Tocantins – george.maranhao@ufnt.edu.br
Carolina Galgane Lage Miranda - Universidade Federal do Norte do Tocantins - carolina.miranda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: De acordo com a OMS, o Brasil tem a maior incidência de malária na América do Sul, com 143.381 casos indígenas de malária registrados em 2021, dos quais 84% foram atribuídos ao *Plasmodium vivax* (P.vivax), com a Amazônia representando 90% da carga malárica nas Américas. A persistência dessa condição endêmica na Amazônia Legal demonstra a ineficiência do controle do vetor (*Nyssorhynchus darlingi*) e tratamento antimalárico, decorrente de diversos motivos como: dificuldade no controle de fontes larvais do mosquito em áreas densamente vegetadas, pacientes assintomáticos não detectados que atuam como reservatório, abandono precoce do tratamento com primaquina, reincidência por polimorfismo genético na CYP2D6, o que aponta para a necessidade do desenvolvimento de uma vacina. **OBJETIVOS:** Destacar os antígenos mais estudados e suas respostas imunológicas de vacinas específicas, bem como mencionar novas abordagens na melhoria da imunogenicidade contra o P.vivax. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma pesquisa nas bases de dados PubMed, LILACS e Scopus utilizando os seguintes termos: "Plasmodium vivax malaria vaccine", "malaria vaccine", "Brazil", "Amazonia" conectados pelos operadores booleanos OR e AND. Foram incluídos apenas artigos datados a partir de 2020. **RESULTADOS:** A vacina contendo o antígeno "Proteína Circunsporozoíta" (CSP), expresso abundantemente no esporozoítio do Plasmodium, com três variantes alélicas VK210, VK247 e P. vivax-like foi testada com o adjuvante Poly-ICLC em 6 camundongos, provando ser capaz de induzir altos títulos de anticorpos. Outro estudo realizado com 12 camundongos, por 500 dias, comparou a imunogenicidade da CSP com dois adjuvantes: Poly I:C e Alhydrogel, demonstrando que o grupo com Poly I:C atingiu pico de IgG em 42 dias, enquanto o grupo com Alhydrogel em 90 dias, porém ambos os grupos apresentaram níveis de IgG equilibrados até o dia 495. Outros benefícios do Poly I:C em relação ao Alhydrogel incluíram: produção de diferentes isótopos de IgG, aumento de plasmócitos e linfócitos B de memória. Novas abordagens incluem vacinas multicomponentes com antígenos para as 3 fases de vida do parasita (pré-eritrocítica, sanguínea e sexual), nanotecnologia no desenvolvimento de glicoadjuvantes sintéticos conjugado a antígenos e vacinologia reversa. **CONCLUSÃO:** A utilização do antígeno CSP tem se mostrado promissora na imunização contra o P.vivax com certos adjuvantes, porém ainda é necessário mais estudos que: integrem a resposta imune associada a diferença antigênica dos ciclos de vida do P.vivax, mensurem o impacto imunogênico da diversidade genética na antigenicidade de epítomos alvos, garantam a segurança desta vacina em humanos.

Palavras-chave: Malária, Vacinas Antimaláricas, Plasmodium vivax, Imunogenicidade da Vacina

REFERÊNCIAS:

- GREENWOOD, B.; DRAKELEY, C. Primaquine and Plasmodium vivax Malaria Recurrence in Brazil. *The New England Journal of Medicine*, v. 386, n. 13, p. 1282-1283, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1056/NEJMe2201725>. Acesso em: 19 mar.2025.
- FERREIRA, M. U. et al. Evidence-Based Malaria Control and Elimination in the Amazon: Input from the International Center of Excellence in Malaria Research Network in Peru and Brazil. *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, v. 107, n. 4 Suppl, p. 160-167, 11 out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4269/ajtmh.21-1272>. Acesso em: 19 mar.2025.
- MARQUES, R. F. et al. Non-clinical toxicity and immunogenicity evaluation of a Plasmodium vivax malaria vaccine using Poly-ICLC (Hiltonol®) as adjuvant. *Vaccine*, v. 42, n. 9, p. 2394- 2406, 2 abr. 2024. Epub 6 mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2024.02.070>. Acesso em: 19 mar.2025.

COSTA-GOUVÊA, T. B. L. et al. Poly I:C elicits broader and stronger humoral and cellular responses to a *Plasmodium vivax* circumsporozoite protein malaria vaccine than Alhydrogel in mice. **Frontiers in Immunology**, v. 15, p. 1331474, 8 abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fimmu.2024.1331474>. Acesso em: 19 mar.2025.

MARIANO, R. M. D. S. et al. A Review of Major Patents on Potential Malaria Vaccine Targets. **Pathogens**, v. 12, n. 2, p. 247, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/pathogens12020247>. Acesso em: 19 mar.2025

PANORAMA DA MALÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA: REVISÃO INTEGRATIVA

Bruna Germano Monteiro - Universidade de Pernambuco (UPE) - bruna.germano@upe.br

Beatriz Coutinho Cavalcante Albuquerque - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - beatriz.coutinho@mail.uft.edu.br

Sofia Fernandes Coriolano Araujo - Universidade de Pernambuco (UPE) - sofia.coriolano@upe.br

Pedro Henrique Matheus Leão dos Santos - Universidade de Pernambuco (UPE) - pedro.henriqueleao@upe.br

Vinicius Vianney Feitosa Pereira - Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC) - viniciusvianney@gmail.com

INTRODUÇÃO: A malária é endêmica na Amazônia, onde o ambiente florestal favorece a proliferação do Anopheles, vetor do Plasmodium. Além disso, o acesso ao diagnóstico e tratamento é restrito, reforçando a necessidade de assistência integral e humanizada. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem por objetivo avaliar os fatores que influenciam a transmissão e o tratamento da malária no contexto da região amazônica, considerando aspectos epidemiológicos, ambientais e genéticos. **METODOLOGIA:** Foram consultadas as bases MEDLINE/PubMed, LILACS e Science Direct utilizando o operador AND para os descritores DeCS/MeSH “Amazonian Ecosystem” e “Malaria”. A busca, realizada em março de 2025, incluiu artigos dos últimos 5 anos, em inglês, português e espanhol. Foram encontrados 36 artigos (MEDLINE/PubMed=14; LILACS=8; Science Direct=14), dos quais filtros e critérios de inclusão e exclusão selecionaram 7 trabalhos para o estudo. **RESULTADOS:** Estudos demonstram que, em geral, a elevada prevalência de malária, a predominância de Plasmodium vivax e a alta incidência em populações indígenas e rurais evidenciam uma transmissão autóctone, comumente assintomática. Além disso, análises spatio-temporais revelaram que os padrões sazonais e hotspots, modulados por fatores meteorológicos, favorecem a reprodução do vetor na região amazônica, enquanto áreas com desmatamento intermediário, associadas a estágios específicos de ocupação, também aumentam o risco de transmissão, corroborando a hipótese da “malária de fronteira”. Por outro lado, focando nos fatores que afetam o tratamento, alterações genéticas no Plasmodium falciparum, como mutações no domínio hélice do gene Pfk13, estão associadas à resistência à artemisinina; contudo, tais mutações ainda não foram detectadas em várias regiões da América do Sul. Ademais, o polimorfismo CYP2D6*4 prejudica a conversão de primaquina em metabólitos ativos, reduzindo também a eficácia dos antimaláricos e contribuindo para a progressão para formas graves de malária vivax. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, observa-se que em comunidades indígenas e rurais, a alta prevalência de malária – predominantemente assintomática – está associada a poucos desfechos clínicos graves. Tal cenário resulta, em parte, da rara ocorrência do polimorfismo CYP2D6*4 e da ausência de mutações no gene PFK13, fatores que mantêm a eficácia dos tratamentos regionais. Por fim, compreender os padrões sazonais e os impactos do desmatamento mostrou-se essencial para desenvolver estratégias eficazes de controle e manejo da malária na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia, Malária, Polimorfismo Genético, Anopheles, Desmatamento.

REFERÊNCIAS:

Laporta, G. Z., Ilacqua, R. C., Bergo, E. S., Chaves, L. S. M., Rodovalho, S. R., Moresco, G. G., Figueira, E. A. G., Massad, E., de Oliveira, T. M. P., Bickersmith, S. A., Conn, J. E., & Sallum, M. A. M. (2021). Malaria transmission in landscapes with varying deforestation levels and timelines in the Amazon: a longitudinal spatiotemporal study. *Scientific Reports*, 11(1), 6477. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-85890-3>

Moura Neto, J. P. de, Jesus, J. S. de, Lacerda, M. V. G. de, Bacha, T. de J., & Magalhães, I. R. dos S. (2023). Genetic polymorphisms of CYP2B6*6, CYP2C8*3 and CYP2D6*4 in vivax malaria patients from Brazilian Amazon. *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, 59, e23169. <https://doi.org/10.1590/s2175-97902023e23169>

Oliveira, T. M. P., Laporta, G. Z., Bergo, E. S., Chaves, L. S. M., Antunes, J. L. F., Bickersmith, S. A., Conn, J. E., Massad, E., & Sallum, M. A. M. (2021). Vector role and human biting activity of Anophelinae mosquitoes in different landscapes in the Brazilian Amazon. *Parasites & Vectors*, 14(1), 236. <https://doi.org/10.1186/s13071-021-04725-2>

Palma Cuero, Monica. Epidemiologia da Malária no Município de Atalaia do Norte, Amazonas, Brasil – **Epidemiology of Malaria in the Municipality of Atalaia do Norte**, Amazonas, Brazil. Rio de Janeiro: s.n., 2020. 119 p. il. [https://acervos.icict.fiocruz.br/man/doutorado_bibmang/monica_cuero_ioc_dout_2020 .pdf](https://acervos.icict.fiocruz.br/man/doutorado_bibmang/monica_cuero_ioc_dout_2020.pdf)

Sandoval-Bances, J., Saavedra-Samillán, M., Huyhua-Gutiérrez, S., Rojas, L. M., Tejada-Muñoz, S., Tapia-Limonchi, R., & Chenet, S. M. (2023). Molecular characterization of the Plasmodium falciparum k13 gene helix domain in samples from native communities of Condorcanqui, Amazonas, Perú. Biomedica: **Revista Del Instituto Nacional de Salud**, 43(3), 352–359. <https://doi.org/10.7705/biomedica.6849>

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DOS ACIDENTES ESCORPIÔNICOS NOS ESTADOS PERTENCENTES À AMAZÔNIA LEGAL NO PERÍODO DE 2019 A 2023.

Beatriz Soares dos Santos Pereira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - beatriz.pereira@ufnt.edu.br

Leticia Paz Duarte - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - leticia.duarte@ufnt.edu.br

Flávia Martins Montelo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - flavia.montelo@ufnt.edu.br

Carlos Eduardo Dionizio de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - carlos.araujo@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - iago.angelos@ufnt.edu.br

Diógenes de Sousa Neto - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - diogenes.neto@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Os acidentes escorpiônicos são um problema de saúde pública na Amazônia Legal devido à sua alta incidência e potencial gravidade. O veneno do escorpião contém proteínas neurotóxicas que afetam o sistema nervoso simpático e parassimpático, podendo levar a dor intensa no local da picada, insuficiência cardíaca, convulsões e até morte. O monitoramento desses acidentes é essencial para subsidiar o planejamento de estratégias de controle na região. **OBJETIVOS:** O objetivo principal foi avaliar a incidência dos acidentes escorpiônicos nos estados da Amazônia Legal entre 2019 e 2023. A incidência nos municípios do Tocantins e as características clínicas-sociodemográficas dos indivíduos acometidos por estes acidentes no estado também foram investigadas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo com base em dados secundários obtidos do Sistema Nacional de Informações em Saúde (SNIS) do Ministério da Saúde. A incidência nos estados foi calculada no período de 2019 a 2023, enquanto nos municípios considerou-se a média da incidência neste período. As características clínicas-sociodemográficas foram analisadas com base em suas frequências e intervalos de confiança de 95% por meio do programa estatístico Minitab. **RESULTADOS:** Os resultados indicaram que o Tocantins apresentou a maior incidência de acidentes escorpiônicos na Amazônia Legal, variando de 103,4 a 123,3 casos por 100 mil habitantes entre 2019 e 2023. Esse índice foi de 8 a 12 vezes maior que o registrado no Amazonas (10,3 a 13,0 casos por 100 mil habitantes). No Tocantins, a maior incidência ocorreu na região sul do estado, com destaque para Conceição do Tocantins, Chapada de Areia, Ipueiras e Aurora do Tocantins. A incidência média nestes municípios foi de 1173,9, 750,3, 739,3 e 714,9 casos por 100 mil habitantes entre 2019-2023, respectivamente. Os indivíduos mais acometidos foram estudantes (23,8%) e trabalhadores rurais (22,7%), com idade entre 20-39 (34,8%) e 40-59 anos (28,7%). As picadas ocorreram principalmente nas mãos (25,6%) e nos pés (23,1%), onde 80% dos atendimentos foram realizados em menos de 3 horas após a picada. A maior parte dos casos foi leve (83,7%), o que ajuda explicar a baixa frequência de soroterapia (18,8%) e de óbitos (0,1%). **CONCLUSÃO:** O estudo revela que o Tocantins apresenta o maior risco de acidentes escorpiônicos na Amazônia Legal, destacando a necessidade de estratégias mais eficazes de prevenção e controle, especialmente nos municípios no sul do estado. Apesar da alta incidência, a maioria dos casos foi leve e a rápida assistência reforça a eficiência dos serviços de saúde na região.

Palavras-chave: Animais peçonhentos, Escorpião, Incidência, Amazônia Legal, Tocantins.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. **Guia de Animais Peçonhentos do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Departamento de Doenças Transmissíveis. **Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais peçonhentos**, 2º ed, 2001. Brasília: Ministério da Saúde, atualizado em 01 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Tabulação de dados – TabNet. Animais peçonhentos: notificações de ataques de

escorpião no período 2019 a 2023. DATASUS. Ministério da Saúde. Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/animalisto.def>. Acesso em 05 mar. 2025.

RODRIGUES A. E. P. et al. Perfil epidemiológico dos acidentes por animais peçonhentos no Tocantins no ano de 2019. [Revista de Patologia do Tocantins](#), 7(4), 2020. DOI:10.20873/uft.2446-6492.2020v7n4p47.

ZEMERO, M. I. M. et al. Acidentes com animais peçonhentos na região Norte do Brasil na série histórica de 2007–2017. [Pará Research Medical Journal](#), Belém, Brasil, v. 6, 2023. DOI: 10.5327/prmj.2021.010

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA FEBRE DE OROPOUCHE NO ESTADO AMAZONAS NO PERÍODO DE 2023 A 2024

Karina Pereira da Silva - UNITPAC - karinapereiradasilva390@gmail.com

Gustavo Soares Mesquita - UNITPAC- gustavomesquita45@gmail.com

Thainah Milhomens Santos de Sousa - UNITPAC - Thainahmiss0011@gmail.com

Rosângela do Socorro Pereira Ribeiro - HDT - gigipribeiro19@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Febre de Oropouche (FO) é uma arbovirose emergente, seu agente etiológico é o orthobunyavirus oropoucheense e possui o *Culicoides Paraensis* (mosquitopólvora) como principal vetor. Apresenta uma sintomatologia inespecífica, com quadros de cefaleia, dor retro-orbitária, mialgia, artralgia, vômitos, sangramentos, o que leva ao difícil diagnóstico clínico, se assemelhando com outras arboviroses - dengue. **OBJETIVOS:** Traçar o perfil epidemiológico da Febre de Oropouche, no estado do Amazonas, nos anos de 2023 a 2024. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo sobre o perfil epidemiológico dos casos de Febre de Oropouche notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET), sendo analisados todos os registros da FO, no estado da Amazônia, de 2023 a 2024. Após a coleta de dados, realizou-se a análise dos mesmos com o uso do software R com a aplicação do teste Qui-quadrado de independência de Pearson para investigação de associações entre as variáveis faixa etária, sexo e frequência anual de casos. **RESULTADOS:** A correlação entre sexo e faixa etária no número de exames detectáveis para FO, em 2023, teve como o p-valor maior que 0,05 ($p > 0,48$). Ainda, em 2024, o p-valor constatou-se próximo a 0,05 ($p > 0,074$), mas ainda estava acima do valor limite, sendo possível visualizar que não existe uma associação estaticamente forte e conclusiva, no entanto, a tendência começa a indicar alguma diferença entre os grupos. Além disso, de um total de 452 casos diagnosticados, em 2023, houve uma prevalência do sexo masculino, sendo 55,75%. Outrossim, no ano de 2024, apresentou-se 3.172 casos, sendo um aumento de 601,77% em relação a 2023, e a prevalência continuou no sexo masculino expressando-se por 52,45%, tendo uma sutil diminuição. A frequência anual de casos por sexo apresentou o p-valor ($p > 0,207$), demonstrando que não há associação estatisticamente conclusiva entre os anos de 2023-2024, visualizando que o aumento na frequência anual de casos ocorreu de forma proporcional entre ambos os sexos. A faixa etária de predominância foram as de 20 a 29 anos e 30 a 39 anos, sendo observada uma igualdade entre os sexos. **CONCLUSÃO:** A análise estatística permite afirmar que não há correlação, no período estudado, entre as variáveis sexo e faixa etária, no que diz respeito a Febre do Oropouche, na Amazônia, mas que ocorreu um aumento significativo em 2024. Ainda, sua sintomatologia inespecífica, contribui para aos resultados pouco conclusivos e sua baixa visibilidade.

Palavras-chave: Febre Oropouche, Arboviroses, Epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Painel Epidemiológico Oropouche**. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/o/oropouche/painelepidemiologico>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SILVA, A.; SOUZA, R.; PEREIRA, M. Além da Amazônia: a dispersão e os impactos da febre Oropouche no Brasil. **Revista REASE**, v. 7, n. 4, p. 45-60, 2024. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17656/10052>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SANTOS, B.; LIMA, C.; ALMEIDA, F. A febre Oropouche como diagnóstico diferencial entre demais arboviroses. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 3, p. 210-225, 2023. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70931/49923>. Acesso em: 8 mar. 2025.

FERREIRA, C.; OLIVEIRA, D.; MENDES, G. Transmissão vertical do vírus Oropouche no Brasil e aspectos clínicos: uma revisão de literatura. **Journal MBR**, v. 3, n. 2, p. 98-112, 2023. Disponível em:

<https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/70/52>. Acesso em: 8 mar. 2025.

OLIVEIRA, D.; CARVALHO, J.; SILVA, T. Oropouche: integrative review on the implications of vertical transmission in a human host. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 5, p. 340-355, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/48219/37923>. Acesso em: 8 mar. 2025.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA PARALISIA FLÁCIDA AGUDA NA AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE DE 2012 a 2021

Wellyton Kelvy Pereira Santos - UNITPAC - wellytonkps@gmail.com
Gustavo Santana Rodrigues - UNITPAC - gustavasantana63@gmail.com
Guilherme Marroques Noieto - UNITPAC - wellytonkps@gmail.com
Heloisa Silva Costa - UNITPAC - helosc29@gmail.com
Thiago Soares Silva Braz - UNITPAC - thiagobraz96@gmail.com
Fábio Serra Barbosa da Silva - EPM/UNIFESP - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A Paralisia Flácida Aguda (PFA) é uma síndrome hipotônica, arreflexiva e com espasmos secundários a distúrbios despolarizantes. É uma manifestação de complicações lesivas dos neurônios motores inferiores. Desde que a poliomielite foi erradicada do Brasil em 1994, as principais causas nacionais incluem Síndrome de Guillain-Barré, mielite transversa aguda, encefalomielite disseminada aguda, mielite infecciosa, botulismo, traumas e distúrbios metabólicos e degenerativos. A Amazônia Legal, pelas condições geográficas e ambientais, pode servir como uma fonte importante de concentração e propagação de agentes etiológicos responsáveis pela PFA, além de haver uma dificuldade regional no controle epidemiológico por conta dos ribeirinhos e populações que vivem isoladas. Portanto, é crucial fazer um mapeamento dessa condição para poder verificar seu perfil e traçar medidas cabíveis, caso sejam necessárias. **OBJETIVOS:** Averiguar a situação epidemiológica da paralisia flácida aguda na Amazônia Legal nos anos de 2012 a 2021. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho epidemiológico. Foram utilizados dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), do Departamento de Informática do SUS (DataSUS). As variáveis utilizadas foram: Amazônia Legal, capital de notificação, idade, sexo e evolução do caso. Revisões de literatura e estudos epidemiológicos foram coletados das plataformas de dados PubMed e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram “paralisia flácida aguda” e “Brasil” ou “Amazônia”. Foram incluídos artigos publicados nos últimos 10 anos, em inglês e português. Excluíram-se os julgados inadequados para a temática. **RESULTADOS:** Foram notificados 702 casos de paralisia flácida aguda. A capital com maior número de notificações foi Manaus, com 174 quadros paralíticos. Sobre o sexo, o masculino foi o mais afetado em todos os anos, contabilizando 409 casos em homens e 293 casos em mulheres. A faixa etária mais acometida foi a de 5-9 anos. Quanto à evolução, 524 evoluíram para cura sem sequelas, 85 para cura com sequelas, 15 faleceram por outra causa e 78 casos ficaram em branco. **CONCLUSÃO:** Os dados apontam um prognóstico bom, pois a maior parte dos casos evoluiu para cura completa sem sequelas. Apesar disso, os índices de mortalidade explicitam o potencial que a síndrome pode ter se não diagnosticada e tratada habilmente. O predomínio dos casos em crianças de 5 a 9 anos aponta uma necessidade de atenção maior com essa população, especialmente a prevenção. Por fim, provavelmente os fatores ambientais, o quantitativo populacional e/ou a baixa cobertura vacinal possam influenciar no fato de Manaus ser a capital mais afetada na Amazônia Legal.

Palavras-chave: Paralisia Flácida Aguda, Amazônia Legal, Saúde.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, Francisco Benjamin Sousa et al. Epidemiologia da paralisia flácida aguda no Brasil: Epidemiology of acute flaccid paralysis in Brazil. **Health and Biosciences**, v. 2, n. 1, p. 131-142, 2021.
- BARBOSA, Camila Leal et al. Cobertura vacinal para Poliomielite na Amazônia brasileira e os riscos à reintrodução do poliovírus. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e42810716768-e42810716768, 2021.
- BITNUN, A.; YEH, E. A. Acute Flaccid Paralysis and Enteroviral Infections. **Current Infectious Disease Reports**, v. 20, n. 9, p. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11908-018-0641-x>. Acesso em: [data de acesso].

DE OLIVEIRA TRAJANO, Iza Luana et al. Epidemiologia da paralisia flácida aguda no Brasil de 2014 a 2018. [Brazilian Journal of Health Review](#), v. 3, n. 4, p. 9522-9532, 2020. Ministério da Saúde – Informações de Saúde (TABNET) – DATASUS.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS CONGÊNITA NO AMAZONAS NA ÚLTIMA DÉCADA

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariavzvcst@hotmail.com

Maria Paula Oliveira Castro - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - mariapaula1919@icloud.com

Gustavo Santana Rodrigues - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - gusttavosantana63@gmail.com

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro - Universidade Federal do Norte do Tocantins - alexandre.terceiro@ufnt.edu.br

Fernanda Gomes Dias - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - fernandadias20111@gmail.com

Fábio Serra Barbosa da Silva - EPM/UNIFESP - FABIOSERRA@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO: A sífilis congênita é uma infecção transmitida verticalmente pela bactéria *Treponema pallidum*. No Amazonas, a alta taxa de sífilis congênita reflete desafios no rastreamento, no tratamento precoce e na cobertura da assistência pré-natal. Entre 2014 e 2024, o estado do Amazonas apresentou variações nos índices de sífilis congênita, com períodos de alta incidência e momentos de queda relacionados a intervenções em saúde pública. A análise desse perfil epidemiológico é essencial para compreender os fatores associados à persistência da doença e direcionar estratégias de controle mais eficazes. **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico da sífilis congênita no Amazonas entre 2014 e 2024, destacando a evolução dos casos, fatores associados e desafios enfrentados no combate à doença. **METODOLOGIA:** Este estudo descritivo e quantitativo utilizou dados do DATASUS, extraídos do SINAN e SINASC, sobre sífilis congênita no Amazonas entre 2014 e 2024. Os dados foram coletados via TabNet, analisando variáveis como número de casos, taxa de incidência por 1.000 nascidos vivos, perfil materno e evolução dos casos. A análise estatística descritiva foi aplicada para identificar tendências e lacunas no controle da doença na região. **RESULTADOS:** Os dados analisados indicam que a incidência de sífilis congênita no Amazonas apresentou oscilações ao longo dos anos. Em 2021, por exemplo, houve uma redução de aproximadamente 9% nos casos em relação a 2020, passando de 429 para 389 casos notificados. No entanto, os dados de 2022 mostraram um aumento no número de gestantes diagnosticadas com sífilis, o que pode impactar a taxa de sífilis congênita nos anos seguintes. Os principais fatores associados à persistência da doença são baixa cobertura de pré-natal adequado, falta de adesão ao tratamento por parte das gestantes e de seus parceiros, desafios estruturais no sistema de saúde. Estratégias como testagem universal, tratamento precoce e campanhas de conscientização são essenciais para conter a doença. **CONCLUSÃO:** A sífilis congênita continua sendo um desafio significativo no Amazonas, apesar dos esforços para a redução de casos ao longo da última década. A prevenção da doença requer um acesso eficiente ao pré-natal, tratamento adequado das gestantes e de seus parceiros e melhorias na vigilância epidemiológica. Medidas preventivas eficazes são essenciais para um melhor controle e redução dos impactos da doença.

Palavras-chave: Sífilis congênita, Epidemiologia, Amazonas, Saúde pública.

REFERÊNCIAS:

DATASUS. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Relatórios de 2020 a 2024. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Dados sobre nascimentos e condições de saúde materno-infantil, incluindo sífilis congênita no Amazonas.

Nascimento, F. S., et al. Sífilis congênita: a prevalência e os determinantes sociais na Região Norte do Brasil. *Jornal de Pediatria*, v. 96, p. 234-240, 2021. Estudo focado nas causas e prevalência de sífilis congênita na Região Norte, com ênfase na realidade do Amazonas.

SILVA, J. G., et al. Fatores associados à sífilis congênita no Brasil: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 21, n. 3, p. 358-371, 2018. Uma análise de fatores epidemiológicos e sociais que contribuem para a incidência de sífilis congênita no Brasil.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a Atenção à Sífilis**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>. Diretrizes para diagnóstico, prevenção e tratamento da sífilis, incluindo sífilis congênita, com ênfase no pré-natal

RESISTÊNCIA DO PLASMODIUM FALCIPARUM À CLOROQUINA NA AMAZÔNIA: IMPACTOS NO TRATAMENTO DA MALÁRIA

Manuela Lazzari Martini - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - manuela.martini026@gmail.com

Eduardo Gabriel Dantas Silva - Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) - eduardogabriel@unitins.br

Heloisa Araujo Lira Carvalho - Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) - heloisalira@unitins.br

Naara Rayane Moura Cutrim - Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) - rayanenaara@unitins.br

Wellyton Kely Pereira Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - wellytonkps@gmail.com

Leandro Pereira Rezende - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Tocantins - leandro.pr@unitins.br

INTRODUÇÃO: A malária é uma das principais doenças tropicais negligenciadas, configurando-se como um grave problema de saúde pública em diversas regiões do mundo, especialmente na Amazônia. Por sua vez, a cloroquina foi amplamente utilizada no tratamento desta, mas nas últimas décadas, a resistência do Plasmodium à droga têm comprometido a eficácia dos tratamentos. **OBJETIVOS:** Compreender os fatores envolvidos na resistência do Plasmodium falciparum à cloroquina na Amazônia e sua influência no tratamento e curso da malária. **METODOLOGIA:** Este estudo consiste em uma revisão de literatura realizada nas bases de dados PubMed e SciELO, com recorte temporal dos últimos 15 anos, usando os descritores "resistência à cloroquina", "malária" e "Plasmodium falciparum" para pesquisas. Os dados foram analisados quanto ao aumento da resistência na Amazônia, identificação de cepas resistentes e a transição para novos esquemas terapêuticos, empregando o modelo ChatGPT como suporte na revisão e refinamento do conteúdo. **RESULTADOS:** O primeiro caso de resistência do P. falciparum à cloroquina na Amazônia foi identificado em 1961, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou a resistência de cepas de Plasmodium à cloroquina. Observou-se que fatores como o uso prolongado do medicamento e a mobilidade populacional em zonas endêmicas favoreceram a disseminação de cepas resistentes. Estes não acumulam concentrações significativas de cloroquina no meio intracelular, até 50 vezes menos do que os sensíveis, reduzindo sua eficácia. Constatou-se que o P. falciparum apresenta alterações na expressão de proteínas, o que determina a resistência nas cepas K1 e Dd2 e a sensibilidade nas cepas HB3 e 3D7. A mutação crítica ocorre no gene pfcr1 (Plasmodium falciparum chloroquine resistance transporter), onde a substituição de lisina (K) por treonina (T) na posição 76 (mutação K76T) compromete a eficácia da cloroquina, interferindo na função da proteína transportadora. Diante disso, o Ministério da Saúde implementou mudanças nos protocolos terapêuticos, substituindo a cloroquina por esquemas baseados em derivados da artemisinina, como a terapia combinada com artesunato e mefloquina, que buscam melhorias na resposta clínica. **CONCLUSÃO:** A resistência do Plasmodium à cloroquina está relacionada a modificações genéticas decorrentes da seleção natural devido ao uso contínuo, inadequado, erros de dosagem do medicamento e automedicação. Os achados destacam a importância da testagem prévia para orientar o tratamento, priorizando medicamentos alternativos quando necessário, e fundamentam novas investigações sobre resistência e terapias inovadoras.

Palavras-chave: Resistência à medicamentos, Cloroquina, Malária, Amazônia, Plasmodium.

REFERÊNCIAS:

AYALA, M. J. C.; VALIATI, N. C. M.; BASTOS, L. S.; VILLELA, D. A. M. Notification of malaria cases in the Brazilian Amazon Basin from 2010 to 2020: an analysis of the reporting times. *Malaria Journal*, v. 22, n. 1, p. 49, 2023. Acesso em: 18 mar. 2025.

BALIEIRO, A. A. S.; SIQUEIRA, A. M.; MELO, G. C.; MONTEIRO, W. M.; SAMPAIO, V. S.; MUELLER, I.; LACERDA, M. V. G.; VILLELA, D. A. M.; Short-time recurrences of Plasmodium vivax malaria as a public health proxy for chloroquine-resistance surveillance: a spatio-temporal study in the Brazilian Amazon. *International journal of environmental research and public health*, v. 18, n. 10, p. 5061, 2021.

LADEIA-ANDRADE, S.; MENEZES, M. J.; DE SOUSA, T. N.; SILVINO, A. C. R.; DE CARVALHO, J. F. JR., SALLA, L. C.; NERY, O. A.; DE MELO, G. N. P.; CORDER, R. M.; RODRIGUES, P. T.; FERREIRA, M. U.

Monitoring the efficacy of chloroquine-primaquine therapy for uncomplicated *Plasmodium vivax* malaria in the main transmission hot spot of Brazil. [Antimicrobial Agents and Chemotherapy](#), v. 63, n. 5, p. 10.1128/aac.01965-18, 2019. Acesso em: 18 mar. 2025.

ZELAYA, V. G. N.; ALVARADO CLAROS, V. G. A.; GARCÍA, J.; ALGER, J.; TOVAR CALDERÓN, S. N.; NAVARRO, J. Escolar con malaria por *Plasmodium falciparum* de África: riesgo para la salud pública en Honduras. [Revista Médica de Honduras](#), v. 87, n. 1, 2019. DOI: 10.5377/rmh.v87i1.11930. Acesso em: 13 mar. 2025.

SANTOS, V. L. L.; ALMEIDA, W. L. de; CUNHA, H. R. da; et al. Resistência do *Plasmodium falciparum* à cloroquina no Brasil: histórico e evolução. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1183-1201, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/T4RxPCyCvpZSsSnQC5zzfgG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025

EX07

SAÚDE MATERNO-INFANTIL E MORTALIDADE PRECOCE

A INTER-RELAÇÃO ENTRE DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO PRÉEXISTENTE NA GESTAÇÃO: IMPACTOS MATERNOS-FETAIS E ESTRATEGIA DE MANEJO

Gislaine Correia dos Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – gislainecorreiamed@gmail.com

Lara Geoavana dos Santos Bezerra - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – laragbezerra@gmail.com

Maria Vitória Oliveira Moura - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – mariavitoriaoliveiramoura@gmail.com

Alessandra Oliveira Lima - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – aleoliveiralima@icloud.com

Flavia Rocha Brilhante Vendramini - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – flavinhabrilhante@hotmail.com

Mhalhanny Lourenço Morais - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – mhalhanny_morais@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A coexistência de diabetes mellitus (DM) e hipertensão arterial sistêmica (HAS) crônica na gestação são fatores de alto risco para complicações obstétricas e neonatais. Ambas, caracterizadas por hiperglicemia e elevação persistente da pressão arterial antes da concepção, resultam no aumento da morbimortalidade materno-fetal. A sobreposição dessas comorbidades exige um acompanhamento rigoroso durante o pré-natal e pós-parto, para prevenir desfechos adversos, como parto prematuro, pré-eclâmpsia sobreposta e restrição de crescimento intrauterino. **OBJETIVOS:** Este estudo objetiva analisar o impacto da DM e HAS na gestação, destacando suas principais complicações materno-fetais e discutindo estratégias de manejo clínico para prevenção e tratamento. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos indexados em bases de dados como UpToDate, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), publicados nos últimos 10 anos. Os critérios de inclusão foram extraídos de acordo com descritores em saúde: "Hipertensão Gestacional", "Gravidez em Diabéticas" e "Complicações da Gravidez", com conectores And, Or e Not. Estudos em idiomas distintos do português e inglês ou publicados em anos inferiores foram excluídos. **RESULTADOS:** A concomitância de DM e HAS crônicas na gestação está associada ao maior risco de complicações maternas, sendo a sobreposição com pré-eclâmpsia um fator determinante para emergências obstétricas. Além disso, há um aumento da incidência de doenças cardiovasculares, disfunção endotelial, parto prematuro e morbidade materna. No feto, observam-se complicações como macrosomia, restrição de crescimento intrauterino, anomalias congênitas, defeitos do tubo neural, natimortalidade e prematuridade. Essas condições, quando não manejadas adequadamente, resultam em prognóstico desfavorável. O controle rigoroso dos níveis pressóricos e glicêmicos durante a gestação, aliado a um pré-natal intensificado, reduz, significativamente, as complicações materno-fetais, incluindo mortalidade perinatal e sequelas cardiovasculares maternas. As principais estratégias terapêuticas incluem uso de anti-hipertensivos e antidiabéticos seguros para gestantes, monitoramento intensivo da pressão arterial e glicemia, além da adoção de medidas não farmacológicas, como dieta equilibrada, controle do ganho de peso gestacional e prática de atividade física. **CONCLUSÃO:** A presença simultânea de HAS e DM na gestação exige uma abordagem multidisciplinar e contínua para minimizar riscos e otimizar desfechos materno-fetais. Implementar estratégias preventivas e terapêuticas eficazes, incluindo a adesão ao pré-natal de alto risco, rastreamento precoce de comorbidades e início imediato do tratamento adequado, é essencial para reduzir complicações e melhorar a qualidade de vida materna e neonatal. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas que favoreçam a assistência pré-natal qualificada, assegurando acesso à orientação multiprofissional e monitoramento contínuo das gestantes em risco.

Palavras-chave: Hipertensão Gestacional, Gravidez em Diabéticas, Complicações da Gravidez, Complicações Cardiovasculares na Gravidez, Gestação de Alto Risco.

REFERÊNCIAS:

JEYABALAN, A.; LARKIN, J. **Hipertensão crônica na gravidez: cuidados pré-natais e pós-parto**. UpToDate, 2025. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/chronichypertension-in-pregnancy-prenatal-and-postpartum-care>. Acesso em: 21 mar. 2025.

AUGUST, Phyllis; LOCKWOOD, Charles J.; WHITE, William B.; BARSS, Vanessa **A. Tratamento da hipertensão em pacientes grávidas e puérperas**. UpToDate, 2025. Disponível em: <https://www.uptodate.com>. Acesso em: 20 mar. 2025.

POWE, Camille E.; SHOOK, Lydia L.; WERNER, Erika F.; BARSS, Vanessa A. **Diabetes mellitus preexistente (pré-gestacional): questões obstétricas e manejo da gravidez**. UpToDate, 2025. Disponível em: <https://www.uptodate.com>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ZAJDENVERG, L. et al. **Rastreamento e diagnóstico da hiperglicemia na gestação. Sociedade Brasileira de Diabetes**, 2023. DOI: 10.29327/557753.2022-11. ISBN 978-85-5722- 906-8.

SILVA et al. Effect of Prenatal Care on Perinatal Outcomes of Pregnant Women with Diabetes Mellitus: A Systematic Review. **The Yale journal of biology & medicine/Yale journal of biology and medicine**, v. 97, n. 1, p. 49–65, 29 mar. 2024.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA MORTALIDADE MATERNA EM COMUNIDADE INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO RETROSPECTIVO

Ana Karolliny Matias Nascimento - UFNT - matias.ana@mail.uft.edu.br

Hellen Regina Araujo Machado - UFNT- hellen.machado@ufnt.edu.br

Pablo Matias Nascimento - UFNT - pablo.nascimento@ufnt.edu.br

Rejanne Lima Arruda - UFNT – rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A mortalidade materna (MM), definida como a morte de uma mulher no período da gestação ou até 42 dias após o término da gestação, é um indicador sensível das condições de saúde e desenvolvimento social, refletindo o acesso e a qualidade da assistência obstétrica. Nas comunidades indígenas da Amazônia, as disparidades em saúde são ampliadas por barreiras geográficas, culturais e socioeconômicas. Dados sobre mortalidade materna nessas situações são escassos, dificultando a formulação de políticas públicas adequadas. **OBJETIVOS:** O estudo analisa os fatores associados à mortalidade materna em comunidades indígenas da Amazônia e avalia as fragilidades na assistência à saúde dessas populações. Busca identificar determinantes epidemiológicos e sociais que impactam os estágios maternos, além de propor estratégias para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento pré-natal, perinatal e puerperal, considerando abordagens culturalmente sensíveis e soluções para superar barreiras estruturais. **METODOLOGIA:** O estudo foi conduzido por meio de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem exploratória, retrospectiva, quantitativa e qualitativa. Para a seleção dos artigos, foram consultadas bases de dados científicos, como SciELO, PubMed e bancos de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados nos últimos dez anos, que apresentam dados epidemiológicos sobre óbitos maternos, considerando mulheres indígenas em idade reprodutiva (10 a 49 anos), conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS). A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica dos artigos selecionados, categorização das principais variáveis epidemiológicas e identificação de fatores de risco associados à mortalidade materna. **RESULTADOS:** Foi evidenciado que a mortalidade materna nas comunidades indígenas da Amazônia está associada à baixa escolaridade, vulnerabilidade social e falhas no acesso à saúde. Entre 2017 e 2022, foram registrados 55 óbitos no Amazonas, principalmente em mulheres de 20 a 29 anos (38,18%), solteiras (40%) e com ensino fundamental (50,90%). As principais causas foram choque séptico (30%) e hemorrágico (23%), refletindo deficiências no pré-natal, já que 27,27% não realizaram consultas. Os dados reforçam a necessidade de melhorar o acesso e a qualidade da assistência materna indígena. **CONCLUSÃO:** A mortalidade materna em comunidades indígenas da Amazônia reflete desigualdades sociais e deficiências no acesso à saúde. A alta incidência de óbitos evitáveis evidencia a necessidade de fortalecer o pré-natal, qualificar a assistência obstétrica e adaptar políticas públicas à realidade indígena, garantindo um cuidado mais acessível e eficaz.

Palavras-chave: Mortalidade Materna, Saúde Indígena, Assistência Obstétrica.

REFERÊNCIAS:

DA SILVA, A. L. S.; LEITÃO, J. da S.; CASTRO, E. da S.; LOPES, G. de S.; PENA, I. C.; BERNARDES, J. C.; FONSECA, A. T.; DA SILVA, L. B. Fatores relacionados à mortalidade materna indígena no estado do Amazonas. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 3, n. 12, p. 30082–30107, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N12-269. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2767>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 1.119, de 05 de junho de 2008. Regulamenta a Vigilância de Óbitos Maternos. Poder Executivo. Brasília, *Diário Oficial da União*, 05 jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI. *Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI. Portal da Saúde* [Internet]. [Brasília]: Ministério da Saúde; 2022a. Disponível em: < <http://www.saudeindigena.net.br/coronavirus/> >. Acesso em março de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2013: uma análise da situação de saúde e das doenças transmissíveis relacionadas à pobreza. Brasília: *Ministério da Saúde*, 2014.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. [Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna](#). 2022b. Disponível em: . Acesso em março de 2025.

ANÁLISE TEMPORAL DA PREVALÊNCIA DE SÍFILIS EM GESTANTES E RELAÇÃO COM NÍVEL DE ESCOLARIDADE, EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS

FLÁVIA MARTINS MONTELO - Universidade Federal do Norte do Tocantins - flavia.montelo@ufnt.edu.br

GEICIANE VIEIRA DA SILVA - Universidade Federal do Norte do Tocantins - geiciane.silva@ufnt.edu.br

BEATRIZ SOARES DOS SANTOS PEREIRA - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

beatriz.pereira@ufnt.edu.br

MARESSA ARRUDA MILHOMEM - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

maressa.milhomem@ufnt.edu.br

IAGO DE SOUSA DIAS DOS ANGELOS - Universidade Federal do Norte do Tocantins -

iago.angelos@ufnt.edu.br

CLARISSA AMORIM SILVA DE CORDOVA - Professora Doutora do Curso de Medicina, Universidade Federal do Norte Do Tocantins - clarissa.cordova@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A sífilis gestacional permanece como um dos principais desafios de saúde pública no Brasil, apesar da ampla disponibilidade de métodos diagnósticos e terapêuticos. A infecção, causada pela bactéria *Treponema pallidum*, pode resultar em complicações graves, como aborto espontâneo, natimortalidade e problemas congênitos. Fatores como dificuldades no acesso à informação e barreiras na adesão ao pré-natal contribuem para a persistência da doença, especialmente entre populações mais vulneráveis. **OBJETIVOS:** Analisar a tendência temporal da prevalência de sífilis em gestantes em Araguaína, TO, considerando a relação com o nível de escolaridade. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo observacional, descritivo e retrospectivo, realizado com base nos dados registrados pelo Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DATHI) do Ministério da Saúde, no período de 2019 a 2023. Foram analisados os casos de sífilis em gestantes de Araguaína, TO, visando identificar a prevalência da infecção e sua correlação com o nível de escolaridade. Os dados foram estratificados por ano de diagnóstico e escolaridade (Analfabeto a Superior Completo), incluindo as categorias "Ignorado" e "Não se Aplica". Utilizou-se a análise descritiva para examinar a distribuição dos casos e identificar tendências temporais, além de potenciais associações entre prevalência de sífilis e escolaridade. **RESULTADOS:** No período analisado, foram registrados 518 casos de sífilis em gestantes, com oscilações anuais e um aumento expressivo em 2023 (129 casos). A maioria das gestantes apresentava ensino fundamental incompleto (85 casos), médio incompleto (94 casos) ou médio completo (92 casos), representando 52,7% do total. O número de casos entre gestantes com ensino superior foi menor (45 com superior incompleto e 23 com superior completo). A ausência de registros em gestantes analfabetas e a presença de 35 casos com escolaridade ignorada sugerem falhas na notificação e possíveis dificuldades no acesso aos serviços de saúde. **CONCLUSÃO:** Os achados ressaltam a necessidade de ampliar o acesso à testagem, fortalecer a vigilância epidemiológica e implementar estratégias educativas. A maior prevalência em gestantes com ensino fundamental e médio incompleto sugere vulnerabilidade socioeconômica, enquanto a ausência de registros em gestantes analfabetas pode indicar subnotificação. Diante disso, é fundamental fortalecer as políticas públicas para ampliar a cobertura da testagem, promover campanhas acessíveis a diferentes perfis socioeconômicos e garantir um acompanhamento pré-natal mais eficaz. A adoção de estratégias integradas é essencial para reduzir a transmissão vertical da sífilis e aprimorar a qualidade da assistência materno-infantil.

Palavras-chave: Saúde Materna, Sífilis, Nível Educacional Materno

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da saúde (BR). Boletim Epidemiológico. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Ministério da Saúde**. Sífilis, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_sifilis_2024_e.pdf/view. Acesso em 25 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Indicadores de Sífilis em Araguaína, estado do Tocantins. Disponível

em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist/painel-de-indicadores-epidemiologicos>. Acesso em 25 fev. 2025.

LIMA, L. E., XAVIER, A. M. H., ALMADA, C. B. Conhecimento das gestantes com sífilis sobre a doença e perfil sociodemográfico em uma UBS e Hospital Maternidade da zona norte de São Paulo. **J Health Sci Inst.** 2019; 37 (3): 218-23. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1140638>. Acesso em 25 fev. 2025.

NETA, M. E., et. al. Prevalence and associated factors with syphilis in pregnant women attended in primary health care in a city in the Southeast, Brazil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 24, p. e20230188, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/C9YhKTLMGfndY8tmsnQ6ZrM/?lang=pt>. Acesso em 25 fev. 2025.

PEREIRA, M. V. S., et. al. Desafios e intervenções da atenção primária na abordagem da sífilis gestacional. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 2, p. e15405, 8 fev. 2024.. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/15405>. Acesso em 5 mar. 2025

AVALIAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES DA SAÚDE MATERNA EM INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE INTEGRATIVA

CAMILA OLIVEIRA DE SOUSA - Universidade Federal do Maranhão - camila.os@discente.ufma.br

THAÍS OLIVEIRA DE SOUSA - Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão - toliveira321@outlook.com

AMÉRICO NASCIMENTO PESSOA - Universidade Estadual do Maranhão - americonpessoa@gmail.com

INTRODUÇÃO: Sabe-se que a gravidez proporciona alterações integrais no organismo feminino, necessitando do acompanhamento multidisciplinar para o desenvolvimento de uma gestação saudável e segura. Isto posto, a presente pesquisa promove reflexões sobre aspectos preponderantes que influenciam a gestação de mulheres indígenas na Amazônia Legal, abordando especificamente a integridade física e psíquica das gestantes, levando em consideração o Plano Distrital de Saúde Indígena do Maranhão 2024-2027.

OBJETIVOS: Compreender os fatores determinantes no comprometimento da saúde gestacional em indígenas amazônicas e relacionar tais parâmetros ao cenário do Maranhão. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com seleção realizada em março de 2025. Utilizando a metodologia PCC --População, Conceito, Contexto--, buscou-se o termo deCS/meSH "(Indigenous People) AND (Maternal Health)" nas bases PubMed, Scielo, Lilacs e Medline, sendo encontrados 344 textos completos entre 2015 e 2025. Nesse sentido, a amostra final foi composta por 26 estudos, após exclusão daqueles que não associaram-se à indígenas da América Latina, enfatizando o contexto amazônico. Por fim, para análise estatística das evidências, valeu-se do software Jamovi 2.3.28, com uso do "Teste Binominal" e a estruturação do trabalho baseou-se no método "Prisma 2020 for abstracts".

RESULTADOS: A análise das 26 evidências revelou desigualdades étnicas no acesso à saúde (72% dos estudos), desigualdades socioeconômicas (60% dos estudos), desigualdades educacionais (64% dos estudos), desigualdades geográficas (48% dos estudos), longas distâncias (44% dos estudos) e práticas culturais (28% dos estudos) como determinantes significativamente associados ($p < 0,001$) ao comprometimento da saúde da gestante indígena da Amazônia Legal. Além disso, conforme divulgado pelo Plano Distrital maranhense, a Razão de Mortalidade Materna (RMM) foi de 231,66 mortes para cada 100.000 nascidos vivos. Assim, as desigualdades limitaram à saúde integral de gestantes indígenas, pois disparidades educacionais, de gênero, de renda e na distribuição geográfica dos serviços de saúde manifestaram-se durante o período gestacional na prevalência de infecções, em complicações durante o parto, na menor expectativa de vida e nas dificuldades para acessar serviços adaptados às suas especificidades étnicas. **CONCLUSÃO:** A alta RMM é considerada uma violação dos direitos humanos, pois 90% das mortes maternas podem ser superadas com políticas públicas de saúde, destacando-se políticas capazes de promover equidade em saúde para indígenas da Amazônia Legal residentes no Maranhão. Dessa forma, a integração das tradições étnicas na atenção gestacional, promovendo o pré-natal e atendimentos de média a alta complexidade, beneficia a saúde materna das gestantes maranhenses, ao modificar o atual panorama das mortalidades.

Palavras-chave: Indigenous People, Social Determinants of Health, Maternal Health, Remotes Areas.

REFERÊNCIAS:

ANAHÍ VENZOR STRADER et al. A biosocial analysis of perinatal and late neonatal mortality among Indigenous Maya Kaqchikel communities in Tecpán, Guatemala: a mixed-methods study. **BMJ Global Health**, v. 9, n. 4, p. e013940–e013940, 1 abr. 2024.

Plano Distrital - Maranhão — **Ministério da Saúde**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/planos-distritais-2024-2027/planodistrital-maranhao/view>> . Acesso em: 20 mar. 2025.

MARTIN, M. A.; GURVEN, M. Traditional and biomedical maternal and neonatal care practices in a rural Indigenous population of the Bolivian Amazon. **Global Public Health**, v. 17, n. 6, p. 971–985, 11 fev. 2021.

SERRATO, T. Experiência da equipe de enfermagem no cuidado às mulheres indígenas no processo de parto e nascimento em Cauca, Colômbia. Bvsalud.org, p. 180–180, 2022.

SERVÁN-MORI, E. et al. Ethnic and racial discrimination in maternal health care in Mexico: a neglected challenge in the search for universal health coverage. [International Journal for Equity in Health](#), v. 24, n. 1, 12 jan. 2025.

AVANÇOS E PERSPECTIVAS NA PREVENÇÃO DE ENTEROCOLITE NECROSANTE EM RECÉM-NASCIDOS: TECNOLOGIAS E INTERVENÇÕES INOVADORAS

Maríllia Nolêto Bertoldo – Universidade Federal do Maranhão – marillia.bertoldo@discente.ufma.br

Isadora Pereira Coêlho - Universidade Federal do Maranhão - isadora.coelho@discente.ufma.br

José Rodrigues de Moraes Neto - Universidade Federal do Maranhão - jose.rodrigues1@discente.ufma.br

Lorrany Fontenele Nascimento - Universidade Federal do Maranhão - lorrany.fontenele@ufma.br

INTRODUÇÃO: A enterocolite necrosante (ECN) é uma doença intestinal grave que acomete principalmente recém-nascidos prematuros e bebês de baixo peso ao nascer, sendo caracterizada por inflamação intestinal que pode evoluir para necrose e perfuração de alça. Os métodos preventivos da ECN priorizam estratégias que fortaleçam a barreira intestinal e o equilíbrio da microbiota, além de reduzir potenciais riscos, como a hipoperfusão. Dessa forma, é fundamental entender o funcionamento das estratégias preventivas para potencializar a prevenção dessa patologia. **OBJETIVOS:** Analisar os avanços recentes e as perspectivas futuras na prevenção da enterocolite necrosante em recém-nascidos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada por meio de busca na literatura nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (LILACS e MedLine) e PubMed, com filtro de período de publicação entre 2020 e 2025. Os descritores utilizados incluíram “Enterocolitis”, “Necrotizing”, “infant”, “newborn” e “prevention”, combinados com os operadores booleanos AND e OR e especificadores de busca “title/abstract” e “title”, resultando em 16 artigos: 10 da BVS, que foram selecionados com base na adequação direta à linha de pesquisa do presente estudo e 6 da PubMed. **RESULTADOS:** Os mais recentes progressos e evidências que abordam as estratégias preventivas para a ECN em recém-nascidos prematuros apontam para o desenvolvimento do microbioma intestinal – mais vulnerável nesses indivíduos - e para a redução dos fatores de risco associados à inflamação e hipoperfusão intestinal. Dentre elas, o fornecimento de leite humano, preferencialmente através do aleitamento materno, é fundamental, podendo ser complementado através de fortificadores e probióticos, associados à minimização da exposição a antibióticos e à otimização da saúde materna. Ademais, tecnologias inovadoras, como os agentes bioativos – eritropoietina e DHA (ácido docosahexaenóico), bem como a implementação de protocolos padronizados de alimentação e uso de probióticos promissores surgem como alternativas promissoras para uma maior eficácia na redução da morbimortalidade da ECN neonatal. **CONCLUSÃO:** A prevenção da ECN em recém-nascidos prematuros suscita uma conduta padronizada e eficaz, tendo em vista sua rápida e agressiva progressão, preconizando uma abordagem multifatorial que englobe as evidências e estudos mais recentes e com enfoque também na longevidade desse indivíduo. Assim, o surgimento de intervenções inovadoras, através dos avanços tecnológicos e científicos, promove perspectivas extremamente positivas na diminuição da incidência e gravidade dessa preocupante enfermidade.

Palavras-chave: Enterocolite, Necrotizante, Recém-nascido, Prevenção.

REFERÊNCIAS:

AGUIRRE GONZÁLEZ, Pedro Pablo; ASTORGA ESCUDERO, Sofía; ANICH GUTIÉRREZ, Fernanda; GONZÁLEZ BRAVO, Agustina. Uso de probióticos en la prevención de enterocolitis necrotizante. *Revista Pediatría Electrónica*, v. 18, n. 3, p. 29-34, out. 2021.

ANDREA MARIAN COLARELLI et al. Prevention Strategies and Management of Necrotizing Enterocolitis. Current treatment options in pediatrics, 3 jun. 2024.

BUI, A. et al. Utilization of a High Potency Probiotic Product for Prevention of Necrotizing Enterocolitis in Preterm Infants at a Level IV NICU. The journal of pediatric pharmacology and therapeutics : JPPT : the official journal of PPAG, v. 28, n. 5, p. 473–475, 2023.

LIMA, Raquel Gomes; VIEIRA, Verônica Cheles; MEDEIROS, Danielle Souto de. Determinants of preterm infants deaths at the Neonatal Intensive Care Units in the Northeast Countryside in Brazil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 20, n. 2, p. 535-544, abr./jun. 2020.

ZANOTTI, Amadeo. Recuperando el "hilo perdido" en la madeja de la enterocolitis necrotizante del recién nacido. [Revista Ecuatoriana de Pediatría](#), v. 22, n. 2, p. 1-6, 31 ago. 2021.

CARACTERIZAÇÃO DOS ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS EM MENORES DE 5 ANOS NA REGIÃO NORTE DE 2019 A 2023

Guilherme Eduardo Noieto de Sousa Santana - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - guilherme.santana@uemasul.edu.br

Eslainy Xavier Matos - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - eslainy.matos@uemasul.edu.br

Ludmilla Santos Silva de Mesquita - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - ludmilla.mesquita@uemasul.edu.br

INTRODUÇÃO: A mortalidade infantil por causas evitáveis continua sendo um desafio para a saúde pública no Brasil, refletindo desigualdades regionais no acesso e na qualidade da assistência à saúde. Apesar da redução nas taxas de óbitos infantis nas últimas décadas, a Região Norte ainda apresenta índices elevados, especialmente no período neonatal. Fatores como assistência pré-natal inadequada, limitações no parto e no cuidado neonatal, além de vulnerabilidades socioeconômicas, contribuem para essa persistência. Caracterizar esses óbitos permite compreender melhor os fatores envolvidos e direcionar estratégias de intervenção para reduzir a mortalidade infantil na região. **OBJETIVOS:** Caracterizar os óbitos por causas evitáveis em menores de cinco anos na Região Norte entre 2019 e 2023. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo analítico, retrospectivo e quantitativo baseado em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisados os óbitos de menores de cinco anos na Região Norte entre 2019 e 2023, considerando a classificação por Capítulo CID-10, tipos de causas evitáveis, faixa etária e sexo. **RESULTADOS:** No período analisado, foram identificados 27.273 óbitos na Região Norte, com maior concentração no Pará (42,98%), seguido do Amazonas (25,89%) e Rondônia (6,88%). Os menores índices foram registrados no Acre (5,60%), Amapá (5,98%) e Tocantins (6,24%). Quanto ao capítulo CID-10, as principais causas de óbito foram afecções originadas no período perinatal (44,57%), malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas (18,75%) e doenças do aparelho respiratório (8,84%). Entre as causas evitáveis, as classificadas como “demais causas (não claramente evitáveis)” representaram 32,59% dos óbitos e foram seguidas por aquelas reduzíveis por atenção à mulher na gestação (20,05%) e ao recém-nascido (14,67%). A mortalidade foi mais elevada nos primeiros seis dias de vida (42,07%), seguida da faixa etária de 7 a 364 dias (41,01%) e de 1 a 4 anos (16,93%). O sexo masculino apresentou maior taxa de óbitos (55,87%) em comparação ao feminino (43,63%). **CONCLUSÃO:** A análise revelou que a maioria dos óbitos ocorreu no Pará e foi predominantemente causada por afecções perinatais. Entre as causas evitáveis, destacaram-se aquelas passíveis de redução por meio de melhor atenção à saúde materna durante a gestação. A elevada mortalidade nos primeiros dias de vida indica fragilidades na assistência neonatal. Assim, esses achados evidenciam a necessidade de fortalecer políticas públicas e estratégias regionais para reduzir a mortalidade infantil na Região Norte.

Palavras-chave: Assistência neonatal, Mortalidade infantil, Saúde pública.

REFERÊNCIAS:

MAIA, L. T. DE S.; SOUZA, W. V. DE; MENDES, A. DA C. G. Determinantes individuais e contextuais associados à mortalidade infantil nas capitais brasileiras: uma abordagem multinível. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, 2020.

PAMPLONA, M. A. et al. Principais causas evitáveis em óbitos no período neonatal entre 2016 e 2021. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 5, p. 25216–25226, 19 out. 2023.

PREZOTTO, K. H. et al. Mortalidade neonatal precoce e tardia: causas evitáveis e tendências nas regiões brasileiras. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, 24 abr. 2023.

SANTOS, M. P. DOS et al. ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS EM CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS NAS REGIÕES DO BRASIL NO PERÍODO DE 2013 A 2023. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 17, n. 1, p. 13, 31 jan. 2025.

TabNet Win32 3.0: Óbitos por causas evitáveis em menores de 5 anos - Brasil. Disponível em:

COMPARATIVO DAS COBERTURAS VACINAIS DA POLIOMIELITE NA REGIÃO NORTE E BRASIL NOS ANOS DE 2018-2024

Ronaldo Cesar Silva Gomes - UNITPAC – cesar.sampaio2701@gmail.com

Vinicius Apinagé Moraes - UNITPAC - vinicius.gol09@gmail.com

Marco Antonio de Sousa do Vale - UNITPAC - marco0705200112@gmail.com

Marlon Cantillo da Luz - UNITPAC - marloncantillo07@gmail.com

Euler Pereira Silva - UNITPAC - eulerp8@gmail.com

Alinne Katienny Lima Silva Macambira - UNITPAC – alinnemacambira@gmail.com

INTRODUÇÃO: Antes do desenvolvimento da vacina VIP e VOP, a poliomielite era uma ameaça global significativa, afetando principalmente as crianças, manifestada por meio da paralisia permanente até ou mesmo à morte em casos graves. Outrossim, a cobertura vacinal mede, em porcentagem, indivíduos que receberam a vacina em relação ao total de pessoas que deveriam tê-la recebido. Logo, a manutenção de altas taxa de cobertura vacinal é um dos pilares fundamentais para a sua erradicação no Brasil. **OBJETIVOS:** Avaliar as taxas da cobertura vacinal da Região Norte e Brasil entre os anos de 2018-2024, ressaltando as possíveis interferências provocadas pela pandemia. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e retrospectivo, por meio da coleta de dados no DATA-SUS. Foram incluídas as variáveis do ano, entre 2018-2024, pertencentes a Região Norte e do Brasil nesse mesmo período e sendo baseado nas abas poliomielite, poliomielite 4 e poliomielite (1º ref). Destas condições, exclui-se aspectos que não se relacionam com o objetivo e os critérios de inclusão. **RESULTADOS:** Observa-se que a Região Norte se encontra abaixo das porcentagens já insatisfatórias com as do Brasil, principalmente nos anos de 2020 e 2021, mesmo período em que ocorria a Pandemia. Outrossim, nos anos de 2022 a 2024, houve melhoras nas duas variáveis, chegando a ter uma melhora em ambos entre 8-10%, com relação ao ano anterior. Valores decrescentes são visualizados quando comparadas as barras de 2019 e 2022, o que vem à tona questionamentos e preocupações. **CONCLUSÃO:** As prováveis razões para a ocorrência da queda da vacinação se baseiam na percepção enganosa de que esta não é necessária, uma vez que a doença desapareceu, no temor das reações adversas e/ou falta de tempo dos cuidadores. Esses fatores se encontram diretamente relacionados a falta de confiança por parte da população na eficácia e formulação das vacinas, sendo mais evidenciados pela pandemia. Além disso, há casos, dentro da Região Norte, de que o acesso a saúde é debilitado devido a sua logística, mais prejudicada pelos efeitos da Covid-19. Portanto, garantir que a vacina chegue a todos e esclarecer aos pais sobre a ação da vacina são as peças-chaves para evitar as complicações da poliomielite.

Palavras-chave: Cobertura vacinal, Covid-19, Poliomielite, Região Norte.

REFERÊNCIAS:

FRANCO, MAE; ALVES, ACR; GOUVÊA, JCZ; CARVALHO, CCF; FILHO, F. de M.; LIMA, AMS; ELESBÃO, K. de O.; E SILVA, MGR. Causas da queda progressiva das taxas de vacinação da poliomielite no Brasil.

Revista Brasileira de Saúde, [S. l.], v. 3, n. 6, pág. 18476–18486, 2020. DOI:

10.34119/bjhrv3n6-241. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/21525>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cobertura Vacinal – Ocorrência**. Disponível em:

https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA.html. Acesso em: 12 de mar. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde**. Disponível em:

<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 10 de mar. 2025.

PEDIATRIA, **Sociedade Brasileira de Tratado de Pediatria**, Volume 1, pág. 1078-1082. Baueri: Editora Manole, 2017. E-book. ISBN 9788520455869. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455869/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DESAFIOS NO ACESSO A CUIDADOS PRÉ-NATAIS E PÓS-NATAIS PARA MULHERES INDÍGENAS: UMA ABORDAGEM SOBRE A SAÚDE

Fernanda Gomes Dias - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
fernandadias20111@gmail.com

Rebecca Padilha Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
rebeccapadilha1803@gmail.com

Alexandre da Costa Machado Matos Terceiro - Universidade Federal do Norte do Tocantins -
alexandre.terceiro@ufnt.edu

Guilherme Marroques Noleto - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
guimarroques@gmail.com

Dália Katrinna da Costa Oliveira - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
daliakatrinnac@gmail.com

Mhalhanny Lourenço Morais - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -
mhalhannymorais@gmail.com

INTRODUÇÃO: A saúde materna é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No entanto, mulheres indígenas enfrentam obstáculos significativos no acesso a cuidados pré-natais e pós-natais, resultando em disparidades alarmantes em sua saúde e na de seus recém-nascidos. Essa realidade reflete desigualdades históricas e estruturais que persistem em muitos países, especialmente em regiões com populações indígenas expressivas. Esta revisão de literatura busca explorar os principais desafios enfrentados por essas mulheres, destacando as barreiras geográficas, culturais e socioeconômicas que perpetuam essas desigualdades. **OBJETIVOS:** O objetivo desta revisão é identificar e analisar os fatores que dificultam o acesso a serviços de saúde pré-natal e pós-natal para mulheres indígenas, com ênfase em questões como distância geográfica, discriminação cultural, falta de infraestrutura e barreiras linguísticas. **METODOLOGIA:** Foram revisados artigos científicos publicados entre 2015 e 2023, obtidos em bases de dados como PubMed, SciELO e Lilacs. Utilizaram-se os descritores "saúde materna", "mulheres indígenas", "cuidados pré-natais", "cuidados pós-natais" e "acesso à saúde". Incluíram-se estudos qualitativos, quantitativos e revisões sistemáticas que abordassem diretamente a temática. A seleção priorizou pesquisas que destacassem as experiências das mulheres indígenas e as políticas públicas relacionadas à saúde materna. **RESULTADOS:** Os estudos evidenciam que as mulheres indígenas enfrentam múltiplas barreiras no acesso a cuidados de saúde materna. A distância geográfica das unidades de saúde, a falta de transporte adequado e a escassez de profissionais treinados para lidar com especificidades culturais são desafios recorrentes. A discriminação racial e a falta de respeito pelas práticas tradicionais de saúde indígena também contribuem para a desconfiança em relação aos serviços médicos. Por outro lado, iniciativas que integram conhecimentos tradicionais indígenas com a medicina ocidental e a capacitação de agentes comunitários de saúde têm mostrado resultados promissores. Programas que envolvem líderes comunitários e parteiras tradicionais também demonstram potencial para melhorar a adesão aos cuidados de saúde. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o acesso a cuidados pré-natais e pós-natais para mulheres indígenas é marcado por desigualdades estruturais que demandam ações intersetoriais e culturalmente sensíveis. É essencial promover políticas públicas que respeitem as particularidades culturais dessas populações, garantindo maior proximidade dos serviços de saúde e a formação de profissionais capacitados para atuar em contextos indígenas. Além disso, é crucial envolver as comunidades indígenas no planejamento e implementação de programas de saúde, garantindo que suas vozes e necessidades sejam priorizadas.

Palavras-chave: saúde materna, mulheres indígenas, cuidados pré-natais, cuidados pós-natais, acesso à saúde.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

COIMBRA, C. E. A.; SANTOS, R. V. **Saúde, epidemiologia e os povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

GARNELO, L.; PONTES, A. L. (Orgs.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012

DESNUTRIÇÃO INFANTIL NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO CRÍTICA DAS CAUSAS, IMPACTOS E INTERVENÇÕES NA ÚLTIMA DÉCADA

Thaina Borges Leal – UNITPAC/AFYA – thainabl123@gmail.com Alessandra Souza Lima – FESAR/AFYA – alessandras.lima97@gmail.com

Daniely Domingos Moreira – FESAR/AFYA – danielydmoreira@icloud.com Thiago Teixeira Carneiro Gomes – FESAR/AFYA – thiagottcg1@gmail.com

Liriel dos Santos Amaral – FESAR/AFYA – lirielsamaral@gmail.com Francisco Leonardo da Costa Lima – UNITPAC/AFYA – francisco.leonardo@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A desnutrição infantil continua sendo um grave problema de saúde pública na Amazônia Legal, afetando principalmente crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Fatores como a insegurança alimentar, o acesso limitado aos serviços de saúde e as condições ambientais adversas contribuem para altos índices de desnutrição na região. Estudos recentes destacam que, além da carência de alimentos, doenças infectocontagiosas e a falta de infraestrutura são determinantes críticos. Embora programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Saúde da Família (PSF) tenham sido implementados, desafios persistem na sua efetividade, refletindo as desigualdades estruturais locais. **OBJETIVOS:** Este artigo buscou revisar estratégias de intervenção, causas e impactos da desnutrição infantil na Amazônia na última década, com o objetivo de identificar lacunas nas políticas públicas e sugerir soluções mais eficazes para combatê-las. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão crítica da literatura, com abordagem qualitativa, com foco em artigos científicos, relatórios de organizações e documentos de políticas públicas sobre desnutrição infantil na Amazônia Legal nos últimos dez anos, selecionando os que abordam as causas, impactos e intervenções na região. Após seleção e análise dos artigos e documentos foi possível identificar as principais causas, impactos e intervenções relacionadas à desnutrição infantil na Amazônia. **RESULTADOS:** Os resultados indicam que as principais causas da desnutrição infantil na Amazônia Legal são: a insegurança alimentar, as condições de saúde precárias, o acesso limitado aos serviços de saúde e fatores socioeconômicos adversos. A desnutrição tem impactos significativos no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, além de aumentar a vulnerabilidade a doenças infectocontagiosas e a mortalidade infantil. Embora intervenções como o PNAE e o PSF tenham mostrado alguns avanços, os desafios persistem, como a falta de infraestrutura e a dificuldade de implementação em áreas remotas. A revisão também revelou lacunas nas políticas públicas, especialmente em relação a populações indígenas e ribeirinhas, sugerindo a necessidade de estratégias mais eficazes e adaptadas às especificidades locais. **CONCLUSÃO:** Podemos concluir com esta revisão da literatura a necessidade de aprimorar as políticas públicas, com enfoque na adaptação das estratégias às especificidades da região, e na integração de ações interinstitucionais que garantam a eficácia das intervenções. A adoção de políticas mais inclusivas, que considerem a diversidade cultural e geográfica da Amazônia Legal, é fundamental para combater a desnutrição infantil e promover o desenvolvimento sustentável das crianças da região.

Palavras-chave: Desnutrição Infantil, Amazônia Legal, Políticas Públicas, Segurança Alimentar e Saúde Pública

REFERÊNCIAS:

COSTA, Francisco Roberto Alves et al. A desnutrição infantil na Amazônia brasileira: causas, consequências e estratégias de intervenção. **Revista Brasileira de Saúde Pública**, v. 57, n. 3, p. 256-263, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SANTOS, José Carlos; LIMA, Maria de Fátima. Desnutrição infantil e insegurança alimentar na Amazônia Legal: análise das políticas públicas de saúde e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. 1-9, 2020.

SILVA, Carlos Henrique; SOUSA, Ana Paula. Intervenções nutricionais no combate à desnutrição infantil na Amazônia: desafios e perspectivas. [Revista de Saúde Pública da Amazônia](#), v. 15, n. 2, p. 95-104, 2022.

OLIVEIRA, Andréia Costa de et al. O impacto da insegurança alimentar no estado nutricional de crianças na Amazônia Legal. [Revista Brasileira de Nutrição](#), v. 33, n. 5, p. 123-130, 2020.

ECLÂMPسيا E SÍNDROME HELLP: DESAFIOS DIAGNÓSTICOS NA OBSTETRÍCIA

Luciano de Sá Silva Torres - Universidade Federal do Norte do Tocantins - luciano.torres@mail.uft.edu.br
Andreina Martins Araujo Costa - Universidade Federal do Norte do Tocantins - andreinamedatm@gmail.com
Kaline Ribeiro de Almeida Vassalo - Universidade Federal do Norte do Tocantins - kaline.vassallo@uftn.edu.br
Lucas Oliveira Nepomuceno de Alcântara - Universidade Federal do Norte do Tocantins - nepomucenolucas@hotmail.com
Cláudia Denise Mendaña Manguiera - Universidade Federal do Norte do Tocantins - Claudia.manguiera@uftn.edu.br

INTRODUÇÃO: A pré-eclâmpsia é uma das complicações mais graves da gravidez, caracterizando-se por hipertensão e proteinúria após a 20ª semana de gestação, podendo gerar riscos severos para a mãe e o bebê. A síndrome HELLP, uma variante grave, agrava ainda mais o quadro, exigindo um diagnóstico ágil e preciso. A identificação dessas condições ainda representa um grande desafio na obstetrícia, tornando essencial a conscientização e a padronização dos critérios diagnósticos. **OBJETIVOS:** Analisar os desafios diagnósticos da eclâmpsia e da síndrome HELLP, destacando avanços e limitações na identificação clínica dessas condições. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura descritiva e qualitativa realizada nas bases PUBMED/MEDLINE e SciELO, considerando publicações entre 2014 e 2024. Utilizaram-se os descritores: ("Eclampsia" OR "Eclâmpsia") AND ("HELLP Syndrome" OR "Síndrome de HELLP") AND ("Diagnosis" OR "Diagnóstico"). Foram identificados 54 artigos, dos quais 6 foram incluídos, conforme critérios de inclusão e exclusão. Foram considerados elegíveis estudos que abordassem desafios diagnósticos da eclâmpsia e da síndrome HELLP em gestantes. Excluíram-se trabalhos sobre outras condições hipertensivas sem relação com essas patologias, artigos duplicados e estudos com populações não gestantes. **RESULTADOS:** A revisão revelou que a eclâmpsia pode ser a primeira manifestação da pré-eclâmpsia, o que dificulta o diagnóstico precoce e pode retardar a intervenção adequada. A síndrome HELLP, apesar de contar com critérios laboratoriais definidos, apresenta grande variabilidade clínica, tornando sua identificação desafiadora. O diagnóstico da eclâmpsia baseia-se na presença de crises convulsivas em gestantes com pré-eclâmpsia, acompanhadas de hipertensão arterial ($\geq 140/90$ mmHg) e proteinúria (≥ 300 mg/24h). Já a síndrome HELLP é definida pela presença de hemólise, evidenciada por esfregaço anormal e aumento da bilirrubina indireta, elevação das enzimas hepáticas (AST/ALT > 70 U/L) e plaquetopenia ($< 100.000/\text{mm}^3$). Clinicamente, a eclâmpsia se manifesta por convulsões, cefaléia intensa, alterações visuais e dor epigástrica, enquanto a síndrome HELLP pode apresentar dor abdominal, náuseas, vômitos, icterícia e tendência a sangramentos. A sobreposição de sintomas com outras condições obstétricas e a necessidade de exames laboratoriais específicos tornam o diagnóstico um desafio contínuo, exigindo maior sensibilização e treinamento profissional para detecção precoce. **CONCLUSÃO:** A eclâmpsia e a síndrome HELLP continuam sendo desafios diagnósticos na obstetrícia devido à sua apresentação clínica heterogênea e à necessidade de identificação precoce. A padronização dos critérios diagnósticos, aliada à disponibilidade de exames complementares e à capacitação profissional, é essencial para aprimorar a detecção dessas condições e reduzir complicações materno-fetais.

Palavras-chave: Eclâmpsia; Síndrome de HELLP; Diagnóstico.

REFERÊNCIAS:

EREZ, O.; ROMERO, R.; JUNG, E.; CHAEMSAITHONG, P.; BOSCO, M.; SUKSAI, M.; GALLO, D. M.; GOTTSCH, F. Preeclampsia and eclampsia: the conceptual evolution of a syndrome. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, v. 226, n. 2S, p. S786–S803, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2021.12.001>.

DA CUNHA SOBIERAY, N. L. E.; ZANELA, M.; PADILHA, S. L.; KLAS, C. F.; DE CARVALHO, N. S. HELLP syndrome and COVID-19: A minor revision of a possible new "COVID-19-linked HELLP-like syndrome". *European Journal of Obstetrics, Gynecology, and Reproductive Biology*, v. 283, p. 90–94, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejogrb.2023.02.005>.

BABAHABIB, M. A.; ABDILLAH, I.; KASSIDI, F.; KOUACH, J.; MOUSSAOUI, D.; DEHAYNI, M. Posterior reversible encephalopathy syndrome in patient of severe preeclampsia with HELLP syndrome immediate postpartum. *The Pan African Medical Journal*, v. 21, p. 60, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11604/pamj.2015.21.60.5546>.

ABDULLAH, F. M.; TORNES, Y. F.; MIGISHA, R.; KALYEBARA, P. K.; TIBAIJUKA, L.; NGONZI, J.; KAYONDO, M.; BYAMUKAMA, O.; TURANZOMWE, S.; RWEBAZIBWA, J.; AINOMUGISHA, B.; KAJABWANGU, R.; MUGYENYI, G. R.; LUGOBE, H. M. HELLP syndrome and associated factors among pregnant women with preeclampsia/eclampsia at a referral hospital in southwestern Uganda: a cross-sectional study. *BMC Pregnancy and Childbirth*, v. 24, n. 1, p. 626, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12884-024-06835-y>.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA SALA DE ESPERA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ABORDAGEM PARA O FORTALECIMENTO DO ALEITAMENTO MATERNO

Ana Luísa Gonçalves Felipe - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – ana.felipe@ufnt.edu.br

Carolina Galgane Lage Miranda - Universidade Federal do Norte do Tocantins - carolina.miranda@ufnt.edu.br

Verissa Martins Teixeira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)- Verissa.teixeira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O aleitamento materno exclusivo até os 6 meses traz inúmeros benefícios para o binômio mãe e bebê, no entanto, sua prevalência ainda está abaixo do recomendado pela OMS. O desmame precoce é um desafio multifatorial, influenciado pela falta de orientação no pré-natal e pela dificuldade de conciliar trabalho e amamentação. Apesar do amparo legal, persistem desafios na garantia da lactação. A educação em saúde na atenção primária é fundamental para fortalecer o apoio às lactantes e incentivar a continuidade da amamentação. **OBJETIVOS:** Descrever a experiência vivenciada por alunos do internato de medicina durante a atividade de educação em saúde para gestantes em uma unidade básica de saúde (UBS) situada em Araguaína, Tocantins. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo do tipo relato de experiência realizado no internato de medicina do módulo preventiva e social, com palestra intitulada “Reduzindo a lacuna: apoio à amamentação para todos” na UBS Senador Benedito Ferreira. A ação envolveu três acadêmicos do décimo período de medicina, uma médica e uma enfermeira, utilizando o projeto de sala de espera como modelo assistencial. A ação ocorreu no período vespertino, no momento de espera de consultas de pré-natal das gestantes, em agosto de 2024 em apoio ao Agosto Dourado. **RESULTADOS:** Na ação três eixos foram abordados: a importância do leite materno, a prática da amamentação (posição correta, benefícios para mãe e bebê) e um relato da médica preceptora sobre sua experiência conciliando vida profissional e lactação. A ação educativa proporcionou uma experiência enriquecedora tanto para os acadêmicos quanto para as gestantes. Os estudantes puderam refletir de forma mais profunda sobre a relevância do aleitamento materno e a importância de iniciativas de esclarecimento e apoio. Para as gestantes, a atividade na sala de espera foi essencial, permitindo a aquisição de novos conhecimentos e a desconstrução de mitos, como a ideia de “leite fraco” e a necessidade de complementação com fórmula sem orientação médica. O momento final foi dedicado a esclarecer dúvidas, gerando uma interação maior do que o esperado. Apesar das informações oferecidas e obtidas, muitas mães ainda demonstraram insegurança, refletindo crenças populares, como a ideia de “leite fraco” e preocupações sobre amamentação após a licença-maternidade. **CONCLUSÃO:** A ação trouxe benefícios no que tange a atualização científica e conhecimento sobre os saberes da vida cotidiana aos envolvidos e, ratificou a necessidade de estimular e orientar a educação em saúde e principalmente a continuidade do aleitamento materno.

Palavras-chaves: Aleitamento materno, gestantes, educação em saúde.

REFERÊNCIAS:

ALVES-SANTOS, N. H. et al.. General methodological aspects in the Brazilian National Survey on Child Nutrition (ENANI-2019): a population-based household survey. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 8, p. e00300020, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00300020> Acesso em: 11 mar. 2025.

FERREIRA, Fabiana Angelo et al. Aleitamento materno exclusivo: empecilhos apresentados por primíparas. **Revista de Enfermagem UFPE** on line v. 12, n. 12, p. 3205–3211, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/236599>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FONSECA, Larissa Kathlem et al. Maternagem: vivenciando ações de educação em saúde que auxiliam na promoção do aleitamento materno. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 1, p. 183–192, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n1p183-192>. Acesso em 11 mar.2025

MARTINS, C. D. et al. Ambulatório de amamentação na atenção básica como uma importante ação de promoção ao aleitamento materno: relato de experiência. **CoDAS**, v. 36, n. 3, p. e20220234, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20232022234pt> . Acesso em 10 mar. 2025 World Health Organization

(WHO), United Nations Children's Fund (UNICEF). Baby-Friendly Hospital Initiative. Revised, updated and expanded for integrated care Geneva: WHO; 2009

EFEITOS DA PREMATURIDADE NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL

Gislaine Correia dos Santos – Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – gislainecorreiamed@gmail.com

Maria Vitória Oliveira Moura - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – mariavitoriaoliveiramoura@gmail.com

Lara Geoavana dos Santos Bezerra - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – laragbezerra@gmail.com

Alessandra Oliveira Lima - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – aleoliveiralima@icloud.com

Mario Leopoldino Felisberto – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – mario.felisberto@ufnt.edu.br

Kaoma Evangelista Vaz - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) – drakaomaevangelistavaz@gmail.com

INTRODUÇÃO: A prematuridade é definida como o nascimento antes de 37 semanas completas de idade gestacional ou baixo peso ao nascer (<2500g). Bebês prematuros frequentemente apresentam atrasos no desenvolvimento neurológico acarretando, conseqüentemente, alterações na evolução do desenvolvimento neuropsicomotor infantil. Além de analisar a relação entre a prematuridade e o desenvolvimento neuropsicomotor, este estudo destaca a importância do acompanhamento interdisciplinar para garantir o cuidado integral da criança, pois é uma condição que impacta significativamente no desenvolvimento infantil, sendo uma das principais causas de morbidade e mortalidade neonatal. **OBJETIVOS:** Esta pesquisa visa objetivar os principais impactos causados pela prematuridade no desenvolvimento neuropsicomotor e a importância do cuidado multidisciplinar durante ao longo do crescimento. **METODOLOGIA:** Este é um estudo de revisão integrativa de literatura, utilizando base de dados como, UpToDate, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) entre 2020 a 2025. Os critérios de inclusão foram extraídos de acordo com os descritores em saúde: "Prematuridade", "Desenvolvimento Infantil" e "Desenvolvimento Neural" disponíveis em português e inglês, sendo os critérios de exclusão aqueles que estavam em outras línguas e em anos inferiores. **RESULTADOS:** A prematuridade apresenta causas complexas e multifatoriais, abrangendo uma gama diversificada de influências que permeiam o ciclo vital materno-infantil. Dessa forma, repercute, principalmente, em comprometimentos neurológicos, motores e cognitivos, além de repercussões em outros sistemas. Crianças prematuras apresentam maior risco de desenvolver transtornos como déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), dificuldades de aprendizagem e atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor. Em consequência disso, nota-se distúrbios nas habilidades motoras, coordenação e controle muscular, comprometendo a realização de atividades motoras finas e grossas, além de possíveis alterações no crescimento físico. Além disso, fatores maternos, como condições de saúde preexistentes de distúrbios hipertensivos na gestação, pré-eclâmpsia, diabetes gestacional, uso de drogas lícitas e ilícitas e acesso limitado ao pré-natal associada à falta de adesão, também influenciam no desenvolvimento dessas crianças a curto e longo prazo. **CONCLUSÃO:** A prematuridade exige um olhar atento e uma abordagem integrada para garantir melhores desfechos na saúde e qualidade de vida dessas crianças. Torna-se essencial a implementação de estratégias preventivas e terapêuticas que assegurem o acompanhamento contínuo desses pacientes, minimizando impactos negativos no desenvolvimento como, ações que incentivem a adesão ao pré-natal, rastreamento de doenças, início precoce do tratamento de doenças, enfatizar sobre riscos no uso inadequado de substâncias. O estudo reforça a importância de um atendimento multidisciplinar e de políticas públicas que favoreçam a assistência neonatal qualificada.

Palavras-chave: Prematuridade, Desenvolvimento Neuropsicomotor infantil, Impactos da Prematuridade

REFERÊNCIAS:

FERNANDES DA SILVA, M. et al. Impacto da prematuridade no desenvolvimento neuropsicomotor infantil. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 4, p. 401-431, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n4p401-431>. Acesso em: 19 mar. 2025

FREITAS, N. F. de et al. Desenvolvimento neuropsicomotor em crianças nascidas prétermo aos 6 e 12 meses de idade gestacional corrigida. [Revista Paulista de Pediatria](#), v. 40, p. e2020199, 2022. DOI: 10.1590/1984-0462/2022/40/2020199.

WILSON-COSTELLO, D.; PAYNE, A.; MARTIN, R.; AUGUSTYN, M.; TEHRANI, N. Comprometimento neurodesenvolvimental de longo prazo em bebês prematuros: epidemiologia e fatores de risco. [UpToDate](#), 2025. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/long-term-neurodevelopmental-impairment-ininfants-born-preterm-epidemiology-and-risk-factors/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MANDY, G. T.; MARTIN, R.; TEHRANI, N. Parto prematuro: definições de prematuridade, epidemiologia e fatores de risco para mortalidade infantil. [UpToDate](#), 2025. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/preterm-birth-definitions-ofprematurity-epidemiology-and-risk-factors-for-infant-mortality/>. Acesso em: 19 mar. 2025

FREITAS, B. C.; GALDINO, M. L.; NASCIMENTO DE MORAES, K. S. G.; QUELUZ, D. P. Fatores de risco para alterações no desenvolvimento neuropsicomotor em crianças menores de três anos: revisão de escopo. [Rev. APS](#), v. 26, 2023. DOI: 10.34019/1809-8363.2023.v26.35588

EFEITOS DAS DOENÇAS CRÔNICAS MATERNAS NA SAÚDE DO FETO E NA MORTALIDADE PRECOCE: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E PREVENÇÃO.

Maria Vitoria Oliveira Moura - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio

Carlosmariavitoriaoliveiramoura@gmail.com

Lara Geovana dos Santos Bezerra - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio

Carloslaragbezerra@gmail.com

Alessandra Oliveira Lima - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -

aleoliveiralima@icloud.com

Gislaine Correia dos Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -

gislainecorreiamed@gmail.com

Igor Pereira Bassani - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos Igor.med27@gmail.com

Mhalhanny Lourenço Morais - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos -

mhalhanny_morais@hotmail.com

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas maternas, como hipertensão, diabetes e doenças autoimunes aumentam o risco de complicações perinatais, como parto prematuro, baixo peso ao nascer, malformações, além de elevar a mortalidade neonatal precoce. A crescente prevalência dessas condições torna mais importante o monitoramento durante o pré-natal para reduzir o impacto materno-fetal e os desfechos perinatais.

OBJETIVOS: Essa pesquisa visa analisar o impacto dessas condições no desenvolvimento fetal e riscos de complicações neonatais, além de buscar estratégias eficazes no controle e prevenção para a saúde do bebê e melhorar os desfechos obstétricos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca das doenças crônicas maternas. A pesquisa foi realizada com a busca de descritores de saúde “doenças crônicas maternas”, “pré-natal”, “cuidados neonatais” nas bases de dados: Lilacs, PubMed, SciELO, Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.

RESULTADOS: O óbito fetal, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), é a morte de um produto com peso ao nascer igual ou superior 500 gramas ou maiores que 22 semanas. Diversas condições maternas podem aumentar a ameaça de morte fetal, entre elas hipertensão gestacional, diabetes gestacional e lúpus eritematoso sistêmico (LES). A hipertensão gestacional, pode levar a distúrbios como pré-eclâmpsia e eclâmpsia, riscos para o feto como crescimento restrito e parto prematuro. Já a diabetes mellitus gestacional não tratada pode gerar riscos significativos como ruptura prematura de membranas, parto pré-termo e complicações para o feto, macrossomia, síndrome de angústia respiratória, icterícia e aumento do risco de morte perinatal. Enquanto LES multifatorial, crônica e inflamatória. Traz agravos como abortos espontâneos, parto prematuro, pré-eclâmpsia e aumento da atividade da doença. Medicamentos em uso como, imunossupressores deve ser monitorado, devido seu efeito sobre o feto, é crucial para prevenir complicações como hipoglicemia e sepse neonatal. Por fim, a prevenção com rastreio de doenças autoimunes em pacientes com clínica, exames para câncer cérvico-uterino, assistência à concepção e planejamento familiar, ajudam a proteger a saúde materno-fetal. **CONCLUSÃO:** A partir, observa-se uma maior necessidade de ações de prevenção e promoção por meio do planejamento familiar e avaliação pré-concepcional, fomentando uma anamnese mais detalhada para auxiliar no pré-natal, promovendo acesso a exames antes e durante o período gestacional. Promover capacitações internas e externas para médicos e demais profissionais da UBS por meio de cursos, visando buscar maior qualidade no rastreio e intervenção precoce. Além de garantir um nascimento seguro e um desenvolvimento saudável das crianças, seguimento contínuo visando sempre a promoção da saúde materno-infantil.

Palavras-chave: Doenças crônicas maternas, pré-natal, complicações perinatais

REFERÊNCIAS:

BARROS, Patrícia de Sá; AQUINO, Érika Carvalho de; SOUZA, Marta Rovey de. Mortalidade fetal e os desafios para a atenção à saúde da mulher no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 12, 2019.

DOS SANTOS, Taiane Lima et al. Principais fatores de risco relacionados ao desenvolvimento de diabetes gestacional. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 16, p. e9537-e9537, 2021.

RODRIGUES, Breno Sampaio Lima et al. CUIDADO NEONATAL EM GESTANTES COM DOENÇAS AUTOIMUNES. [Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences](#), v. 7, n. 1, p. 484-490, 2025.

SANTOS, NICOLE STEPHANIE SILVA et al. Hipertensão gestacional: análise dos riscos maternos e fetais. [Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences](#), v. 6, n. 8, p. 4256-4266, 2024

EFICÁCIA E SEGURANÇA DA VACINA ABRYSVO NA GESTAÇÃO PARA PREVENÇÃO DA BRONQUIOLITE NEONATAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Rafaella Reis Tavares - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - rafaella.tavares@ufnt.edu.br

Karen Eurídice Laureano Marques - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - karen.marques@ufnt.edu.br

Livia Cerqueira Barros - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - livia.cerqueira@ufnt.edu.br

Rejanne Lima Arruda - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A bronquiolite neonatal é uma infecção respiratória aguda que afeta principalmente lactentes, sendo uma das principais causas de internação em bebês menores de seis meses. O Vírus Sincicial Respiratório (VSR) é o principal agente etiológico, podendo provocar quadros graves e a necessidade de suporte ventilatório. A vacina Abrysvo foi desenvolvida para imunização em gestantes, em que, além de gerar uma resposta imunológica robusta, apresenta um perfil de segurança favorável com impacto na saúde neonatal. **OBJETIVO:** Analisar as evidências recentes sobre a eficiência e segurança da vacina Abrysvo para a prevenção da bronquiolite neonatal. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, com pesquisa bibliográfica, nas bases de dados PUBMED/MEDLINE e BVS, utilizando os descritores "Vaccines", "Respiratory Syncytial Virus, Human", "Pregnancy" e o termo associado "Bronchiolitis", articulados pelos operadores booleanos "AND" e "OR". Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados nove artigos, os quais foram analisados a partir dos critérios de inclusão: artigos relacionados ao tema, internacionais. Como critérios de exclusão, foram utilizados artigos incompletos, pagos e/ou duplicados. **RESULTADOS:** Estudos enfatizam que recém-nascidos e crianças pequenas correm risco de infecção grave do trato respiratório inferior pelo VSR, a exemplo da bronquiolite. A imunidade passiva configura-se como uma estratégia de prevenção nestes casos, mediante a vacina Abrysvo, uma vez que a transferência transplacentária de anticorpos neutralizantes fornece ao recém-nascido proteção eficiente contra infecções fatais. Outra estratégia inclui o uso de anticorpos monoclonais, como o nirsevimab, no qual anticorpos são administrados diretamente ao bebê ou à criança para fornecer proteção imediata contra a infecção pelo vírus. Um estudo publicado no American Journal of Obstetrics and Gynecology preconiza a administração da vacina contra o VSR às 32 semanas de gestação como o momento ideal para garantir a transferência eficiente de anticorpos maternos para o bebê. Em suma, tanto a imunização com anticorpos monoclonais quanto a vacinação materna durante a gestação são estratégias promissoras e efetivas para prevenir infecções graves por VSR em recém-nascidos, contribuindo para a proteção contra a bronquiolite. **CONCLUSÃO:** A vacina Abrysvo é eficaz na prevenção de casos graves de infecção pelo VSR em bebês de até 6 meses, período em que são mais vulneráveis ao patógeno. Quanto à proteção, os estudos enfatizam a segurança da vacina, mas existe um risco ligeiramente aumentado de parto prematuro, carecendo de mais estudos para comprovar a segurança da vacina sob esse âmbito e descobrir as causas para tal efeito.

Palavras-chave: Bronquiolite neonatal, VSR, Vacina Abrysvo, Gestantes.

REFERÊNCIAS:

DOMACHOWSK, J. B. New and emerging passive immunization strategies for the prevention of RSV infection during infancy. *Journal of the Pediatric Infectious Diseases Society*, v. 13, supl. 2, p. S115-S124, 12 jul. 2024.

NAZARENO, Allen L. et al. Estimating the cost-effectiveness of maternal respiratory syncytial virus (RSV) vaccination in Australia: A dynamic and economic modelling analysis. *Vaccine*, v. 46, p. 12665, 6 fev. 2025.

SIMÕES, Eric A. F. et al. Efficacy, safety, and immunogenicity of the MATISSE (Maternal Immunization Study for Safety and Efficacy) maternal respiratory syncytial virus prefusion F protein vaccine trial. *Obstetrics & Gynecology*, v. 145, n. 2, p. 157–167, fev. 2025.

LEE, Ping-Ing et al. Recommendation for the use of respiratory syncytial virus vaccines. *Journal of Microbiology, Immunology and Infection*, v. 58, n. 1, p. 1–6, 3 jan. 2025. WALTER, Emmanuel B.; MUNOZ, Flor M. New approaches to respiratory syncytial virus prevention and treatment. [Annual Review of Medicine](#), v. 76, p. 13-28, jan. 2025

FATORES GENÉTICOS ASSOCIADOS À CARDIOPATIAS CONGÊNITAS EM PACIENTES COM SÍNDROME DE DOWN

Pedro Nolasco Marques, UnirG -Paraíso do Tocantins- pnolascomarques@gmail.com

Vitória Pires dos Santos Costa, UnirG -Paraíso do Tocantins- vitoria.costa@unirg.edu.br

Priscila Ribeiro Bispo, UnirG -Paraíso do Tocantins- priscila.bispo@unirg.edu.br

Andressa Dourado, UnirG -Paraíso do Tocantins- andressa.dourado@unirg.edu.br

Maria Helena Nolasco Marques- nolascomarquesm@gmail.com

Aline Almeida Barbaresco D'Alessandro- professoraaline17@gmail.com

INTRODUÇÃO: As cardiopatias congênitas (CHDs) estão associadas à trissomia do cromossomo 21, afetando 35% a 50% dos indivíduos com Síndrome de Down (SD) e (Hsa21). A regulação anômala de genes na Down Syndrome Critical Region (DSCR), como DSCAM, BACE1 e PLAC4, influencia a morfogênese cardíaca, predispondo a defeitos septais e do canal atrioventricular. Alterações na matriz extracelular (ECM) também contribuem para essas anomalias. Avanços em genômica têm aprimorado o diagnóstico, a estratificação de risco e o manejo dessas cardiopatias (Asim; Agarwal, 2021; Venegas-Zamora *et al.*, 2021; Mollo *et al.*, 2023; Peterson *et al.*, 2024). **METODOLOGIA:** Este estudo é caracterizado como uma revisão integrativa da literatura, onde bases de dados como PubMed e BvS foram utilizadas. A fim de afunilar os estudos envolvendo o tema, os termos "*Down syndrome*"; "*Heart Defects*"; "*Congenital*" foram incorporados na estratégia de busca, sendo selecionado artigos gratuitos completos, publicados nos últimos 5 anos. **OBJETIVOS:** Investigar fatores genéticos associados às cardiopatias congênitas em pacientes com Síndrome de Down. **RESULTADOS:** Os resultados indicam que fatores genéticos e epigenéticos estão envolvidos no desenvolvimento de cardiopatias congênitas (CHDs) em pacientes com síndrome de Down (SD). A trissomia do cromossomo 21 foi predominante (96,2%), e 39,4% dos pacientes apresentaram CHDs, sendo o canal arterial patente (39,7%) e os defeitos do septo ventricular (38,1%) os mais frequentes. Genes como *NOTCH4* e *CEP290* mostraram-se relevantes na cardiogênese, enquanto polimorfismos genéticos afetaram padrões de metilação associados às CHDs. Além disso, assinaturas específicas de metilação do DNA diferenciam indivíduos SD com e sem CHD, sugerindo uma influência epigenética na suscetibilidade às malformações cardíacas (Trevino *et al.*, 2021; Majstorović *et al.*, 2023; Haider *et al.*, 2023; Mouat *et al.*, 2023; Carlus *et al.*, 2024). **CONCLUSÃO:** Com base nos dados apresentados, a trissomia do cromossomo 21 foi predominante nos casos analisados e defeitos cardíacos, como canal arterial patente e defeitos do septo ventricular, foram os mais prevalentes. Sendo assim, fatores genéticos desempenham um papel crítico no desenvolvimento de CHDs em indivíduos com SD. Dessa forma, mecanismos epigenéticos modulam a suscetibilidade às CHDs em pacientes com SD sob a influência de genes, como *NOTCH4* e *CEP290*, na cardiogênese, aliada a polimorfismos e padrões específicos de metilação do DNA. Os resultados ressaltam a importância de abordagens genômicas para aprimorar a estratificação de risco dessas malformações. Estudos futuros devem explorar intervenções terapêuticas direcionadas a essas vias epigenéticas, visando melhorar o prognóstico e a qualidade de vida desses pacientes.

PALAVRAS CHAVES: Síndrome de Down; Defeitos Cardíacos; Congênitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARLUS, Fiona Hannah et al. In silico prediction, molecular modeling, and dynamics studies on the targeted next-generation sequencing identified genes underlying congenital heart disease in Down syndrome patients. *Annals of Pediatric Cardiology*, v. 16, n. 4, p. 266-275, 2023.

HAIDER, Areiba et al. Cytogenetic study of subtypes of Down syndrome and its relation with pattern of congenital cardiac defects. *JPM. The Journal of the Pakistan Medical Association*, v. 73, n. 2, p. 270-274, 2023.

MAJSTOROVIĆ, Dijana et al. DNMT3B rs2424913 as a risk factor for congenital heart defects in Down syndrome. *Genes*, v. 14, n. 3, p. 576, 2023.

MOUAT, Julia S. et al. Epigenomic signature of major congenital heart defects in newborns with Down syndrome. *Human Genomics*, v. 17, n. 1, p. 92, 2023.

TREVINO, Cristina E. et al. Identifying genetic factors that contribute to the increased risk of congenital heart defects in infants with Down syndrome. [Scientific reports](#), v. 10, n. 1, p. 18051, 2020.

FATORES MATERNOS E SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS AO BAIXO PESO AO NASCER NA REGIÃO NORTE

Dulce Maria Bezerra de Freitas - Universidade Federal do Maranhão - dulce.mbf@discente.ufma.br

Gabriel do Vale Matos - Universidade Federal do Maranhão - gv.matos@discente.ufma.br

Matheus Gabriel Monteles da Silva - Universidade Federal do Maranhão -
monteles.matheus@discente.ufma.br

João Pedro Pimentel Abreu - Universidade Federal do Maranhão - jpp.abreu@discente.ufma.br

Euzamar de Araujo Silva Santana - Universidade Federal do Maranhão - euzamar.santana@ufma.br

INTRODUÇÃO: O baixo peso ao nascer (BPN) é um fator determinante da saúde neonatal, estando associado a complicações perinatais e maior risco de morbimortalidade infantil. Fatores maternos, como idade, escolaridade e acesso ao pré-natal, além de aspectos socioeconômicos, influenciam esse desfecho. A análise desses fatores é essencial para subsidiar políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil. **OBJETIVOS:** Analisar a distribuição do baixo peso ao nascer (BPN) no Brasil e seus fatores associados, considerando aspectos maternos, obstétricos e socioeconômicos, a fim de identificar determinantes críticos para a morbimortalidade neonatal. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo-analítico com dados do SINASC/DataSUS e IBGE sobre nascidos vivos no Brasil (2020-2023). Foram analisadas variáveis como localidade, cor/raça, adequação do pré-natal, idade materna, escolaridade e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os dados foram organizados no Excel e analisados pelo teste qui-quadrado no Software estatístico JAMOVI, adotando-se $p < 0,05$ como nível de significância. **RESULTADOS:** A taxa de BPN variou entre regiões, sendo maior no Sudeste (9,70%) e menor no Norte (8,27%). A prevalência foi maior entre recém-nascidos do grupo étnico pardo (81,77%). A adequação do pré-natal teve forte associação com o peso ao nascer ($p < 0,001$), sendo que mães sem acompanhamento apresentaram a maior taxa de BPN (18,93%). Em relação à idade materna, gestantes com menos de 19 anos tiveram maior prevalência de filhos com baixo peso (9,89%), enquanto o menor percentual foi observado entre mães de 20 a 34 anos (7,49%). A escolaridade materna também influenciou o desfecho, com menores taxas entre mães mais escolarizadas ($p < 0,001$). Além disso, observou-se maior prevalência de BPN em regiões mais desenvolvidas, indicando melhoria do diagnóstico e da qualidade do atendimento às gestantes, como o aumento de cesarianas e partos induzidos, que levam ao aumento de partos prematuros. **CONCLUSÃO:** Os achados destacam a influência de fatores maternos e socioeconômicos no BPN, reforçando a importância do pré-natal adequado, da escolaridade materna e das condições socioeconômicas para a saúde neonatal. A implementação de políticas públicas voltadas à ampliação da assistência pré-natal e à redução das desigualdades sociais é essencial para minimizar a incidência de BPN e melhorar os desfechos perinatais.

Palavras-chave: Recém-Nascido de Baixo Peso, Cuidado Pré-Natal, Fatores Socioeconômicos.

REFERÊNCIAS:

MISHRA, P. S. et al. Newborn low birth weight: do socio-economic inequality still persist in India? **BMC pediatrics**, v. 21, n. 1, p. 518, 2021.

RADAELLI, G. et al. Motor and cognitive outcomes of neonates with low birth weight in Brazil: a systematic review and meta-analysis. **Arquivos de neuro-psiquiatria**, v. 81, n. 2, p. 186–200, 2023.

VICTOR, A. et al. Social inequalities in child development: Analysis of low-birth-weight trends in Brazil, 2010-2020. **Journal of prevention** (2022), v. 45, n. 4, p. 545–555, 2024.

IMPACTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À GESTANTE NA MORTALIDADE INFANTIL EVITÁVEL NA AMAZÔNIA LEGAL: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Glenda Emanuelle Rocha Duarte Ferraz - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - glenda.duarte@ufnt.edu.br

Emilly Aynara Rocha Duarte - Universidade de Gurupi (UNIRG) - emilly.a.r.duarte@unirg.edu.br

Isabela Moraes Leme - Universidade de Gurupi (UNIRG) - isabela.m.leme@unirg.edu.br

Lígia Linhares Moraes da Cunha - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - ligia.cunha@ufnt.edu.br

Taynara Monteiro da Silva Lopes - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - taynara.lopes@ufnt.edu.br

Josué Moura Telles - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: Os estados da Amazônia Legal compartilham características semelhantes no contexto assistencial de saúde, sobretudo quando se trata da Atenção Primária à Saúde (APS) e da cobertura e qualidade do pré-natal. Nesse contexto, óbitos infantis por causas evitáveis em menores de 5 anos surgem como um indicador crítico da qualidade da assistência prestada à gestante. Dentre eles, destacam-se aqueles atribuídos às causas reduzíveis pela atenção à saúde durante a gestação. **OBJETIVOS:** Comparar os números de óbitos infantis (0-4 anos) por causas evitáveis nos estados que compõem a Amazônia Legal no período de 2020 a 2023; Analisar os óbitos infantis por causas evitáveis, avaliando nessa perspectiva o papel da atenção primária à gestante. **METODOLOGIA:** Pesquisa de caráter quantitativo, retrospectivo, constituindo-se estudo ecológico, feito a partir de coleta de dados secundários obtidos no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram avaliados os óbitos por causas evitáveis em menores de 5 anos, e, dentre esses, os reduzíveis pela atenção à saúde durante a gestação. Realizou-se consulta ao campo de óbitos por residência em cada estado que compõe a Amazônia Legal, nos anos de 2020 a 2023. O coeficiente de mortalidade infantil evitável foi calculado usando a seguinte fórmula: (óbitos evitáveis em menores de 5 anos/nascidos vivos) x 1000. **RESULTADOS:** No período de 2020 a 2023, a Amazônia Legal registrou total de 20.794 óbitos infantis por causas evitáveis em menores de 5 anos, dos quais 6.533 foram reduzíveis pela atenção à saúde durante a gestação. O Pará apresentou o maior número absoluto de óbitos evitáveis (6.129), seguido pelo Maranhão (4.490) e Amazonas (3.461), com respectivos totais de 1.887, 1.518 e 1.053 óbitos reduzíveis pela atenção à saúde durante a gestação. Nos demais estados, os óbitos evitáveis foram: Mato Grosso (2.299, sendo 687 reduzíveis), Amapá (856, sendo 319 reduzíveis), Roraima (965, sendo 199 reduzíveis), Acre (775, sendo 183 reduzíveis), Rondônia (955, sendo 361 reduzíveis) e Tocantins (864, sendo 326 reduzíveis). A seguir apresentam-se os coeficientes de mortalidade infantil evitável calculados: Roraima (17,91), Amapá (15,23), Acre (12,96), Pará (11,69), Amazonas (11,65), Maranhão (10,95), Mato Grosso (9,92), Rondônia (9,54) e Tocantins (9,27). **CONCLUSÃO:** O estudo evidencia o quanto a qualidade da atenção à saúde materna e infantil na referida região exerce influência sobre a saúde desses segmentos populacionais. Os achados reforçam a importância da assistência integral à gestante não apenas na redução da mortalidade infantil, mas também na melhoria dos desfechos perinatais e neonatais.

Palavras-chave: Mortalidade infantil, atenção primária, Amazônia, óbitos, gestante.

REFERÊNCIAS:

BAIA, Fernando Gabriel Rodrigues et al. A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 9, p. 1139- 1172, 4 set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n9p1139-1172>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Lista de causas de mortes evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 16, n. 4, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742007000400002>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ROCHA, Rudi et al. A saúde na Amazônia Legal – Evolução recente e desafios em perspectiva comparada. [S. l.]: Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed20>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SANTOS, Hellen Geremias dos et al. Mortes infantis evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde: comparação de duas coortes de nascimentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 907-916, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01182013>. Acesso em: 17 mar. 2025

IMPACTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA MATERNIDADE E NO VÍNCULO MÃE-BEBÊ

Laiane Angélica Costa Souza - Universidade Federal do Norte do Tocantins - laiane.souza@ufnt.edu.br
Bianca Ferrette Barrêto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - bianca.ferrete@mail.uft.edu.br
Larissa Freitas de Godoi - Universidade Federal do Norte do Tocantins - larissa.godoi@ufnt.edu.br
Cláudia Denise Mendanha Manguiera - Universidade Federal do Norte do Tocantins - claudia.manguiera@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A gestação deve ser compreendida pelo bem-estar materno e fetal, promovido por cuidados no pré-natal e puerpério. Esse período envolve um processo de reestruturação, pois a mulher precisa se ajustar a uma nova identidade e função social. A depressão pós-parto (DPP) afeta cerca de 15% das mulheres no primeiro ano após o parto, comprometendo a saúde mental materna e o desenvolvimento infantil. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo fatores biológicos, psicológicos e sociais, como alterações hormonais, histórico de transtornos mentais, estresse e falta de suporte social. A DPP impacta negativamente a interação mãe-bebê, com mães menos responsivas e bebês apresentando menor contato visual e expressividade afetiva reduzida. Além disso, a conectividade neural em áreas ligadas à afetividade e mentalização pode ser prejudicada, dificultando a regulação emocional materna. A atenção básica, muitas vezes, subestima a DPP, pois seus sintomas podem ser confundidos com manifestações comuns do puerpério, como fadiga e alterações no sono. Estratégias de intervenção precoce, como o atendimento em unidades mãe-bebê, demonstram benefícios na interação materno-infantil, especialmente para mães com transtornos mentais prévios. **OBJETIVOS:** Analisar o impacto da depressão pós-parto na interação mãe-bebê, investigando alterações comportamentais e neurobiológicas e suas consequências no desenvolvimento infantil. **METODOLOGIA:** Para a realização deste estudo foi realizada uma revisão de literatura utilizando bases de dados acadêmicas PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores ("Postpartum Depression" OR "Depressão Pós-Parto") AND ("Maternal Behavior" OR "Comportamento Materno") e "Depressão Pós-Parto" AND ("Relações Mãe-Filho" OR "Comportamento Materno"). O recorte temporal abrangeu 2020 a 2025. Foram excluídos artigos pagos, duplicados e não pertinentes ao tema. **RESULTADOS:** A DPP compromete a responsividade materna e pode afetar o desenvolvimento cognitivo e emocional infantil, refletindo em dificuldades no sono e na expressão emocional dos bebês. Estudos neurobiológicos indicam menor ativação de áreas cerebrais maternas associadas à empatia. Além disso, mesmo um suporte social limitado pode mitigar os efeitos negativos da DPP no vínculo mãe-bebê. **CONCLUSÃO:** A DPP tem origem multifatorial e impacta significativamente a relação mãe-filho, afetando a amamentação, promovendo ambivalência no vínculo e reduzindo a responsividade materna. O comprometimento comportamental e cognitivo infantil pode ser minimizado com triagem precoce da DPP na atenção básica, como a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo, além de suporte emocional e social no pré e pós-natal, contribuindo para a promoção da saúde mental materna.

Palavras-chave: Depressão pós-parto, relações mãe-filho, comportamento materno.

REFERÊNCIAS:

- MORGAN, J. K. et al. Postpartum Depression Is Associated With Altered Neural Connectivity Between Affective and Mentalizing Regions During Mother-Infant Interactions. *Frontiers in Global Women's Health*, v. 2, 23 set. 2021.
- MONTEIRO, Giovanna Barros et al. Depressão pós-parto e seu impacto no aleitamento materno: uma revisão integrativa. *Revista Educação em Saúde*, v. 12, n. Suplemento 2, p. 58-65, 2024.
- MULLIGAN, E. M. et al. The rewards of motherhood: Neural response to reward in pregnancy prospectively predicts maternal bonding with the infant in the postpartum period. *Biological Psychology*, v. 163, p. 108148, jul. 2021.

ISCAIFE, Amanda et al. Associação entre sintomas de depressão pós-parto e qualidade da relação de apego mãe-bebê. [Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento](#), v. 20, n. 1, 2020.

ZARDINELLO, Dhiéssica Regina Moi; KOCH, Sabrina. O impacto da depressão pós-parto materna na relação mãe-bebê e os efeitos na interação da díade: uma revisão integrativa. [Revista Psicologia em Foco](#), v. 12, n. 17, p. 28-44, 2020.

IMPACTOS E ALTERNATIVAS DO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE EM GESTANTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Thiago Castro da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - thiago.silva@ufnt.edu.br
João Victor de Azevedo Marques - Universidade Federal do Norte do Tocantins - joao.marques@ufnt.edu.br
João Costa Nunes - Universidade Federal do Norte do Tocantins - joao.nunes@ufnt.edu.br
Luiz Fernando Moschen Carvalho - Universidade Federal do Norte do Tocantins - luiz.carvalho@ufnt.edu.br
Maressa Arruda Milhomem - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maressa.milhomem@ufnt.edu.br
Taides Tavares dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - taides.santos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A tuberculose (TB), causada por bactérias do complexo *Mycobacterium tuberculosis*, é uma das doenças mais antigas da humanidade, que causam mais mortes no mundo todo. A OMS, em um levantamento de 2022, estimou que no Brasil cerca de 105 mil pessoas foram acometidas pela doença, das quais 87.344 foram diagnosticadas e tratadas. Os medicamentos de primeira e segunda linha utilizados para tratamento de TB podem ser tóxicos para o andamento de uma gestação, sendo necessário avaliar alternativas para o combate à infecção de mulheres grávidas. **OBJETIVOS:** Apresentar uma visão geral acerca dos efeitos negativos dos medicamentos para o tratamento de TB em gestantes e alternativas medicamentosas resolutivas para esse grupo. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Utilizou-se a estratégia PICO e as bases de dados como SciELO, MEDLINE (PubMed), Scopus, Web of Science e BVS. Foram empregados o operador booleano “AND” e as palavras-chave: “Tuberculose”, “Gestantes”, “Tratamento”. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, em língua portuguesa ou inglesa, publicados nos últimos 5 anos. Foram excluídos artigos duplicados e que não atenderam aos critérios de inclusão mencionados. Ao todo, trinta e dois artigos atenderam aos critérios de seleção e, após análise minuciosa do conteúdo, dez foram selecionados para elaboração do trabalho. **RESULTADOS:** Os medicamentos para o tratamento de TB em gestantes possuem diversos riscos para o desenvolvimento da gravidez. Nesse sentido, fármacos de classificação de segurança D, em maioria, não são recomendados para uso de gestantes, como a Amicacina e Estreptomicina. Com relação aos fármacos de classificação de segurança C, Rifampicina e Pirazinamida são utilizados com uma taxa de segurança considerável. Contudo, já há confirmação de malformações associadas ao uso de Clofazimina, Linezolida e Etionamida. Já os fármacos de classificação de segurança B, como Bedaquilina e Rifabutina, apresentam efeitos negativos para o andamento gestacional, enquanto o Etambutol apresenta boa segurança. Diversos outros fármacos das três classes de segurança citadas ainda carecem de estudos que esclareçam sua segurança para o uso em gestantes. **CONCLUSÃO:** Os fármacos antituberculosos na população gestante podem ter efeitos negativos no desenvolvimento da gestação, porém há alternativas para serem utilizadas por esse grupo de risco. Entretanto, é evidente a escassez de literatura dedicada a essa parcela da população, sendo necessária a ampliação e aprofundamento de pesquisas e estudos sobre os efeitos dos fármacos antituberculosos na população gestante.

Palavras-chave: Antituberculosos, Doenças negligenciadas, Gravidez.

REFERÊNCIAS:

- ANDRADE JÚNIOR, F. P. de et al. Antituberculosis in pregnancy: a review. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p. e118963714, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i6.3714. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BALUKU, J. B.; BONGOMIN, F. Treatment outcomes of pregnant women with drug-resistant tuberculosis in Uganda: A retrospective review of 18 cases. **International Journal of Infectious Diseases**, v. 105, p. 230–233, abr. 2021. DOI: 10.1016/j.ijid.2021.02.032. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil recupera índice de detecção de tuberculose e aperfeiçoa tratamento de pacientes. **Portal Gov.br**, 2023. Acesso em: 04 fev. 2025.
- NEVE, K. J. et al. Tuberculosis in pregnant women and neonates: a meta-review of current evidence. **Paediatric Respiratory Reviews**, v. 36, p. 27–32, nov. 2020. DOI: 10.1016/j.prrv.2020.02.001. Acesso em: 04 fev. 2025.
- PAIVA, Maykon J. M. et al. *Helicobacter pylori*: Factors Related to Therapeutic Resistance and Current Approaches. **Global Journal of Human-Social Science**, v. 24, n. H3, p. 19–26, 2024. DOI: 10.34257/GJHSSHVOL24IS3PG19. Acesso em: 04 fev. 2025.

IMPLICAÇÕES DA MALÁRIA NA SAÚDE MATERNO-INFANTIL NA AMAZÔNIA

Isabela Barros Taveira - Universidade Federal do Norte do Tocantins - isabela.taveira@ufnt.edu.br

Maria Lina Brito Dias - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.dias@ufnt.edu.br

Josué Moura Telles - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A malária é uma doença transmitida pelo mosquito *Anopheles* e está presente em regiões tropicais, principalmente na Amazônia brasileira. Nesse sentido, populações vulneráveis, como gestantes e crianças, podem apresentar agravamento das condições de saúde associadas a tal infecção. **OBJETIVOS:** Este resumo tem como objetivo analisar as implicações da malária na saúde materno-infantil na região amazônica, destacando aspectos de risco e complicações. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão de literatura de artigos científicos da base de dados PUBMED/MEDLINE, selecionados a partir dos descritores em saúde organizados com operadores booleanos: (“pregnancy” OR “premature”) AND (“malaria”) AND (“Brazil”), Os fatores de inclusão foram publicações nos idiomas inglês, espanhol e português, disponibilizadas na íntegra e de acesso livre, do período entre 2015 e 2025. Foram encontrados 103 trabalhos e selecionados 6 que se adequam ao tema e aos objetivos propostos na revisão. **RESULTADOS:** Um estudo observacional de coorte no estado do Acre demonstrou que a infecção por *Plasmodium vivax* no primeiro trimestre de gestação aumenta as chances de ocorrência de parto prematuro (adapted odds ratio 8.12), baixo peso ao nascer (aOR 4.34) e redução na circunferência cefálica (aOR 3.58). Os trabalhos apontam ainda complicações pertinentes da malária durante a gravidez, a exemplo de uma redução do índice de Apgar no 5º minuto e elevação dos casos de natimortos. Os dados obtidos reforçam fatores relacionados a esses riscos, como gestantes adolescentes e jovens, primigestas e ausência ou insuficiência de assistência pré-natal. Além disso, foi encontrada relação entre mulheres residentes em áreas rurais e maior chance de infecção mista por *P. vivax* e *P. falciparum*. Este último é relevante para a presença de anemia perinatal e aumento no número de natimortos. **CONCLUSÃO:** Nesse sentido, nota-se os efeitos da infecção por *Plasmodium* sp., adquirida principalmente no primeiro trimestre, e o desdobramento da malária durante a gravidez, fragilizando a saúde materno-infantil. A partir dos dados analisados nos estudos mencionados, é possível afirmar que as complicações associadas ao parto prematuro ou aos acometimentos do recém nascido (como baixo peso ao nascer) corroboram a importância da realização do pré-natal de qualidade, que não somente investigue, mas colabore na prevenção da malária em gestantes da região amazônica. Ainda assim, é necessário o desenvolvimento de mais estudos para garantir melhores intervenções pré e pós infecção.

Palavras-chave: Malaria, Brazil, Pregnancy.

REFERÊNCIAS:

BÔTTO-MENEZES, C. et al. *Plasmodium vivax* malaria in pregnant women in the Brazilian Amazon and the risk factors associated with prematurity and low birth weight: A descriptive study. **PloS one**, v. 10, n. 12, p. e0144399, 18 Dez 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0144399>. Acesso em 10 mar 2025.

DOMBROWSKI, J. G. et al. Adverse pregnancy outcomes are associated with *Plasmodium vivax* malaria in a prospective cohort of women from the Brazilian Amazon. **PLoS neglected tropical diseases** vol. 15,4 e0009390. 29 Abr. 2021, doi:10.1371/journal.pntd.0009390. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosntds/article?id=10.1371/journal.pntd.0009390>. Acesso em 10 mar 2025.

SEIJAS-CHÁVEZ, J. A. et al. Causal effects on low Apgar at 5-min and stillbirth in a malaria maternal-fetal health outcome investigation: a large perinatal surveillance study in the Brazilian Amazon. **Malaria journal** vol. 20,1 444. 25 Nov. 2021, doi:10.1186/s12936-021-03981-y. Disponível em: <https://malariajournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12936-021-03981-y>. Acesso em 10 mar 2025.

SOUZA, R. M. et al. Association of the humoral immune response with the inflammatory profile in *Plasmodium vivax* infections in pregnant women. **PLoS neglected tropical diseases** vol. 18,11 e0012636. 4 Nov. 2024, doi:10.1371/journal.pntd.0012636. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosntds/article?id=10.1371/journal.pntd.0012636>. Acesso em 10 mar 2025.

DOMBROWSKI, J. G. et al. Mapping and characterizing areas with high levels of malaria in pregnancy in Brazil: A spatiotemporal analysis. [Lancet regional health. Americas](#) vol. 12 100285. 27 Mai. 2022, doi:10.1016/j.lana.2022.100285. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00102-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00102-8/fulltext). Acesso em 10 mar 2025.

INCIDÊNCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE 1 ANO DE IDADE NAS REGIÕES BRASILEIRAS DE 2012 A 2021: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

Solannya Rayna Carvalho Santos - UEMASUL - solannya.santos@uemasul.edu.br

Marcos Vinicius Soares Silva - UEMASUL – marcos.soares@uemasul.edu.br

Eslainy Xavier Matos - UEMASUL - eslainy.matos@uemasul.edu.br

Sâmia Luíza de Sousa Macêdo - UEMASUL – samia.macedo@uemasul.edu.br

Amanda Cristine Silva Sousa - UEMASUL – amandacristine.sousa@uemasul.edu.br

Luciana Oliveira dos Santos - UEMASUL – luciana.santos@uemasul.edu.br

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma doença infectocontagiosa transmitida pela bactéria *Treponema pallidum*, apresentando altas taxas de transmissão vertical, com ocorrências de até 100% nas duas primeiras fases da doença materna. A sífilis congênita resulta da disseminação hematogênica da bactéria da gestante para o conceito. Apesar de a incidência congênita ser evitável, desde que a sífilis gestacional seja devidamente tratada, ainda há lacunas na assistência pré-natal que dificultam os agravos associados à doença, como o atraso do início dos atendimentos. Pode ser assintomática em neonatos, apresentar hepatomegalia e icterícia até o segundo ano de vida e formação de gomas sífilíticas após os 2 anos de idade. **OBJETIVOS:** Analisar a incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade por 1000 nascidos vivos nas regiões brasileiras entre os anos 2012 a 2021. **METODOLOGIA:** Utilizou-se a Plataforma Proadess da Fiocruz, na aba matriz de indicadores, seção desempenho dos serviços de saúde, subseção incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano. Selecionou-se a abrangência das grandes regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste e a média nacional entre os anos de 2012 a 2021. **RESULTADOS:** A média do aumento na incidência por regiões nos dez anos analisados foi de 5,0% (norte), 6,9% (nordeste); 7,2% (sudeste); 6,5% (sul); 4,4% (centrooeste) e a média nacional 6,5%. Quando realizada a Anova, foi constatada diferença entre as regiões e a média nacional com $p=0,009$. Quando realizado o poshoc, foi identificada diferença estatisticamente significativa apenas entre as regiões Sudeste e Centro-oeste com um $p=0,026$. Os dados abordados mostram a realidade exibida em estudo que aponta a Região sudeste com maiores incidências de sífilis, principalmente, quando comparada a região Centro-oeste que tem as menores taxas de incidências. **CONCLUSÃO:** Portanto, embora seja uma doença de agravo evitável ainda há aumentos preocupantes de sífilis congênita em menores de 1 ano, realidade que pode estar associada não só a problemas estruturais da assistência pré-natal como a falta de letramento da população sobre a sífilis congênita.

Palavras-chave: Sífilis Congênita, Cuidado Pré-Natal, Perfil de Saúde

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Anelisa Soares de et al. Sífilis na gestação, fatores associados à sífilis congênita e condições do recém-nascido ao nascer. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 30, p. e20200423, 2021.

BARROS, H. Proadess - Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde. Disponível em: . Acesso em: 10 mar. 2025.

DOMINGUES, Carmen Silvia Bruniera et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: sífilis congênita e criança exposta à sífilis. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, p. e2020597, 2021.

GUIMARÃES, Wilderi Sidney Gonçalves et al. Acesso e qualidade da atenção pré-natal na Estratégia Saúde da Família: infraestrutura, cuidado e gestão. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, n. 5, p. e00110417, 2018.

SONDA, Eduardo Chaida et al. Sífilis Congênita: uma revisão da literatura. **Revista de Epidemiologia e controle de Infecção**, v. 3, n. 1, p. 28-30, 2013.

INCIDÊNCIA E DESAFIOS PARA O DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Clara Costa Cerqueira - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC – mcclaracerqueira@gmail.com

Heitor Enéias Cordeiro - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - heitorec@hotmail.com

Marianna Azevedo de Castro - Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT - mariazvcst@hotmail.com

Paulo Otávio Neto Ferreira Sousa - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - paulofsneto@hotmail.com

Rubens Dário Valtuille Júnior - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos/UNITPAC - rubensvaltuille7532@gmail.com

Denise Rodrigues Chagas Gonçalves – Universidade Federal do Acre/UFAC - denise.ss.goncalves@hotmail.com

INTRODUÇÃO: A sífilis congênita (SC) é uma infecção bacteriana causada pelo *Treponema pallidum*, transmitida pela mãe para o filho durante a gestação ou o parto, resultante da sífilis gestacional não tratada ou inadequadamente tratada. Considerada um grave problema de saúde pública, a SC está associada a desfechos desfavoráveis, como aborto, óbito neonatal, prematuridade e baixo peso ao nascer. **OBJETIVOS:** Analisar a incidência e os principais desafios relacionados ao diagnóstico e prevenção da sífilis congênita.

METODOLOGIA: Foi realizada uma revisão integrativa de literatura nas bases de dados Scielo, PubMed e SINAN, acessada pela plataforma TabNet/DATASUS. Utilizaram-se os descritores MeSH “Sífilis Congênita”, “Diagnóstico” e “Prevenção”, combinados com o operador booleano “AND”, abrangendo publicações entre 2015 a 2025, em inglês e português, resultando em 885 artigos. Desses, foram selecionados 4 para compor a revisão. As variáveis verificadas nas estatísticas descritivas do DATASUS incluíram: sífilis congênita, ano e região Norte.

RESULTADOS: De 2015 a 2024, a região Norte registrou 20.143 casos de SC, com picos em 2023 (2.461 casos) e 2022 (2.381 casos). Os estados do Pará e Amazonas concentraram as maiores taxas de transmissão vertical, com 43,62% e 24,61% de todos os casos, respectivamente. A persistência da SC está ligada ao acesso inadequado da gestante ao pré-natal, seja por início tardio ou por não o realizar de forma alguma. Mesmo com o pré-natal, a testagem pode não ocorrer nos momentos ideais, resultando em diagnóstico tardio. Além disso, a infecção pode ocorrer ao longo da gestação, por parceiros não testados, sendo detectada apenas em testes no parto. Ainda, gestantes em situações de vulnerabilidade social, como baixa escolaridade, desempregadas ou residentes em áreas remotas, enfrentam dificuldades na acessibilidade aos serviços de saúde.

CONCLUSÃO: A SC continua sendo um grande desafio para a saúde pública na região Norte, onde a alta incidência reflete deficiências no acesso ao pré-natal e na testagem adequada das gestantes. Os dados analisados evidenciam que a transmissão vertical da sífilis está fortemente associada ao início tardio ou ausência de envio da mãe ao pré-natal, falhas no diagnóstico oportuno e vulnerabilidades. Diante disso, as estratégias de enfrentamento devem incluir a ampliação do acesso das gestantes à atenção primária, testagem precoce e repetida durante a gestação, tratamento adequado e controle de parceiros sexuais. Em última análise, o trabalho apresenta limitações de estudos sobre a SC na região Norte, e não declara divergência das literaturas.

Palavras-chave: Sífilis congênita, diagnóstico, epidemiologia.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, I. M. DE .; OLIVEIRA, R. P. B.; ALVES, R. R. F.. Diagnosis, treatment, and notification of syphilis during pregnancy in the state of Goiás, Brazil, between 2007 and 2017. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 68, 2021.

FIGUEIREDO, D. C. M. M. DE . et al.. Relação entre oferta de diagnóstico e tratamento da sífilis na atenção básica sobre a incidência de sífilis gestacional e congênita. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 3, 2020.

OLIVEIRA, G. L. DE . et al.. A completeness indicator of gestational and congenital syphilis information in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 42, 2023.

RONCALLI, A. G. et al.. Effect of the coverage of rapid tests for syphilis in primary care on the syphilis in pregnancy in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 94, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN). Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-desau-de-tabnet/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MORTALIDADE INFANTIL NA REGIÃO NORTE: UM ESTUDO DE TENDÊNCIAS E DETERMINANTES (2013 - 2023)

Hiroshi Alves Uchikado - Universidade Federal do Norte do Tocantins - hiroshi.uchikado@ufnt.edu.br

Jadeir Elias dos Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - jadeirsantos.uff@gmail.com

Natália Oliveira Rodrigues Ferreira - Universidade Federal Do Norte do Tocantins -
nataliaoliveiraufnt@gmail.com

Philippe Ferreira Bastos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - philipe.bastos@ufnt.edu.br

Fabiana de Andrade Bringel - Universidade Federal do Norte do Tocantins - fabiana.bringel@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A mortalidade infantil é um dos principais desafios de saúde pública no mundo. Suas principais causas estão relacionadas à prematuridade, ao baixo peso ao nascer, aos fatores de risco maternos, às malformações congênitas e à asfixia perinatal, que estão fortemente relacionados à baixa qualidade da assistência prestada durante o pré-natal e o parto, sendo muitas dessas causas, consideradas evitáveis. A taxa de mortalidade infantil é um indicador sensível para avaliar a qualidade de vida, o desenvolvimento socioeconômico e o acesso da população aos serviços de saúde. **OBJETIVOS:** Analisar o número de nascidos vivos, número de óbitos em crianças menores de 1 ano e a taxa de mortalidade no Brasil, de forma comparativa entre as regiões Norte e Sudeste. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo ecológico, observacional, retrospectivo, do tipo exploratório-descritivo, de casos notificados de mortalidade em crianças menores de 1 ano de idade e de nascidos vivos no Brasil, que foram extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no período entre 2013 e 2023. Foram excluídos os registros de casos cuja localidade de residência não pôde ser identificada, bem como registros incompletos. A taxa de mortalidade infantil foi calculada a partir da divisão entre o número de óbitos infantis (menores de 1 ano) e o número de nascidos vivos no período estudado. O resultado dessa divisão foi multiplicado por 1.000 para obter a taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos. **RESULTADOS:** A análise dos dados coletados revela diferenças significativas nas taxas de mortalidade infantil entre as regiões Norte e Sudeste do Brasil. Durante o período analisado, o número total de nascidos vivos no Brasil foi de 30.983.111, e o número de óbitos em crianças menores de 1 ano foi de 386.198. Quando comparado por região, a região Norte apresentou 3.393.362 nascidos vivos 52.244 óbitos em menores de 1 ano e com uma taxa de mortalidade infantil de 15,38. Em contraste, a região Sudeste registrou 12.064.116 nascidos vivos, 137.701 óbitos em crianças menores de 1 ano, e taxa de mortalidade infantil de 11,41. **CONCLUSÃO:** A análise da mortalidade infantil revelou discrepâncias significativas considerando as regiões Norte e Sudeste que refletem as desigualdades socioeconômicas e de acesso a serviços de saúde, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que melhorem a infraestrutura e o atendimento nas regiões mais vulneráveis, visando à redução dessas disparidades.

Palavras-chave: Estatísticas vitais, Mortalidade infantil, Saúde Pública.

REFERÊNCIAS:

GONÇALVES, Heloísa Rodrigues et al. Pesquisa Nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. 1-13, ago. 2014. DOI: 10.1590/0102-311X00133213.

GUINSBURG, Ruth. Redução da mortalidade neonatal: um desafio atual na agenda de saúde global e nacional. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 27, n. 6, p. 389-392, jun. 2005. DOI: 10.1590/S0100-72032005000600002.

SILVA, Lilian Andrade da et al. Mortalidade neonatal precoce e tardia: causas evitáveis e tendências nas regiões brasileiras. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 36, p. e2023AO02322, 2023. DOI: 10.37689/acta-ape/2023AO02322.

SILVA, Zilda Pereira da et al. Morte neonatal precoce segundo complexidade hospitalar e rede SUS e não-SUS na Região Metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1-13, jan. 2010. DOI: 10.1590/S0102-311X2010000100013.

MORTALIDADE MATERNA INDÍGENA: EVIDÊNCIAS, BARREIRAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Matheus Ferreira Fonseca - UNITPAC - matheus.diasferr.mf95@gmail.com

Emerson Ribeiro Borges - UNITPAC - emersonrb389@gmail.com

Vinicius Jácome Correia Lima - UNITPAC - vjclima@hotmail.com

Wesley Carvalho Machado - UNITPAC - carvalhowesley455@gmail.com

François Moraes Cavalcante Silva - UNITPAC - francoismoraes98@gmail.com

Rodolfo Lima Araújo - UNITPAC - rodolfo.araujo@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: A mortalidade materna é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o óbito de uma mulher durante a gestação, o parto ou o puerpério (até 42 dias pós-parto) decorrente de qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez, mas não por causas acidentais ou incidentais. Dentre a população indígena, a maioria dos óbitos maternos decorre de causas obstétricas diretas, frequentemente associadas à baixa cobertura de pré-natal e à complexidade do acesso a serviços de emergência. No Brasil, a combinação de barreiras geográficas, estruturais e socioculturais limita o acesso a cuidados obstétricos. Portanto, as mulheres indígenas enfrentam grandes empecilhos no acesso à assistência médica hospitalar. **OBJETIVOS:** Comparar a razão de mortalidade materna (RMM) da população indígena com a da população geral. Determinar a principal causa da mortalidade materna indígena (MMI). Compreender quais fatores dificultam o acesso dessa população aos serviços de saúde. Discutir possíveis estratégias para reduzir os óbitos maternos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca de artigos foi realizada nas bases Google Acadêmico e SciELO, utilizando descritores sobre mortalidade materna e saúde indígena. Foram selecionados estudos publicados nos últimos cinco anos, seguindo critérios de relevância e qualidade. A análise dos dados adotou uma abordagem mista. **RESULTADOS:** No período de 2012 a 2021, foram registradas 20.046 mortes maternas no Brasil, das quais 288 ocorreram entre mulheres indígenas, representando 1,5% do total de óbitos. A razão de mortalidade materna (RMM) para essa população foi de 117,6 mortes por 100 mil nascidos vivos (NV), enquanto para mulheres não indígenas, a razão foi de 69,2 por 100 mil NV. As hemorragias pós-parto foram as principais causas da MMI. Em contraste, na população não indígena, as complicações hipertensivas tiveram maior impacto. O acesso limitado dos povos indígenas aos serviços de saúde deve-se a fatores como distância geográfica, barreiras linguísticas, desconfiança no atendimento, dificuldades de comunicação com profissionais de saúde e episódios frequentes de racismo. **CONCLUSÃO:** Os dados demonstram que a mortalidade materna indígena é consideravelmente superior à da população geral, evidenciando desigualdades no acesso a cuidados obstétricos essenciais. A predominância de causas diretas, especialmente hemorragia pós-parto, reforça a necessidade de assistência qualificada e oportuna. Esses achados ressaltam a urgência de fortalecer a atenção pré-natal, capacitar profissionais para um atendimento culturalmente adequado e expandir a infraestrutura de saúde em áreas remotas, garantindo um cuidado equitativo e a redução dessas disparidades.

Palavras-chave: Mortalidade Materna; Saúde dos Povos Indígenas; Saúde da Mulher.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Alan Francisco Pereira; PINHEIRO, Beatriz Rodrigues; GUIMARÃES, Íris Isabela da Silva Medeiros. Relação entre acompanhamento no pré-natal, mortalidade materna e fatores sociodemográficos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 10, n. 07, p. 3336-3350, jul. 2024. ISSN 2675-3375. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.15080>. Acesso em: 18 mar. 2025.

OLIVEIRA, Elton Filipe Pinheiro de; ARAÚJO FILHO, Valdecir Moreira de; GONÇALVES, Hércia Regina Lima; FONSECA, Kelvyane Farias da; GARCIA, Patrícia de Sousa; REIS, Ricardo Batista; ADEODATO, Ana Maria Sampaio Coelho; GOMES, Ramyla Siqueira; LIMA, Maria Gorete Silva; OLIVEIRA, Paulo Henrique Queiroz de. Razão de Mortalidade Materna (RMM) no Brasil, 2012 – 2021. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, v. 43, n. 3, p. 5-9, jun./ago. 2023. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20230804_170550.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, Ana Lucia Souza da et al. Fatores relacionados à mortalidade materna indígena no estado do Amazonas. [Revista Contemporânea](#), v. 3, n. 12, p. 30082-30107, 2023. ISSN 2447- 0961. DOI: 10.56083/RCV3N12-269. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2767>. Acesso em: 18 mar. 2025

ÓBITOS EVITÁVEIS EM MENORES DE 5 ANOS POR CAUSAS REDUZÍVEIS COM ATENÇÃO À GESTANTE NA AMAZÔNIA LEGAL: PRINCIPAIS CAUSAS E PERFIL EPIDEMIOLÓGICO

Vitória Ferreira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins -vitoria.ferreira@ufnt.edu.br

Joanny Siva Moraes - Universidade Federal do Norte do Tocantins - joanny.moraes@ufnt.edu.br

Ediana Vasconcelos da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins- ediana.silva@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A população da Amazônia Legal (AL) possui um território heterogêneo e com indicadores socioeconômicos e sanitários díspares, influenciando na mortalidade. Nesse sentido, as mortes evitáveis são aquelas relacionadas com a ausência de suporte de saúde efetivo. A lista de causas de mortes evitáveis é utilizada para o monitoramento da mortalidade, do impacto de ações de saúde de uma população e para avaliação dos serviços ofertados. **OBJETIVOS:** Identificar as principais causas de morte evitável em menores de 5 anos relacionadas à atenção à gestante e o perfil epidemiológico associado. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo sobre os casos de óbitos infantis entre 0-5 anos por causas reduzíveis com atenção à mulher na gestação no território brasileiro da AL, de 2019 a 2023. Os dados foram obtidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificações(SINAN), na sessão de mortalidade, sendo dispensado a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). As variáveis utilizadas foram: causas evitáveis; sexo; idade e cor/raça. **RESULTADOS:** O número total de mortes no período analisado foi de 7.980, 4.517 do sexo masculino, 3.444 do sexo feminino e 19 ignorado, evidenciando maior prevalência (56,6%) de óbitos infantis no sexo masculino. Em relação à cor/raça, 5.695(71,3%) eram pardos 1.141(14%) brancos, 111(1,3%) pretos, 19(0,23%) amarelos, 259(3,2%) indígenas e 755(9,4%) ignorada. Tais dados justificam-se pelo predomínio de pardos na região da AL, de acordo com o censo do IBGE de 2022. Quanto à faixa-etária, 6.376(79%) tinham entre 0-6 dias, 1.205(15%) entre 7-27 dias, 382(4,7%) entre 28-364 dias e 17(0,21%) entre 1-4 anos, demonstrando que a maior parte dos óbitos são neonatal. Dentre as causas relacionadas à atenção à gestante, tem-se como principais: afecções maternas (24,8%), desconforto respiratório do recém-nascido (20,5%), prematuridade e baixo peso ao nascer (19,5%) e complicações gestacionais (11,7%). **CONCLUSÃO:** A análise demonstrou que a mortalidade neonatal é o principal contribuinte para esse desfecho, tendo as doenças maternas – diabetes mellitus, hipertensão arterial, infecções, complicações gestacionais, prematuridade/baixo peso ao nascer e desconforto respiratório do recém-nascido como fatores de risco significativos. Logo, demonstra-se que a atenção ao pré-natal é crucial no desfecho dessas mortes, bem como assistência adequada ao parto, o que sugere necessidade de maior aprimoramento do serviço de saúde ofertado na região da AL.

Palavras-chave: Óbitos evitáveis, Pré-natal, Mortalidade.

REFERÊNCIAS:

GARNELO, L. Especificidades e desafios das políticas públicas de saúde na Amazônia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 12, 2019.

LEAL, M. DO C. et al. Atenção ao pré-natal e parto em mulheres usuárias do sistema público de saúde residentes na Amazônia Legal e no Nordeste, Brasil 2010. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 15, n. 1, p. 91–104, mar. 2015.

MALTA, D. C. et al. Preventable deaths in childhood, according to actions of the Unified Health System, Brazil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, 2019.

OLIVEIRA, I. S. S. DE et al. Óbitos evitáveis de menores de cinco anos na macrorregião Norte do estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Bioética**, v. 26, n. 3, p. 397–402, dez. 2018.

VIEIRA, F. M. DOS S. B.; KALE, P. L.; FONSECA, S. C. Aplicabilidade da Lista Brasileira de Causas de Mortes Evitáveis por intervenção do Sistema Único de Saúde, para análise de óbitos perinatais em municípios dos estados Rio de Janeiro e São Paulo, 2011*. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, maio 2020.

PADRÕES DE INCIDÊNCIA DA HANSENÍASE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO BRASILEIRA DA AMAZÔNIA LEGAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Raphael Mariano Gomes Calzada – Universidade Federal do Norte do Tocantins –
raphael.calzada@ufnt.edu.br

Geiciane Vieira da Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins – geiciane.silva@ufnt.edu.br

Anna Carolinna Garcia Machado – Universidade Federal do Norte do Tocantins –
annacarollinnagm@gmail.com

Iolanda Lima dos Santos Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins – iolanda.silva@ufnt.edu.br

Joanny Siva Moraes – Universidade Federal do Norte do Tocantins – joanny.moraes@mail.uft.edu.br

Pedro Antônio Jacinto Filho – Universidade Estadual do Maranhão – pedroajfilho@outlook.com

INTRODUÇÃO: A hanseníase é uma doença infectocontagiosa crônica causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*, transmitida por contato direto com pessoas contaminadas, pelas vias aéreas superiores, que atinge nervos periféricos, pele e mucosa. A patogenicidade depende da relação agente-hospedeiro e grau de endemicidade da região, sendo a Amazônia Legal área hiperendêmica da doença que relaciona-se com condições socioeconômicas. Ademais, a infecção em menores de 15 anos é um fator de sinalização para transmissão ativa e ausência de diagnóstico/tratamento, definindo a magnitude da incidência na região.

OBJETIVOS: Determinar o perfil epidemiológico de crianças e adolescentes acometidos pela hanseníase nos últimos 10 anos na região da Amazônia Legal. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma análise epidemiológica retrospectiva, descritiva e transversal utilizando os dados fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS) com os atributos “residência na Amazônia legal”, “faixa etária de 0 a 14 anos”, “período de 2015 a 2025”, “sexo”, “raça”, “escolaridade”, “forma clínica”, “classe diagnóstica”, “lesões cutâneas” e “episódio reacional”. **RESULTADOS:** Entre 2015 e 2025, a Amazônia Legal registrou 8.306 casos de hanseníase, com maior prevalência nas faixas etárias de 5 a 9 anos (28,30%) e 10 a 14 anos (69,22%). A maioria dos casos foi em pessoas pardas (71,77%), seguida por negros (11,08%) e brancos (13,33%). A distribuição por sexo foi equilibrada, com 52,20% de casos no sexo masculino e 47,75% no feminino. A maior parte dos casos ocorreu em crianças com escolaridade não classificada (8,87%) ou ensino fundamental incompleto (40,15%), indicando a importância de intervenções focadas nessas populações. A forma multibacilar foi predominante (69,7%), sugerindo uma carga mais grave da doença. Esses dados destacam a necessidade de estratégias de prevenção, especialmente estes grupos, considerando os fatores sociais e educacionais que influenciam a incidência da hanseníase na região. **CONCLUSÃO:** Segundo os dados analisados, foram registrados 8.306 casos, sendo a maioria crianças de 5 a 14 anos e a doença multibacilar. Os jovens com baixa escolaridade são os mais afetados pelo alto índice, indicando a necessidade urgente de intervenções direcionadas. Contudo, é essencial executar estratégias integradas que promovam a saúde e a educação, ao mesmo tempo, em que incentivem o engajamento e a conscientização da comunidade. Portanto, essas ações são necessárias para restaurar o quadro atual e garantir a saúde das futuras gerações na área.

Palavras-chave: Hanseníase, Adolescente, Criança.

REFERÊNCIAS:

BASSO, Maria Eduarda de Macedo; ANDRADE, Rosemary Ferreira de; SILVA, Rodrigo Luís Ferreira da. Tendência dos indicadores epidemiológicos da hanseníase em um estado endêmico da região amazônica.

Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 42, p. e20190520, 2021.

COSTA, Ricardo Milhomem et al. Hanseníase em menores de quinze anos no município mais hiperendêmico do Brasil. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 42, p. e2023022, 2023.

DE SALUD FAMILIAR, Y. CONDICIONES SOCIOECONÓMICAS. Relação da hanseníase com a cobertura da estratégia saúde da família e condições socioeconômicas. *Ciencia y Enfermeria*, v. 26, p. 1, 2020.

DE SANTANA, Letícia Cerqueira et al. Hanseníase em menores de 15 anos em área hiperendêmica da região norte do Brasil. [Hansenologia Internationalis: hanseníase e outras doenças infecciosas](#), v. 43, p. 1-14, 2018.

MONTEIRO, Lorena Dias et al. Hanseníase em menores de 15 anos no estado do Tocantins, Brasil, 2001-2012: padrão epidemiológico e tendência temporal. [Revista Brasileira de Epidemiologia](#), v. 22, p. e190047, 2019.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS GESTACIONAL NO TOCANTINS ENTRE 2009 E 2023

Mariah Ribeiro Martins - Universidade Federal do Norte do Tocantins - mariah.martins@ufnt.edu.br
Josué Moura Telles - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: A sífilis gestacional é uma infecção sexualmente transmissível causada pela bactéria *Treponema pallidum*. A doença pode promover manifestações dermatológicas, neurológicas e cardiovasculares, além de afetar a gravidez pelo risco de transmissão vertical, resultando em aborto espontâneo, natimorto, parto prematuro, malformações congênitas e morte neonatal. A incidência da doença reflete as condições socioeconômicas, culturais e de saúde tocaninenses, ao passo que sua prevenção se relaciona à educação sexual e uso de preservativos. **OBJETIVOS:** Investigar a evolução e o padrão epidemiológico da sífilis gestacional no Tocantins, entre 2009 e 2023. **METODOLOGIA:** Estudo estatístico, analítico, transversal e retrospectivo, utilizando dados fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS), sobre a incidência de sífilis gestacional no Tocantins de 2009 a 2023. **RESULTADOS:** O total de casos de sífilis gestacional dentre as datas analisadas no estado do Tocantins foi de 5.083. Os valores apresentaram tendência de aumento e estabilidade, com crescimento ininterrupto de 2013 (107 casos) a 2018 (623), sendo o ano de maior incidência o de 2022 (706). Palmas teve 1.831 casos e Araguaína, 774, enquanto os outros municípios não atingiram 130 casos, com exceção de Araguatins (131), Augustinópolis (130), Gurupi (172) e Porto Nacional (216). A faixa etária dos 20 aos 39 anos foi a mais acometida, com 3.627 casos, seguida das gestantes de 15 a 19 anos, com 1.302 registros. Observou-se majoritariamente a presença da sífilis primária (1.925) e latente (1.180), com positividade de teste treponêmico em 3.403 gestantes. A raça parda representou 3.721 pacientes, seguida pela branca (537) e preta (505). Por fim, a escolaridade da gestante infectada foi principalmente de ensino médio completo sem ensino superior (1.338), e 5º a 8º série incompleta (895). **CONCLUSÃO:** Observou-se que a segunda maior faixa etária incluiu gestantes de 15 a 19 anos, apontando tanto a gravidez na adolescência, quanto a falta de educação sexual na população. Ademais, a esmagadora quantidade de mulheres pardas infectadas destoou das demais raças, evidenciando um foco necessário nesta população. A concentração de casos em Palmas e Araguaína também foi discrepante. Diante do crescimento de valores, com ápice em 2022, é perceptível a falta de controle das políticas de saúde em relação ao problema. Em virtude disso, estudos como este são de importante utilização como base de novas estratégias públicas em focos populacionais e condições específicas, com o objetivo de diminuição dos valores apresentados.

Palavras-chave: Gravidez, Sífilis, Sífilis congênita, Saúde da mulher.

REFERÊNCIAS:

- SOUZA, L. B.; LIMA, M. G.; MARTINS-MELO, F. R.; et al. Relação entre oferta de diagnóstico e tratamento da sífilis na atenção básica sobre a incidência de sífilis gestacional e congênita. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, e00074519, 2020.
- SOARES, R. S. Prevalência e fatores de risco associados à sífilis na gravidez: revisão integrativa. **Revista Científica Integrada**, v. 6, n. 1, e202302, 2023.
- AMORIM, E. K. R.; MATOZINHOS, F. P.; ARAÚJO, L. A.; SILVA, T. P. R. Tendência dos casos de sífilis gestacional e congênita em Minas Gerais, 2009-2019: um estudo ecológico. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 4, e2021128, 2021.
- SOUZA, Mônica de; SILVA, Maria José; OLIVEIRA, Ana Paula. Sífilis na gestação: barreiras na assistência pré-natal para o controle da transmissão vertical. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 395-404, 2020.
- SOUZA, Maria Clara de; PEREIRA, João Carlos; LIMA, Fernanda Rocha. Prevalence and associated factors with syphilis in pregnant women attended in primary health care in a city in the Southeast, Brazil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 24, p. 1-10, 2024.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TOXOPLASMOSE GESTACIONAL NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL

Ana Clara Ramos Barros - Universidade Federal do Maranhão - ana.crb@discente.ufma.br

Álekis Vinicius Araújo Silva - Universidade Federal do Maranhão - alekis.vinicius@discente.ufma.br

Luiza Medeiros Alvarez - Universidade Federal do Maranhão - luiza.alvarez@discente.ufma.br

Camila Oliveira de Sousa - Universidade Federal do Maranhão - camila.os@discente.ufma.br

Weverton Barroso de Jesus - Universidade Federal do Maranhão - barroso.weverton@discente.ufma.br

Lorrany Fontenele Nascimento - Universidade Federal do Maranhão - lorrany.fontenele@ufma.br

INTRODUÇÃO: A toxoplasmose gestacional é uma infecção causada pelo parasita *Toxoplasma gondii*, que pode ser transmitida à gestante por meio do consumo de água ou alimentos contaminados, contato com fezes de gato ou carne mal cozida. Durante a gravidez, a infecção pode ser assintomática para a mãe, mas representa riscos graves para o feto, como aborto espontâneo, malformações congênitas e sequelas neurológicas ou oculares. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, de caráter quantitativo, com dados coletados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN/DATASUS). Foram utilizadas as variáveis: faixa etária da gestante, raça, ano da notificação, mês de notificação, Amazônia legal, intervalo de 2019 a 2024. A tabulação e a análise dos dados foi realizada usando Microsoft Excel 2015. **RESULTADOS:** Durante o período analisado, constatou-se um total de 67.290 casos da infecção no território brasileiro, quando se observam os casos que ocorreram na Amazônia legal 11.501 (17,1%), grande parte destes nos Estados da região Norte 8.088. Sendo que, o maior destaque ocorreu no ano de 2023 com 2.334 casos, enquanto o ano de 2020 foi o de menor incidência com 1.468 casos. Dentre o total de casos registrados, a faixa etária mais acometida foi a de gestantes dos 20 aos 39 anos, as quais totalizaram 8.454 infectadas, representando assim 73,5% dos casos notificados no território. Ao avaliar o aspectos relacionados a raça foi possível constatar que as mulheres pardas são as mais afetadas com 8.211 casos (71,4%), um dados importante a ser destacado é o número de acometimentos da população indígena com 167 casos. **CONCLUSÃO:** Os dados apresentados demonstram que a maior incidência da toxoplasmose gestacional no contexto da Amazônia Legal, ocorre entre as gestantes da raça pardas, na faixa etária de 20 aos 39 anos, indicando a necessidade de ações em saúde pública. Além disso, observou-se que no ao de 2023 a infecção foi mais numerosa, logo, a Atenção Primária em Saúde (APS) torna-se essencial para a Amazônia legal, a fim de promover o cuidado preventivo, detectando e intervindo de maneira efetiva através da triagem pré-natal, ademais, intervenções educacionais desenvolvidas na atenção básica são fundamentais para promoção de práticas indispensáveis, tais como o manuseio correto de alimentos e higiene adequada.

Palavras-chave: Amazônia legal, infecção, toxoplasmose gestacional.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Banco de dados do Sistema Único de Saúde–DATASUS. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Disponível em:

<https://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/toxogestacionalbr.def> Acesso em: 12 mar.

GARNAUD, C. et al. Teste de avididade de IgG específico para *Toxoplasma gondii* em mulheres grávidas. Microbiologia clínica e infecção: a publicação oficial da Sociedade Europeia de Microbiologia Clínica e Doenças Infecciosas, v. 26, n. 9, p. 1155–1160, 2020.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE DOENÇAS EXANTEMÁTICAS EM CRIANÇAS E PRÉ-ADOLESCENTES NA REGIÃO NORDESTE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

João Gabriel Jacinto – Universidade Federal do Norte do Tocantins - joao.jacinto@ufnt.edu.br

Raphael Mariano Gomes Calzada - Universidade Federal do Norte do Tocantins - raphael.calzada@ufnt.edu.br

Anna Carolinna Garcia Machado - Universidade Federal do Norte do Tocantins - annacarollinnagm@gmail.com

Pablo Emanuel Damasceno Alves da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins – pabloemanoel@gmail.com

Bruna Beatriz Borba Mundim - Universidade Federal do Norte do Tocantins – bruna.mundim@ufnt.edu.br

Aliandra Orlandino Azevedo - Universidade Federal do Norte do Tocantins – anna.machado@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: As doenças exantemáticas consistem em infecções provocadas por vírus ou bactérias que resultam na presença de um exantema cutâneo e outras manifestações clínicas. São comumente associadas à infância, sobretudo o sarampo e a rubéola. O sarampo é causado pelo Morbillivirus, sendo transmitido por contato direto e pelo ar. A rubéola é causada pelo vírus do gênero Rubivirus, havendo transmissão por partículas nasofaríngeas. A prevenção contra essas doenças é feita pela vacina da tríplice viral, aplicada nos primeiros meses de vida. **OBJETIVOS:** Determinar o perfil epidemiológico de doenças exantemáticas em crianças e pré-adolescentes na região Nordeste durante os anos de 2014 a 2024. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma análise epidemiológica retrospectiva, descritiva e transversal utilizando os dados fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS) com os atributos “sexo”, “raça”, “ano notificação”, “UF de notificação” e “evolução de caso”. **RESULTADOS:** No período de análise foram notificados 991 casos de sarampo em crianças e pré-adolescentes (0-14 anos) na região Nordeste pelo Ministério da Saúde. A maior incidência ocorreu em crianças menores de 1 ano (530 casos), diminuindo com o aumento da idade. Os casos foram predominantemente no sexo masculino (556 dos 991 casos), sendo a raça parda a mais prevalente em todas as faixas etárias analisadas (558 casos). O estado mais acometido foi o Ceará (578 casos). O maior número de casos foi notificado em 2014 (484 casos), seguido de uma redução progressiva nos anos subsequentes, com exceção de 2019, que apresentou aumento relativo, com 271 casos registrados. Em 2024, apenas 4 casos foram registrados, destacando avanços no controle dessas doenças. Houve dois óbitos notificados, ambos em menores de 1 ano, sendo um diretamente associado a doenças exantemáticas e outro decorrente de complicações. Foram relatados 841 casos de cura, indicando um bom prognóstico geral. **CONCLUSÃO:** Os resultados mostraram maior incidência de doenças exantemáticas no Ceará em crianças pardas, do sexo masculino e com menos de 1 ano. A partir de 2014, os casos reduziram, exceto pelo surto de 2019, influenciado por fatores como migração e baixa vacinação. O reforço vacinal do Ministério da Saúde levou à queda significativa de novos casos, com apenas 4 em 2024. Dois óbitos em menores de 1 ano reforçam a importância da prevenção. O alto índice de cura (841 casos) evidencia a eficácia do manejo clínico. Esses dados podem orientar ações de controle e prevenção na região Nordeste.

Palavras-chave Sarampo; Rubéola; Pediatria

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância epidemiológica do sarampo no Brasil 2019: janeiro a dezembro. **Boletim Epidemiológico**, v. 51, n. 6, mar. 2020. Disponível em: . Acesso em: 21 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Comissão Regional avalia status da eliminação do sarampo no Brasil. 2 set. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-9-2022-comissao-regional-avalia-status-da-eliminacao-dosarampo-no-brasil>. Acesso em: 21 dez. 2024.

<https://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida/article/view/31225/368>

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/23574/18940>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Avaliação das coberturas vacinais de rotina no Brasil, de 2009 a 2023, das crianças com até cinco anos de idade. [Relatório técnico](#). Brasília: CNM, 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202407_ET_SAU_Avaliacao_coberturas_vaciniais_municipios_crianças_cinco_anos.pdf. Acesso em: 23 dez. 2024.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ÓBITOS FETAIS NO TOCANTINS DE 2012 A 2023

Mariah Ribeiro Martins - UFNT - mariah.martins@ufnt.edu.br
Josué Moura Telles - mouratellesjosue@gmail.com

INTRODUÇÃO: O óbito fetal é definido pela morte do feto dentro do útero, após 20 semanas de idade gestacional, com critérios adicionais de peso (>500g) e estatura (>25cm). Este é um problema de saúde pública global que reflete as condições de vida da sociedade, principalmente a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, diante do fato de que a maioria das mortes precoces são evitáveis. **OBJETIVOS:** Investigar a evolução e o padrão epidemiológico dos óbitos fetais no Tocantins, entre 2012 e 2023. **METODOLOGIA:** Estudo estatístico, analítico, transversal e retrospectivo, utilizando dados fornecidos pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS), sobre a ocorrência de óbitos fetais no Tocantins de 2012 a 2023. **RESULTADOS:** Foram registrados 3.129 casos de óbitos fetais no Tocantins, entre 2012 e 2023. Em relação à idade gestacional, 32 a 36 semanas (783) e 37 a 41 semanas (700), foram as mais acometidas. Somaram-se 2713 óbitos intra-hospitalares, enquanto localizações adversas como a via pública representaram 436. Na faixa etária da mãe de 15 a 19 anos, apontou-se 543 casos, enquanto nas mães de 20 a 24, 772 casos, e na de 30 a 34, houveram 523. Dentre as causas de óbito, afecções do período perinatal (2859 óbitos) e malformações congênitas (231) foram líderes. Na escolaridade da mãe, 8 a 11 anos e 4 a 7 com 1289 e 717 óbitos fetais respectivamente. Palmas teve 506 casos e Araguaína 289. Nenhum dos outros municípios além de Gurupi (137) e Porto Nacional (113), chegaram a 100 óbitos. Os casos anuais se mantiveram entre 231 e 292 ao longo de todo o período analisado, com ano de maior incidência 2014 e o de menor, 2022. **CONCLUSÃO:** Os resultados comprovam que a mortalidade fetal continua um desafio de saúde no Tocantins, com valores persistentes ao longo dos anos. Observa-se que o perfil da mulher que mais sofreu com o óbito fetal é a de 20 a 24 anos, com 8 a 11 anos de escolaridade, na 32ª a 36ª semana de gravidez, residente de Palmas. Afecções do período perinatal se mostraram grandes fatores causais, expondo a necessidade de se valorizar um acompanhamento pré-natal de qualidade. Este trabalho é importante ao servir de base no desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à população vulnerável, visando a diminuição dos números encontrados.

Palavras-chave: Morte fetal, Gravidez, Saúde da Mulher, Assistência Integral à Saúde.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal. 2. ed. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2009. 96 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BARROS, P. S.; AQUINO, E. C.; SOUZA, M. R. Mortalidade fetal e os desafios para a atenção à saúde da mulher no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 12, 2019.
- AMINU, M.; BROEK, N. V. D. Stillbirth in low- and middle-income countries: addressing the 'silent epidemic'. **International Health**, v. 11, p. 237-239, 2019.
- SANTOS, Ana Beatriz dos; FERREIRA, Luiz Henrique; MENDES, Carla Regina. Unveiling the evolution of fetal death in pregnancy in different cultures. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 23, p. 1-9, 2023.
- COSTA, Fernanda de Souza; ALMEIDA, Ricardo José; BARROS, Patrícia Gomes. Fatores associados à sífilis em gestantes atendidas na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 4, p. 1-8, 2022.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ROTAVÍRUS EM CRIANÇAS NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

João Gabriel Jacinto – Universidade Federal do Norte do Tocantins - joao.jacinto@ufnt.edu.br

Raphael Mariano Gomes Calzada - Universidade Federal do Norte do Tocantins - raphael.calzada@ufnt.edu.br

Anna Carolinna Garcia Machado - Universidade Federal do Norte do Tocantins - annacarolinnagm@gmail.com

Pablo Emanuel Damasceno Alves da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins - pabloemanoel@gmail.com

Bruna Beatriz Borba Mundim - Universidade Federal do Norte do Tocantins – bruna.mundim@ufnt.edu.br

Aliandra Orlandino Azevedo - Universidade Federal do Norte do Tocantins – anna.machado@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O rotavírus é o principal causador de gastroenterite grave em crianças menores de 5 anos, sua transmissão ocorre principalmente pela via fecal-oral, podendo ser pelas mãos, alimentos e água. Seus sintomas incluem diarreia intensa, febre, vômitos e, em casos raros, complicações neurológicas. Antes da introdução da vacina, sua disseminação era mais elevada. No entanto, surtos ainda ocorrem devido à baixa cobertura vacinal. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico do rotavírus em crianças de 0 a 4 anos no Nordeste e Sudeste do Brasil, identificando diferenças na incidência, distribuição e fatores associados à doença. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma análise epidemiológica retrospectiva e descritiva baseada em dados do DATASUS/MS de 2009 a 2024. A pesquisa abrangeu crianças menores de 1 a 4 anos, considerando registros das regiões Nordeste e Sudeste. Foram analisados os atributos: ano da notificação, UF, presença de diarreia, febre, vômitos e sangue nas fezes. **RESULTADOS:** No Sudeste, foram registrados 598 casos, sendo 40% em menores de 1 ano. A diarreia foi o sintoma mais comum (99,7%), enquanto febre e vômito ocorreram em 55,8% e 82,1% dos casos, respectivamente. A presença de sangue nas fezes foi rara. São Paulo concentrou a maioria dos casos (475), seguido por Minas Gerais (122). No Nordeste, o número de notificações foi maior, totalizando 998 casos, com 71,5% em menores de 2 anos. A diarreia esteve presente em 96,7% dos casos, a febre em 58,2% e o vômito em 70,7%. A presença de sangue nas fezes foi mais frequente do que no Sudeste. Pernambuco liderou as notificações (32,1%), seguido por Maranhão e Bahia. As duas regiões apresentaram picos de casos em 2010 e 2011, seguidos de queda, principalmente durante a pandemia de COVID-19, devido a medidas preventivas. No entanto, houve aumento em 2023 e 2024, possivelmente devido à queda da cobertura vacinal, que atingiu sua meta pela última vez em 2018 (91,3%) e caiu para 71,8% em 2021. **CONCLUSÃO:** O estudo evidenciou diferenças na incidência do rotavírus entre Nordeste e Sudeste, influenciadas por fatores como cobertura vacinal, acesso à saúde e saneamento. No Sudeste, a doença ocorre mais nos meses frios, enquanto no Nordeste, ao longo do ano. A queda na vacinação pode explicar o recente aumento dos casos, reforçando a necessidade de estratégias regionais para controle da doença. Pesquisas futuras devem explorar variações intrarregionais para direcionar intervenções eficazes.

Palavras-chave: Rotavírus, Criança, Perfil de Saúde.

REFERÊNCIAS:

LUNA, E. J. A.; SILVA JR., J. B. Doenças transmissíveis, endemias, epidemias e pandemias. In: **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**. A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 2, p. 123-176. ISBN 978-85-8110-016-6. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SOUZA, J. F. A. et al. Cobertura vacinal e análise de tendência em crianças menores de um ano no estado de Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2020.

SANTOS, N. et al. Prevalência de rotavírus em crianças atendidas na rede pública de saúde do estado de Pernambuco. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 43, n. 5, p. 492-495, 2010. DOI: 10.1590/S0037-86822010000500015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Avaliação das coberturas vacinais de rotina no Brasil, de 2009 a 2023, das crianças com até cinco anos de idade. Relatório técnico. Brasília: CNM, 2024. Disponível

em https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202407_ET_SAU_Avaliacao_coberturas_vacinais_municipios_crianças_cinco_anos.pdf. Acesso em: 23 dez. 2024.

ARROYO, L. H. et al. Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas da heterogeneidade regional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, e00015619, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00015619. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00015619>. Acesso em: 23 dez. 2024

RASTREAMENTO DO DIABETES GESTACIONAL E IMPACTOS NA SAÚDE MATERNO-FETAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Glenda Emanuelle Rocha Duarte Ferraz – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - glenda.duarte@ufnt.edu.br

Emilly Aynara Rocha Duarte – Universidade de Gurupi (UNIRG) – emilly.a.r.duarte@unirg.edu.br

Isabela Moraes Leme - Universidade de Gurupi (UNIRG) – isabela.m.leme@unirg.edu.br

Giselly Santos Silva – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – giselly.silva@ufnt.edu.br

Sabrina da Mata Lima – Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) – sabrina.lima@ufnt.edu.br

Mateus Silva Santos – Universidade de Gurupi (UNIRG) - biomateus07@outlook.com

INTRODUÇÃO: O diabetes gestacional (DG) é considerado um problema de saúde pública e representa a alteração metabólica mais comum durante a gravidez. Estudos populacionais realizados nas últimas décadas apontam que, em média, 16,2% das gestantes em todo o mundo são afetadas pela condição. No entanto, essa taxa pode variar de acordo com a etnia das populações analisadas e os critérios diagnósticos utilizados. Diante disso, independentemente da presença de fatores de risco, torna-se essencial a realização do rastreamento universal em todas as gestantes. Essa abordagem busca prevenir possíveis complicações perinatais e garantir uma melhor qualidade de saúde a longo prazo tanto para a mãe quanto para o bebê. Além disso, o rastreamento possibilita que os profissionais de saúde adotem medidas precoces para manter os níveis de glicose dentro dos parâmetros adequados. **OBJETIVOS:** Disseminar conhecimento sobre a relevância do rastreamento do diabetes gestacional, destacando seu impacto na saúde materno-fetal e a importância da detecção precoce para a prevenção de complicações. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, incluindo os artigos publicados nos últimos cinco anos (2019-2024), disponíveis em inglês e português, cuja abordagem permite reunir e sintetizar estudos relevantes sobre a importância do rastreamento do diabetes gestacional e seus impactos na saúde materno-fetal. Para a seleção dos artigos, utilizou-se a base de dados PubMed, empregando os descritores “Pregnant woman” OR “Gestational diabetes” AND “Antenatals” AND “High risk”, combinados pelos operadores booleanos “AND” e “OR”. **RESULTADOS:** A identificação precoce do DG é essencial para minimizar seus impactos adversos. Estudos demonstram que a hiperglicemia materna pode levar a consequências como macrosomia fetal, hipoglicemia neonatal, parto prematuro e maior risco de cesarianas. Além disso, mães com DG apresentam maior probabilidade de desenvolver diabetes tipo 2 no futuro, enquanto os filhos dessas gestações têm maior predisposição à obesidade e resistência à insulina na vida adulta. **CONCLUSÃO:** Portanto, o rastreamento universal do diabetes gestacional se mostra fundamental para garantir a saúde materno-fetal. Sua adoção possibilita a intervenção precoce, reduzindo complicações e promovendo um melhor prognóstico para ambas as partes envolvidas. Pesquisas futuras devem continuar avaliando a efetividade dos critérios diagnósticos e das estratégias de manejo para aprimorar os cuidados oferecidos às gestantes.

Palavras-chave: Diabetes gestacional, cuidado pré-natal, medicina materno-fetal, gestação, rastreamento.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION (ADA). Standards of Medical Care in Diabetes. **Diabetes Care**, v. 44, supl. 1, 2021. Disponível em: <https://diabetesjournals.org/care>. Acesso em: 17 março de 2025

FEBRASGO – Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Rastreamento e diagnóstico de diabetes mellitus gestacional no Brasil. **FEMINA**, v.47, n.11, 2019. Disponível em: <https://www.fefbrasgo.org.br>. Acesso em: 14 março de 2025

MCINTYRE, H. D. et al. Hyperglycemia and adverse pregnancy outcomes (HAPO) study: implications for screening and diagnosis. **Diabetes Care**, v. 42, n. 5, p. 743-749, 2019. Disponível em: <https://diabetesjournals.org/care>. Acesso em: 17 março de 2025

METZGER, B. E. et al. Long-term outcomes in offspring of mothers with gestational diabetes mellitus. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, v. 105, n. 12, p. e4735- e4746, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcem>. Acesso em: 17 março de 2025

MONTENEGRO, C.A.B.; REZENDE, J.F. [Obstetrícia Fundamental](#), 13 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. Acesso em: 14 março de 2025

PRÉ-NATAL E VACINAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONTRA A TRANSMISSÃO VERTICAL DA HEPATITE B NO BRASIL.

Eryka Oliveira de Aquino - UNITPAC - erykaoliveiradeaquino@gmail.com

Beatriz de Sousa Goulart Vieira - UNITPAC - beatrizzgoulartt@gmail.com

Iasmim Borges dos Santos - UNITPAC - iasmimborges12@gmail.com

Samira Soares Silva - UNITPAC - samirassilva3010@gmail.com

João Gustavo Rodrigues Ribeiro - UNITPAC - foconoaleco800@gmail.com

Myrella Lessio Castro - UNITPAC - myrella.castro@unitpac.edu.br

INTRODUÇÃO: As hepatites virais são patologias caracterizadas pelo tropismo viral pelas células hepáticas. Dessa forma, os principais agentes etiológicos incluem os vírus da Hepatite A (HAV), Hepatite B (HBV), Hepatite C (HCV), Hepatite D (HDV) e Hepatite E (HEV). A Hepatite B, em particular, apresenta uma peculiaridade quanto à transmissão vertical, visto que a infecção crônica ocorre em até 90% das crianças cujas mães são HBsAg positivas e não recebem profilaxia adequada. Diante disso, o rastreamento pré-natal de gestantes HBsAg positivas e a realização da imunoprofilaxia são medidas essenciais para prevenção da transmissão vertical.

OBJETIVOS: Analisar a eficácia das práticas de pré-natal e da vacinação na prevenção da transmissão vertical da hepatite B. **METODOLOGIA** Revisão de literatura realizada em março de 2024 nas bases PubMed e Google Acadêmico. Foram incluídos quatro estudos publicados nos últimos cinco anos. **RESULTADOS:** O rastreamento pré-natal desempenha um papel fundamental na redução da transmissão vertical da hepatite B, uma vez que a infecção pode se tornar crônica em até 90% dos recém-nascidos HBsAg positivos. Além disso, as consultas pré-natais possibilitam tanto o monitoramento da gestação quanto a implementação de intervenções específicas para reduzir a carga viral materna, contribuindo diretamente para a diminuição das taxas de transmissão do vírus. A vacinação da gestante e o uso de antivirais a partir da 28ª semana são estratégias essenciais para reduzir a carga viral. A imunoprofilaxia neonatal, composta pela administração de imunoglobulina e vacina nas primeiras 12 horas de vida, é fundamental para minimizar a transmissão. O acompanhamento pré-natal regular e a monitorização da carga viral materna são determinantes na definição das estratégias mais adequadas para cada caso. Dessa maneira, a administração precoce de vacina e imunoglobulina garante maior eficácia dos métodos de imunização, proporcionando maior segurança para a criança. Contudo, mulheres em situação de vulnerabilidade, com acesso limitado aos serviços de saúde ou enfrentando barreiras linguísticas, podem ter dificuldades para realizar exames e receber tratamento adequado. Isso evidencia a necessidade de estratégias inclusivas e adaptadas a diferentes contextos culturais, garantindo atendimento acessível a todas as gestantes. **CONCLUSÃO:** A triagem pré-natal e a imunoprofilaxia, incluindo a administração de imunoglobulina anti-hepatite B e a vacinação do recém-nascido, são fundamentais para prevenir a evolução crônica da hepatite B. Assim, a implementação de estratégias eficazes no pré-natal é indispensável para minimizar a transmissão vertical e promover melhores desfechos para a saúde materno-infantil.

Palavras-chave: Transmissão vertical, Hepatite B, Esquemas de Imunização, Cuidado Pré-Natal.

REFERÊNCIAS:

PEREIRA, C. A. H. F. et al. Cobertura vacinal para Hepatite B na Amazônia brasileira e os riscos à transmissão vertical. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e25510817027, 11 jul. 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17027.

ZICA, Letícia Maia et al. Hepatites virais na gestação e a importância do pré-natal. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 3, e6574, 4 mar. 2021. DOI: 10.25248/reas.e6574.2021.

COSTA, Y. et al. Acompanhamento pré-natal e seu impacto na prevenção da transmissão vertical da hepatite B. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 4, p. 910–926, 2023. DOI: 10.36557/2675-1503.2023v5n4p910-926.

DI FILIPPO VILLA, D.; NAVAS, M.-C. Vertical Transmission of Hepatitis B Virus—An Update. **Microorganisms**, v. 11, n. 5, p. 1140, 27 abr. 2023. DOI: 10.3390/microorganisms11051140.

COSTA, Y. Ferreira de Araújo et al. Acompanhamento pré-natal e seu impacto na prevenção da transmissão vertical da hepatite B. [Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences](#), v. 5, n. 4, p. 910–926, 2023.
DOI: 10.25248/reas.e6203.2021

REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA SOBRE MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS MAIS DESCRITAS NA LITERATURA PARA O TRATAMENTO DA SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO (SOP)

Gustavo Costa Freitas – Universidade Federal do Norte do Tocantins – gustavo.freitas@ufnt.edu.br

Mylene Costa Rosenberg Alvares - Universidade Federal do Norte do Tocantins –

Mylene.alvares@ufnt.edu.br

Guilherme Soares de Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins – guilherme.soares@ufnt.edu.br

Larissa Freitas de Godoi - Universidade Federal do Norte do Tocantins – larissa.godoi@ufnt.edu.br

Lucas Oliveira Nepomuceno de Alcântara - Universidade Federal do Norte do Tocantins –

nepomucenolucas@hotmail.com

Cláudia Denise Mendanha Mangueira - Universidade Federal do Norte do Tocantins –

claudia.mangueira@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A Síndrome dos ovários policísticos (SOP) é uma das condições clínicas mais comuns dentre as disfunções endócrinas que afetam mulheres em idade reprodutiva. As principais características clínicas desta síndrome são a presença de hiperandrogenismo, com diferentes graus de manifestação clínica e a anovulação crônica, na ausência de outros diagnósticos específicos. Tendo sido descrita por associação entre amenorreia e a forma policística dos ovários. O tratamento deve ser iniciado e fundamentado em mudanças no estilo de vida, além de contar com tratamento farmacológico, entre estes os contraceptivos orais combinados e a metformina. **OBJETIVOS:** Este trabalho tem como principal objetivo identificar os principais tratamentos não farmacológicos para a SOP descritos na literatura no ano de 2024 e 2025. **METODOLOGIA:** Trata-se de revisão de literatura, realizada a partir de análises de artigos científicos depositados nas bases de dados MEDLINE/PubMed e Science Direct. A questão da pesquisa foi baseada no acrônimo PICO: “Quais são os tratamentos não farmacológicos citados na literatura para diagnóstico da SOP?”. Utilizou-se os operadores booleanos AND e OR e os descritores: “Síndrome do Ovário Policístico”, “Polycystic Ovary Syndrome”, “terapias alternativas” e “Alternative Therapies”. A busca foi realizada em março de 2025, e inclui artigos produzidos no período de 2024 a 2025, nos idiomas inglês e português. Excluiu-se artigos fora do objetivo de estudo, duplicados e literaturas cinzentas. **RESULTADOS:** Foram analisados 9 artigos, que fizeram recomendações em diferentes abordagens, sendo a prática de exercícios físicos (exercício aeróbico de intensidade moderada) (33,3%) e a eletroacupuntura (33,3%) os mais frequentes na literatura, além de recomendações como controle dietético, com ênfase na diminuição de amido e laticínios (22,2%) e terapia cognitivo comportamental (11,1%). **CONCLUSÃO:** A síndrome do ovário policístico é a doença endócrina mais comum em mulheres em idade fértil, com alta prevalência e impacto significativo na saúde feminina. Apesar do mecanismo fisiopatológico ainda não ser totalmente compreendido, estratégias não farmacológicas, como alimentação equilibrada, prática de exercícios e controle do estresse, mostram-se eficazes na melhora dos sintomas e da qualidade de vida. Além disso, o suporte psicológico pode ajudar a lidar com os impactos emocionais da condição. Embora essas abordagens sejam promissoras, mais pesquisas são necessárias para aprimorar as recomendações e tornar o tratamento ainda mais eficaz.

Palavras-chave: síndrome do ovário policístico, síndrome de Stein-Leventhal, terapias alternativas, terapias complementárias.

REFERÊNCIAS:

JIN, Q. et al. Effects of non-pharmacological interventions on biochemical hyperandrogenism in women with polycystic ovary syndrome: a systematic review and network meta-analysis. **Journal of Ovarian Research, London**, v. 18, n. 1, p. 8, Jan. 2025. DOI: 10.1186/s13048-025-01595-5. PMID: 39833948; PMCID: PMC11744805.

LI, Y. T. et al. Correlation between acupuncture dose and pregnancy outcomes in women with polycystic ovary syndrome undergoing in vitro fertilization-embryo transfer: a systematic review. **BMC Complementary Medicine and Therapies**, London, v. 24, n. 1, p. 407, 26 nov. 2024. DOI: 10.1186/s12906-024-04695-9. PMID: 39593056; PMCID: PMC11590559.

MOTAHARINEZHAD, F. et al. The effects of different exercises on weight loss and hormonal changes in women with polycystic ovarian syndrome: a network meta-analysis study. [BMC Women's Health](#), London, v. 24, n. 1, p. 512, 13 set. 2024. DOI: 10.1186/s12905-024-03297-4. PMID: 39272076; PMCID: PMC11395858.

RASTAD, H. et al. Dairy consumption and its association with anthropometric measurements, blood glucose status, insulin levels, and testosterone levels in women with polycystic ovary syndrome: a comprehensive systematic review and meta-analysis. [Frontiers in Endocrinology](#) (Lausanne), v. 15, p. 1334496, 3 out. 2024. DOI: 10.3389/fendo.2024.1334496. PMID: 39421532; PMCID: PMC11484274.

ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER NO RASTREIO DE PRÉ-ECLÂMPsia DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE

Ana Clara Mazzini Ribeiro - UNITPAC – anaclaramazzinir@gmail.com

Natalia Kisha Teixeira Ribeiro- UFNT- nataliaribeiro@ufnt.edu.br

Vlândia Emanuelle Dias Soares- UNITPAC- vlandia.dias@gmail.com

Anthony Felipe Lemos Damascena- UNITPAC- alemosdamascenoa@gmail.com

Gilson Pinto Ribeiro - UFPA – gilsonkarla@uol.com.br

INTRODUÇÃO: A pré-eclâmpsia é uma das principais causas de morbidade e mortalidade materno-neonatal. Trata-se de uma doença gestacional progressiva e multissistêmica, caracterizada pelo surgimento de hipertensão arterial ($\geq 140/90$ mmHg) e proteinúria (≥ 300 mg/24h) ou por hipertensão associada a disfunção orgânica, com ou sem proteinúria, após 20 semanas de gestação em mulheres previamente normotensas. Além das repercussões maternas, a pré-eclâmpsia compromete o desenvolvimento fetal, podendo levar a óbito. A ultrassonografia obstétrica (USG) com Doppler permite avaliar a perfusão uteroplacentária e identificar gestantes com maior risco de desenvolver a doença. A detecção precoce, especialmente no primeiro trimestre, tem grande impacto na prevenção, pois a introdução do ácido acetilsalicílico (AAS) até a 16ª semana reduz a incidência em 62-82%. **OBJETIVOS:** Elaborar uma síntese sobre o USG com Doppler como ferramenta de maior acurácia para rastreamento da pré-eclâmpsia no primeiro trimestre, destacando sua relevância na identificação precoce de gestantes em risco e na implementação de profilaxias. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão sistemática, realizada por buscas na base de dados PubMed, com a hipótese direcionadora: “Qual a eficácia da USG com Doppler no rastreo precoce da pré-eclâmpsia no primeiro trimestre?”. Foram utilizados os seguintes descritores: “ultrassonografia obstétrica”, “Doppler”, “pré-eclâmpsia”, “rastreo precoce”. A busca foi realizada em março de 2025 e incluiu artigos publicados entre 2020 e 2025 em inglês. A pesquisa considerou apenas estudos clínicos, ensaios controlados randomizados, estudos observacionais e revisões sistemáticas. Excluíram-se artigos que não estavam diretamente relacionados ao tema, artigos duplicados e estudos com metodologias inadequadas ao objetivo da pesquisa. Foram encontrados 112 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 16 artigos foram selecionados para leitura dos títulos e resumos. Desses, 2 artigos atenderam aos critérios de elegibilidade. **RESULTADOS:** Os estudos analisados demonstram que o ultrassom com Doppler apresenta alta sensibilidade na identificação de alterações na perfusão uteroplacentária, permitindo a estratificação precoce do risco para pré-eclâmpsia em mais da metade em nascidos a termo. A detecção no primeiro trimestre possibilita a introdução de estratégias preventivas, como o uso de AAS, reduzindo significativamente a incidência da doença. Todavia, a previsão da pré-eclâmpsia no período a termo e pós-parto é limitada, e não existem tratamentos preventivos disponíveis. **CONCLUSÃO:** A incorporação do USG com Doppler como ferramenta de rastreo no primeiro trimestre representa um avanço fundamental na obstetrícia. Sua utilização permite intervenções precoces e eficazes, impactando positivamente os desfechos materno-fetais ao reduzir complicações associadas à pré-eclâmpsia.

Palavras-chave: Pré-eclâmpsia, Ultrassonografia doppler, Programas de rastreamento.

REFERÊNCIAS:

MAGEE, Laura, et al. Preeclampsia Prevention by Timed Birth at Term. *Hypertension*. 2023.

Dimitriadis, E., Rolnik, D.L., Zhou, W. et al. Pre-eclampsia. *Nat Rev Dis Primers*. 2023.

Predição e prevenção da pré-eclâmpsia. São Paulo: **Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO)**. 2023.

EIXO 8

SAÚDE MENTAL E BEM- ESTAR NA POPULAÇÃO AMAZÔNICA

BOTULISMO NO NORTE, CASOS ZERADOS OU UMA SUBNOTIFICAÇÃO

Camila Lucia da Silva-UNITPAC - campus Araguaína-Camilaluciahenriquesdasilva@outlook.com
Sarah Pereira Alves -UNIRG,campus Paraíso do Tocantins- sarah.p.alves@unirg.edu.br
Anna clara sousa santos- UNIRG,campus Paraíso do Tocantins- Anna.c.s.santos@unirg.edu.br
Yasmim Vieira Faria-UNIRG,campus Paraíso do Tocantins- yasmim.v.faria@unirg.edu.br
Sonara Santos Miranda- UNIRG,campus Paraíso do Tocantins- sonara.s.miranda@unirg.edu.br
Andressa Mota Soares- andressa_mota01@outlook.com

INTRODUÇÃO: O botulismo é uma doença rara e grave, causada pela toxina do *Clostridium botulinum*, e está associada ao consumo de alimentos contaminados. Embora sua incidência no Norte seja baixa, há uma preocupação com a subnotificação, pois a coleta de dados é dificultada pelo acesso limitado a saúde. Além disso, a detecção precoce e o tratamento adequado são fundamentais para reduzir complicações. **OBJETIVOS:** Este trabalho tem como objetivo analisar a incidência do botulismo na Região Norte do Brasil, considerando os desafios da subnotificação e sua distribuição no país. Além disso, observar as possíveis falhas no sistema de vigilância epidemiológica para minimizar seu impacto na saúde pública. **METODOLOGIA:** Esta análise epidemiológica foi baseada em dados do Ministério da Saúde, incluindo o Sistema de Informações de Agravos de Notificação, e em bases científicas como Scientific Electronic Library Online e Public Medical Library. Foram considerados boletins epidemiológicos de 2020 a 2024 e artigos em inglês e português, com o foco na incidência da doença e sua distribuição regional. **RESULTADOS:** Considerando os critérios adotados, entre 2020 e 2024, a distribuição dos casos de botulismo variou entre as regiões. Em 2020, houve 9 casos, concentrados no Nordeste, Sudeste e Sul. Em 2021, os casos aumentaram para 12, com registros no Centro-Oeste e Sudeste. O número se manteve em 2022, com destaque para Centro-Oeste e Sudeste. Em 2023, houve queda para 4 casos, todos no Sudeste. Já em 2024, ocorreu o maior registro, com 9 casos, sendo 7 no Nordeste e 2 no Sudeste. Infere-se, portanto, que a maioria dos casos de botulismo não ocorrem na região Norte do Brasil, apesar dos baixos índices de saneamento básico e da transmissão da doença por alimentos mal armazenados, especialmente enlatados. Com base nos resultados coletados, instigou-se sobre a subnotificação e a relação da pouca/inexistente incidência no Norte do país, enquanto uma região não só pouco assistida governamental, como também com poucos acessos a informações e saúde. **CONCLUSÃO:** A análise dos dados entre 2020 e 2024 evidencia a escassez de registros oficiais na Região Norte, o que exige cautela na interpretação. A ausência de notificações pode refletir não apenas uma baixa incidência, mas também fragilidades nos sistemas de vigilância e dificuldades no acesso aos serviços de saúde, contribuindo para a subnotificação. Portanto, são necessárias investigações mais aprofundadas para obter uma compreensão precisa da realidade epidemiológica da doença, a fim de determinar se há subnotificação.

Palavras-chave: Botulismo, Brasil, Sub-Registro.

REFERÊNCIAS:

- OLIVEIRA, E. Botulismo alimentar: relato de caso de uma doença rara, grave e de relevância para a saúde pública. São Paulo, 2023. 32 p. **Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC) – Hospital do Servidor Público Municipal.
- OLIVEIRA, Louise Makarem, et al. Botulism in the Brazilian Amazon: a lifethreatening disease in a neglected population. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, v. 80, n. 12, p. 1227–1232, 1 dez. 2022.
- OLIVEIRA, Maria Eduarda Costa, et al. Manifestações clínicas e desfechos do botulismo em crianças e adultos: um estudo epidemiológico brasileiro (2007-2022). **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, p. e4363, 22 maio 2024. DOI: 10.56083/RCV4N5- 114.
- PRATA, Thalles Henrique et al. Rastreamento de casos de botulismo nos últimos 5 anos no estado de Minas Gerais/Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 3, p. e70852, 27 jun. 2024
- SANTOS, Daniel Pires dos, et al. Botulismo: revisão das principais estratégias de diagnóstico. **Revista FT**, [S. l.], v. 28, n. 139, out. 2024. ISSN 1678-0817. DOI: 10.69849/revistaft/th102410141026.

DA FORMAÇÃO À PRÁTICA: A PALHAÇOTERAPIA COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO MÉDICO - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Carvalho Soares – Universidade Federal do Norte do Tocantins - vanessa.soares@ufnt.edu.br

Evandes Rodrigues Lira Oliveira Neto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - evandes.neto@ufnt.edu.br

Izabela Carvalho Reis - Universidade Federal do Norte do Tocantins - izabela.reis@ufnt.edu.br

Luisa Sousa Machado - Universidade Federal do Norte do Tocantins - luisa.machado@ufnt.edu.br

Maria Lina Brito Dias - Universidade Federal do Norte do Tocantins - maria.dias@ufnt.edu.br

Carolina Galgane Lage Miranda - Universidade Federal do Norte do Tocantins - carolina.miranda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A humanização na assistência médica é um pilar essencial na formação de futuros profissionais, impactando diretamente a qualidade do atendimento e a satisfação dos pacientes. No ambiente acadêmico, experiências práticas que incentivam a empatia, compreensão e a comunicação são fundamentais para a construção de uma medicina mais humanizada. Nesse contexto, o projeto 'Palhaçoterapia para Pacientes Internados no Hospital Municipal de Araguaína (HMA) e Hospital de Doenças Tropicais (HDT)', desenvolvido no âmbito do Programa Alvorecer, tem se destacado como uma vivência transformadora para os estudantes de medicina da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que participam dessa iniciativa. A experiência permitiu que os alunos aprimorassem habilidades interpessoais, superassem desafios como a timidez e desenvolvessem uma nova perspectiva sobre o cuidado médico, com habilidades comunicacionais e a construção de um diálogo mais próximo da realidade cultural e social dos pacientes. **OBJETIVOS:** Relatar a experiência dos estudantes de medicina da UFNT no projeto de palhaçoterapia e avaliar seu impacto na formação acadêmica e pessoal dos participantes, enquanto sujeitos alinhados às necessidades socioambientais do Médio-Norte Araguaia, assim como implementá-la no HMA e no HDT como uma abordagem interdisciplinar promotora da humanização e do bem-estar dos pacientes. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência baseado na participação de estudantes de medicina em atividades de palhaçoterapia no hospital HMA. Foram realizadas oficinas preparatórias abordando técnicas de improvisação, expressão corporal e interação com pacientes. Durante as intervenções, os alunos, caracterizados como doutores-palhaço, utilizaram música, contação de histórias e brincadeiras lúdicas para promover um ambiente mais acolhedor. A experiência foi documentada por meio de observações diretas e relatos individuais dos participantes. **RESULTADOS:** Os estudantes relataram uma evolução significativa na empatia, na forma como viam e se comunicavam com os pacientes. Muitos descreveram um aumento na confiança ao interagir com o público e reconheceram a importância da humanização no atendimento médico. Além disso, a experiência fortaleceu os vínculos entre os participantes, criando um ambiente de aprendizado colaborativo e de apoio mútuo dentro do curso. Alunos mais tímidos destacaram a superação do medo de errar, compreendendo que a leveza e o acolhimento são elementos essenciais na prática médica. **CONCLUSÃO:** A participação na palhaçoterapia proporcionou aos estudantes uma vivência enriquecedora, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para a formação médica. A experiência reforçou a importância do olhar humanizado na prática clínica, mostrando que, além do conhecimento técnico, a sensibilidade e a empatia são fundamentais para um atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Educação Médica, Humanização da Assistência, Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS:

CATAPAN, S. C.; OLIVEIRA, W. F.; ROTTA, T. M. Palhaçoterapia em ambiente hospitalar: uma revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 3417-3429, set. 2019. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2024.

GRACIA, P. H. S. et al. A contribuição da palhaçoterapia para o desenvolvimento da criança hospitalizada e para a formação acadêmica. In: VIGILÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL TÍPICO E NEURODIVERSO: conceituação e processos inclusivos. [S.L.], p. 121-134, 30 maio 2023. *Editora Científica Digital*. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2024.

SOUZA, A. D. et al. Percepções sobre o impacto de um projeto de palhaçaria hospitalar na humanização da atenção à saúde e na saúde mental dos envolvidos participantes. [Revista em Extensão](#), [S.L.], v. 22, n. 1, p. 57-78, 26 jun. 2023.

EDUFU - [Editora da Universidade Federal de Uberlândia](#). Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/extensao>. Acesso em: 10 ago. 2024.

EFEITOS NEUROQUÍMICOS E PROPRIEDADES MEDICINAIS DE AGENTES ALUCINÓGENOS UTILIZADOS PELA COMUNIDADE INDÍGENA

Danilo Pinheiro Milagre - UFNT - dp_milagre@live.com

Raphael Mendes Rosa - Seduc - raphaelmendesrosa@gmail.com

Fernando Holanda Vasconcelos - UFNT - fernando.vasconcelos@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: Os povos indígenas da Amazônia utilizam substâncias psicodélicas naturais há séculos em rituais de cura e espiritualidade. As principais plantas empregadas nessas práticas estão a ayahuasca, o rapé e o kambô, com propriedades específicas e significados culturais profundos. O interesse científico por agentes alucinógenos aumentou, especialmente devido ao seu potencial terapêutico no tratamento de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e dependência química. **OBJETIVOS:** Identificar na literatura os efeitos neuroquímicos e as propriedades medicinais dos agentes alucinógenos naturais ayahuasca, o rapé e o kambô utilizados pela comunidade indígena. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada nas bases de dados Science Direct, SciELO e Capes. Foram incluídos artigos em inglês e português que abordassem o tema da pesquisa. **RESULTADOS:** A Ayahuasca (Banisteriopsis caapi + Psychotria viridis) bebida psicoativa usada tradicionalmente por diversas etnias amazônicas. Contém DMT (dimetiltriptamina), composto alucinógeno, e beta-carbolinas, que inibem a degradação da DMT. Podem promover neuroplasticidade e auxiliam no tratamento da depressão resistente a medicamentos convencionais. Rapé (mistura de tabaco e ervas medicinais), produto feito a partir da mistura de tabaco não fumado com plantas medicinais e cinzas de árvores, utilizado de forma nasal em rituais de diferentes culturas. Ação estimulante, pode promover maior clareza mental e foco, auxiliando em momentos de concentração e meditação, também possui propriedades medicinais que podem ajudar no alívio de dores de cabeça, enxaquecas e sintomas de sinusite. Kambô (secreção da rã Phyllomedusa bicolor) contém peptídeos analgésicos e de fortalecimento do sistema imunológico que provocam a destruição de microrganismos patogênicos. Usada como uma vacina por nativos da Amazônia, a aplicação é realizada sobre a pele e transportada rapidamente para todo o corpo pelos vasos linfáticos. **CONCLUSÃO:** Os psicodélicos naturais utilizados na medicina indígena amazônica apresentam grande potencial terapêutico para diversas condições de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e dependência química. A pesquisa deve avançar de maneira responsável, respeitando os saberes tradicionais e garantindo que as comunidades indígenas sejam beneficiadas com o reconhecimento e a preservação de suas práticas.

Palavras-chave: Alucinógenos; Transtornos mentais; Saúde indígena.

REFERÊNCIAS:

BOGENSCHUTZ, M. P.; ROSS, S. Therapeutic Applications of Classic Psychedelics. *American Journal of Psychiatry*, 175(5), 393-406, 2018.

DOS SANTOS, R. G., et al. Antidepressant effects of a single dose of ayahuasca in patients with recurrent depression. *Journal of Clinical Psychopharmacology*, 36(1), 77-81, 2016.

PALHANO-FONTES, F., et al. Rapid antidepressant effects of the psychedelic ayahuasca in treatment-resistant depression. *Psychological Medicine*, 49(4), 655-663, 2019.

SANTOS, R. G., STRASSMAN, R. The Therapeutic Use of Ayahuasca in the Treatment of Depression. *Journal of Psychoactive Drugs*, 53(4), 1-14, 2021.

SPENCER, J.; MILLER, S.; JONES, T. Kambo: An Amazonian frog secretion and its potential medical applications. *Frontiers in Pharmacology*, 11, 123, 2020.

ENTRE RISOS E CUIDADOS, A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO PALHAÇO-PACIENTE PEDIÁTRICO E O PAPEL DO RESPONSÁVEL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Vitória Santos Marinho - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

maria.smarinho@ufnt.edu.br

Carlos Eduardo Dionizio de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

carlos.araujo@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

iago.angelos@ufnt.edu.br

Emilly de Sousa Ferreira Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

emilly.silva@ufnt.edu.br

Gardênia Crhistine Moreira Matos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

gardenia.matos@ufnt.edu.br

Carolina Galgane Lage Miranda - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

carolina.miranda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: A palhaçoterapia tem se consolidado como uma abordagem eficaz na humanização do cuidado pediátrico, oferecendo um espaço de acolhimento e atendimento emocional. A interação lúdica entre palhaço e criança hospitalizada contribui significativamente para a redução do estresse e da ansiedade, tornando o ambiente mais leve e propício para o tratamento. Além disso, essa prática favorece a integração entre a equipe de saúde, o paciente e seus responsáveis, criando um ambiente colaborativo e mais humano. Essa prática não apenas favorece a adaptação ao tratamento, mas também cria um espaço seguro para a expressão emocional, promovendo uma experiência hospitalar menos traumática e mais colaborativa. **OBJETIVOS:** Descrever como a interação lúdica entre palhaço e criança internada constrói um vínculo e um ambiente acolhedor para a criança e responsável. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência realizado pelos acadêmicos de medicina da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que participam do projeto de palhaçoterapia do programa alvorecer. Quatro encontros foram realizados entre setembro e novembro. Os três primeiros ocorreram no campus da universidade, onde foram abordados conceitos para a compreensão sobre a palhaçoterapia. No quarto encontro, em 9 de novembro de 2024, aconteceu a ação no Hospital Municipal de Araguaína (HMA) na ala infantil. Os acadêmicos realizaram diversas dinâmicas com os pacientes e familiares, promovendo a construção de um vínculo momentâneo entre pacientes, palhaços e cuidadores. Desta forma, gera-se uma maior humanização do cuidado, que acaba se expandindo para os outros profissionais da saúde que irão tratar essas crianças. **RESULTADOS:** A implementação do projeto demonstrou resultados positivos no que tange à humanização e à sensibilidade do cuidado hospitalar e ao fortalecimento do vínculo palhaço-paciente. Observou-se uma notável mudança no comportamento emocional das crianças que, após interação com os palhaços, expressavam curiosidade, alegria e relaxamento. Além disso, tornou-se perceptível o forte engajamento dos responsáveis no desenvolvimento das dinâmicas, contribuindo para a construção de uma atmosfera acolhedora e segura para a criança, isto é, favorável para a consolidação da cooperação entre paciente, familiar e profissionais da saúde. **CONCLUSÃO:** Em suma, evidenciam-se os benefícios da construção do vínculo entre o palhaço e o paciente, sobretudo na ala pediátrica. Essa interação não só fomenta a humanização do tratamento, mas também contribui para a criação de um ambiente hospitalar mais harmonioso, permitindo que as crianças resgatem e expressem, de maneira genuína, sua pureza e espontaneidade.

Palavras-chave: Palhaçoterapia; Humanização; Comunidade; Saúde.

REFERÊNCIAS:

Catapan, S. C., Oliveira, W. F., Rotta, T. M.; Palhaçoterapia em ambiente hospitalar: uma revisão de literatura. ABRASCO - **Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, 5 set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.22832017>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Carmo, I. M.; et al. **O impacto da palhaçoterapia nos pacientes pediátricos**. I Congresso de Pós-Graduação da Unifimes, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/3814/2285>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Cerqueira, M. E. R.; et al. **Os impactos psicofisiológicos da palhaçoterapia em pacientes pediátricos hospitalizados**. Editora Pasteur. DOI: 10.59290/978-65-6029-203-1.3. Acesso em: 17 mar. 2025.

MORTALIDADE POR SUICÍDIO NA POPULAÇÃO AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

Vitoria Saraiva Nogueira - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
vi.saraivan@gmail.com

Ihan Gustavo Oliveira Melo - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
ihangustavo1@gmail.com

Déborah de Fátima Diniz Rocha - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
deborahdiniiz@gmail.com

Amanda Vitória Serafim dos Santos - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
mediciner.amanda@gmail.com

Gustavo Mariano de Sousa - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
gugmariano123@gmail.com

Mateus Carvalho Mota - Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-
mateuscmota2@gmail.com

INTRODUÇÃO: Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa a 8ª posição entre as nações com os mais elevados índices de suicídio. Trata-se de um fenômeno que pode afetar qualquer indivíduo, possuindo causas diversas, abrangendo fatores psicológicos, biológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais. As taxas são mais elevadas entre homens, conforme revela uma pesquisa conduzida pelo Ministério da Saúde entre 2010 e 2019. Tal estudo indica ainda que os adolescentes são o grupo mais afetado, com um aumento expressivo no número de óbitos por suicídio. Enquanto os casos caíram 36% no mundo, as Américas tiveram um aumento de 17% entre 2000 e 2019. No Brasil, o crescimento foi ainda mais alarmante, chegando a 43%. **OBJETIVOS:** Analisar o perfil epidemiológico da mortalidade por suicídio na Região Amazônica entre os anos de 2020 e 2023, investigando a distribuição dos óbitos de acordo com a faixa etária e a etnia das vítimas, identificando quais grupos etários apresentam maior incidência de suicídio, além de examinar possíveis diferenças entre os padrões de mortalidade por etnia. **METODOLOGIA:** Este estudo é de caráter transversal, epidemiológico e descritivo, com base populacional, e analisa os óbitos por suicídio nos estados da Região Norte do Brasil, durante o período de 2020 a 2023. Os dados foram coletados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, por meio do DATASUS/TABNET. Foram analisadas variáveis como sexo, faixa etária, raça/cor, ano e local de ocorrência. **RESULTADOS:** O índice de mortalidade por suicídio na região Amazônica entre 2020 a 2023 totalizou 7806 óbitos, sendo mais prevalente no ano de 2023 com 2217 óbitos e menos prevalente em 2020 com 1721 óbitos. Para um parâmetro de observação mais preciso, a pesquisa foi limitada a idade e etnia, no qual totalizou 27% dos óbitos em jovens adultos entre 20 e 29 anos e com ênfase na etnia tem-se a proeminência nas pessoas pardas com 70% dos óbitos. **CONCLUSÃO:** Com base nos dados apresentados, observa-se um aumento de 8% nos casos de suicídio entre 2020 a 2023. Nesse contexto, destaca-se a maior vulnerabilidade entre indivíduos pardos e jovens adultos com idade entre 20 e 29 anos, evidenciando a necessidade de estratégias de prevenção mais eficazes para reduzir a incidência de suicídio por lesões autoprovocadas intencionalmente.

Palavras-chave: Suicídio, Mortalidade, Prevenção, Amazônica.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). TabNet. 2025 [acesso em 15 mar 2025]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Estratégias de prevenção do suicídio em povos indígenas [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2019. 38 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Estrategia_Prevencao_Suicidio_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 15 mar. 25.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico, v. 55, n. 4, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/ptbr/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletimepidemiologico-volume-55-no-04.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

OS DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL EM POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA DURANTE O PERÍODO DA COVID-19

Larissa Procópio Cruz - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

procopio31@gmail.com

Eryka Oliveira de Aquino - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

erykaoliveiradeaquino@gmail.com

Euler Pereira Silva - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) - eulerp8@gmail.com

Letícia Procópio Cruz - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

lehprocopio31@gmail.com

Amanda Vitória Serafim dos Santos - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)-

mediciner.amanda@gmail.com

Leandro Silva da Conceição - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) -

drleandroscctbmf@gmail.com

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, foi observado um aumento substancial da violência direcionada aos povos indígenas, acrescido à disseminação de desinformação durante a pandemia de coronavírus, que teve início em 2019. Cujos efeitos ainda repercutem nessas comunidades, principalmente em relação à saúde mental. Outro fator relevante a ser considerado é o medo e a incerteza quanto à própria sobrevivência, que afetam essa população, junto ao acesso limitado a informações de qualidade e à carência de insumos essenciais. Esses elementos, juntamente com a precariedade de políticas públicas eficazes e pela escassa produção acadêmica sobre a temática, transformam a saúde mental dos indígenas em um problema de saúde pública relevante no país. **OBJETIVOS:** Compreender os principais desafios enfrentados pelos povos indígenas da Amazônia em relação à saúde mental durante a pandemia de Covid-19. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura baseada em uma seleção de artigos científicos da base de dados PubMed. Inclui publicações completas em português e inglês de 2020 a 2024. A busca utilizou as palavras-chave: “Saúde Mental” AND “Índigena” AND “Brasil” AND “Covid-19”. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, três artigos foram considerados relevantes para a discussão do tema. **RESULTADOS:** O suicídio entre os jovens indígenas da Região Amazônica configura um grave problema de saúde mental, com taxas superiores em três vezes em relação à população geral. A negligência histórica, a pressão para o abandono cultural e o enfraquecimento da identidade contribuem para o sofrimento psíquico dessas comunidades. Ademais, a pandemia de COVID-19 exacerbou tais vulnerabilidades, uma vez que as medidas sanitárias implementadas desconsideraram as tradições indígenas, afetando negativamente o bem-estar coletivo. Outro aspecto alarmante é o aumento do consumo de álcool industrializado, que está associado a comportamentos autodestrutivos. A escassez de dados sobre a saúde mental anterior e a subnotificação dificultam a compreensão desse fenômeno. **CONCLUSÃO:** Após uma análise literária, conclui-se que os primeiros socorros psicológicos são essenciais no atendimento a populações indígenas afetadas por emergências e desastres. Evidenciando a carência de protocolos ou diretrizes universais que orientam práticas de suporte psicossocial realmente eficazes. Além disso, estudos recentes apontam um aumento nos casos de depressão e ansiedade entre essas comunidades, agravados pelas condições de vulnerabilidade social, isolamento, perdas e insegurança intensificadas durante a pandemia de Covid-19. Diante do exposto, torna-se necessário que as entidades governamentais promovam investigações e conduzam diálogos aprofundados sobre a saúde mental das comunidades indígenas, com ênfase no contexto pandêmico.

Palavras-chave: Saúde Mental, Povos Indígenas, Covid-19.

REFERÊNCIAS:

JÚNIOR, JG et al. A saúde mental daqueles cujos direitos foram retirados: Um ensaio sobre a saúde mental dos povos indígenas diante do surto de Coronavírus de 2019 (2019-nCoV). **Psychiatry Research**.

GONÇALVES JÚNIOR, J.; FREITAS, JF; CÂNDIDO, EL COVID-19, saúde mental e populações indígenas no Brasil: A epidemia além da pandemia. [World Journal of Psychiatry](#).

GRANDE, AJ et al. Intervenções em saúde mental para prevenção do suicídio entre adolescentes indígenas: uma revisão sistemática. [São Paulo Medical Journal](#)

PEREIRA, Pablo Michel Barcelos; DE SOUZA GOLDIM, Mariana Pereira; DE BITENCOURT, Rafael Mariano. O suicídio em indígenas da Amazônia Brasileira: revisão sistemática da literatura. [Revista da AMRIGS](#), v. 65, n. 3, p. 493-499, 2021.

OS DESAFIOS DA SAÚDE PÚBLICA NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Iago de Sousa Dias dos Angeles - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - iago.angelos@ufnt.edu.br

Beatriz Soares dos Santos Pereira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - beatriz.pereira@ufnt.edu.br

Thiago Santos Andrade - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - thiago.andrade@ufnt.edu.br

Maria Vitória Santos Marinho - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - maria.smarinho@ufnt.edu.br

Vitória de Oliveira Sousa - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - vitoria.sousa@ufnt.edu.br

Clarissa Amorim Silva de Cordova - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - clarissa.cordova@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O suicídio entre indígenas pode ser causado por um conjunto de motivações multifatoriais. A Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio tem o papel de prevenir esse autocídio, por meio do incentivo à diversas ações intersetoriais voltadas para a promoção da saúde mental. Nesse contexto, considera-se a valorização dos aspectos que impactam diretamente a saúde da população, como crenças, costumes e território. No entanto, na última década, observou-se um aumento expressivo nas taxas de suicídio indígena, o que leva ao questionamento sobre a verdadeira qualidade da implementação dessas ações de prevenção. **OBJETIVOS:** Compreender os principais desafios enfrentados pela saúde pública na prevenção do suicídio entre os povos indígenas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura a partir das bases de dados “Google Scholar”, “PubMed” e “SciELO”. Os descritores utilizados foram “suicídio indígena”, “saúde mental”, “indígenas” e “saúde pública”. Dentre as publicações encontradas, foram selecionados 12 artigos com base em critérios de exclusão (artigos incompletos, duplicados ou não publicados nos últimos 5 anos). **RESULTADOS:** As taxas de suicídio indígena no Brasil, entre os anos de 2000 e 2020, apresentaram uma evolução de 9,3 casos para 17,6 por 100 mil habitantes. Sendo mais comum nas faixas etárias de 10 a 24 anos e com o estado do Amazonas registrando os maiores índices gerais. As justificativas para esse aumento estão relacionadas à combinação de fatores socioculturais, como a perda de identidade; econômicos, por exemplo o desemprego; ambientais, como o desmatamento; e psicológicos, manifestados por aumento de problemas mentais. Essa pluralidade de fatores dificulta o estabelecimento de políticas públicas específicas, que levem em conta as particularidades de cada etnia. Situação que é intensificada pela carência de dados epidemiológicos detalhados. Além disso, a falta de qualificação médica adequada sobre os costumes, a língua e a visão indígena também se torna um empecilho, uma vez que pode levar a intervenções inapropriadas. **CONCLUSÃO:** Os altos índices de suicídio indígena são ocorrências que apresentam fatores motivacionais singulares e complexos devido às particularidades culturais dessa população. Nesse sentido, os principais desafios enfrentados pelos órgãos públicos de saúde estão em torno da falta de estratégias de saúde adaptadas. Fato esse que pode ser potencializado pela carência de dados epidemiológicos sobre os povos originários, dificultando o conhecimento dos fatores condicionantes e determinantes de cada etnia. Dessa forma, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção ao suicídio indígena adequadas às especificidades culturais.

Palavras-chave: Povos indígenas, Prevenção do suicídio, Saúde pública, Saúde mental, Suicídio.

REFERÊNCIAS:

BANIWA, Geana; CALEGARE, Marcelo. Fatores explicativos do suicídio pela visão indígena: uma revisão de literatura. **Estudos de Psicologia** (Campinas), [S. l.], v. 41, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e9276.2021>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/13449>. Acesso em: 14 mar. 2025.

DE ARAÚJO, Laris Lucianny dos Santos et al. O desafio da saúde pública no contexto do suicídio indígena: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 12, p. e9276-e9276, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e9276.2021>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9276>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PAIVA DE ARAUJO, J. A. et al. Suicide among Indigenous peoples in Brazil from 2000 to 2020: a descriptive study. **Lancet regional health. Americas**, v. 26, n. 100591, p. 100591, 2023. DOI: 10.1016/j.lana.2023.100591. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(23\)00165-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(23)00165-5/fulltext). Acesso em: 19 mar.2025.

SOBRAL, Fábio Batista. Por uma atenção diferenciada em Saúde Indígena. RECIMA21-**Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 3, n. 4, p. e341369-e341369, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1369>. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1369>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SOUZA, Ronaldo Santhiago Bonfim de et al. Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, p. e58, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.58>. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52373>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PALHAÇOTERAPIA E SEUS EFEITOS FISIOLÓGICOS: IMPACTOS NAS RESPOSTAS DO ORGANISMO E NO BEM-ESTAR.

Jorge Gomes Franco Neto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - jorge.neto@ufnt.edu.br
Ana Beatriz Guimarães Santos - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ana.beatriz@ufnt.edu.br
Ana Luísa Gonçalves Felipe - Universidade Federal do Norte do Tocantins - ana.felipe@ufnt.edu.br
Natália Campos Trindade - Universidade Federal do Norte do Tocantins - nataliac.trindade@gmail.com
Carolina Galgane Lage Miranda - Universidade Federal do Norte do Tocantins - carolina.miranda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O tratamento de condições agudas ou crônicas pode exigir internação, um ambiente estressante para pacientes, especialmente crianças. No contexto pediátrico, a separação da rotina, dos familiares e a falta de brincadeiras aumentam o estresse, elevando o nível de cortisol e causando irritabilidade, medo e ansiedade. Entretanto, medidas não farmacológicas podem mitigar tal problemática de uma forma surpreendente tanto em aspecto fisiológico quanto cognitivo, promovendo bem-estar. Uma das medidas principais que engendra tal feito é a palhaçoterapia, que se popularizou a partir da década de oitenta com o surgimento de palhaços hospitalares na América do norte. **OBJETIVOS:** Compreender os impactos físicos e emocionais da palhaçoterapia em pacientes pediátricos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura na qual as bases de dados MEDLINE/PubMed e Science Direct foram consultadas, utilizando a estratégia de busca: "Laughter Therapy" AND ("Pain perception" OR "Pain Management" OR "Psychological stress" OR "Sleep Quality"). A busca foi realizada em março de 2025 e incluiu artigos produzidos nos últimos 5 anos. Foram encontrados 56 artigos (MEDLINE/PubMed=27; Science Direct=29), sob os quais foram aplicados os filtros, critérios de inclusão e exclusão, obtendo ao final 5 artigos. **RESULTADOS:** A revisão de literatura demonstrou que a Palhaçoterapia reduziu os níveis de cortisol (biomarcador relacionado ao estresse) e aumentou os níveis de Ocitocina (biomarcador relacionado ao bem-estar) em pacientes pediátricos submetidos a essa terapia, a partir da análise da saliva destes pacientes, por meio de ensaios imunoenzimáticos. Além disso, observou-se que essa abordagem terapêutica reduziu o tempo de choro após realização de um procedimento invasivo, diminuiu o estresse, a dor percebida e a ansiedade. A diminuição desses indicadores foi identificada através de Escalas, como a Face Pain Scale para avaliar dor e Modified Yale Preoperative Anxiety Scale para avaliar ansiedade. **CONCLUSÃO:** A pesquisa realizada sugere impactos positivos na adição de terapias subjetivas como a palhaçoterapia às terapias padrão, tais como melhora de sintomas clínicos - como dor e fadiga - e psicológicos, tais como ansiedade, estresse e depressão. Ademais, o custo-benefício e a fácil implementação são outros fatores que fazem com que os estudos incentivem o investimento nessa alternativa terapêutica. Todavia, apesar das diversas pesquisas na área do cuidado, sua implementação ainda precisa ser incentivada, especialmente nos hospitais públicos e universitários. Estes, por contarem com um amplo corpo docente e discente, podem assumir a organização e execução das atividades, promovendo um cuidado mais humanizado e um modelo assistencial horizontal e integral.

Palavras-chave: Terapia do riso, Percepção da dor, Estresse psicológico.

REFERÊNCIAS:

Gong, L.; Xiang, D. (2024). Comment on: Effectiveness of clown intervention for pain relief in children: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Clinical Nursing*, v. 33, n. 3, p. 1219–1220, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jocn.16892>. Acesso em: 15 mar 2025.

Lopes-Júnior, L. C. et al. Effectiveness of hospital clowns for symptom management in paediatrics: systematic review of randomised and non-randomised controlled trials. *BMJ*, v. 371, p. 4290, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.m4290>. Acesso em: 15 mar 2025.

Moll-Bertó, A. et al. A Systematic Review of the Effectiveness of Non-Pharmacological Therapies Used by Nurses in Children Undergoing Surgery. *Pain Management Nursing*, v. 25, n.2, p. 195–203, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pmn.2023.12.006>. Acesso em: 15 mar 2025.

Qu, L. et al. Effects of laughter therapy on improving physical and psychological symptoms among cancer patients: a systematic review and meta-analysis. *Supportive Care in Cancer*, v. 33, n. 3, p. 230, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00520-025-09276-1>. Acesso em: 15 mar 2025.

Sánchez, J. C. et al. Effects of clowning on anxiety, stress, pain, and hormonal markers in paediatric patients. **BMC Pediatrics**, v. 24, n. 1, p. 728, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12887-024-05211-1>. Acesso em: 15 mar 2025.

SAÚDE MENTAL EM POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NO CONTEXTODAAMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Karen Eurídice Laureano Marques - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

karen.marques@ufnt.edu.br

Livia Cerqueira Barros - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - livia.cerqueira@ufnt.edu.br

Rafaella Reis Tavares - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - rafaella.tavares@ufnt.edu.br

Rejanne Lima Arruda - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: As populações ribeirinhas no contexto da Amazônia Legal enfrentam desafios significativos que impactam sua saúde mental, agravados pela invisibilidade do sofrimento psíquico e pelas barreiras no acesso aos cuidados de saúde. O isolamento geográfico, a precariedade socioeconômica, a escassez de serviços de saúde, os equívocos e disparidades étnicas intensificam a vulnerabilidade dessas comunidades; reforçando a marginalização no contexto da saúde mental e privando-as de saúde holística. **OBJETIVOS:** Analisar o contexto de invisibilidade do sofrimento psíquico nas populações ribeirinhas da Amazônia Legal, com foco nas principais barreiras no acesso ao cuidado em saúde mental. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio da base de dados PUBMED/MEDLINE. Foram utilizados os descritores “Mental Health”, “Assistance Indigenous Peoples”, “Health Services”, articulados pelos operadores booleanos “AND” e “OR”. Quanto aos critérios de inclusão, foram estabelecidos artigos publicados nos últimos 5 anos e que respondessem ao objetivo do estudo. Foram encontrados 8 estudos, e a partir desses, foram selecionados os 5 artigos que mais atenderam aos critérios de inclusão. **RESULTADOS:** A saúde mental das populações ribeirinhas da Amazônia Legal é frequentemente negligenciada, resultando em um cenário onde o sofrimento psíquico se manifesta sem o devido reconhecimento ou assistência. A falta de políticas direcionadas e a dificuldade de implementação de serviços especializados perpetuam um ciclo de exclusão, no qual transtornos como depressão e ansiedade são subdiagnosticados e pouco tratados. Além disso, os legados da colonização e das políticas de assimilação forçada continuam sendo uma causa de trauma intergeracional, manifestado por meio de sentimentos de marginalidade, depressão, ansiedade e confusão, além de ideação suicida. Uma das soluções identificadas é a aplicação do Cultural Responsiveness Assessment Measure (CRAM), que permite avaliar a responsividade cultural dos profissionais de saúde mental, promovendo um cuidado mais alinhado às especificidades socioculturais dos ribeirinhos. Além disso, estratégias baseadas no fortalecimento comunitário e na valorização de práticas tradicionais se mostram essenciais para ampliar a efetividade do atendimento. **CONCLUSÃO:** É comprovada a negligência existente quanto a saúde mental dos ribeirinhos, devido à falta de políticas direcionadas e a dificuldade de implementação de serviços especializados. Para minimizar esse problema, são sugeridas estratégias, como a integração de valores culturais e tradições indígenas em programas de bem-estar, abordagens comunitárias e a aplicação do CRAM, uma ferramenta destinada a auxiliar profissionais de saúde mental na autorreflexão sobre sua responsividade cultural ao atender povos das Primeiras Nações.

Palavras-chave: Ribeirinhos, Invisibilidade, Saúde mental, Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS:

PAGE, Imogen S. et al. Modelling mental health service needs of Aboriginal and Torres Strait Islander peoples: a review of existing evidence and expert consensus. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, v. 46, n. 2, p. 177-185, abr. 2022.

SMITH, Peter et al. Development and validation of the Cultural Responsiveness Assessment Measure (CRAM): A self-reflection tool for mental health practitioners when working with First Nations people. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 70, n. 1, p. 190-200, fev. 2024.

HODGKINSON, Luke et al. Reconnecting with the Warrior Within: Australian Indigenous perspectives on the development of a social and emotional wellbeing program. **Health Promotion Journal of Australia**, v. 35, n. 3, p. 784-793, jul. 2024.

BADANTA, Bárbara; et al. Healthcare and Health Problems from the Perspective of Indigenous Population of the Peruvian Amazon: A Qualitative Study. [Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública](#), v. 21, pág. 7728, 22 fev 2020.

SUICÍDIO ENTRE POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE FATORES DE RISCO E IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

Carlos Eduardo Dionizio de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

carlos.araujo@ufnt.edu.br

Iago de Sousa Dias dos Angelos - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

iago.angelos@ufnt.edu.br

Leticia Paz Duarte - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - leticia.duarte@ufnt.edu.br

Geiciane Vieira da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - geiciane.silva@ufnt.edu.br

Beatriz Soares dos Santos Pereira - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) -

beatriz.pereira@ufnt.edu.br

Rejanne Lima Arruda - Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - rejanne.arruda@ufnt.edu.br

INTRODUÇÃO: O suicídio é uma das principais causas de morte evitáveis, com mais de 700 mil óbitos anuais, segundo a OMS. No Brasil, as taxas entre povos indígenas superam as dos não indígenas, influenciadas por fatores como deslocamentos forçados e desvalorização da identidade étnica. A juventude indígena, principalmente, enfrenta um aumento dos casos, relacionado à perda de identidade cultural e à incerteza quanto ao futuro, marcado por conflitos territoriais e dificuldades socioeconômicas. **OBJETIVO:** Analisar os fatores de risco e os impactos socioculturais do suicídio entre povos indígenas na Amazônia Legal. **METODOLOGIA:** O presente estudo é uma revisão de literatura realizada a partir de buscas em bases digitais como “Google Scholar”, “SciELO” e “PubMed”, utilizando os descritores “suicídio”, “indígena”, “impactos socioculturais” e “fatores de risco”, combinados com os operadores booleanos “AND” e “OR”. Foram incluídos artigos completos, em português ou inglês, publicados entre 2019 e 2023, e excluídos os duplicados, incompletos ou que não atendiam aos critérios estabelecidos. Foram selecionados cinco artigos. Além disso, foram analisados dados epidemiológicos extraídos da plataforma DATASUS sobre a mortalidade por suicídio entre populações indígenas e não indígenas na Amazônia Legal, entre 2019 e 2023, com o objetivo de calcular a taxa de prevalência ao longo desse período. **RESULTADOS:** A análise dos dados revelou uma disparidade nas taxas de suicídio entre populações indígenas e não indígenas nos estados da Amazônia Legal. Roraima apresentou a maior taxa de suicídio entre indígenas, com 81,1 casos (0,08%), enquanto, na população não indígena, a taxa foi de 30,4 casos (0,03%) por 100 mil habitantes. O Tocantins registrou a segunda maior taxa entre indígenas, com 74,9 casos (0,07%), para a população não indígena, a taxa foi de 47,3 casos (0,04%) por 100 mil habitantes. Esses dados evidenciam uma prevalência de suicídios consideravelmente superior entre indígenas, ressaltando a crescente preocupação com a saúde mental nessas comunidades. **CONCLUSÃO:** Este estudo evidenciou que o suicídio entre povos indígenas resulta de fatores históricos, sociais e culturais, como vulnerabilidade social, desvalorização da identidade étnica e acesso limitado a cuidados em saúde mental. A perda de laços comunitários e o abuso de substâncias também contribuem para esse cenário. A alta taxa de suicídios entre povos indígenas na Amazônia Legal revela uma realidade alarmante, exigindo políticas públicas que considerem as especificidades dessas comunidades, promovendo o fortalecimento das identidades culturais e o cuidado integral à saúde mental.

Palavras-chave: Suicídio Indígena, Amazônia legal, Saúde mental.

REFERÊNCIAS:

Souza, R. S. B.; et al. Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. **Rev Panam Salud Publica**, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.58>. Acesso em: 9 mar. 2025.

Baniwa, G.; Calegare, M. Fatores explicativos do suicídio pela visão indígena: uma revisão de literatura. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e230084pt>. Acesso em: 9 mar. 2025.

Junior, L. P. R.; Adsuara, C. H. C. Suicídio indígena no Brasil: uma revisão sistemática. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 13, n. 1, p. 70-82, abr. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912021000100006. Acesso em 9 mar. 2025.

Braga, C. M. R., et al. Suicídio na população indígena e não indígena: uma contribuição para a gestão em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/GggZ5vDkQpVY5HfVgXnb6kv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 9 mar. 2025.

Silva, D. L.; Junior, A. P. P.; Feitosa, M. Z. S. Juventude indígena e suicídio: diálogos transdisciplinares, campos de possibilidades e superação de vulnerabilidades. **Revista Psicologia Política**, São Paulo , v. 19, n. 46, p. 556-569, dez. 2019 . Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300013. Acesso em 9 mar. 2025.

TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: DETERMINANTES E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PRECOCE

Guilherme Marroques Noletto – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – guimarroques@gmail.com
Wellyton Kelvy Pereira Santos - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - wellytonkps@gmail.com
Rodrigo Kauan Vailati - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - rodvailatiacad@gmail.com
Lucas Sinomar Silva Carvalho - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - lucassinomar@gmail.com
Filipe Leite Morais - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - filipemorais.araguaina@gmail.com
Fábio Serra Barbosa Da Silva – Universidade Federal de São Paulo - fabioserra@hotmail.com

INTRODUÇÃO: Os transtornos do neurodesenvolvimento (TND), como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), representam desafios significativos para a saúde infantil global. Em populações indígenas da Amazônia, esses transtornos são frequentemente subdiagnosticados e subtratados devido a fatores culturais, geográficos e limitações no acesso aos serviços de saúde especializados. Estudos indicam que a prevalência de sintomas de TDAH entre crianças indígenas é elevada, sugerindo a necessidade de atenção específica a essa população. Além disso, há um aumento significativo no número de alunos indígenas diagnosticados com TEA a partir de 2010. **OBJETIVOS:** Analisar os fatores determinantes dos TND em crianças indígenas da Amazônia e identificar estratégias eficazes de intervenção precoce adaptadas a essas comunidades. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, seguindo as diretrizes do método PRISMA. As bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico foram consultadas utilizando os descritores: "transtornos do neurodesenvolvimento", "crianças indígenas", "Amazônia" e "intervenção precoce". Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem a prevalência, fatores associados e intervenções relacionadas aos TND em populações indígenas da Amazônia. **RESULTADOS:** A análise revelou que fatores socioeconômicos, ambientais e culturais influenciam significativamente a ocorrência e o manejo dos TND nessas comunidades. A exposição a condições adversas, como desnutrição e doenças infecciosas, pode impactar negativamente o desenvolvimento neuropsicomotor. Além disso, a falta de profissionais de saúde capacitados e a alta rotatividade desses profissionais nas áreas indígenas dificultam o diagnóstico e a intervenção precoce. Programas de capacitação de profissionais de saúde na Amazônia Legal têm sido implementados para fortalecer a atenção integrada às crianças indígenas, visando promover o desenvolvimento infantil e a identificação precoce de atrasos. **CONCLUSÃO:** A implementação de estratégias de intervenção precoce culturalmente sensíveis é essencial para melhorar o diagnóstico e o manejo dos TND em crianças indígenas da Amazônia. A capacitação de profissionais de saúde locais, o envolvimento das comunidades e a adaptação de ferramentas de triagem às especificidades culturais podem contribuir para a redução das desigualdades em saúde e promover o desenvolvimento integral dessas crianças.

Palavras-chave: Transtornos do Neurodesenvolvimento, Crianças Indígenas, Amazônia, Intervenção Precoce, Saúde Infantil.

REFERÊNCIAS:

- AZEVEDO, P. V. B.; CAIXETA, L.; ANDRADE, L. H. S.; BORDIN, I. A. Attention deficit/hyperactivity disorder symptoms in indigenous children from the Brazilian Amazon. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, v. 75, n. 4, p. 243-247, 2017. DOI: 10.1590/0004-282X20170037.
- NUNES, R. O.; MARINHO, S. P. L.; BORGES, J. C. S.; RIBEIRO, M. N. V. U. Crianças indígenas: o brincar ao ar livre e o transtorno de déficit da natureza. *Revista Educere Et Educare*, v. 18, n. 45, p. 163-178, 2023. DOI: 10.48075/educare.v18i45.29832.
- SILVA, A. S. A.; MULLER, F. H. L. Transtorno do espectro do autismo na sociedade indígena: limites e possibilidades para inclusão escolar na educação infantil. *Anais do Congresso Internacional de Educação e Diversidade - CINTEDI*, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/TRABALHO__EV196_MD1_ID2903_TB580_21032024234903.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, M. A.; SILVA, R. P.; LIMA, M. F. Desafios no diagnóstico e manejo do transtorno do espectro autista em populações indígenas brasileiras. [Revista Brasileira de Neurologia](#), v. 56, n. 2, p. 15-22, 2020. DOI: 10.5327/Z1676-2649202000020003.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). UNICEF capacita profissionais de saúde na Amazônia Legal para atenção integrada às crianças indígenas. Brasília: [UNICEF](#), 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-deimprensa/unicef-capacita-profissionais-de-saude-na-amazonia-legal-para-atencaointegrada-criancas-idigenas>. Acesso em: 20 mar. 2025.